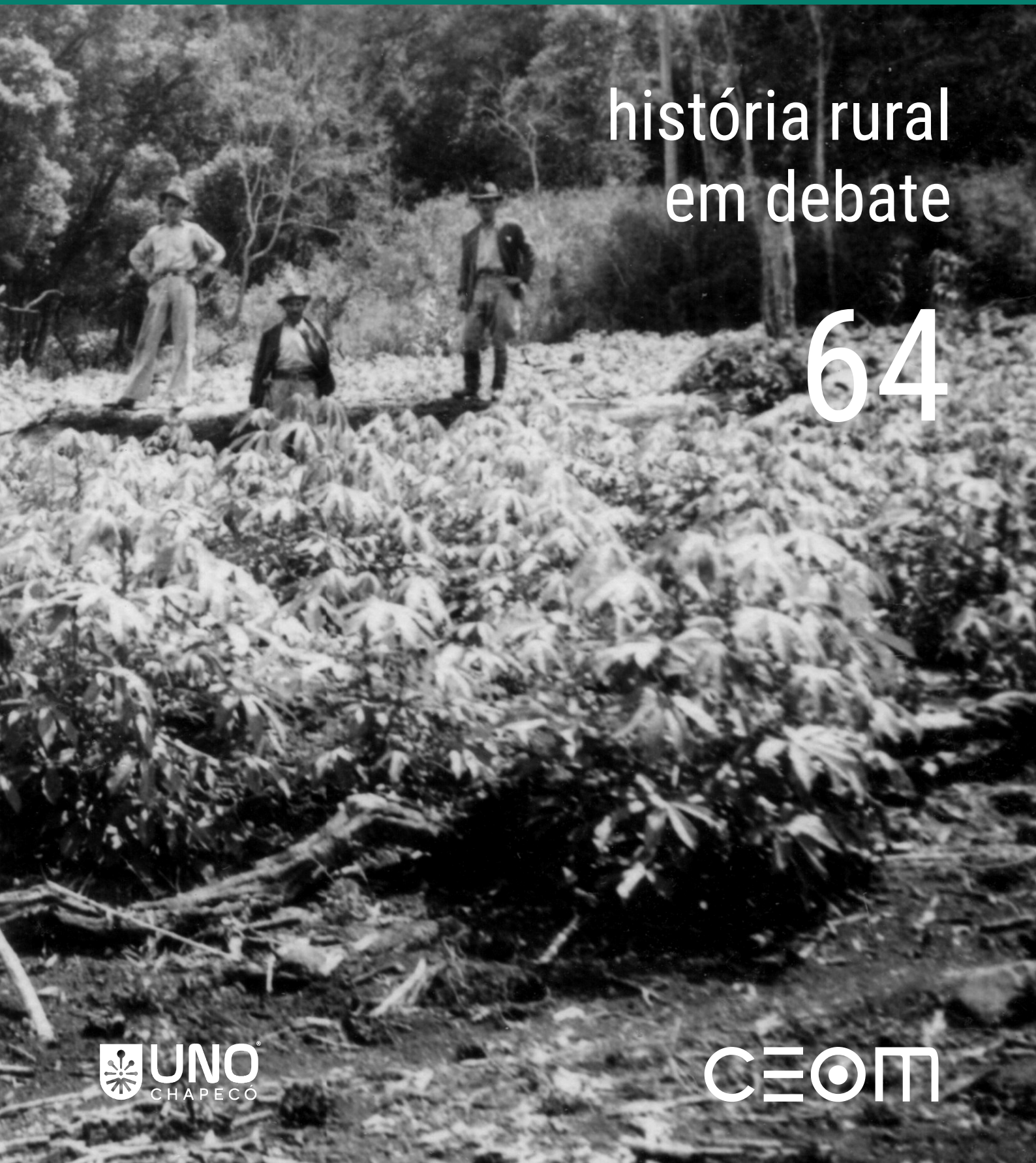
CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ano 39 – n. 64 - Jun. 2026 - ISSN 2175-0173



história rural em debate

64

UNOESC CHAPECÓ

CEOM

CADERNOS DO CEOM

História Rural em debate
v. 39, n. 64
(Jun/2026)
http://dx.doi.org/10.22562/2026.64

Cadernos do CEOM
Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
Servidão Anjo da Guarda, 295-D - Efapi, Chapecó - SC, 89809-900
Subsolo Bloco C1
Fone: (49) 3323-4779
E-mail: ceom@unochapeco.edu.br
Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores
Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Editores de dossiê
Pedro Parga Rodrigues – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Leticia Maria Venson – Universidade Federal da Fronteira Sul

Discente Bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
Rafael Terras – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Conselho Editorial Nacional
Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará
Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará
Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco
Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional
Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)
Giulia Marciani – Università di Bologna (Itália)
Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores
Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2025 e 2026:

Ademir Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Adriana Belino de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina
Adriane Pesovento – Universidade Federal de Rondônia
Alan Dutra Cardoso – Universidade Federal do Pará
Alex Antônio Vanin – Universidade de Passo Fundo
Alexandra Begueristain da Silva – Universidade Federal de Santa Maria
Alexandre Belmonte – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Alessandro Batistella – Universidade de Passo Fundo

Álvaro Mendes Ferreira – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj)
Amanda dos Santos Vieira – Universidade Federal de Santa Catarina
Amanda Ocampo – Universidad Nacional de Misiones, Argentina
Ana Cecília Rocha Veiga – Universidade Federal de Minas Gerais
Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis – Universidade Regional do Cariri
Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira – Universidade Federal de Ouro Preto
Ânderson Marcelo Schmitt – Rede Municipal de Educação de Chapecó
Anderson Saccol Ferreira – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Angislaine Freitas Costa – Universidade de São Paulo
André Luiz Rocha Mattos Caviola – Universidade Federal de Minas Gerais
Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Antônio Hertes de Santana – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Arthur Daltin Carrega – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Camila Serafim Daminelli – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Carla Souza de Camargo – Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
Carlos Mauro de Oliveira Júnior – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Carmen Margarida Oliveira Alveal – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Claudia Parellada – Universidade Federal do Paraná
Claudemir Stanqueviski – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Claudia Battestin – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Claudio Penteado – Universidade Federal do ABC
Cliverson Pessoa – Universidade de São Paulo
Clotildes Avellar Teixeira – Universidade de Ouro Preto
Clovis Brighenti – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Cristina Dallanora – Universidade Federal de Santa Catarina
Cyntia Simioni França – Universidade Estadual de Londrina
Daiane Estevam Azeredo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Daniela Pistorello – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Daniel Luciano Gevehr – Faculdades Integradas de Taquara
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)
Daniela Frida Drelich Valentim – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Daniele Weigert – Universidade de São Paulo
Darlan de Oliveira Reis Junior – Universidade Regional do Cariri
Diego Dal Bosco Almeida – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Diogo Jorge de Melo – Universidade Federal do Pará
Douglas Rufatto – Universidade Federal de Santa Catarina
Edson Helly Silva – Universidade Federal do Pernambuco
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Fábio Ávila Arcanjo – Universidade Estadual de Campinas
Fabio Roberto Krzysczak – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Felipe Benites Tramasoli – Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
Felipe Matos – Scientia Consultoria Científica
Francivaldo Nunes –Universidade Federal do Pará
Giovanna Santana – Universidade Federal de Santa Catarina
Gizele Zanotto – Universidade de Passo Fundo
Helena Maria Marques Araujo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Inácio Márcio de Jesus Fernando Jaquete – Universidade Estadual de Maringá
Isabel Rosa Gritti – Universidade Federal da Fronteira Sul

Ivo Dickmann – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Jackson Cruz Magalhães – Universidade de São Paulo
Jacqueline Ahlert – Universidade de Passo Fundo
Janaina Amorim da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Jefferson Virgílio – Universidade Federal de Santa Catarina
Jessica Licia D'Assumpção – Universidade Federal de Santa Catarina
João Carlos Tedesco – Universidade de Passo Fundo
Jocyléia Santana dos Santos – Universidade Federal do Tocantins
Jonê Carla Baião – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
José Gregorio Lemus Maestre – Universidad de Oriente Venezuela
Josiane Beloni de Paula – Secretaria Municipal de Educação/Natal e Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte
Juliana Brochado da Luz – Universidade Federal de Santa Catarina
Juliana Freitas – Universidade de São Paulo
Juliana Geraldi Yamagutti – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Juliana Santi – Universidade Federal de Rondônia
Klaus Hilbert – Universidade de Passo Fundo
Laiane Bezerra Ribeiro – Universidade Federal do Pará
Leandro Ody – Universidade Federal da Fronteira Sul
Leonel Piovesana – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Letícia Venson – Universidade Federal da Fronteira Sul
Lucas Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luiz César de Sá Júnior – Universidade de Brasília
Manoela Pedroza – Universidade Federal Fluminense
Marcio Antônio Both da Silva – Universidade Estadual de Maringá
Marcus Granato – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Maria do Carmo Carvalho Madureiro – Universidade Federal do Piauí
Maria Elizia Borges – Universidade Federal de Goiás
Maria Regina Cotrim Guimarães – Fundação Oswaldo Cruz
Maria Verônica Secreto – Universidade Federal Fluminense
Mariana Martins Villaça – Universidade Federal de São Paulo
Mario Sergio Brum – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Michelle Tizuka – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Osmar Hélio Araújo – Universidade Federal da Paraíba
Pedro Cesco Litwin – Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Jaraguá do Sul
Pedro Mülbersted Pereira – Instituto Estadual de Educação Santa Catarina
Pedro Parga Rodrigues – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Rafael Guedes Milheira – Universidade Federal de Pelotas
Rafael Lopes – Universidade de São Paulo
Renilda Vicenzi – Universidade Federal da Fronteira Sul
Rodrigo dos Santos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Samira Moretto – Universidade Federal da Fronteira Sul
Sara Hissa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Sil Lena Ribeiro Calderaro Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina
Silvana Terezinha Winckler – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Susana Sacavino – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Taíse Staudt – Universidade Federal de Integração Latino Americana
Thiago Kater – Universidade de São Paulo
Tiago Muniz – Universidade Federal de Goiás
Thiago de Souza dos Reis – Universidade Veiga de Almeida

Thiago Sampaio – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Valquiria Elita Renk – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Vitória Fernanda Schettini – Universidade Salgado de Oliveira
Wellington Bernardelli Silva Filho – Universidade Federal do Amazonas

Revisão: revisão dos textos sob responsabilidade dos autores
Diagramação e Capa: CEOM/Unochapecó
Fotografia de capa: Plantação de mandioca em São Miguel do Oeste/SC. Acervo CEOM/Unochapecó

905 Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) - , - Chapecó : Unochapecó, 2008-

Semestral.
Modo de acesso: Internet <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54 >
Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)
ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Catalogação Biblioteca Central da Unochapecó CDD 905

REITOR: Prof. Claudio Alcides Jacoski
VICE-REITOR E PRÓ-REITOR DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO: Prof. José Alexandre De Toni
PRÓ-REITORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: Prof.ª Andréa de Almeida Leite Marocco

SUMÁRIO

DOSSIÊ
HISTÓRIA RURAL EM DEBATE

13 **Apresentação**
Superando o relativo silêncio historiográfico sobre o mundo rural brasileiro: saberes, direitos, propriedades, relações fundiárias e de poder
Pedro Parga Rodrigues
Leticia Maria Venson

16 **A presença de mulheres negras rurais na produção científica**
The Presence of Rural Black Women in Knowledge Production
Valdirene de Jesus Ferreira
Mayra Silva dos Santos

27 **Antônio Simões Cavalheiro: trajetória de um colono militar e camarista na região de fronteira (1882-1917)**
Antônio Simões Cavalheiro: the trajectory of a military colonist and municipal councilor in the border region (1882-1917)
Leticia Maria Venson
Daniel Dalla Zen

41 **Concentração e desconcentração fundiária no município de Machado: história agrária e cafeicultura (MG, 1855-1960)**
Land concentration and retraction in the municipality of Machado: agrarian history and coffee farming (MG, 1855-1960)
Isaac Cassemiro Ribeiro

63 **Da 'Campanha do Reajustamento' ao Estado Restrito: indícios da infiltração e organização política dos pecuaristas**
From The 'Adjustment Campaign' to the Restricted State: signs of the infiltration and political organization of the cattle ranchers
João Pedro Passos de Barros Borges
Gabriel de Paula

76 **Disputas ontológicas no campo brasileiro: moralidades agrárias, arquivos da terra e regimes de saber em conflito**
Ontological disputes in the brazilian countryside: agrarian moralities, land archives, and conflicting regimes of knowledge
Tiago Negrão Andrade
Maria Cristina Gobbi

92 **Foro, sesmarias e conflitos no mundo rural: disputas agrárias e jurisdicionais nos sertões do Ceará (1699-1739)**
Ground rents, sesmarias, and conflicts in the rural world: agrarian and Jurisdictional disputes in the hinterlands of Ceará (1699-1739)
Rafael Ricarte da Silva

104 **Materializando o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano: A Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal em 1962**
Materializing pedagogical ruralism of an antipoffian type: the Exibition of Rural Schools in the Federal District in 1962
Juarez José Tuchinski dos Anjos

115 **Modernização agroindustrial e políticas de estado: Entre Rios (Guarapuava/PR) como reflexo das transformações no campo brasileiro (1950-1980)**
Agro-industrial modernization and state policies: Entre Rios (Guarapuava/PR) as a reflection of transformations in the brazilian countryside (1950-1980)
Lucas Martins

132 **Para felicitar os cultores e enriquecer o país: aspectos históricos dos encontros entre ciência e agricultura no Brasil do século XIX (1860-1889)**
To make cultivators happy and enrich the country: historical aspects of the encounters between science and agriculture in Brazil in the 19th (1860-1889)
Marcio Antônio Both da Silva

152 **Para não mais fazer 'estragos' nas ditas terras: ações possessórias e legitimação (Pará, Brasil, século XIX)**
To no longer cause 'prejudice' to said lands: possessory actions and legitimation (Pará, Brazil, 19th century)
Francivaldo Alves Nunes
Mickael Ruan Bastos de Menezes

165 **Propostas para as terras do jovem Império do Brasil: os projetos liberais e a reação conservadora**
Proposals for lands of the young Brazilian Empire: liberals projects and the conservative reaction
Cristiano Luís Christillino

183 **Quando os subúrbios cariocas eram rurais: uma análise sob o olhar das redes proprietárias a partir do Engenho Novo, Engenho de Dentro e Engenho da Serra (XVIII-XIX)**
When Rio de Janeiro's suburbs were rural: an analysis from landowner networks perspective from Engenho Novo, Engenho de Dentro, and Engenho da Serra (18th-19th Centuries)
Rachel Gomes de Lima

200 **Território, propriedade e ruralidade no século XIX: um estudo comparativo a partir dos registros paroquiais de terras**
Territory, property, and rurality in the nineteenth century: a comparative study based on parish land registers
Rafael Augusto Silva Ferreira
Ana Beatris Fernandes Menegaldo
Marília Miguel
Renata Baesso Pereira

221 **Território, trabalho e sociedade: os Campos Gerais nos relatos de Saint-Hilaire (1820)**
Territory, labor, and society: the Campos Gerais in Saint-Hilaire's travel accounts (1820)
Leonildo José Figueira

233 **Vulnerabilidade Social e Escravidão Contemporânea no EntreRios piauiense**
Social Vulnerability and Contemporary Slavery in the EntreRios region of Piauí
Lia Monnielli Feitosa Costa
Marcelo Aleff de Oliveira Vieira
Cristiana Costa da Rocha

ARTIGOS

246 **Obra e memória de Eládio Dieste: inspirações para uma educação patrimonial voltada ao patrimônio mundial?**
The work and memory of engineer Eladio Dieste: inspirations for heritage education oriented toward world heritage?
Dalânea Cristina Flôr
Fernando Cesar Sossai

260 **Entre guerras e embriaguez: as práticas de beber no Brasil Holandês (1624-1654)**
Between wars and drunkenness: drinking practices in Dutch Brazil (1624-1654)
Ana Paula Barco da Silva
Gabrielle Legnaghi de Almeida
Christian Fausto Moraes dos Santos

281 **História, desenvolvimento e imigração na Mesorregião Oeste de Santa Catarina: um ensaio crítico**
History, development and immigration in the Western Mesoregion of Santa Catarina:a critical essay
Eduarda Caroline Ceriolli Martinello
Regina Yoshie Matsue
Junir Antônio Lutinski

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.00

Apresentação
Superando o relativo silêncio historiográfico sobre o mundo rural brasileiro: saberes, direitos, propriedades, relações fundiárias e de poder

Pedro Parga Rodrigues*
Leticia Maria Venson**

Este dossiê resulta das discussões e articulações desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho em História Rural da Associação Nacional de História (ANPUH), reunindo pesquisas que problematizam as múltiplas experiências históricas do mundo rural brasileiro. A coletânea busca contribuir para a ampliação dos debates historiográficos sobre populações agrárias, relações de propriedade, conflitos fundiários, saberes, práticas culturais, dinâmicas de poder, territorialidades, projetos de modernização e experiências sociais historicamente vinculadas ao campo.

Durante grande parte de sua história, o Brasil constituiu-se como um país predominantemente agrário. Entretanto, ao longo do século XX, perspectivas associadas à industrialização e à urbanização passaram a identificar o rural como espaço do atraso, enquanto a modernidade foi frequentemente vinculada ao universo urbano-industrial. Pensadores como Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Robert Simonsen associaram industrialização e urbanização às noções de progresso e modernidade, contribuindo para a consolidação de interpretações que relegaram o mundo rural à condição de resquício do passado. Nesse contexto, os estudos urbanos ganharam progressiva centralidade na historiografia brasileira, enquanto muitas experiências históricas do campo foram secundarizadas.

Apesar disso, diferentes pesquisadores contribuíram para a consolidação de uma importante tradição de estudos sobre o rural brasileiro. Alberto Passos Guimarães analisou a estrutura fundiária e os conflitos em torno do latifúndio; Antônio Candido investigou os modos de vida e as transformações culturais do campesinato paulista; José de Souza Martins destacou as mudanças nas relações de trabalho e na legislação agrária; Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva evidenciaram a relevância da produção de subsistência e das economias internas; enquanto Márcia Motta e Ligia Osório Silva renovaram os debates acerca da Lei de Terras de 1850, das disputas jurídicas e das múltiplas interpretações do direito agrário. Mais recentemente, diversos pesquisadores passaram a enfatizar as agências de pequenos posseiros, libertos, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, ampliando significativamente as possibilidades interpretativas da história rural.

É nesse horizonte historiográfico que o presente dossiê se insere. Os artigos reunidos abordam o mundo rural em suas múltiplas temporalidades, regiões e experiências sociais, contemplando temas como conflitos fundiários, relações de trabalho, agricultura familiar, agronegócio, territorialidades, epistemologias rurais, culturas escolares, gênero, modernização agrícola, redes de poder e disputas jurídicas em torno da terra.

* Pedro Parga Rodrigues é professor da graduação e Pós-graduação em História da Unesp, com foco em Brasil Império, conflito de terras, história da propriedade e do direito agrário. Atualmente, coordena o Grupo de Trabalho em História Rural da Associação Nacional de Pesquisadores Universitários em História (Anpuh). É membro do INCT Proprietas, do Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas dimensões (NUPEP) e do Laboratório de História Econômica da Unesp. E-mail: pedro.parga@unesp.br.

** Leticia Maria Venson é pós-doutoranda em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É servidora pública efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Chapecó, onde atua como Assistente Pedagógica. Atualmente, exerce a função de coordenadora adjunta do Grupo de Trabalho em História Rural da Associação Nacional de História. E-mail: leticiavenson@hotmail.com.

Os textos contemplam diferentes regiões do Brasil, como Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pará, Piauí e São Paulo, bem como abrangem do Período Colonial aos dias atuais. Em conjunto, os artigos evidenciam a pluralidade das experiências rurais brasileiras e problematizam interpretações homogeneizadoras sobre o campo, destacando sujeitos, práticas e saberes historicamente marginalizados.

Entre os trabalhos reunidos, destacam-se análises acerca das trajetórias políticas e relações de poder em regiões de fronteira; estudos sobre disputas fundiárias e interpretações jurídicas da posse e da propriedade; pesquisas tratando das formas de modernização agrícola e das representações do agronegócio; investigações acerca de mulheres negras rurais, populações tradicionais e epistemologias insurgentes; além de reflexões sobre agricultura familiar, territorialidades e resistências sociais diante da expansão de modelos econômicos concentradores.

Ao reunir diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e documentais, este dossiê busca fortalecer os estudos sobre história rural e contribuir para a ampliação das reflexões acerca das múltiplas formas de viver, produzir, disputar e significar o mundo agrário brasileiro. Esperamos que os textos aqui apresentados estimulem novos debates e investigações sobre as complexas experiências históricas das populações rurais.

Referências

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a República:** momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Duas Cidades: São Paulo, 1964.

DAROSSI, Flávia. A Lei de Terras em Santa Catarina e a política fundiária Imperial: a força do poder local pela Câmara Municipal de Lages e a Sociedade Lageana para Exportar Erva-Mate. **Revista história, histórias**, v. 6, n. 12, p. 137-154, 2018. DOI: 10.26512/hh.v6i12.19263

GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de Preto:** usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EdUFF, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Quatro séculos de latifúndio (1a. ed., 1963). Fulgor: São Paulo, 1964.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira, combates e controvérsias.** Brasiliense: São Paulo, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra.** Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1979.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre Fronteiras:** posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824). Guarapuava: HORIZONTE UNICENTRO; EDUFF, 2012.

MOTTA, Márcia Menendes. **Nas fronteiras do poder:** conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 1998.

MOTTA, Márcia Menendes. **O Rural à la gauche:** campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Editora da UFF: Niterói, 2014.

PAES, Mariana Armond Dias. **Escravos e terras entre posses e títulos: a construção social do direito de propriedade no Brasil (1835-1889).** Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Pedro Parga. **As frações da Classe Senhorial e a Lei Hipotecária de 1864**. Niterói: Eduff, 2016.

RODRIGUES, Pedro Parga; MOTTA, Márcia (orgs.). **Intelectuais e a questão agrária no Brasil.** Seropédica: Ed. da UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio.** Editora da Unicamp: Campinas, 2008.

TESSARI, Cláudia. Braços para colheita. **Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915).** São Paulo: Alameda, 2012.

CADERNOS História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DO CEOM DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.01

A presença de mulheres negras rurais na produção científica

The Presence of Rural Black Women in Knowledge Production

Valdirene de Jesus Ferreira*
Mayra Silva dos Santos**

Palavras-chave:
Produção científica
Mulheres negras rurais
Epistemologia crítica

Resumo: O artigo tem como objetivo investigar a produção científica sobre as mulheres negras rurais, a partir de um levantamento realizado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), vinculado à plataforma do CNPq. A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e documental, com o intuito de identificar produções científicas que abordassem a realidade das mulheres negras em contextos rurais brasileiros. Para tanto, foram utilizados termos-chave como "mulheres", "mulheres do campo", "mulheres rurais" e "mulheres negras rurais/do campo", sem delimitação por área do conhecimento ou período temporal, de modo a obter um panorama abrangente e atualizado da produção existente. Os resultados revelaram a inexistência de grupos de pesquisa dedicados especificamente às mulheres negras rurais, o que evidencia uma significativa invisibilidade epistêmica. Tal ausência aponta para a persistência de desigualdades estruturais e para os silenciamentos históricos que marcam a produção do conhecimento no Brasil.

Keywords:
Scientific production
Rural Black women
Critical epistemology

Abstract: The article aims to investigate the scientific production on rural Black women through a survey conducted in the Directory of Research Groups in Brazil (DGPB), linked to the CNPq platform. The study adopted an exploratory and documentary approach in order to identify scientific outputs addressing the realities of Black women in Brazilian rural contexts. To this end, key terms such as "women," "women of the countryside," "rural women," and "rural/countryside Black women" were used, without delimitation by field of knowledge or time period, so as to obtain a comprehensive and up-to-date overview of existing production. The findings revealed the absence of research groups specifically dedicated to rural Black women, highlighting a significant epistemic invisibility. Such absence points to the persistence of structural inequalities and to the historical silences that shape knowledge production in Brazil.

Recebido em 17 de fevereiro de 2026. Aprovado em 22 de maio de 2026.

Introdução

A produção científica, historicamente, tem sido marcada por uma perspectiva hegemônica que privilegia determinados grupos sociais, enquanto marginaliza outros. Nesse cenário, a crítica epistemológica se apresenta como um instrumento fundamental para compreender a dinâmica da ciência, questionando como o conhecimento é produzido, por quem e a serviço de quais interesses. Em contraste com a epistemologia normativa, a descentralização epistemológica surge como uma estratégia potente para romper com a invisibilidade e a indiferença da ciência moderna diante de determinados sujeitos e problemas sociais. Tal abordagem permite tensionar os modos tradicionais de produção do saber, abrindo espaço para perspectivas historicamente silenciadas.

Com base em pesquisas em andamento[1], este artigo propõe problematizar a presença, ou mais

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Financiada pela Fundação de Amparo a pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo nº: 2022/11616-1. E-mail: valdireneferreira2013@gmail.com.
** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professora do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais - CP/UFMG. E-mail: mayra.silva9152@gmail.com.

precisamente, a ausência de investigações voltadas às mulheres negras em contextos rurais. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, de cunho crítico, orientada pelas epistemologias decoloniais e feministas negras. A perspectiva teórico-metodológica adotada busca tensionar a produção científica hegemônica, evidenciando como determinadas populações, como as mulheres negras das áreas rurais, têm sido historicamente silenciadas nos espaços acadêmicos e institucionais.

Foi realizada uma revisão de literatura crítica, centrada em autores e autoras que discutem a marginalização epistêmica de sujeitos racializados e territorializados, com destaque para Grada Kilomba (2019), Patricia Hill Collins (2019) e Claudia Cardoso (2017). Complementarmente, desenvolveu-se um levantamento de caráter ensaístico e exploratório junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), mantido pelo CNPq, com o objetivo de verificar a lacuna existente entre grupos e linhas de pesquisa dedicados especificamente às mulheres negras rurais e/ou do campo.

A busca foi conduzida entre setembro de 2024 e junho de 2025, com o intuito de captar possíveis atualizações no banco de dados. Utilizaram-se expressões-chave como "mulheres", "mulheres do campo", "mulheres rurais", "mulheres negras do campo" e variações, buscando abranger um escopo mais amplo. As buscas foram aplicadas nos campos de nome do grupo, nome da linha e palavras-chave. Os grupos selecionados foram analisados a partir das descrições de suas linhas de pesquisa, com o intuito de identificar menções explícitas às interseccionalidades entre gênero, raça e território. Tal escolha metodológica não pretende esgotar o tema, mas contribuir com uma reflexão crítica sobre a persistente marginalização das mulheres negras em contextos rurais na produção científica brasileira.

Mas antes de avançarmos, é importante discutir os termos: rural e campo, que foram utilizados como palavras-chave e que compõem a descrição dos grupos e linhas de pesquisas analisados. "Rural" e "campo" podem ser usados como equivalentes, mas carregam distinções teóricas e políticas relevantes. O conceito de "rural" tem sido historicamente empregado como categoria administrativa, estatística e territorial, vinculada a delimitações espaciais ou demográficas estabelecidas pelo Estado. Já o termo "campo", especialmente no âmbito da Educação do Campo, assume uma dimensão político-epistemológica que ultrapassa a localização geográfica. Conforme argumenta Caldart (2012), o "campo" expressa um projeto social e educativo construído a partir das lutas dos sujeitos coletivos do campo – camponeses, quilombolas, assentados, povos tradicionais – afirmando identidades, modos de vida e direitos historicamente negados. Fernandes e Molina (2004) reforçam que a noção de campo está articulada às disputas por terra, trabalho e educação, sendo inseparável dos movimentos sociais que reivindicam políticas públicas específicas e o reconhecimento de suas territorialidades. Para sintetizar, Kolling et al (1999) esclarecem que a expressão "rural" está relacionada a uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva e capitalista, nessa perspectiva, transforma-se a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. Em contraposição, o termo "campo" tem como finalidade ampliar o debate nacional sobre a educação no mundo rural, levando em consideração o contexto do campo em termos de cultura específica, bem como a maneira de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço e o meio ambiente, além do modo de viver, de organizar a família e o trabalho.

A escolha pelo termo "campo", portanto, representa uma ruptura com leituras tecnicistas ou meramente descritivas do rural, afirmando o campo como espaço de produção de saberes, cultura, resistência e projetos de futuro (perspectivas que compactuamos). Entretanto, o presente dossiê adota a terminologia "rural" em sua formulação temática e optamos por utilizá-la ao longo deste artigo, sem desconsiderar as contribuições teóricas que fundamentam a concepção de "campo" enquanto categoria político-analítica. Assim, o uso de "rural" neste texto dialoga com a tradição crítica da Educação do Campo, reconhecendo as disputas conceituais que atravessam essa nomenclatura e mantendo a centralidade dos sujeitos e das territorialidades.

Produção epistêmica sobre mulheres negras: uma construção acerca do conhecimento produzido no/para o rural

A história da colonização brasileira está profundamente enraizada em um modelo escravocrata implantado pelos portugueses, que estabeleceu as bases de inúmeras desigualdades sociais persistentes até os dias atuais. Esse modelo favoreceu a exploração sistemática dos corpos negros e da terra, relegando o rural a um espaço de subalternidade e invisibilidade. Como destacam Marcilia Nascimento e Oziel Teixeira (2021), o Estado brasileiro carrega uma dívida histórica com essa população, sobretudo com os sujeitos que ali vivem e trabalham sob as marcas de exploração e marginalização herdadas desse passado colonial.

O sistema agroexportador dependente, desenvolvido durante o período colonial, sustentava-se na exploração violenta do trabalho escravizado. Essa prática não apenas desumanizou os trabalhadores rurais, mas também estruturou uma lógica social na qual direitos políticos, sociais e trabalhistas foram sistematicamente negados. Essa violência, como afirma Stelamaris Melo (2016) não cessou com o fim da escravidão, mas foi reconfigurada e reproduzida ao longo do tempo, alimentando as desigualdades estruturais que ainda hoje atingem de maneira intensa a população rural, em especial as mulheres negras.

Essas dinâmicas históricas de exclusão e exploração contribuíram para a constituição de uma dívida social com os povos rurais, refletida em vários aspectos da vida rural contemporânea, inclusive no acesso à educação. Apesar disso, ainda é notória a ausência de um comprometimento efetivo com o enfrentamento das problemáticas educacionais no meio rural, especialmente no que diz respeito às mulheres negras.

Alvana Bof (2006) chama atenção para a escassez de pesquisas voltadas à educação dos sujeitos do campo, revelando o tratamento marginal dado à temática tanto pela academia quanto pelo Estado. O desinteresse por parte das ciências sociais em aprofundar a realidade rural revela uma percepção distorcida e elitista, "como se o rural tivesse perdido toda a consistência histórica e social e sua extinção fosse considerada um dos resultados normais, previsíveis e até mesmo desejáveis da modernização da sociedade" (Bof, 2006, p. 79). Essa marginalização está relacionada à construção histórico-social de um imaginário que inferioriza o rural, como nos alerta Walter Marschner (2011), associando o desenvolvimento e o progresso exclusivamente ao espaço urbano. Para as mulheres negras que vivem em tal localidade, além das implicações territoriais, soma-se às questões relacionadas ao gênero e à raça como desafios a serem superados ao longo de suas trajetórias.

No que concerne à raça, ela pressupõe uma hierarquização fenotípica que foi essencial para construir identidades excludentes, como lembra Achille Mbembe (2018). Desde então, o termo "negro" tem sido atrelado à noção de raça como um marcador de inferioridade. Embora o conceito biológico de raça tenha sido superado cientificamente, sua força simbólica e social permanece atuante, inclusive no campo da ciência, onde os estudos raciais são frequentemente deslegitimados. Como pontuam Abrahão Santos e Luiza Oliveira (2021, p. 251), "os estudos raciais passam a ser negados, afinal, raça não existe!". Esse cenário pode ser resultado do fato de a produção do conhecimento científico ser historicamente eurocentrada e, consequentemente, ter negado o reconhecimento da subjetividade negra e das vivências específicas das mulheres dessa raça. Mesmo com o avanço das discussões interseccionais, a presença da população negra como objeto legítimo de pesquisa ainda é mediada por referenciais brancos e coloniais. A crítica epistemológica de Ana Pontes-Saraiva e Ciani Neves (2021, p. 1181) revela que "suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes".

Essa supressão, sobretudo no que se refere às mulheres negras, é uma estratégia do racismo epistêmico. Segundo Claudia Cardoso (2017, p. 1), o racismo científico do século XIX construiu corpos negros destituídos do status de "ser", negando-lhes a capacidade de produzir conhecimento e de participar da história como sujeitos. A imposição de silenciamento opera por meio do controle simbólico da voz: quem pode falar, ser escutado e produzir

saber? O direito à fala tem sido historicamente negado às mulheres negras, como enfatiza Kilomba (2019), para quem a boca - símbolo da enunciação - foi uma das partes mais controladas e oprimidas do corpo negro durante e após a colonização.

De acordo com Samara Siqueira (2021), esse silenciamento é imposto por meio de descrições feitas pelo olhar branco, que transformam o outro, neste caso a mulher negra, em objeto, negando-lhe o direito de ser sujeito. Collins (2019) aponta que o apagamento das mulheres negras e de suas ideias, em diferentes partes do mundo, tem sido essencial para a manutenção das desigualdades sociais. Rosimeiry Santana e Benedito Eugênio (2019) acrescentam que essa ausência foi construída por discursos que limitaram as mulheres negras ao espaço doméstico ou ao trabalho escravizado e precário, realidade que persiste ainda hoje, agravada pela baixa escolarização e pela ausência de políticas de equidade.

Contudo, como destaca Collins (2000, apud Cardoso, 2017), há uma base experiencial e material que sustenta uma epistemologia feminista negra, emergente da vivência coletiva. Esse saber, frequentemente construído fora da academia, é fundamental não apenas para as mulheres negras, mas também para confrontar as práticas dominantes de produção do conhecimento.

O ingresso de mulheres negras, oriundas de comunidades tradicionais e populares, nas universidades tem sido um divisor de águas. Como afirma Angela Figueiredo (2020), essa presença tem provocado um rompimento de fronteiras, colocando no centro da produção do saber sujeitos que historicamente estiveram à margem, neste caso, as mulheres negras. Apesar dos avanços, ainda há grupos dentro desse coletivo que permanecem excluídos, como as mulheres negras que vivem e atuam em territórios rurais.

Há diversas formas de existência das mulheres negras que são profundamente marcadas pelo território em que habitam. A esse respeito, Nadyelle Carmo, Fabrizia Nunes e Alex Santos (2024) alertam para o conceito de desigualdade socioterritorial, que revela como a exclusão e a inclusão social também têm um componente geográfico. O lugar em que se vive influencia diretamente as oportunidades e o acesso aos direitos, e, nesse contexto, o rural tende a ser um espaço onde as desigualdades se acentuam. Nesse sentido, refletir sobre essas mulheres exige considerar não apenas sua subalternização enquanto sujeitos de direitos, mas também sua exclusão histórica do campo da produção científica. É preciso tensionar as ausências nos registros acadêmicos e lutar por uma ciência que reconheça e valorize os saberes produzidos por essas mulheres, em suas múltiplas territorialidades e resistências.

Mulheres negras da área rural: um levantamento ensaístico dos grupos de pesquisas

Os grupos de pesquisa no Brasil começaram a se formar a partir da década de 1980, especialmente no âmbito dos Programas de Pós-Graduação (Mainardes, 2021). Sua consolidação e expansão ganharam força com a criação, em 1992, do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde então, essa plataforma tem desempenhado um papel estratégico ao oferecer um panorama abrangente da produção científica nacional, permitindo a identificação de tendências de pesquisa e o mapeamento das principais áreas de investigação desenvolvidas no país.

A emergência e institucionalização dos grupos de pesquisa estão diretamente relacionadas à expansão da pós-graduação, articulada às diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do próprio CNPq, especialmente a partir da década de 1950 (Turnes, 2021). A exigência da Capes, em 1983, de comprovação de experiência em pesquisa para a criação de novos Programas de Pós-Graduação (Resolução n. 5/1983), contribuiu significativamente para a organização de grupos acadêmicos comprometidos com a produção sistemática do conhecimento.

Considerando o papel estratégico do DGPB na visibilização das agendas de pesquisa nacionais, o estudo realizou um levantamento sistemático na plataforma com o objetivo de mapear grupos que abordem especificamente a temática das mulheres negras do campo. A partir dessa base, buscou-se compreender o grau de inserção dessas

problemáticas nas produções científicas atuais, evidenciando as lacunas e os silenciamentos ainda presentes nos espaços formais de pesquisa. As buscas ocorreram em dois momentos: primeiro em setembro de 2024 e, posteriormente, em junho de 2025 para verificar possíveis atualizações.

A coleta foi realizada sem delimitação de área de conhecimento ou recorte temporal, com o objetivo de obter um levantamento abrangente dos grupos de pesquisas em vigor. Inicialmente, optou-se por uma estratégia de busca mais ampla, utilizando o termo genérico "mulheres". Em seguida, os critérios foram progressivamente refinados, incorporando expressões mais específicas como "mulheres do campo", "mulheres rurais" e "mulheres da zona rural". Posteriormente, buscou-se um maior detalhamento, com o uso dos termos "mulheres negras do campo", "mulheres negras da zona rural" e "mulheres negras rurais". Para cada termo, configurou-se a busca de modo que ocorresse a varredura nos campos referentes ao nome do grupo, à linha de pesquisa e às palavras-chave cadastradas.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de grupos identificados a partir de cada expressão utilizada na busca, bem como seus respectivos anos de criação e as linhas de pesquisa que consideravam o público em questão em seus estudos. O termo que obteve maior número de resultados foi "mulheres", com um total de 351 grupos encontrados, dos quais apenas 10 atendiam aos critérios definidos para a seleção. A expressão "mulheres rurais" resultou em 07 grupos, porém, 02 já haviam sido identificados na busca anterior (através do termo "mulheres"), então, foram selecionados 05. Já a expressão "mulheres do campo" resultou na identificação de um único grupo, que também já constava na primeira triagem. As demais expressões: "mulheres da zona rural", "mulheres negras do campo", "mulheres negras da zona rural" e "mulheres negras rurais", não retornaram resultados na base consultada, conforme detalhado a seguir.

Tabela 1. Grupos de pesquisa encontrados no Diretório do CNPq

Grupos de Pesquisa	Ano	Linha(s) de pesquisa
Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural - NUPEDOR	1989	Relações de Gênero e Educação do Campo
Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental brasileira	2011	Quintais produtivos: soberania alimentar, transição agroecológica e gênero em sistemas agroalimentares familiares
Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural - GEPGeR	2011	Atuação das mulheres nos espaços sociais
D'GENERUS: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero	2016	A educação do campo, o campo e a comunidade: Sujeitos, currículos e cultura
XiqueXique: grupo de Pesquisa sobre Gêneros e Sexualidades	2018	Mulheres camponesas e tecnologias sociais
Clio: Mulheres, Diversidades e Ciência na Amazônia	2021	Mapeamento colaborativo e inclusão produtiva de mulheres
Grupo de Estudos Rurais - Agriculturas e Ruralidades	2021	Gestão Rural; Trabalho, gênero e agroecologia
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia na Amazônia - NEPAAM	2022	Comunidades Tradicionais e Mulheres Camponesas
AMA - Articulação de Mulheres na Agroecologia	2022	Agricultura familiar, Sustentabilidade, Conservação e Agroecologia; Questões de Gênero : direitos, valores e empoderamento feminino
Gênero e cadeias de valor	2023	Sustentabilidade e questões de gênero; Gênero e sociologia rural na Amazônia.
Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	2013	A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar
Núcleo de Estudos em Agroecologia	2016	Feminismo Rural e Agroecologia; Gestão da Produção e de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais e Agroecologia
Feminismo decolonial, Formação de professoras e Campesinato	2018	Formação de professoras, mulheres e feminismos nos contextos urbanos e rurais
Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS)	2019	Saúde e Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres rurais; Relações de gênero e ruralidades - PE
Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS)	2019	Saúde e Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres rurais;
Rede Multidisciplinar Inovaflora: pessoas, manejo, conservação e caracterização de recursos naturais para inovação social e a bioeconomia inclusiva na Amazônia	2019	Gênero e ambiente: estudo sobre as mulheres da e na Amazônia - AL

Fonte: elaborado pelas autoras, com base nos dados da CNPq (2025).

A seleção dos grupos e linhas de pesquisa foi realizada com base na análise das informações disponíveis no Diretório de Grupos de Pesquisa, considerando a pertinência temática em relação ao objeto deste estudo. Inicialmente, verificou-se se os grupos apresentavam, em sua denominação ou descrição, indícios de interesse pela temática das mulheres do campo ou rurais. Quando essa indicação estava presente, procedeu-se à análise detalhada dos espelhos das linhas de pesquisa, com especial atenção aos objetivos declarados e às palavras-chave. Apenas os grupos cujas linhas evidenciaram relação direta com os termos definidos previamente na busca foram definitivamente selecionados. Como resultado desse processo, foram identificados 15 grupos e 20 linhas de pesquisa que atendiam aos critérios estabelecidos.

Durante o levantamento, problematizou-se a adoção dos termos "rural" e "campo", observando-se que o uso da expressão "mulheres rurais" resultou em um número maior de grupos identificados, em comparação a "mulheres do campo". Além disso, verificou-se que, na maioria dos casos, a terminologia utilizada tanto nos nomes dos grupos quanto nas linhas de pesquisa era "rural" ou "rurais". Tal constatação permite inferir que o termo "campo", embora em expansão, ainda não se consolidou como referência na nomenclatura acadêmica. Essa constatação remete também ao aprofundamento das discussões em torno das implicações políticas e epistemológicas da escolha dos termos.

Conforme aponta Marschner (2015), a adoção do termo "campo" está associada a uma construção político-discursiva proposta por sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que, ao reconhecerem a Educação do Campo como uma demanda historicamente situada, passaram a questionar o imaginário social que associa o "rural" ao atraso, à invisibilidade e à subalternidade. Nesse sentido, o uso do termo "campo" representa uma tentativa de ruptura com essa concepção, ao passo que afirma uma identidade coletiva, política e plural, marcada pela valorização das experiências, saberes e resistências das populações que vivem em territórios camponeses.

Desse modo, conhecer e dar visibilidade aos sujeitos que habitam essas territorialidades constitui um passo essencial para o fortalecimento da perspectiva da Educação do Campo. O levantamento realizado, no entanto, evidencia a escassez de grupos de pesquisa voltados à investigação sobre mulheres do campo ou mulheres rurais. Mais grave ainda é a constatação da ausência de grupos que tenham como foco específico as mulheres negras residentes nessas áreas, o que revela um campo de pesquisa ainda incipiente e que necessita ser ampliado. É importante considerar, contudo, que esse cenário tende a se transformar gradualmente, à medida que mais mulheres do campo, sobretudo mulheres negras, ingressem no ensino superior e na pós-graduação, um movimento recente, mas crescente, que começa a impactar as dinâmicas de produção de conhecimento no país.

Quanto à temporalidade dos grupos identificados, observou-se que o mais antigo é o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), criado em 1989. Contudo, não é possível afirmar, com base nos dados disponíveis na plataforma, se a linha de pesquisa voltada às mulheres do campo ou rurais já existia desde a fundação do grupo ou se foi incorporada posteriormente. O segundo grupo mais antigo é o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural (GEPGeR), criado apenas em 2011, o que representa um intervalo de vinte e dois anos. A partir desse marco, observa-se uma maior frequência na criação de grupos com essa temática, com a média de um novo grupo por ano, o que pode indicar um crescimento gradual do interesse acadêmico por essa área.

Realizando uma análise de alguns desses anos de criação à luz de marcos históricos, percebemos que a constituição deles tende a estar relacionadas aos avanços institucionais e políticos no campo dos direitos das mulheres, frutos da articulação entre os movimentos sociais, as políticas públicas e a produção acadêmica. Para exemplificar, em 1986 foi fundada a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (Recoaro, 2023), um espaço institucional fundamental para a inserção das pautas de gênero no movimento sindical e nas políticas públicas brasileiras com reflexos sobre a valorização da educação das mulheres, que pode ter influenciado na formação do NUPEDOR, em 1989. Já 2011 marcou o fortalecimento de ações voltadas à promoção do acesso e permanência das mulheres na

educação, como a ampliação do Programa Mulheres Mil, direcionado à formação educacional e profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade (Alaniz; Mantovani; Luvizotto, 2016), mesmo ano em que o GEPGeR foi iniciado.

Essas exemplificações possuem caráter ensaístico e ilustrativo da análise, o objetivo desta análise não foi esgotar todas as possíveis conexões históricas, mas demonstrar que a constituição de grupos de pesquisa pode refletir movimentos sociais e institucionais mais amplos. Assim, os demais anos não foram analisados em profundidade, pois extrapolariam a proposta do estudo, que busca verificar a presença das mulheres negras do campo como objeto de estudos dos grupos de pesquisa. A respeito disso, constatou-se a ausência de qualquer menção explícita a esse grupo social nas descrições das linhas de pesquisa ou nas denominações dos grupos identificados. Tal constatação revela uma lacuna significativa na produção científica contemporânea no que diz respeito à interseccionalidade entre gênero, raça e território rural. Ainda que algumas abordagens de gênero ou perspectivas decoloniais possam, em alguma medida, abarcar experiências de mulheres negras, a não explicitação do marcador racial evidencia o quanto ele ainda é negligenciado nas investigações acadêmicas sobre o campo e as ruralidades.

Essa exclusão epistemológica reflete o tratamento social historicamente dispensado a essas mulheres. Embora o fim da escravidão remonte a mais de um século, as estruturas herdadas do colonialismo continuam a produzir desigualdades profundas e persistentes. Mesmo diante dos avanços legais e institucionais que estabelecem um conjunto de direitos voltados à garantia da dignidade humana, tais direitos ainda não se efetivam de maneira universal, especialmente quando se considera a interseção entre gênero, raça e classe social (Veras, 2019).

Nesse contexto, as mulheres negras rurais ocupam uma posição marcada pela precarização da cidadania e pela limitada possibilidade de reivindicação de direitos, como destacam André Bueno e Marta Lopes (2018, p. 5): "as mulheres rurais pobres potencialmente possuem menores possibilidades de exercício da cidadania, de luta pelos seus direitos". Embora historicamente tenham desempenhado um papel central na reprodução da vida em seus territórios, tanto na sustentação de suas comunidades quanto na resistência às dinâmicas de expropriação e violência promovidas pela expansão da lógica mercantil, elas seguem sendo sistematicamente desvalorizadas e excluídas dos espaços de reconhecimento e representação (Gusmão, 1994).

A ausência de grupos e linhas de pesquisa explicitamente voltados às mulheres negras do campo, constatada no levantamento realizado na plataforma do CNPq, evidencia uma lacuna epistemológica que transcende a mera omissão temática. Trata-se de um reflexo direto das desigualdades estruturais que moldam não apenas a realidade social, mas também os próprios processos de produção e legitimação do conhecimento. A não explicitação do marcador racial, mesmo em abordagens interseccionais ou decoloniais demonstra o quanto a especificidade das mulheres negras rurais segue sendo negligenciada na agenda científica nacional.

Esse apagamento não pode ser interpretado apenas como uma falha metodológica: ele é revelador das hierarquias que estruturam o campo acadêmico, historicamente marcado por práticas de silenciamento e exclusão de sujeitos subalternizados. Reverter esse cenário implica reconhecer que o campo e as ruralidades são atravessados por múltiplas desigualdades e que a pluralidade dos sujeitos que nele vivem, especialmente as mulheres negras, precisa ser visibilizada. Tal tarefa exige um compromisso ético e político da academia com uma ciência socialmente referenciada, que enfrente as lógicas de marginalização e promova a inclusão de saberes e vivências historicamente desconsideradas.

Essa omissão tem raízes profundas. Como destaca Rosângela Veras (2019), mesmo com os avanços institucionais em termos de direitos humanos, a universalização desses direitos ainda não alcança grupos historicamente subalternizados, como é o caso das mulheres negras em contextos rurais. Elas vivem a intersecção de múltiplas opressões: de classe, raça, gênero e território e, como observa Neusa Gusmão (1994), são peças fundamentais na resistência às formas de exploração e exclusão impostas pela lógica mercantil, mas continuam sendo desvalorizadas e marginalizadas.

Nesse sentido, a constatação de Maria Souza (2020) sobre a necessidade de ampliação das temáticas abordadas pelos grupos de pesquisa, incluindo, entre outras, a sexualidade, juventude rural, envelhecimento, educação inclusiva e as relações de gênero, é extremamente pertinentes. A autora aponta para o potencial transformador de tais agendas, ainda pouco exploradas, e destaca que o fortalecimento dessas linhas é fundamental para que sujeitos historicamente negligenciados possam "viver, ao invés de apenas sobreviver" (Souza, 2020, p. 12).

A centralidade da educação nesse processo não pode ser subestimada. Para as mulheres negras do campo, ela vai muito além do acesso à escola formal: trata-se de um instrumento de resistência, de valorização cultural, de construção de autonomia e de luta por justiça social. A educação pode favorecer processos emancipatórios, pois promove o empoderamento individual e coletivo, ao mesmo tempo que desafia narrativas hegemônicas que desconsideram os saberes e as trajetórias dessas mulheres. Além disso, ela permite o fortalecimento da participação política, a afirmação de identidades e a quebra dos ciclos históricos de dominação e exclusão.

Portanto, investir na ampliação das pesquisas que contemplem as mulheres negras rurais e suas múltiplas experiências, bem como defender o direito à educação em sua forma mais ampla e transformadora, constitui um compromisso ético e político com a construção de uma ciência mais justa, comprometida com a equidade e com a produção de conhecimento socialmente referenciado. Trata-se de reconhecer que o campo não é um espaço homogêneo e que nele habitam sujeitos diversos, cujas histórias, lutas e saberes precisam ser visibilizados e valorizados. Somente assim será possível reverter a lógica de exclusão que ainda persiste nos meios acadêmicos e, por consequência, na sociedade em geral.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, explorou-se a complexa interseção entre educação no meio rural, estudos de gênero e a produção de conhecimento a partir de uma perspectiva crítica e decolonial. Ficou evidente a lacuna significativa de investigações recentes sobre o processo educativo de sujeitos do campo, refletindo a negligência histórica tanto por parte de órgãos governamentais quanto de acadêmicos.

A ausência de estudos sobre mulheres negras do campo é particularmente preocupante, pois perpetua a invisibilidade de suas experiências e contribuições. Contudo, as teorias feministas negras e decoloniais têm produzido um arcabouço crítico, que tem nos auxiliados no enfrentamento às estruturas de poder que perpetuam tal marginalização e silenciamento. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade urgente de ampliar o cânone acadêmico para incluir perspectivas que historicamente foram ignoradas ou subestimadas, reconhecendo a diversidade epistemológica e cultural e valorizando a pluralidade de vozes e saberes que enriquecem nosso entendimento do mundo e das relações sociais.

Ao realizar pesquisas com esse compromisso, é importante garantir que não sejam apenas documentadas/armazenadas, mas também que sejam disseminadas e promovam mudanças efetivas na sociedade, mais especificamente nas políticas educacionais e sociais. No caso das temáticas rurais, tal disseminação pode ocorrer através do trabalho contínuo entre academia, movimentos sociais e comunidades rurais, visando construir pontes de solidariedade e colaboração.

Embora haja uma produção significativa de pesquisas sobre a Educação do Campo, há uma lacuna evidente nos estudos focados em sujeitos específicos, como as mulheres negras. A escassez de grupos de pesquisa que abordem de forma explícita e centralizada a educação dessas mulheres é preocupante, especialmente considerando seu histórico de resistência e contribuição crucial para a manutenção de suas comunidades. É preciso garantir que essas mulheres não apenas sobrevivam, mas vivam com dignidade e reconhecimento dentro da sociedade.

Em última análise, este estudo reafirma a importância de uma educação crítica e emancipatória, capaz de desafiar as normas dominantes e contribuir para a construção de um futuro mais justo, onde todas as vozes são ouvidas e

todas as identidades são respeitadas. Os resultados apresentados reforçam a necessidade de ampliar agendas de pesquisa comprometidas com as intersecções entre raça, gênero e território.

Notas

1 Este estudo fundamenta-se em uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida por uma das autoras no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. A investigação tem como eixo central o rural e a formação escolar de seus sujeitos, com especial atenção às mulheres negras.

Referências

ALANIZ, Erika Porceli; MANTOVANI, Talita Rafaele D'Agostini; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Política de formação profissional no brasil: uma análise do programa mulheres mil. **Org e Demo**, v. 17, n. 01, p. 85–100, 2016. DOI: 10.36311/1519-0110.2016.v17n1.06.p85

BOF, Alvana Maria. (Org.). **Educação no Brasil Rural.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n.º 5, de 10 de março de 1983. Fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mar. 1983. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=233. Acesso em: 01 jan. 2025.

BUENO, André Luís Machado.; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. e01511, 2018. DOI: 10.1590/1809-4422asoc170151r1vu18L1AO

CARDOSO, Claudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **13° Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero**. Florianópolis, SC: Instituto de Estudos de Gênero, 2017.
Disponível em:
https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIVO_simposiotextofazendogenero13.pdf. Acesso em 24 jun. 2024.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, p. 259-267, 2012.

CARMO, Nadyelle Cursino do; NUNES, Fabrizia Gioppo; SANTOS, Alex Mota dos. Território, Sociedade e Desigualdade: Uma Revisão de Literatura. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 01, p. 31–51, 2024. DOI: 10.46551/rvg26752395202413151.

COLLINS, Patrícia Hill. A mulher negra como teórica social crítica. In: COLLINS, Patrícia H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 2019. São Paulo: Boitempo, p. 1–16. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/wp-content/uploads/2019/12/minilivroboitempo_patricia-hill-collins.pdf. Acesso em 22 jul. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano.; MOLINA, Mônica Castagna O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, M. S. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo**: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do campo. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 53–89, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e**

Argumento, v. 12, n. 29, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Terra de mulheres: Identidade e gênero em um bairro rural negro. **Revista de história**, n. 129-131, p. 81–100, 1994. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i129-131p81-100

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. São Paulo: Cobogó, 2019.

KOLLING, Edgar Jorge *et al*. (org.). **Por uma educação básica no campo.** Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MAINARDES, Jefferson. Grupos de Pesquisa da área de Educação no Brasil: revisão de literatura. **Cadernos de Educação**, n. 65, p. 1–23 2021. DOI: 10.15210/caduc.v0i65.21571.

MARSCHNER, Walter Roberto. Lutando e ressignificando o rural em campo: notas epistemológicas. **Interações**, v. 12, n. 1, p. 41–52, 2011. DOI: 10.1590/S1518-70122011000100005.

MARSCHNER, Walter Roberto. As representações do espaço rural na Literatura Modernista. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 21, p. 393–414, 2015. DOI: 10.15210/caduc.v0i65.21571.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n. 1, 320 p, 2018.

MELO, Stelamaris Torres. O Campo Brasileiro: Breve Histórico e Perspectivas. In: FREIRE, Perla Almeida Rodrigues, PEREIRA, Karla Raphaella Costa (Orgs). **Escola da Terra Ceará**: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo. São Paulo: Triunfal, p. 21-316, 2016.

NASCIMENTO, Marcilia Nogueira; TEIXEIRA, Oziel Barbosa. Educação do Campo: fruto de uma luta, esperança de transformação. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1–11, 2021.

PONTES-SARAIVA, Ana.; NEVES, Ciani das. De Patricia Williams a Patricia Collins: Raça, Crítica e Feminismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 2, p. 1169–1202, 2021. DOI: 10.1590/2179-8966/2021/59755.

RECOARO, Deise Aparecida. Sindicalismo de movimento social e feminismo: a organização das mulheres na CUT. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 111, p. e3811007, 2023. DOI: 10.1590/3811007/2023.

SANTANA, Rosimeiry Souza.; EUGÊNIO, Benedito. A trajetória ocupacional das mulheres negras quilombolas da Lagoa de Maria Clemência. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 14, p. 303–318, 2019.

SANTOS, Abrahão; OLIVEIRA, Luiza de. O bloqueio epistemológico no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 227, p. 250-260, 2021.

SIQUEIRA, Samara Tirza Dias. Raça, gênero e território na produção epistemológica do direito a partir de uma perspectiva Americana. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 3, 2021.

SOUZA, Maria de. Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. **Educação em Revista**, v. 36, p. e208881, 2020. DOI: 10.1590/0102-4698208881.

TURNES, Luiza. **Políticas públicas para grupos de pesquisa**: redes interinstitucionais e internacionalização da pesquisa: estudo de caso junto à UFSC. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

VERAS, Rosangela Souza. Aprendizagens e desaprendizagens sobre direitos sexuais e reprodutivos perante as experiências de saúde das mulheres negras rurais maranhenses. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 5, p. 1–10, 2019. DOI: 10.23899/relacult.v5i5.1594.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.02

Antônio Simões Cavalheiro: trajetória de um colono militar e camarista na região de fronteira (1882-1917)

Antônio Simões Cavalheiro: the trajectory of a military colonist and municipal councilor in the border region (1882-1917)

Leticia Maria Venson*
Daniel Dalla Zen**

Palavras-chave:
Colônia Militar do Xapecó
Antônio Simões Cavalheiro
Poder local

Resumo: O artigo analisa a trajetória política de Antônio Simões Cavalheiro, destacando sua atuação como camarista do município de Palmas e como liderança residente na antiga Colônia Militar do Xapecó nas primeiras décadas do século XX. A pesquisa fundamenta-se na análise de fontes da imprensa regional e de documentação oficial, mobilizando o Paradigma Indiciário como procedimento metodológico para interpretar vestígios, discursos e estratégias de legitimação. Busca-se compreender as formas de inserção política, construção de autoridade e articulação entre instâncias municipais e a realidade da Colônia. A Guerra do Contestado e a disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina são abordadas como contexto que tensionou a política regional. Ao examinar sua trajetória, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas do poder local na Primeira República.

Keywords:
Xapecó Military Colony
Antônio Simões Cavalheiro
Local power

Abstract: This article analyzes the political trajectory of Antônio Simões Cavalheiro, highlighting his role as a councilman in the municipality of Palmas and as a local leader residing in the former Colônia Militar do Xapecó during the early decades of the twentieth century. The research is based on the analysis of regional press sources and official documentation, employing the Evidentiary Paradigm as a methodological approach to interpret traces, discourses, and strategies of legitimation. It seeks to understand the forms of political insertion, the construction of local authority, and the articulation between municipal institutions and the realities of the Colony. The Contestado War and the territorial dispute between Paraná and Santa Catarina are addressed as contextual elements that shaped regional politics. By examining Cavalheiro's trajectory, the study contributes to a broader understanding of local power dynamics during Brazil's First Republic.

Recebido em 18 de fevereiro de 2026. Aprovado em 22 de abril de 2026.

Introdução

No Brasil do século XIX, os conflitos agrários estiveram profundamente relacionados à concentração de terras e às desigualdades no acesso à propriedade, ainda que tais processos não tenham se dado de forma homogênea ou sem contestação. A Lei de Terras de 1850 instituiu a compra como principal meio legal de aquisição de terras, favorecendo determinados grupos sociais e restringindo, em muitos casos, o acesso formal à propriedade por parte de libertos e pequenos agricultores (Costa, 1998). Contudo, essa interpretação, consolidada pela historiografia clássica, vem sendo relativizada por estudos mais recentes, que evidenciam a atuação de pequenos posseiros, libertos e trabalhadores rurais na busca pela permanência na terra, inclusive por meio de

* Pós-doutoranda em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e servidora pública efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Chapecó (SC), onde atua como Assistente Pedagógica. E-mail: leticiavenson@hotmail.com.
** Servidor público efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: daniel_dallazen@hotmail.com.

disputas judiciais e estratégias de regularização fundiária, como demonstram as pesquisas de Márcia Motta (1998).

Após a abolição da escravidão, em 1888, o cenário rural brasileiro foi marcado não apenas por limites estruturais ao acesso à cidadania, mas também por intensas disputas em torno da inclusão social e política. Ainda que tenha prevalecido um processo excludente, diferentes grupos sociais mobilizaram estratégias para garantir meios de subsistência e inserção no mundo rural, o que contribuiu para a intensificação dos conflitos agrários no período.

Esse modelo agrário profundamente desigual engendrou um cenário persistente de tensões sociais e violência no meio rural, no qual a atuação do Estado se orientou, de forma predominante, para a proteção dos interesses dos grandes proprietários (Carvalho, 1980). As legislações fundiárias, assim como as práticas administrativas voltadas à regularização da terra, tenderam a favorecer as elites locais e os interesses governamentais, relegando os posseiros a uma condição de vulnerabilidade jurídica diante de uma legalidade que lhes era, em grande medida, desfavorável (Motta, 1998). Dinâmica semelhante pode ser observada na própria Colônia Militar do Xapecó, como será analisado ao longo deste artigo.

Contudo, essa dinâmica não pode ser compreendida de forma linear ou homogênea. A concentração fundiária não implicou, de maneira automática, a exclusão absoluta da população pobre do acesso à terra, uma vez que muitos posseiros, libertos e trabalhadores rurais desenvolveram estratégias de permanência e uso do território, frequentemente sem a formalização legal da propriedade (Motta, 1998). A consolidação da grande propriedade também se deu sobre áreas ocupadas por esses sujeitos, ressaltando um processo marcado por disputas, negociações e pela atuação, inclusive, no âmbito judicial (Motta, 1998).

Na Província do Paraná, os detentores do poder estatal pertenciam majoritariamente às classes dominantes, sobretudo grandes fazendeiros e comerciantes influentes de erva-mate (Mendes, 1989). Nos Campos de Palmas, predominavam formas tradicionais de riqueza nas quais a terra se constituía como principal fonte de poder econômico, prestígio social e influência política, corroborando a análise de Maria Odila Leite da Silva Dias (2009) acerca da profunda articulação entre poder econômico e poder político. Essa concentração fundiária implicou a exclusão da população pobre tanto do acesso às terras mais produtivas quanto das instâncias decisórias.

Nesse contexto, ao longo do século XIX, a estrutura de poder provincial consolidou-se em torno de duas grandes elites econômicas, os proprietários rurais dos Campos Gerais e a elite ervateira de Curitiba e do litoral (Corrêa, 2006, p. 20), cuja articulação reforçou o controle das instituições e garantiu a reprodução de uma ordem social desigual, na qual terra e riqueza operavam como fundamentos da dominação política e social.

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), a expansão da produção de erva-mate para abastecer o mercado platino consolidou ainda mais a influência da elite ervateira, que acumulou capital econômico e ampliou sua inserção política. Esse fortalecimento permitiu a realização de investimentos que transformaram a capital paranaense e redefiniram suas redes de sociabilidade (Corrêa, 2006, p.20).

Já na década de 1850, a erva-mate representava cerca de 85% das exportações da província, tornando-se a principal atividade econômica regional. Sua produção e comercialização impulsionaram a modernização de Curitiba, sustentada por um modelo produtivo baseado no extrativismo e na utilização de mão de obra livre (Corrêa, 2006, p.20). Entre os expoentes mais conhecidos desse grupo destacam-se o Visconde de Nácar e o Barão do Serro Azul, símbolos da ascensão da elite ervateira no cenário político e econômico provincial (Corrêa, 2006, p.23).

Esse predomínio da elite ervateira no plano econômico não se restringiu à esfera produtiva, projetando-se diretamente sobre a organização do poder político provincial. A articulação entre capital econômico e influência partidária moldou as disputas entre conservadores e liberais, ambos compostos por membros das elites locais organizadas em redes familiares de elevado capital social e político (Corrêa, 2006, p.24). Embora os liberais tenham predominado em diversos momentos na Assembleia Provincial, os conservadores mantiveram forte hegemonia econômica e exerceram o Poder

Executivo por períodos mais extensos, demostrando a imbricação entre riqueza fundiária e controle institucional (Corrêa, 2006, p.23).

Foi nesse cenário de concentração econômica, disputas políticas e redefinições no papel do Estado que se intensificaram, ao longo do século XIX, os projetos de colonização militar no Brasil. A criação de colônias militares nas fronteiras do Império foi uma estratégia adotada com o objetivo de promover a proteção, a ocupação e a administração das regiões de fronteira, além de atuar como um mecanismo de concessão, uso e fiscalização das terras devolutas destinadas à colonização (Venson, 2020, p. 45). O Estado brasileiro compreendia que a instalação dessas colônias era uma forma de garantir a integridade do território brasileiro.

Durante o século XIX, foram instaladas cerca de 24 Colônias Militares em diversos pontos do território considerados estratégicos do ponto de vista militar e econômico (Tedesco; Vanin, 2018). A Colônia Militar do Xapecó, instalada em 1882, integrou esse movimento mais amplo de expansão territorial e de intervenção estatal no espaço agrário. Sua trajetória foi marcada por conflitos entre colonos militares, posseiros civis e seus administradores, evidenciando as tensões entre interesses locais e diretrizes governamentais. Tais dinâmicas aproximam-se de outros processos observados no sul do Brasil, nos quais a ocupação da terra esteve permeada por disputas sociais, políticas e econômicas (Machado, 2004).

A população da colônia era composta por funcionários do Estado, entre eles, oficiais militares, diretor, escrivão-almoxarife, ajudante do diretor e médico, responsáveis tanto pelo policiamento da região quanto pela administração do estabelecimento (Venson, 2020). A gestão do núcleo populacional era exercida exclusivamente por militares com patente e formação, enquanto os integrantes sem formação eram classificados como praças.

Além desse grupo, a colônia também era formada por colonos com diferentes ofícios, como carpinteiros, feitores, serralheiros e lavradores, acompanhados de suas famílias, bem como por colonos voluntários, em geral ex-praças do Exército que permaneceram no local após o término de seus contratos (Venson, 2020).

É nesse cenário que se insere a atuação de Antônio Simões Cavalheiro, cuja trajetória permite compreender as formas de construção de autoridade local e de inserção política em um espaço marcado por disputas territoriais e transformações administrativas. A pesquisa busca compreender como se estruturavam as formas de inserção política e de construção de autoridade local em uma região marcada por transformações administrativas e disputas territoriais.

Para o presente trabalho, adota-se como procedimento metodológico o Paradigma Indiciário, conforme proposto por Carlo Ginzburg (1989), que privilegia a análise de indícios e vestígios como via de acesso à compreensão dos processos históricos. O corpus documental é composto por periódicos que circulavam na região da colônia, como o Diário da Tarde e A República, além de relatórios produzidos pelos diretores da Colônia Militar do Xapecó e pelo Ministério da Guerra. Essas fontes permitem identificar conflitos fundiários, disputas políticas e estratégias de ocupação territorial, com especial atenção à atuação de colonos militares como Antônio Simões Cavalheiro.

A Instalação da Colônia Militar do Xapecó e a atuação de Antônio Simões Cavalheiro

O território dos Campos de Palmas, pertencente à Província do Paraná, integrava, inicialmente, a jurisdição de Guarapuava. Em 1855, foi criada a freguesia de Senhor Bom Jesus de Palmas, ainda vinculada a esse município. Apenas em 1877 ocorreu seu desmembramento definitivo e, no ano seguinte, realizou-se a primeira eleição para a Câmara Municipal de Palmas, composta por seis vereadores, que exerceram mandato até 1882.

Após a consolidação administrativa de Palmas, a região passou a receber atenção estratégica do governo imperial, especialmente no que se refere à ocupação e à defesa de suas fronteiras. Nesse contexto, foi criada a Colônia Militar do Xapecó, destinada a assegurar a presença do Estado em territórios considerados de fronteira e a organizar a colonização militar. As colônias militares eram responsáveis pela concessão, uso e fiscalização das

terras destinadas aos colonos nacionais e estrangeiros, pela abertura e manutenção de estradas, pela exploração de rios e florestas, além de oferecer proteção a tropeiros, comerciantes e viajantes (Myskiw; Venson, 2021, p. 285).

A instalação da Colônia Militar do Xapecó esteve diretamente vinculada às disputas territoriais entre o Brasil e a Argentina. Entre meados do século XVIII e ao longo do século XIX, a República Argentina contestou a posse da região situada entre os rios Chapecó e Chopim (Heinsfeld, 2007, p. 12), inserindo esse espaço em um contexto mais amplo de indefinição de fronteiras no Cone Sul. Nesse período, o Império brasileiro empenhava-se na delimitação de seus limites territoriais com os países vizinhos, especialmente com a Argentina, recorrendo ao princípio do *uti possidetis*, segundo o qual a soberania sobre determinado território derivava de sua ocupação efetiva (Heinsfeld, 2007, p. 78).

Nesse sentido, o conhecimento, a ocupação e o controle do território tornavam-se elementos fundamentais não apenas para legitimar a posse, mas também para assegurar o exercício concreto da autoridade estatal sobre a região.

A Colônia Militar do Xapecó esteve em funcionamento entre 1882 e 1908, abrangendo um território que atualmente corresponde aos municípios catarinenses de Xanxerê, Xaxim, Faxinal dos Guedes e Ponte Serrada, totalizando em média 57.600,00 hectares, divididos em lotes de 242 hectares. Sua instalação foi conduzida pelo militar José Bernardino Bormann, que assumiu a direção do estabelecimento desde sua fundação, permanecendo no cargo até 1898. Após sua saída, observou-se uma maior rotatividade na administração da colônia, com a atuação de diferentes diretores, entre os quais destacamos a atuação de Francisco Serôa da Motta, com quem Antônio Cavalheiro teve alguns desentendimentos.

À época, esse território integrava a Província do Paraná, condição mantida até 1916, quando, em decorrência da Guerra do Contestado, passou ao controle do Estado de Santa Catarina. Considerando o recorte temporal adotado neste estudo, opta-se por analisá-lo a partir de sua vinculação administrativa ao Paraná, respeitando as dinâmicas políticas e institucionais vigentes no período.

No momento de sua instalação, a Colônia Militar do Xapecó contava com um destacamento de 42 praças, responsáveis não apenas pela implantação material do núcleo, como o desmatamento, a construção de moradias e edifícios militares e a abertura de estradas, mas também pela manutenção da ordem local e pelo apoio militar à vila de Palmas em situações de conflito ou ameaça. Apesar de já reduzido desde a origem, esse contingente foi progressivamente diminuído ao longo do tempo, sem que houvesse redução proporcional de suas atribuições, o que gerou constantes reclamações por parte dos diretores da Colônia (Venson, 2024, p. 26-27).

Esse quadro evidencia que, diante da limitação estrutural do aparato estatal, sujeitos como Antônio Simões Cavalheiro assumiram papel fundamental na mediação das relações locais, contribuindo para a organização da vida social e para a sustentação prática da autoridade na Colônia.

Do ponto de vista organizacional, a Colônia estruturava-se a partir da divisão entre lotes urbanos e rurais, sendo a área urbana considerada elemento fundamental tanto para a consolidação do núcleo quanto para a afirmação de um ideal de "civilização" na região (Bezerra, 2015). Os lotes, concedidos gratuitamente, integravam uma política de incentivo à fixação de colonos e ao desenvolvimento da produção agrícola. Inicialmente, os colonos recebiam um título provisório do lote, que, após dois anos de criação de animais ou cultivo, poderia ser convertido em título definitivo.

No entanto, ao longo de sua existência, a Colônia Militar do Xapecó concedeu apenas 11 títulos definitivos, todos durante a direção de Bormann, o que evidencia os limites práticos dessa política de ocupação. Essa restrição contribuiu para a proliferação de processos e requerimentos voltados à regularização das terras, revelando as tensões entre a normativa estatal e as práticas efetivas de ocupação (Venson, 2024, p. 135). Foi nesse contexto que Antônio Simões Cavalheiro se estabeleceu como beneficiário dessas concessões, inserindo-se nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas que marcaram a experiência da Colônia.

Antônio Simões Cavalheiro era natural do estado do Rio Grande do Sul e migrou ainda criança para a Colônia Militar do Xapecó entre os anos de

1884 e 1885, juntamente com seu pai Manuel Simões Cavalheiro, sua mãe Flora Maria do Espírito Santo e seu irmão João Simões Cavalheiro (Venson, 2024). Seu pai recebeu o título provisório do lote apenas em primeiro de maio de 1898, cerca de 13 anos após se instalar na colônia. Provavelmente, já ocupava um lote, mesmo sem a devida documentação, e se dedicava à exploração de erva mate e a criação de animais. Antônio e seu irmão, na mesma data, também receberam seus respectivos títulos provisórios, tendo em vista já serem maiores de idade (Venson, 2024).

Paralelamente à sua inserção econômica, Cavalheiro destacou-se como liderança comunitária ao assumir funções religiosas em razão da ausência frequente de um capelão militar. Reconhecido como "capelão leigo", passou a conduzir práticas católicas cotidianas, enquanto apenas esporadicamente um padre de Palmas se deslocava até a colônia para a realização de casamentos e batismos (Venson, 2024).

Em 18 de maio de 1901, Antônio Simões Cavalheiro solicitou ao diretor João José de Oliveira Freitas "permissão a esta diretoria para desistir do lote, com a condição de tirar o custo, o que foi permitido". A decisão relacionava-se ao seu interesse em investir na vida política no município de Palmas, o que tornava inviável a dedicação às atividades agrícolas exigidas pela concessão. Mesmo sem lote, permaneceu matriculado como colono militar, submetido às obrigações contratuais, e passou a residir no núcleo do Xanxerê, onde aparentemente mantinha pequeno comércio.

A renúncia ao lote não deve ser lida como mero abandono de propriedade, mas como indício das tensões entre o projeto disciplinador da Colônia Militar e as possibilidades de mobilidade social dos colonos. A concessão fundiária implicava fixação territorial, cultivo efetivo e conformidade a um modelo de colono produtivo. Ao deslocar-se para a esfera política e comercial, Cavalheiro rompeu com esse ideal, revelando os limites do dispositivo de fixação e controle instituído pela administração militar.

O caso indica que o lote não representava apenas acesso à terra, mas integrava um dispositivo de fixação territorial e de controle social. A permanência na condição de colono militar, mesmo sem lote, demonstra que a vinculação à Colônia transcendia a posse da terra e se articulava a uma rede de obrigações hierárquicas e institucionais. Ao deslocar-se para o núcleo do Xanxerê e dedicar-se, ao que tudo indica, a atividades comerciais e políticas, Antônio reconfigurava sua posição social, transitando entre o espaço disciplinado da Colônia e o campo político municipal. Tal movimento revela os limites do projeto imperial de moldagem do "colono ideal", ao mesmo tempo em que demonstra as estratégias individuais de negociação e adaptação frente às estruturas de poder vigentes.

Em 1905, Antônio Simões Cavalheiro foi eleito camarista, cargo equivalente ao de vereador, do município de Palmas pelo Partido Republicano Paranaense, passando a representar politicamente os interesses dos moradores da região da Colônia Militar do Xapecó. À época, Palmas contava com aproximadamente 11 mil habitantes e um eleitorado restrito de 520 votantes (Almanak Laemmert, 1909). Embora ocupasse o cargo legislativo, Cavalheiro permaneceu residindo na sede da colônia, deslocando-se à cidade apenas para as sessões da câmara, o que reforça seu papel como representante direto dos interesses regionais.

A partir desse momento, consolidou-se como agente político formal, dotado de autoridade institucional para mediar demandas locais junto ao poder municipal. No mesmo período, o prefeito de Palmas era Domingos Araujo, e a câmara era composta ainda por Amantino Ribas, Diogo Ferreira dos Santos, Estevão Ferreira da Rocha e Rotilio Rivas (Almanak Laemmert, 1909).

A trajetória de Antônio Simões Cavalheiro não pode ser compreendida apenas como um percurso individual, mas como expressão das dinâmicas sociais e políticas que estruturavam a Colônia Militar do Xapecó. Sua atuação o posiciona como um agente intermediário entre as diretrizes do Estado e as demandas locais, constatando como determinados indivíduos se apropriaram das estruturas institucionais para consolidar formas de autoridade e ampliar sua inserção política na região.

A atuação de Antônio Simões Cavalheiro enquanto camarista do município de Palmas não esteve isenta de tensões, gerando desentendimentos com autoridades locais, especialmente com o então diretor da Colônia Militar do Xapecó, Francisco Serôa da Motta. Um episódio emblemático ocorreu

em novembro de 1906, quando o deslocamento de Cavalheiro até Palmas para participar de uma sessão extraordinária da câmara municipal tornou-se motivo de conflito, evidenciando as disputas de autoridade entre a administração militar da colônia e o poder político municipal.

> Cavalheiro não havia comunicado a sua vinda a esta cidade ao diretor da colônia por achar-se no gozo de uma licença de oito meses que lhe concedera por escrito o referido diretor. Entre o atual diretor da colônia e Cavalheiro tem havido pequenos choques devido a não querer o diretor que os colonos possam dispor dos ervais que possuem em seus lotes. Daí partiu, segundo nos informam, a prisão de Cavalheiro, sob o pretexto de ter saído da colônia sendo colono, sem licença do diretor que o prendeu (Grave, República: Curitiba, 12 dez. 1906).

O episódio da prisão de Antônio Simões Cavalheiro permite uma leitura indiciária das relações de poder e das disputas em torno da Colônia Militar do Xapecó, na perspectiva proposta por Ginzburg (1989), segundo a qual pequenos vestígios e ocorrências aparentemente banais podem revelar estruturas sociais mais amplas. O fato de Cavalheiro não ter comunicado previamente sua ida à cidade de Palmas ao diretor da colônia, apesar de encontrar-se em gozo de licença escrita por oito meses, pode parecer, à primeira vista, um mero detalhe administrativo. No entanto, ao considerar os embates anteriores entre Cavalheiro e a direção da colônia, emerge um conflito mais amplo relacionado ao controle dos ervais. A resistência dos colonos frente à ingerência da administração militar sobre o uso dos recursos naturais de seus lotes revela uma tensão estrutural entre a autonomia buscada pelos moradores e o regime disciplinar imposto pelo poder estatal, revelando como disputas econômicas e fundiárias se entrelaçavam às relações de autoridade no cotidiano da colonização militar.

Nesse contexto, é fundamental considerar as mudanças nas normas de uso da terra ao longo da administração da Colônia. Durante a direção de José Bernardino Bormann, os colonos podiam explorar os recursos naturais de seus lotes, como a erva-mate e a madeira, mesmo quando detinham apenas o título provisório, o que conferia maior margem de autonomia às práticas produtivas locais. No entanto, com a Proclamação da República e a consequente rotatividade de diretores, observa-se uma inflexão nessa política: o Ministério da Guerra passou a restringir a exploração desses recursos apenas aos colonos com título definitivo de propriedade. Considerando que estes constituíam uma parcela bastante reduzida na Colônia Militar do Xapecó, tal medida intensificou os conflitos em torno do acesso e do uso da terra, ao mesmo tempo em que reforçou os mecanismos de controle estatal sobre a economia local e sobre os próprios colonos. E Antônio Cavalheiro assumiu o papel de porta voz do direito dos colonos.

A prisão de Cavalheiro, justificada pelo artigo 52 do Decreto n. 4.662 (1902), que proibia a saída da colônia sem autorização do diretor, aparece, nesse contexto, como um pretexto. O dispositivo legal era claro quanto à punição dos colonos que abandonassem seus lotes, mas no caso em questão há uma contradição decisiva: Cavalheiro não possuía lote. Se não havia lote a perder, a prisão funcionou como uma forma de coerção simbólica, reafirmando a autoridade do diretor diante das resistências locais.

A curta detenção de Cavalheiro não deve ser lida apenas como cumprimento estrito da norma, mas como um indício de uma disputa maior. O ato do diretor mostra-se seletivo, marcado mais pela tentativa de conter práticas autônomas ligadas à exploração dos ervais do que por zelo administrativo. A aparente rigidez legal encobre uma dimensão de arbitrariedade e de luta pela apropriação dos recursos da colônia.

Os militares eram proibidos de punir fisicamente os colonos, portanto a prisão foi utilizada amplamente pelos diretores na tentativa de manter a disciplina. A ação supostamente gerou movimentação dos colonos que "em atitude exacerbada ante o procedimento rancoroso do diretor com quem nem mesmo os colegas têm ultimamente podido quadrar-se, representaram contra o diretor solicitando a sua retirada" (Grave, República: Curitiba, 12 dez. 1906). As reclamações não geraram nenhuma consequência ao diretor, pois tornaram-se constantes após a saída Bormann, da direção da colônia, em 1898. E o próprio Ministério da Guerra defendia uma postura mais enérgica dos

diretores, visando o controle da população local e regional, com o objetivo de manter e estimular a disciplina.

De acordo com o jornal *A República,* Cavalheiro estava sendo perseguido pelo diretor em razão de seu posicionamento contrário à administração da Colônia. Sua atuação política extrapolava os limites de Palmas, o que intensificava os confrontos com Serôa da Motta, autoridade máxima no perímetro da Colônia. Ao mesmo tempo, o diretor encontrava dificuldades em aplicar as determinações do Ministério da Guerra, que definiam os ervais como propriedade da direção, ainda que situados em lotes já distribuídos. Os títulos provisórios entregues aos colonos careciam de orientações claras, reforçando entre eles a convicção de que, após a expedição do título, o lote e todos os seus recursos lhes pertenciam por direito. Essa ambiguidade documental abriu espaço para múltiplas interpretações, tanto pela administração quanto pelos colonos, tornando o conflito inevitável.

A situação ganha novos contornos quando se observa que Cavalheiro também atuava como empresário em Xanxerê, onde era proprietário da única indústria ervateira da região, a *Erva Mate Xanxerê.* É plausível supor que adquirisse erva-mate diretamente dos colonos a preços baixos, e que a restrição imposta pela direção da Colônia afetasse seus interesses comerciais. Assim, sua defesa dos colonos pode ser lida não apenas como uma posição política, mas também como a defesa de seu próprio espaço econômico em meio às disputas locais.

Pouco tempo depois, Serôa da Motta solicitou exoneração do cargo. O desaparecimento da questão dos ervais tanto na imprensa quanto nos relatórios oficiais que se seguiram constitui, por si só, um indício eloquente: a ausência de registros não significa a resolução do conflito, mas revela a capacidade das fontes em silenciar disputas incômodas e em apagar tensões que poderiam comprometer a autoridade da administração ou expor alianças locais.

Em 1907, Antônio Simões Cavalheiro foi nomeado para a Guarda Nacional, representando a Comarca de Palmas na 26ª brigada de infantaria, como Major Cirurgião (A República, 09 jul. 1907). A Guarda Nacional foi organizada a partir de 1831 e tinha como objetivo a implementação de uma força militar formada apenas por proprietários. Ser um oficial da Guarda Nacional aumentava o prestígio social e político, pois, por juramento de posse, as praças e a baixa oficialidade deveriam prestar obediência aos oficiais superiores, o que "frequentemente extrapolava os fins militares, espraiando-se nas disputas políticas locais e na luta contra desafetos pessoais (Machado, 2004, p.101). Ser da Guarda Nacional demonstrava o poder econômico e político que Cavalheiro exercia no estado e na região de Palmas.

Cavalheiro foi também responsável pela criação do jornal Xanxerê, em 1909, definido como "órgão dos interesses locais" (Xanxerê: Xanxerê, 1º jan. 1911). Embora se apresentasse como veículo representativo da região, o periódico atuou majoritariamente na defesa dos interesses políticos e econômicos do próprio Cavalheiro. Apesar de ter sido localizado apenas um exemplar do jornal, diversos de seus artigos foram reproduzidos em periódicos de Curitiba, o que permitiu compreender os desdobramentos do conflito territorial em Xanxerê, área correspondente à antiga Colônia Militar do Xapecó.

A trajetória de Cavalheiro aproxima-se de outros agentes políticos da Primeira República que, inseridos em contextos locais, mobilizavam redes de sociabilidade e controle sobre recursos para consolidar posições de poder. Essa atuação aproxima Cavalheiro da lógica do coronelismo, uma vez que a criação de jornais em pequenas localidades constituía prática recorrente entre lideranças regionais com o objetivo de difundir seus discursos políticos e legitimar sua dominação junto aos setores urbanos e médios da sociedade, conforme analisa Machado (2004, p. 94). Nesse sentido, após a resolução da questão de limites com o estado de Santa Catarina, a iniciativa de fundar um periódico próprio revela o interesse de Cavalheiro em ampliar e consolidar ainda mais sua influência política regional, utilizando a imprensa como instrumento estratégico de poder.

Quando Cavalheiro recebeu o arrendamento dos ervais pelo estado do Paraná em 1910, já era uma figura influente, principalmente na região da extinta Colônia Militar do Xapecó. E a sua atuação favorável ao estado paranaense provavelmente era no sentido

de conseguir vantagens sociais e econômicas. Com relação ao território arrendado:

> O arrendatário fica com direito a extrair erva-mate durante o prazo de cinco anos em um terreno com a extensão de dois mil hectares situado na zona limitada pelos rios Uruguai e do Peixe, pelas divisas da ex-Colônia Chapecó, para o lado sul e pelos campos de Palmas, incluindo os ervais situados entre os rios Chapecó e Chapecosinho, no município de Bela Vista, exceção da área, que por Decreto especial foi destinada para aldeamento dos índios no lugar denominado "Formigas" (Santos, 1910, p.120).

O arrendatário, além dos impostos, era obrigado a pagar anualmente três contos de réis ao estado do Paraná. E era proibido explorar "de qualquer modo as madeiras existentes no terreno" sob ameaça de rescisão imediata do contrato de arrendamento. Também era obrigação do arrendatário demarcar as terras "no prazo máximo de um ano", sendo essa uma "formalidade essencial" (Santos, 1910, p.120).

Com a emancipação da Colônia do Xapecó em 1908, o Paraná passou a cobrar impostos dos moradores e comerciantes locais, medida que gerou forte descontentamento (Diário da Tarde, 1910). A ausência de investimentos públicos acentuou as críticas e levou parte da população de Xanxerê a apoiar Santa Catarina na questão de limites, diante das promessas de melhorias em infraestrutura.

Esse cenário de insatisfação fiscal e expectativas frustradas não se restringia à esfera do conflito interestadual, mas repercutia diretamente na dinâmica política do município de Palmas, ao qual a Colônia Militar do Xapecó permanecia vinculada administrativamente. As disputas em torno da soberania territorial, da arrecadação de impostos e do controle dos recursos naturais intensificaram tensões já existentes entre lideranças locais, autoridades municipais e a administração da Colônia. É nesse entrelaçamento entre política municipal e gestão militar do território que se insere a trajetória de seus principais agentes, revelando como a Colônia do Xapecó esteve profundamente implicada nas disputas políticas de Palmas.

A Colônia Militar do Xapecó em meio às disputas políticas de Palmas

Nesse contexto de incorporação do território da antiga Colônia Militar do Xapecó ao estado do Paraná, persistia o conflito de limites com Santa Catarina. Em diferentes momentos, Antônio Cavalheiro, enquanto morador da extinta colônia, posicionou-se favoravelmente ao governo paranaense, postura que se articulava ao arrendamento concedido pelo estado e aos interesses econômicos daí decorrentes. Como agente político local, representava os grupos alinhados ao Paraná, em oposição àqueles que, embora residentes em território paranaense, defendiam a vinculação a Santa Catarina, como Manoel dos Santos Marinho.

À medida que a disputa territorial se intensificava, as tensões deixaram o plano estritamente político e assumiram contornos de mobilização armada. Moradores da região passaram a organizar-se militarmente para defender os interesses paranaenses. Segundo Gabriel Barboza, coronéis e membros da Guarda Nacional estruturaram "piquetes civis" em apoio ao Exército Nacional (2021, p. 214). Em outubro de 1912, realizou-se em Xanxerê uma formatura que reuniu cerca de 300 cidadãos, os quais se apresentaram "voluntariamente para fazer respeitar a soberania do contestado" (A República, 1912). A mobilização não se limitou ao gesto simbólico de adesão: as trincheiras construídas em 1894 pelo marechal José Bernardino Bormann, no núcleo populacional de Xanxerê, durante a Revolução Federalista, foram reconstruídas e preparadas para eventual confronto (A República, 1912). A reativação dessas estruturas defensivas evidencia a permanência de uma cultura política marcada pela militarização do território e pela recorrente mobilização civil em momentos de crise.

É nesse cenário de mobilização e expectativa de confronto que também se insere a atuação de Antônio Simões Cavalheiro. Como major da Guarda Nacional, organizou um contingente militar após receber notícias de que o monge José Maria avançava em direção ao oeste do território contestado, atravessando o Rio do Peixe, com possível destino aos Campos de Palmas (Kunrath,

2023). A circulação dessas informações, amplamente reproduzidas nos jornais de Curitiba, reforçava entre os paranaenses a percepção de que a movimentação do monge estava vinculada à questão de limites (Kunrath, 2023). Assim, a ação de Cavalheiro não se restringia a uma iniciativa isolada, mas integrava um esforço mais amplo de defesa territorial diante daquilo que era interpretado como ameaça às pretensões paranaenses.

Em reportagem publicada em 5 de novembro de 1912, Cavalheiro alertava para a movimentação de "cavaleiros vindos pela picada de Irani", que supostamente seriam "caboclos que tomassem parte no combate e que agora se dispersam". Acrescentava ainda que "os patriotas daqui estão de prevenção e dispostos a repelir qualquer ataque" (A República, 1912). Apesar do tom alarmista, a região de Xanxerê não chegou a ser invadida, tampouco há confirmação de que tal movimentação estivesse efetivamente vinculada à Batalha de Irani.

Sob a perspectiva do Paradigma Indiciário, o episódio revela menos um fato consumado e mais a circulação de sinais interpretados como ameaça. A notícia não comprova a presença de forças adversárias, mas exprime a produção de um clima de expectativa bélica, no qual rastros imprecisos de "cavaleiros", "caboclos" e de "dispersão", eram convertidos em indícios de invasão iminente. Mais do que descrever um confronto, a reportagem permite observar o processo pelo qual rumores, medos e informações fragmentárias eram mobilizados para justificar a organização defensiva e reforçar a posição paranaense na disputa territorial. Nesse sentido, a reportagem do jornal funciona como vestígio de uma cultura política marcada pela leitura estratégica dos acontecimentos, em que a interpretação dos sinais importava tanto quanto a verificação objetiva dos fatos.

Se o confronto armado não se materializou em Xanxerê, a disputa pelo território contestado continuou a se desenrolar por outros meios. Paralelamente à mobilização militar, intensificaram-se estratégias de persuasão política voltadas à população local. O descontentamento de parte dos moradores com o governo paranaense abriu espaço para a atuação catarinense no território. Em publicação no jornal O Estado (1915), de Florianópolis, evidencia-se que Santa Catarina buscava afirmar sua presença administrativa no Contestado: "Ultimamente tem sido distribuído no Contestado folhetos contendo as leis de Santa Catarina sobre impostos, instrução pública, viação e organização judiciária. O comércio tem comparado os impostos de Santa Catarina com os do Paraná que são exorbitantes" (O Estado, 1915).

A ausência de investimentos do estado do Paraná na região, somada à circulação dessa propaganda, contribuía para tensionar ainda mais a antiga região da Colônia Militar do Xapecó. Para parte dos moradores, a administração catarinense apresentava-se como alternativa potencialmente mais vantajosa.

De acordo com Paulo Pinheiro Machado, quase toda a população da região contestada era proveniente, majoritariamente, do Paraná, principalmente de Palmeira, Lapa e São José dos Pinhais, e apesar de sua origem, a maioria dos lavradores sitiantes e posseiros simpatizava com o pleito catarinense sobre a região (Machado, 2004, p.135). Pois, afastar as fronteiras paranaenses significava ganhar distância do poder direto dos coronéis, visto que, as atividades de grilagem eram muito mais intensas no Paraná (Machado, 2004, p.135).

Devido à movimentação catarinense no território, o governo paranaense organizou, nos municípios contestados, comitês de limites, "organismos oficiais com fins 'cívicos', mas que, na prática, recebiam armas do Comitê Central de Limites, sediado em Curitiba e chefiado pelo coronel Romário Martins" (Machado, 2004, p. 136). Existiam comitês nas cidades de Palmas, Rio Negro e União da Vitória, onde os respectivos prefeitos mantinham guardas informais (Machado, 2004, p. 137).

Em julho de 1915, a Comissão Central realizou visitas aos comitês locais. Segundo o Diário da Tarde, "O povo de Xanxerê, fiel à tradição dos antepassados, saudou entusiasticamente a Comissão Central de Limites [...] A banda de música foi postada no coreto da praça, executando o hino do Paraná. O povo, no auge do entusiasmo, dava vivas ao Paraná íntegro" (Diário da Tarde, 1915). Antônio Simões Cavalheiro figurava como líder da Comissão Local de Xanxerê. A visita da Comissão Geral de Limites provavelmente relacionava-se às declarações

de Santos Marinho de que a população da região se inclinava ao estado catarinense. Nesse contexto, a presença da comissão pode ser interpretada como estratégia de afirmação simbólica da soberania paranaense no território contestado.

Sob a perspectiva do Paradigma Indiciário, a reportagem não deve ser lida como mera descrição transparente do entusiasmo popular, mas como vestígio de uma encenação política cuidadosamente construída. Elementos como a execução do hino, o uso reiterado da expressão "Paraná íntegro" e a referência à "tradição dos antepassados" funcionam como indícios da produção discursiva de pertencimento. O texto sugere unanimidade e fervor cívico, mas justamente essa ênfase excessiva pode indicar a necessidade de reafirmação de uma lealdade que estava em disputa. Assim, mais do que comprovar adesão espontânea da população, a fonte revela os mecanismos pelos quais o Estado buscava fabricar visibilidade, consenso e legitimidade em uma região marcada por ambiguidades de pertencimento político. Assim, a encenação cívica registrada pela imprensa deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de disputa territorial, cuja definição formal ocorreria apenas em 1916, com a assinatura do acordo de limites entre os dois estados.

A disputa por soberania, que durante anos se manifestou em mobilizações cívicas, organização militar e intensa produção discursiva, foi formalmente encerrada em 20 de outubro de 1916, com a assinatura do acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná (Valentini, 2009, p. 240). Conforme aponta Paulo Pinheiro Machado, Santa Catarina passou a controlar a faixa norte do território contestado, tendo os rios Negro e Iguaçu, até União da Vitória, como divisa entre os dois estados, enquanto a faixa oeste, de União da Vitória até a fronteira com a Argentina, foi dividida entre ambos os litigantes. A redefinição cartográfica consolidava juridicamente uma disputa que, até então, vinha sendo sustentada por mobilizações simbólicas e estratégias de afirmação territorial.

A consolidação da soberania catarinense exigia, contudo, mais do que a fixação de limites no mapa: demandava a reorganização administrativa e fundiária do espaço recém-incorporado. Com base na Lei Estadual nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, foram criados os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó, todos integrados ao território de Santa Catarina. Chapecó, com área de 14.793 km² (Vicenzi, 2008, p. 40), abrangia todo o perímetro da antiga Colônia Militar do Xapecó.

A criação dos novos municípios representou não apenas reorganização administrativa, mas a institucionalização da presença catarinense sobre um território que, por décadas, estivera sob disputa e indefinição jurídica. Poucos dias antes da promulgação da lei, em 14 de agosto, o governador Felipe Schmidt manifestava, em mensagem ao Congresso Representativo, a necessidade de instalar três agências da repartição de terras no antigo território contestado, solicitando recursos e autorização para reformular os serviços administrativos (Schmidt, 1917, p. 40). A prioridade atribuída à repartição de terras ressalta que o exercício efetivo da soberania passava, sobretudo, pelo controle jurídico e burocrático da propriedade.

A incorporação do território também possuía dimensão econômica estratégica. Ao destacar as "melhores probabilidades de um surto econômico" e a possibilidade de tornar Santa Catarina um dos grandes produtores de erva-mate (Schmidt, 1917), o governo revelava o interesse na exploração sistemática dos ervais da região. Entre o final do século XIX e o início do XX, a erva-mate constituía o principal produto de exportação do estado, tendo o Chile como principal mercado consumidor (Machado, 2004). Nesse contexto, tornava-se imperativo redefinir a situação jurídica dos lotes anteriormente concedidos pelo Paraná, de modo a permitir novas concessões de terras devolutas e reorganizar a exploração econômica segundo os interesses das elites estaduais. A definição da nova linha divisória não apenas encerrou formalmente o conflito armado, mas consolidou juridicamente uma redistribuição territorial que reconfiguraria as relações fundiárias e administrativas na antiga área da Colônia Militar do Xapecó.

Com a assinatura do acordo em 20 de outubro de 1916, o estado de Santa Catarina comprometia-se a respeitar as concessões feitas até então pelo estado do Paraná, porém, o estado vizinho continuou a fazer concessões (Werlang, 2006, p.31). Em 1917, foram expedidos 95 títulos, a maior parte deles na área pertencente a Santa

Catarina. Visando regularizar a situação, Santa Catarina editou a lei n. 1.181, de 04 de outubro de 1917, onde definiu que "todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, na zona contestada, ficam obrigados a registrá-los, no prazo de dois anos, a contar a do primeiro de janeiro de 1918" (Werlang, 2006, p.31). A lei tinha como objetivo legalizar e anular as concessões posteriores ao Tratado de Limites.

Para organizar e estimular o "desenvolvimento completo" dos novos municípios, foram nomeados superintendes, conselheiros municipais e juízes de paz "que deverão servir ainda até o fim do corrente ano, pois todos os municípios já se realizaram eleições municipais" (Schmidt, 1918, p.21). O governo catarinense tinha o intuito de entregar a responsabilidade administrativa a Antônio Simões Cavalheiro, "único grande proprietário, ervateiro, que gozava de prestígio popular no território de Xanxerê" (Hass, 2001, p.78). Contudo, não chegou a assumir o cargo, pois faleceu em 22 de outubro de 1917, aos 40 anos, vítima de febre tifoide. Não deixou esposa nem filhos, sendo seu irmão, João Simões, o responsável pela abertura e condução de seu inventário.

Devido ao seu falecimento, o jornal O Dia (1917), de Florianópolis publicou uma nota: "Pela sua energia e descortino, muito superior ao meio em que sempre viveu, o extinto conseguiu rodear o seu nome do maior acatamento e respeito por parte de seus correligionários". Demonstrando, que mesmo atuando a favor do governo paranaense, detinha o respeito do governo catarinense, provavelmente devido ao seu auxílio em pacificar a região de Xanxerê, após o acordo de 1916.

Como se observa ao longo de sua trajetória, Antônio Simões Cavalheiro demonstrou notável habilidade política ao transitar entre os interesses dos governos do Paraná e de Santa Catarina em um contexto marcado por disputas territoriais e instabilidade administrativa. Longe de assumir uma lealdade fixa a um único poder estadual, Cavalheiro soube negociar apoios, construir prestígio e apresentar-se como liderança indispensável à pacificação local, utilizando esses conflitos como oportunidades para fortalecer sua posição individual.

Ao atuar como mediador entre autoridades e populações locais, transformou sua influência política em vantagens concretas para si próprio, assegurando reconhecimento institucional, ampliação de sua autoridade regional e consolidação de seus interesses particulares, demonstrando que nas zonas de fronteira, o exercício do poder local estava profundamente ligado a estratégias pessoais de ascensão e manutenção de influência.

Considerações finais

A análise da trajetória de Antônio Simões Cavalheiro permite compreender que o exercício do poder local na Primeira República, especialmente em regiões de fronteira administrativa, não se restringia à ocupação de cargos formais, mas se constituía a partir de relações de mediação, negociação e inserção em redes políticas e sociais. Sua atuação como camarista em Palmas e como morador da Colônia Militar do Xapecó evidencia a construção de uma autoridade que transitava entre diferentes esferas, municipal, regional e institucional, articulando interesses diversos em um contexto marcado por instabilidade territorial e disputas de jurisdição.

Mais do que um agente isolado, Cavalheiro pode ser compreendido como parte de um grupo de lideranças locais que operavam na interface entre o Estado e a população, desempenhando funções fundamentais na organização da vida política em áreas de ocupação recente. Sua trajetória revela que a consolidação do poder nessas regiões dependia tanto do reconhecimento institucional quanto da capacidade de estabelecer vínculos sociais e de atuar estrategicamente diante das transformações administrativas e dos conflitos em curso.

Nesse sentido, o presente artigo revela que a Colônia Militar do Xapecó não deve ser compreendida apenas como um instrumento de ocupação territorial, mas também como um espaço de produção de relações de poder e de formação de elites locais. A experiência de Cavalheiro demonstra como esses sujeitos participaram ativamente da construção das dinâmicas políticas regionais, contribuindo para a configuração de formas específicas de autoridade e governabilidade. Assim,

ao retomar a questão central proposta, conclui-se que a inserção política e a construção de autoridade local na região analisada foram processos marcados pela articulação entre posições institucionais, redes de sociabilidade e estratégias de atuação, ressaltando a complexidade do poder nas áreas de fronteira durante a Primeira República.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido durante a realização desta pesquisa, fundamental para o desenvolvimento das atividades acadêmicas que resultaram neste trabalho.

Referências

A República, Curitiba, 24 de outubro de 1912.

ALMANAK LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1909**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1909.

BARBOZA, Gabriel. **O movimento em prol do Estado das Missões:** uma luta pela emancipação do Contestado (1909-1917). Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, P.214, 2021.

BEZERRA, Jéssika de Aquino. **Civilizar os sertões, consolidar o Estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897).** 275 p. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70, p.188, 2011.

BRASIL. **Decreto número 4.662, de 12 de novembro de 1902.**

CAVALHEIRO, Antônio. **O Dia:** Florianópolis, 25 out. 1917.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CORRÊA, Amélia. **Imprensa e Política no Paraná:** Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. 230 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

COSTA, Emília Viotti da Costa. **Da senzala à colônia:** estudos sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil. São Paulo: UNESP, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

ECHOS DO CONTESTADO. **O Estado:** Florianópolis, jul. 1915.

ERVA MATE. **Diário da Tarde:** Curitiba, 12 jul. 1910.

FREITAS, João José de Oliveira. **Relatório da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1901.

GRAVE. **República:** Curitiba, 12 dez. 1906.

Guarda Nacional. **A República**: Curitiba, 09 jul. 1907.

GINZBURG, Carlo. **Mito, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HASS, Monica. **Os partidos Políticos e a Elite Chapecoense**: um estudo de poder local 1945-1956. Chapecó: Argos, 2001.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina:** A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

KUNRATH, Gabriel Carvalho. Que terrível madrugada, que terrível despedida, no espaço de uma hora a causa foi decidida: a Batalha do Irani. In: RODRIGUES, Rogério; MACHADO, Paulo Pinheiro; TOMPOROSKI, Alexandre; VALENTINI, Delmir; ESPIG, Márcia. **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra e Voz, , p.117-124, 2023.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MENDES, Adilson Miranda. **Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense**: Palmas 1859 - 1903. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder**: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MYSKIW, Antonio; VENSON, Leticia. Colônias Militares no Brasil Meridional. In: Ânderson Marcelo Schmitt; Murillo Dias Winter. (Org.). **Fronteiras na História**: atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX). 1ed.Chapecó: Editora da UFFS, p. 472. 2021.

O POVO paranaense, como um único organismo, vibra de entusiasmo pela causa dos nossos direitos. **Diário da Tarde:** Curitiba, 15 jul. 1915.

SANTOS, Claudino. **Relatório da Secretaria de Estado nos Negócios de Obras Públicas e Colonização**. Curitiba: Tipografia da República, p. 120, 1910.

SCHMIDT, Felipe. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917**. Florianópolis, 1917.

SCHMIDT, Felipe. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 08 de setembro de 1918**. Florianópolis, p.21, 1918.

TEDESCO, João Carlos. VANIN, Alex A. **Entre a espada, a cruz e a enxada:** A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: All Print, 2018.

UM GRUPO de caboclos acerca-se de Xanxerê. **A República,** 5 de novembro de 1912.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brasil Railway Company no Sul do Brasil**: A instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916). 301p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VENSON, Leticia Maria. **Donde se avista o caminho da roça**: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. 132 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

VENSON, Leticia Maria. **História Agrária da Colônia Militar do Xapecó:** Do Império a República (1882-1925). 230 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2024.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do Oeste Catarinense.** Chapecó: Argos, 2008.

WERLANG, Alceu. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

Xanxerê: Xanxerê, 01 jan. 1911.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.03

Concentração e desconcentração fundiária no município de Machado: história agrária e cafeicultura (MG, 1855-1960)

Land concentration and retraction in the municipality of Machado: agrarian history and coffee farming (MG, 1855-1960)

Isaac Cassemiro Ribeiro*

Palavras-chave:
Latifúndios
Fragmentação fundiária
Crises econômicas

Resumo: Este artigo analisa a história agrária e a evolução do cultivo do café no município de Machado, no sudoeste de Minas Gerais, entre 1855 e 1960. Inicialmente estabelecida como um centro de comércio de gado voltado para o abastecimento doméstico, a região utilizou o capital gerado por essa atividade para financiar a transição para o cultivo do café. A expansão do cultivo do café ocorreu significativamente após a década de 1860, impulsionada pelo aumento da demanda internacional e pela chegada das ferrovias. O estudo mostra que, embora a produção fosse inicialmente modesta em comparação com regiões pioneiras, ela se concentrava em grandes propriedades. A análise da estrutura fundiária revela dinâmicas de concentração e desconcentração. Após as crises que abalaram a economia cafeeira mundial, combinadas com a situação econômica nacional, a concentração fundiária começou a mudar. Na virada do século, ocorreu a primeira grande recessão. No entanto, a crise de 1929, que para a cafeicultura se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi um marco decisivo na fragmentação fundiária. Com a retomada do crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, houve um retorno à tendência de concentração. No entanto, uma nova crise dos preços do café no final da década de 1950 mudou esse quadro novamente. Neste artigo, apresento uma interpretação dessas variações com base na leitura da história agrária local.

Keywords:
Latifundium
Land fragmentation
Economic crises

Abstract: This article analyzes the agrarian history and evolution of coffee cultivation in the municipality of Machado, in southwestern Minas Gerais, between 1855 and 1960. Initially established as a cattle trading center focused on domestic supply, the region used the capital generated by this activity to finance the transition to coffee cultivation. The expansion of coffee cultivation occurred significantly after the 1860s, driven by increased international demand and the arrival of railroads. The study shows that, although production was initially modest compared to pioneering regions, it became concentrated on large estates. Analysis of the land structure reveals dynamics of concentration and deconcentration. After the crises that shook the global coffee economy, combined with the national economic situation, land concentration began to change. At the turn of the century, the first major recession occurred. However, the crisis of 1929, which lasted until the end of World War II for coffee farming, was a decisive milestone in land fragmentation. With the resumption of economic growth after World War II, there was a return to the trend of concentration. However, a new coffee price crisis in the late 1950s changed this picture again. In this article, I present an interpretation of these variations based on a reading of local agrarian history.

Recebido em 30 de dezembro de 2025. Aprovado em 23 de abril de 2026.

* Doutor em História pela UFMG. Professor no IFSULDEMINAS, *campus* Machado.
E-mail para contato: isaac.ribeiro7@gmail.com

Introdução

Quando o ouro foi descoberto e deu-se início à colonização da região das Minas, o cafeeiro era uma planta praticamente desconhecida no Brasil. Introduzido no Estado do Grão Pará e Maranhão, a partir da década de 1720, foi cultivado inicialmente como planta ornamental (Marquese & Tomich, 2015, p. 34).

Apesar da descoberta de algumas jazidas auríferas no sudoeste de Minas (onde se insere o município de Machado, ver Mapa 1), o que mais atraiu os migrantes para essa região foi sua grande extensão de terras "devolutas", de baixo custo para a ocupação, principalmente após a dispersão dos quilombos do Campo Grande, na segunda metade do Setecentos (Martins, 2008).

É importante frisar que a ampla disponibilidade de terras e uma fronteira aberta não eram uma realidade dada de antemão. Como a historiografia vem demonstrando, a ocupação dos espaços por pequenos posseiros, lavradores e, em especial, por várias populações indígenas demarcou os limites das primeiras investidas luso-brasileiras nas chamadas "fronteiras abertas" (Lemos, 2004; Machado, 2012; Alvarenga, 2020).

No caso específico do Sudoeste de Minas, grande parte da população indígena foi capturada, morta ou dispersa ainda no século XVII por sertanistas de São Paulo, aclamados posteriormente como "bandeirantes" (Monteiro, 1994). Na centúria seguinte, se formaram dezenas de núcleos quilombolas, agregando escravos fugidos, livres pobres e remanescentes indígenas. Tais grupos foram atacados por uma enorme expedição de quatrocentos homens armados, tendo à frente Bartolomeu Bueno do Prado, nomeado "governador comandante" (Gaspar, 2025, p. 102). Após o ataque, deu-se início ao processo colonizador da região.

Fator também decisivo para a colonização do entorno foi sua proximidade com a capitania de São Paulo, mas, sobretudo, com o Rio de Janeiro. Essa cidade, capital da Colônia a partir de 1763, firmou-se como a mais importante praça mercantil do centro-sul, com crescente demanda por produtos da agropecuária voltados ao abastecimento interno (Fragoso, 1998).

A possibilidade de ganhar dinheiro com a economia de abastecimento norteou a migração de vários grupos familiares que buscaram as fronteiras de Minas Gerais. Oportunidade que se tornou cada vez mais atrativa devido ao declínio da extração aurífera nas áreas centrais da capitania.

Por outro lado, nesse mesmo período, a demanda pela produção de mantimentos acentuou-se com a recuperação da economia açucareira na América Portuguesa após a revolução Haitiana, iniciada em 1791 (Marquese & Tomich, 2015, p. 35). Concomitantemente, em fins do século XVIII, a cultura comercial do café começava a ser introduzida nos arredores do Rio de Janeiro. Porém, ela só alcançaria alguma relevância na década de 1830, quando se espalhou pelo médio Vale do Paraíba, região geográfica da primeira onda cafeeira nacional (Stein, 1985, p. 50).

Em 1822, o país conquistou sua independência em relação a Portugal e, em meio às crises do começo do século XIX, a exportação de café se tornou uma "aposta para o futuro" ao recém-criado Império do Brasil (Marquese & Tomich, 2015, p. 21). De fato, esse produto dominaria as pautas de exportação nacionais durante praticamente cem anos, ultrapassando o fim do Império e dando sustento à Primeira República. Somente após 1930, outras alternativas seriam seriamente tentadas, buscando-se diversificar a produção econômica nacional, especialmente no sentido da industrialização.

Em 1828, o Brasil havia se tornado o maior produtor mundial de café. Desbancou áreas que lideravam a produção, principalmente o Haiti (antigo Caribe Francês), e abriu caminho, com a colônia holandesa de Java, para uma nova onda de expansão da cadeia mercantil cafeeira, no que Rafael de Bivar Marquese teorizou como a "terceira economia global do café" (1790 - 1888). A primeira se desenvolveu com produção camponesa a partir do Iémen, tendo como mercado consumidor a economia-mundo mercantil-tributária do Império Otomano, aproximadamente de 1550 a 1720. A segunda emergiu com a entrada das forças da economia-mundo capitalista europeia no mercado do café, entre 1650 e 1815, baseada na agricultura de *plantation* escravista, e no crescimento do mercado consumidor europeu. A terceira fase, por sua vez, foi

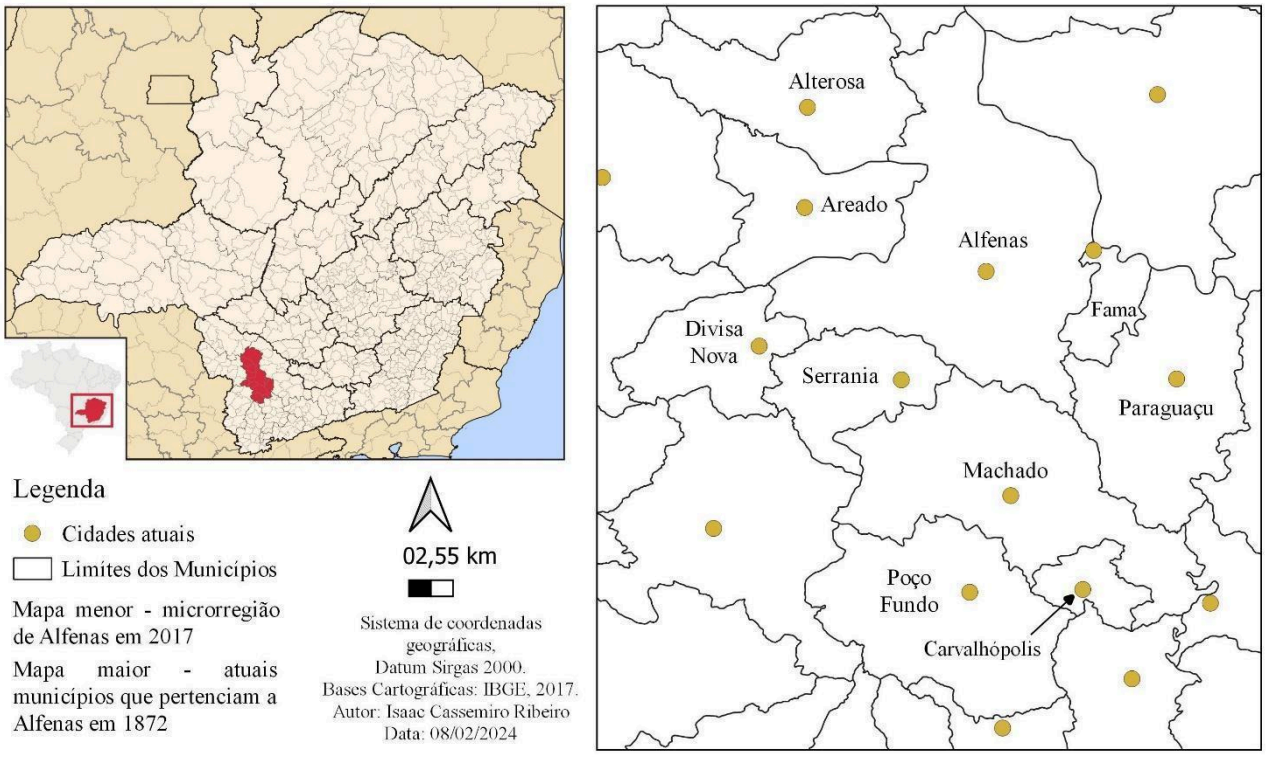
marcada pela intensificação do trabalho escravo, sobre bases nacionais, no recém-independente Império do Brasil, inserindo-se na economia-mundo capitalista sob a hegemonia britânica e seus princípios de livre comércio (Marquese, 2023, p. 27).

Quando da expansão da grande lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, o sul da província de Minas, entendido então como a região da Comarca do Rio das Mortes, já era um centro consolidado de produção agrícola e pecuária voltada para a economia de abastecimento interno. Sua principal praça mercantil era a própria cabeça da comarca, a cidade de São João del-Rei (Graça Filho, 2002). Mais ao sul, a vila de Campanha também tinha certa relevância como entreposto comercial e centro político (Andrade, 2014, p. 40).

O arraial do Machado, cuja capela foi edificada em 1816, surgiu no Sudoeste de Minas, nas proximidades do caminho que ligava o povoado de Alfenas à vila de Campanha (Rebello, 2006, p. 46) (ver: Mapa 1). Seu território pertenceu à futura vila e cidade de Alfenas até 1880, quando o distrito se emancipou e foi elevado a vila. Sabemos pela lista nominativa de 1831, que 923 indivíduos viviam sob a jurisdição da capela da Sacra Família do Machado, menos de um terço da população de Alfenas. Quase a metade dos moradores locais eram escravos (47,12%), percentual muito acima da média encontrada para todo o Sul de Minas, e mesmo para as regiões mais desenvolvidas da província (Paiva & Godoy, 2002, p. 47).

Antes do café, a região de Alfenas e Machado consolidou-se, entre 1830 e 1840, como centro mercantil pecuário. Equiparava-se a outras localidades típicas do Sul de Minas, como Caldas e Aiuruoca, zonas de produção agrícola e pecuária que também se situavam nas rotas de comércio interprovincial. Com grandes invernadas para gado bovino, esses núcleos mediaram as trocas entre zonas de produção extensiva, no Brasil Central, e o maior centro consumidor e distribuidor do Império: a praça mercantil do Rio de Janeiro (Restitutti, 2006, p. 119). Os recursos advindos dos circuitos mercantis de abastecimento ajudaram a financiar a montagem da cafeicultura sul-mineira. Porém, foi sobretudo na pecuária que se formou parte importante do capital imediatamente revertido em pés de café, especialmente em Machado (Costa, 2007).

Mapa 1: Região Imediata de Alfenas, incluindo o município de Machado (MG)



Fonte: Ribeiro (2024).

Esse movimento pôde ser observado nos registros das recebedorias de fronteira que cobravam impostos por produtos destinados às outras províncias do Império. Na região Sudoeste de Minas, as exportações interprovinciais foram majoritariamente originárias da pecuária até 1870 (72,1%). Deste ano até 1878, houve um período de transição, com equilíbrio entre as remessas agrícolas e as pecuárias. Porém, entre 1881 e 1884, as exportações regionais passaram a ser predominantemente agrícolas (94,1%). Essa mudança ocorreu devido à expansão regional da cafeicultura de larga escala destinada aos mercados internacionais, iniciada a partir da década de 1860 (Restitutti, 2006, p. 149).

Desde fins de 1830, houve tentativas de introdução da cafeicultura no Sudoeste de Minas (Martins, 2013, p. 402). Prova disso é que, entre 1842 e 1848, foram exportados, a partir desta região, 4.613 quilos de café. Porém, a produção local atrofiou. A grande distância em relação aos portos exportadores, aliada à precariedade do transporte, realizado principalmente "em lombo de burro", encarecia muito a produção e estragava os grãos (Dean, 1977, p. 53). Entre 1850-57, foi registrada a exportação de apenas 386 quilos nas médias anuais para o Sudoeste de Minas. Pode-se dizer que, durante a primeira metade deste século XIX, os pés de café da região restringiam-se a pequenas plantações, quintais e chácaras, destinando-se quase exclusivamente ao consumo local.

Para o próximo período de que se têm notícias, de 1858 a 1862, houve certo aumento na produção regional, contabilizando-se nas recebedorias locais a remessa média de 1.528 kg de café. Porém, um salto quantitativo significativo ocorreria apenas em fins da década de 1860, quando se registrou, entre 1866 e 1870, uma exportação média anual de 78.540 quilogramas. Comparado ao período anterior, houve um aumento surpreendente de mais de 5 mil por cento! A partir dessa década, com uma escala de produção dez vezes maior que a dos anos anteriores e crescimento contínuo, o Sudoeste de Minas entraria de cabeça nos circuitos agroexportadores de café. Entre 1871-78, as médias anuais de exportação foram de 122.431 kg, e, entre 1881-84, passaram da ordem dos milhões, atingindo a cifra de 2.203.589 kg (Restitutti, 2006, p. 202).

Além da melhora dos preços e do aumento da demanda no mercado internacional, o que possibilitou a expansão das lavouras de café no Sudoeste de Minas, na década de 1860, foi a perspectiva da aproximação de ferrovias que vinham sendo construídas em São Paulo e no Rio de Janeiro. O transporte do café, que com as mulas consumia um terço do valor de venda dos produtores, com as ferrovias passava a representar um quarto desse valor, aumentando o lucro dos plantadores (Dean, 1977, p. 55). Através do mercado de café, o capitalismo europeu em expansão ligava-se ao Império escravista do Brasil (Marquese, 2013), e as grandes fazendas se tornavam um "apêndice da economia europeia na América Tropical" (Holloway, 1984, p. 23).

Em 16 de fevereiro de 1867, foi inaugurado o ramal de Jundiaí da Companhia São Paulo Railway, ligando o planalto paulista ao Porto de Santos. Não por acaso, menos de um ano depois, em janeiro de 1868, Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, futuro Barão de Guaxupé, ordenou a plantação de oito mil pés de café em sua fazenda Nova Floresta. João Lucas Rodrigues, em estudo pioneiro para a região, detectou que nessa mesma época vários fazendeiros de Guaxupé registraram escrituras de formação de novas lavouras cafeeiras (Rodrigues, 2023, p. 126).

A Estrada de Ferro Dom Pedro II (inaugurada em 1854) também se aproximava das fronteiras de Minas, através da província do Rio de Janeiro. Com a abertura do ramal de Entre Rios, em 1869, no leste da Província, os cafeicultores da Zona da Mata começaram a escoar sua produção por aquela estação (Campos, 2012, p. 32). No mesmo ano, foram inaugurados os primeiros ramais da Pedro II no lado mineiro da fronteira e, em 1875, seus trilhos chegaram a Juiz de Fora, atingindo o maior centro cafeicultor da província de Minas (Vittoretto, 2016, p. 197).

Mas era em São Paulo que a onda cafeeira mais crescia nesse período. Foi crucial a proximidade geográfica do Sudoeste de Minas com o Oeste Paulista para a expansão da cafeicultura na região. As perspectivas dos produtores locais cresciam a cada ano, especialmente após a criação da Companhia Ferroviária Mogiana, com sua primeira estação aberta em Campinas, no ano de 1872. Pelos cálculos de fazendeiros da época, a produção de café para exportação só era economicamente viável em um

raio de aproximadamente 200 km do último ramal ferroviário (Holloway, 1984, p. 40). Por essa medida, a plantação de novos pés em Machado e Alfenas se tornou ainda mais atrativa, pois em 1875 os trilhos da ferrovia chegaram a Mogi Mirim, praticamente a 200 km das fazendas locais.

No âmbito mundial, foi justamente no último quartel do século XIX que a praga da ferrugem do café se expandiu pela Ásia, corroborando com o colapso da produção na colônia holandesa de Java, o segundo maior produtor mundial (McCook, 2009). Junto à crise da escravidão no Brasil, o colapso da cafeicultura asiática impulsionou a transição para o período que Marquese (2023, p. 38) denominou como a "quarta economia global do café". Ao dizimar os cafezais no Índico, a ferrugem abriu espaço para novas zonas pioneiras, com distintas plantas produtivas e novos arranjos de trabalho. Surgiu, desde então, uma grande oportunidade para os produtores latino-americanos. No Império do Brasil, o Oeste Paulista se tornaria a principal zona produtora. Em suas franjas, avançava a cultura de exportação sul-mineira.



Figura 1 – Sede da Fazenda São Luiz com terreiro de café em primeiro plano
Fonte: fotografia do autor (2022)

Os primeiros pés de café que se têm notícias nos inventários *post-mortem* de Machado foram registrados em 1871. Estavam listados entre os bens deixados após a morte de Mizael de Souza Magalhães (1808-1871), casado com Quitéria Josefa da Silva (Acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - doravante ATJMG, comarca de Machado - inventário *post-mortem* de Mizael de Souza Magalhães, 1871, fl. 23). O casal integrava o grupo familiar mais poderoso de Machado, os Souza Dias. Mizael e Quitéria foram proprietários da Fazenda São Luiz (Figura 1), na qual possuíam "roça de milho, arroz, café e algodão" avaliadas em 1:000$000. Em suas terras, os pés de café eram claramente mais "uma entre outras lavouras" (Martins, 2016, p. 137). Destinavam-se, certamente, ao consumo local.

Para os anos entre 1860 e 1888, foram encontradas referências a plantações de café em cerca de dez por cento dos inventários de Alfenas e Machado (66 dos 638 documentos). Somente em 42 deles os cafeeiros foram avaliados separadamente dos demais bens imóveis, ou de outras culturas, configurando plantações voltadas para o mercado externo (Tabela 1). Nos demais, os pés de café eram plantas de quintal, de pequenas chácaras; ou foram avaliados com outras culturas, servindo para o consumo próprio ou ao comércio local (RIBEIRO, 2024).

Entre os quarenta e dois inventariados que possuíam os maiores cafezais da região de Alfenas e Machado naquele período, apenas sete poderiam ser considerados grandes cafeicultores para os padrões locais, ou seja: aqueles com 10 mil pés ou mais, e aqueles com cafezais avaliados acima de 2:000$000. Dentre os maiores produtores inventariados, constaram dois membros da família Souza Dias.

O tamanho das lavouras da região, que apenas começavam a ser introduzidas nesse período, estava muito aquém dos maiores cafezais encontrados em áreas especializadas nessa exportação, como o município de Vassouras (RJ), no qual, em 1836, já existiam propriedades com 500 a 800 mil cafeeiros (Stein, 1985, p. 51).

Cinco inventariados enquadraram-se entre cafeicultores de médio porte (com lavouras avaliadas entre 1:000$000 e 2:000$000). Porém, na maioria dos inventários – os 29 restantes – constaram pequenos cafeicultores, aqueles com cafezais avaliados em menos de 1:000$000. Isso não significa dizer que a maior parte da produção e dos cafezais estava entre os menores cafeicultores. Muito pelo contrário. Os sete maiores produtores detinham cerca de 80% do valor total dos cafezais avaliados.

Portanto, o grosso da produção de Alfenas e Machado concentrava-se nas grandes lavouras.

Tabela 1 – Faixas de riqueza e presença de cafezais nos inventários *post-mortem* de Alfenas e Machado (1860 – 1888)

Faixas de riqueza (monte-mor bruto em réis)	Invt.	% dos Invt.	Invt. com cafezal	% de Invt. c/ cafezais nas faixas de riqueza
150.000.000 a 200.000.000	3	0,47%	2	66,67%
100.000.000 a 149.999.999	7	1,10%	3	42,86%
50.000.000 a 99.999.999	32	5,02%	3	9,38%
20.000.000 a 49.999.999	78	12,23%	7	8,97%
10.000.000 a 19.999.999	100	15,67%	9	9,00%
5.000.000 a 9.999.999	121	18,97%	5	4,13%
3.000.000 a 4.999.999	98	15,36%	4	4,08%
2.000.000 a 2.999.999	82	12,85%	5	6,10%
1.000.000 a 1.999.999	73	11,44%	2	2,74%
< 1.000.000	44	6,90%	2	4,55%
Totais	638	100,00 %	42	6,58%

Fonte: Acervo TJMG – comarcas de Alfenas e Machado.

Os médios e os grandes cafezais apareceram nos inventários somente após 1877, quando a Ferrovia Mogiana já havia chegado a Mogi Mirim, a menos de duzentos quilômetros das fazendas locais. As maiores lavouras, por sua vez, se concentraram nos inventários da década de 1880, quando a cafeicultura regional deixou de ser uma especulação e tornou-se uma alternativa bem lucrativa. Isso, devido aos bons preços do grão e sobretudo ao barateamento do transporte: em 1879, foi inaugurado o ramal da Mogiana em Casa Branca (SP), a cerca de 150 km da região de Alfenas. Mais próximo ainda, em 1884, foi finalizada a ferrovia Rio & Minas, com terminal em Três Corações, a menos de 100 km das fazendas locais (Silva, 2012, p. 117). Essa nova rota certamente garantiu que cafezais do entorno se tornassem mais rentáveis (Saes & Castilho, 2013, p. 335).

Famílias que conseguiram comprar expressivo número de cativos antes do fim do tráfico negreiro internacional (1850) se destacaram na introdução da cafeicultura regional, na segunda metade do Oitocentos, a exemplo dos Souza Dias, em Machado.

Em estudo pioneiro, Alcir Lenharo demonstrou como as elites escravistas do Sul de Minas, enriquecidas com a produção de alimentos para o mercado interno, tiveram papel político fundamental na formação do Estado Imperial Brasileiro (Lenharo, 1993).

Dentre os fazendeiros políticos citados pelo autor, encontravam-se os irmãos Custódio José Dias (1768 – 1843) e José Custódio Dias (1770 – 1838), fundadores da fazenda do Centro (Figura 2), em Machado (Lenharo, 1993, p. 99). O primeiro deles foi capitão-mor da vila de Jacuí no Período Colonial. Depois da Independência, fez parte do segundo governo provisório de Minas Gerais e mais tarde foi deputado na Assembleia Geral do Império (Costa, 2007, p. 8). Seus filhos e sobrinhos formaram o poderoso grupo familiar dos Souza Dias.



Figura 2 – Sede da Fazenda do Centro com terreiro de café em primeiro plano
Fonte: fotografia do autor (2020)

O segundo dos irmãos, padre José Custódio Dias, se destacou como deputado e depois senador na capital do Império, atuando decisivamente no processo que levou à abdicação de D. Pedro I, em 1831. De acordo com Lenharo, o padre

> estava envolvido com os negócios de reses, oriundas da fazenda do Centro de onde eram

> feitas as remessas de gado para o consumo da Capital. Em contrapartida, aproveitando-se de sua estada na Corte, comprava e remetia para sua propriedade a mão-de-obra escrava de que carecia. (Lenharo, 1993, p. 99)

De fato, nos códices sobre despachos de cativos e emissão de passaportes de 1809 a 1833, pertencentes ao Fundo de Polícia da Corte (PC) do Arquivo Nacional (ANRJ), constam remessas de escravos despachados pelos irmãos Dias do Rio para Minas. Em julho e setembro de 1828, Custódio José Dias despachou para Minas Gerais vinte e dois "escravos novos" (ANRJ, PC, Códice 421, v. 21, p. 208; p. 229 v.; ANRJ, PC, Códice 424, v. 2, p. 287).

Na lista nominativa para a Alfenas de 1831, o "lavrador e deputado" Custódio José Dias constou como o maior escravista local, registrando 73 cativos (Arquivo Público Mineiro, doravante APM, lista nominativa para freguesia de S. José e Dores de Alfenas, 1831). Na vizinha paróquia de Machado, a maior escravaria foi registrada pela viúva Quitéria Josefa da Silva, com 84 cativos (APM, lista nominativa para freguesia da Sacra Família do Machado, 1831). Quitéria era irmã do capitão-mor Custódio José Dias, e muitos dos seus filhos e filhas se casaram com os filhos e filhas dele, dando origem à supracitada parentela dos Souza Dias. Seu falecido marido, Antônio Moreira de Souza Ribeiro, assim como os cunhados, também levava gado para o Rio de Janeiro e trazia escravos. Em 1827, Antônio Moreira de Souza despachou do Rio para Minas dez escravos ladinos. Um ano depois, ele despachou mais treze "escravos novos" (ANRJ, PC, Códice 424, v. 1, p. 147; ANRJ, PC, Códice 421, v. 21, p. 120 v.; p. 187; ANRJ, PC, Códice 424, v. 2, p. 156; p. 261).

O perfil socioeconômico da elite escravista de Alfenas e Machado se afastava quantitativamente daquele encontrado em áreas pioneiras da cafeicultura, a exemplo de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense. Nos inventários *post-mortem* daquele município, de 1821 a 1880, estudados por Ricardo Salles, em apenas 3% não constaram escravos e 16% foram considerados "micro proprietários", ou seja, aqueles inseridos na faixa que detinha entre 1 e 4 cativos (Salles, 2008, p. 156). Nos documentos de Alfenas e Machado, os que não tinham escravos representavam quase um terço dos inventariados e os "micro proprietários" concentravam aproximadamente outro terço (Tabela 2). A realidade escravista sul-mineira, formada em uma economia de abastecimento, obviamente não absorvia com a mesma intensidade o fluxo de gente que era traficada pelo Atlântico.

O grupo social que Salles categorizou como "pequenos proprietários", inserido na faixa que possuía entre 5 e 19 cativos, representava 39% dos inventários de Vassouras. Comparado com a região aqui abordada, esse grupo se distinguia um pouco menos em relação aos outros, contendo 29,78% dos inventários.

Foi nas camadas mais altas que o nível de acumulação da cafeicultura valeparaibana mais se distinguiu da economia de abastecimento sul-mineira, recentemente adaptada para a expansão cafeeira. Os inventariados que Salles classificou como "médios proprietários" representavam 22% dos documentos de Vassouras; em Alfenas e Machado, eles eram apenas 4,55%. Lá, os "grandes proprietários", com 50 a 99 escravos, eram 12%. Nas localidades aqui abordadas, esse grupo era verdadeiramente o de maiores proprietários, registrando pouco mais de 1% dos inventários. Em Alfenas e Machado não se encontravam o que Ricardo Salles categorizou como os "megaproprietários", ou seja, aqueles que possuíam mais de 100 cativos. Em Vassouras, esse grupo social totalizou 9% dos inventariados e dominava a maior parte da estrutura econômica daquele município.

Tabela 2 – Concentração social da propriedade escrava nos inventários *post-mortem* de Alfenas e Machado (1860 – 1888)

Nº de Escravos	Inventários	% dos Inventários
50 a 99	7	1,10%
20 a 49	29	4,55%
5 a 19	190	29,78%
1 a 4	224	35,11%
0	188	29,47%
Totais	638	100,00%

Fonte: Acervo TJMG – comarcas de Alfenas e Machado.

Nos registros paroquiais de terras da freguesia de Alfenas (incluindo Machado) para os anos de 1855 e 1856, apenas trinta e oito indivíduos

detinham 83,48% de toda extensão territorial declarada. Na capela de Machado, a concentração era ainda mais gritante. Os registros evidenciaram que 74,9% das terras declaradas estavam em mãos de uma única família: os Souza Dias (Ribeiro, 2024, p. 93). Como veremos mais adiante, apesar das fragilidades desse tipo de fonte para análise contundente da estrutura fundiária, o cruzamento com inventários *post-mortem* e outras fontes qualitativas corroboram os dados sobre a centralização da terra em Machado em mãos dessa família, durante o século XIX e a primeira metade do século XX.

Podemos afirmar, portanto, que a grande concentração de terras e a disponibilidade de muitos escravos possibilitaram que alguns membros das elites locais introduzissem a cultura extensiva do cafeeiro a partir da década de 1860. Essa acumulação de capital provinha dos circuitos mercantis de abastecimento interno. E, no caso de Machado, foi fortemente marcada pelo comércio de gado com a corte no Rio de Janeiro.

Na vizinha região do Oeste Paulista, o capital inicial derivava de fonte diversa. O desenvolvimento da lavoura açucareira forneceu os recursos, a infraestrutura e, até mesmo, "abriu" a fronteira mercantil escravista para a instalação posterior da lavoura cafeeira de Campinas e seu intorno (Fraccaro, 2018; Nicolette, 2022).

Tanto no Sul de Minas quanto no Oeste Paulista, a cafeicultura de exportação se expandiu somente quando as condições de transporte e preço tornaram-se favoráveis, na década de 1860, mas, principalmente, depois de 1870, com a chegada de ferrovias e com o crescimento do mercado consumidor nos EUA e na Europa. Para as elites regionais, já consolidadas, a introdução da cafeicultura também foi uma estratégia de manutenção de poder.

A produção exportável de café em Minas Gerais durante o século XIX não ultrapassou o marco de 22,7% das exportações brasileiras (Cano, 1985, p. 293). No mesmo período, praticamente toda a produção mineira concentrava-se na Zona da Mata. Até 1868, provinha desta área mais de 99% das exportações da província. Na década de 1870, a cafeicultura em larga escala começava a se alavancar no Sul de Minas, mas em 1881-82 ela representou somente 2,8% das exportações provinciais (Martins, 1980, p. 17).

Foi apenas em meados da década de 1880 que a produção sul-mineira alcançou alguma representação regional, ultrapassando a cifra de 10% das exportações de café da província (Pires, 1993, p. 96). Portanto, no período de 1870 a 1888, quando a cafeicultura de exportação foi introduzida em Machado, o patamar da produção local ainda era muito tímido em comparação com outras regiões produtoras do Brasil, e mesmo de Minas Gerais.

A escala de produção local mudaria apenas nas duas décadas seguintes (Costa, 1997). Foi também no período imediatamente após a abolição que alguns fazendeiros machadenses financiaram a vinda de imigrantes italianos para a lida no café, inspirados no modelo do colonato que vinha atingindo sucesso no Oeste Paulista (Costa, 2002, p. 73). Porém, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Sul de Minas, e mais especificamente na sub-região que estudamos, parece ter passado por caminhos diferentes daqueles que predominaram no estado de São Paulo.

A existência de grande número de egressos do cativeiro e de uma mão de obra nacional livre pode ter demarcado outros arranjos de trabalho em Machado, como o sistema de meação e o assalariamento nos períodos de safra, a exemplo do que ocorrera na Zona da Mata Mineira (Pires, 1993).

Os grandes proprietários de Machado trouxeram imigrantes para trabalhar em suas lavouras. Entre 1895 e 1898, seis fazendeiros, a maioria da família Souza Dias, contrataram 116 famílias de italianos, totalizando 562 pessoas, dentre homens, mulheres e crianças registradas na hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora – MG (Costa, 2002, p. 77). Certamente esses grandes proprietários empregaram o regime de trabalho conhecido como "colonato", uma forma de exploração da mão de obra que se estruturou em São Paulo e que seria um dos elementos de transição para a quarta economia global do café, embasando os elevados níveis de produção paulista durante grande parte do século XX (Marquese, 2023, p. 38).

Os sul-mineiros que possuíam recursos seguiram o exemplo dos cafeicultores de São Paulo. Tal sistema de trabalho – o colonato – constituía-se de uma complexa combinação de formas de

pagamentos efetivados em salário fixo, por tarefa e via remuneração não monetária. Os colonos e suas famílias assumiam a responsabilidade pelo trato de um determinado número de pés de café e por sua colheita. Firmavam um contrato anual pelo qual recebiam salário fixo correspondente ao trato de cada mil pés sob sua responsabilidade. Para a colheita, o fazendeiro pagava pela quantidade de frutos colhidos. Os colonos também poderiam receber dinheiro por serviços ocasionais, como conserto de cercas, etc. De forma não monetária, os trabalhadores recebiam pequenas residências, conhecidas como "casas de colono", além de lhes serem permitidos o plantio de culturas de subsistência e a criação de alguns animais (Rodrigues, 2023, p. 159).

Provavelmente, os cafeicultores machadenses de médio porte seguiram o modelo adotado na Zona da Mata Mineira após o fim do trabalho escravo, prevalecendo a relação de trabalho livre não assalariado conhecido como "meação" (Pires, 1993, p. 135). Nessa forma de exploração da mão de obra, ao meeiro era permitido cultivar gêneros alimentícios na fazenda, e seus frutos pertenciam integralmente a ele. A cultura destinava-se à sua subsistência, sendo autorizada a comercialização de excedentes, o que poderia ter privilegiado o meeiro em momentos de alta nos preços de alimentos e baixa nos preços do café. Por outro lado, também cabia a ele a responsabilidade pelo plantio, manutenção e colheita dos cafeeiros. A remuneração do meeiro era realizada, teoricamente, pela divisão igual do produto comercializado, porém na prática ocorriam várias deduções favoráveis ao fazendeiro, por exemplo, no pagamento pelo beneficiamento do produto colhido pelo trabalhador (Pires, 1993, p. 135).

Desta forma, é muito provável que em Machado tenha ocorrido um misto de regimes de trabalho durante o pós-Abolição, sendo que os grandes fazendeiros puderam empregar o colonato e a meação, enquanto os medianos parecem ter explorado apenas a meação. Ambos os sistemas de trabalho perduraram até a década de 1960, quando foram extintos devido a diversas mudanças decorrentes da luta camponesa, sobretudo após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 (Stolcke, 1986, p. 199). Os proprietários rurais começaram a demitir a maioria dos trabalhadores permanentes. Mantiveram apenas os imprescindíveis e passaram a contratar cada vez mais trabalhadores eventuais (os boias-frias), não precisando fornecer-lhes nada além do salário.

Voltando aos níveis de produção, em 1920, Machado alçaria a quarta colocação entre os maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas, com quase 70% de seu território sendo ocupado por fazendas de café (Saes & Castilho, 2013, p. 336). Após a Crise de 1929, em várias regiões produtoras desse gênero, muitos fazendeiros tiveram que vender ou ceder parte de suas terras para saldar dívidas. Em Machado, este fenômeno parece ter ocorrido e será analisado. Também pode ter se sucedido um aumento de áreas das fazendas destinadas à produção de gêneros alimentícios por parceiros ou colonos, como observado por Verena Stolcke no estado de São Paulo, no mesmo período (1996, p. 99).

Quase um século depois, no ano de 2023, Minas Gerais foi responsável por 75,6% do valor das exportações de café nacionais, seguido pelo Espírito Santo (12,5%), São Paulo (8,46%), Bahia (2,18%), Goiás (0,73%), Paraná (0,30%) e Rondônia (0,24%). A predominância do estado de Minas na especialização produtiva e nas variedades do café arábica consumidas no mercado internacional ocupou o espaço que no século XX foi dos estados de São Paulo e Paraná (Alves, 2024, p. 109-110). Nesse cenário, o Sul de Minas foi responsável por 70% das exportações provenientes do estado. A cidade de Machado alçou a 6ª colocação entre os principais municípios produtores sul-mineiros, somando a cifra de 159 milhões de dólares exportados em café no ano de 2023 (Alves, 2024, p. 110).

Durante mais de um século e meio, o Sul de Minas e, mais especificamente, o município de Machado, produziram café ininterruptamente, enquanto todas as outras regiões cafeeiras do país passaram por ciclos de expansão e extinção dessa cultura. O estudo das relações entre a cafeicultura machadense e sua história agrária, vinculada às dinâmicas econômicas nacionais e globais, é um lócus privilegiado para se entender tanto a economia regional quanto a interseção do país na história do capitalismo dos séculos XIX e XX. Nesse artigo, portanto, apresento uma análise da história agrária

do município de Machado, no recorte temporal que vai dos registros paroquiais de terras (RPTs) de 1855-56 até o censo agrícola de 1960.

Concentração e desconcentração fundiária nas conjunturas da economia global

Na época em que a cafeicultura se expandiu pelo sudeste de Minas, durante a segunda metade do século XIX, o mundo passava por uma nova fase de industrialização. Centrada em bens de capital, impulsionou-se a produção de ferro, aço, carvão e maquinários. Alemanha, em parte a França, e, principalmente, os Estados Unidos desenvolveram suas indústrias nesse momento a tal ponto que a economia germânica e estadunidense se tornaram comparáveis à britânica (Hobsbawn, 2003, pp. 101-102). Cresceu nesses países o número de trabalhadores nas indústrias, aumentando seus mercados de consumo interno. Buscando suprir a crescente demanda por matérias-primas e alimentos nos centros da economia mundial, ampliaram-se as atividades produtivas em áreas periféricas da economia capitalista. Uma das faces desse movimento foi a expansão das fronteiras agrícolas em lugares remotos do mundo, que começaram a ser exploradas de forma mais intensa (Hobsbawn, 2014, pp. 59-116).

Com o crescimento das cidades, a expansão da indústria e o fortalecimento do operariado, o consumo de café, assim como de outras commodities tropicais – a exemplo do açúcar e do fumo – aumentou de forma significativa nos países centrais do capitalismo (Mintz, 2003). Grande parte do café consumido pelos europeus, e sobretudo pelos estadunidenses, provinha do Brasil, o maior produtor mundial desse gênero. O grande volume da produção brasileira contribuiu para que o café deixasse de ser um artigo de luxo, raro, para se tornar um produto de massa (Marquese, 2009, p. 342).

Como vimos, a primeira onda cafeeira nacional teve início no Vale do Paraíba, Fluminense e Paulista, depois da década de 1830. No que se refere à província do Rio de Janeiro, o estudo clássico de Stanley Stein (1961) apresentou os contornos gerais da introdução, expansão e declínio da atividade cafeeira na cidade de Vassouras, a maior produtora de café deste período. João Fragoso (1998) também estudou a produção cafeeira do Vale, centrando-se na cidade de Paraíba do Sul, e as origens de seus produtores na praça mercantil carioca.

Por volta de 1870, devido à exaustão ecológica, a produção de café no Vale do Paraíba estagnou e nas décadas seguintes entrou em declínio. No mesmo período, esse gênero de exportação atingiu altos preços e a demanda internacional pelo produto cresceu continuamente, especialmente nos Estados Unidos (Youssef, 2019, p. 2011). Foi nesse contexto que outras áreas do Império do Brasil despontaram na produção cafeeira, como a Zona da Mata Mineira e o Oeste Paulista (Oliveira, 2005; Bacellar, 1999). No Sudoeste de Minas, contíguo ao Oeste de São Paulo, ocorreu o mesmo, porém em menor escala.

Depois da instauração da República no Brasil a taxa cambial declinou violentamente, a inflação cresceu, mas os preços do café resistiram devido aos reduzidos estoques nacionais desse produto, às pequenas safras e à alta dos preços internos (Delfim Netto, 2009, p. 36). Porém, a partir de 1897, a constante baixa dos preços internacionais e a superprodução não conseguiram ser compensadas pelo aumento do consumo. No plano interno, os preços também caíram com a implementação de uma política econômica para combater a inflação. A cafeicultura global entrou em uma prolongada crise (Kutschbach, 2003, p. 125), vindo a erguer-se somente na segunda década do século XX, após intervenções no mercado por iniciativa de estados produtores no Brasil (Martins Filho, 2009, p. 22).

No âmbito da cafeicultura regional do estado de Minas Gerais, a concentração fundiária parece ter sido afetada pelas conjunturas de crises de preços do café. Ao menos para um dos principais municípios cafeicultores do sul de Minas, as fontes são claras quanto a isso. Analisei os dados sobre concentração de terras para a cidade de Machado, dividindo a propriedade da terra em três faixas, a saber: as menores que 100 hectares, aquelas entre 100 e 1.000, e, por fim, as com mais de mil hectares. Iniciei a série com as informações dos Registros Paroquiais de Terras (RPTs) para os anos de 1855 - 1856, seguidos, posteriormente, pelos dados coletados nos

recenseamentos agropecuários das décadas que se estendem de 1920 a 1960 (ver Gráficos 1 e 2).

É importante salientar que os RPTs, apesar de serem o primeiro cadastro rural de terras realizado no Brasil, não fornecem um dado objetivo e um retrato da estrutura fundiária de um município. Ligia Osorio (2008) e Márcia Motta (1998) demonstraram, em suas pesquisas, como as declarações poderiam ser imprecisas em relação aos vizinhos, às formas de apropriação etc. Uma área declarada poderia ser aumentada deliberadamente; outras poderiam ter sido apropriadas de forma ilegal; e outras tantas porções de terra que poderiam ser declaradas não o foram devido a fatores múltiplos. Em muitos casos, a terra declarada era uma forma de fortalecer o poder frente aos outros possuidores locais.

Os RPTs, portanto, podem ser lidos mais como um cadastro de "intenções de propriedade". Obviamente, isso não invalida a análise seriada e quantitativa dos registros. Cruzando-os com outras fontes, como os inventários *post-mortem* e processos crime, é possível avaliar a pertinência e proporção das terras declaradas, a efetividade das intenções de propriedade, bem como as tensões entre os vizinhos.

Quando da realização dos Registros Paroquiais de Terras (1855-56), o futuro município de Machado pertencia à então freguesia de Alfenas. Para efeito de comparação, considerei os dados totais da freguesia como melhor parâmetro de análise. Dentre os 373 declarantes da paróquia de Alfenas, somente 21 manifestaram-se como moradores na então "capela do Machado", sendo que três não declararam a extensão de suas terras. Com a emancipação do município, em 1880, muitas outras áreas que não foram declaradas como da capela passaram a pertencer ao município de Machado. Se considerarmos apenas os 19 declarantes com extensão de terras registradas na capela em 1856, os níveis de concentração são muito maiores que os de toda a freguesia. Somente 8 indivíduos (44,44% dos declarantes) detinham 93,63% da área registrada. Portanto, julguei ser metodologicamente mais adequado considerar, nesse primeiro momento, todos os registros de Alfenas.

O primeiro grande período observado (1855 – 1920), que abarca tanto o pós-abolição (1888) quanto a crise da cafeicultura na virada do século, demarcou a maior queda no percentual de terras dominadas pelos proprietários com mais de mil hectares. Eles saíram do patamar de 49,55% das terras declaradas em 1855-56, para 25,39% no ano de 1920 (ver Gráfico 1). Ficou claro que o fim da escravidão e a grande retração dos preços de café entre 1897 e 1910 foram decisivos para a fragmentação fundiária local.

As divisões de terras também ocorriam por outros fatores, sobretudo por partilhas de herança. A longo prazo, elas também corroboram para a fragmentação fundiária. Porém, essa prática não será o foco do presente artigo. Aqui procurarei demonstrar como as conjunturas econômicas no geral, e, mais especificamente as da economia cafeeira, contribuíram para a fragmentação ou concentração fundiária local.

Após a primeira década do século XX, o preço do café começou a aumentar, dando início a uma nova onda de crescimento na cadeia dessa commodity. Novas lavouras foram plantadas em meados da década de 1910.

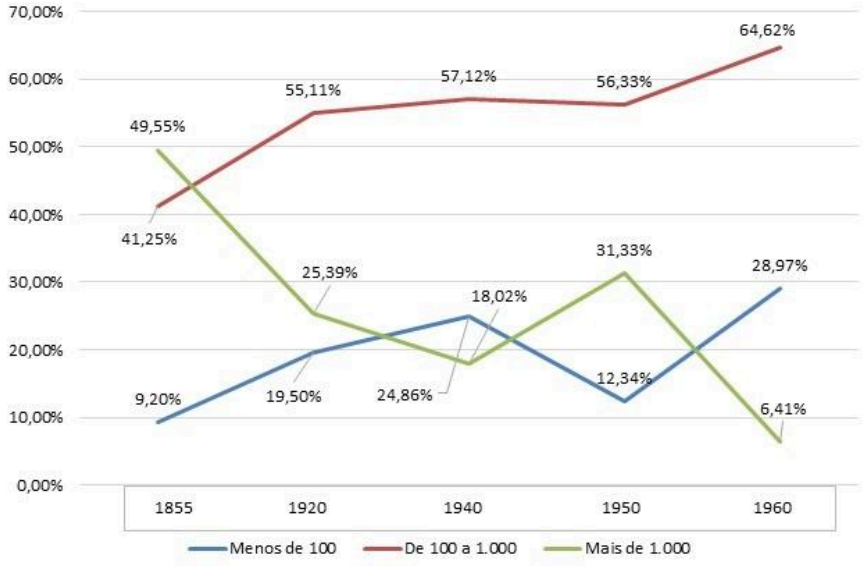
Como os cafeeiros levavam em média cerca de quatro anos para darem seus primeiros frutos, os resultados das novas plantações realizadas no estado começaram a aparecer nos dados estatísticos apenas na década de 1920. As médias móveis quinquenais apontam que as exportações de Minas giraram em torno de 150.000 toneladas durante as duas primeiras décadas do século. Depois tiveram crescimento moderado, chegando a 200.000 toneladas, findando com a Crise Mundial de 1929 (Martins Filho, 2009, pp. 31 – 33).

Em Machado, nos termos de Maria Lúcia Costa, "os anos 20 serão de importantes realizações no município" (Costa, 1994, p. 20). Em 1922 foi criado o Banco Machadense S. A., sendo que a maior parte de seu capital provinha dos grandes cafeicultores locais. Os mesmos também financiaram a construção da Estrada de Ferro Machadense, inaugurada em 1928. Essa linha reforçou os vínculos entre fazendeiros locais e as casas comissárias do Porto de Santos, que, até aquele momento, sofriam grande concorrência de suas congêneres do Rio de Janeiro (Costa, 1994, p. 27).

Um ano depois do início das operações da estrada de ferro, Agenor de Souza Dias finalizou a construção da nova sede da Fazenda Grão Mogol

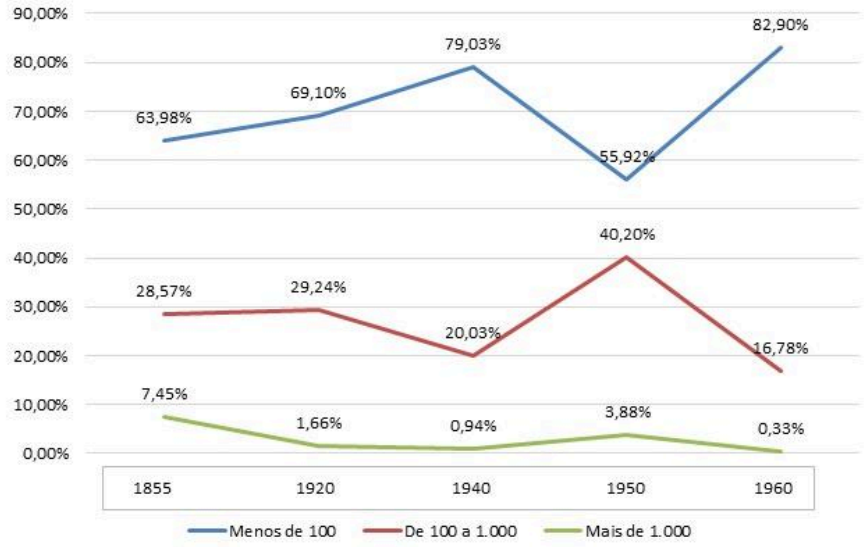
(Figura 3), "uma típica fazenda de café no estilo arquitetônico das fazendas paulistas" (Magalhães *et al,* 2019, p.1). No entorno da casa foram construídas diversas benfeitorias modernas, em alvenaria de tijolos, destinadas ao beneficiamento do café, com tulhas e extensos terreiros distantes da sede.

Gráfico 1 - Percentual de Área Registrada por Faixas de Área em Hectares (Alfenas/MG, 1855; Machado/MG, 1920 - 1960)



Fonte: APM, Registros Paroquiais de Terra da Freguesia de Alfenas, 1855 – 1856. BRASIL, Censo Agrícola de 1920. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos agropecuários de 1930 a 1960.

Gráfico 2 – Percentual de Estabelecimentos Registrados por Faixas de Área em Hectares (Alfenas/MG, 1855; Machado/MG, 1920 – 1960)



Fonte: APM, Registros Paroquiais de Terra da Freguesia de Alfenas, 1855 – 1856. BRASIL, Censo Agrícola de 1920. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos agropecuários de 1930 a 1960.

O conjunto se distinguia claramente das sedes de fazendas edificadas em meados do Oitocentos, em taipa de mão (pau-a-pique), destinadas à produção agropecuária, e que foram posteriormente adaptadas para o beneficiamento de café. Exemplos dessas últimas, em Machado, foram as fazendas do Centro (Figura 2), São Luís (Figura 1) e Conceição (Figura 4), com seus terreiros para secagem de café construídos onde antes se encontravam terreiros para lida com o gado, bem como tulhas para armazenagem do grão no lugar de antigos paióis de milho (Cruz, 2008, p. 37; 57; 199).



Figura 3 – Sede da Fazenda Grão Mogol com benfeitorias ao redor
Fonte: fotografia do autor (2021)

No caso da Fazenda do Centro, a sede provavelmente foi edificada em meados do século XIX pelo doutor Roque de Souza Dias (1815 – 1895), o filho mais novo do capitão-mor Custódio José Dias. Os terreiros foram construídos sobre parte do antigo e extenso curral de gado, cercado de pedras, possivelmente depois da morte do Dr. Roque. Eles não constaram em seu inventário *post-mortem*, realizado em 1895. A fazenda então contava com "um engenho de secar café, com forno, tudo montado". Naquele ano, a propriedade concentrava 2.099 alqueires de terras (no Sul de Minas comumente se utiliza o alqueire paulista, que equivale a 2,42 hectares, portanto a Fazenda do Centro continha 5.079,58 hectares).

A propriedade dedicava-se majoritariamente à pecuária, todavia contava com "20 mil pés de café de 20 anos de idade, mais ou menos", e outros tantos sendo plantados (Ribeiro, 2024, p. 92). Dando continuidade à cafeicultura em propriedades da família, na década seguinte, quatro herdeiros do Dr. Roque figuraram entre os dez maiores produtores de café da cidade de Machado (Costa, 1997, p. 37).

Voltando à fazenda Grão Mogol, antes de 1921, quando Agenor de Souza Dias a comprou, aquela propriedade pertencia ao imigrante italiano Giovanni Nannetti (abrasileirado João Nanetti), que produzia café e cana de açúcar no local (Magalhães *et al,* 2019, p. 8). Ele adquiriu suas terras em 1911, quando a crise da virada do século já estava em seus últimos dias (ATJMG, Comarca de Machado, Divisão das Terras da Fazenda Grão Mogol, 1912, fl. 29). Cerca de uma década depois, vendeu as terras, mais valorizadas, no novo (e curto) momento de crescimento da década de 20.



Figura 4 – Sede da Fazenda Conceição com terreiro de café à frente
Fonte: (Cruz, 2008).

Logo viria um dos mais longos períodos de recessão para a cadeia dessa *commodity*: iniciado com a crise de 1929, prolongou-se até o fim da Segunda Guerra Mundial (Stolcke, 1986, p. 153). Os dados do censo agropecuário de 1940 demonstram que, em Machado, nesse período, o percentual de terras nas mãos daqueles com mais de mil hectares diminuiu ainda mais, chegando a 18,2%, uma queda de 7,37% em relação ao ano de 1920 (ver Gráfico 1).

Todavia, com a grande expansão da economia cafeeira do pós-Segunda Guerra (Roseberry, 2001, p. 37), os terrenos em Machado foram novamente concentrados nas mãos dos maiores fazendeiros, que chegaram a agrupar 31,33% das terras registradas em 1950. Esse quadro viria a se alterar novamente com a crise dos preços de café em fins dos anos 1950 (Derenze, 2025).

No censo agropecuário de 1960, as propriedades machadenses com mais de mil hectares registraram o menor percentual de terras declaradas para o recorte (6,41%). Uma impressionante queda de 24,92% em relação ao último censo, maior que o declínio de 24,16% observado entre os registros paroquiais de terras de 1855-56 e o censo de 1920, período que abarcou tanto a Abolição quanto a grande crise cafeeira da virada do século.

Esses dados sugerem que, nos momentos de crise da economia cafeeira local, a terra tendeu a se fragmentar e, ao contrário, nos momentos de expansão, ela voltou a se concentrar.

Em suas memórias, ao discorrer sobre as consequências do *crash* da Bolsa de 1929, a fazendeira de café Mathilde de Carvalho Dias (1888 – 1991) lembrou que

> "de um dia para outro, o preço deste caiu vertiginosamente e os compromissos dos compradores não puderam ser mantidos (...) Muitos fazendeiros, acostumados ao luxo e a viver na cidade gastando os lucros de futuras safras, foram à falência e perderam seus bens. Nós apertamos o cinto no que podíamos para cumprir nossos pagamentos com os colonos (...)." (Dias, 1973, p. 72).

Mathilde, que era casada com um descendente da família Souza Dias, nos conta também que, passadas as crises, eles empregavam os lucros da fazenda na compra de mais terras (Dias, 1973, p.p. 63; 68).

Sobre o mesmo tema, Juliana Domingos registrou o relato de seu avô, Juvenal Domingos (1920 - 1990), contado para sua tia Maria das Graças Eloy. De acordo com suas memórias, depois de uma das crises do café do começo do século XX, Bernardino de Almeida Soares Penso, proprietário da Fazenda Barreiro, em Botelhos (MG), não conseguiu arcar com as dívidas contraídas com a exportadora de café. Para sanar os débitos, seu filho, Alfredo Luiz de Almeida, recorreu a Walther Moreira Salles, então proprietário de um armazém de secos e molhados na cidade de Poços de Caldas (MG). Pouco depois, Moreira Salles fundou um banco e cobrou o empréstimo. Nos termos de Maria das Graças, ele:

> "não tinha um conto de réis para pagar para o banqueiro. O Alfredo só não faliu porque vendeu uma das fazendas dele. E, como diz o meu irmão Hélio, naqueles tempos quem tinha dinheiro comprava não só a terra, mas a vida do outro." (Domingos, 2023, p.p. 67 – 68).

João Moreira Salles e seu filho, Walther, fundaram na cidade de Poços de Caldas (MG) o Banco Moreira Salles, em 1940, resultado da fusão entre a Casa Bancária Moreira Salles, a Casa Bancária de Botelhos e o já citado Banco Machadense. A instituição se tornou o Itaú Unibanco, atualmente o maior banco privado do Brasil.

Em 1950, João Moreira Salles, através da Companhia Exportadora e Importadora União, adquiriu 370 mil hectares de terras na frente pioneira do café no estado do Paraná, onde fundou fazendas e plantou mais de 7 milhões de pés de café. Ele se tornou "dono da maior plantação de café em área contínua do mundo e maior exportador brasileiro em Santos" (PAULA, 2008). Um ano depois, Walther Moreira Salles e seu associado Homero de Souza e Silva compraram a empresa inglesa *Brazilian Warrant Company,*

> "controladora da *E. Johnston & Cia*. Ltda., fundada em 1842, que, por sua vez, era proprietária da Companhia Paulista de Armazéns Gerais, primeira do gênero em Santos, criada em 1908, e da fazenda Cambuí, em Matão, com 57 mil hectares e, na época, 2,5 milhões de pés de café e 15 mil cabeças de gado" (Paula, 2008).

Especificamente em Machado, o caso da Fazenda Conceição demonstra como as terras se fragmentavam em momentos de crise e depois voltavam a se concentrar em momentos de expansão da economia cafeeira. Em 1856, nos registros paroquiais de terras, a fazenda foi declarada com extensão de 140 alqueires (338,8 hectares), sendo seu proprietário Cândido de Souza Dias (1811 - 1888). Ele possuía mais três propriedades na região, cuja soma perfazia 2.178 hectares (RPTs de Alfenas - MG, nºs 251, 254 e 255 - Arquivo Público Mineiro, doravante APM).

A fazenda foi herdada por seu filho, o coronel Antônio Cândido de Souza Dias (1843 - 1907), que plantou café na propriedade no final do século e a hipotecou. Cerca de uma década depois de iniciada a

grande crise do café, quando da realização do inventário de seus bens por falecimento, em 1908, suas fazendas da Conceição e da Serra haviam sido sequestradas pelo Banco Hipotecário do Brasil (ATJMG, comarca de Machado - inventário *post-mortem* de Antônio Cândido de Souza Dias, 1908, fl. 3).

Os filhos do coronel Antônio Cândido, de alguma forma, conseguiram reverter a situação. Um deles, o coronel Mizael Cândido de Souza Dias (1871 - 1937), assumiu a Fazenda Conceição. Quando faleceu, em 1937, ele era proprietário de 520 hectares na fazenda, dentre pastos, terras cultivadas e matas, além de 60 mil cafeeiros, três mil arrobas de frutos pendentes, e uma "máquina S. Paulo para beneficiar café" (ATJMG, comarca de Machado, *inventário post-mortem* de Mizael Cândido de Souza Dias, 1937, fls. 12 - 12 v.).

A memória local registra que, no começo do século, parte das terras da fazenda foi doada para imigrantes italianos que, até o presente, vivem nas proximidades, no bairro rural denominado Conceição. Muito provavelmente, alguns desses italianos foram colonos na fazenda hipotecada e receberam algumas terras como pagamentos depois da longa crise do café da virada do século. Outros podem ter comprado pequenos pedaços de terra com as economias que fizeram durante a primeira década depois de sua chegada.

Este último parece ter sido o caso de Valentino Corsini (abrasileirado Valente Corsini). Ele foi matriculado na hospedaria de imigrantes em Juiz de Fora, em 1895, com 37 anos, casado, natural de Oppeano, Verona, contratado por Pio de Souza Dias para trabalhar em seus cafezais. Com Valente vieram sua mulher, Virgínia, de 33 anos, e seis filhos, com idades entre onze e um ano (APM – Registro de Entrada na Hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora – Códice SA-884, p. 49-50).

Em 1913, Valente Corsini já havia adquirido terras e foi listado no "Almanaque O Sul de Minas" entre os principais fazendeiros de Machado, sendo proprietário da fazenda da Serra (Rebello, 2006, p. 1897). Em 1921, integrou o grupo que fundou o Banco Machadense, comprando 40 ações do mesmo (Rebello, 2006, p. 1952). Quando faleceu, em 1931, possuía "um sítio no lugar denominado 'Conceição do Buraco'" e 24 alqueires, totalizando 58,08 hectares de terras de cultura e pastos, confrontando com José Milani, José Caliari, Mizael Cândido de Souza Dias, da Fazenda Conceição, dentre outros, sendo 10 alqueires [24,2 hectares] de cultura e 14 de pastos [33,88 hectares]. Dentre os bens imóveis, possuía também "uma casa que serve de tulha e máquina de café, em mau estado", "um vapor sistema antigo" e "uma máquina de beneficiar café e descaroçador, tudo velho" (ATJMG – Comarca de Machado, inventário de Valente Corsini, 1931, fl. 25 v).

O imigrante italiano empregava uma pequena mão de obra em seu sítio, como denota a propriedade de "uma casa para colonos", em 800 mil réis, e "três casinhas para empregados", a 200 mil réis cada. Possivelmente utilizava o sistema misto de colonato e trabalhadores eventuais durante a colheita. Sua lavoura era formada por "25 mil pés de café, velhos e estragados, em *oito talhões, intercalados com outros pertencentes aos Milans*". Possuía terrenos e imóveis urbanos em Machado e Alfenas, bem como "um armazém", na primeira cidade, provavelmente para estocar café. Por fim, os avaliadores destacaram um detalhe que certamente foi importante para seu proprietário, Valente Corsini possuía "um automóvel marca 'Oldsmobile' inutilizado [com] pneumáticos estragado na Revolução", certamente se trata da chamada "Revolução de 1930", que por um golpe de estado empossou Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Resta saber em qual lado da revolução o valente italiano lutou.

O que certamente se pode inferir de sua trajetória é que o imigrante Corsini ascendeu socialmente, saindo de colono a proprietário de terras em pouco mais de dez anos de sua chegada ao Brasil. Para isso, além de talentos próprios, ele contou com a crise da cafeicultura da virada do século que facilitou a compra de terras a antigos latifundiários que estavam naufragados em dívidas. O italiano também parece ter empregado tecnologia de ponta no começo do século (seus aparelhos estavam velhos e em mau estado em 1931). A utilização de máquina de beneficiar café e descaroçar, movida a vapor, otimizou certamente a reduzida mão de obra que estava à sua disposição, quando comparada aos grandes fazendeiros locais. A economia espacial dos cafezais, intercalados com

talhões de outros imigrantes, da família Milani, também poderia facilitar a contratação coletiva de trabalhadores para o trato dos pés de café. Todavia, casos de considerável ascensão social, como os de Valente Corsini e do anteriormente citado João Nanetti, não parecem ter sido tão comuns entre os imigrantes locais e precisam ser investigados mais detidamente.

A crise de 1929 também aumentou os conflitos pela terra no município de Machado. Um caso emblemático para esse período foi estudado por Maria Lúcia Costa Prado, envolvendo as terras que a Baronesa de Varginha doou a ex-escravos de sua propriedade. A doação foi registrada em seu testamento, redigido em 18 de julho de 1888, portanto mais de dois meses após a Abolição.

Dona Marianna Bárbara da Conceição e seu marido, Joaquim Elói Mendes (o Barão de Varginha), não tiveram filhos. Segundo a memória do senhor Antônio Miguel Francisco, descendente dos ex-cativos, quando a Baronesa ficou doente, ela chamou seu marido e declarou:

> as terras que eu tenho vou deixar pros meus escravos. Porque eu não tenho nenhuma família. A família que eu tenho é meus escravos. Eles que fizeram prá mim. Eu vou deixar tudo prá eles (Costa, 1990, p.16).

O paternalismo era uma das estratégias de dominação utilizada durante o período escravista e se manteve no pós-Abolição. Apesar das possíveis ligações de afeto entre dona Marianna e seus ex-escravos, a exemplo de outros casos, a promessa de doação das terras em testamento serviu para a manutenção dos libertos como mão de obra em sua propriedade, ao menos até sua morte. Em geral, antigos cativos se recusavam a permanecer nas fazendas onde tinham sido escravizados e partiam para cidades ou fazendas vizinhas nas quais trabalhavam como parceiros, na forma da meação (Lanna, 1985, p. 113).

A Baronesa de Varginha faleceu em 1895, sete anos após a escrita da Abolição e da escrita de seu testamento. Pelo inventário post-mortem da mesma, sabe-se que 50 antigos escravos, listados como 33 legatários, entre solteiros e casados, receberam ao menos 555 alqueires de suas terras (1.343,1 hectares) (Costa, 2000, p. 19). Os terrenos localizavam-se nas antigas fazendas São Diogo, em Guaipava (distrito de Paraguaçu – MG); Congonhal e Lagoa dos Patos, no distrito de Douradinho, em Machado. Se divididas entre os trinta e três legatários, cada um receberia em média 40,7 hectares.

Os libertos mantiveram as terras em comum durante três décadas após o falecimento da Baronesa. Em 1926, eles registraram a divisão das terras da Fazenda São Diogo em cartório, constando vinte e sete usufrutuários do imóvel com extensão de 557. Os advogados e as custas do registro foram pagos pela venda de 51 alqueires do terreno (Costa, 2000, pp. 24-25). Sobraram 506 alqueires para serem divididos entre os libertos. Portanto, a cada um coube cerca de 18,74 alqueires ou 45,35 hectares.

Passaram-se poucos anos após a Crise de 1929 e, em meio às tensões pela venda das terras, como nos fala o senhor Antônio Miguel: "teve a confusão ... Eles (os advogados) ganharam e venderam as terras. Os compradores receberam as terras, mas os criolos não concordaram" (Costa, 2000, p. 25). Ainda segundo as memórias, houve um conflito armado entre os descendentes dos libertos e os compradores das terras. Dois dentre os descendentes foram mortos pela polícia. A revolta deles contra os que compraram as terras teria sido provocada por um grande fazendeiro local, que teria alugado a propriedade por quatro anos, sendo prejudicado pela venda de parte da mesma (Costa, 2000, p. 26).

Pouco restou dos mais de mil hectares de terras que eram dos libertos e seus descendentes, a maior parte foi grilada ou vendida por preços irrisórios. Porém, ao menos um deles conseguiu manter sua pequena propriedade e a expandiu. Trata-se de Antônio Miguel Francisco (1894 – 1998), filho de Miguel Francisco, ex-escravo de Joaquim Elói Mendes (o Barão de Varginha). Aos 20 alqueires e uma quadra que ele registrou na Fazenda São Diogo conforme escritura de 1926, Antônio Miguel acrescentou terras, que foi adquirindo de outros herdeiros, perfazendo 60 alqueires (145,2 hectares) (Costa, 2000, p. 28). Ou seja, dentro da classificação aqui adotada, em caso excepcional, um filho de libertos conseguiu ascender socialmente, saindo da categoria de pequeno proprietário para médio proprietário (aqueles com mais de 100 hectares).

Posteriormente o senhor Antônio Miguel doou as terras a seus filhos e se fixou em Douradinho, distrito de Machado (Costa, 2000, p. 28). Nesse distrito os descendentes de Antônio Miguel ainda são pequenos proprietários de terra, com produção de café e pecuária leiteira.

Voltando às faixas de posse de terras, aquelas consideradas intermediárias, de propriedades entre 100 e 1.000 hectares, mantiveram certa estabilidade no decorrer do tempo analisado. Essa faixa parece ter sido a mais beneficiada com a alta dos preços no pós-Segunda Guerra, avançando seus domínios sobre as propriedades com menos de 100 hectares. Essas últimas correspondiam a 79,03% dos estabelecimentos rurais em 1940, caindo para 55,92% na década seguinte (ver Gráfico 2).

Ao mesmo tempo, a faixa intermediária dobrou sua participação no domínio da terra, saindo de 20,03% para atingir 40,2% em 1950 (ver Gráfico 1). No recenseamento seguinte, esse grupo vai ter uma queda abrupta, retraindo seu percentual de participação para 16,78%. Nesse mesmo censo, do ano de 1960, os proprietários com menos de 100 hectares correspondiam a 82,9% dos estabelecimentos, o maior percentual do período estudado (ver Gráfico 2).

Os dados denotam que a dinâmica das crises econômicas, e especialmente das crises da cafeicultura, alterou diretamente a estrutura fundiária local. Os maiores latifúndios, com mais de mil hectares, diminuíram muito ao longo desse mais de um século analisado, saindo de aproximadamente 7,45% dos estabelecimentos em 1855-56, para representar apenas 0,33% no ano de 1960.

A primazia sobre a terra passou a pertencer aos fazendeiros que possuíam áreas entre 100 e 1.000 hectares. Eles correspondiam em média a um quinto dos proprietários e detiveram por volta de metade das terras registradas durante todo o período. Por último, cabe atentar que, apesar do grande crescimento de propriedades com menos de 100 hectares, elas detiveram em média apenas 15% de toda a área declarada.

Seria muito elucidativo estender essas análises para outros municípios e regiões cafeicultoras para averiguar possíveis correspondências e divergências. Porém, essa tarefa ultrapassa o âmbito do presente trabalho.

Considerações finais

No período analisado (1855 - 1960), o histórico agrário de Machado revelou uma dinâmica complexa de concentração e desconcentração fundiária, intrinsecamente ligada às ondas econômicas da pecuária e, posteriormente, da cafeicultura.

Em meados do século XIX, a estrutura de terras em Machado apresentava uma acentuada concentração. Segundo os Registros Paroquiais de Terras de 1855-1856, embora apenas 21 declarantes tenham se manifestado como moradores da "capela de Machado", os dados denotam que uma elite restrita detinha a vasta maioria das terras: apenas 8 indivíduos (cerca de 44% dos declarantes) controlavam 93,63% da área total registrada.

Essa concentração foi sustentada inicialmente pela pecuária mercantil, que serviu de base para o acúmulo de capital necessário para a introdução da cafeicultura. Com a expansão da lavoura de exportação, a partir de 1860, essa estrutura se consolidou sob o domínio de famílias da elite local, que possuíam os recursos financeiros e a mão de obra escravizada necessários para implementar culturas extensivas. Em 1920, Machado atingiu alta especialização produtiva, com quase 70% de seu território ocupado por fazendas com alguma lavoura de café.

A tendência de concentração fundiária começou a ser revertida após as crises que abalaram a economia cafeeira global, aliadas às conjunturas da economia nacional. Na virada do século, ocorreu a primeira grande recessão. Todavia, a Crise de 1929, estendida para a cafeicultura até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi um marco decisivo: a queda drástica nos preços internacionais e o endividamento forçaram muitos grandes fazendeiros a vender ou ceder partes de suas propriedades para saldar compromissos financeiros. Com a retomada do crescimento econômico no pós-guerra, houve um retorno à tendência de concentração. No entanto, outra crise dos preços no final da década de 1950 mudou esse quadro novamente.

A análise comparativa dos censos agropecuários entre 1920 e 1960 evidencia uma

mudança na configuração do campo: nos momentos de crise, observou-se o aumento de pequenos estabelecimentos e a fragmentação das grandes propriedades, resultando no crescimento do número de estabelecimentos menores, muitos deles destinados à subsistência com algum excedente voltado ao mercado. Também cresceram estabelecimentos de médio porte, que conjugavam agricultura e pecuária destinada ao abastecimento interno com a cafeicultura voltada à exportação.

Nos momentos de retomada do crescimento da economia cafeeira, as terras voltaram a ser concentradas nos grandes latifúndios, porém não nos patamares anteriores.

Após a década de 1960, diversas mudanças ocorreram no campo e na economia cafeeira. A praga da ferrugem chegou ao Brasil no ano de 1970 e, conjuntamente com as geadas de 1975, devastou os cafezais de São Paulo e do Paraná. O Sul do estado de Minas, que naquele momento configurava uma zona decadente, teve seus cafezais renovados. Diversos preceitos tecnológicos, associados a um "*ethos global da revolução verde*", tiveram uma boa aceitação entre os cafeicultores mineiros (Coulis, 2019, p.p. 80 - 82).

Junto a eles, o fim dos regimes de trabalho do colonato e da meação mudaram os padrões produtivos rurais. Especificamente para a cafeicultura, pode-se aventar a transição para uma "quinta economia global do café", consolidada no início dos anos 1990 com o fim do Acordo Internacional do Café, a dissolução da União Soviética, a finalização de processos de descolonização e a ascensão do neoliberalismo como modelo de gestão da economia política global e nacional (Marquese *apud* Derenze, 2025, p. 19).

A modernização conservadora do campo, a partir da década de 1970, muito provavelmente alterou os padrões fundiários locais e a dinâmica de concentração e desconcentração das terras no município de Machado e no resto do Brasil. Novas tecnologias e relações sociais de produção podem ter blindado, em algum grau, a dispersão das terras em momentos de crise. Porém, as investigações sobre essas hipóteses fogem ao escopo do presente artigo, podendo ser aprofundadas em outro momento.

Por fim, seria de grande valor a comparação entre diversas regiões do Brasil, a partir dos dados presentes nos censos agropecuários, para uma visão geral do processo de concentração e desconcentração de terras, conforme as conjunturas econômicas globais e nacionais. Essa checagem poderia elucidar questões importantes sobre os padrões de formação do espaço rural e ser utilizada como fonte nos debates sobre as grandes desigualdades sociais do Brasil e a inserção periférica, ou semiperiférica, do país no sistema-mundo capitalista.

Referências

ALVARENGA, Felipe de Melo. **De Terras Indígenas à Princesa da Serra Fluminense**: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, Século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. Dinâmicas geográficas da cafeicultura no Sul de Minas Gerais e as interações globais. In: SOUZA, Ricardo Luiz de; CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo Abreu [Orgs.] **Sul de Minas e café**: convivência, prosa e cultura. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2024.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro**: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). 2ª Ed. Belo Horizonte, Fino Traço: 2014.

BACELLAR, Carlos de Almeida P. Apogeu cafeeiro na Alta Mogiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Brado; BRIOSCHI, Lucíla Reis (org.). **Na Estrada do Anhangüera.** Uma visão regional da história paulista. São Paulo: CERU-Humanitas, 1999.

CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço**: os caminhos de ferro no sul de Minas (1875/1902). 154 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa

de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei (MG), São João del-Rei, 2012.

CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, v. 15, n. 2, p. 291–306, 1985.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **A História do Café de Machado: 1870 - 1994**. Belo Horizonte: Fundação 18 de Março - FUNDAMAR, 1994.
COSTA, Maria Lúcia Prado. **A Cafeicultura Machadense (1899 - 1912)**. Paraguaçu (MG): Fundação 18 de Março, 1997. (Mimeo.)

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fazenda São Diogo (Guaipava - MG) 1888**: Um Estudo de Caso Sobre a Alforria de Escravos no Sul de Minas. Belo Horizonte: FUNDAMAR, 1990. (Mimeo.)

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a História Social do Sul de Minas**: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850 – 1900). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **As tropas da moderação do Sul de Minas no tempo saquarema**: 1842-1860. Paraguaçu (MG): Fundação 18 de Março, 2007. (Mimeo.)

COULIS, Jonathan Earl. **Marching Rows of Coffee**: The Pursuit of Modern Agriculture in Brazil, 1950–1990. (Doctor of Philosophy in History), Emory University, Atlanta (GA), 2019.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas Gerais:** Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX. 2008. 358 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos (SP), 2008.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil**: São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DERENZE, Leonardo Façanha. **A Organização Internacional do Café**: cooperação e competição pela governança de uma commodity global (1954 a 1958). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

FRACCARO, Laura Candian. **Estratégias de pequenos agricultores livres de cor perante a expansão dos engenhos de açúcar escravistas em Campinas**: 1779-1836. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2ª ed, 1998.

GASPAR, Tarcísio de Souza. **Quilombos do Campo Grande a Oeste do Rio Sapucaí e ao Sul do Rio Grande**: historiografia, fontes, cartografia e presença quilombola (1756-1791). Tese (Tese de Professor Titular). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho, Minas Gerais, 2025.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

HOBSBAWM, Eric. J. **A Era do Capital**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café**. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

KUTSCHBACH, Mario Samper. **The Historical Construction of Quality and Competitiveness**: A Preliminary Discussion of Coffee Commodity Chains. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (Eds). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira 1870 – 1920. 168 p. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

LEMOS, Marcelo Sant'Ana. **O índio virou pó de café?**: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836). 228 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre fronteiras**: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824). 1ª ed. Guarapuava (PR): Horizonte / Unicentro / Eduf, 2012.

MAGALHÃES, Cristiane Maria; COSTA, Lorrana Negretti Ferreira; COSTA FILHO, Byron Dias;

SANTOS, Suzane de Souza. Ficha 04 – Fazenda Grão Mogol. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultura e Artístico** – IPCA. Machado (MG): Prefeitura Municipal de Machado, 2019. (Mimeo.)

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum**, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: Mariana Muaze; Ricardo Salles. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 21-56, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity**: Coffee in the Longue Durée. Berlin: EB Verlag, 2023.

MARTINS, Marcos Lobato. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMNI, Thiago Fontelas Rosado. (Org.). **Sul de Minas em urbanização:** modernização urbana no início do século XX. 1ª ed. São Paulo: Alameda, p. 141–172, 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pastorar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. **Revista Estudos Econômicos** (São Paulo. Impresso), v. 43, p. 397–429, 2013. DOI: 10.1590/S0101-41612013000200007

MARTINS, Roberto Borges**. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Cedeplar UFMG, 1980. (Texto para discussão, n. 10). Disponível em: https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2010.pdf . Acesso em: 22 de Dezembro de 2025.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande:** A História de Minas, roubada do povo. Contagem: Santa Clara Editora, 2008.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **O Segredo de Minas**: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889 - 1930). Belo Horizonte: Crisálida / ICAM, 2009.

MCCOOK, Stuart. **Coffee is Not Forever**. A Global History of the Coffee Leaf Rust. Athens, OH: Ohio University Press, 2019.

MINTZ, Sidney W. Produção Tropical e Consumo de Massa: um Comentário Histórico *in*: MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletariados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MONTEIRO, John. Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito a terra no Brasil do século XIX. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NICOLETTE, Carlos Eduardo. **À luz do ouro branco**: lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818). 331 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Família**: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru, São Paulo: EDUSC; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *In*: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2002. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D17.pdf . Acesso em: 22 de dezembro de 2025.

PIRES, Anderson José. **Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Os primeiros pés de café e a introdução da cafeicultura no Sudoeste de Minas (Alfenas e Machado, 1860-1888). In: SOUZA, Ricardo Luiz de; CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo Abreu [Orgs.] **Sul de Minas e café**: convivência, prosa e cultura. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2024.

ROSEBERRY, William. Introduccion. In: SAMPER, Mario; OSEBERRY, William; GUDMUDSON, Lowel. **Cafe, sociedad y relaciones de poder en America Latina**. 1ª Ed. Heredia, C.R.: EUNA, 2001.

PAULA, Sérgio Goes de. Por dentro do acervo: João Moreira Salles, o patriarca. 2018. Disponível em: https://ims.com.br/por-dentro-acervo/joao-moreira-salles-o-patriarca/. Acesso em, 22 de dezembro de 2025.

REBELLO, Ricardo Moreira. **O município de Machado até a virada do milênio**. Machado: s. d., 2006. (2 Vols).

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da província**: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884). 2006. 334 f. Dissertação

(Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Araraquara (SP), 2006.

RODRIGUES, João Lucas. **O café no Sudoeste Mineiro**: terra, trabalho e acumulação (1880-1930). 2023. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SAES, Alexandre Macchione; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880 – 1920). **sÆculum – Revista de História**, nº 29, p. 125-143, jul./dez. 2013.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX: Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª Ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008.

STEIN, Stanley J. **Vassouras**: um Município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital.** (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do café na Zona da Mata mineira (1870-1940)**. 232 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2016.

YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. 312 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.04

Da ‘Campanha do Reajustamento’ ao Estado Restrito: indícios da infiltração e organização política dos pecuaristas

From The 'Adjustment Campaign' to the Restricted State: signs of the infiltration and political organization of the cattle ranchers

João Pedro Passos de Barros Borges*
Gabriel de Paula**

Palavras-chave:
Sociedade civil
Crédito Rural
Banco do Brasil

Resumo: O presente trabalho analisa a construção de uma articulação em dois âmbitos: o Estado restrito, pela presença de parlamentares em ‘defesa da pecuária’, e da sociedade civil pela ofensiva da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (S.R.T.M.) na ‘campanha do reajustamento’ da pecuária durante a década de 1940. A metodologia ocorre por meio da análise prosopográfica dos constituintes integrantes da "Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária” em 1946, e do periódico Zebu, da entidade de classe pecuarista do Triângulo Mineiro. A relevância da pesquisa reside na percepção de uma infiltração organizada da classe dominante pecuarista e uma unidade de ação no Estado restrito para alavancar suas pautas.

Keywords:
Civil Society
Rural Credit
Bank of Brazil

Abstract: The present study analyzes the construction of an articulation in two spheres: the restricted State, through the presence of parliamentarians acting in the “defense of livestock farming,” and civil society, through the offensive undertaken by the Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (S.R.T.M.) in the “livestock readjustment campaign” during the 1940s. The methodology is based on a prosopographical analysis of the members of the “Commission for the Support and Defense of Livestock Farming” in 1946, as well as on the periodical Zebu, published by the livestock breeders’ class association of the Triângulo Mineiro. The relevance of the research lies in identifying an organized infiltration of the dominant livestock-breeding class and a unity of action within the restricted State to advance its agenda.

Recebido em 09 de março de 2026. Aprovado em 19 de maio de 2026.

Introdução

A pecuária é um dos subsistemas econômicos mais importantes do país, e o é em longa duração. Francisco de Oliveira, em “Brasil: uma biografia não autorizada” (2018), foi célebre ao afirmar que o país do futuro — o futuro do subdesenvolvimento — envolve a liderança global da exportação de carne no Brasil (2018, p. 73).

Compreender o processo do subdesenvolvimento, além da sua exteriorização do centro decisório econômico e político, implica reconhecer que o subdesenvolvimento é a condição de produção e reprodução das relações capitalistas em um país de Revolução Interrompida (Oliveira, 2000, p. 124). Pensar o país líder da exportação de gado nos dias atuais necessita assim, refletir sobre as formas históricas de organização política do empresariado pecuarista. Diz-se empresariado, justamente, pois, conforme Bianchi (2007), o processo de ‘catarse’ faz com que o burguês, enquanto agente de exploração e propulsão dos processos de produção do mais-valor, passe a agir em direção ao poder político, tornando-se ‘empresário’. A infiltração política no Estado restrito e a sociedade civil enquanto palco para a formação de consensos a respeito da importância da pecuária como a

* Licenciado em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: passospbb@gmail.com
** Doutor em História pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV). Professor Efetivo EBTT do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos e do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM) do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde. E-mail: gabriel.paula@ifgoiano.edu.br.

'economia nacional' é, portanto, parte significativa dessa 'catarse'.

O 'Estado ampliado' (Gramsci, 2001), como modelo interpretativo, permite compreender um duplo movimento que se pretende no artigo. Por um lado, pensar a infiltração dada dos consensos no Estado restrito, a formação e consolidação de uma frente parlamentar pecuarista e como ela legitima os consensos criados na sociedade civil. Por outro lado, o processo de formulação desses consensos em face das disputas da sociedade civil, isto é, as tensões que uma fração da classe dominante subalterna tem com outras frações (frigoríficos e bancos privados) para constituir unidade de ação entre os produtores pecuaristas (gado de corte, leite e destinado à reprodução). É a respeito desses dois processos que o artigo pretende pensar.

Ao nível da justificativa, o trabalho atribui uma centralidade regional e político-econômica, não somente às classes dominantes pouco interpretadas, mas em regionalidades ausentes na literatura. Ao passo em que existem pesquisas como a dissertação de Márcia Maria Bosch (1989) a respeito da 'burguesia interna', que analisa os industriais paulistas e sua capacidade de tecer alianças com as oligarquias rurais, a ideia de oligarquias aparece como um elemento recessivo e oco de uma ação política de modernização e interação com o processo de 'substituição de importações'.

Por outro lado, ao descentralizar a análise de São Paulo para a região do Brasil Central — englobando Triângulo Mineiro e Goiás — isso também se justifica, na medida em que os próprios trabalhos de análise dos grupos 'oligárquicos' do Triângulo Mineiro estão em descompasso com as análises do patronato pecuarista em Goiás, sendo que atuavam em blocos de influência articulados a partir do fim do Estado Novo. Enquanto se argumenta uma perda de influência política e econômica após 1930 (Fonseca, 2020), reproduzindo concepções ultrapassadas na historiografia de uma 'Revolução de 1930' (Gomes, 2002) contra o coronelismo, as análises sobre Goiás relatam uma crescente organização, influência e disputa no centro decisório da política (Borges, 2008). Assim, a pesquisa que consegue demonstrar uma interação política ampla a partir do 'Brasil Central' e suas similitudes com o arcabouço empírico sobre o Triângulo Mineiro pode resolver profundos descompassos e avançar na compreensão de como a pecuária foi essencial para a formação e consolidação da autocracia burguesa enquanto regime próprio de modernização do subdesenvolvimento.

A pesquisa, assim, reproduz concepções metodológicas a partir de Antônio Gramsci (2001) e Nicos Poulantzas (1985), mobilizando as concepções de aparelho privado de hegemonia, sociedade civil, empresariado, bloco no poder e Estado restrito a partir de uma comparação entre dois *corpus* documentais. Primeiro, diversas fontes de intervenções legislativas de representantes eleitos que atuaram em 'prol da pecuária' na passagem da década de 1940 para 1950 e, por conseguinte, a análise da revista Zebu, da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro entre 1945-1950, visando dar atenção ao tema da campanha do 'reajustamento' da pecuária.

A hipótese central do trabalho é que o processo histórico de tensão entre o Estado restrito e os pecuaristas reorganizou sua posição no bloco no poder e permitiu uma ofensiva política que conferisse unidade aos pecuaristas do Brasil Central.

Os pecuaristas na Constituinte de 1946

No âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, os produtores rurais do Brasil, em específico os pecuaristas, conseguiram encampar no seio das Comissões Ordinárias dos trabalhos constituintes uma "Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária". A pecuária e a borracha foram as duas atividades agrícolas que tiveram seus interesses representados entre as diversas outras Comissões, tais como as de "Investigação Econômica e Social", "da Casa Popular" e outras (Braga, 1996, v. 1). A "Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária" estava diretamente vinculada à chamada "crise da pecuária" iniciada nos anos de ocaso do Estado Novo varguista. A crise deitava raízes no endividamento dos pecuaristas de gado de corte e as explicações à crise eram diversas e com matizes ideológicos.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil foi vista como uma das geradoras da crise em razão da incapacidade dos

produtores rurais de liquidarem suas dívidas em decorrência do aumento dos juros. Outro elemento considerado à época foi a inflação do preço do gado de corte em decorrência da facilidade de crédito, que incentivou a entrada de arrivistas no negócio. Não menos importante e em diálogo com a temática do artigo, a crise foi associada, também, ao processo de supervalorização do gado zebuíno, em especial matrizes e reprodutores da região de Uberaba. Por fim, havia ainda a culpabilização pela crise à postura intervencionista do Estado Novo e, paradoxalmente, incluíam-se na visão de alguns os frigoríficos internacionais como cerne da questão. Neste contexto, a Comissão em defesa dos interesses pecuaristas nascia em um momento de tensão do setor e evidencia a capacidade de mobilização dos mesmos enquanto parte do "bloco do poder".

Embora os estudos apontem que as Comissões, em geral, não sejam protagonistas nos processos decisórios da política brasileira republicana por terem focos monotemáticos (Pessanha, 1997; Figueiredo; Limongi, 1995; Ricci, 2003), analisaremos a Comissão dos interesses pecuaristas na medida em que ela evidencia um grupo formativo do 'bloco do poder'. Bloco esse que coloca em perspectiva as diferenças de interesses entre os grupos do empresariado agrário nacional e aponta a existência de interesses particulares entre os setores produtivos, no caso do meio rural, embora possa ser verificável em outros contextos produtivos (Poulantzas, 1985).

O resultado eleitoral do final de 1945 forneceu os quadros para a Constituinte de 1946 e aponta para uma manutenção da hegemonia política das lideranças oriundas das interventorias estaduais da era varguista, com o Partido Social Democrático (PSD) com mais da metade dos representantes eleitos para o Legislativo Federal (Nicolau, 2004). A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), elegeram, respectivamente: 81, 22 e 14 deputados federais constituintes; além de outras siglas com menor representação política nacional.

Partindo do cenário político da Constituinte de 1946 e da "Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária", temos na tabela 01 os componentes da referida Comissão:

Tabela 1

Função	Nome	Partido	UF	Profissão
Presidente	Flores da Cunha	UDN	RS	Pecuarista, advogado e jornalista
Relator	Wellington Brandão	PSD	MG	Pecuarista, advogado, funcionário público e escritor
Membros	Costa Porto	PSD	PE	Plantador de cana, advogado e funcionário público
	Eduardo Duvivier	PSD	RJ	Pecuarista, banqueiro e industrial
	Galeno Paranhos	PSD	GO	Advogado e funcionário público
	João Henrique	PSD	MG	Pecuarista e médico
	Martins Filho	PSD	SP	Advogado, Fazendeiro e alto funcionário do setor industrial
	Nelson Parijós	PSD	PA	Fazendeiro, advogado e agrônomo
	Paulo Guerra	PSD	PE	Pecuarista, advogado e funcionário público
	Régis Pacheco	PSD	BA	Médico e Fazendeiro
	Dolor de Andrade	UDN	MT	Pecuarista e advogado
	Domingos Velasco	UDN	GO	Militar, Advogado, Funcionário Público e jornalista
	Ernani Satyro	UDN	PB	Fazendeiro, Militar e Engenheiro
	José Crispim	PCB	São Paulo	Militar e operário

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Braga (1998) e no perfil biográfico dos parlamentares disponível em https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao.

A Comissão era composta por 14 membros e, do ponto de vista das representações estaduais, a partir das macro-regiões, o Sudeste conta com 5 representantes (sendo dois mineiros, dois paulistas e um fluminense), seguido pelo Nordeste com 4 representantes (dois pernambucanos, um baiano e outro paraibano), o Centro-Oeste com dois goianos e um mato grossense e, por fim, um rio-grandense representando o Sul e um paraense em nome do Norte do país.

Partindo de um cotejamento entre os parlamentares da Comissão e o rebanho bovino de cada Estado por eles representados, o Rio Grande do Sul, com mais de 8 milhões de bovinos (Brasil, 1956), contou com um membro apenas, o influente político Flores da Cunha, que assumiu a presidência da Comissão. Importante ressaltar que a pecuária rio-grandense, desde o início do século XX, já havia se firmado dentro de uma lógica de produção de gado de corte para frigoríficos (Pesavento, 1980) e ocupava posição de pioneirismo e destaque no processo de integração entre pecuária e indústria, fato que ratifica a posição de liderança na figura de Flores da Cunha.

São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, no contexto da Comissão, formavam o grupo mais representativo, com sete constituintes e um rebanho, respectivamente, de 5.721.977, 9.790.100, 3.373.540 e 3.442.599 de bovinos, correspondendo, no caso, à metade do rebanho nacional (Brasil, 1956). Tratando de São Paulo, ressaltamos que havia no seio da elite agrária paulista interesses distintos entre cafeicultores exportadores e pecuaristas (Perissinotto, 2000), e, para além desta diferenciação, os quatro estados compunham parte considerável do chamado Brasil Central. Espaço que, para além da herança da "mitologia nacional estadonovista", era pecuarista por excelência e marcado pela relação de dependência entre São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso na manutenção da estrutura produtiva de cria, recria e engorda de animais para o abate.

Do ponto de vista dos estados do Nordeste, a Bahia era detentora de rebanho bovino expressivo, com quase 4 milhões de cabeças, enquanto Pernambuco e Paraíba somavam algo em torno de 1,5 milhão de bovinos (Brasil, 1956). Em nossa visão, a representatividade dos estados nordestinos na Comissão é fruto da combatividade histórica das oligarquias agrárias da região (Mello, 1999) e sua contínua influência política (em grande medida ofuscada por modelos interpretativos do Sudeste) nas primeiras décadas do século e em especial nos assuntos agrários (Garcia, 2007).

A representação partidária na Comissão é marcada por uma hegemonia de políticos do Partido Social Democrático (PSD). Se este Partido já era a maioria na Constituinte de 1946, na Comissão em questão, dos 14 membros, 9 são do PSD, ratificando que o Partido à época era um grande porto de atracagem dos interesses agrários (Martins, 1981), distanciando-se de uma certa percepção historiográfica que estabelecia a associação desses interesses agrários com as hostes udenistas. A ausência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reduto varguista e de base urbana, da Comissão, aponta um veto ideológico e classista, que tentou ser dirimido com a presença quase simbólica de um deputado comunista que, em tese, deveria atender à crise pela lógica do consumo de carne pela população em geral.

Em uma perspectiva classista, os membros da Comissão eram quase em sua totalidade descritos como proprietários rurais (ver Tabela 01), fossem eles pecuaristas, plantadores de cana ou mais genericamente "fazendeiros"; tais atores políticos e suas vinculações de classe permitem que sejam enquadrados como "intelectuais orgânicos" da classe agrária brasileira (Gramsci, 2001; Mendonça, 2000), produzindo consensos e atuando em prol dos interesses da classe.

É recorrente na história política brasileira que os bacharéis estejam em larga medida atrelados aos interesses dos grupos economicamente dominantes ou são eles mesmos membros destes grupos (Chaloub, 2017). Na Comissão em análise, o bacharelismo vai além do udenismo (Chaloub, 2017) e se espraia entre os pessedistas, evidenciando sua íntima relação com os interesses agrários. Uma história de um membro da Comissão, o deputado goiano Galeno Paranhos, do PSD, explica de forma didática a correlação entre bacharelismo e interesses agrários: certo dia, ao discursar no Parlamento do Brasil, o deputado, em momento de grande euforia na defesa dos interesses pecuaristas, ao gesticular, perdeu o anel de bacharel em Direito. O anel

perdido foi substituído por outro na forma de presente da parte de criadores de gado do Triângulo Mineiro (Rocha, 2020). Neste caso, o anel se foi, ficaram os dedos e o anel retornou em grande estilo. Galeno Paranhos aceitou o casamento com os pecuaristas.

Na vigésima quinta sessão, em 14 de março de 1946, o Presidente da Assembleia Constituinte, o político pessedista Fernando de Melo Viana, após votação, abriu para debate o requerimento de urgência referente ao amparo aos pecuaristas, em especial àqueles do Brasil Central (Brasil, 1946, Ata III, p. 425). O deputado goiano, Jales Machado (UDN), abre o debate apontando que a crise é fruto da retração de crédito da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) e acrescenta que o setor pecuarista sofria com a especulação do gado zebuíno (Brasil, 1946, Ata III). Em uma demonstração das diferenças de interesses entre os setores agrários, o deputado goiano afirma que o auxílio aos pecuaristas seria menor se comparado àqueles dados aos cafeicultores.

Galeno Paranhos, membro da Comissão, reforça o coro em prol dos interesses pecuaristas e aponta a culpa da crise aos gestores do Banco do Brasil e às cobranças dos empréstimos a serem quitados pelos pecuaristas. Costa Porto, também membro da Comissão, solicita aparte e amplia o recorte da crise da pecuária, afirmando ser um problema nacional e se o Banco do Brasil outrora havia financiado a pecuária, agora desvaloriza os animais que foram dados como garantia pelos fazendeiros (Brasil 1946, Ata III, p. 427).

A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil se tornou o "boi de piranha" dos deputados. Os créditos antes facilitados, estavam agora sendo cobrados em um cenário de desvalorização dos rebanhos dados em garantia, e os empréstimos da Carteira haviam contribuído para uma enxurrada de arrivistas ao negócio de gado. Porém, ressaltamos que boa parte da crise, como já insinuado anteriormente pelos deputados, estava relacionada aos negócios de animais reprodutores zebuínos do Triângulo Mineiro e não apenas à pecuária comercial convencional.

O constituinte João Henrique, representante mineiro, em sua fala na referida, alude a um nacionalismo econômico ao criticar os frigoríficos estrangeiros em ação no Brasil e atribui à eles grande parte da responsabilidade pela crise em razão de repasses injustos no pagamento do animais para o abate (Brasil, 1946, Ata III, p. 435). O deputado mineiro parte, ainda, em seu discurso na defesa dos criadores de zebu e afirma que o processo em curso em Uberaba e alhures de melhoramento do rebanho estaria auxiliando a resolver na melhoria de rebanhos adaptados ao clima tropical (Brasil, 1946, Ata III, p. 436). Fruto do melhoramento genético gerado pelos zebuínos, os animais que outrora iam para o abate com 6, 8 anos, estavam agora sendo enviados aos frigoríficos com metade da idade.

Em frente aos louros lançados aos zebuínos na melhoria do rebanho nacional, o representante baiano pela UDN, Nestor Duarte, foi enfático em afirmar que os touros zebuínos não poderiam valer "mil contos de réis!" e que se vivia um clima de especulação (Brasil, 1946, Ata III, p. 437).

O mineiro João Henrique prontamente retrucou o colega constituinte, afirmando que o mesmo desconhecia o tema pecuarista e que "só no Brasil e especialmente em Uberaba há zebu fino [...] Os zebús puros vale o que se pedir por eles" (Brasil, 1946, Ata III, p. 437).

Se na Constituinte de 1946 a maioria da população brasileira não estava representada diretamente, os pecuaristas e seus zebuínos encontravam abrigo nos apartes dos representantes de seus interesses políticos e econômicos. Vejamos na sequência como a crise da pecuária foi abordada para além das estruturas do Estado, isto é, no âmbito da sociedade civil.

S.R.T.M. e a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil

A pecuária uberabense se desenvolveu a partir da expansão do capital comercial paulista. Quando as estradas da Companhia Mogiana se estendem até a cidade de Uberaba, a região, que era favorecida pelo comércio por sua localização geográfica preferencial para estabelecer relações entre o litoral e o interior, teve de construir alternativas (Rezende, 1983).

Soma-se a esse cenário a crescente organização das entidades agrárias pelo país, com a Sociedade

Nacional da Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), que, na crescente disputa pelo poder político, são intermediadas pela estrutura do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) (Mendonça, 2002). O Ministério, lugar de mediação estatal dos conflitos de classe, torna-se uma possibilidade de ascensão social para os latifundiários da região do Triângulo Mineiro.

Como demonstrou Medrado (2013), a busca pelo gado zebuíno e as feiras de gado indiano em contraste com as críticas dos jornais de regiões paulistas, forjam um contexto em que aqueles que se veem fora do bloco no poder, busquem avançar posições. A busca por legitimidade se transforma na possibilidade de obter crédito e financiamento que as outras atividades econômicas ligadas ao mundo rural obtinham do MAIC.

Se, próximo à criação do MAIC, os pecuaristas do Triângulo fundaram a Sociedade do Herd Book Zebu, é com Getúlio Vargas que nasce a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. Getúlio também concede a criação do Parque Fernando Costa e homologa para a SRTM a função do Serviço de Registro Genealógico das Raças Zebuínas (LOPES; REZENDE, 2019, p. 173-255).

A junção entre o controle genético e o parque público de exposições garante um benefício estratégico para que a entidade alavanque seu poder político. O crescimento associativo em face do corporativismo varguista se torna uma possibilidade de pressionar por poder político.

Ao fim do Estado Novo, a região do Triângulo Mineiro era acusada de supervalorizar, por meio dos jornais e leilões, o valor do gado zebuíno. Os empréstimos de grandes valores resultaram em atividades sem retorno produtivo, como a especulação imobiliária em Belo Horizonte (Costa, 1978). Nesse cenário, ocorre uma restrição de crédito e o rebaixamento do valor comercial do gado por Getúlio, de maneira que surge a 'campanha do reajustamento' pelos pecuaristas.

O governo Dutra, no amplo espectro do processo de 'substituição de importações', atravessa uma perspectiva ortodoxa no combate à inflação, adotando uma postura contracionista do crédito, na expectativa de que houvesse um investimento dos Estados Unidos (um 'Plano Marshall' para o Brasil). Esse processo não rompeu com o desenvolvimento industrial e perpassou uma alteração expansionista no segundo momento do governo; ao contrário, como se argumenta, correspondia ao poder político do aparelho de crédito pelos frigoríficos internacionais, correspondentes à indústria de transformação.

Tais orientações macroeconômicas, *stricto sensu*, geram embates significativos com os pecuaristas e fazem parte do bojo da atividade da campanha pela retomada do crédito (Mattos; Meirelles, 2021, p. 95-143), que é, ao que se pretende demonstrar, a possibilidade de uma ofensiva hegemônica dos pecuaristas.

A construção dos passos ofensivos da 'classe criadora'

Na virada de 1945 para 1946, a revista 'Zebu' apresentou um posicionamento moderado a respeito da 'campanha do reajustamento'.

Em texto assinado pelo presidente J. S. Rodrigues da Cunha ao presidente do Banco do Brasil, a entidade solicita apoio político para haver maiores prazos para o pagamento das dívidas e uma cobrança menor de juros. Contudo, discorda do 'reajustamento' e da redução de 50% do valor a ser pago dos empréstimos.

O primeiro momento do discurso se baseia em cobrar do governo a construção de infraestrutura pública para a garantia da realização da mercadoria (Cunha, Apud: Zebu, dez.-jan. 1945/6, p. 45), de modo que é possível notar que o que assola o pecuarista não é o endividamento, mas a sua dificuldade de exportar o gado reprodutor para o restante do país e outras regiões.

A posição da entidade é apresentada em três eixos: a) o prazo do financiamento se estenderia para 10 anos; b) os juros modificados de 7% para 5%; c) o reajustamento dos contratos antigos para os novos termos. Disso decorre que figuras próximas da entidade são sugeridas para discutirem com o deputado João Henrique, um dos proponentes do perdão das dívidas, uma posição mais ofensiva para o grupo (Zebu, dez.-jan. 1945/6, p. 49).

Em cinco meses, a estratégia da SRTM parece mudar de tom. A edição de junho já desloca a

origem da crise para o aparelho de Estado. A classe mantenedora (Osório, 2019) do Banco do Brasil é combatida como um agente ativo da instabilidade econômica (Cunha, jun. 1946, p. 34).

Em poucos meses, em setembro, a entidade apresentou uma proposta de projeto de lei. Chama atenção o fato de que a proposta prevê elementos no 'reajustamento' que não estavam anteriormente incluídos. Destaca-se a inclusão de uma margem de 120 dias para que eles não precisem cumprir as suas obrigações financeiras.

O que o projeto de lei prevê de maneira expressiva é a exclusão dos benefícios para os seguintes grupos: invernistas, industriais da carne (frigoríficos, charqueadas e cooperativas), avaliadores, endossantes ou fiadores e comerciantes do gado de corte. Um marcante posicionamento de conflito contra o restante da indústria de carne e seus intermediários.

Chama atenção, também, a menção no artigo 11.º de que, se houvesse a criação de outra entidade emissora como um 'Banco Rural', o reajustamento também valeria nos contratos estabelecidos e transferidos para aquele banco. O exemplo parece se comportar como uma afasia (Freud, 1996), isto é, o desejo da constituição de uma entidade própria para o controle dos latifundiários.

No mês seguinte, é perceptível o uso do termo "moratória da dívida", quando é exposta uma carta do fazendeiro uberabense, Lamartine Mendes, ao Presidente Dutra, com um nível de exigência superior aos pedidos políticos até então realizados, o que inclui agora uma cota de sacrifício aos bancos privados com redução dos juros e prazos maiores (Zebu. out. 1946, p. 82). A troca de reajustamento por 'suspensão da moratória' é parte de uma inflexão discursiva que vem junto de uma quantidade de bovinos fêmeas para serem mantidas para haver renovação do rebanho e ampliação do rebanho.

As posições propositivas enquadraram o primeiro momento e são perceptíveis algumas tendências do movimento, tais como: a) a intensificação do combate político; b) a marcação dos adversários no bloco no poder (intermediários, frigoríficos estrangeiros e os bancos privados); c) a amplitude gradual para um projeto hegemônico.

A fragmentação interna e a crise das alianças intra-classistas

A intensificação da campanha cresce ao nível de surgirem propostas diferentes em disputa nas páginas dos editoriais da revista Zebu.

O que unifica o corpo editorial, além do problema da dívida e do combate político ao Banco do Brasil, é a proclamação de si como 'classe criadora'. Diferentemente do frigorífico, que somente realiza o valor de uso do gado no momento do abate, o termo 'classe criadora' parece ir além da referência à classe criadora de gado, pois se coloca como a classe criadora da riqueza.

As posições liberais e intervencionistas que derivam dessa proposição discursiva mantêm seus ares fisiocratas. Na famosa Introdução de 1857, Marx nota que "o próprio Adam Smith ainda recai ocasionalmente no sistema fisiocrata" (Marx, 2011, p. 57). A consonância possível entre liberais, desenvolvimentistas e fisiocratas decorre da negação da universalidade do trabalho, justamente porque é essa negação que justifica que a renda da terra está sendo apropriada por banqueiros e industriais da carne.

Ao nível do debate liberal, o artigo do ex-presidente da Associação Comercial de Santos, José Ozores Fernandéz, intitulado "A verdade monetária: Subsidio ao estudo dos problemas monetários, financeiros, econômicos e sociais do Brasil", alude a uma modernização do sistema bancário nos moldes do liberalismo. A concepção de Fernandéz é que a inflação é resultado do curso forçado da emissão monetária e, para isso, deveria haver uma reforma geral no sistema bancário.

Sua proposta é a criação de um Banco Emissor que não poderia emitir a moeda por conta própria. Seriam os bancos privados, ao descontar duplicatas no Banco Emissor a partir de uma produção já existente, que poderiam aumentar a moeda em circulação (Fernandéz, 1946, p. 21).

Não se discute a possibilidade de o setor produtivo privado desejar o excesso de liquidez, nem de o setor bancário querer operar essas duplicatas para expandir o *spread* bancário. A proposta de Fernandéz sugere um controle do mercado privado em aliança com o produtor sobre o público e a

criação de uma institucionalidade que permita isso livremente.

Por conseguinte, o ano de 1947, nas páginas da revista, se inicia com o posicionamento de Milton Vilela, identificado como "Fazendeiro progressista e ex-inspetor do Banco de Credito Real de Minas Gerais" (p. 29). Partindo do pressuposto de crises cíclicas, o autor enumera dois problemas para o setor pecuário: "a) Penhor Pecuário; b) Os frigorificos extrangeiros." (Vilela, jan.-fev. 1947, p. 29).

O desequilíbrio provocado pelas políticas do Banco do Brasil é causado por "(...) segundas intenções, interesses ocultos (...)" (Vilela, jan.-fev. 1947, p. 29). A classe mantenedora do Banco do Brasil não é somente a responsável por uma instabilidade da política monetária, mas por atender a dados interesses das frações de classe.

Assim, os curtos prazos de pagamento para os empréstimos atenderam aos interesses dos frigoríficos estrangeiros. A questão não é técnica, nem um erro de alocação de insumos e excedentes dos criadores, e sim consequência da hegemonia política do capital estrangeiro na indústria de carne.

Como solução, deveria haver um controle do volume de carne exportada, priorizando o mercado interno. A infraestrutura é posta e interligada a um preço mínimo que permita que o excedente produtivo fique com a classe criadora (Vilela, jan.-fev. 1947, p. 32).

As análises sobre a CREAI entre 1946 e 1950 (Redivo; Fonseca, 2022) confirmam que, embora a estrutura de *funding* (via CARED e recursos próprios) impusesse uma pressão por retornos de curto prazo, houve um redirecionamento estratégico: a indústria de processamento (têxtil e alimentar) ampliou sua participação relativa no crédito, consolidando operações de maior valor médio e prazos mais longos que o setor agrário.

Nesse cenário, a pecuária busca, por meio da sua campanha, infiltrar-se no Estado restrito, para reorganizar esse cenário. Esse processo prescinde do combate no bloco no poder e das alianças que os diferentes pecuaristas faziam com os setores hegemônicos.

Caso que chama peculiar atenção é a carta exposta em artigo de Laércio Teodoro de Andrade ao deputado Galeno Paranhos. A carta começa por criticar o fundador da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, Fidelis Reis, apontando-o como desinteressado pela campanha do 'reajustamento', dado o fato de ele ser o sócio majoritário do Banco Regional do Triângulo Mineiro.

A crítica exposta nas páginas da revista Zebu da SRTM denuncia o suposto "desastroso desequilíbrio" da economia do Brasil Central e busca uma "salvação pública". Nas contas elaboradas por Andrade, não existe a possibilidade de pagamento da moratória. O Banco do Brasil teria criado um "déficit que ficará para a eternidade".

A partir disso, o autor exige uma intervenção. Ele segue o padrão da crítica ao Banco do Brasil, sem qualquer menção aos frigoríficos estrangeiros, e propõe um conjunto de medidas que envolvem: a) Reavaliação de ativos: ajustar as dívidas aos preços reais de mercado; b) Estatização de débitos: centralizar dívidas com terceiros no Banco do Brasil; c) Tabelamento de juros: redução compulsória para patamares de 5% a 6%.

Os três textos, pelas suas diferenças substantivas ao criticarem ora os frigoríficos, ora os bancos privados, por apresentarem propostas liberais e intervencionistas, revelam uma dificuldade de unidade ideológica da grande pecuária. Os textos divergentes publicados na revista da entidade revelam uma crise política.

A ofensiva e a crise interna aos criadores de gado impuseram a unificação da pecuária de corte com a pecuária destinada à comercialização de reprodutores. Essa é uma tendência da impossibilidade de alianças com os frigoríficos e o setor bancário privado.

Apesar das instabilidades do período e do relativo marasmo editorial entre 1948 e 1949, o ano de 1950 apresentou um cenário de maior otimismo para o setor produtivo, incluindo os pecuaristas.

Nos meses de agosto e setembro de 1950, quando a revista apresenta a 1.ª Exposição de animais e produtos derivados no Espírito Santo, há o governador afirmando a ampliação do crédito bancário vinda do presidente Dutra (Lindemberg Apud Zebu, 1950, p. 34).

O fôlego parece corresponder ao abandono das teses de orientação ortodoxa na substituição do Ministro da Fazenda em 1949. A nova gestão promoveu uma política de expansão de crédito e intensificou o investimento público.

Outra possibilidade para a acepção positiva dos criadores de gado e que abrem possibilidades de pesquisa do Estado restrito até a sociedade econômica internacional, está no extensionismo rural e seu crescente nível organizativo. Ele foi implementado com marcos significativos a partir de 1948, incentivando os assistidos a contraírem crédito do Banco do Estado de Minas Gerais para consumirem as tecnologias dos extensionistas (Cassiano, 2025, p. 402-403).

Seja pelas melhores relações públicas ou com uma integração com o capital estrangeiro, a consolidação do poder hegemônico pecuarista (as menções a seus interesses particulares como um consenso incorporado no Estado restrito e partilhado pela sociedade civil) abre espaço para outras ofensivas.

O consenso da 'classe pastoril' no Estado ampliado

É perceptível, nos anos de 1950, que as críticas às diferentes frentes de aliança e variabilidade ideológica são substituídas por uma frente política pecuarista e seus representantes. Não obstante, o movimento de ofensiva não finaliza com um movimento de consolidação, mas segue sua ofensiva com pecuaristas do 'Brasil Central' (Mato Grosso, Goiás, Triângulo Mineiro), indo até Getúlio Vargas em torno de melhores condições para a 'campanha do reajustamento', tal qual, em vista das eleições, o elogio a agentes políticos que tenham favorecido a pecuária.

Essa hipótese que encerra o texto necessita de uma evidência precisa. O argumento é que a aparição de 'reajustamento' passa a envolver, no ano de 1950, uma ativa campanha política.

A primeira menção é no artigo "A exportação de zebuínos para a América Latina e a atuação de Mário Almeida Franco", em que é possível perceber uma elevação de personalidades que passam a ser relembradas como articuladores políticos no interior da sociedade e/ou no Estado restrito. O texto menciona o papel do pecuarista Mário Almeida Franco e do presidente da SRTM, Carlos Smith, que, para valorizar a atividade econômica pecuarista, receberam autoridades como o Ministro da Agricultura da Venezuela (Zebu, mai. 1950, p. 7-11).

A segunda e terceira menções, ainda no âmbito da sociedade civil, dizem respeito à capacidade de agitação da Associação Rural de Uberlândia, ao pronunciar que a campanha do reajustamento e da moratória atinge a exigência de novos mecanismos de tabelamento das mercadorias, indicando um problema de impostos colocado em face da cobrança estrangeira (Zebu, mai. 1950, p. 23). Isso demonstra que os ganhos políticos implicaram uma contínua ofensiva em busca da hegemonia, que pouco, agora, tem a ver com o problema principal, de modo que assume todos os contornos de demandas do setor.

Além disso, o indicativo verbal fundamental é a menção discursiva do presidente da Associação à 'classe pastoril' — sem que se abandonem quaisquer rompantes fisiocratas —, o que indica uma unidade entre os produtores e aqueles que manuseiam o material genético. Indicativo discursivo que se liga à presença de membros do Estado restrito, como: Dr. João Henrique, Wellington Brandão e Galeno Paranhos (Zebu, mai. 1950, p. 25).

Ao nível do Estado restrito, é necessário salientar que, se a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia se organizavam em torno do consenso de uma ofensiva classista da 'campanha do reajustamento', que se desfigurava e aparecia como a hegemonia pecuarista, esses eventos passam a contar com o destaque a figuras parlamentares. Em inúmeras exposições de gados que interligam os mais diversos aparelhos, é possível perceber a menção a outros parlamentares federais como: o deputado Mário Beni e o senador José Américo de Almeida (Zebu, out.-nov. 1950, p. 45), o deputado Eduardo Duvivier (Zebu, out.-nov. 1950, p. 10), o deputado Vasconcelos Costa (Zebu, mai. 1950, p. 19), o deputado Rondon Pacheco (Zebu, mai. 1950, p. 29), os deputados Ary Vianna e Alvaro Castelo (Zebu, ago.-set. 1950, p. 31), dentre inúmeros deputados estaduais em Minas Gerais e Goiás.

Tais crescentes exigências são postas em face de discursos de diversos setores do Executivo (governadores de Minas Gerais, Goiás, secretários e o presidente-general) que aderiram à campanha do reajustamento como elogio (Zebu, jun. 1950, p. 9, 20, 34, 44). O consenso político criado em torno da

necessidade de que os pecuaristas tenham seus interesses atingidos chega ao ápice na figura de Getúlio Vargas, que recebe uma visita dos pecuaristas do Brasil Central e termina afirmando, como citado pela revista, a necessidade de uma melhora no quadro da campanha do reajustamento (Zebu, out.-nov. 1950, p. 38).

Assim, é possível reconhecer o processo de construção do consenso e seus efeitos pertinentes ao nível da composição do Estado restrito, de modo que a 'campanha do reajustamento' não se encerra na sua conquista imediata no final do governo de Dutra, pois ela se eleva ao nível de uma campanha pela hegemonia no bloco no poder.

Considerações finais

Diante do exposto, a análise desenvolvida permite concluir que a "campanha do reajustamento" da pecuária, longe de ser uma mera reivindicação creditícia isolada, configurou-se como um momento fundamental de "catarse" e organização hegemônica da classe produtora no Brasil. Os resultados obtidos evidenciam que a articulação entre a sociedade civil, capitaneada pela ofensiva da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro na revista Zebu, e o Estado restrito, representado pela atuação dos parlamentares na "Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária" de 1946, logrou consolidar uma unidade de ação política capaz de superar fragmentações ideológicas internas.

Ficou demonstrado que a hegemonia do PSD no seio da referida Comissão serviu como o principal porto de atracagem dos interesses agrários, desafiando concepções historiográficas que restringiam tal representatividade à União Democrática Nacional. Ao marcar posição contra frações rivais do bloco no poder, como os frigoríficos estrangeiros e o capital bancário privado, os pecuaristas do "Brasil Central" elevaram suas demandas corporativas ao *status* de consenso, garantindo a manutenção de sua influência mesmo em cenários de transição democrática.

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de descentralizar a análise das elites agrárias para além do eixo paulista, conferindo visibilidade à atuação política coordenada entre o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Ao mobilizar o arcabouço teórico do "Estado ampliado", o estudo resolve descompassos historiográficos importantes sobre a suposta perda de poder das oligarquias regionais após 1930, demonstrando como a pecuária foi essencial para a modernização do subdesenvolvimento brasileiro.

Por fim, as possibilidades para estudos futuros apontam para a necessidade de investigar a continuidade histórica dessa infiltração organizada, traçando as linhagens políticas que conectam os bacharéis e fazendeiros de 1946 às modernas frentes parlamentares do agronegócio contemporâneo. Ademais, a ampliação da análise prosopográfica para outras entidades regionais poderá desvelar novas nuances sobre como o empresariado rural refinou seus aparelhos privados de hegemonia para atuar nas disputas de classe que definiram a economia política nacional nas décadas subsequentes.

Referências

ANDRADE, Laércio Teodoro. Pelo soerguimento da economia pecuária do Brasil Central. **ZEBU**. p. 33-36, 1947.

BOSCH, Maria. O **Estado e a burguesia no governo Dutra (1946-1951)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1989.

BORGES, Barsanufo Gomides. **Estado e economia no Brasil Central: o poder dos grandes produtores rurais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

BRAGA, Sérgio. A Constituinte de 1946 e a nova ordem econômica e social do pós-II Guerra Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 6, p. 7–24. 1996

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, v. 2, 1998.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1946). Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/items/eb43a05f-7cfa-4255-b45c-3b4c546bb089. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 1950:** volume 2 – resultados nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível em: http://memoria.org.br/pub///meb000000362/censo1950vol2nac/censo1950vol2nac.pdf. Acesso em: 27 fev. 2026.

BOTTOMORE, Tom. **As elites e a sociedade.** Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

CASSIANO, Pedro. Acordos bilaterais Brasil e Estados Unidos na agricultura: o caso da extensão rural (1949-1973). In: FONTES, Virgínia (Org). **Capital-imperialismo, dominação e luta de classes.** São Paulo: Expressão Popular, p. 387–436, 2025

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 32, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329406/2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.

DUTRA, Leonardo. CREAI (1937-1952) – o nascimento do fomento de longo prazo da estrutura produtiva brasileira. **Panorama das Contas Públicas,** Salvador, v. 1, p. 47–66, 2009. DOI: 10.1590/0101-31572022-3204

FERNANDÉZ, José Ozores. A verdade monetária: Subsidio ao estudo dos problemas monetários, financeiros, econômicos e sociais do Brasil. **ZEBU**, p. 19–25, 1946.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando.Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociai**s, v. 10, n. 29, p. 175–200, 1995.

FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

FREUD, Sigmund. **Conferências introdutórias sobre a psicanálise (Partes I e II) (1915-1916)**. Rio de Janeiro, Imago: 1996.

GARCIA, Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 38, n. 2, p. 73-87, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/533. Acesso em 17 Fev. 2026.

GOMES, Angela de Castro. A república não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, p. 91–101, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Elaine Mendonça Marquez de. Tempos de Ouro da SRTM. In: LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Elaine Mendonça Marquez de. **ABCZ: 100 anos de histórias e histórias**. São Paulo: Bela Vista Cultural, p. 173-255, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; MEIRELLES, Joana Souza de. Governo Dutra: crescimento industrial sob restrições externas e limitações econômicas e institucionais internas. In: ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. São Paulo: Hucitec Editora, p. 95–143, 2021

MEDRADO, Joana. **Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-193). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, p. 171-186, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Mundo agrario**, v. 1, n. 1, p. 0-0, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império, 1871-1889.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 85–129, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? In: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. p. 121–129, 2000.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PERISSINOTTO, Renato. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Editora Movimento, em convênio com o Instituto Estadual do Livro, Departamento de Cultura, Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, RS, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ROCHA, Hélio. **Deputado fez dieta, o dedo afinou e o anel saiu quando gesticulava.** E sumiu. Jornal Opção. Outubro de 2020. Disponível em:https://www.jornalopcao.com.br/memorando/deputado-fez-dieta-o-dedo-afinou-e-o-anel-saiu-quando-gesticulava-e-sumiu-289541/. Acesso em 28 fev. 2026

REDIVO, André da Silva; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI): 1937-1969. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 4, p. 1080–1102, 2022. DOI: 10.1590/0101-31572022-3204

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica**. 176 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de História, 1983.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e política,** v. 19, n. 39, p. 115–137, 2011. DOI: 10.1590/S0104-44782011000200009

VILELA, Milton. A influência prejudicial dos frigoríficos estrangeiros sobre a economia pecuária. **ZEBU**, p. 29–32, 1947.

ZEBU. A ação da S.R.T.M. — Noticiário. In: **ZEBU**, 45–51, 1945.

ZEBU. A exposição e o Zebú. **ZEBU**, p. 34, 1946.

ZEBU. Sugestões para um projeto de lei. **ZEBU**, p. p. 47, 1946.

ZEBU. A ação da S.R.T.M. — Noticiário. In: **ZEBU**, p. 81–85, 1946.

ZEBU, mai. 1950, p. 7-11, 19, 23, 25, 29.

ZEBU, jun. 1950, p. 9, 20, 34, 44.

ZEBU, ago-set. 1950, p. 31, 34

ZEBU, out-nov. 1950, p. 10, 38, 45.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.05

Disputas ontológicas no campo brasileiro: moralidades agrárias, arquivos da terra e regimes de saber em conflito

Ontological disputes in the brazilian countryside: agrarian moralities, land archives, and conflicting regimes of knowledge

Tiago Negrão Andrade*
Maria Cristina Gobbi**

Palavras-chave:
Economia moral
Conflito fundiário
Epistemologias do sul

Resumo: Este artigo analisa as disputas ontológicas que configuram o mundo rural brasileiro, situadas na colisão entre racionalidades produtivistas, moralidades comunitárias e epistemologias insurgentes. A partir de uma abordagem qualitativa e crítica, que mobiliza análise documental e revisão sistemática da literatura, investiga-se como regimes de saber — jurídico, técnico, moral e cosmopolítico — disputam a definição da terra, a legitimidade dos sujeitos e os futuros possíveis do campo. Os resultados evidenciam que a modernização agrária opera como regime de verdade que simplifica territorialidades complexas, deslegitima saberes tradicionais e intensifica desigualdades históricas. Em contrapartida, práticas camponesas, quilombolas e indígenas afirmam ontologias relacionais baseadas em reciprocidade, cuidado e ancestralidade, desafiando a hegemonia da terra-mercadoria e apontando para horizontes alternativos de justiça territorial.

Keywords:
Moral economy
Land conflict
Epistemologies of the south

Abstract: This article analyzes the ontological disputes that shape the Brazilian rural world, situated in the collision between productivist rationalities, community moralities, and insurgent epistemologies. Based on a qualitative and critical approach, mobilizing documentary analysis and systematic literature review, it investigates how regimes of knowledge — legal, technical, moral, and cosmopolitical — dispute the definition of land, the legitimacy of subjects, and the possible futures of the countryside. The results show that agrarian modernization operates as a regime of truth that simplifies complex territorialities, delegitimizes traditional knowledges, and intensifies historical inequalities. In contrast, peasant, quilombola, and indigenous practices affirm relational ontologies based on reciprocity, care, and ancestry, challenging the hegemony of land-as-commodity and pointing to alternative horizons of territorial justice.

Recebido em 12 de dezembro de 2026. Aprovado em 22 de maio de 2026.

Introdução

A disputa em torno do mundo rural brasileiro tornou-se um dos campos mais decisivos para compreender as transformações políticas, epistêmicas e territoriais do país. A intensificação da modernização agrícola, a aceleração do agronegócio e o avanço de políticas de padronização técnico-produtiva têm produzido um cenário no qual a terra é simultaneamente mercadoria, arquivo, fundamento moral e campo de conflito. Esse processo evidencia tensões profundas entre racionalidades estatais, regimes de verdade tecnocientíficos e formas históricas de vida que

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: tiago.negrao@unesp.br.
** Pós-doutorado (2008) no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), e é doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2002). Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP pela Unesp. Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio. E-mail: cristina.gobi@unesp.br.

sustentam práticas comunitárias plurais. A urgência do tema se manifesta no aumento da violência fundiária registrada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na intensificação de embates políticos sobre regularização ambiental, titulação de territórios e usos socialmente legitimados da terra, revelando que a modernização não pacifica, mas reabre fraturas estruturais.

O objeto deste estudo é analisar as formas pelas quais moralidades agrárias, regimes documentais, racionalidades produtivistas e epistemologias insurgentes configuram disputas ontológicas no campo brasileiro. Tais elementos produzem efeitos profundos sobre a organização da vida rural, influenciando territorialidades, práticas produtivas, relações de reciprocidade, marcos jurídicos e conflitos contemporâneos. O impacto dessas racionalidades é político, social e epistêmico: elas reordenam significados, autorizam determinadas existências e deslegitimam outras, moldando a distribuição de vulnerabilidades, direitos e possibilidades de futuro.

A literatura revela divergências centrais. Thompson (1971) descreve as moralidades agrárias como estruturas normativas que orientam práticas e expectativas comunitárias, enquanto Scott (1976; 1985) mostra que sistemas camponeses operam racionalidades próprias de manejo e resistência. Já a sociologia rural brasileira, com Martins (1979; 1990) e Candido (1964), evidencia que a vida agrária é indissociável de valores comunitários e de regimes de reciprocidade. Em contraste, autores como Goodman, Sorj e Wilkinson (1987) analisam como cadeias agroindustriais impõem dependências técnicas, enfraquecendo autonomias locais. Ainda há lacunas importantes: a literatura raramente articula esses campos — moralidade, arquivo, técnica e ontologia — como dimensões integradas de disputa.

O estudo mobiliza documentos agrários (inventários, processos fundiários, títulos e registros), conflitos territoriais históricos e contemporâneos, relatórios de violência rural da CPT, políticas públicas como PRONAF, PAA e PNAE, e sistemas produtivos como quintais agroecológicos, policultivos tradicionais e modos de uso da terra por povos indígenas e quilombolas. Esses casos foram escolhidos porque expõem com nitidez como regimes de verdade distintos — jurídico, técnico, comunitário, cosmopolítico — se materializam na administração da terra.

Em relação a abordagens anteriores, que frequentemente opõem "tradição" e "modernização", o presente estudo rejeita esse binarismo. Em vez disso, propõe compreender o campo como espaço de colisão ontológica, em que formas de vida se enfrentam na definição do que é conhecimento válido, território legítimo e futuro possível. Enquanto modelos desenvolvimentistas tentam homogeneizar práticas agrárias, saberes camponeses, quilombolas e indígenas revelam racionalidades ecológicas e morais que não se enquadram nas métricas da eficiência. A principal contribuição deste artigo consiste em integrar economia moral, regimes documentais, racionalidade produtivista e epistemologias insurgentes como dimensões articuladas de uma disputa ontológica pela definição do rural brasileiro. Diferentemente de abordagens que analisam separadamente conflitos fundiários, políticas agrárias ou saberes tradicionais, o estudo propõe compreender essas dimensões como regimes concorrentes de verdade que disputam a legitimidade dos territórios, dos sujeitos e das formas de vida no campo.

Os riscos associados ao fenômeno são expressivos: intensificação da violência fundiária, destruição de ecossistemas, apagamento de práticas tradicionais de manejo, criminalização de comunidades rurais e aprofundamento de assimetrias raciais e de classe. Casos emblemáticos no Bico do Papagaio, no sul da Bahia e em áreas de expansão agroindustrial confirmam que decisões técnicas e jurídicas produzem efeitos éticos e existenciais.

No plano regulatório, a Lei de Terras de 1850, o Estatuto da Terra, o Código Florestal, o Decreto 4.887/2003 e instrumentos como o CAR constituem dispositivos que moldam a governança da terra, frequentemente reproduzindo desigualdades históricas e reduzindo formas comunitárias de uso a categorias administrativas de baixa legibilidade.

O objetivo geral é analisar como regimes de saber — moral, documental, técnico e insurgente — disputam a definição do mundo rural brasileiro e

reorganizam suas estruturas sociais, jurídicas e epistêmicas.

As perguntas de pesquisa derivam desse objetivo:

a) Como moralidades agrárias estruturam racionalidades comunitárias de uso da terra?

b) Como documentos, arquivos e tecnologias administrativas produzem verdades territoriais?

c) Como racionalidades produtivistas e tecnocientíficas redefinem hierarquias no campo?

d) Como resistências camponesas, quilombolas e indígenas instauram ontologias alternativas?

A justificativa reside no fato de que essas disputas moldam a distribuição de direitos e produzem efeitos sociais amplos, afetando políticas públicas, territorialidades e ecologias. Além disso, contribui para debates sobre colonialidade interna, governança territorial e justiça agrária.

As hipóteses orientadoras sustentam que a modernização agrária opera como regime de verdade que deslegitima saberes tradicionais; que dispositivos documentais produzem violência epistêmica; e que epistemologias insurgentes propõem mundos alternativos ancorados em reciprocidade, ancestralidade e justiça ecológica.

Os objetivos específicos incluem mapear regimes de saber, analisar documentos e conflitos, comparar racionalidades em disputa e compreender como resistências rurais formulam alternativas ontológicas e políticas.

Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa, crítica e documental, fundamentada na sociologia rural, na economia política da terra, nas epistemologias do Sul e nos estudos sobre colonialidade, regimes de saber e territorialidades agrárias. O desenho metodológico articula revisão sistemática da literatura, análise documental e interpretação crítica de conflitos fundiários contemporâneos, buscando compreender como diferentes racionalidades disputam a definição da terra, do território e da legitimidade social no campo brasileiro.

O corpus da pesquisa foi estruturado a partir de três conjuntos principais de materiais. O primeiro compreende literatura científica nacional e internacional relacionada à economia moral agrária, campesinato, agroecologia, regimes documentais da terra, territorialidades indígenas e quilombolas, colonialidade e racionalidades produtivistas. O segundo reúne documentos legais e instrumentos normativos vinculados à governança territorial brasileira, incluindo a Lei de Terras de 1850, o Estatuto da Terra, o Código Florestal, o Decreto nº 4.887/2003 e documentos associados ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). O terceiro conjunto é composto por relatórios institucionais, dados públicos e registros de conflitos fundiários, com destaque para os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicados entre 2010 e 2024.

A revisão bibliográfica foi realizada nas bases Scopus, Web of Science e SciELO, complementada por busca documental em repositórios institucionais, bases governamentais e documentos públicos disponíveis em ambiente digital. Foram utilizados descritores em português e inglês, tais como “economia moral”, “conflitos fundiários”, “agronegócio”, “territorialidades quilombolas”, “povos indígenas”, “arquivo fundiário”, “epistemologias do sul”, “agroecologia” e “violência no campo”. O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos materiais seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (Page et al., 2020).

Foram incluídos trabalhos publicados entre 1970 e 2025 que abordassem diretamente: (a) moralidades agrárias; (b) disputas fundiárias; (c) regimes documentais e administrativos da terra; (d) agroecologia e territorialidades comunitárias; (e) epistemologias insurgentes; e (f) críticas à modernização agrícola e ao produtivismo. Foram excluídos estudos exclusivamente técnicos, produtivistas ou estatísticos que não apresentassem discussão socioterritorial, histórica, política ou epistemológica relacionada às disputas agrárias. Também foram excluídos materiais duplicados, trabalhos sem aderência temática ao objeto de pesquisa e estudos sem consistência metodológica ou relevância analítica para o problema investigado.

Após a remoção de duplicatas e leitura integral dos materiais selecionados, 44 referências compuseram o corpus final da pesquisa. A análise foi conduzida por meio da análise temática crítica proposta por Braun e Clarke (2006), articulada à análise de conteúdo de Bardin (2011). As categorias analíticas foram organizadas em quatro eixos interpretativos centrais: (1) moralidades agrárias; (2) regimes documentais da terra; (3) racionalidade produtivista e modernização agrícola; e (4) epistemologias insurgentes e resistências territoriais.

A operacionalização analítica buscou relacionar permanentemente os referenciais teóricos às evidências empíricas mobilizadas no estudo, especialmente conflitos fundiários contemporâneos, políticas públicas agrárias, territorialidades quilombolas e práticas agroecológicas. Casos como o Quilombo Rio dos Macacos, os conflitos no Bico do Papagaio e experiências agroecológicas comunitárias foram utilizados como expressões concretas das disputas ontológicas analisadas, permitindo aproximar categorias conceituais das dinâmicas históricas e territoriais efetivamente observadas no campo brasileiro.

O rigor metodológico foi assegurado por triangulação entre fontes teóricas, documentais e empíricas, revisão iterativa das categorias analíticas, verificação cruzada das informações e alinhamento contínuo entre fundamentação teórica, corpus documental e interpretação crítica. A Figura 1 sintetiza o fluxo metodológico baseado no protocolo PRISMA e a organização analítica que orientou a seleção, sistematização e interpretação dos materiais incorporados à pesquisa.

Resultados e discussão

A análise revela que a estrutura agrária brasileira permanece atravessada por disputas ontológicas que opõem a racionalidade produtivista — fundada na eficiência, na escala e na abstração da terra — às moralidades comunitárias que organizam práticas camponesas, quilombolas e indígenas. Os documentos jurídicos e administrativos mostram que a modernização impôs regimes de legibilidade que simplificam territorialidades complexas, reproduzindo hierarquias epistêmicas e desigualdades históricas (Scott, 1998; Martins, 1990). Ao mesmo tempo, a empiria expõe a vitalidade de sistemas de reciprocidade, manejo agroecológico e territorialidades ancestrais que resistem à homogeneização do agronegócio, reafirmando a terra como fundamento relacional, ético e histórico (Candido, 1964; Altieri, 2004; Kopenawa & Albert, 2015). Esses achados indicam que o campo brasileiro não é espaço residual, mas arena de produção de sentidos e disputas políticas, onde múltiplas ontologias coexistem em tensão permanente, configurando horizonte decisivo para futuros projetos de justiça territorial e epistemológica.

As moralidades agrárias como regimes de saber: ontologias do comum e crítica ao desenvolvimentismo

A persistência das moralidades agrárias como forma de ordenação do comum revela um campo de racionalidades que escapa à epistemologia desenvolvimentista e à sua confiança no progresso técnico como instante de verdade histórica. A afirmação de que o mundo rural brasileiro seria um remanescente arcaico, sustentada por leituras modernizantes que opõem cidade e campo como estágios de evolução social, produz um apagamento sistemático dos regimes de saber que estruturam as práticas camponesas. Essa operação de silenciamento não decorre apenas de um juízo valorativo, mas de uma ontologia específica, na qual o desenvolvimento econômico, sob a forma de industrialização, torna-se o critério privilegiado de inteligibilidade do real. O efeito é reduzir a multiplicidade de formas de vida rurais a resíduos pré-modernos, deslocando para o plano da invisibilidade seus sistemas de normatividade interna, seus códigos de reciprocidade e os modos singulares de administração do risco que orientam a continuidade da vida material no campo.

A noção de "economia moral", elaborada por Thompson (1971) para descrever as expectativas normativas que regulavam o acesso ao alimento e os limites da exploração na Inglaterra moderna, tensiona essa ontologia ao evidenciar que práticas comunitárias não podem ser reduzidas a

irracionalidades pré-capitalistas. Scott (1976; 1985) amplia o conceito ao mostrar que as formas camponesas de resistência — fugas, ocultamento de parte da produção, manipulação de obrigações — não são desvios, mas respostas moralmente orientadas diante de ameaças à sobrevivência. Em ambos os autores, a moralidade não é sentimentalismo, mas princípio estruturante de organização social. Essa perspectiva desafia leituras macroestruturais do rural brasileiro, que, como argumenta Guimarães (1964), o situam na fronteira do atraso sem reconhecer que o próprio "atraso" é um dispositivo analítico produzido pela modernização. O desafio consiste em compreender como tais moralidades configuram formas de territorialidade, de trabalho e de pertencimento que não cabem na gramática desenvolvimentista.

A sociologia rural brasileira reforça essa crítica ao evidenciar que a vida agrária não pode ser explicada apenas por categorias econômicas. Martins (1979) demonstra que o colonato e a parceria, longe de funcionar como simples etapas de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, foram regimes normativos complexos que integravam obrigações recíprocas, expectativas de justiça e redes de vizinhança. Candido (1964), ao analisar a cultura caipira, mostra que tais práticas não são sobras folclóricas, mas expressões de uma racionalidade comunitária fundada em equilíbrio ecológico, previsibilidade e solidariedade. A convergência entre esses autores desmonta a oposição entre economia e moralidade, revelando uma ontologia relacional da terra, na qual produção, parentesco, festa, mutirão e uso do território constituem dimensões indissociáveis.

Ainda assim, persiste a ambivalência: a mesma moralidade que protege a comunidade pode reproduzir desigualdades internas. A crítica feminista e racial aponta que práticas de reciprocidade, embora baseadas em cooperação, podem naturalizar a sobrecarga de trabalho das mulheres, ocultar hierarquias patriarcais e reforçar exclusões históricas vividas por populações negras rurais, especialmente em contextos pós-escravistas. A presença de quilombos, reconhecidos tardiamente pela Constituição de 1988, mostra como territórios moralmente organizados foram sistematicamente deslegitimados por políticas fundiárias que privilegiavam elites agrárias. Essa contradição interna das economias morais não inviabiliza seu poder analítico; ao contrário, reforça a necessidade de lê-las como formações históricas dinâmicas, marcadas por disputas, tensionamentos e reconfigurações contínuas.

A racionalidade estatal reforça esses tensionamentos ao impor dispositivos técnicos que tentam padronizar práticas agrárias. Scott (1998) demonstra que a simplificação administrativa — o impulso estatal de tornar terras, populações e produções "legíveis" — produz perdas epistemológicas profundas. A trajetória brasileira confirma essa dinâmica: políticas da modernização agrícola entre as décadas de 1960 e 1980 privilegiaram monocultivos, mecanização e pacotes tecnológicos, operando uma seleção dos saberes considerados legítimos. A institucionalização de organismos como a EMBRAPA (1973) e a difusão dos serviços de extensão rural racionalizaram o campo sob parâmetros produtivistas, convertendo práticas tradicionais em obstáculos à "eficiência". O gesto epistemológico é claro: o que não se traduz em rendimento mensurável é desqualificado como improdutivo. Tal gesto desloca para as margens formas de conhecimento que, embora eficazes no manejo da biodiversidade, nos ciclos de cultivo e na administração do risco ecológico, não cabem no repertório técnico-científico hegemônico.

A tensão entre essas racionalidades revela um ponto crítico para a filosofia social do rural. Trata-se de definir quais formas de vida são reconhecidas como produtoras de conhecimento válido e quais são convertidas em ruído ou folclore. A ontologia modernizante pressupõe que o solo da verdade está na técnica científica; a ontologia camponesa estabelece que a verdade emerge da experiência situada, do tempo da terra e da reciprocidade comunitária. A tensão entre essas racionalidades revela que o campo brasileiro é atravessado por múltiplos regimes de saber que disputam legitimidade social, política e epistemológica. Moralidades camponesas, racionalidades técnicas e formas comunitárias de organização territorial coexistem em permanente fricção, tornando o rural um espaço de conflito ontológico e não apenas econômico.

Arquivos da terra: documentos, práticas comunitárias e conflitos como estruturas da economia moral

A materialidade dos documentos agrários, das práticas comunitárias e dos conflitos territoriais revela com nitidez que o campo brasileiro não pode ser compreendido a partir de dicotomias modernas entre racionalidade e tradição, eficiência e atraso, técnica e cultura. Esses registros desestabilizam a narrativa desenvolvimentista ao expor a persistência de sistemas normativos, ecológicos e morais responsáveis por estruturar as economias camponesas, frequentemente ocultadas quando o rural é tratado apenas como extensão periférica do capitalismo agrário. A empiria, ao contrário de simplesmente ilustrar teorias prévias, atua como força disruptiva que impõe reconfigurações conceituais: a documentação histórica e as práticas de uso da terra mostram que as comunidades rurais operam segundo uma racionalidade moral e territorial própria, capaz de sustentar formas históricas de vida, mobilidade social, cultivo e resistência.

Os inventários post-mortem, os processos de disputa de limites, os registros de posse e os relatórios agrícolas constituem arquivos fundamentais dessa racionalidade. Linhares e Silva (1981), ao analisar inventários rurais de diferentes regiões brasileiras, demonstram que a pluralidade produtiva — policultivos, sistemas de criação, hortas adjacentes, roçados — não é resíduo arcaico, mas tecnologia complexa de administração da subsistência e da incerteza. Dean (1977), examinando a expansão cafeeira em Rio Claro, evidencia que as unidades familiares distribuíam suas atividades segundo lógicas que combinavam prudência ecológica, reciprocidade e diversificação produtiva, muito além do binômio agroexportação versus subsistência. Motta (1998) e Osório Silva (2008), ao investigarem disputas judiciais por limites e uso da terra, mostram que camponeses mobilizavam saberes ancestrais — marcos naturais, cursos d'água, trilhas, árvores "testemunhas" — que expressavam uma cartografia moral, não redutível aos parâmetros jurídicos da propriedade individual. Esses documentos revelam que o rural nunca funcionou como vazio institucional, mas como território saturado de normas, expectativas e sistemas de justiça situados.

As práticas comunitárias aprofundam essa constatação. Candido (1964), ao analisar o mutirão caipira, evidencia que o trabalho coletivo se organiza por um regime de reciprocidade que não opera segundo a lógica contratual moderna, mas segundo um pacto social orientado por expectativas morais de solidariedade, continuidade e mutualidade. A economia moral toma forma no ritmo da terra: plantar, colher, construir, preservar. Sistemas agroflorestais, como os identificados por Altieri (2004), reiteram essa racionalidade ao demonstrar que o manejo da biodiversidade, longe de improviso primitivo, constitui prática sofisticada de adaptação ecológica e continuidade alimentar. Estudos sobre quintais agroecológicos no Vale do Ribeira, realizados por órgãos estaduais de extensão rural — como EPAGRI, EMATER e IDR-Paraná — mostram que famílias camponesas mobilizam saberes transmitidos por gerações para articular plantas medicinais, cultivos alimentares, árvores frutíferas e criação de pequenos animais em sistemas de alta resiliência e baixa dependência de insumos externos. Essas práticas tornam evidente que o rural não é cenário de carência técnica, mas espaço de epistemologias que escapam ao modelo dominante de produtividade.

Entretanto, a racionalidade moral que sustenta essas práticas não se encontra apartada das contradições que marcam a estrutura agrária brasileira. A violência fundiária, registrada sistematicamente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), mostra que modos de vida baseados em reciprocidade e territorialidade comunitária são continuamente pressionados pelo avanço de projetos de monocultura, grilagem e especulação imobiliária. O caso do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, exemplifica de forma concreta essa colisão entre regimes territoriais distintos. A disputa envolvendo a permanência da comunidade quilombola frente aos interesses da Marinha do Brasil revelou como documentos estatais, registros fundiários e dispositivos jurídicos podem operar como mecanismos de deslegitimação histórica de territorialidades negras tradicionais. Ao mesmo tempo, os modos comunitários de uso da terra, baseados em ancestralidade, memória coletiva e

reciprocidade, demonstram a existência de racionalidades territoriais que não se enquadram integralmente na lógica moderna da propriedade privada. Conflitos no Bico do Papagaio, no sudeste do Pará, no oeste de Santa Catarina e em áreas quilombolas como o Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, expõem o atrito entre duas ontologias inconciliáveis: de um lado, a terra como mercadoria articulada ao circuito global do agronegócio; de outro, a terra como fundamento de existência comunitária. Martins (1981; 1990) demonstra que os processos de expulsão e violência contra posseiros não são exceções, mas mecanismos estruturais de reprodução do capitalismo agrário brasileiro. Nessas disputas, as moralidades que regulam o uso da terra pelos grupos tradicionais são reinterpretadas pelo Estado como obstáculos ao "progresso", revelando como a violência econômica e jurídica opera também como violência epistêmica.

As políticas públicas contemporâneas aprofundam essa zona de tensão. O PRONAF, ainda que reconheça a agricultura familiar como categoria estratégica, impõe formas de padronização técnica que podem deslocar saberes comunitários para a periferia da decisão produtiva (Sparovek, 2003). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao valorizarem alimentos tradicionais e diversificados, criam espaços institucionais onde racionalidades produtivistas e moralidades camponesas coexistem, ora em conflito, ora em complementaridade. Assentamentos do INCRA revelam pluralidades ainda mais complexas: coexistem ali agricultores de origem camponesa, trabalhadores urbanos recém-ruralizados, práticas agroecológicas consolidadas, técnicas híbridas e racionalidades orientadas tanto pelo mercado quanto pela subsistência. O Código Florestal e normas ambientais estaduais tensionam territorialidades tradicionais ao exigir regularizações que, embora fundamentais para conservação, podem desconsiderar práticas históricas de manejo sustentável dos ecossistemas.

O conjunto dessas evidências empíricas demonstra que a economia moral não é abstração teórica, mas modo de existência inscrito em documentos, práticas, conflitos e políticas. Ela sobrevive como força organizadora mesmo sob intensa pressão de modernização, porque opera sobre a temporalidade longa da terra e sobre vínculos sociais que escapam à lógica da acumulação. Essa persistência revela que o rural brasileiro é espaço de disputa ontológica: nele se enfrentam regimes diferentes de verdade, de produção e de pertencimento. A empiria não ilustra a teoria — ela a modifica. Os casos analisados impõem o reconhecimento de que as epistemologias camponesas não são apenas alternativas possíveis ao modelo dominante, mas elementos estruturantes da história agrária. Ao expor a força dessas racionalidades, o Eixo 2 desloca a leitura do rural como espaço subordinado e afirma seu papel como território onde diferentes moralidades históricas se confrontam e se renovam.

A ontologia produtivista e a reconfiguração desigual do território: regimes de verdade, legibilidade estatal e hierarquias agrárias

A incorporação da racionalidade produtivista ao campo brasileiro instaurou uma forma particular de governo da vida agrária, fundada na conversão da terra em mercadoria abstrata e do agricultor em operador de tecnologias padronizadas. Essa racionalidade, ao transformar produtividade em critério moral de legitimidade, reorganiza o mundo rural segundo filtros que selecionam práticas, saberes e territorialidades, decretando a obsolescência de tudo aquilo que não se ajusta ao modelo técnico-científico. A modernização não opera apenas como política econômica, mas como regime de verdade, produzindo uma ontologia do rural que privilegia monoculturas, escalabilidade e rendimento mensurável, enquanto desqualifica saberes tradicionais que se articulam à temporalidade longa da terra, à reciprocidade comunitária e à diversidade ecológica. Esse movimento não é neutro: ele institui hierarquias epistêmicas, jurídicas e sociais que atravessam a totalidade das relações agrárias.

A mecanização agrícola e os pacotes tecnológicos da Revolução Verde configuram um momento emblemático dessa transformação. Graziano da Silva (1981) demonstra que a modernização do campo intensificou desigualdades

ao favorecer grandes proprietários e agroindústrias, enquanto expulsava trabalhadores, reduzia policultivos e subordinava economias locais à lógica dos mercados globais. Goodman, Sorj e Wilkinson (1987) evidenciam que a integração vertical dos setores agroindustriais criou uma cadeia de dependência técnica que reduziu a autonomia dos agricultores e deslocou decisões produtivas para empresas de insumos e compradores internacionais. A racionalidade do agronegócio, estruturada em torno da eficiência e da competitividade, colide com sistemas camponeses baseados em diversidade produtiva, manejo ecológico e reciprocidade. Essa colisão redefine o campo como território disciplinado por métricas, não por moralidades compartilhadas.

No entanto, a ruptura entre essas racionalidades não se explica apenas por dinâmicas econômicas, mas também pelo modo como o arcabouço jurídico brasileiro moldou as condições históricas de acesso à terra. A Lei de Terras de 1850 consolidou a compra como principal mecanismo formal de legitimação fundiária, sem eliminar completamente práticas costumeiras de posse. Como argumenta Motta (1998), o tratamento jurídico da posse variava conforme posição social, favorecendo grandes proprietários e criminalizando posseiros pobres. Both (2015) demonstra que, apesar da centralidade adquirida pela compra, formas costumeiras de ocupação permaneceram presentes no mundo rural brasileiro, ainda que submetidas a crescente marginalização jurídica e política. O Estatuto da Terra de 1964, embora introduzisse o princípio da função social da propriedade, permaneceu limitado por uma estrutura política incapaz de enfrentar interesses oligárquicos. Martins (1981) argumenta que o Estado brasileiro consolidou uma gramática jurídica que privilegia grandes propriedades e transforma o posseiro em figura marginal, constantemente ameaçada pela criminalização e pela violência. Ao mesmo tempo, legislações ambientais, como o Código Florestal, tensionam práticas tradicionais ao propor modelos de regulação que, embora fundamentais para conservação, frequentemente ignoram sistemas históricos de manejo sustentável. A modernização jurídica converte a terra em objeto de governabilidade estatal e econômica, produzindo um campo juridicamente desigual, onde o direito camponês costumeiro é sistematicamente inferiorizado.

Essas tensões estruturais ganham densidade quando observadas pelas lentes das desigualdades raciais, de classe e de gênero. Fernandes (2008) demonstra que comunidades negras rurais foram historicamente excluídas dos processos de titulação, mesmo quando seus modos de uso da terra revelavam continuidade histórica e vínculos territoriais profundos. Carneiro (2003) evidencia a dupla invisibilidade vivida pelas mulheres camponesas, submetidas simultaneamente à lógica patriarcal interna e ao apagamento institucional que reduz seu trabalho a extensão naturalizada do cuidado doméstico. Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra mostram que posseiros, quilombolas, indígenas e trabalhadores precarizados são os principais alvos de ameaças, expulsões e assassinatos no campo. A violência fundiária não é desvio, mas mecanismo de reprodução do modelo agrário brasileiro, confirmado por levantamentos recorrentes da CPT e estudos de Martins (1990). A modernização agrária não democratiza o acesso à terra: ela redefine assimetrias históricas, intensificando vulnerabilidades de grupos raciais e sociais específicos.

Ao nível discursivo, essas desigualdades são convertidas em narrativas que disputam a própria definição do que significa "desenvolvimento". O agronegócio constrói um imaginário de eficiência, modernidade e patriotismo produtivo, sintetizado em slogans midiáticos que posicionam o setor como motor do país. Wilkinson (2008) analisa como essas campanhas articulam ciência, tecnologia e progresso para produzir hegemonia simbólica e legitimidade política. Em contraposição, movimentos como o MST e organizações quilombolas reivindicam a soberania alimentar, a justiça agrária e a defesa de modos de vida comunitários, produzindo discursos que recolocam o território no centro da vida social. Scott (1998) mostra que, quando o Estado impõe padrões de legibilidade e padronização, sistemas locais de conhecimento são convertidos em ruído ou resistência. No Brasil contemporâneo, essas disputas discursivas moldam políticas públicas, decisões de crédito rural, modelos de produção e percepções sociais sobre o papel do campo.

O conjunto dessas mediações revela uma contradição estrutural: a modernização agrária, ao pretender universalizar um modelo técnico e econômico, desconsidera que a terra é também estrutura moral, política e simbólica. Racionalidades camponesas, quilombolas e indígenas não se opõem à técnica por romantização do passado, mas porque operam segundo ontologias que não subordinam a terra ao mercado. A violência fundiária, a seletividade jurídica e as desigualdades sociais mostram que o conflito não é entre tradição e modernidade, mas entre regimes de verdade em disputa. Esses regimes determinam quem pode falar, produzir, permanecer e decidir sobre os rumos do território. O Eixo 3, ao evidenciar essa disputa profunda, revela que a modernização agrária não é apenas processo técnico, mas redefinição das coordenadas ontológicas do mundo rural, impondo limites, criando vulnerabilidades e produzindo resistências que reorganizam continuamente as moralidades agrárias.

Epistemologias Insurgentes e Projetos de Mundo: Resistências Territoriais, Agroecologias e Reconfigurações do Futuro Rural

As resistências que emergem no campo brasileiro não operam como meros gestos defensivos diante da expansão do agronegócio ou da violência fundiária, mas como formações políticas que instauram outros mundos possíveis. Elas não se limitam a reivindicar direitos ameaçados; produzem ontologias alternativas, em que o território é pensado como espaço de convivência, reciprocidade e ancestralidade, e não como mercadoria abstrata. A disputa que se trava no rural não é apenas material, mas epistemológica: trata-se de afirmar quem decide sobre a terra, quais saberes orientam sua gestão e quais modos de vida são reconhecidos como legítimos. Ao desafiar a hegemonia produtivista, essas resistências revelam que a economia moral da terra não é uma sobrevivência residual, mas uma gramática política potente que continua a estruturar relações sociais, práticas ecológicas e horizontes de futuro.

Movimentos camponeses, quilombolas e indígenas expressam de modo paradigmático essa potência ontológica. O MST, ao formular o projeto de "reforma agrária popular", desloca a centralidade do mercado e reinscreve o território como bem comum vinculado à soberania alimentar e à agroecologia (Fernandes, 2013; Stédile, 2012). Comunidades quilombolas, como demonstra Arruti (2006), baseiam sua territorialidade em vínculos ancestrais, memórias coletivas e regimes de uso comunitário que desafiam diretamente o paradigma jurídico da propriedade individual. Povos indígenas, conforme revelam Kopenawa e Albert (2015), compreendem a terra como parente e fundamento da continuidade cosmológica, mobilizando uma ética da responsabilidade ecológica radicalmente divergente da lógica da exploração intensiva. Em todos esses casos, a resistência territorial não é reação contingente, mas expressão de uma ontologia que afirma a inseparabilidade entre vida, território e reciprocidade.

A agroecologia se torna, nesse contexto, um dos territórios mais férteis de reinvenção das práticas agrárias. Longe de representar ruptura total com saberes tradicionais, ela emerge como articulação entre conhecimento ancestral, ciência crítica e práticas ecológicas regenerativas. Altieri (2004) e Gliessman (2015) demonstram que sistemas agroecológicos — como policultivos complexos, manejo agroflorestal e bancos de sementes crioulas — operam segundo racionalidades que combinam diversidade, resiliência e autonomia produtiva. Tecnologias sociais, como o Programa Cisternas da ASA, premiado internacionalmente pela ONU, ou os bancos comunitários de sementes do Semiárido, revelam como populações rurais formulam soluções sistêmicas para enfrentar a escassez hídrica, as pressões ambientais e a dependência de insumos externos. Esses sistemas não reproduzem a lógica da "eficiência" tecnocrática; redefinem-na a partir de critérios de equidade, autonomia e regeneração ecológica.

A reconfiguração do rural passa, igualmente, por políticas públicas que reconhecem a centralidade da agricultura familiar e dos povos tradicionais. O PAA, ao aproximar agricultores familiares de consumidores urbanos e instituições públicas, reintroduz a diversidade alimentar como valor

político e rompe com a homogeneização imposta pelas cadeias agroindustriais (Schneider, 2010). O PNAE, ao destinar parte de suas compras a alimentos locais, fortalece circuitos curtos de produção e reconhece a importância de alimentos tradicionais. O PRONAF, ao disponibilizar crédito subsidiado, incorpora a agricultura familiar à agenda nacional, apesar das tensões entre autonomia rural e requisitos de padronização técnica (Sparovek, 2003). A Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4.887/2003 ampliaram o reconhecimento de territórios quilombolas, ainda que em constante disputa com interesses empresariais e com a burocracia estatal. Esses instrumentos jurídicos e institucionais funcionam como arenas onde se confrontam racionalidades divergentes, mostrando que políticas públicas não são apenas mecanismos administrativos, mas campos de rearticulação da vida social.

O horizonte das epistemologias insurgentes amplia a compreensão do futuro rural ao revelar que a disputa não se limita a modelos produtivos, mas envolve formas de conhecimento e de existência que diferem radicalmente da ontologia capitalista. Povos indígenas, ao conceber a terra como ser vivo e relacional, deslocam o antropocentrismo e introduzem uma lógica em que o território é coextensivo à vida (Kopenawa & Albert, 2015). Quilombolas, ao fundarem sua territorialidade na ancestralidade, afirmam um tempo histórico que excede a cronologia do Estado-nação (Arruti, 2006). Camponeses, ao sustentarem moralidades do trabalho baseadas em reciprocidade, mostram que a produção agrícola pode ser orientada por valores que não se deixam reduzir ao mercado (Scott, 1976; Martins, 1979). A agroecologia, ao integrar ciência e tradição, demonstra que inovação não depende de ruptura com o passado, mas de articulação crítica entre saberes.

Essas epistemologias insurgentes revelam que o futuro do rural não está condicionado à continuidade do produtivismo, mas à capacidade de reconstruir relações com a terra, o trabalho, os alimentos e as comunidades. Ao lado dessas alternativas, movimentos rurais formulam práticas de cuidado do território, políticas de vida e projetos coletivos que deslocam o debate agrário de uma economia da escassez para uma economia da regeneração. Essas práticas não são meras resistências; são gestos de criação de mundo. Indicam que é possível reverter o processo histórico de apagamento dos saberes rurais e instaurar formas de vida baseadas em princípios de justiça territorial, autonomia comunitária e diversidade ecológica.

O que se delineia, portanto, é um campo de possibilidades no qual a economia moral da terra se reconecta a projetos políticos de emancipação social. A afirmação dessas racionalidades insurgentes não busca restaurar um passado idealizado, mas articular horizontes futuros em que o território deixe de ser tratado como recurso exaurível e passe a ser pensado como condição ontológica da coexistência. Nesse sentido, o Eixo 4 mostra que o rural não é um lugar de resíduo, mas de reinvenção — um espaço onde a disputa pelo futuro se materializa em práticas, políticas, epistemologias e corpos que afirmam, contra a lógica da mercantilização total, a indispensável continuidade entre vida e território.

Síntese Analítica

A disputa pelo mundo rural brasileiro revela menos um conflito setorial do que uma batalha ontológica, na qual regimes de saber competem pela autoridade de definir o que existe, quem conta como sujeito e quais formas de vida merecem continuidade. Essa disputa evidencia, como observa Foucault (1979), que toda racionalidade governamental é também um regime de verdade, capaz de instituir realidades ao mesmo tempo que invisibiliza outras. O rural emerge, assim, como campo de tensões entre ontologias inconciliáveis: moralidades comunitárias, empirias territoriais, racionalidades tecnocientíficas e cosmopolíticas insurgentes que desafiam os princípios organizadores do Estado e do capitalismo agrário.

A pluralidade de mundos que coabitam o campo brasileiro expõe a insuficiência das epistemologias modernizantes, que operam por simplificação e legibilidade. Scott (1998) argumenta que a busca por tornar sociedades "legíveis" produz efeitos colaterais devastadores ao reduzir complexidades locais a esquemas administrativos. Essa crítica encontra ressonância na forma como as políticas agrárias são construídas a partir de

categorias abstratas — produtividade, eficiência, segurança jurídica — que escondem práticas vernaculares, moralidades de reciprocidade e sistemas de manejo ecológico que estruturam a vida cotidiana. O que as ciências sociais chamam de "conhecimento tradicional" não é uma camada folclórica sobre a terra, mas, como afirma Ingold (2011), uma ontologia relacional que compreende o território como trama viva, não como recurso.

A tentativa estatal de impor métricas universalizantes intensifica o paradoxo entre legibilidade e compreensão. Quanto mais o Estado e o mercado produzem instrumentos para administrar o campo, menos conseguem captar as racionalidades que sustentam os modos de existência rurais. A crítica de Bourdieu (1997) à violência simbólica ajuda a compreender como essas categorias administrativas se infiltram nas práticas, naturalizando hierarquias e desqualificando saberes que escapam às normas dominantes. A terra, quando transformada em cifra contábil ou índice cartográfico, perde seu caráter de mundo vivido, convertendo-se em abstração instrumental que alimenta dispositivos de governo.

A Figura 1 sintetiza visualmente a tese central do estudo ao representar os diferentes regimes de saber que disputam a definição do rural brasileiro. O diagrama evidencia a tensão entre racionalidades estatais e mercantis, orientadas pela legibilidade administrativa, produtividade e abstração da terra, e ontologias comunitárias e cosmopolíticas insurgentes, fundamentadas em reciprocidade, ancestralidade e vínculos territoriais. A disposição dos sistemas em conflito demonstra que a disputa agrária contemporânea ultrapassa dimensões econômicas ou jurídicas, configurando uma disputa ontológica pela legitimidade dos sujeitos, dos territórios e das formas de vida no campo.

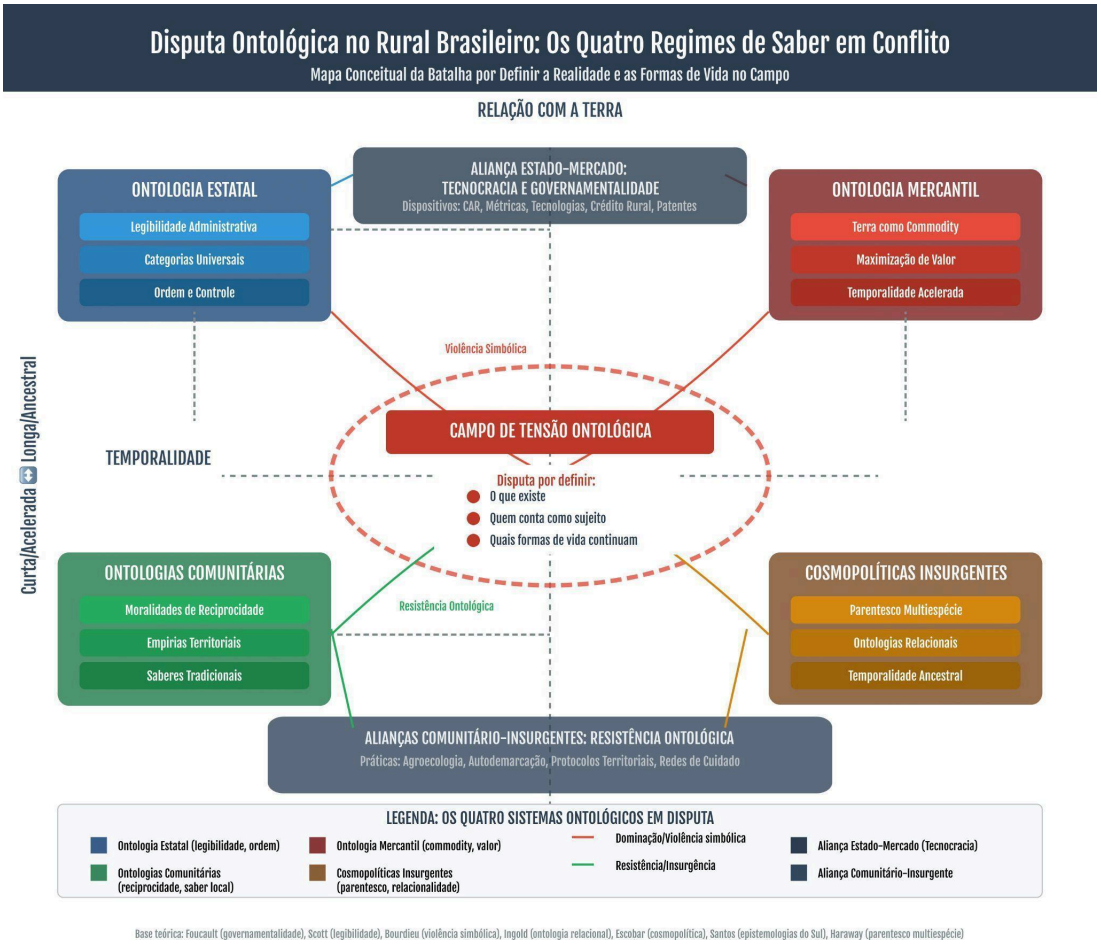


Figura 1 - Disputa Ontológica no Rural Brasileiro: Os Quatro Regimes de Saber em Conflito
Fonte: os autores, baseado em Foucault (1979), Scott (1998), Bourdieu (1997), Ingold (2011), Thompson (1971), Kimmerer (2013), Stoler (2009), Escobar (2018), Santos (2018) e Haraway (2016).

Os elementos apresentados na Figura 1 validam a tese central do estudo ao explicitar que o rural brasileiro é atravessado por um campo de tensão ontológica no qual se confrontam quatro sistemas de sentido: a ontologia estatal, a ontologia mercantil, as ontologias comunitárias e as cosmopolíticas insurgentes. A aliança Estado–mercado, sustentada por dispositivos tecnocráticos, métricas e regimes de legibilidade administrativa, opera uma violência simbólica que reduz a terra à condição de recurso mensurável e acelera o tempo social em função da produtividade. Em contraposição, saberes territoriais, moralidades de reciprocidade e ontologias relacionais afirmam temporalidades longas, vínculos multiespécies e regimes de cuidado que escapam à racionalidade dominante. A figura demonstra, assim, que a disputa não é apenas econômica ou política, mas ontológica: trata-se de uma luta pela definição da realidade, pela legitimidade dos sujeitos e pela continuidade — ou eliminação — de determinadas formas de vida no campo.

A disputa ontológica no campo brasileiro também envolve diferentes formas de temporalidade e de relação com o território. Enquanto a racionalidade produtivista opera segundo ritmos acelerados de mercado, escalabilidade e extração de valor, territorialidades camponesas, quilombolas e indígenas articulam temporalidades longas vinculadas à ancestralidade, à continuidade comunitária e ao cuidado ecológico. Os documentos fundiários e instrumentos administrativos não funcionam apenas como registros neutros, mas como tecnologias de poder que estabilizam determinadas formas de existência territorial enquanto marginalizam outras.

A modernização agrícola intensifica esse regime ao converter a terra em plataforma de experimentação tecnocientífica. A crítica de Winner (1986) sobre o caráter político da técnica ilumina o modo como maquinários, sementes patenteadas, algoritmos de previsão climática e mecanismos de crédito rural reforçam a lógica de concentração fundiária e de extração intensiva de valor. A produtividade, nesse modelo, não é apenas categoria econômica: é racionalidade moral que define quais vidas são consideradas eficientes, adaptáveis e merecedoras de investimento. Polanyi (2001) demonstrou que mercantilizar elementos da vida — terra, trabalho e moeda — implica rompimentos sociais profundos; no caso brasileiro, o processo assume contornos coloniais ao desmantelar formas de vida rurais e impor regimes de subjetivação baseados na concorrência.

Contudo, a resistência não emerge como movimento externo ao sistema, mas como demonstração de seus limites epistemológicos. Práticas agroecológicas, protocolos territoriais, redes de autodemarcação e cosmopolíticas comunitárias configuram, como diria Escobar (2018), ontologias insurgentes que recusam a lógica do desenvolvimento e propõem mundos baseados em interdependência e cuidado. A insurgência desses saberes não consiste apenas em reivindicar reconhecimento, mas em desestabilizar a própria gramática moderna da terra enquanto mercadoria. Esses movimentos apontam que a crise agrária não é falha técnica, mas colapso de um paradigma ontológico.

A análise dessa disputa revela uma verdade desconfortável: a questão agrária não se resolve no nível das políticas, porque as políticas são expressão de um regime de realidade. A fricção entre diferentes ontologias — economicistas, morais, territoriais e cosmológicas — torna evidente que não há um único rural a ser governado, mas múltiplos mundos que coexistem e colidem. Adotar epistemologias plurais, como propõem Santos (2018) e Haraway (2016), implica aceitar a incomensurabilidade entre formas de vida, recusando a hierarquização que estrutura a modernidade colonial.

Ao reconhecer que cada regime de saber produz um modo de existir, a discussão desloca-se para outra escala: a da política dos mundos. Isso significa compreender que toda decisão sobre o campo — demarcação, licenciamento, crédito, tecnologia, conservação — institui não apenas políticas públicas, mas ontologias. A transformação do debate agrário exige, portanto, não apenas reformas técnicas, mas uma reconsideração radical das formas de habitar, cuidar e imaginar a terra, abrindo espaço para mundos que historicamente resistiram à redução tecnocrática.

Conclusão

A análise desenvolvida aponta que o rural brasileiro não pode ser reduzido a um espaço econômico periférico, mas constitui um campo de disputa ontológica no qual diferentes regimes de saber produzem modos divergentes de existência. As práticas de documentação fundiária, os dispositivos técnicos, as moralidades agrárias e as cosmopolíticas indígenas e quilombolas não atuam como elementos residuais, mas como estruturas que desestabilizam a racionalidade produtivista ao evidenciar que a terra opera simultaneamente como valor econômico, fundamento relacional e entidade moral. A modernização agrária, ao reivindicar universalidade, revela seus limites ao encontrar epistemologias que não se deixam traduzir integralmente pela lógica da eficiência, deslocando a discussão para o plano das formas de vida que se pretende legitimar ou silenciar.

Apesar da densidade teórica alcançada, este estudo apresenta limitações relevantes. A dependência de fontes secundárias restringe a aproximação às práticas cotidianas das comunidades estudadas; a amplitude interdisciplinar, embora necessária, dificulta o aprofundamento metodológico de cada campo envolvido; e a ausência de recortes regionais específicos impede observar variações locais fundamentais. Além disso, a análise de regimes documentais e de visualidade não incorporou plenamente transformações recentes associadas à inteligência artificial, que reconfiguram de modo decisivo os mecanismos de controle territorial.

Os resultados confirmam as hipóteses de que a modernização agrária opera como regime de verdade que deslegitima epistemologias territoriais e formas comunitárias de organização da terra, enquanto dispositivos documentais e jurídicos funcionam como tecnologias de produção de hierarquias fundiárias e exclusão epistêmica. As disputas analisadas demonstram que os conflitos agrários contemporâneos ultrapassam dimensões econômicas ou administrativas, configurando disputas sobre quais formas de vida podem existir, permanecer e produzir legitimidade social no território brasileiro. Essas lacunas sugerem caminhos para pesquisas futuras que possam intensificar o alcance crítico do tema. Investigações etnográficas situadas, articuladas a perspectivas multiespécie, podem aprofundar a compreensão das moralidades agrárias; estudos sobre arquivos visuais digitais e tecnologias de mapeamento avançado podem revelar novos modos de produção de verdade territorial; análises comparadas de regimes jurídicos e documentais podem esclarecer disputas epistêmicas sobre propriedade; e pesquisas sobre cosmopolíticas indígenas, quilombolas e ribeirinhas podem contribuir para a formulação de políticas públicas que considerem a terra como condição ontológica da vida e não apenas como recurso produtivo. Por fim, a expansão de tecnologias algorítmicas no agronegócio abre um campo investigativo urgente sobre os efeitos epistemológicos, políticos e ambientais da automação, exigindo abordagens críticas capazes de enfrentar os desafios ontológicos que emergem na relação entre técnica, território e futuro.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecology:** The Science of Sustainable Agriculture. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2004.

ARRUTI, José Maurício. Mosaico Étnico e Territorialidade Quilombola. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br. Acesso em: 12 dez. 2025.

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro. **Programa Cisternas**. 2023. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/cisternas. Acesso em: 12 dez. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papirus, 1997.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Código Florestal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Lei de Terras** (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BOTH, Márcio. Lei de terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar uma quinta parte da atual população agrícola. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 87–107, 2015. DOI: 10.1590/1806-93472015v35n70014

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT, 2024. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br. Acesso em: 12 dez. 2025.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo:** A História da Destruição da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EMATER-RS. **Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2023. Disponível em: https://www.emater.tche.br. Acesso em: 12 dez. 2025.

EPAGRI. **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**. 2023. Disponível em: https://www.epagri.sc.gov.br. Acesso em: 12 dez. 2025.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse**: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Terras e Territórios**. São Paulo: UNESP, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology:** Growing the Roots of Resistance. London: Routledge, 2018.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da Lavoura às Biotecnologias:** Agricultura, Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble:** Making Kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016.

IDR-PARANÁ – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. 2023. Disponível em: https://www.idrparana.pr.gov.br. Acesso em: 12 dez. 2025.

INGOLD, Tim. **Being Alive**: Essays on Movement, Knowledge and Description. London: Routledge, 2011.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/incra. Acesso em: 12 dez. 2025.

KIMMERER, Robin Wall. **Braiding Sweetgrass:** Indigenous Wisdom, Scientific Knowledge and the Teachings of Plants. Minneapolis: Milkweed Editions, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu:** Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder:** Conflitos e Direito à Terra no Brasil. Niterói: EDUFF, 1998.

OSÓRIO SILVA, Leandro. **O Rural e o Nacional**: Estado, Território e Política Agrária. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/paa. Acesso em: 12 dez. 2025.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. FNDE/MEC. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pnae. Acesso em: 12 dez. 2025.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/pronaf. Acesso em: 12 dez. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo:** A Afirmação das Epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State:** How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Agricultura Familiar no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SPAROVEK, Gerd *et al*. **Atlas da Agropecuária Brasileira**. 2019. Disponível em: https://agroeco.org.br/atlas. Acesso em: 12 dez. 2025.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

THOMPSON, Edward P. The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. **Past & Present**, n. 50, p. 76–136, 1971.

WINNER, Langdon. **Do Artifacts Have Politics?** Daedalus, v. 109, n. 1, p. 121–136, 1986.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.06

Foro, sesmarias e conflitos no mundo rural: disputas agrárias e jurisdicionais nos sertões do Ceará (1699-1739)

Ground rents, sesmarias, and conflicts in the rural world: agrarian and Jurisdictional disputes in the hinterlands of Ceará (1699-1739)

Rafael Ricarte da Silva*

Palavras-chave:
História Rural
Sesmarias
Conflitos Agrários

Resumo: O artigo analisa os conflitos agrários e jurisdicionais relacionados à tentativa de aplicação da provisão régia de 20 de janeiro de 1699, que instituiu a cobrança de foro anual sobre as sesmarias nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, com foco nos sertões da Capitania do Ceará. Inserido no campo da história rural, o estudo investiga como práticas de ocupação da terra, serviços de conquista territorial e disputas de jurisdição moldaram as relações agrárias. A partir da análise da carta do capitão-mor D. Francisco Ximenes de Aragão, enviada ao rei D. João V em 1739, demonstra-se que a resistência à cobrança do foro expressou estratégias políticas e jurídicas dos sesmeiros diante das tentativas de controle fundiário da Coroa. Argumenta-se que os sertões constituíram espaços de negociação normativa e de autonomia relativa, nos quais os conflitos pela terra revelam os limites da autoridade colonial e as dinâmicas de poder que estruturaram o mundo rural luso-brasileiro.

Keywords:
Rural History
Land Grants (sesmarias)
Agrarian Conflicts

Abstract: This article examines agrarian and jurisdictional conflicts related to the attempted enforcement of the royal provision of January 20, 1699, which established the annual payment of ground rent (*foro*) on land grants (*sesmarias*) in the Northern Captaincies of Portuguese America, focusing on the hinterlands of the Captaincy of Ceará. Situated within the field of rural history, the study analyzes how land-use practices, territorial conquest services, and jurisdictional disputes shaped agrarian relations. Based on the analysis of a 1739 letter written by the captain-major of Ceará, D. Francisco Ximenes de Aragão, to King João V, the article argues that resistance to the collection of *foro* reflected political and legal strategies employed by local landholders in response to royal attempts at land control. It contends that the hinterlands functioned as spaces of normative negotiation and relative autonomy, where conflicts over land reveal the limits of colonial authority and the power dynamics that structured the rural world of Portuguese America.

Recebido em 19 de fevereiro de 2026. Aprovado em 20 de maio de 2026.

Introdução

A governança das terras na América portuguesa, especialmente nas Capitanias do Norte, foi marcada por uma constante tensão entre as normativas centralizadoras da Metrópole e as realidades práticas do sertão. O documento central desta análise é uma carta de 21 de outubro de 1739, escrita por D. Francisco Ximenes de Aragão[1], então capitão-mor da Capitania do Ceará, endereçada ao rei D. João V. Nela, discute-se o estado das concessões de sesmarias e a conduta de seus antecessores frente às ordens régias.

O documento em questão, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, integrou um conjunto de correspondências oficiais trocadas entre diferentes instâncias da administração colonial acerca dos mecanismos de governação das terras na América portuguesa, com especial atenção às

* Doutor em História Social. Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí, docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPHGB) e do Curso de Licenciatura no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: rafaelricarte@ufpi.edu.br.

denominadas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Nessa conjuntura, a carta transcrita revela-se de grande relevância para a compreensão das iniciativas da Coroa portuguesa voltadas ao aperfeiçoamento das normas de controle sobre a concessão de sesmarias.

Destaca-se que esta correspondência assume, neste artigo, a centralidade da base empírica da pesquisa por sua singularidade: a manifestação dos argumentos jurídicos, políticos e econômicos da resistência sesmarial na efetivação da cobrança do foro. Ademais, este recorte na fonte se justifica, também, pelo ineditismo em sua abordagem analítica, haja vista não termos conhecimentos de outro estudo que tenha esmiuçado tal missiva e seus desdobramentos. A fonte foi abordada somente em publicação de transcrição comentada (Silva, 2021).

A aplicação da legislação sesmarial[2] no Brasil divide-se em dois grandes momentos: o primeiro, de 1545 a 1695, regulado quase exclusivamente pelas Ordenações do Reino; e o segundo, iniciado no final do século XVII, caracterizado por um esforço da Coroa em reordenar sua política agrária. A partir de 1690, a metrópole buscou, através de alvarás e decretos, reforçar o controle sobre a posse de terras e coibir abusos cometidos nos sertões (Silva, 2025).

Neste contexto, destaca-se a provisão de 20 de janeiro de 1699, expedida por D. Pedro II, que visava combater a concentração de terras em poder de poucos através da imposição de um foro anual nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. No entanto, como revela a correspondência de D. Francisco Ximenes de Aragão, a aplicabilidade desta norma enfrentou obstáculos profundos no Ceará, onde redes de poder local e as condições da conquista territorial criaram um campo de resistência que culminaria na extinção definitiva dessa cobrança em 1739.

O foro, a ser arbitrado conforme a “grandeza ou bondade da terra”, assumia, assim, dupla função: fiscal, ao ampliar a arrecadação régia, e reguladora, ao desestimular a retenção especulativa de terras. Sua aplicação, entretanto, dependia diretamente da atuação de autoridades coloniais locais e regionais, o que tornava sua efetividade variável e sujeita a negociações.

Todavia, conforme assinalado por D. Francisco Ximenes de Aragão, a exigência do pagamento do foro não figurava entre as recomendações de seus antecessores no cargo, sendo igualmente uma prática corrente entre os sesmeiros da capitania a não quitação desse encargo. O documento, assim, abre espaço para a formulação de importantes indagações acerca dos mecanismos de controle exercidos pela Coroa portuguesa nos sertões: O contexto de conquista e consolidação territorial nos sertões favoreceu a flexibilização desse dispositivo? Quais os argumentos usados por sesmeiros para não pagarem o foro? De que forma foram estabelecidas tensões/conflitos jurisdicionais a partir da tentativa de aplicação da norma jurídica?

Partindo destas questões, o presente artigo investiga como a imposição do foro de 1699 foi apropriada, contestada e reinterpretada nos sertões da Capitania do Ceará, analisando os conflitos agrários e jurisdicionais daí decorrentes. Para tanto, toma-se como fonte central a carta do capitão-mor D. Francisco Ximenes de Aragão, enviada a D. João V em 1739, documento que permite apreender as tensões entre norma legal e prática social na administração colonial.

A investigação deste documento justifica-se pela sua capacidade de evidenciar o hiato entre o ordenamento legal metropolitano e a prática social nos "sertões de dentro" da América portuguesa. A carta de D. Francisco Ximenes de Aragão funciona como um observatório privilegiado das tensões administrativas, revelando como a Capitania do Ceará, apesar de subordinada formalmente, exercia uma autonomia fática ao ignorar diretrizes fiscais como a Provisão de 1699. O estudo é fundamental, também, por permite analisar as disputas de poder entre o governo de Pernambuco e as autoridades locais do Ceará sobre a gestão das terras e a arrecadação tributária e expor o uso estratégico do argumento da "conquista" e do "serviço a Sua Majestade" contra os povos indígenas como moeda de troca para obter isenções fiscais e consolidar o poder latifundiário na região. Dessa forma, a análise não apenas recupera um episódio de resistência fiscal, mas também mapeia as redes de poder e os arranjos políticos que moldaram a estrutura agrária e a formação territorial do Ceará no século XVIII.

Este estudo dialoga diretamente com os trabalhos de Alveal (2002 e 2015), Silva (2021 e 2025), Silva (2008), Russell-Wood (1998), Hespanha

(1994), Cardim (2005), Fragoso, Gouvêa e Bicalho (2000) e Curvelo (2019) acerca do Instituto das Sesmarias e da Administração e cultura política do Império português.

O Ceará colonial e a ocupação dos sertões

A ocupação dos sertões da Capitania do Ceará esteve profundamente vinculada à expansão da pecuária e à lógica da conquista territorial, conforme já assinalava Capistrano de Abreu (1988). Esses espaços, caracterizados pela baixa presença institucional, dependiam da atuação de sesmeiros e capitães-mores para sua defesa e integração ao domínio português.

A Capitania do Ceará apresentava condições específicas que dificultavam a aplicação uniforme das normativas régias. O domínio de seus sertões esteve ligado ao processo de conquista territorial frente às populações indígenas, atividade que demandava elevados investimentos materiais e humanos por parte dos futuros sesmeiros.

Como destacam João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho (2000, p. 78), o funcionamento da administração na colônia esteve baseado em redes de poder locais, nas quais o exercício da autoridade régia se dava por meio de pactos e reconhecimentos mútuos. Para os autores, "a conquista, o povoamento e a defesa da colônia foram argumentos recorrentemente utilizados por seus moradores como moeda de troca em suas negociações com o poder central". Nesse contexto, a política sesmarial assumiu contornos específicos, sendo moldada por acordos tácitos entre autoridades e moradores.

A distância em relação aos principais centros administrativos do Estado do Brasil, aliada à dependência da Coroa em relação aos serviços prestados pelos moradores para a defesa e ocupação do território, favoreceu a constituição de uma autonomia prática na gestão das terras nos sertões. Como observa Russell-Wood (1998), os potentados sertanejos puderam relativizar ou mesmo ignorar sucessivos editos régios voltados à limitação das sesmarias, beneficiando-se da posição periférica dessas regiões no interior do Império português. Segundo o autor, "estes potentados das áreas mais distantes puderam assumir uma posição de ignorar uma sucessão de editos reais da década de 1690, que visavam limitar o tamanho das sesmarias" (1998, s/p).

Estudos recentes sobre os territórios das Capitanias do Norte têm demonstrado que os elevados custos humanos e materiais do processo de conquista foram frequentemente mobilizados pelos moradores como argumentos para reivindicar privilégios, isenções e maior autonomia frente às autoridades régias e disputas jurisdicionais.[3] No Ceará Colonial, esse processo foi marcado pela incorporação tardia do território, pela fragilidade das estruturas administrativas e pela persistente presença e resistência de populações indígenas, fatores que condicionaram a forma violenta e instável da conquista. Portanto, a política sesmarial nos sertões do Ceará foi moldada por arranjos locais de poder, nos quais capitães-mores e sesmeiros desempenharam papel central na mediação entre as determinações régias e as condições concretas da ocupação territorial.

A cobrança do foro: mecanismo fiscal e reordenamento da política fundiária

A provisão régia de 20 de janeiro de 1699, que instituiu a cobrança de foro anual sobre as sesmarias nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, tem sido interpretada pela historiografia como parte de um esforço mais amplo da Coroa portuguesa para reordenar a política fundiária e reforçar o controle administrativo e fiscal sobre os territórios coloniais. Longe de constituir uma medida isolada, a cobrança do foro integrou um conjunto de normativas voltadas à limitação das concessões de terras, à exigência de confirmações régias e à contenção da concentração fundiária, especialmente nos sertões (Alveal, 2015).

A proliferação de normas complementares frequentemente resultava em incertezas jurídicas e conflitos interpretativos. Como observa Ruy Cirne Lima (2002), o arcabouço legal da época era marcado por uma complexidade desafiadora:

> Nos próprios quadros da época, todavia, a legislação e o processo das sesmarias se complicam, emaranham e confundem, sob a trama invencível da incongruência dos textos, da contradição dos dispositivos, do defeituoso mecanismo das repartições e ofícios de governo, tudo reunido num amontoado constrangedor de dúvidas e tropeços (LIMA, 2002, p. 47).

Os estudos clássicos sobre a formação da propriedade da terra no Brasil, notadamente os de Ligia Osório Silva (2008), destacam que a política sesmarial deve ser compreendida a partir das lógicas jurídicas do Antigo Regime, nas quais a terra não se configurava como propriedade plena, mas como concessão condicionada a encargos, deveres e serviços. Nesse sentido, o foro instituído em 1699 reafirmava o domínio eminente da Coroa sobre o território, funcionando menos como mecanismo de mercantilização da terra e mais como instrumento de regulação política e jurídica da ocupação territorial. Para Ligia Osório Silva, "a tentativa mais importante efetuada pela metrópole no sentido de aumentar seu controle sobre a situação da apropriação territorial na Colônia foi indiscutivelmente a de incluir nas obrigações dos concessionários o pagamento de um foro" (2008, p. 55-56).

Carmen Alveal (2015) analisa como a introdução da cobrança de foro nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, a partir da provisão de 20 de janeiro de 1699, transformou o estatuto jurídico das sesmarias de uma simples mercê para um regime de enfiteuse. No caso específico da Capitania do Ceará, essa cobrança revelou tensões profundas entre a tentativa de controle da Coroa e a realidade socioeconômica da região. A autora destaca que o não pagamento não era apenas má vontade, mas fruto de condições estruturais. Segundo Alveal, a instituição da cobrança enfrentou dificuldades e trouxe indefinições sobre sua aplicabilidade:

> Apesar de a cobrança de foro ter enfrentado dificuldades inerentes à administração colonial, em alguns casos ela foi de fato perpetrada, sendo ratificada diversas vezes pela Coroa e pelas próprias autoridades coloniais. O primeiro problema suscitado pela nova medida referiu-se à sua aplicabilidade. Falava-se em cobrança embora não se tivesse estabelecido quem seria o agente dela encarregado (Alveal, 2015, p. 251).

Essas questões são apontadas pela historiografia, voltada à administração colonial, como indícios de que a cobrança do foro evidenciou os limites estruturais da governança ultramarina. A fragilidade da Fazenda Real, a escassez de agentes administrativos e a sobreposição de competências entre diferentes instâncias de poder tornaram a aplicação da provisão de 1699 um terreno fértil para disputas políticas e negociações. Nessas análises, o foro aparece menos como instrumento fiscal efetivo e mais como elemento de tensão entre autoridades régias, elites locais e moradores dos sertões.

A renovação historiográfica promovida pela história do direito contribuiu decisivamente nesse debate ao constituir-se enquanto base teórica para os demais estudos. António Manuel Hespanha (1994) propõe compreender a legislação do Antigo Regime a partir de seu caráter plural, flexível e casuístico, no qual a norma escrita coexistia com costumes, privilégios e exceções. A partir dessa perspectiva, a resistência à cobrança do foro não deve ser interpretada como falha administrativa ou desobediência sistemática, mas como manifestação ordinária de um sistema jurídico no qual a aplicação da lei dependia da negociação e da adaptação aos contextos locais.

Essa chave interpretativa é reforçada pelos estudos de Pedro Cardim (2005), que destacam a centralidade das disputas jurisdicionais na cultura política portuguesa. Para o autor, "a jurisdição era o meio organizativo que melhor se adaptava à realidade daquele tempo, precisamente porque era a faculdade que menos expressava pretensões unilaterais de domínio" (2005, p. 55). A cobrança do foro mobilizava competências relativas à concessão de terras, à arrecadação fiscal e à administração regional, tornando-se um ponto sensível de conflito entre governadores, capitães-mores, câmaras e provedores da Fazenda. A historiografia tem demonstrado que tais indefinições jurisdicionais foram frequentemente exploradas pelos próprios sesmeiros, que recorreram a argumentos jurídicos para contestar a legitimidade da cobrança. Assim, a busca pela manutenção dos equilíbrios sociais era uma necessidade latente para o caso.

Arthur Curvelo (2019) oferece uma análise profunda sobre a construção da autoridade régia na

América Portuguesa entre 1654 e 1756, centrando-se no que o autor chama de "arquitetura jurisdicional" do Norte. No que concerne a jurisdição do Governador de Pernambuco sobre as chamadas "capitanias anexas" (Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará), Arthur Curvelo defende que não foi apenas uma delegação formal e clara da Coroa, mas sim uma "apropriação historicamente construída". Ademais, na virada do século XVII para o XVIII, o autor observa um fortalecimento da autoridade regional de Pernambuco. A Coroa passa a utilizar o governador de Pernambuco para executar disposições e coletar informações em territórios distantes como o Ceará e o Rio Grande, reconhecendo, na prática, sua preeminência jurisdicional sobre aquela vasta área. Por outro lado, as capitanias anexas tentavam interpretar a anexação apenas como uma coordenação militar em tempos de guerra, buscando manter sua autonomia administrativa e o direito de se comunicarem diretamente com o Rei ou com o Governador-Geral na Bahia.

A disputa jurisdicional era travada através de papéis (cartas, representações e consultas). Arthur Curvelo (2019) analisa como os atores locais usavam a distância para manipular a jurisdição. Os capitães-mores quando não queriam obedecer a Pernambuco, escreviam diretamente ao Conselho Ultramarino em Lisboa, alegando que as ordens de Recife eram "exorbitantes" (fora da jurisdição), como podemos constatar na carta enviada por D. Francisco Ximenes de Aragão. Já os governadores de Pernambuco, argumentavam perante o Rei que, sem jurisdição total sobre as anexas, a defesa do "Norte" ficaria comprometida, utilizando a eficiência militar como justificativa para o alargamento de seus poderes legais.

Arthur Curvelo (2019) defende, portanto, a ideia de que a jurisdição de Pernambuco sobre as anexas não era um dado jurídico estático, mas um processo de construção política que dependeu da capacidade dos governadores de convencerem a Coroa de que sua jurisdição era a mais útil para a manutenção do Império, apesar das constantes reclamações de autonomia das capitanias vizinhas.

No que se refere especificamente aos sertões, o trabalho de A. J. R. Russell-Wood (1998) é fundamental para compreender os limites da política centralizadora da Coroa. Russell-Wood aponta que as regiões periféricas do império, como os sertões das Capitanias do Norte, gozavam de elevado grau de autonomia prática, sustentado tanto pela distância geográfica quanto pela relevância estratégica dos serviços prestados por seus moradores.

Estudos regionais Alveal (2015) e Autor (2021) têm reforçado essa interpretação ao demonstrar que, nas Capitanias do Norte, a tentativa de cobrança do foro foi frequentemente suspensa para evitar conflitos sociais e políticos. Em muitos casos, a arrecadação foi abandonada diante da resistência dos moradores, evidenciando que a manutenção da ordem local se sobrepunha à observância estrita da normativa régia. Assim, a provisão de 1699 teria produzido efeitos mais simbólicos do que práticos, funcionando como instrumento de afirmação da soberania régia, ainda que raramente aplicada de forma sistemática.

À luz desse balanço historiográfico, a análise da carta do capitão-mor D. Francisco Ximenes de Aragão, de 1739, permite aprofundar a compreensão sobre a cobrança do foro como campo privilegiado de conflitos agrários e jurisdicionais. O documento evidencia, em escala local, as tensões apontadas pela historiografia, revelando como a normativa régia foi reinterpretada, contestada e, em última instância, neutralizada nos sertões do Ceará colonial.

A imposição do foro e a resistência sesmarial

A implementação da provisão de 20 de janeiro de 1699, que institucionalizou a cobrança de foro nas sesmarias das Capitanias do Norte, suscitou intensos debates entre a administração colonial e os colonos. Ao justificar a medida, D. Pedro II enfatizava que o descontrole nas concessões de terras estava acarretando graves prejuízos 'espirituais e temporais', evidenciando a necessidade de uma intervenção régia para organizar o espaço e a arrecadação no ultramar.

A estipulação do foro baseava-se na extensão da sesmaria e em sua produtividade potencial, critérios resumidos na expressão “segundo sua grandeza ou bondade”. D. Pedro II determinou a obrigatoriedade desse tributo e corroborou com os

valores escalonados pela proximidade geográfica em relação ao núcleo de Recife/Olinda, definindo, simultaneamente, as instâncias responsáveis pela sua arrecadação.

> Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre. Amigo. Eu El Rei vos muito saudar. Viu-se a vossa carta de vinte, e quatro de junho deste ano em que dais conta de teres assuntado com os mais Ministros, que chamastes à Junta que fizestes sobre os foros, que deviam pagar as pessoas, a quem se derem terras de sesmarias como se vos ordenou que cada légua de terra até trinta de distância do Recife de Olinda, pagasse seis mil réis de foro, e que ficando em maior distância, quatro, respeitando-se a conveniência da vizinhança dessas duas povoações, e que querendo encarregar a cobrança destes foros ao Almoxarife se escusara dela, sem embargo de ser pouco o trabalho, por não ter nenhuma conveniência o que vos obrigara a nomear Tesoureiro, e Escrivão particular, que ficavam exercendo sem ordenado, nem emolumentos, só por me fazerem Serviço. E pareceu-me dizer-vos, que tendes obrado bem neste particular, e que não faríeis mal em obrigar ao Almoxarife a receber estes novos foros, assim como recebe os antigos a que chamam pensões, pois é obrigado a receber todos os efeitos da Fazenda Real dessa Capitania, e esta cobrança que se deve continuar à parte, o que vos hei por mui recomendado, para se conhecer o que produz, e se poder arrendar com as mais pensões, que ainda, que certas, não se cobram bem, sem que a procure a conveniência própria, que só se acha no Contratador.[4]

Em requerimento de 1760, o alferes Duarte Ramos Furtado e seu irmão José da Cunha escreveram ao rei D. José I pedindo carta de sesmaria e argumentaram que:

> [...] um dos motivos mais forçosos o não se povoarem os sertões dele por estarem dados a duas ou três pessoas particulares que cultivam as terras que podem deixando as mais devolutas sem consentirem que pessoa alguma as povoem, salvo quem a sua custa as descobrir e defender e lhe pagar a dizima do foro por cada sitio cada um ano. [...] e quais pessoas a quem se derem de futuro Sesmarias se ponha / além da obrigação de pagar dizimo a Ordem de Cristo e as mais costumadas / a de um foro segundo a grandeza ou bondade da terra com declaração porém que sendo as terras convenientes para meu serviço se não darão e ficarão para a fazenda Real e as sesmarias legitimamente possuídas faltando os possuidores serão seus sucessores obrigados a confirmá-las por mim e nesta conformidade [...].[5]

O pedido dos irmãos ressaltava a prestação de serviços a Sua Majestade e solicitavam que as terras doadas fossem sem pagamento de pensão por terem participado da restauração de Palmares. No mesmo documento, ficou evidente a orientação Real para a necessidade da cobrança do foro mediante a grandeza da terra.

Quarenta e cinco anos antes, em 1715, o Governador da Capitania Geral de Pernambuco, Felix José Machado de Mendonça, emitira duas portarias ao Provedor da Fazenda para investigar a inobservância das normas de cobrança e registro de foros nas cartas de sesmarias. A primeira determinação focava no exame da conveniência das terras para o serviço real: caso as áreas requeridas fossem de interesse estratégico, a concessão deveria ser negada e o território incorporado ao patrimônio da Fazenda Real. Já a segunda portaria reforçava a ordem de 17 de junho de 1711, que visava impedir a transferência de terras para ordens religiosas. A norma estabelecia que, caso as instituições eclesiásticas sucedessem na posse dessas terras, estariam sujeitas ao pagamento de dízimos sob as mesmas condições aplicadas aos leigos.[6]

Mesmo nos casos em que governadores de Pernambuco tentaram impor a cobrança, a arrecadação foi frequentemente suspensa diante da resistência dos moradores, com o objetivo declarado de evitar "inquietações" na capitania. Tal prática revela que a manutenção da estabilidade local frequentemente se sobrepunha à observância estrita da legislação régia e/ou das determinações das autoridades regionais.

Segundo Carmen Alveal (2015), na definição dos valores a serem cobrados na arrecadação do pagamento devido ao foro não foi levada em conta a produtividade da terra, mas sim a distância em relação ao centro administrativo (Recife). A cobrança destes valores ficava a cargo dos capitães-mores locais, que deveriam remeter os valores aos almoxarifes da Real Fazenda. Para cobrar o foro, era necessário medir e demarcar a terra.

Desembargadores como João de Puga de Vasconcelos e Cristóvão Soares Reimão foram encarregados de realizarem tal servido e deveriam ser pagos diretamente pelos sesmeiros (*pro rata*). Para a autora (2015), esse custo de demarcação impedia que a população mais pobre oficializasse a posse da terra, mantendo o acesso legal restrito a quem tinha capital.

A carta de D. Francisco Ximenes de Aragão, datada de 21 de outubro de 1739, constitui um testemunho privilegiado das dificuldades enfrentadas na tentativa de aplicar a cobrança do foro no Ceará colonial. No documento, o capitão-mor relatou que, apesar das determinações régias, seus antecessores concederam reiteradamente sesmarias "sem foro, nem pensão alguma", limitando-se à exigência do dízimo. Segundo o Capitão-mor:

> Depois que cheguei a esta capitania do Ceará, examinando os papeis, que me entregou o capitão-mor Domingos Simões Jordão meu antecessor; achei uma Portaria do Governador e capitão-general de Pernambuco que lhe remeteu em 25 de junho de 1738 com a cópia da Ordem que Vossa Majestade foi servido mandar ao Governador e capitão-general que então era Dom Fernando Martins Mascarenhas em que Vossa Majestade resolveu, que senão dessem terras de sesmarias, em dista de 30 léguas da cidade de Olinda e só dessem seis mil reis de foro em cada légua, e em maior distância a quatro mil reis cada légua, isto em cada um ano, como melhor se vê da cópia inclusa, e vendo o livro 12 que serve de registro das datas de sesmarias, achou dar o dito meu antecessor, depois que recebeu a dita Portaria, quarenta e duas datas, as mais delas de 3 léguas de terra, sem foro, nem pensão alguma, mais que dízimo a deus, como consta da relação junta.[7]

Esta passagem evidencia a falha na comunicação e na obediência hierárquica dentro do sistema colonial. Mesmo ciente da normativa de 1699, o antecessor de Aragão continuou a conceder terras gratuitamente, o que demonstra como as autoridades locais do Ceará priorizavam a ocupação rápida do território em detrimento da arrecadação metropolitana.

Ainda em 1739, aproximadamente dois meses após a carta de D. Francisco Ximenes de Aragão, o governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, calculou que a falta de cobrança (especialmente no Ceará e no sertão) gerava um prejuízo anual de mais de 16 contos de réis. A autoridade reconhecia que a miséria na região tornava o pagamento quase impossível para muitos moradores (Alveal, 2015), mas ressaltava os valores não recebidos devido o não cumprimento da cobrança.

Para além das questões referentes aos custos gerados pela imposição do pagamento, os moradores e sesmeiros alegavam que as ordens emanadas do governo de Pernambuco não lhes eram aplicáveis, visto que, à época das concessões, as jurisdições das duas capitanias eram separadas. Na prática, capitães-mores como Domingos Simões Jordão, antecessor de Aragão, frequentemente ignoravam as portarias recebidas e continuavam a conceder dezenas de datas de sesmarias. Esse cenário de inobservância normativa revela como as autoridades locais podiam ignorar editos reais, mantendo um campo de forças entre a normativa legal e a prática social nos sertões.

Os argumentos mobilizados pelos sesmeiros contra a cobrança do foro articulavam diferentes dimensões. Destacam-se, em primeiro lugar, as disputas de jurisdição, uma vez que os moradores questionavam a legitimidade dos governadores de Pernambuco para gerir e cobrar foros sobre terras do Ceará. Em segundo lugar, invocavam-se os serviços de conquista territorial, enfatizando os riscos, custos e perdas humanas enfrentados na ocupação dos sertões. Por fim, mencionavam-se as condições econômicas das terras, frequentemente descritas como pouco produtivas, o que tornaria inviável o pagamento da pensão anual. Portanto, a resistência ao foro não se configurou como simples descumprimento da lei, mas como uma estratégia política fundamentada em argumentos jurídicos, econômicos e administrativos.

Quanto a questões de conflitos de jurisdição, alegavam que as ordens de cobrança partiam do Governo de Pernambuco, mas que, na época das concessões (devido a cobrança retroativa do foro), as jurisdições eram separadas e, portanto, a norma não se aplicaria ao Ceará. Portanto, segundo

argumentavam os sesmeiros, "(...) a dita ordem só se pode entender no que respeita à capitania de Pernambuco; e não a esta do Ceará; porque nesse tempo se achava dividida a jurisdição de uma, e outra (...)".[8] A citação revela as disputas jurisdicionais da época. Os moradores questionavam a autoridade dos governadores de Pernambuco para impor taxas em território da Capitania do Ceará, utilizando a complexidade administrativa do Império Português para invalidar a cobrança do foro, evidenciando a centralidade das disputas jurisdicionais na cultura política colonial, como assinala Pedro Cardim (2005).

Ademais, o capitão-mor revelava que os governadores de Pernambuco que estiveram no posto após a instituição da cobrança do foro ordenaram aos sesmeiros do Ceará, quando estes solicitaram a confirmação de suas datas, o pagamento de quatro mil réis por cada légua de terra. Entretanto, "no que havendo repugnância, suspenderam a dita arrecadação, por se evitar, que dela resulta-se alguma inquietação"[9] e indisposição dos conquistadores no Ceará. Percebe-se, claramente, o recuo das autoridades regionais mediante o possível choque com os sesmeiros e a possibilidade de não contar com os mesmos para o efetivo processo de conquista do território.

Um dos pontos mais fascinantes da carta de D. Francisco Ximenes de Aragão é como o conflito com os povos indígenas foi transformado em um argumento jurídico e econômico para o não pagamento do foro. Para os sesmeiros, "(...) essas terras que se lhes deram de sesmaria as descobriram com muito trabalho, e risco de vida à sua custa, sendo muitas das ditas terras por vários deles, conquistadas e desinfetadas do gentio bárbaro (...)".[10] Os solicitantes das sesmarias argumentavam que as terras foram "descobertas" e conquistadas às custas dos próprios colonos, em guerras constantes contra o "gentio bárbaro", o que lhes conferiria o direito à terra sem ônus adicionais. Os sesmeiros reclamavam que a imposição do foro dificultava a manutenção das terras, pois suas fazendas já estavam sobrecarregadas com os custos financeiros do processo de conquista e defesa contra os indígenas. Portanto, a ocupação dessas áreas era apresentada como um "serviço a Sua Majestade", sugerindo que a simples presença do colono em território hostil já seria compensação suficiente para a Coroa, desobrigando-os do pagamento pecuniário.

Para a historiografia, esse discurso reflete os arranjos de poder entre sesmeiros e capitães-mores, utilizando o contexto de conquista como moeda de troca frente às exigências fiscais da metrópole. A invocação dos serviços de conquista territorial aproxima-se do que Fernanda Olival (2001) identifica como a lógica das mercês régias, na qual a prestação de serviços legitimava privilégios e isenções. A economia das mercês:

> Traduzia complexos jogo de manipulações sociais e do Estado para garantir servidores onde fosse necessário. Repare-se que o Estado Moderno português exigia basicamente serviços e não impunha grandes requisitos de natureza social para efectuar esse aliciamento (...) (Olival, 2001, p. 521).

Nesse sentido, ao reivindicarem a exclusão do foro, os sesmeiros não se colocavam fora da ordem régia, mas reivindicavam reconhecimento dentro dela ao destacarem os serviços prestados e a fidelidade ao Estado português.

Além da resistência política, o documento detalha a inviabilidade econômica do foro dada a natureza das terras. D. Francisco Ximenes de Aragão relatou que o imposto de doze mil réis exigido por três léguas de terra era superior ao valor de mercado da própria renda anual desses sítios, estimada em dez mil réis. Somava-se a isso a precariedade geográfica das áreas, descritas como "fracas" e arenosas, que sofriam com a falta d'água durante o "verão" e as secas. Segundo o capitão-mor, "(...) os sítios que se arrendam nesta capitania, somente por eles dão dez mil reis de renda em cada ano, em cujos termos [...] lhes fica sendo dificultosa a pensão de doze mil reis pelas ditas três léguas (...)". Este é o argumento pragmático de D. Francisco Ximenes de Aragão em defesa dos sesmeiros e, certamente, de seus antecessores, apesar das críticas inicialmente apontadas. Ele demonstra matematicamente que a taxação da Coroa era predatória: o tributo exigido (12 mil réis) era superior ao valor de mercado que a própria terra poderia gerar em um arrendamento (10 mil réis). Isso explica por que muitos preferiam deixar as terras "devolutas e desocupadas" a legalizá-las sob tais termos.

Por fim, o capitão-mor apresenta o cenário de impasse no processo de conquista da capitania devido à tentativa de cobrança do foro. Segundo Aragão, "é notório que tendo muitos destes moradores novamente descoberto várias terras, as não querem pedir de sesmaria, como me tem já sucedido" por conta da obrigação do tributo. Desta forma, permanecerão "sempre devolutas e desocupadas" apesar do sertão do Ceará ter muitas partes ainda dilatadas e com bastante larguezas com "evidente perda nos dízimos". Portanto, remetia a Vossa Majestade, "Pio e Católico", a representação dos moradores solicitando "piedade com todos eles, pois os que hoje se acham nela [capitania] são humildes e vassalos leais".[11]

Considerações finais

Inserido na discussão proposta pelo dossiê *História Rural em Debate*, este artigo contribui para a historiografia da história rural ao analisar os conflitos agrários e jurisdicionais associados à tentativa de cobrança do foro instituído em 1699 sobre as sesmarias dos sertões do Ceará colonial. A partir da análise da carta do capitão-mor D. Francisco Ximenes de Aragão (1739), o estudo evidenciou como práticas agrárias, relações de poder e disputas de jurisdição moldaram a ocupação e o uso da terra em áreas rurais periféricas da América portuguesa e reforçou a compreensão dos sertões como espaços ativos de negociação normativa e de resistência às tentativas de controle fundiário, contribuindo para ampliar o debate sobre a formação das estruturas rurais, os conflitos pela terra e os limites da autoridade colonial no mundo rural luso-brasileiro.

O documento, correspondência oficial de 1739 enviada por D. Francisco Ximenes de Aragão, ao rei D. João V, expõe o impasse gerado pela tentativa da Coroa e do Governo de Pernambuco de aplicar a provisão de 20 de janeiro de 1699, que instituía a cobrança de um foro anual sobre as sesmarias. A fonte revela uma resistência sistemática por parte dos sesmeiros e das autoridades locais, que ignoraram a normativa por décadas. O capitão-mor descreve um cenário de conflito de jurisdição e dificuldades econômicas, onde a imposição de taxas sobre terras muitas vezes improdutivas ameaçava o povoamento e a arrecadação de dízimos, ilustrando a tensão entre a tentativa de centralização administrativa da metrópole e a autonomia real exercida pelos "potentados" e moradores dos sertões.

Nesse sentido, a resistência à cobrança do foro de 1699 nos sertões do Ceará colonial confirma a necessidade de compreender a administração portuguesa na América a partir de uma lógica negociada e plural. Como enfatiza António Manuel Hespanha (1994), o poder régio no Antigo Regime se exercia menos pela imposição direta e mais pela capacidade de articular consensos locais. Portanto, os sertões não devem ser interpretados como espaços de ausência do Estado, mas como territórios nos quais a autoridade régia se redefinia continuamente. A análise da carta de D. Francisco Ximenes de Aragão permite evidenciar que a política sesmarial foi um campo privilegiado dessas disputas, revelando os limites e as possibilidades do governo colonial português.

A análise sugere que a omissão da cobrança do foro nas cartas de sesmarias não era apenas um erro administrativo, mas parte de arranjos de poder entre os capitães-mores e os sesmeiros locais. Como destaca a historiografia, os "poderosos do sertão" — proprietários de fazendas de gado — frequentemente ignoravam editos reais que visavam limitar o tamanho ou taxar as sesmarias, mantendo um alto grau de autonomia em relação à sociedade colonial centralizada.

O uso da temática indígena na argumentação dos sesmeiros revela que, no Ceará colonial, a terra não era apenas um ativo econômico, mas um prêmio de guerra. Ao alegar que pagavam o "imposto de sangue" no enfrentamento com os povos nativos, os colonos conseguiam neutralizar a pressão fiscal da metrópole, transformando a fronteira de guerra em uma zona de exceção jurídica.

A análise da carta de 1739 evidencia que a resistência à cobrança do foro esteve profundamente associada a conflitos de jurisdição e à fragmentação da autoridade colonial. A sobreposição de competências entre capitães-mores locais e governadores regionais dificultou a aplicação uniforme das normativas régias e abriu espaço para negociações e suspensões recorrentes da arrecadação. Ademais, a tentativa de cobrança retroativa dos

foros, incluindo terras concedidas originalmente sem pensão, agravou os conflitos e levou muitos moradores a se recusarem a solicitar novas sesmarias. Segundo o capitão-mor, tal situação resultou na manutenção de extensas áreas devolutas e em prejuízos à arrecadação dos dízimos, contrariando, paradoxalmente, os objetivos declarados da política régia

A decisão do Conselho Ultramarino de excluir definitivamente a cobrança do foro em 1739 confirma os limites das políticas centralizadoras da Coroa e evidencia a capacidade dos agentes locais de influenciar a aplicação ou suspensão das normativas imperiais. A vitória dos interesses locais sobre o projeto centralizador da Coroa confirma a tese de que grandes proprietários de gado desfrutavam de um "alto grau de autonomia", sendo capazes de neutralizar normativas que ameaçavam sua hegemonia territorial.

Notas

1 Dom Francisco Ximenes de Aragão possuía 24 anos de serviços prestados a Coroa portuguesa no Reino e na América portuguesa e já havia combatido os povos indígenas e desempenhado a função de capitão-mor. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Francisco Ximenes de Aragão. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 3. Doc. 196.

2 Dentre estes estudos destacamos: LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil**: Sesmarias e Terras Devolutas. 5ª edição. Goiânia: Ed. UFG, 2002. ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e direito**: sesmaria e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII). 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras nas capitanias do norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247-263, 2015; MOTTA, Márcia Maria Menenzes. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009. MOTTA, Márcia Maria Menenzes. **Nas Fronteiras do Poder**: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998. MOTTA, Márcia Maria Menenzes; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina Monteiro. (Org.). **Em terras lusas**: conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo: Editora Horizonte; Niterói: Ed. UFF, 2013. PORTO, Costa. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária–UFPE, 1965. RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982. SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna**: um Estudo de História do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

3 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. **Sob a sombra dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos capitães-mores da capitania do Rio Grande (1701 - 1750)**. 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018; OLIVEIRA, Leonardo Paiva de Oliveira. **Capitães-mores das capitanias do Norte**: Perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656 - 1755). 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018; CARVALHO, Reinaldo Forte. **Governanças das terras:** poder local e administração da justiça na capitania do Ceará (1699-1748). Tese (Doutorado em História). 2015. 201f. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015; ROLIM, Leonardo Candido. **A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte**: dinâmicas do território e exploração colonial (c. 1660 - c. 1810). 2019. 219f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019; NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Às margens do Império**: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento (Século XVIII). 2021. 630 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021; MAGALHÃES, Leiliane Kecia. **Senhoras e senhores de terras**: redes de sociabilidade e relações de gênero no espaço econômico da Ribeira do Acaraú (Século XVIII). 2023. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023; ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **DECLARO QUE SOU "DONA", VIÚVA E CABEÇA DE CASAL**: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822). 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, 2014; PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva. **O Santo Ofício em territórios de mando**: agentes inquisitoriais e poder no Ceará, século XVIII.

2024. 642 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

4 Consta uma cópia desta resolução no conjunto de documentos citados e anexados pelos requerentes das sesmarias obtidas pelos seus antepassados que haviam combatido na Guerra dos Palmares. [ant. 1760, janeiro, 11] REQUERIMENTO dos alferes Duarte Ramos Furtado e seu irmão José da Cunha ao rei [D. José I], pedindo para receber as sesmarias em Palmar com dispensa da pensão da mesma, por serem descendentes dos restauradores do dito lugar. Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU-Pernambuco, cx. 93, doc. 7376.

5 [ant. 1760, janeiro, 11] REQUERIMENTO dos alferes Duarte Ramos Furtado e seu irmão José da Cunha ao rei [D. José I], pedindo para receber as sesmarias em Palmar com dispensa da pensão da mesma, por serem descendentes dos restauradores do dito lugar. Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU-Pernambuco, cx. 93, doc. 7376.

6 Portaria para os Oficiais da Fazenda declararem uma dúvida que há nas sesmarias. Olinda 25 de fevereiro de 1715. *In*: Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina – PBA 115 – Livro dos Assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveu em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado (1712-1715), fl. 358; Segunda Portaria ao Provedor da Fazenda sobre as declarações que devem fazer nas cartas de sesmarias. Olinda 09 de abril de 1715. *In*: Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina - PBA 115 – Livro dos Assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveu em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado (1712-1715), fl. 360.

7 Carta do capitão-mor do Ceará D. Francisco Ximenes de Aragão ao rei D. João V, 21 de outubro de 1739. BNL, Reservados, Manuscritos, 72, número 12.

8 Carta do capitão-mor do Ceará D. Francisco Ximenes de Aragão ao rei D. João V, 21 de outubro de 1739. BNL, Reservados, Manuscritos, 72, número 12.

9 Carta do capitão-mor do Ceará D. Francisco Ximenes de Aragão ao rei D. João V, 21 de outubro de 1739. BNL, Reservados, Manuscritos, 72, número 12.

10 Carta do capitão-mor do Ceará D. Francisco Ximenes de Aragão ao rei D. João V, 21 de outubro de 1739. BNL, Reservados, Manuscritos, 72, número 12.

11 Carta do capitão-mor do Ceará D. Francisco Ximenes de Aragão ao rei D. João V, 21 de outubro de 1739. BNL, Reservados, Manuscritos, 72, número 12.

Referências

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e direito**: sesmaria e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII). 197 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras nas capitanias do norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247–263, 2015. DOI: 10.1590/1806-93472015v35n70014

CARDIM, Pedro. "Administração" e "Governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. *In*: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs). **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no Império português – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, p. 45–68 2005.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **Governar Pernambuco e as "capitanias anexas":** O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). 465 p. Tese (Doutorado em História) - **Programa Interuniversitário de Doutoramento em História** Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma

leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império. *In*: **Penélope – Revista de História e Ciências Sociais**, número 23. Oeiras: Celta Editora, p. 67–88, 2000.

HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan***:* Instituições e Poder Político, Portugal, Século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil:** Sesmarias e Terras Devolutas. 5ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado moderno**: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641–1789). Lisboa: Estar, 2001.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Tradução de Maria de Fátima Silva Gouvêa. *In*: **Revista Brasileira de História**. Volume 18, número 36. São Paulo, 1998.

SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, Rafael Ricarte da. Entre a normativa e a prática: a atuação dos capitães-mores na concessão de sesmarias na Capitania do Siará Grande. **Temporalidades**, v. 13, n. 1, p. 937–944, 2021.

SILVA, Rafael Ricarte da. A conquista da Capitania do Siará Grande nas dinâmicas do Império Português: política sesmarial e guerra justa (1679-1720). In: Almir Leal de Oliveira; Gabriel Parente Nogueira. (Org.). **Nova História do Ceará Colonial**. Sobral: Sertão Cult, 2025, p. 11–37.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.07

Materializando o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano: a Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal em 1962

Materializing pedagogical ruralism of an antipoffian type: the Exibition of Rural Schools in the Federal District in 1962

Juarez José Tuchinski dos Anjos*

Palavras-chave:
Exposições escolares no Distrito Federal
Ruralismo Pedagógico
Helena Antipoff

Resumo: O objetivo do artigo é identificar, nos objetos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do DF (1962), a materialização dos pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano naquela região. A hipótese é de que, pelo cruzamento do material exposto com os pressupostos do ruralismo de tipo antipoffiano presentes nos escritos de Helena Antipoff, é possível afirmar que tal perspectiva pedagógica foi implantada e materializada nos artefatos postos em exibição. Os resultados apontam que os artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais materializavam uma prática pedagógica a serviço de interesses econômicos e sociais mais amplos. Os artefatos ligados ao ensino da música materializavam preocupações com uma educação integral da criança. Já os artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural constituíam-se em uma espécie de educação total, na qual todas as etapas envolvidas nesse tipo de teatro eram consideradas de teor e alcance educativo.

Keywords:
School Exhibitions in the Federal District
Pedagogical Ruralism
Helena Antipoff

Abstract: The objective of this article is to identify, in the objects presented at the Rural Schools Exhibition of the Federal District (1962), the materialization of the assumptions of antipoffian pedagogical ruralism in that region. The hypothesis is that, by cross-referencing the exhibited material with the assumptions of antipoffian ruralism present in the writings of Helena Antipoff, it is possible to affirm that such a pedagogical perspective was implemented and materialized in the artifacts on display. The results indicate that the artifacts linked to craft practices in rural schools materialized a pedagogical practice serving broader economic and social interests. The artifacts linked to music education materialized concerns with a holistic education for the child. The artifacts linked to the pedagogical use of puppet theater in rural areas constituted a kind of total education, in which all stages involving this type of theater were considered to have educational content and scope.

Recebido em 07 de novembro de 2025. Aprovado em 25 de maio de 2026.

Introdução

Em julho de 1962, foi organizada uma exposição pedagógica das escolas rurais do Distrito Federal, na sede do Departamento de Ensino Elementar, em Brasília. O intuito era apresentar à comunidade os trabalhos realizados pelo serviço de orientação das escolas rurais junto às professoras e aos alunos desses estabelecimentos de ensino. Esse setor, formado por seis professores, iniciou sua atuação um ano antes, em 1961, quando esses educadores foram enviados ao Instituto Superior de Educação Rural, o ISER, na Fazenda do Rosário, em Ibirité, para, sob a condução da educadora Helena Antipoff, aprenderem técnicas de ensino rural que deveriam, posteriormente, aplicar nas escolas rurais do Distrito Federal. Voltaram de lá em princípios de 1962 e, ao longo do primeiro semestre daquele ano, trataram de implantar em Brasília o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano.

O ruralismo pedagógico é, na história da educação brasileira, a corrente pedagógica pensada para a realidade do meio rural, que

> [...] basicamente faz da fixação do homem à terra a grande meta de realização da escola, a cujo encargo estaria a transformação da mentalidade do homem da roça (Abrão, 1986, p. 19).

* Doutor em Educação. Professor da Universidade de Brasília. E-mail: juarezdosanjos@unb.br.

Esse discurso parte do pressuposto de que

> [...] o homem da roça não está 'integrado', 'ajustado' ao sistema social e econômico, cujo ponto central faz da terra fator essencial de sustentação e riqueza para si e para o país (Abrão, 1986, p. 23).

Daí a necessidade de intervenção educativa em sua realidade.

No caso de Helena Antipoff, o seu ruralismo incorporava elementos das pedagogias ativas da Escola Nova e dos métodos da psicologia experimental, conferindo centralidade à criança no processo educativo rural e enfatizando

> [...] a atividade e autonomia do educando, a atitude democrática, o respeito à diferença, a fé na ciência como instrumento de melhoria da vida e a integração entre a escola e a vida cotidiana (Campos, 2002, p. 454).

No contato com as fontes até aqui disponíveis e com a historiografia sobre a pedagogia de Helena Antipoff, tenho denominado esse modelo pedagógico trazido para o Distrito Federal de ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano.

Daí emerge a problemática de que se ocupa este artigo: as iniciativas do serviço de orientação rural do Distrito Federal, configuradas nos objetos exibidos na Exposição das Escolas Rurais, expressam uma materialização do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano no Distrito Federal? A hipótese em tela é de que, pelo cruzamento do material exposto com os pressupostos pedagógicos do ruralismo de tipo antipoffiano presentes em diversos escritos de Helena Antipoff, é possível, no campo das possibilidades históricas (Davis, 1987) e do discurso histórico disciplinado pela prova (Thompson, 2009), afirmar que tal perspectiva pedagógica foi implantada e materializada nos artefatos postos em exibição em 1962. O objetivo do artigo, portanto, consiste em identificar, nos objetos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal, realizada em 1962, a materialização dos pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano naquela região brasileira.

Embora, em nível nacional, a historiografia sobre a educação rural possa ser caracterizada como uma produção em crescimento, nenhum desses estudos abarcou as experiências desse tipo de ensino no Distrito Federal[1]. Daí a relevância da proposta deste artigo, desenvolvido no interior de um projeto de pesquisa que visa preencher esta lacuna historiográfica[2]. Ademais, ele também dialoga com estudos sobre a cultura material escolar, aquela cultura empírica da escola (Escolano Benito, 2010) cuja materialidade dá suporte às práticas educativas, mas revela, também, os significados do fazer educativo da instituição escolar. Assim, ao colocarmos a atenção nos artefatos exibidos na exposição das escolas rurais do Distrito Federal, mais do que elencar um rol de objetos, intenta-se interrogar seus sentidos e significados no contexto da educação dada às crianças do meio rural, sob o signo do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano.

Da exposição das escolas rurais do Distrito Federal, de 1962, só sobreviveu um relato sobre ela, feito pela jornalista Yvonne Jean[3], na coluna dedicada ao ensino que assinava no jornal diário local *Correio Braziliense*[4]. Essa jornalista, grande conhecedora da questão educacional e amiga próxima de Helena Antipoff, não se limita a narrar o que viu na Exposição, mas tece também algumas considerações sobre as realizações em matéria de educação rural que esta testemunhava. É assim, em meio à opinião da jornalista, que devemos buscar os indícios, vestígios e sinais (Ginzburg, 1989) da materialidade das práticas pedagógicas ruralistas ali exibidas.

Além do relato de Yvonne Jean, recorreremos também a alguns escritos de Helena Antipoff, nos quais é possível tomarmos contato com os pressupostos pedagógicos para o ensino rural por ela implementados e que estiveram na base da formação recebida pelos orientadores rurais do Distrito Federal durante sua passagem pelo ISER. Trata-se de um esforço por identificar os modelos pedagógicos que podem ter sido materializados nos artefatos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal. Concorda-se, assim, com Roger Chartier, quando escreve que "não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência" (Chartier, 2004, p. 18). Isto é, os artefatos em exibição, fruto de determinadas práticas educativas, articulam-se e adquirem significado quando contrastados com as representações sobre eles presentes nos textos antipoffianos.

Em termos metodológicos, realizou-se uma leitura do relato de Yvonne Jean sobre a Exposição Pedagógica, enfocando-se, sobretudo, a materialidade escolar ali exibida. Em seguida, buscaram-se pistas sobre o significado educativo dessa materialidade nos escritos de Helena Antipoff reunidos nas coletâneas de suas obras completas, publicadas em 1992. Em seguida,

estabeleceram-se relações entre as materialidades e essas representações (Chartier, 2002) sobre elas.

A narrativa historiográfica, construída a partir desses pressupostos teóricos, historiográficos e metodológicos, estrutura-se em duas partes. Na primeira, de forma breve, é apresentado o contexto de atuação dos orientadores rurais, que culminou na Exposição das Escolas Rurais, no final do primeiro semestre de 1962, conforme descrito pela jornalista Yvonne Jean aos leitores do *Correio Braziliense*. Na segunda parte, ainda guiados pelo olhar de Yvonne Jean, a exposição e seus objetos são analisados em três grupos que puderam ser recuperados: os artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais; os artefatos ligados ao ensino da música nas escolas rurais e os artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural. Ao final, são tecidas algumas considerações, a modo de conclusão.

A zona rural do Distrito Federal como espaço de ação educativa

Yvonne Jean, tendo consultado fichas individuais dos estudantes da zona rural, nas quais os orientadores registraram informações sobre suas condições físicas, psicológicas e intelectuais, começou sua coluna tecendo as seguintes considerações:

> Não foi fácil idealizar um plano de trabalho em zonas abandonadas, onde as fichas individuais das crianças indicam "é muito desnutrida, necessitando, além do mais, vermicidas e prática de exercícios físicos", "é incapaz de desenvolver atividades normais, pois sofre de apatia, é muito desnutrido, não tem vigor muscular, é muito pontual"; "ótimo comportamento, mas muito tímido devido ao ambiente em que vive, e precisando de um meio mais elevado, melhor alimentação e vermicidas. Pontualidade excessiva"; "considera-se inferior às colegas, tem necessidade de carinho, precisa de atividades para se desenvolver fisicamente"; "raquítica, pouco disposta nas suas atividades, necessita de melhor alimentação. Tímida"; "criado em um ambiente baixo, é um tanto agressivo e sempre briga com os colegas, é bem subnutrido"; "necessita de melhor ambiente social e alimentação"; "nunca possuiu um lar"; "não possuindo recursos econômicos, é muito desnutrido"; "sempre fica afastado dos colegas, filho de pais de poucos recursos, necessita de melhor alimentação, sendo esta a causa do seu raquitismo"; "mora longe e faz imensos esforços para chegar às aulas no horário estipulado, necessita de melhor alimentação e vermicidas"; "apesar de inteligente, pouco produz por se cansar ao percorrer 3 quilômetros para chegar a aula, por sofrer de afecções visuais e parco crescimento devido à má nutrição"; "frequenta as aulas com muito gosto, físico de grande vigor, carecendo, entretanto, de boa alimentação". Para que continuar? 95% das fichas individuais da Escola Rural que escolhemos ao acaso, gritam por melhor alimentação, melhor meio, vermicidas para as crianças que querem estudar e cuja fraqueza física gera apatia! (Jean, 1962, p. 9).

A adoção de fichas individuais dos estudantes indica a preocupação dos orientadores rurais em conhecer e classificar o público atendido pelas escolas rurais. Não sabemos a totalidade de informações que eles procuraram coletar, mas, sem dúvida, aquelas selecionadas por Yvonne Jean constroem uma representação bastante negativa e preocupante da situação vivida pela infância rural no Distrito Federal.

Crianças mal alimentadas, com problemas de saúde, que lutavam contra os mais diversos obstáculos para frequentar as aulas e obter, assim, algum resultado no seu processo de escolarização. Por que Yvonne Jean decidiu começar seu relato por essa descrição? Possivelmente, para demonstrar as dificuldades que eram enfrentadas não só pelas crianças, mas por qualquer educador que quisesse trabalhar com elas, dificuldades, em particular, encaradas pelos orientadores rurais que estavam, desde o início de 1962, visitando e implantando nas escolas aquele ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano, que tinha na criança e na sua capacidade de ação a pedra de toque de todo o trabalho educativo pensado para o meio rural. De fato, apesar desse cenário um tanto quanto desolador da realidade do campo, a jornalista considera, porém:

> Neste ano de 1962 os progressos do ensino primário nas zonas rurais têm sido muito mais intensos e promissores que nas cidades satélites e núcleos dos arredores da capital [...]. A visita constante de orientadores dedicados e preparados, um programa de estudos ao qual voltaremos, um teatro ambulante de fantoches dedicado a educar as populações representam o começo de atividades necessárias e úteis que poderão, aos poucos, melhorar um quadro desolador, que só ficará saneado quando o problema número um da criança do campo não for mais a fome! (Jean, 1962, p. 9).

Se o contexto do meio rural do Distrito Federal era desfavorável, ainda assim o trabalho dos orientadores rurais foi frutífero, obtendo até mais progressos do que o ensino nas

cidades-satélites e nos núcleos populacionais próximos de Brasília, que seriam, em tese, melhor atendidos, já que, desde o início, integravam o sistema de ensino da capital pensado por Anísio Teixeira (Anjos, 2022), diferente das escolas rurais, que foram abrigadas, em princípio, pelos planos de abastecimento agrícola (Brasil, 1960) e só naquele ano de 1962 começavam a ser, efetivamente, integradas ao sistema educacional da nova capital.

A metodologia de trabalho do serviço de orientação rural foi baseada em pelo menos três pontos: visitas constantes às escolas; um programa de estudos adaptado ao meio rural; e um teatro de fantoches por meio do qual a população era sensibilizada para engajar-se no processo educativo dos filhos. Eram só o início de um trabalho mais amplo, reconhece a jornalista, para quem o problema "número 1" a ser saneado era o da fome, enfrentado justamente por pessoas que trabalhavam no setor de abastecimento da nova capital.

O trabalho exitoso só fora possível, segundo Yvonne Jean, pela atuação dedicada de um grupo de orientadores devidamente preparados por Helena Antipoff para atuar na zona rural do Distrito Federal:

> O trabalho realizado pelos orientadores rurais Afonso Soler Rodrigues, Cassiano Vieira de Campos, Jose da Silva Rocha, Vanda Maria de Almeida Carvalho e Maria de Lourdes Souza Goulart, segue a orientação do ISER, de Belo Horizonte, criado por esta grande mulher que é Helena Antipoff. Todos passaram uns tempos na Fazenda do Rosário, que, há anos, preconizou a "ruralização do campo", começando com algumas crianças excepcionais, chamando em torno do grupo inicial, professores, médico, marceneiros e tudo que forma um núcleo de vida. Depois veio a vez das crianças sadias e suas famílias e, enfim, o contato com toda uma população à qual se oferecia interesses que a fixasse no campo, evitando o êxodo para a cidade grande (Jean, 1962, p. 9).

Yvonne Jean, em sua coluna no *Correio Braziliense*, não se limita a narrar o trabalho realizado pelos educadores. Fazendo de seu quadro editorial um "ingrediente dos acontecimentos" (Darnton, 1996), busca reforçar e valorizar o trabalho dos orientadores rurais junto aos seus leitores. Para isso, destaca a relevância das iniciativas que Helena Antipoff vinha realizando na seara do ruralismo pedagógico na Fazenda do Rosário e no ISER, para a qualificar o que os orientadores, por sua vez, estavam implantando no Distrito Federal. Assim, anuncia aos leitores que não era qualquer ruralismo que estava sendo disseminado nas escolas rurais do entorno de Brasília, mas aquele de tipo antipoffiano, testado e aprovado "há anos" por "esta grande mulher que é Helena Antipoff". Um ruralismo que visava, dentre outras coisas, que a população do campo nele se fixasse e evitasse o êxodo para a cidade grande, algo ainda mais sensível em Brasília, cuja consolidação como capital dependia da adesão dos pequenos agricultores aos planos de abastecimento da nova capital, que deveriam dotá-la de um cinturão verde. Era esse o papel conferido, por meio do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano, à escola rural no Distrito Federal.

Para dar testemunho do êxito alcançado pela equipe de orientadores rurais, foi organizada a Exposição das Escolas Rurais. Segundo Yvonne Jean:

> As atividades do primeiro semestre escolar terminaram com uma exposição das escolas rurais na Secretaria do Departamento de Ensino Elementar da Fundação Cultural, na quadra 21, casa 15. Escolhemos, entre o farto material didático e os trabalhos de alunos, estes últimos pois são testemunhos de um ensino novo que oferece atividades inéditas, desenvolve espírito, habilidade manual, capacidade de aproveitar materiais regionais e facilita o ensino propriamente dito em regiões até agora abandonadas e sacrificadas (Jean, 1962, p. 9).

Fazer exposições escolares constitui-se numa prática que, no Brasil, remonta ainda ao tempo do Império, quando foi realizada a Exposição Pedagógica de 1883 no Rio de Janeiro (Collichio, 2000). De lá até os anos 1960, muitas exposições, de variados tipos, foram realizadas na escola brasileira, visando apresentar à comunidade escolar as realizações e sucessos da escola e do processo de escolarização.

Particularmente em Brasília, desde a implantação do sistema de ensino, a população acostumou-se a participar desse tipo de evento, como os promovidos pela Escola Parque (Anjos, 2025). O diferencial, aqui, foi a organização de uma exposição sobre um tipo de escola pouco valorizado à época e que fora implantado à margem do plano educacional urbano da nova capital: as escolas rurais. Era um deslocamento de holofotes das escolas que se queriam modernas e modelares – as escolas-classe e a Escola Parque, para escolas que ainda testemunhavam muito da desigualdade educacional brasileira que chegou, também, à Brasília. Escolas isoladas, de mestre único, que atendiam, muitas vezes de modo improvisado e em meio à precariedade, crianças semelhantes às

identificadas por Yvonne Jean nas fichas individuais que abriram esta seção do texto, como apontado por Guilherme França (2020) em relação às duas primeiras escolas rurais da cidade-satélite de São Sebastião.

A exposição em questão foi realizada na sede do Departamento de Ensino Elementar, localizado à época na Asa Sul. Ali foram exibidos tanto materiais didáticos produzidos pelos orientadores como trabalhos feitos pelos alunos, sendo para estes últimos que Yvonne Jean chamou a atenção dos seus leitores, por testemunharem, segundo ela, "um ensino novo que oferece atividades inéditas" e que facilitava o ensino "em regiões até agora abandonadas e sacrificadas". Que práticas de "ensino novo", ou melhor, do ruralismo de tipo antipoffiano, os artefatos produzidos pelos alunos das escolas rurais efetivamente testemunhavam? É o que vamos procurar descobrir na próxima seção.

O ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano em exposição

O primeiro aspecto da exposição das escolas rurais abordado por Yvonne Jean é o que diz respeito a artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais. Sobre alguns dos que foram exibidos, escreve a jornalista:

> O quadro "Casamento no Arraiá", obra de uma menina da Escola de Brazlândia, muito colorido sobre fundo preto, lembra a alegria e sensibilidade que geram uma Djanira ou um Guignard. Em Tamanduá aproveitaram o milho para criar cestas e a palha de milho para fazer cortinas. Outra aluna da mesma escola inventou um gato... de bombril.
> Na escola da Construtora Rabello são bonecos de meia que realizaram; na de Tamanduá furaram cabaças para nela colocar frutas da horta ao passo que na Papuda usaram o mesmo material para criar vasos pintados. Sementes de mamona tornam-se colares (Jean, 1962, p. 9)

Outros exemplos de trabalhos artesanais são também mencionados:

> O pequeno Evandro Dutra, de 7 anos, criou um transistor de madeira, imitando radiozinho de verdade! Lúcia Amélia Picança fez útil bolsa de bucha. Adivino Machado fez um antiquado carro de boi tradicional, muito bonito. Na Escola da Fercal, as folhas de bananeiras são pintadas de maneira muito moderna, formando enfeites de bom gosto. Na mesma escola, Shiguko faz desenhos com uma perícia que, bem orientada, poderá levá-la muito longe. Na Escola de Coenge são colheres de farinha, pintadas de preto, que surgem (Jean, 1962, p. 9).

Como se nota na descrição fornecida pela jornalista, os artesanatos produzidos pelos alunos das escolas rurais valiam-se de elementos disponíveis no campo, como palha de milho, cabaças, sementes e folhas de bananeira, ou em casa, bombril e bucha. Com eles, os pequenos eram motivados a criar objetos tanto de uso prático, como cestas e cortinas, quanto objetos de decoração, como o radiozinho de madeira, o carro de boi e o quadro "Casamento no Arraiá", tão bem-feito que lembrava a arte de uma Djanira ou de um Guignard. Mas qual seria o significado educativo dessa prática implantada pelos orientadores nas escolas rurais do Distrito Federal? É preciso contrastar essa prática com o que pensava sobre ela Helena Antipoff, a formadora dos orientadores no ISER, cuja doutrina constitui-se no modelo pedagógico de referência para os educadores de Brasília.

Sobre a finalidade do artesanato na escola rural, este era o pensamento de Helena Antipoff, o qual, provavelmente, era difundido pelo ISER:

> O desenvolvimento econômico do meio rural dependerá em boa parte, das oportunidades que a escola oferecerá ao adolescente no exercício de ocupações suficientemente diferençadas, culturais e utilitárias, de modo que, iniciadas no trabalho lucrativo e nas artes populares, possam as novas gerações contribuir para o bem-estar social e econômico da comunidade para a fixação da família rural no seu *habitat* melhorado (Antipoff, 1992a [1955], p. 117).

Para a educadora, a introdução do artesanato na escola rural visava contribuir com o desenvolvimento econômico do campo: a intenção era que aquilo que as crianças produzissem pudesse ser vendido e, assim, com o lucro obtido, fosse promovido o bem-estar social e financeiro das comunidades das quais faziam parte, bem como a fixação de suas famílias no campo, mas em um habitat melhorado, transformado pela ação da escola rural. Era, assim, uma prática pedagógica a serviço de interesses econômicos e sociais mais amplos.

Em termos educacionais, o artesanato deveria ser ensinado na escola rural observando-se as seguintes dimensões pedagógicas:

> As atividades artesanais na escola serão acompanhadas de estudos relativos ao trabalho: a

> matéria-prima e sua origem geográfica, sua estrutura, qualidades, valor econômico em suas diversas aplicações, abordando ainda o aspecto cultural do trabalho, sua evolução nos diversos países, no folclore, na literatura etc. Escolhidos os artefatos, cada um será objeto de minucioso estudo, em monografias e fichas artesanais, constando nelas a indicação da técnica empregada em cada um, esquema gráfico quanto à forma, proporções, dimensões, colorido, ornamento etc., o cálculo do material necessário à confecção de cada exemplar, o tempo médio para sua execução, o preço da venda, a previsão do lucro etc. (Antipoff, 1992a [1955] p.118- 119).

Funcionando em uma metodologia semelhante à de projetos, praticada por Helena Antipoff na Fazenda do Rosário (Guimarães, 2020), a elaboração dos artesanatos deveria servir a uma série de aprendizados. Na escolha do material a ser empregado, deveriam ser feitos estudos sobre as características físicas da matéria-prima empregada, o seu valor econômico e seus significados em diversas culturas e tradições folclóricas. Ao começar o trabalho de produção artesanal propriamente dito, uma série de procedimentos metodológicos garantiria um conhecimento apurado de tudo o que era necessário para produzir peças que fossem belas e, ao mesmo tempo, vendáveis.

De fato, mais do que uma prática pontual no ensino rural, Helena Antipoff via o artesanato como uma atividade que poderia estruturar todo o aprendizado na escola rural, por meio da formação de clubes ou corporações de artesanato. Sua organização e funcionamento deveriam se dar da seguinte maneira:

> Havendo compatibilidade no exercício, simultâneo ou alternado, de ocupações agrícolas, pecuárias, industriais e artísticas nas zonas rurais, é de toda conveniência introduzir na escola rural, ao lado de clubes agrícolas, já existentes em muitas localidades, clubes ou corporações artesanais escolares. Essas corporações terão por objetivo geral: despertar em seus associados e na comunidade o interesse pelos recursos naturais da região, o amor à terra e às tradições; e o desejo de progredir. Suscitar o amor ao trabalho construtivo, formando bons hábitos de ordem, economia, perseverança; desenvolver a inteligência prática, a habilidade manual, a precisão, o bom gosto; a iniciativa e a capacidade, dentro de uma coletividade laboriosa, leal, solidária, em que a riqueza é um fator de progresso econômico e social de todos os seus membros. As corporações artesanais terão como objetivo específico: promover na localidade o interesse pelo artesanato; adequado ao meio, e organizar artesanatos rurais que, partindo da escola e se estendendo à população, possam contribuir para a expansão econômica da região e consequentemente evitar o êxodo para as cidades (Antipoff, 1992a [1955] p. 117).

Até agora, nas fontes localizadas, não foram encontradas informações de que tenham sido criadas, no Distrito Federal, essas corporações artesanais na escola rural. Todavia, não se pode descartar ter sido com essa finalidade em mente que, já em 1962, os orientadores começaram a introduzir o artesanato nas escolas rurais daquela região, visando, em última instância, contribuir com o desenvolvimento econômico e cultural das populações do campo, tal qual propugnava Helena Antipoff.

Outros dois tipos de objetos que materializavam o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano na exposição foram tratados muito brevemente por Yvonne Jean: artefatos ligados ao ensino da música nas escolas rurais e artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural. Eis o que escreveu a jornalista:

> A bandinha escolar leva a criar instrumentos musicais variados, interessantíssimos e aproveitando tampinhas de cerveja, bambu, cabaças, madeira e tudo o mais. Jornais e panos velhos servem para os atores do teatro de fantoches (Jean, 1962, p. 9).

Cada uma das práticas materializadas por esses artefatos (o ensino de música e o teatro de fantoches) tinham, segundo Helena Antipoff, um papel a desempenhar no ensino rural. Comecemos pela música.

Para Helena Antipoff, a música era elemento intrínseco à realidade na qual estava inserida a escola rural. Daí a importância de aproveitá-la com finalidades educativas. Sobre isso, escreveu:

> É difícil pensar que a escola rural no Brasil possa contar em breve com um aparelhamento musical, por mais barato que possam ser os instrumentos de música, adquiridos no comércio. Raríssimamente veremos um pífano, um violino; talvez, com mais facilidade, uma sanfona, um violão, uma gaita, um cavaquinho, estímulos ao desabrochar das aptidões musicais. Entretanto, cabe à escola rural esse último objetivo, pois no meio rural encontram-se talentos musicais latentes, perdidos para a Nação, por faltarem tais estímulos desde a infância. O canto, que a escola rural pode cultivar, representa, para o mestre atento às aptidões dos seus alunos, uma das oportunidades que tem a criança para revelar aos outros seus dons naturais. Isso não basta,

> entretanto, para a criança bem-dotada e que necessite de outras oportunidades, outros instrumentos, sem ser a sua própria voz, para a expressão musical. Para a criação musical parece também ser mais apropriado um instrumento" (Antipoff, 1992b [1948], p. 49).

Visando dar à criança do meio rural uma educação completa, Helena Antipoff inclui no currículo a música, almejando desenvolver as aptidões musicais dos alunos e o desenvolvimento do que chama de "dons naturais" da criança. Reconhece que nem sempre a realidade da escola rural é favorável a esse intento, faltando nela instrumentos musicaais que a criança possa utilizar. Todavia, considera que estes são essenciais para as atividades de criação a serem realizadas pela criança. Uma alternativa é buscar no próprio meio em que vive o alunado rural as alternativas e soluções para esse desafio. Helena Antipoff, de fato, tinha suas preferências pelos instrumentos de percussão, que poderiam ser produzidos com materiais que abundavam no meio rural:

> Quais seriam os instrumentos musicais que a escola rural poderá fornecer a seus alunos? Os mais simples seriam instrumentos de percussão e de fricção, com os quais se fará o acompanhamento do canto. Chocalhos de toda espécie, reco-reco, cuícas, pauzinhos de madeira de lei, colheres de pau ou de metal, meias esferas de coco da Bahia, pandeiros etc., quando bem "orquestrados" produzem efeitos bastante agradáveis, e, nas mãos das crianças dotadas de ritmo e sentido musical, podem chegar a constituir verdadeiras "charangas", uma vez que o "maestro" entenda algo de música. (Antipoff, 1992b [1948], p. 49).

Sendo fundamental o uso de instrumentos para o ensino de música na escola rural, Helena Antipoff dá o mesmo exemplo que Yvonne Jean parece ter encontrado na Exposição das Escolas Rurais de 1962: instrumentos feitos com bambu, provavelmente, um flautim de bambu. No caso desse artefato, a educadora russa dá orientações para sua confecção:

> Não é muito fácil, pensamos, construir [...] flautins obedecendo às regras impostas por sua técnica. Muita coisa deve ser ensinada diretamente, guiando o aluno para que evite erros, e consiga instrumentos de som agradável e puro. [...]. Desde já devemos prevenir que a feitura exige bastante habilidade, muita precisão, baseada em medidas milimétricas, devendo-se usar a régua milimetrada. Toda ferramenta deve ser manuseada com cuidado, porque o bambu, de natureza frágil, se racha com facilidade e o trabalho, às vezes longo, pode ser num instante inutilizado, por um golpe desajeitado do canivete ou furador. Material – todo ele consiste, para um flautim em ré maior, em um pedaço de bambu, bem maduro e seco, de uns 30 cm de comprimento de 19 a 22 mm de diâmetro interno. As paredes do bambu não devem ser muito grossas e ao escolher o bambu procura-se logo um que dê um ruído agradável à percussão. Além do bambu, precisa-se de uma rolha cilíndrica, de 50 milímetros de comprimento e de diâmetro igual ao do bambu. Quando a rolha for de diâmetro maior, diminui-se limando a percussão (Antipoff, 1992b [1948], p. 52).

De novo vemos uma prática, o ensino da música servindo de pretexto para outra, a confecção artesanal de um instrumento musical. Essa é uma característica importante do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano: a constante laboriosidade da criança, estruturada em atividades geradoras de outras, visando, sempre, uma educação integral – no sentido de completa – da infância no meio rural. Ao mesmo tempo em que desenvolveria o ritmo e a harmonia pela execução de um instrumento musical, aprenderia a confeccioná-lo, utilizando recursos do meio e transformando-os em outra coisa, no caso, o flautim. As coordenadas minuciosas do passo a passo para isso revelam, também, uma dimensão técnica da pedagogia antipoffiana: ensinar a fazer, ensinar como fazer, para fazer bem-feito e obter-se os melhores resultados, semelhantes aos que eram expostos nas vitrines da mostra das escolas rurais do Distrito Federal, notados por Yvonne Jean.

Além dos instrumentos para a bandinha musical, Yvonne Jean fez rápida menção ao jornal e aos panos velhos no teatro de fantoches, provavelmente empregados na confecção de bonecos feitos pelas crianças. Na concepção antipoffiana, o teatro de bonecos se prestava a uma educação total, tanto de quem participava dele como de quem assistia às peças. Segundo ela:

> Um teatrinho de bonecos é um excelente meio de ocupar a criançada em uma infinidade de atividades e funções. Distinguimos em primeiro lugar os dois grupos: os do palco e os da plateia. No primeiro, além de atores – que movimentam os bonecos, falam por eles, cantam, inventam uma porção de situações de acordo com o temperamento e aptidões de cada ator e "personagem" (..) do outro lado do pano existem numerosos artesãos e artistas. Jovens carpinteiros trabalhando a madeira para construir o "castelinho", os decoradores e pintores de cenários; confeccionadores de bonecos –

> cabeças, pernas, braços e mãos; os costureiros, vestindo, com variada indumentária, corpos "humanos" e a bicharada folclórica... sem esquecer os autores, dramaturgos e compositores de música, que tanta graça dão ao espetáculo, com o emprego de instrumentos de percussão, flautins de bambu, bem como toda espécie de sonoplastia, imitação de vozes, da natureza de bichos, passarinhos, etc... (Antipoff, 1992c [1972], p. 233).

Mais do que o conteúdo de uma peça de teatro de bonecos, Helena Antipoff valorizava todas as técnicas necessárias para a encenação como experiências educativas. Fosse atuando na manipulação dos bonecos ou trabalhando nos bastidores; fosse confeccionando personagens ou cenários; fosse escrevendo as estórias ou executando a música que as acompanharia, tudo, absolutamente, era uma oportunidade educativa para a criança do meio rural.

O teatro de bonecos, que parece ter sido introduzido pelos orientadores rurais no Distrito Federal, visava desenvolver diversas habilidades nas crianças, por meio da prática dramatúrgica. O que, certamente, era uma grande novidade no cotidiano das escolas onde recebiam a instrução primária, na medida em que incorporava novos conteúdos à tríade ler-escrever-contar, à qual, muitas vezes, se limitava a educação das populações do meio rural no Brasil.

Todavia, nem todos compreendiam e aceitavam facilmente essas inovações pedagógicas que estavam sendo implantadas nas escolas rurais do Distrito Federal. Ao menos, é o que nos permite pensar a seguinte consideração com a qual Yvonne Jean encerrava seu relato sobre a exposição:

> Não devemos continuar uma enumeração que se tornaria fastidiosa. Demos exemplos para ilustrar um ensino que não foi fácil implantar devido ao preconceito nas populações menos adiantadas para com o trabalho manual, no campo e na horta, quando a "escola deve ensinar a ler e escrever e não a trabalhar no campo". O preconceito está sendo sobrepujado e as crianças recebem um ensino vivo que as prende e interessa, no próprio meio ao qual se ambientam e cujas possibilidades aproveitam (Jean, 1962, p. 9).

Seriam as autoridades do ensino que não compreendiam as inovações que estavam sendo implantadas? Seriam as famílias do meio rural? Não temos como saber. Mas fica claro que a atuação dos orientadores vinha modificando a cultura escolar e a cultura material escolar das escolas rurais do Distrito Federal, precisando, para isso, romper com preconceitos dos que concebiam a escola rurícola como simples espaço de aprendizado de saberes elementares. Ao contrário, o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano propugnava uma educação integral, no sentido de desenvolver todas as habilidades e potencialidades da criança que vivia no campo, tendo a escola como vetor de novos hábitos, comportamentos e condutas no meio rural. Um processo que não se dava sem resistências, mas que ia se concretizando, como testemunhava a exposição das escolas rurais do Distrito Federal.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo identificar, nos objetos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal, realizada em 1962, a materialização dos pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano naquela região brasileira.

Após uma análise preliminar do contexto vivenciado pela infância rural e seus educadores do Distrito Federal, feita na primeira parte do artigo, foi possível, na segunda parte, identificar, em objetos como artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais; artefatos ligados ao ensino da música nas escolas rurais e artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural, a materialização de pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano nas escolas daquele local.

No caso dos artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais, pode-se afirmar que eles materializavam uma prática pedagógica a serviço de interesses econômicos e sociais mais amplos. No campo econômico, poderiam ensinar às crianças, desde a infância, a fazerem do artesanato uma fonte de renda para si e suas famílias. No campo social, eles se constituiriam em uma forma de melhoria do meio rural em que os alunos-artesãos viviam. Os artefatos ligados ao ensino da música, exibidos na Exposição das Escolas Rurais, por sua vez, materializavam preocupações com uma educação integral da criança, que ia do aprendizado da música através de instrumentos de percussão até a construção artesanal desses mesmos instrumentos com elementos tirados do seu próprio meio, numa espécie de educação artística ampliada da criança no ambiente rural.

Já no que diz respeito aos artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural, pode-se dizer que eles se constituíam numa espécie de educação total, na qual todas as etapas

que envolviam esse tipo de teatro, da preparação dos bonecos e cenários à encenação propriamente dita, eram consideradas de teor e alcance educativo, ampliando o leque de atividades normalmente desenvolvidas nas escolas rurais, para além do tripé ler-escrever-contar.

Por fim, foi possível confirmar a hipótese de que, pelo cruzamento do material exposto com os pressupostos pedagógicos do ruralismo de tipo antipoffiano presentes em diversos escritos de Helena Antipoff, é possível afirmar que tal perspectiva pedagógica foi implantada e materializada nos artefatos postos em exibição em 1962 no Distrito Federal.

Estudos futuros, porém, precisarão investigar até que ponto esse ruralismo fincou raízes na cultura escolar das escolas rurais desta unidade da federação ao longo da década de 1960, pelo recurso à documentação existente nos arquivos das atuais escolas do campo e que, à época, funcionavam como escolas rurais. Um levantamento detalhado de fontes nesses arquivos e sua posterior indagação, certamente, esclarecerá melhor os alcances, bem como os limites do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano na história da educação rural do Distrito Federal. O presente artigo, assim, mais do que ponto de chegada, deve ser tomado como ponto de partida para o aprofundamento dessa dimensão do passado educacional local.

Notas

1 Atesta esse crescimento de pesquisas sobre educação rural no Brasil a contínua publicação de obras coletivas (Werle, 2007; Werle, 2010; Lima e Musial, 2016; Werle; López e Triana, 2018; Souza-Chaloba; Celeste Filho e Mesquita, 2020, dentre outras) e de dossiês temáticos em periódicos da área de história da educação (Werle, 2011; Souza e Ávila, 2014; Souza-Chaloba e Lima, 2023). Em nenhum desses trabalhos, porém, a educação rural no Distrito Federal foi abordada. O único trabalho que analisou alguns aspectos das escolas rurais do Distrito Federal foi o de França (2020), embora seu foco tenha sido um levantamento de fontes para a história das duas primeiras escolas de São Sebastião (DF), que acabou descobrindo terem sido, em sua origem, escolas rurais.

2 Trata-se da pesquisa "Uma história das escolas rurais do Distrito Federal (1960-1971)", desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Universidade de Brasília.

3 Sobre Yvonne Jean e a importância de suas colunas para a história da educação, ver Anjos (2024), especialmente a introdução e a primeira parte.

4 A respeito da história do jornal Correio Braziliense, sua linha editorial e seu testemunho sobre a educação nos primórdios de Brasília, ver Morelli (2002) e Anjos (2022).

Referências

ABRÃO, José Carlos. **O educador a caminho da roça**. Notas introdutórias para uma conceituação de educação rural. Campo Grande: Editora da UFMS, 1986.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A cultura material escolar nas colunas da jornalista Yvonne Jean (Brasília, anos 1960). In: RIBEIRO, Betânia.; CARVALHO, Carlos Henrique de; BORGES NETTO, Mário (orgs.) **Novas perspectivas para a história da educação no Centro-Oeste**. Jundiaí: Paco Editorial, p. 159-187, 2024.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 103, n. 253, p. 87–94, 2022.
DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.103i263.5283.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Exposições de trabalhos da Escola Parque de Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1966). **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 69, p. 1-19, 2025. DOI: 10.46848/251542025

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O jornal Correio Braziliense como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). In: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; ZIMMERMAN, Tânia Regina (orgs.). **Fontes históricas em perspectivas situadas**: limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 37-54, 2022.

ANTIPOFF, Helena. A escola e as atividades artesanais. *In*: ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das Obras de Helena Antipoff**. Vol. 4 – Educação Rural. Belo Horizonte: CDPHA, , p. 117–120, 1992a [1955]

ANTIPOFF, Helena. A música na escola rural. In: ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das Obras de**

Helena Antipoff. Vol. 4 – Educação Rural. Belo Horizonte: CDPHA, p. 49-52, 1992b [1948].

ANTIPOFF, Helena. Vale a pena fazer teatrinho de bonecos. In: ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das Obras de Helena Antipoff**. Volume 2 – Fundamentos da Educação. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 233-236, 1992c [1972].

BRASIL. **Agricultura em Brasília.** Rio de Janeiro: SIA, 1960.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. Helena Antipoff. In: FÁVERO, Maria de Lourdes.; BRITTO, Jader Medeiros (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil**. Da Colônia aos Dias atuais. Rio de Janeiro: UFRJ, p.451–457, 2002.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. **Helena Antipoff**: psicóloga e educadora, uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. *In*: **A História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, p. 13–28, 2002.

COLLICHIO, Terezinha. Primeira Exposição Pedagógica realizada no Rio de Janeiro em 1883 e um importante Congresso de Instrução cancelado. Resultados de uma pesquisa. **Cadernos de História e Filosofia da Educação**, v. IV, n. 6, p. 149–194, 2000.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução impressa:** a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Edusp, p. 15–20, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Linhas**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, jul.-dez. 2010.

FRANÇA, Guilherme Azevedo. **Levantamento de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião/ DF (1959-1996).** (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143–179, 1989.

GUIMARÃES, Pedro Henrique Oliveira. **Granjinhas escolares e a educação como a vida**: apropriações do Método de Projeto na experiência da Fazenda do Rosário (1957-1969). Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 9., 11 jul. 1962.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. **Histórias e memórias da escolarização das populações rurais**. Sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MORELLI, Ana. **Correio Braziliense –** 40 anos, do pioneirismo à consolidação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

PINCER, Valeska de Mello. **A formação de professores nos cursos de treinamento e aperfeiçoamento do Instituto Superior de Educação Rural – ISER – Fazenda do Rosário**: 1955-1970. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (orgs.). Representações, práticas e políticas

de escolarização da infância na zona rural. **História da Educação**, v. 18, n. 43, p. 9-11, 2014.

SOUZA-CHALOBA, Rosa Fátima de; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de (orgs.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

SOUZA-CHALOBA, Rosa Fátima; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. História da formação e do trabalho de professoras e professores de escolas rurais (1940-1970). **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 22, e146, 2023. DOI: 10.14393/che-v22-2023-146

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Curitiba: Copyflex, 2009.

VIDAL, Fernando. A "escola nova" e o espírito de Genebra. Uma utopia político-pedagógica dos anos 20. In: GUEDES, M. C. (org.). **História e historiografia da psicologia**: revisões e novas pesquisas. São Paulo: EDUC, p. 101-127, 1998.

WERLE, Flávia Obino Correia. Dossiê Educação Rural. **História da Educação**, v. 15, n. 35, p. 7-10, 2011.

WERLE, Flávia Obino Correia. **Educação rural em perspectiva internacional**. Ijuí: Editora Unijuí; 2007.

WERLE, Flávia Obino Correia. **Educação rural**. Práticas civilizatórias e institucionalização de formação de professores. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livros, 2010.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; LÓPEZ, Oresta; TRIANA, Alba Nídia. **Educação rural na América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.08

Modernização agroindustrial e políticas de estado: Entre Rios (Guarapuava/PR) como reflexo das transformações no campo brasileiro (1950-1980)

Agro-industrial modernization and state policies: Entre Rios (Guarapuava/PR) as a reflection of transformations in the brazilian countryside (1950-1980)

Lucas Martins*

Palavras-chave:
Modernização agrícola
Agroindústria
Guarapuava

Resumo: Este artigo analisa o processo de agroindustrialização em Guarapuava-PR, com foco na modernização agrícola iniciada na década de 1950. O objetivo é discutir como a convergência entre cenários macroeconômicos e a realidade local promoveu a substituição da agricultura tradicional por modelos integrados à indústria. Examina-se o papel do Estado e de empresas privadas na consolidação de narrativas que associam tecnologia ao progresso, legitimando as elites agrárias. A análise destaca o papel de instituições de fomento agrícola e do sistema cooperativista regional e o uso de meios de comunicação na construção de uma identidade laboriosa. Depreende-se que o avanço tecnológico, embora tenha elevado os índices de produtividade, agravou as disparidades socioambientais ao excluir produtores tradicionais que não reuniam condições de se adaptar ao novo modelo agroindustrial.

Keywords:
Agricultural modernization
Agro-industry
Guarapuava

Abstract: This article analyzes the agro-industrialization process in Guarapuava-PR, focusing on the agricultural modernization initiated in the 1950s. The objective is to discuss how the convergence between macroeconomic scenarios and local reality promoted the replacement of traditional agriculture by industry-integrated models. It examines the role of the State and private companies in the consolidation of narratives that associate technology with progress, thereby legitimizing agrarian elites. The analysis highlights the role of agricultural development institutions and the regional cooperative system, as well as the use of communication media in the construction of an industrious identity. It is inferred that technological advancement, although increasing productivity rates, aggravated socio-environmental disparities by excluding traditional producers who were unable to adapt to the new agro-industrial model.

Recebido em 14 de janeiro de 2026. Aprovado em 21 de maio de 2026.

Introdução

A espécie humana é muito recente e não nasceu agricultor ou criador de seu próprio alimento, se fez assim após centenas de milhões de anos de evolução biológica, técnica e cultural. Foi apenas no neolítico que começamos a cultivar as plantas e criar animais que nós mesmos domesticamos, introduzimos e multiplicamos, em todos os tipos de ambiente, transformando os ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados.

A agricultura humana conquistou o mundo, tornou-se o principal fator de transformação da ecosfera e das próprias sociedades, os ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais (Mazoyer e Roudart, 2010. p. 58). Buscamos neste artigo justamente analisar categorias sociais, criadas a partir

* Mestre em História e Doutorando em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista CAPES. E-mail: lucasmartins2629@gmail.com.

da construção e legitimação de discursos e narrativas que associam a temporalidade para balizar indivíduos entre produtores e não produtores, modernizados e atrasados.

Como base abordaremos relatos e projetos de modernização sobre parte da região central paranaense, pertencente à Fronteira Sul brasileira, no recorte geográfico do município de Guarapuava, a partir da década de 1950. Guarapuava está localizada na região sul do Brasil, centro-sul do estado do Paraná, no terceiro planalto, chamado de Planalto de Guarapuava. Atualmente, o município possui uma vasta extensão territorial de aproximadamente 3.168 km², consolidando-se o maior do estado em área. Administrativamente, sua estrutura organiza-se em cinco distritos: a Sede, Entre Rios, Guará, Palmeirinha e Guairacá. No contexto deste estudo, ganha especial relevância o distrito de Entre Rios, que se tornou o epicentro do modelo agroindustrial cooperativista e da reconfiguração produtiva da região na segunda metade do século XX.

Pretendemos analisar a conjuntura agrícola do Paraná pós 1950, associando a dominação do espaço às consequências sociais e ambientais destas ações, enfatizando o ambiente e as mutações deste a discursos legitimadores de ações que visam promover processos de modernização na agricultura. O recorte temporal desta pesquisa justifica-se pois é a partir de meados da década de 1950 que ocorrem os primeiros indícios de uma tentativa de modernização agrícola na região de Guarapuava, com a fixação de 500 famílias imigrantes, provenientes da bacia do Danúbio, os Suábios do Danúbio. Daremos ênfase a este grupo e às suas trajetórias de ocupação no decorrer do texto (Frotscher; Stein; Olinto, 2014; Stein, 2008, 2023; Stein; Olinto, 2020; Traiano, 2023).

A definição do que seria o processo de modernização da agricultura é por si só uma seara bastante complexa e sem uma clareza total. Alguns autores, como Claiton Marcio da Silva (2013, 2018) apresentam esse conceito sendo utilizado antes mesmo de meados do século XX em diferentes funções, contudo é a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o paradigma da modernização tomou o lugar do que outrora seriam as missões civilizadoras como uma ideologia de domínio Ocidental sobre as demais regiões. Neste trabalho utilizamos o conceito de modernização da agricultura, compreendendo-o como um processo de substituição da agricultura praticada de forma quase artesanal sem o intuito da lucratividade, para uma agricultura com atividades integradas à indústria que via de regra, tendem a ser excludentes.

A historiografia relativa a etapas de modernização agrícola e modos de produção agricultáveis é vasta, possuindo obras em diversas localidades e com especificidades inúmeras, na análise que se apresentará buscamos refletir além da ação agrícola, apresentando a discursividade e como parte constituinte de formas de estratificação social no meio rural, além da significação de espaços e poderes.

Nesta pesquisa a partir do recorte geográfico de Guarapuava, poderemos vislumbrar reflexos da conjuntura nacional de modernizações agrícolas, que buscando seguir o compasso internacional de padrões produtivos tido como elevados e fruto da crescente industrialização pós-Segunda Guerra Mundial, mostram-se pauta frequente, instaurando mudanças significativas visando a integração do produtor à agroindústria crescente.

A urbanização brasileira, longe de ser um fenômeno espontâneo, foi profundamente impulsionada pelas transformações no meio rural. A modernização agrícola, iniciada na década de 1950, promoveu o deslocamento forçado da população para os centros urbanos, criando o contingente assalariado necessário ao desenvolvimento industrial. A busca por baixos preços nos produtos agrícolas servia, portanto, para viabilizar o consumo de manufaturados por essa massa urbana crescente. Conforme aponta Teixeira (2005), a hiperprodução da década de 1970 é o ápice desse processo, marcando o momento em que o país deixa de ser predominantemente agrário para se tornar urbano.

É importante notar que a marginalização social em Guarapuava não é um subproduto exclusivo da modernização agroindustrial da década de 1970. Como demonstra Pontarolo (2019), as raízes da exclusão remontam ao século XIX, quando a estrutura do latifúndio e a aplicação da Lei de Terras de 1850 já segregavam os "povoadores pobres" em áreas limitadas enquanto as elites consolidaram o poder sobre as terras de sesmaria. Desse modo, a aceleração do processo produtivo

através da modernização agrícola, não é a regra da exclusão socioambiental nem um fenômeno isolado, mas reflexo de uma convergência de fatores interligados a muito na dinâmica fundiária brasileira. Além disso, como demonstra Boschiero (2014), a própria consolidação da imigração em Entre Rios resultou em dinâmicas de segregação espacial e cultural, onde o sucesso do cooperativismo frequentemente se distanciou das lógicas de vida da população do entorno.

Para compreender o alcance desse discurso, é imperativo situar o processo de modernização agrícola no Paraná em sua dimensão estrutural. Como demonstram Marcio Both da Silva, Cintia Wolfart e Marcos Ribeiro, a modernização, especialmente durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), não se resumiu à adoção de inovações técnicas, mas configurou-se como um projeto de Estado pautado em alianças estratégicas, crédito subsidiado e na inserção competitiva no mercado externo. Em consonância com a análise de Vanessa Fleischfresser, a implementação desses pacotes tecnológicos (a chamada Revolução Verde) foi um mecanismo seletivo, desenhado para beneficiar médios e grandes produtores capitalizados, como os organizados em sistemas cooperativistas, consolidando a exclusão daqueles que não conseguiam se adequar às exigências do novo padrão agroindustrial.

A modernização da agricultura é apenas mais um ponto dentro de um amplo cenário de concentração de terras e recursos, contudo, esse ponto carece de historicização para que haja significância da posse da terra e dos meios no tempo presente. A crescente industrialização da agricultura, presente na cidade de Guarapuava, faz parte de uma conjuntura internacional que estimulou a exportação de *commodities* como soja, carne, algodão, café e milho, em todo território nacional. Consequentemente houve uma intensificação do emprego de alta tecnologia nas monoculturas exportadoras, o que prometia progresso, resultando numa renda que foi extraída do meio rural com altíssimo custo social e ambiental.

Enquanto a massa camponesa era empurrada para as periferias urbanas, uma elite agrária consolidava sua posição. Conforme analisam Mazoyer e Roudart (2010), nos países em desenvolvimento, a maioria dos camponeses não encontrou formas de acesso à mecanização devido ao seu alto custo. Em contrapartida, em regiões da América Latina, grandes empresários agrícolas, que dispunham de vastas extensões de terra e mão de obra barata, aproveitaram-se da conjuntura econômica e dos créditos vantajosos para se equiparem tecnologicamente, especialmente nos anos 1970 . Esse cenário global de concentração técnica e financeira encontra eco direto na realidade paranaense e guarapuava por consequência.

O recorte espacial desta pesquisa parte das condições que se apresentam nos campos de Guarapuava, estes territórios pouco acidentados e terras passíveis de correções químicas e mecanizáveis são de profundo interesse do Estado para projetar e arquitetar modernizações, visto ainda o clima temperado que se apresenta.

O solo dos campos foi considerado pouco favorável ao cultivo, ficando relegado durante décadas a pecuária extensiva e a uma agricultura de subsistência promovida pela população sertaneja e cabocla. Somente a partir do final da década de 1940 que se rompeu com a ideia de que os campos não seriam adequados à agricultura de grande porte e a partir daí novas perspectivas e culturas passaram a compor o cenário dessas localidades, nos períodos anteriores à agroindústria notam-se a presença de extensas fazendas pastoris e a baixa densidade populacional, que entretanto, passaram a ser substituídas pelos monocultivos de milho, soja e cevada, hoje predominantes nos campos (Silva; Brandt; Carvalho. 2015. P. 278).

Segundo Cinthian Aparecida Baia (2012), no Paraná, as áreas propícias à pecuária e desprovidas de vegetação arbórea foram historicamente denominadas “Campos”. A partir do século XVIII, essas regiões ganharam relevância estratégica diante do interesse da Coroa Portuguesa em expandir seus domínios territoriais em direção ao oeste. No entanto, o que antes era relegado apenas à pecuária extrativista e ao trabalho simples, sofreu uma profunda reconfiguração na virada para o século XX. Nesse período, surge uma nova forma de conceber e especialmente de explorar os Campos, estes deixam de ser vistos apenas como pastagens naturais para se tornarem alvos de um projeto de modernização e ocupação planejada.

Para introduzir-nos ao tema da modernização agrícola buscada nos campos de Guarapuava em nosso recorte temporal, precisamos definir o que seria a modernidade para os grupos que ansiavam vê-la nas lavouras. A primeira coisa que o conceito nos fornece é uma diferença histórica, entre algo novo e antigo. Esse conceito foi muito usado ainda no século XVIII pelo Iluminismo, que traçou uma linha histórica para a sociedade que iniciava-se no período do antigo, passava pelo medieval e adentrava o moderno, ou seja à época atual daquela sociedade (Almeida, 2022). Diante disso, tornou-se habitual condicionar a existência de uma sociedade moderna e, portanto, avançada, ao mundo ocidental e às transformações ocorridas no marco da modernidade a partir do século XVIII. Nesse sentido, é fundamental enfocar a modernidade e as modernizações como ações em marcha rumo a uma ideia de progresso, embora tal conceito também precise ser problematizado em seu cerne.

Para Reinhart Koselleck (2020), um conceito social e político, como o "progresso", possui natureza singular, ou seja, ele não está sujeito a mudanças estruturais, ainda que o conceito em si as apregoe. Ele não possui vida para além da circunstância em que é criado e condicionado, ou seja, da temporalidade e da narrativa que lhe é atribuído. Desta forma, cada tradução e uso do termo para o seu próprio presente implica uma história dos conceitos. Isso gera uma série de problemas ao adaptarmos para a ótica contemporânea um conceito tão presente outrora, como o de modernização ou progresso, mote de uma parcela populacional específica, já que ele não se apresenta da mesma forma desde sua concepção no século XVIII.

Apresentar o conceito de modernização como um fenômeno homogêneo, vivenciado de forma idêntica por todos os agentes em um mesmo tempo e espaço, resultaria em uma análise reducionista e desconexa da realidade. A modernização não pode ser tratada como uma variável estática, ela é, antes de mais nada, um campo de disputas. Nesse sentido, sociedade e linguagem constituem, conforme propõe Koselleck (2006), precondições meta-históricas essenciais: sem a interação entre a estrutura social e os conceitos que a nomeiam, nem a experiência histórica (*Geschichte*), nem o seu registro historiográfico (*Historie*), seriam concebíveis.

Marcel Louis Mazoyer e Laurence Roudart (2010) destacam que nas regiões temperadas da Europa, após o desmatamento, toda uma série de sistemas pós-florestais sucederam-se e, de revolução agrícola em revolução agrícola, chegamos aos sistemas atuais. Portanto ao retomarmos nosso conceito central, ainda que em sua complexidade teórica, podemos observar que na Europa da virada do século XVIII ao XIX, suas características industriais e científicas que assistiram ao apogeu do industrialismo, da técnica e do cientificismo, ideologia que orientou diversas concepções de mundo, de forma natural ou forçada, e que constituem-se como apenas mais um ponto na longa trajetória da história agrícola. [1]

Outro aspecto da modernidade é sua organização econômica em termos racionais, característica crucial de sua instituição mais conhecida, o capitalismo burguês, fortemente industrial. Este industrialismo é baseado na separação radical entre possuidores e despossuídos dos meios de produção, no que tange especificamente à modernização da agricultura esses processos significaram transformações nas formas de produção com a implementação de técnicas cientificamente estruturadas, com as mudanças ocorridas na estrutura populacional e fundiária, como iremos aprofundar no item a seguir.

Sob essa perspectiva, as intervenções no território de Guarapuava, que incluíam o desmatamento sistemático, a tecnificação da lida com o solo e a reestruturação da posse fundiária, devem ser compreendidas como manifestações concretas dessa racionalidade histórica. O que contemporaneamente pode ser interpretado como degradação ou exclusão era, naquela conjuntura específica, percebido como o rito de passagem necessário para a superação do atraso. Assim, o meio ambiente não era dotado de valor intrínseco, mas instrumentalizado como ferramenta e suporte físico para a materialização do progresso. Nessa lógica teleológica, a natureza e o espaço social preexistente foram convertidos em meios para um fim maior: a inserção definitiva da região nos padrões de produtividade e civilidade preconizados pela modernidade ocidental.

Entre o discurso e a técnica: a modernização agrícola e a construção da elite (1950-1990)

A modernização agrícola, está ligada à transformação da produção *in natura* em *commodities* de valor agregado, estando intimamente ligado aos mercados agrícolas internacionais e necessitando da agroindústria local para sua efetivação, desta forma modificando as culturas locais tradicionais. Esse processo demandou de incrementos tecnológicos objetivando o aumento da produção, isto por sua vez, vem alavancando cada vez mais empresas relacionadas aos setores agrícolas.

O paradigma da Revolução Verde[2] decorre dessa conjuntura, nas décadas de 1960 e 1970 diversas mudanças tecnológicas e organizacionais foram implementadas mediante o uso de fertilizantes, máquinas e implementos, técnicas foram paulatinamente sendo alteradas aos sabores do mercado. Desta forma a produção foi concentrada em poucas mãos produtoras de *commodities* de alto valor, especialmente para exportação e em grandes empresas produtoras de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes geneticamente modificadas e máquinas. Se outrora a agricultura necessitava da constante anexação de solos virgens para acrescer em sua produtividade pode-se nesse cenário constatar uma nova forma de dependência, a tecnológica, ligada aos insumos.

O processo de modernização agrícola em Guarapuava manifesta-se de forma concreta a partir da década de 1950, tendo como marco fundamental o estabelecimento dos colonos Suábios do Danúbio[3] no distrito de Entre Rios. Esse período inaugura a inserção de sujeitos históricos construídos sob o estigma da modernidade, cujas práticas foram determinantes para a aceleração das transformações produtivas na região. Esse movimento de reestruturação do espaço e do trabalho, caracterizado pela reconfiguração do perfil socioprodutivo regional com a chegada de novos fluxos migratórios, consolidou-se nas décadas seguintes culminando em um modelo de sucesso agrícola amplamente institucionalizado e aclamado pelas autoridades locais nos anos 1980.

Importante fonte de análise para a constituição dessa elite agroindustrial no centro-sul paranaense pode ser encontrada na obra Suábios no Paraná, de Albert Elfes (1971). Sua publicação se dá no início da propagação da ideia do Milagre Econômico Brasileiro, ou seja, nos anos dourados da economia nos governos militares e possibilita uma ampla compreensão do ideário nacional de modernidade adentrando nos interiores brasileiros e em especial sob a ótica do colonizador advindo em meados do século XX.

De acordo com Stein (2008), a obra de Albert Elfes foi fundamental para consolidar a imagem de Entre Rios como um modelo de desenvolvimento técnico e moral no Paraná. Engenheiro agrônomo formado em Bonn, na Alemanha, Elfes imigrou para o Brasil em 1950 e tornou-se uma figura de relevância no cenário agrário nacional. Em 1970, foi designado pelo INCRA (então INDA) para realizar estudos e levantamentos nos principais núcleos coloniais do estado. Foi nesse contexto, coincidindo com o vigésimo aniversário da colônia, que ele visitou Entre Rios e escreveu sua obra, *"Suábios no Paraná"* , sendo oficialmente publicada em 1971.

A construção da identidade de sucesso da Colônia de Entre Rios deve muito à atuação de técnicos como Albert Elfes. Conforme analisa Stein (2023), Elfes, na qualidade de engenheiro agrônomo do INCRA, produziu em seu livro um relatório fundamental que hierarquizava os produtores da região. Ao enaltecer a vocação agrícola dos imigrantes europeus, o discurso de Elfes legitimava a política de modernização tecnológica do governo brasileiro, ao mesmo tempo que marginaliza as práticas agrícolas tradicionais vistas como arcaicas frente ao novo modelo de cooperativismo empresarial (muito presente nos núcleos de imigração europeia para o Paraná em especial ligados a grupos germânicos).

A discursividade do autor na obra procura demonstrar que as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para o desenvolvimento econômico de Guarapuava, ou seja, momentos da implementação e substituição das culturas tradicionais locais por plantas industriais e uma agricultura exportadora especialmente devido aos investimentos destinados à colonização.

Durante a Ditadura militar o meio rural sofreu um acelerado processo de modernização técnica, intensos investimentos públicos e subsídios

para grandes empresas se instalarem em extensas áreas, algo que permeia a realidade guarapuavana. Houve uma verdadeira união entre o capital e o latifúndio. O empresariado do meio rural via financiamento de bancos públicos e estímulo à industrialização da agricultura foi propagandeado como meio de superação do atraso e do subdesenvolvimento (Machado, 2017, p. 07).

Para Jank, Nassar e Tachinardi (2005, p.16), esse foi um período marcado predominantemente pelo crédito oficial farto e barato que atingiu um volume recorde de US$ 20 bilhões por volta de 1978, segundo os autores, a produção e os investimentos cresceram, concomitantemente aos investimentos. Seria, portanto, na década de 1970 que há a ampliação do chamado modelo agroexportador brasileiro, na medida em que o país deixou de ser apenas um fornecedor de produtos tropicais (café, açúcar e cacau) e passou a exportar produtos que concorrem diretamente com a oferta dos países ricos, dentre eles a soja, a celulose e as carnes.

Nesse período, a produção agrícola esteve intimamente ligada à expansão das fronteiras (rumo ao cerrado) e às pesquisas desenvolvidas pelo Estado especialmente pela Embrapa. Embora tais iniciativas buscassem ampliar a produtividade, elas acabaram por consolidar um paralelo excludente, ao privilegiar apenas determinadas formas de agricultura como centros operacionais e selecionar apenas uma parcela dos agricultores como aptos a esse novo cenário produtivo. No caso de Guarapuava, vemos valorizado os cereais de inverno e verão, como cevada e soja, e o agricultor imigrante, visto como moderno e capaz.

A obra de Elfes (1971) reúne 27 discursos de autoridades, entre ministros, diretores de bancos e engenheiros agrônomos, que operam como arquitetos da modernização em Guarapuava. Estas falas não são meros registros protocolares, elas expõem ansiedades modernizantes e um regozijo fundamentado na constante reafirmação do sucesso da agricultura organizada.

> Banco do Brasil S.A. Brasília (DF), 30 d setembro de 1971. Ilmo Sr. Mathias Leh MD. Presidente da Cooperativa Central Agrária Ltda. Colônia Vitória - Distrito de Entre-Rios - Guarapuava (PR) Ao ensejo das festividades comemorativas do vigésimo aniversário da progressista Colônia de Entre-Rios, tenho a grata satisfação de associar-me às manifestações de regozijo, que recebem as suas autoridades, suas lideranças, empresários e o seu laborioso povo Uma palavra especial quero dirigir aos bravos imigrantes suábios que, a despeito de todas as vicissitudes, deixaram o seu torrão natal trazendo consigo um passado de grandes realizações e sua experiência milenar para aqui iniciarem, com muito entusiasmo e trabalho fecundo, uma nova vida, dando um belo exemplo de amor à terra que escolheram para sua segunda pátria. Registro a minha admiração a esses infatigáveis batalhadores que, em tão poucos anos, mas com fibra inquebrantável e muita persistência, ombro a ombro com os demais patrícios, contribuíram decisivamente para projetar a fecunda região onde se instalaram.
>
> O Banco do Brasil sente-se orgulhoso de estar presente em todos os núcleos pioneiros de colonização, para colaborar com os processos de desbravamento, integração e produção que se verifica no interior brasileiro, onde se introduzem novas e intensivas práticas agrícolas, métodos mais racionais de criação, que elevam os índices de rentabilidade regionais e nacionais, atendendo, com presteza, chamamento do Governo no sentido do aumento da produção agropecuária como base indispensável do desenvolvimento brasileiro. O sentimento de integração nacional que se verifica no Estado do Paraná, a consciência das suas potencialidades, a séde de trabalho e de progresso econômico e social, são hoje elementos positivas e constantes de todo o povo brasileiro e de todas as regiões do seu território continental, causando até mesmo admiração do mundo inteiro, que já reconhece no Brasil a confiança e a fé inabalável das grandes nações. atenciosamente
>
> Walter Peracchi Barcellos.
> Diretor. (Elfes,1971, p. 16)

Um exemplo emblemático dessa narrativa encontra-se no discurso de Walter Peracchi Barcellos, acima exposto. O então diretor do Banco do Brasil, por ocasião do vigésimo aniversário da Colônia de Entre Rios em Guarapuava em 1971, dirigir-se ao "laborioso povo" suábio, Barcellos reforça o mito do imigrante como um "infatigável batalhador" que trouxe consigo uma "experiência milenar" para o desbravamento da região (Elfes, 1971, p. 16).

Mais do que um elogio à imigração, o discurso revela a função estratégica das instituições financeiras no período. O Banco do Brasil, apresenta-se como protagonista no processo de integração nacional, colaborando com a introdução de "novas e intensivas práticas agrícolas" e "métodos mais racionais" de produção (Elfes, 1971, p. 16). Essa retórica serve para legitimar o aumento da produção agropecuária como a "base indispensável do desenvolvimento brasileiro", alinhando o sucesso local de Guarapuava ao projeto de potência nacional que, segundo o autor, causava "admiração do mundo inteiro" (Elfes, 1971, p. 16).

Portanto, a escolha desses sujeitos aptos a falar sobre o progresso evidencia uma construção discursiva, onde o Estado e o capital privado caminham "ombro a ombro" na consolidação de um modelo produtivo que exclui quem não se enquadra nessa racionalidade técnica. A mensagem reflete o posicionamento do sucesso alcançado e ao mesmo tempo demonstra a imbricada relação das agências de fomento estatal e parcerias creditícias empregadas e dispostas aos sujeitos voltados à essa agricultura mais racional.

Essa estrutura de privilégios evidencia que o acesso às linhas de crédito do Banco do Brasil não era uma prerrogativa universal, mas um mecanismo seletivo destinado a um grupo específico de produtores, tidos como racionais e modernos, e alinhados às expectativas do mercado. A congratulação pública emitida pelo diretor da entidade reforça que o reconhecimento institucional estava condicionado ao alinhamento com o modelo de modernização pretendido.

Esta articulação entre o suporte financeiro e a validação institucional revela que a modernização não se processou apenas por meio de máquinas e capital, mas, fundamentalmente, pela via do discurso.

Sob a ótica da linguagem, observa-se um exercício auto reflexivo de poder: as dominações ocorrem no cotidiano das práticas institucionais e são legitimadas por uma retórica que repete, exaustivamente, os ideais de sucesso e de um trabalho agrícola essencialmente moderno.

É no dia a dia das agências de fomento e nos relatórios técnicos que o controle da linguagem torna duradouro o alcance desse modelo. Compreende-se aqui a língua como um fato que significa o social e o material, vinculando a exterioridade à ideologia e à temporalidade específica do milagre econômico (Orlandi, 2003). Assim, o discurso do progresso deixa de ser apenas um relato para tornar-se o mecanismo que molda o que é considerado real e legítimo no campo.

Ao efetivar uma discursividade como a acima transcrita poderíamos conjecturar que há a intenção de provocar determinadas ações correspondentes ou orientar posturas e modos de conduta através de signos ou símbolos, causando portanto processos de efetivação do discurso na ação.

Sobre a figura que promove esta fala, Elfes (1971), apenas reproduz seu escrito na décima sexta página de discursos e parabenizações de seu livro, sem detalhar sobre os autores das referidas felicitações.

Ao voltarmos nosso olhar, ainda que brevemente para Walter Peracchi Barcellos, podemos analisar sua trajetória, buscando com isso demonstrar quem são os detentores de poder, seja ele econômico ou discursivo.

Este personagem fora um carreirista na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, chegando ao comando geral desta em 1948. Deputado estadual pelo Partido Social Democrático em 1950 e 1954. Em 1958 concorreu ao governo do Rio Grande do Sul, pela UDN, sendo derrotado pelo candidato do PTB, Leonel Brizola. Elegeu-se deputado federal em 1962, já em 1964 participou das articulações entre militares e os setores conservadores brasileiros que culminaram no golpe de 31 de março.

Durante a ditadura militar, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Castelo Branco e governador do Rio Grande do Sul, depois da cassação de Ildo Meneghetti. Seu mandato durou de 12 de setembro de 1966 até 15 de março de 1971, sendo depois disso diretor do Banco do Brasil para a região sul do Brasil, data do discurso proferido acima.

Desta forma, é possível verificar com o apoio de nossas fontes, a partir da presença desta e outras figuras no cenário agrícola e industrial local, que ao entorno dos governos militares e seus aliados econômicos há um entrelaçamento forte, entre o privado/público, agricultura/indústria e em especial as instituições de fomento, visando à expansão dos

recursos creditícios e consequentemente das previsões lucrativas.

Podemos verificar desta forma como as narrativas criam-se sobre um passado de grandes realizações e uma experiência milenar, alicerçada naquela temporalidade pelo Estado e seus órgãos como o Banco do Brasil que "sente-se orgulhoso de estar presente em todos os núcleos pioneiros de colonização, para colaborar com os processos de desbravamento", deixa-se claro, quem são os sujeitos escolhidos como desbravadores e pioneiros, relegando aos outros, que não participam dessa seara o esquecimento, não apenas discursivo, mas também das políticas públicas rurais, neste contexto é amplamente verificável que as novas e intensivas práticas agrícolas e os métodos mais racionais, são o objetivo e se amparam no que for necessário para alcançar as altas cifras.

Notamos nesse período a expansão máxima do crédito agrícola, algo que coaduna com o discurso, com o projeto colonizador iniciado em 1950 e com os governos militares iniciados em 1964. Na década de 1970, o volume de crédito agrícola quadruplicou e teve em 1979 seu melhor ano. A abundância do crédito governamental ao produtor financiou a modernização de equipamentos e insumos na agricultura. Nos anos 1970 estabeleceu-se no Brasil um complexo industrial que forneceu máquinas, implementos, fertilizantes e pesticidas, além disso, a demanda gerada pela modernização agrícola foi um fator importante para o desenvolvimento industrial rápido desse período. Entre 1960 e 1980, a área cultivada quase dobrou, passando de 25 milhões para 47 milhões de hectares, um aumento que foi acompanhado pela mecanização crescente. Nesse mesmo período, o número de hectares por trator diminuiu de 410 para apenas 99. O consumo médio de fertilizante por hectare subiu de 8,3 kg, em 1964, para 27,8 kg, em 1970, e 88 kg, 1980 (Klein; Luna, 2020, p. 57). Este aporte tecnológico e financeiro não representou apenas um ganho produtivo, mas serviu como o mecanismo divisor que reconfigurou o topo da pirâmide social no campo.

Diante dos dados apresentados e em consonância com Ramos (2016), nota-se que o processo modernizador iniciado em 1951 promoveu uma substituição estratégica das elites em Guarapuava. A antiga oligarquia pastoril perdeu hegemonia para grupos de imigrantes que conseguiram se integrar a essa nova lógica de capital. No entanto, o sucesso atrelado a essa nova burguesia agroindustrial mascarou profundas contradições: estima-se que em torno da metade desses imigrantes não obteve êxito, abandonando a colônia entre os anos 1950 e 1960, especialmente por dificuldades de adaptação e por terem sido alocados em terrenos menos férteis. Apesar de seus reveses e da lógica seletiva em que estava inserida, é inegável que o agronegócio resultante dessa reestruturação se estabeleceu como o pilar fundamental para a lucratividade e o dinamismo econômico do município.

A obra de Albert Elfes, buscou referendar o êxito do projeto, contudo, a consolidação desse modelo demandou pesados investimentos estatais e estrangeiros. A colonização foi financiada, via Banco do Brasil, com "fundos oriundos de ágios sobre importações especiais da Suíça" , além de incentivos diretos do governo federal na era Vargas e do governo estadual. A partir da década de 1960, a reestruturação e o salto de crescimento da Cooperativa Agrária foram capitaneados por Mathias Leh, que presidiu a entidade por 28 anos e utilizou notável habilidade política para angariar apoio constante da Alemanha, Áustria e Suíça, consolidando a infraestrutura da comunidade.

Apesar do inegável sucesso institucional, a narrativa hegemônica obscurece o fato de que a prosperidade não foi homogênea entre os imigrantes. A divisão inicial das terras ocorreu de forma desigual, soma-se a isso as dificuldades de adaptação, o endividamento e os conflitos internos levaram a uma grave crise em 1965. Estima-se que, entre a década de 1950 e o ano de 1971, cerca de 1.776 colonos, o que representava aproximadamente metade do contingente original, abandonaram Entre Rios, buscando recomeços na capital paranaense, em São Paulo, ou mesmo retornando à Europa.

Ainda com reveses e contradições é necessário destacar que, diferente dos grupos que os antecederam no domínio da terra, esses novos agentes foram beneficiados por incentivos fiscais e amparados por uma discursividade de laboriosidade voltada à produtividade. Ainda que em um primeiro momento muitas desistências da empreitada tenham

ocorrido, tais agentes possuíam, de fato, os meios e o suporte que faltavam aos ocupantes tradicionais, evidenciando que a mudança técnica foi indissociável de uma reestruturação social. Nesse sentido, a consolidação de Entre Rios exemplifica a tese de Walter Benjamin (1994, p. 122), ao afirmar que "sabemos que as relações sociais são condicionadas pelas relações de produção", visto que a nova estrutura produtiva agroindustrial ditou, em última instância, quem teria direito de permanência e sucesso no território.

Entre o local e o nacional: agentes políticos, instituições de crédito e a lavoura financiada

Compreendemos que a comunidade da experiência é fundada na dimensão prática da narrativa, especialmente daquela capaz de perpetuar-se por mais tempo e mais longe. Aquele que conta ou transmite um saber e/ou um valor, detém e muitas vezes forma uma moral através de sua própria narrativa ou de uma advertência.

Poderíamos neste subitem conjecturar inúmeros fatores que modificam a dimensão agricultável de uma determinada proporção territorial, como por exemplo a geografia do espaço, suas relações com as saídas internacionais do país, sua economia básica enfim, toda uma rede de possibilidades que interferem na produtividade ou não de um local. Contudo, daremos enfoque às dimensões a) políticas, b) sociais, c) de interesses das elites locais e nacionais.

A estes agentes, que denominamos aqui como elites agrárias, compreendemos que sempre tiveram grande peso político no contexto nacional brasileiro, dado a importância econômica da agricultura e dos setores produtivos a ela relacionados, estes tiveram importante espaço em toda a constituição do que hoje compreendemos como o agronegócio e suas mais variadas frentes de atuação como, pesquisa, implementos e comércio internacional e obtiveram de uma forma ou de outra o beneficiamento político, através de projetos de lei, palcos políticos e destinação de recursos e tecnologia.

De acordo com Celso Donizete Locatel (2016), as raízes da formação socioterritorial brasileira estão assentadas em bases agrárias, conferindo à agricultura um papel fundamental tanto na economia quanto na manutenção do poder político. Essa trajetória histórica reflete-se na política contemporânea que, embora sob novas roupagens, mantém o setor agropecuário como um dos pilares da representatividade no Legislativo Nacional, consolidando grupos de interesse que asseguram a continuidade da influência agrária nas decisões do Estado.

Locatel (2016) ressalta ainda que, o sistema de representação desses interesses transcende o sufrágio, valendo-se de diversos dispositivos de articulação política. Dessa forma, essa elite agrária exerce uma hegemonia que, por meio de uma sofisticada construção discursiva, integra outras esferas sociais. Esse processo gera uma percepção de participação democrática que, por vezes, pode obscurecer a centralidade do poder econômico e político desses grupos na estrutura decisória, fazendo com que o projeto de um setor seja visto como um projeto de toda a sociedade.

A utilização dos meios de comunicação constitui dessa forma, uma estratégia central de persuasão, capaz de integrar diferentes camadas sociais a uma identidade compartilhada com as elites. No contexto da modernização agrícola em Guarapuava, a partir de 1950, o jornal destaca-se como o cenário dessa construção, especial destaque dá-se ao Jornal de Entre Rios.



JORNAL DE ENTRE RIOS

Informativo, noticioso e ilustrado

Periódico suábio-brasileiro, publicado em português e em alemão

Entre Rios, Guarapuava, Paraná

Ano I - Nº 6 — 25 de Abril de 1987 — Cz$ 5,00

Constituintes visitaram Entre Rios

Elogios do Corregedor

Ehrung für Mathias Leh

Basf e Bayer vieram aqui

St. Michaels-Kirche in Vitoria, Entre Rios, Guarapuava/Brasilien. Federzeichnung: Josef de Ponte.

Figura 1 - Jornal de Entre Rios
Acervo: Museu Histórico de Entre Rios.

Para a análise deste periódico, é imperativo observar as diretrizes de De Luca (2008), inquirindo sobre suas condições de produção, tiragem, difusão e as relações mantidas com instituições políticas e econômicas. O jornal em questão constitui o órgão de comunicação institucional da Cooperativa Agrária e teve seu marco inicial com a circulação de uma edição-teste (número zero) em dezembro de 1986, consolidando sua periodicidade mensal a partir de 1987. Destinado ao público de Entre Rios e Guarapuava, o periódico apresenta uma proposta bilíngue, redigida em português e alemão, atendendo à trajetória linguística e cultural dos imigrantes Suábios do Danúbio.

Conforme demonstram Stein e Olinto (2020), o *Jornal de Entre Rios* operava como um suporte de historicidade bilíngue, este visava não apenas informar, mas moldar a identidade suábia no Brasil. A análise do periódico revela uma clara aceleração do tempo, onde as memórias do trauma da Segunda Guerra e os desafios da colonização inicial são ressignificados como etapas superadas em direção a um presente de hegemonia agroindustrial, validando o discurso do progresso técnico a duras penas e com esforço hercúleo.

A relevância política do modelo de Entre Rios é evidenciada pela visita de comitivas oficiais, como a ocorrida em abril de 1987, e apresentada na capa do periódico acima, que contou com a presença de "seis deputados federais, todos integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara. Acompanhados pelo prefeito Nivaldo Krüger e por lideranças locais, os parlamentares cumpriram um roteiro que incluía os pilares da modernização regional: o "plantio direto de soja" e a "Agromalte". Mesmo com as limitações climáticas do dia, o discurso do deputado Jorge Vianna, então presidente da Comissão, foi marcado por elogios à organização do distrito" (*JORNAL ENTRE RIOS*, 1987, p. 01). Tais registros jornalísticos reforçam como a estrutura cooperativista era utilizada como vitrine tecnológica para o poder legislativo federal.

A posição do texto, estrategicamente alocado logo após a manchete, confere à visita dessas autoridades um destaque considerável, sugerindo que o evento no rincão moderno do centro-sul paranaense foi projetado para gozar de máxima visibilidade e pompa. Poderíamos conjecturar que há desta feita a defesa de um posicionamento político e, atrelado a isto, o de um poder econômico. Desde seu posicionamento esquemático na primeira página do jornal, passando pela fotografia, há um certo condicionamento em relação ao que quer comunicar para os leitores deste periódico.

A notícia detalha a visita de uma comitiva de seis deputados federais, integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara e membros da Assembleia Nacional Constituinte, entre eles Jorge Vianna (PMDB-BA), Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Roberto Balestra (PMDB-GO). O grupo foi acompanhado pelo então prefeito Nivaldo Krüger e por uma comitiva descrita genericamente como composta por "líderes guarapuavanos".

A ausência de especificação sobre essas lideranças sugere uma homogeneização do termo, que parece circunscrever o conceito de "líder" aos agentes vinculados ao desenvolvimento agroindustrial. Ao omitir outras possíveis vozes do cenário local como representantes de comunidades tradicionais (como indígenas, caboclos e quilombolas[4] ou grupos voltados à preservação ambiental), o texto opera um recorte que prioriza a identidade produtiva da região. Essa convergência de interesses torna-se explícita no roteiro da visita, que priorizou o acompanhamento de safras de soja e as instalações da Agromalte, evidenciando o papel da Cooperativa Agrária como interlocutora central entre o poder público nacional e o projeto de modernização regional.

De acordo com Locatel (2016), o cronograma da modernização agrícola brasileira seguiu etapas distintas: a década de 1950 foi marcada pelas colônias dirigidas; os anos 1960 pelos experimentos técnicos e extração; e a década de 1970 pelo auge do intervencionismo estatal via "milagre econômico". Já o período entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990 é frequentemente caracterizado por uma transição no modelo de fomento.

Diferente do farto crédito subsidiado dos governos militares, a Nova República inaugurou uma fase de maior seletividade financeira. Não se tratou de um abandono do setor por parte do Estado, mas de uma reorientação estratégica: a escassez de recursos públicos foi mitigada por acordos com os principais *players* do agronegócio e pelo fortalecimento do sistema cooperativista

empresarial. Essa aproximação reafirma a histórica e indissociável conexão entre as elites rurais e o poder político brasileiro, garantindo que, mesmo em tempos de abertura democrática e ajustes econômicos, o setor agroindustrial permanecesse como prioridade na agenda de desenvolvimento nacional.

O processo de redemocratização e a Assembleia Constituinte de 1987-1988 refletiram as tensões do setor agrário, onde a bancada ruralista atuou de forma incisiva na defesa do monopólio da propriedade. Entre suas principais pautas, destacam-se a oposição ferrenha à desapropriação de terras improdutivas e a resistência à fixação de limites para a extensão das propriedades rurais (Locatel, 2016). Para os membros desse setor, qualquer tentativa de elevação da tributação territorial era classificada como um instrumento punitivo e arbitrário. É importante ressaltar, contudo, que essa bancada, tanto na Constituinte quanto em sua configuração atual, não se apresenta como um bloco uniforme, o que torna complexa a delimitação precisa do quadro de seus participantes.

Dentre os nomes que compõem essa trama de influências, destaca-se a figura de Jorge Vianna (1938-), personagem central na iconografia da fonte analisada. Médico e agricultor, Vianna possui uma trajetória marcada por uma presença longeva e estratégica em comissões permanentes de Agricultura e Política Rural, tendo exercido cargos de vice-liderança e presidência entre 1979 e 1986. Sua atuação parlamentar exemplifica a complexidade ideológica da bancada ruralista, embora fosse simpatizante da União Democrática Ruralista (UDR), Vianna autodefinia-se como de "esquerda moderada" (Bruno, 2017), evidenciando como os rótulos políticos muitas vezes mascaravam o alinhamento em defesa dos interesses agrários.

Embora seus projetos de lei estivessem majoritariamente voltados à produção cacaueira baiana, sua presença nas plantações de soja no interior do Paraná revela uma articulação que transcende fronteiras regionais.

A visita a Guarapuava sinaliza a busca por um modelo de eficiência produtiva que pudesse servir de lastro para as pautas defendidas no Congresso. Como observa Locatel (2016), as estratégias das oligarquias rurais foram eficazes em manter privilégios mesmo diante das transições políticas nacionais. Essa manutenção de poder está intrinsecamente ligada às forças econômicas das grandes empresas que, ao financiarem campanhas eleitorais vultosas, garantem que os interesses do agronegócio permaneçam protegidos e as parcerias creditícias asseguradas. Embora a ditadura tenha se findado, as relações econômicas e as tragédias sociais por ela empreendidas seguiram ainda sob o mote de progresso e modernização na agricultura.

O setor agrícola tem uma considerável influência no papel de escolhas e decisões políticas nacionais, poderíamos conjecturar muito sobre a visita destes agentes, contudo, salta aos olhos que uma pequena colônia de imigrantes receba tal importância em um país tão grande quanto é o Brasil. A agroindústria, já consolidada em finais da década de 1980, recebe ainda mais atenção, mesmo que goze de incentivos diretos diminutos se comparados ao período 60-70, a roupagem do crédito rural se traveste sob as influências e jogo político.

A manutenção do desequilíbrio nas políticas estatais brasileiras, mesmo diante de rupturas institucionais como a promulgação de uma nova Constituição, só pode ser compreendida por meio de uma análise da estrutura de poder que sustenta o funcionamento do Estado. Não é por acaso que visitas a empresas privadas do setor agrícola e a articulação de grupos como a bancada ruralista se tornaram práticas correntes. Apesar de sua origem pluripartidária, esse grupo atua como um bloco de pressão coeso na formulação de políticas públicas, exercendo seu domínio não apenas sobre os recursos econômicos, mas também sobre dispositivos de comunicação estratégicos, como o jornal.

A redemocratização da sociedade brasileira e a modernização conservadora da agricultura contribuíram para uma transformação no sistema de representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais no Brasil. Entre as mudanças mais significativas, destaca-se a organização de frentes parlamentares suprapartidárias voltadas prioritariamente para a defesa de interesses corporativos e para o fortalecimento político dos setores por elas representados. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como bancada

ruralista, é exemplo claro da presença do patronato rural e agroindustrial nas instâncias do Estado (Bruno, 2017, p. 155).

Ainda de acordo com Regina Bruno (2017), a bancada ruralista é considerada por muitos a principal força política do Congresso Nacional e despontou na segunda metade dos anos 1980, como reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) da Nova República. Outro importante mote deste movimento político é sua atuação frente às ocupações de terra pelos trabalhadores sem-terra, que ganharam visibilidade na Constituinte de 1988.

As influências político agrícolas na conjuntura de 1988 dão-se portanto em um cenário de intenso debate e confrontos simbólicos (e práticos) entre diferentes grupos sociais. Ressaltamos, contudo, que é na possibilidade de amplificação de suas vozes e no domínio de capital e dos meios de comunicação que perduram as narrativas do grande empresário rural.

Através de visitas e diálogos com os detentores locais de poder, ocorrem processos de identificação coletiva e de criação de uma coesão política que agrega parlamentares que não são proprietários de terra nem ligados ao agro, agentes industriais e população, que se sentem identificados com a concepção de mundo da ideologia e do pensamento ruralista (Bruno, 2017).

Ainda que priorizando os interesses corporativos, os parlamentares da bancada ruralista em suas frentes parlamentares suprapartidárias e partidos políticos distintos tiveram suas disputas de poder e divergências. Entretanto, como comungam interesses semelhantes, procuram fortalecer uns aos outros, e coadunados ao setor agroindustrial ocorrem importantes alterações junto ao processo de redemocratização.

Uma das estratégias centrais desse modelo é a consolidação de entidades e bancadas parlamentares que atuam ativamente na gestão do crédito rural, muitas vezes ignorando as dinâmicas regionais e suas especificidades. Essa "lavoura financiada", cujas raízes remontam ao período da ditadura militar, assume uma nova roupagem no processo democrático, amparada por uma intensa carga propagandística.

Outro exemplo desse fenômeno também foi registrado pelo Jornal Entre Rios (1987), ao destacar, com tom de prestígio, que gigantes do setor químico como "Basf e Bayer vieram aqui".

A visita de comitivas compostas por "diretores e engenheiros agrônomos" dessas empresas não era apenas um gesto de cortesia, mas uma reafirmação de parcerias comerciais estratégicas. Ao pontuar que a Cooperativa Agrária figurava como "um dos maiores clientes de ambas as empresas", o periódico evidencia a dependência técnica e financeira que sustenta a produtividade local. Essas visitas técnicas, longe de serem neutras, funcionam como dispositivos de validação de um pacote tecnológico que integra o capital transnacional ao cotidiano produtivo de Guarapuava.

Em suma, as duas visitas convergem para um mesmo ponto: da política nacional ao empresariado internacional há amplo domínio do agronegócio. Esse domínio é estratégico e utiliza o narrativo de modo a retroalimentar-se. A construção da imagem do agro, pretendida pelas elites rurais locais, busca ampliar indefinidamente o escopo do que seria a agricultura, especialmente aqueles que postulam-se enquanto modernos, estes pois, seriam aqueles que consigo trazem o futuro e o progresso tão almejados.

Portanto, podemos inquirir que estas corporações atuantes no território nacional, vem gozando de parcerias e de lucratividades, atrelando-se a proprietários individuais e ao estado nacional na forma de facilitar suas atuações, gerando conglomerados industriais extremamente fortes, o que acarreta em uma concentração de renda e recursos, alteração das dinâmicas socioambientais e a mutilação de forma de vida e agriculturas tradicionais.

Como salienta Bruno (2017), o termo "questão agrária" apresenta marcas políticas e ideológicas profundas. Isso dificulta pensarmos o conceito como categoria histórica, objeto de várias significações. A análise torna-se ainda mais complexa porque, atualmente, o centro das tensões e das conflitualidades passa pela questão da apropriação privada da terra e do direito ao território que se liga, no Brasil, intimamente a uma burguesia rural.

Há no processo de modernização nos campos guarapuavanos e brasileiros, uma indissociável ligação entre a ideia do que seria o moderno: a agroindústria, o agroquímico e a política ruralista.

Relegando a um segundo plano discussões sobre preservação ambiental, matas e espécies nativas. Entre as agriculturas mais prejudicadas estão as menos produtivas que são inevitavelmente marginalizadas, não gozando de incentivos fiscais quando estes eram difundidos e consequentemente mergulhando na crise, sendo eliminadas pela concorrência das agriculturas mais poderosas.

A mudança nos modelos de desenvolvimento, e portanto das relações entre trabalho e natureza, estão intrinsecamente atreladas a mudança de paradigma da sociedade, bem como com a relação entre a manutenção dos padrões de consumo e construção das narrativas sobre riqueza e tecnologia que são, por sua vez, constituídas pelo mercado e pelos detentores de poder em uma determinada sociedade, em nosso caso de análise, uma sociedade agroindustrial.

Relacionar o tempo a este processo é de vital necessidade. Com a busca por uma tecnologização dos campos promove-se um desigual acesso, e uma relação temporal distinta, que liga-se a discursos e narrativas das elites. Aqueles que por ventura encontram-se agraciados com os sabores do capital e dos consequentes benefícios que este promove, de maneira consciente ou inconsciente, criam narrativas para legitimar-se neste estrato. Enquanto os demais, estão sob uma lógica de esquecimento, são os atrasados no tempo que apenas acelera mais e mais.

Conforme destaca Larissa Carreira da Cunha (2020), o processo de consumo e, por extensão, o de produção, está inserido em um campo de disputas entre empresas e instituições que competem pela hegemonia do mercado. A construção e a consolidação de padrões culturais e produtivos visam, em última instância, à geração de lucro e à autorreprodução do capital. Pode-se inferir que, atrelado a esse consumo, o processo de criação de novos produtos e tecnologias alimentares é fundamental para a expansão do sistema capitalista, especialmente em regiões de fronteira agrícola.

Considerações finais

A modernização da agricultura revela-se um fenômeno multifacetado, cujos impactos nos países em desenvolvimento reconfiguraram agentes e territórios de forma contundente. Nesse cenário, países não industrializados serviram, até meados do século XX, como laboratórios para a Revolução Verde.

No Brasil, embora o sistema de colônias étnicas remonte ao século XIX, esse processo adquiriu uma escala e uma intencionalidade política distintas a partir da década de 1950. No Paraná, sob a gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto, a colonização dirigida tornou-se um pilar do projeto de modernização estadual, visando integrar o território aos padrões de produtividade exigidos pelo mercado nacional. Nesse contexto, a fronteira sul brasileira, compreendendo o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, viu a consolidação de núcleos coloniais que, amparados por um discurso de aperfeiçoamento técnico, acabaram por reconfigurar a demografia rural, frequentemente sobrepondo-se às ocupações de populações nativas e de comunidades remanescentes de quilombos.

Nesse contexto, a fixação das 500 famílias de Suábios do Danúbio no distrito de Entre Rios, em Guarapuava, não deve ser vista como um evento isolado ou puramente étnico. Pelo contrário, o alocamento desse grupo em terras outrora pertencentes a brasileiros e as consequentes mutações na fauna e flora locais são efeitos de uma conjuntura ampla: a busca desenfreada pela alta produtividade rural em níveis nacional e internacional. A aceleração do tempo e as transformações espaciais observadas na região são, portanto, reflexos dessa engrenagem global de desenvolvimento.

A pesquisa evidencia que a construção de uma identidade vinculada à árdua laboriosidade serviu como ferramenta de afirmação social e política para os imigrantes. Entretanto, essa narrativa de sucesso omitiu os conflitos gerados entre "imigrantes" e "nativos", além de silenciar sobre os volumosos incentivos fiscais e aparatos tecnológicos que foram disponibilizados exclusivamente a esse grupo. Enquanto os estratos que prosperaram economicamente narram sua trajetória através do esforço pessoal, aqueles mantidos à margem do progresso são relegados a uma dicotomia perversa: rotulados como atrasados ou incapazes, tornam-se mão de obra barata e invisibilizada.

A conjuntura política, desde as visitas de parlamentares constituintes na década de 1980 até os discursos performativos na mídia local nos anos 1990, consolidou a hegemonia desse ecossistema técnico. Nele, o meio ambiente deixa de ser mero espectador para tornar-se um agente condicionado por ações humanas atrozes, onde plantas exóticas e um parque industrial internacional moldam a paisagem.

Em última análise, o produtor rural imigrante consolida-se não apenas como um agente transformador do espaço, mas como o principal protagonista das narrativas de desenvolvimento regional. A sua importância histórica e econômica para o Paraná é inegável, sendo a sua notável laboriosidade o motor que inseriu a região em uma complexa aldeia global agroindustrial. Entretanto, a leitura desse êxito exige compreender que o esforço do colono operou em sintonia com um sistema técnico e estatal que o privilegia de forma estrutural. Ao legitimar e financiar majoritariamente esse modelo de alta performance, o Estado converteu a excelência desse grupo no único padrão de progresso aceitável, o que, por consequência, acabou por deslocar as formas de vida e produção tradicionais para as margens do território e do discurso.

Agradecimentos

O presente artigo constitui uma versão adaptada das discussões empreendidas na dissertação de Mestrado intitulada "A agroindustrialização e a construção de narrativas em Guarapuava-PR (1950-Presente), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira sul campus Chapecó, sob orientação da professora Dra. Samira Peruchi Moretto. Agradeço à orientadora pelas contribuições fundamentais ao longo da pesquisa, bem como à CAPES pelo apoio financeiro concedido para a realização deste estudo.

Notas

1 MAZOYER e ROUDART (2010) chamaram a isto de "Teoria dos sistemas agrários".

2 Evenson e Gollin definem a Revolução Verde como o desenvolvimento de variedades de culturas modernas ou de alto rendimento (MVs) para países em desenvolvimento, iniciado de forma concentrada no final da década de 1950. Em meados dos anos 1960, cientistas desenvolveram MVs de arroz e trigo que foram posteriormente liberadas para agricultores na América Latina e Ásia. O sucesso dessas variedades foi caracterizado como uma "Revolução Verde". Tradução livre de: "The development of modern or high-yielding crop varieties (MVs) for developing countries began in a concerted fashion in the late 1950s [...]" (EVENSON; GOLLIN, 2003).

3 A história dos Suábios do Danúbio e de sua identidade cultural está interligada com a história da Alemanha, da Áustria e de outros países do sudeste da Europa, como Hungria, Romênia e ex-Iugoslávia (hoje Croácia e Sérvia), num período que, no total, abrange desde o século XVII até meados do século XX. De fato, trata-se de uma história bastante extensa e complexa, já que aquele mesmo período histórico representa a própria formação de vários dos países europeus atuais, com guerras, fusões, invasões, imigrações e a redefinição constante de fronteiras. Para mais ver https://suabios.com.br/fundacao. Sugere-se também a leitura de "O raiar do oitavo dia" de Marcos Nestor Stein. Nesse artigo, não buscamos definir que são os Suábios nem balizá-los de qualquer maneira, o que se busca é apresentá-los como sujeitos exógenos introjetados na realidade Sul brasileira com vistas a modernizar a agricultura local, não cabendo qualquer juízo de valores sobre suas atribuições e vivências.

4 Sobre a pluralidade de ocupações no território, é relevante notar a trajetória da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Conforme analisa Traiano (2023), a presença desse grupo vincula-se a áreas historicamente destinadas por Balbina de Siqueira em 1860. No contexto da modernização agrícola e da expansão das áreas produtivas de Entre Rios, surgiram diferentes entendimentos sobre os limites fundiários e a natureza da ocupação do solo. A dissertação de Traiano (2023) explora as múltiplas perspectivas sobre esse processo, registrando marcos do diálogo institucional e jurídico, como a titulação parcial de terras ocorrida em 2014. O tema exemplifica os desafios da gestão territorial em regiões de desenvolvimento agroindustrial frente às diversas memórias e trajetórias históricas locais.

Referências

ALMEIDA, Jalcione Pereira de. **A Modernização da Agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/56448. Acesso em: 28 nov. 2022.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Governo Peracchi Barcelos (1967-1971)**. Acervos Culturais. Disponível em: https://acervos.cultura.rs.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2024.

BAIA, Cinthian Aparecida. **Estratégias de ocupação de terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava** (1768-1853). 115 p. Dissertação (Mestrado). Curso de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras escolhidas v. 1). Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSCHIERO, Gilson Aparecido. **Grupos de Poder e Território:** os suábios do Danúbio - segregação e cooperação no desenvolvimento do Centro-sul do Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia do(a) Deputado(a) Federal Jorge Vianna**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/139260/biografia. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia do(a) Deputado(a) Federal Walter Peracchi Barcellos**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/131135/biografia. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRUNO, Regina. **Elites agrárias, patronato rural e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Edur; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

CUNHA, Larissa Carreira da. **Agro é POP ou a Globo é agro?**: relações de poder e dominação através da construção das narrativas de riqueza e dos padrões de consumo pela comunicação midiatizada do campo da agropecuária. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

DE LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, p. 111–153, 2005.

ELFES, A. **Suábios no Paraná**. Curitiba: 1971.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor; OLINTO, Beatriz Anselmo. "Eles também não tinham nada": narrativas orais de deslocamentos e encontros identitários em Entre Rios (Guarapuava – PR). **Diálogos**, v. 18, n. 3, p. 1039–1067, 2014. DOI: 10.4025/dialogos.v18i3.994

GÄRTNER, Monique *et al*. Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de "europeização" da paisagem do distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná. In: ENCONTRO DA ASBRHE, 2., 2014, Guarapuava. Anais. Guarapuava: UNICENTRO, 2014.

GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal. **Sobre Guarapuava**. Disponível em: https://www.guarapuava.pr.gov.br/conheca-guarapuava/sobre-guarapuava/. Acesso em: 29 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Guarapuava: Histórico**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/historico. Acesso em: 29 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca:** Detalhes do Acervo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=448420&view=detalhes. Acesso em: 10 jun. 2024.

JORNAL DE ENTRE RIOS. Guarapuava, n. 06, 25 abr. 1987. p. 01.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 57–81, 2016. DOI: 10.21680/2177-8396.2016v28n2ID11583

MACHADO, P. P. História e movimentos sociais. **Fronteiras**, n. 28, p. 6-6, 2017. DOI: 10.36661/2238-9717.2016n28.8014.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, **Laurence. História das agriculturas no mundo**. Do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo, Brasil: UNESP, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.

PONTAROLO, Fábio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária**: história dos "povoadores pobres" em Guarapuava (século XIX). 365 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

RAMOS, Rene Wagner. As colônias de Castrolanda, Witmarsum, Entre Rios e a agroindustrialização do campo no Paraná. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, v. 2, n. 3, 208–228, 2016. DOI: 10.5380/nep.v2i3.47265

SILVA, C. M.; BRANDT, M.; CARVALHO, M. M. X. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, p. 256–278, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 20, n. 4, p. 1695-1711, 2013. DOI: 10.1590/S0104-59702013000500014

SILVA, Claiton Márcio da. Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. **Varia historia**, v. 34, p. 409-444, 2018. DOI: 10.1590/0104-87752018000200006

SILVA, Márcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar "uma quinta parte da atual população agrícola". **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 87–107, 2015.
DOI: 10.1590/1806-93472015v35n70014

SILVA, Marcio Both da; WOLFART, Cintia; RIBEIRO, Marcos. Aspectos da "modernização" da agricultura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): vínculos, métodos e estratégias. **Revista de História Regional**, v. 24, n. 1, p. 149–173, 2019.
DOI: 10.23925/2176-2767.2020v68p79-112

STEIN, Marcos Nestor. **"O Oitavo Dia"**: Produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

STEIN, Marcos Nestor. Immigration, Colonization and Agricultural Development in the Campos Gerais Region of the Paraná State, Brazil. **História agrária: Revista de agricultura e história rural**, n. 91, p. 159-189, 2023. DOI: 10.26882/histagrar.091e02s.

STEIN, Marcos Nestor; OLINTO, Beatriz Anselmo. O velho oeste transforma-se num celeiro agrícola: imprensa, colonização e historicidade entre refugiados da Segunda Guerra no Brasil (Guarapuava/PR). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, p. e35171, 2020. DOI: 10.15448/1980-864X.2020.2.35171.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, p. 21-42, 2005.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.09

Para felicitar os cultores e enriquecer o país: aspectos históricos dos encontros entre ciência e agricultura no Brasil do século XIX (1860-1889)

To make cultivators happy and enrich the country: historical aspects of the encounters between science and agriculture in Brazil in the 19th (1860-1889)

Marcio Antônio Both da Silva*

Palavras-chave:
Agricultura
Ciência
Melhoramento,

Resumo: O objetivo desta investigação é analisar os encontros entre a ciência e a agricultura no Brasil durante a segunda metade do século XIX. Busca-se estudar os processos de criação de espaços dedicados ao tratamento científico da agricultura, bem como discutir a difusão de debates relacionados ao tema. Além do diálogo com a historiografia, será realizada a análise e o cruzamento de registros coletados nos relatórios do *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, bem como de artigos publicados no periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, um dos principais veículos de discussão sobre ciência e agricultura na época. Também serão objeto de análise duas obras de autoria de engenheiros militares que participaram ativamente dos debates. De modo geral, a historiografia que aborda o período avançou pouco na discussão sobre as trocas ocorridas entre ciência e agricultura e os resultados desse encontro. No que diz respeito a esse tema, ao contrário da visão predominante, o Brasil esteve longe de ser atrasado e isolado. Como será demonstrado na análise, houve um intenso processo de circulação de ideias e propostas naquele contexto, provenientes de diversas fontes e que eram desenvolvidas e difundidas por cientistas, entidades privadas, periódicos e pelo Estado.

Keywords:
Agriculture
Science
Improvement

Abstract: The objective of this investigation is to analyze the encounters between science and agriculture in Brazil during the second half of the 19th century. It seeks to study the processes of establishing spaces dedicated to the scientific treatment of agriculture, as well as to discuss the diffusion of debates related to the theme. In addition to engaging with the historiography, an analysis and cross-referencing of records collected from the reports of the *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* will be conducted, as well as from articles published in the periodical *O Auxiliador da Indústria Nacional*, one of the primary vehicles for addressing science and agriculture at the time. Two books authored by military engineers who actively participated in the debates will also be the subject of analysis. Generally, the historiography covering the period has made little progress in the discussion regarding the exchanges that occurred between science and agriculture and the results of this encounter. Regarding this subject, contrary to the prevailing view, Brazil was far from being backward and isolated. As will be demonstrated in the analysis, there was an intense process of circulation of ideas and proposals at the time, which originated from various sources and were developed and disseminated by scientists, private entities, periodicals, and the State.

Recebido em 22 de fevereiro de 2026. Aprovado em 20 de abril de 2026.

* Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisador CNPq.

A questão do melhoramento. Encontros entre ciência e agricultura no Brasil do século XIX

No que concerne à relação entre a ciência e a agricultura, o Brasil do século XIX, especialmente na segunda metade deste século, vivenciou um dos períodos mais prolíficos e intensos em termos dos debates até então realizados. Esse contexto propiciou a implementação de medidas, principalmente por parte do Estado, mas também por iniciativa de entidades privadas, tais como a *Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional* (SAIN), criada na década de 1820, visando ao desenvolvimento, à disseminação e à institucionalização da ciência no país.

No geral, e como será demonstrado, o foco das discussões na época foi criar e apontar meios para potencializar a produção agrícola ou mantê-la nos níveis que havia alcançado. O recurso mais indicado para realizar tais objetivos era via o emprego de novos métodos, técnicas e tecnologias cientificamente desenvolvidas e que vinham sendo usadas em outros contextos, de modo especial na Europa e Estados Unidos. No Brasil, o objetivo era tornar a agricultura mais dinâmica e lucrativa por meio de seu melhoramento, mas sem necessariamente afrontar os interesses daqueles grupos sociais articulados em torno da grande propriedade, da escravidão e da monocultura. Fato que, como será demonstrado, repercutiu e interferiu no modo como o projeto foi posto em prática e nos seus resultados.

As providências adotadas buscavam acompanhar os processos que internacionalmente estavam em curso e diziam respeito as mudanças na economia internacional decorrentes dos novos rumos que o capitalismo vinha adotando (Hobsbawm, 2004). Este movimento ganhou feições particulares a partir da Revolução Industrial, pois além de ter sido incentivada pelos avanços científicos ocorridos na época (Soares, 2020), ela também foi responsável pela disseminação de avanços técnicos e tecnológicos em diversas áreas do conhecimento e pelo incentivo à sua aplicação prática no cotidiano (Landes, 1994).

Nas regiões rurais, esses movimentos eram frequentemente identificados como processos de "melhoramento" da agricultura. Essa nomenclatura, amplamente utilizada na Europa entre os séculos XVI e XIX (Williams, 2007 e Wood, 2001), também encontrou aplicações específicas em outras regiões do mundo. O Brasil não foi exceção, pois o termo, associado à ciência, era comumente empregado na documentação, tendo presença corriqueira nos relatórios do *Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (MACOP). No ano de 1865, por exemplo, o então chefe da pasta, Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, em seu relatório, ao apresentar uma descrição geral acerca da situação da agricultura e da importância do crédito rural para seu desenvolvimento, escreveu:

> uma das maiores dificuldades com que luta atualmente a lavoura no Brasil é a falta de capitais que, emprestados a juros módicos e amortizáveis em longos prazos, permitirão ao lavrador a introdução de **melhoramentos que a ciência** aconselha, mas cujos benéficos resultados não podem ser colhidos, o mais das vezes, senão muito tempo depois (Oliveira Sá, 1865, p. 03-04) – Grifos meus.

Conforme demonstrado na citação, o ministro estabelece uma relação entre três elementos – investimento de capital, agricultura e ciência – que são amplamente observados nas experiências de melhoramento em outros contextos nacionais. No caso da Inglaterra, Ellen Wood (2001, p. 88) destaca que, no século XVI, o melhoramento agrícola visava principalmente aumentar a lucratividade da produção, o que exigia investimento de capital para alcançar esse objetivo. Em linha com essa perspectiva, ao analisar os significados históricos do termo "melhoramento", em seu *Palavras-chave*, Raymond Williams (2007, p. 277) escreve:

> Do S16 até o final do S18, o significado predominante foi o de operações lucrativas vinculadas à terra; no S18, tornou-se uma palavra-chave no desenvolvimento do capitalismo agrário modernizador. O sentido de 'utilizar para fins lucrativos' mantém-se em expressões que sobreviviam, como 'melhorar a ocasião' e 'melhorar a hora'. O significado mais amplo de 'tornar algo melhor' desenvolveu-se a partir do S17 e fixou-se, frequentemente, em superposição direta com operações econômicas, no S18.

Conforme as reflexões de Williams, o termo "melhoramento" possui dois significados: um com conotação mais econômica, relacionado ao aumento da lucratividade, e um significado "mais geral", direcionado à percepção de tornar "algo melhor", inclusive a si mesmo. Esta última definição, por sua vez, ganhou força a partir do século XVIII. Na documentação analisada para este estudo, também é possível verificar o emprego desses dois sentidos da palavra "melhoramento". Um dos exemplos disso pode ser observado nos esforços realizados pelo MACOP para a disseminação da instrução rural no Brasil. Além de buscar o aumento da produtividade agrícola, por meio do ensino de novas práticas agrícolas e formas de gerenciamento da propriedade rural, de sua produção e dos trabalhadores, a intenção era, por meio da ilustração e da difusão do conhecimento científico em agricultura, melhorar os agricultores brasileiros. Retirá-los da rotina, civilizá-los.

Em sua tese de doutorado, Teresa Cribelli (2016), ao analisar os processos de modernização e seus significados no Brasil do século XIX, observa que a palavra "aperfeiçoar" era frequentemente utilizada nas fontes para abordar o assunto. Conforme Cribelli (2016, p. 68-69), "aperfeiçoar assemelhava-se de perto ao seu cognato francês *perfectionner*, e ao equivalente em inglês, etimologicamente mais distante, mas semanticamente próximo, *to improve*" (Tradução livre). Vale ressaltar que "melhoramento", principalmente no contexto do século XIX e da documentação aqui analisada, constitui uma das traduções possíveis do termo inglês "improvement" para o português. Por seu turno, ainda, sobre a palavra "aperfeiçoar" e seus usos, Cribelli (2016, p. 74) também registra que

> O termo aperfeiçoar, em particular, fornece uma inflexão brasileira da crença do século XIX no avanço da civilização humana por meio do progresso. Durante o período do Império brasileiro, esse progresso não deveria ser um caminho aberto para a libertação. Não deve nos surpreender que muitas elites brasileiras não estivessem tentando "libertar" sua sociedade, mas sim aperfeiçoá-la, para torná-la mais eficiente e lucrativa. Eles desejavam ser mais europeus, com certeza, mas de forma seletiva (Tradução livre).

Nessa perspectiva, Ellen Wood e Raymond Williams também destacam os impactos históricos do melhoramento na experiência europeia e a sua natureza seletiva. Assim, demonstram que juntamente com ele os níveis de desigualdade social na Inglaterra foram aprofundados, repercutindo na expulsão de um sem-número de pessoas do campo e na degradação de suas condições de vida. Nesta mesma direção, caminham as pesquisas desenvolvidas por E. P. Thompson (1998) e Sílvia Federici (2017), as quais evidenciam que o período entre os séculos XVI e XIX, na Europa e no mundo ocidental como um todo, foi um momento de mudanças estruturais profundas, as quais não estavam relacionadas unicamente ao mundo urbano e ao universo da industrialização, mas impactavam diretamente as regiões e as populações rurais.

Experiências semelhantes, embora com proporções e características próprias, como destaca Cribelli, foram vivenciadas no Brasil. Estudos têm demonstrado que as tentativas de tornar a agricultura brasileira mais dinâmica, lucrativa e orientada pelos conhecimentos científicos ganharam força e presença no país a partir da segunda metade do século XVIII (Cardoso, 1998; Figueroa, 1998; Pombo, 2013). Todavia, somente um século depois, na década de 1860, foi constituída uma pasta específica para tratar dos temas da agricultura nacional e do seu melhoramento, o MACOP. Agência esta que foi criada

> em um período de desenvolvimento da economia, da infraestrutura e da urbanização no Brasil. Findados os conflitos do Período Regencial e do início do Segundo Reinado, o Império passou por um momento de certa estabilidade e, à medida que o país se modernizava, era necessária uma melhor estruturação do aparato administrativo responsável pela implantação, regulação e fomento das políticas públicas. Os ideários de progresso e civilização, presentes no pensamento ocidental na época, também influenciavam o governo e a elite do Império, que buscavam inserir o Brasil no rol das nações civilizadas (Gabler, 2012, p. 8).

Outro traço importante na economia e na política brasileira a partir de 1850, segundo Linhares e Teixeira (1981, p. 25), foi o de que neste momento "o rush cafeeiro impunha uma modernização dos instrumentos da política econômica e a incorporação

de novos segmentos sociais ao poder". Articulado a isso, no ano de 1850, ocorreu a cessão do tráfico negreiro, legislação que, somada a outras questões, exigiu por parte do governo e dos grupos que lhe davam sustentação "uma política mais global que evitasse a depressão econômica, que atingisse os setores de ponta das exportações brasileiras e, com isso, o próprio funcionamento do Estado Imperial" (Linhares & Teixeira, 1981, p. 31). Portanto, as tentativas de melhorar a agricultura executadas na época estavam inseridas e eram parte desse complexo processo de mudanças que, por seu turno, estavam intimamente articuladas às transformações que vinham acontecendo na economia mundial naquela época.

Esse cenário, do mesmo modo, ajuda a entender a razão pela qual uma legislação específica para tratar da questão da apropriação territorial – a Lei de Terras de 1850 – foi discutida e aprovada nesse período. Também elucida os porquês desta Lei prever que os recursos arrecadados com a venda das terras públicas seriam destinados a financiar a entrada de imigrantes no país. Uma das metas era a de que a corrente imigratória proporcionaria a mão de obra necessária para atuar em substituição ao trabalho escravizado. Além disso, no fundamento dessa política estava o entendimento de que a imigração de europeus seria responsável por trazer ao país humanos superiores. Pessoas que desempenhariam papel importante para o desenvolvimento da nação e para o aperfeiçoamento de sua agricultura. Acreditava-se que trariam junto consigo saberes e técnicas agrícolas consideradas mais avançadas. Algo que, como a historiografia sobre o tema tem demonstrado, não se confirmou. Em sua maior parte, os imigrantes aqui aportados, devido a uma série de fatores, acabaram incorporando práticas agrícolas que tradicionalmente eram usadas no Brasil, a agricultura em sistema de roças, por exemplo (Silva, 2016).

Vale destacar que a Lei de Terras de 1850 também buscava a privatização e a mercantilização da terra. Assim, aos moldes do que havia acontecido na experiência europeia, esse processo trouxe impactos marcantes no Brasil. Destaca-se a expropriação de um contingente significativo de pessoas das terras que ocupavam, o aumento dos conflitos agrários e da concentração fundiária (Motta, 2008; Smith, 2008). Além disso, nessa época, a instrução e o disciplinamento da mão de obra rural passaram a ser objetos de maior atenção por parte do Estado, bem como a ocupar espaço importante nos debates então travados sobre o futuro da agricultura. Institucionalmente, como foi destacado anteriormente, a criação do MACOP estava atrelada a esse movimento. A administração da maior parte das medidas então adotadas e que tinham como foco o melhoramento da agricultura e dos agricultores ficaram sob seu encargo.

A análise da documentação demonstra que a leitura predominante era a de que o sucesso do projeto dependia da aplicação de conhecimentos científicos, do investimento de capital, da incorporação de novas técnicas e tecnologias às práticas agrícolas cotidianas, da capacitação dos agricultores e da formação de profissionais especializados na área. Quanto a esta última iniciativa, ela ganhou impulso a partir da década de 1870 com a criação da Escola São Bento de Lages (ESBL), na Bahia. Esta instituição é considerada a primeira escola de agronomia do país e foi responsável pela formação dos primeiros engenheiros agrônomos em solo nacional (Araújo, 2006; Campos Tourinho, 1982).

Outra iniciativa amplamente difundida postulava a necessidade de aprimorar e aperfeiçoar os métodos de exploração agrícola então empregados, com ênfase no trabalho escravo. Nesse contexto, destacam-se as propostas para aumentar a produtividade dos escravizados por meio da incorporação de novas práticas de controle, tratamento e disciplinamento dos trabalhadores, tema recorrente nos manuais de agricultura no período. Nesse universo, destaca-se o *Manual do Agricultor Brasileiro*, escrito por Carlos Augusto Taunay (1839). Esta obra possui um capítulo específico dedicado ao tema e buscava "alertar" sobre os riscos que uma eventual extinção do trabalho escravo representaria para a agricultura e para a sociedade brasileira como um todo. Trata-se do manual de agricultura mais conhecido e disseminado da época. Sua leitura, inclusive, é recomendada em alguns relatórios do MACOP.

Todavia, as discussões sobre o melhoramento também estavam preocupadas em propor inovações, as quais deveriam ser incorporadas em substituição

de práticas e métodos considerados atrasados, rotineiros ou pouco produtivos. Entre outras características, a tarefa de melhorar a agricultura era considerada importante para que o país entrasse no concerto das nações civilizadas. Além disso, a preocupação se direcionava as populações envolvidas com a agricultura, pois o objetivo era instruir estas pessoas no uso de novas práticas, bem como atuar no seu disciplinamento.

Outra proposta que encontrou lugar de destaque nos debates e ações adotadas foi a de encontrar gêneros nativos brasileiros que poderiam ser explorados em grande proporção na agricultura (Domingues, 1995). Uma das principais iniciativas direcionadas ao cumprimento desta tarefa foi a criação e financiamento de Comissões Científicas, que percorreram o interior do Brasil movidas por diferentes objetivos. Neste quesito, ganha destaque a *Comissão Científica do Império*, datada de 1859. Esta foi a primeira expedição científica composta exclusivamente por brasileiros e seu objetivo foi realizar o mapeamento da região norte e nordeste do Brasil, com foco e ações mais direcionadas à província do Ceará. Outro objetivo perseguido foi o de conhecer as populações que viviam nas regiões de sertão, com vistas a verificar suas potencialidades e encontrar meios para incorporá-las ao processo produtivo. Além disso, a Comissão estava interessada em conhecer e cartografar a fauna e a flora local, bem como seu potencial para o mercado interno e externo (Kury, 2009).

A segunda metade do século XIX representou um momento importante na história das relações entre ciência e agricultura no Brasil. Nesse período, diversos assuntos que vinham sendo objeto de discussões há muito tempo e que visavam ao aprimoramento da agricultura alcançaram maior efetividade prática. A criação do MACOP, na década de 1860, ilustra esse fato. Essa agência desempenhou um papel significativo na modernização do país (Gabler, 2012) e, de forma mais marcante, no estímulo às aproximações entre ciência e agricultura por meio da educação rural. Neste âmbito, entre 1850 e 1889, o Ministério se envolveu direta e indiretamente na criação, financiamento e administração de mais de 20 instituições que tinham como objetivo atuar em diferentes níveis, com destaque para a instrução rural em seu sentido técnico e na formação de profissionais de alto nível em agronomia e veterinária.

Diversas dessas iniciativas tiveram impacto limitado, algumas sequer foram implementadas. Contudo, outras, como o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* (IIFA), a ESBL, vinculada ao *Imperial Instituto Baiano de Agricultura* (IIBA), e algumas iniciativas realizadas pela SAIN, alcançaram sucesso e repercussão consideráveis.

Para uma ideia geral do impacto destas instituições, em 1889, ao questionar o fato de que o MACOP deixaria de fazer o aporte de recursos que tradicionalmente realizava à SAIN, o então diretor da entidade, Nicolau Joaquim Moreira, reproduzia nas páginas do periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN), ofício que havia enviado ao Ministro da Agricultura. No documento, Moreira registrava que a medida resultaria na suspensão da publicação do *Auxiliador* e no fechamento da *Escola Noturna de Adultos*. Escola que era administrada pela SAIN e que tinha como foco principal formar profissionais na área de agricultura e que, segundo Moreira (1889, p. 197-199), desde sua fundação, em 1873, havia formado "perto de 5.000 indivíduos." Número que, no contexto do Brasil Imperial, é bastante significativo e indica que havia procura e interesse na realização dos cursos oferecidos.

No geral, as providencias adotadas pelo MACOP e pela SAIN eram orientadas pela leitura de que, na prática, um dos meios mais eficientes para fazer o projeto de melhoramento prosperar era via a incorporação, por parte dos agricultores brasileiros, dos avanços tecnológicos e científicos já experimentados em outras nações do mundo. Por sua vez, a compreensão era a de que a maneira mais apropriada para cumprir tal proposição era expandindo a rede instituições voltadas a instrução rural, que ficariam incumbidas de preparar os agricultores para conhecerem e aplicarem no cotidiano agrícola os conhecimentos adquiridos.

Esta é uma leitura amplamente difundida na época, que capturava a atenção dos indivíduos engajados no debate sobre o tema. Essa perspectiva permeava os relatórios do MACOP, os manuais de agricultura e os artigos publicados em periódicos dedicados ao assunto, como o AIN e a *Revista*

Agrícola (RA), que era vinculada ao IIFA. Além disso, os ecos desse debate reverberavam em jornais de maior circulação, como *O Jornal do Comércio*, considerado o principal periódico do Brasil na época. Todavia, também encontravam espaços nos jornais sediados nas províncias e que tinham circulação mais localizada. A visão, claramente influenciada pelo pensamento ilustrado, de que o conhecimento poderia contribuir para o progresso humano era compartilhada em diversos âmbitos e serviu de referência para muitas medidas adotadas tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada. É evidente a existência de uma percepção positiva em relação à ciência e à capacidade dos cientistas e do conhecimento cientificamente produzido, especialmente na área agrícola, de solucionar os desafios nacionais, sejam eles de natureza econômica, política ou social.

Esta interpretação não estava desvinculada dos interesses que estruturavam a economia e a política nacional. Trata-se, portanto, de uma produção científica e uma interpretação dos significados sociais da ciência profundamente articuladas com as estruturas sociais em que esse conhecimento era gestado e disseminado. A compreensão dos significados dessa característica, por sua vez, passa por entender que a ciência, como demonstra Steven Shapin (2013), é produzida por indivíduos que, longe de estarem acima da sociedade, possuem corpos, estão inseridos no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade, e que buscavam credibilidade e autoridade. Esse traço, do mesmo modo, auxilia na compreensão dos conteúdos do debate e dos direcionamentos dados aos projetos executados. Nesse sentido, Sidney Chalhoub (2003, p. 12), ao abordar o processo de produção e popularização da ciência no Brasil do século XIX, escreve:

> as tentativas de estabelecer o discurso científico como única verdade possível, desde pelo menos meados do século XIX, estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento da sociedade capitalista e aos esforços dos grupos economicamente poderosos do país para manter suas posições de controle e privilégio. Isso porque, ao explicar e naturalizar as desigualdades e injustiças sociais, o discurso científico passa a configurar uma nova forma de dominação, em momento no qual os tradicionais pilares de sustentação das elites senhoriais – o trabalho escravo, a inviolabilidade da vontade dos proprietários de terra, a reprodução de laços de dependência pessoal – sofrem profundos abalos.

Portanto, o incentivo ao desenvolvimento científico e o aumento de medidas voltadas a difundi-la, na agricultura em particular, cumpria um papel bem definido naquele contexto histórico. Na verdade, a produção científica, em sua generalidade, tinha um caráter eminentemente pragmático e, com raras exceções, estava preocupada com questões de emancipação política ou filosófica.

No caso da agricultura, Heloísa Maria Bertol Domingues (1995, p. 101) destaca que, reiteradamente, as propostas de inovação "partiam da cúpula do Estado [MACOP] e das instituições especializadas [SAIN], como parte de uma política bem definida: desenvolver a agricultura, através da diversificação das culturas e do ensino agrícola". Outrossim, Domingues também verifica que articulado a estes objetivos estava o movimento de construção da nação, pois a agricultura era vista e projetada como a principal indústria do país. Atividade que definia o traço mais importante da identidade nacional, pois, segundo a leitura preponderante, o Brasil era e deveria se manter como um país essencialmente vocacionado para agricultura. Nestes termos, destaca a autora, o universo de mudanças e transformações que o país conheceu naquela quadra histórica, somado a necessidade de constituir uma nação, fazia com que o Estado e os grupos dominantes, entendessem as ciências "enquanto manancial de conhecimentos", capaz de fornecer "um retorno econômico" importante (Domingues, 1995, p. 101).

Sobre este assunto, ainda que tomando como objeto principal de sua análise a experiência estadunidense e europeia, Jack Ralph Kloppenburg (2004), em *The First Seed*, aponta caminhos interessantes para análise e que podem ser aplicados positiva e provocativamente para pensar a experiência brasileira. Ao estudar a relação entre ciência e agricultura e as mudanças sociais produzidas por esse encontro na história europeia e estadunidense, Kloppenburg destaca que um dos seus resultados foi produzir e aperfeiçoar mecanismos capazes de facilitar a penetração das relações sociais características do capitalismo no mundo agrário. Entre outras consequências,

segundo o autor, tal aproximação criou meios e argumentos que passaram a sustentar ações e críticas direcionadas aos modos tradicionais de relação com o espaço, com o trabalho, com o tempo e com a produção característicos do mundo rural e das populações camponesas.

Nesse contexto, as análises de Kloppenburg convergem com a compreensão expressa por Maria Bertuol Domingues antes discutida, principalmente ao observar que, no Brasil, existia a expectativa de que o conhecimento científico, quando aplicado à agricultura, pudesse gerar retornos econômicos significativos. Em outras palavras, trata-se de uma interpretação instrumental da ciência e de sua aplicação. Perspectiva que José de Augusto Pádua (2004) também identifica ao examinar o "pensamento ambiental" no Brasil do século XIX.

Nessa direção, em 1882, o chefe do MACOP, José Antônio Saraiva, após descrever a "situação de atraso" em que a agricultura se encontrava e de destacar o papel que seria desempenhado pela instrução para superar tal quadro, escrevia

> A transformação deste estado de coisas é obra custosa e exige tempo, não dependendo unicamente dos esforços dos poderes públicos. Entendo contudo que cumpre começar, tentando ao menos, mas desde já, a fundação de escolas práticas, adaptadas aos ramos da lavoura predominante nas localidades escolhidas ou que convenha fomentar, e tenham por fim oferecer ao lavrador o exemplo palpável da cultura inteligente e ao mesmo tempo formar abegões, regentes, artesãos e operários agrícolas que levem a todos os pontos do nosso vasto território as noções que houverem adquirido, auxiliando por este modo a evolução dos métodos que indispensável é substituir (Saravia, 1882, p. 32).

Este trecho apresenta alguns dos mecanismos que demarcavam as características gerais da política de melhoramento executada no Brasil da segunda metade do século XIX: incorporação de novas técnicas e de conhecimentos científicos, investimento de capitais, públicos e privados, para impulsionar o processo, deslegitimação de práticas agrícolas historicamente empregadas, as quais passam a ser apresentadas como símbolos do atraso, pouco produtivas e expressão de incivilidade. Em síntese e nas palavras do ministro, "métodos que indispensável é substituir". Também estava em foco a formação de trabalhadores capazes de lidar com conhecimentos e técnicas consideradas mais avançados. Pessoas que, após serem instruídas, levariam adiante os conhecimentos adquiridos e desempenhariam papel destacado na superação do atraso. Por fim, um objetivo muito constantemente referenciado era a busca por enriquecer a nação por meio do desenvolvimento de sua principal indústria, a agricultura.

Outro traço característico das providencias adotadas e debates realizados é a sua amplitude, pois, seja em termos dos temas ou das propostas, estavam muito diretamente conectados a experiências que ultrapassavam as fronteiras nacionais. Isto fica muito evidente no conjunto de instituições dedicadas a instrução rural em seus diferentes níveis que foram criadas na época. Entre outras peculiaridades, em sua maioria elas foram criadas tendo como fonte de inspiração instituições, programas de ensino e pesquisa congêneres que funcionavam na Europa.

Na mesma linha, seja em termos de sua construção, planejamento e direção, algumas instituições tiveram a sua frente cientistas que eram contratados no exterior pelo governo imperial, este é o caso, por exemplo, da *Escola de Medicina e Veterinária de Pelotas* e da *Escola de Viticultura de São Paulo*. Além disso, entidades como a SAIN e o IIFA, por meio de seus periódicos, buscavam constantemente publicar em suas páginas artigos relatando experiências agrícolas realizadas em outras nacionalidades. Também há uma vasta produção intelectual dedicada a tratar dos temas da agricultura e seu melhoramento. Literatura que circulava na imprensa ou em formato de manuais, livros e livretos. Um dos traços principais desse material era a referência constante a métodos e técnicas agrícolas que vinham sendo aplicadas com certo sucesso fora do país. Por sua vez, a circulação destas publicações era garantida pelo MACOP e outras instituições que estavam envolvidas no debate.

Nos relatórios do MACOP, igualmente é possível verificar registros de comissões que eram enviadas ao exterior para participar de congressos, exposições ou outras atividades consideradas interessantes para o desenvolvimento da agricultura. Tais atuações e seus resultados eram descritas em relatórios que eram publicados e amplamente publicizados em diferentes meios. Na mesma

perspectiva, eram noticiadas na imprensa da Corte e das províncias e naqueles periódicos focados na agricultura. Ainda nessa perspectiva, o contato dos cientistas brasileiros com outros cientistas e instituições cientificas de diferentes nacionalidades era corriqueiro. Por conseguinte, a produção científica nacional mantinha conexões muito próximas com o que vinha sendo produzido no mundo como um todo (Domingues, 1995; Figueroa, 1998).

Em síntese, existe um conjunto amplo de características, as quais demonstram que os encontros entre ciência e agricultura no Brasil dos anos oitocentos, com contornos ainda mais nítidos na segunda metade do século XIX, tinha adotado formatos bastante delimitados. Além disso, a relação entre estas duas áreas, comportava certos traços que permitem a sua aproximação e comparação com outras experiências históricas. Portanto, é possível afirmar que a história da ciência e de seu desenvolvimento no Brasil tem um capítulo importante nesse encontro e nesse momento histórico e que em termos dos debates travados e projetos desenvolvidos o país estava longe de ser uma nação completamente atrasada. Embora, na prática, os resultados das medidas adotadas, segundo as avaliações preponderantes na documentação analisada, tenham ficado aquém do que era esperado por seus proponentes e executores, a política de melhoramento da agricultura executada na época trouxe resultados importantes e tem muito a nos dizer sobre a história do Brasil até os dias de hoje.

Instrução rural, circulação de ideias e melhoramento da agricultura

Em 1879, nas páginas da *Revista Agrícola*, do IIFA, Nicolau Joaquim Moreira, editor chefe do periódico e um dos cientistas mais importantes e atuantes no Brasil na época (Domingues, 1995, p. 219), publicou artigo sob o título *Ensino Profissional. O agricultor e as ciências.* Este texto é preciso em demonstrar e condensar os elementos e questões que configuravam as discussões que aconteciam em diferentes espaços (MACOP, SAIN, IIFA, ESBL, etc.) e abordavam o processo de aproximação entre ciência e agricultura pretendido e em curso na época. Do mesmo modo, descreve com precisão o papel que deveria ser desempenhado pela instrução rural na busca por realizar o melhoramento da agricultura brasileira. Nestes termos, Moreira escreveu:

> Jogando constantemente com os diversos agentes da natureza, o lavrador tem indeclinável necessidade de conhecê-los, senão em sua essência ao menos em seus efeitos, o modo porque estas se manifestam, a época em que sobrevém, para o conjunto destas observações deduzir leis que o dirijam em futuras explorações.
> Quem fornecerá estes conhecimentos ao lavrador?
> Somente os diversos ramos das Ciências Naturais com os quais, não há negar, se acham relacionados a grande cultura, a floricultura, horticultura, etc.
> Em nosso país, porém, a agricultura, considerada ciência de aplicação, em vez de acompanhar o desenvolvimento de suas coirmãs, permanece estacionária, senão envolvida ainda nas faixas da infância (Moreira, 1879, p. 135).

Na sequência de sua análise, Moreira propunha a condição primeira para que agricultura pudesse alcançar o lugar de importância que a ela cabia. Para que rompesse com seu atraso e, assim, encontrasse o "desenvolvimento necessário a felicitar os cultores e a enriquecer o país". Basicamente isso aconteceria, segundo o autor, via "a intervenção dos conhecimentos científicos". Por sua vez, considerava que o sucesso da empreitada só seria alcançado a partir da "consagração do ensino desde a mais simples escola primária até o mais elevado instituto agronômico" (Moreira, 1879, p. 135).

Nessa mesma linha, para demonstrar o quanto o assunto era recorrente, em 1865, 14 anos antes do artigo de Joaquim Moreira, o comendador Joaquim Antônio de Azevedo, membro ativo da SAIN desde 1845, propôs a criação de uma escola voltada a instrução primária de adultos. A proposta teve sucesso e, em 1873, a SAIN criou a *Escola Noturna de Adultos* que funcionou até 1889 e foi fechada devido o corte de recursos do MACOP, o qual repercutiu nos protestos de Nicolau Joaquim Moreira, antes apresentados.

Na verdade, desde as primeiras edições do AIN, a publicação de textos sobre a instrução rural, sua importância para o aprimoramento da agricultura e a sugestão de que a SAIN criasse sua

própria escola são constantes. Em geral, os artigos abordavam e reiteravam temas e análises que eram amplamente discutidos e divulgados. Tais assuntos foram sintetizados pelo Comendador Azevedo em um pequeno texto que escreveu e saiu publicado na edição de 1865 do AIN. Trata-se da argumentação apresentada aos membros da SAIN para justificar a criação da *Escola Noturna de Adultos*. De forma semelhante às considerações de Nicolau Moreira tecidas em seu artigo antes mencionado, Azevedo desenvolveu uma série de reflexões com o objetivo de demonstrar a importância das interrelações então estabelecidas entre agricultura, ciência e instrução para o potencial aprimoramento da agricultura.

No artigo de Azevedo, destaca-se sua análise da importância da educação rural para a formação, capacitação e disciplinamento da mão de obra agrícola. O artigo evidencia claramente que a incorporação de novas técnicas, tecnologias e máquinas teria pouco valor se os trabalhadores destinados a manejá-las não estivessem devidamente preparados para seu uso adequado, para realizar sua revisão e possíveis consertos. Este é um exemplo concreto das leituras instrumentais e pragmáticas que se faziam sobre o papel que a ciência e o conhecimento científico, mais precisamente a instrução rural, deveriam desempenhar na sociedade brasileira. Assim, Azevedo argumentava:

> A lavoura, mais que qualquer outra indústria, reclama operários com os conhecimentos precisos do fabrico e manejo das máquinas em geral, tão precisas aos nossos estabelecimentos agrícolas; esses operários serão nesses estabelecimentos valentes auxiliares, já reparando de pronto os sinistros das máquinas, já as montando, já finalmente fazendo-as trabalhar; de que servirá ao lavrador uma máquina de vapor, ou qualquer outra, se não tiver quem a conserte e ponha em movimento? O fim especial, portanto, que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional deve ter em vista é o de formar operários instruídos e mestres capazes de dirigir os trabalhadores das oficinas, aos quais se ensine conjuntamente a teoria e a prática (Azevedo, 1866, p. 300).

A percepção de que a instrução rural visava formar indivíduos aptos a exercer, de forma prática, os serviços relacionados à agricultura, promovendo seu desenvolvimento técnico, é frequentemente mencionada nos escritos da época. Em 1883, Nicolau Joaquim Moreira foi designado pelo Ministério da Agricultura para inspecionar a ESBL e propor medidas para que ela pudesse alcançar com maior eficiência seus objetivos, ou seja, formar pessoas, principalmente agrônomos que contribuíssem para o progresso da agricultura. Em seu relatório sobre a visita à instituição, Moreira identificou que o principal problema da escola era sua excessiva ênfase no ensino teórico. Com base nessa conclusão, ele propôs alterações gerais no funcionamento da escola e em seu currículo, visando torná-lo mais prático do que teórico. Segundo Moreira, as alterações que sugeriu estavam fundamentadas em uma análise cuidadosa da situação existente e estavam apoiadas

> nas doutrinas professadas na Universidade de Edimburgo, nas Escolas da Escócia, dos Estados Unidos e do Colégio de Cirencester, proclamei a conveniência de plantar-se o **método experimental** no estudo biológico das plantas e dos animais, entrando a parte agronômica unicamente para explicar que em agricultura o fenômeno tem sua razão de ser, pois que existem leis racionais que regem o aparecimento e a natureza dos fatos, presidindo sua evolução (Moreira, 1883, p. 9) – grifos meus.

Neste trecho, evidencia-se a influência significativa, anteriormente destacada, das instituições educacionais e experiências europeias nos projetos de aprimoramento agrícola implementados no Brasil. Em seu relatório, Moreira também menciona renomados cientistas internacionalmente reconhecidos à época, como Laplace, Lavoisier, Dumas, Boussingualt, Gilbert, entre outros. Em outro escrito, produzido aproximadamente uma década antes, em 1873, com o objetivo de descrever a agricultura brasileira, Moreira detalha sua compreensão do método experimental e seu significado prático, o qual denominava "sistema agrícola racional".

De acordo com Moreira, o agricultor que adotasse esse método seria um indivíduo que "pensa e resolve, produz e calcula, se enobrece nas lutas cotidianas e conquista para si o prestígio do crédito e os esplendores da fortuna" (Moreira, 1873, p. 34). Um aspecto que se torna mais compreensível a partir deste trecho é a ideia de "felicitar os cultores e enriquecer o país", antes citada. Neste caso, Moreira

reforça repisa o seu entendimento de que o enriquecimento da nação estava intrinsecamente ligado ao dos agricultores. Este ponto de vista também é muito recorrente no âmbito dos relatórios do MACOP, pois os diferentes ministros que ocuparam a chefia da pasta eram insistentes em registrar que a agricultura era a principal fonte de "riqueza da nação" e que o desenvolvimento de um (agricultor) repercutiria no do outro (país).

É importante ressaltar que a agricultura de pequena escala não figurava entre as prioridades da política governamental. Tampouco havia espaço para questionamentos profundos acerca dos problemas decorrentes da concentração fundiária, da monocultura e da escravidão. No que diz respeito à escravidão, a discordância era um pouco mais acentuada e ganhou repercussão na medida que o século XIX avançou, com muitos dos participantes do debate se posicionando de forma crítica e contrária ao trabalho escravizado. No caso da grande propriedade e da monocultura, de modo especial na documentação oficial, as críticas eram mais veladas e dispersas, mas também existiam.

Nicolau Moreira foi uma dessas vozes. Em seu *Notícia sobre a Agricultura do Brasil*, ele celebra a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 e, com base em sua análise dos requisitos para constituição de um sistema agrícola racional, afirma que a escravidão é incompatível "em um país de liberdade", já o trabalho livre

> enobrece as indústrias e faz com que a sociedade não enxergue o trabalhador como uma mera máquina de trabalho, mas sim como um ser humano que, vivendo de sua dignidade, emprega sua força física e busca, ao mesmo tempo, libertar-se das amarras do trabalho ignorante para se dedicar a atividades racionais (Moreira, 1873, p. 8).

Conforme a perspectiva de Moreira, como se depreende da citação, o trabalho livre era racionalmente superior ao escravizado. Observa-se a construção de uma hierarquia entre o mais e o menos racional, que fundamenta a crítica à escravização e que está muito presente nos escritos de Moreira, em diferentes circunstâncias. Por exemplo, ao tratar do tema da imigração, registra a sua importância e o papel que os imigrantes, particularmente os europeus, poderiam desempenhar no aprimoramento da agricultura nacional. Segundo sua leitura, a partir de suas experiências práticas, os imigrantes poderiam facilitar a incorporação de técnicas mais racionais de produção agrícola no Brasil ou mesmo incentivar as populações que por aqui já residiam a mudarem suas práticas. Ao tratar do tema, Moreira registrava que

> a introdução no país de imigrantes morigerados e amigos do trabalho, são a alvorada do belo dia em que o sol do Brasil iluminará a mais profunda reforma do nosso antigo sistema agrícola e manufatureiro, reforma tão importante quanto a ideia da vulgarização da instrução por todas as camadas da sociedade (Moreira, 1873, p. 8).

No âmbito do MACOP, desde o início do funcionamento da pasta, também é possível encontrar registros da associação entre melhoramento da agricultura, ciência e instrução. No relatório de 1861, por exemplo, o ministro Manuel Felizardo de Souza Mello (1861, p. 08), registrava a necessidade de "ilustrar o nosso lavrador, por meio de um sistema geral de instrução teórica e prática". O objetivo era habilitar os lavradores para que pudessem "auferir maiores vantagens de seu trabalho, e capitais, e para empregar os processos, instrumentos, e máquinas agrícolas, de que a lavoura dos países mais adiantados tem tirado tão grandes resultados". Na mesma toada, em 1882, ao relatar as ações desenvolvidas pela *Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco*, o ministro Manuel Alves de Araújo (1882, p. 56), registrava que as atividades dessa entidade haviam sido muito importantes no sentido de "fomentar a iniciação de culturas remuneradoras e a introdução de maquinismos, aparelhos e utensílios agrícolas aperfeiçoados".

Nestas citações e em outras feitas ao longo deste texto, alguns pontos são importantes e devem ser destacados: 1) o fato de que a lógica do melhoramento funcionava a partir da proposição de que ciência e agricultura deveriam ser aproximadas e que o resultado desse encontro deveria ser o aumento na quantidade e na qualidade da produção dos gêneros já cultivados. Ou, na descoberta de novos produtos – originais do Brasil ou aqui climatizados – que poderiam ser inseridos no mercado consumidor, principalmente o

internacional; 2) que desse empreendimento resultaria o enriquecimento dos lavradores e da nação; 3) que caberia a instrução rural, em seus mais diversos níveis, oportunizar as condições necessárias para que a aproximação ocorresse de maneira eficiente e consigo trouxesse os resultados esperados; 4) que vinculada a necessidade de melhorar a agricultura estava em foco o interesse em aperfeiçoar/civilizar e incorporar as populações que estavam, em diferentes circunstâncias, envolvidas com a produção agrícola; 5) que há uma interconexão entre o Estado e algumas entidades de cunho privado, os quais atuavam conjuntamente buscando o melhoramento da agricultura e partilhavam de pontos de vista semelhantes sobre como esse processo deveria acontecer; 6) que todas essas proposições estavam conectadas aos processos históricos então em curso, portanto, envolviam questões mais amplas relacionadas aos novos rumos que a economia internacional vinha adotando; 7) que na sua generalidade as propostas e medidas executadas buscavam realizar mudanças pontuais, que dificilmente repercutiriam na alteração profunda das estruturas sociais, econômicas e políticas então vigentes e, por fim, 8) quando os resultados são avaliados, invariavelmente a conclusão é a de que ficaram aquém dos objetivos que visavam alcançar.

Este conjunto de situações, vinha ao encontro da necessidade de criar meios para que determinados tipos de relações de produção, genericamente chamadas de modernas e que cumpririam um papel modernizador, encontrassem mecanismos mais adequados para se desenvolverem, expandirem e serem incorporados no cotidiano das lides agrícolas. Na mesma chave de leitura, outra tarefa importante era encontrar fundamentos para que as mudanças daí decorrentes fossem eficientemente justificadas e contrapostas com eficácia as outras formas de trabalho, produção e relação com o espaço. Em tal universo, o argumento científico ocupou papel relevante, pois, invariavelmente, as práticas agrícolas costumeiras e as formas de apropriação territorial e produção afetas a estas práticas, bem como as populações a elas relacionadas, eram identificadas como expressões e motivos do atraso brasileiro e da sua agricultura. Nestes termos, Nicolau Joaquim Moreira escrevia:

> Há 372 anos que uma cultura rotineira e esgotadora, arvorando em sistema de produção o machado e o facho, a derrubada e a coivara, arranca das férteis terras brasileiras os elementos da grandeza e prosperidade de futuras gerações, mas nem por isso a uberdade do solo deixou ainda uma só vez de corresponder as esperanças do lavrador inteligente que lhe pede a alimentação e os meios de satisfazer numerosas necessidades da vida social e de servir de fonte inesgotável de recursos para as urgências do Estado (Moreira, 1873, p.6).

A esta análise se somava a percepção de que os habitantes do Brasil, especialmente indígenas, negros e mestiços, não possuíam aptidão para o trabalho ou que lhes faltava a capacidade de desenvolver e aplicar conhecimentos mais complexos em seu cotidiano. Em consequência, tinham dificuldades em conseguir retirar das "férteis terras brasileiras" todo o potencial que elas ofereciam. Trata-se de um ponto muito comum nos debates da época: a ideia de que o solo do Brasil era um dos mais propícios à agricultura, mas era mal explorado. Por seu turno, a superação desse quadro passava pela incorporação de novas técnicas e conhecimentos, de modo especial aqueles indicados e testados pela ciência (Domingues, 1995).

Também era corriqueira a avaliação de que o clima tropical e a abundância da natureza não eram propícios ao trabalho produtivo ou mesmo à produção científica. Maurício Lamberg, conhecido fotógrafo alemão que se estabeleceu em Pernambuco no final do século XIX, ao abordar este tema em livro publicado em 1896, repercutindo uma opinião amplamente difundida, registrava que "a natureza do habitante dos trópicos" o tornava "incapaz de dedicar sua existência ao exame de um problema científico, sacrificando muitos prazeres da vida, como faz o homem das zonas frias e temperadas" (Lamberg, 1896, p. 12).

Estas leituras eram muito difundidas e eram partilhadas por muitos daqueles que se envolveram nos debates e nas providências que foram tomadas com o fito de realizar o melhoramento da agricultura. Com mais ou menos ênfase estão presentes nos relatórios do MACOP, nas páginas de *O Auxiliador*, da *Revista Agrícola,* nos manuais de agricultura e em diferentes publicações que circulavam pelo Brasil. Eram poucas as vozes dissonantes que expressavam algum tipo de crítica a

estas leituras e, geralmente, elas não tinham grande repercussão e aceitação.

Projetos e caminhos para o melhoramento da agricultura: economia e estatística

Agora que, em linhas gerais, temos um panorama amplo de como estava desenhada a questão dos encontros entre ciência e agricultura no Brasil da segunda metade do século XIX, buscarei apresentar algumas considerações produzidas sobre o tema por dois pensadores brasileiros que escreveram sobre a agricultura nas décadas finais do século XIX. São dois autores que tiveram voz ativa nos debates, participavam das principais instituições interessadas em propor melhoramentos à agricultura, publicaram livros que tiveram grande repercussão em sua época e que continuam sendo objeto de análise e reflexão ainda nos dias de hoje. Nesta sessão, o objetivo principal será analisar, à luz do que até o momento foi discutido, as reflexões produzidas por Sebastião Ferreira Soares e André Pinto Rebouças em seus respectivos livros: *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Brasil*, publicado em 1860, e a obra *Agricultura Nacional. Estudos Econômicos. Propaganda abolicionista e democrática*, datado de 1883.

Sebastião Ferreira Soares, nasceu em 21 de abril de 1820 na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ingressou muito jovem na Academia Militar do Rio de Janeiro, onde realizou o curso de Ciências Físicas e Matemáticas. Após finalizar sua formação, passou a fazer parte do Corpo de Engenheiros do Exército, onde se manteve até o ano de 1845, quando se desvinculou do Exército e passou a integrar a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Na sequência, em 1852, devido à qualidade do seu trabalho, foi convidado a fazer parte do Ministério da Fazenda na Corte, onde ocupou diferentes cargos até 1887, quando faleceu (Barbosa, 2009).

A mudança de província, a vida e a experiência profissional de Sebastião Soares, na Corte, implicaram na "ampliação dos seus interesses intelectuais e uma maior dedicação aos estudos estatísticos, econômicos, comerciais e financeiros" (Soares, 2015, p. 153). O ingresso nesse mundo e a reconhecida qualidade do seu trabalho, somados aos contatos pessoais do universo da política e a repercussão e recepção que alguns dos seus escritos tiveram lhe garantiram condições para participar ativamente em diferentes instituições científicas, tais como *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) e o IIFA.

O livro *Notas Estatísticas*, dentro do escopo dos textos que abordaram a agricultura no século XIX, sem grandes dúvidas, é uma das obras mais completas e metodologicamente rigorosas, no sentido de permitir conhecer a dinâmica e a realidade da agricultura brasileira e sua produção naquele contexto. Lançado em 1860, tem como origem um conjunto de 24 artigos que Soares havia publicado no *Jornal do Comércio* entre janeiro e maio do mesmo ano. O objetivo principal do livro era comprovar, por meio da análise de dados estatísticos sobre a produção agrícola nacional, que, diferentemente do que era voz corrente, a proibição do tráfico escravo não havia exercido influência negativa ou provocado um decréscimo nessa produção.

A fim de alcançar tal meta, o autor apresenta cálculos estatísticos realizados com base em dados coletados junto ao Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional, referentes aos oito principais gêneros exportados pelo Brasil (Café, Açúcar, Algodão, Fumo, Látex, Erva-mate, Aguardente, Cacau). Para cada um deles, Soares demonstrou que a produção e a exportação aumentaram após 1850. Portanto, concluiu que mesmo diante do fim do tráfico de escravizados, a agricultura brasileira continuava pujante e produtiva e que, embora ela estivesse apresentando alguns problemas, eles estavam relacionados a outros fatores e não necessariamente eram efeitos da Lei Eusébio de Queiroz. Ao apresentar o livro e seus motivos, Soares escreveu que ele se constituía de

> simples notas sobre os principais gêneros de nossa lavoura e comércio de exportação, e algumas breves considerações sobre a carestia das espécies alimentares na presente época, que fiz publicar em uma serie de artigos no *Jornal do Comércio* desta Côrte, com o fim de combater a ideia infundadamente propalada de que – o país não

> continua a progredir em sua indústria agrícola – asseverando-se que a prosperidade desapareceu com a cessão do tráfico da escravatura africana, único elemento que alguns consideram capaz de fazer nosso engrandecimento industrial e comercial (Soares, 1860, p. 5-6).

O livro de Soares também se destaca pela capacidade de o autor problematizar suas fontes, mostrar suas limitações e fazer diferentes cruzamentos dos dados estatísticos a que tinha acesso para dar sustentação às suas hipóteses e força à sua tese geral. Entre outras ponderações, estabelece críticas à quase inexistência de dados estatísticos sobre o Brasil e a desatenção do governo imperial em relação ao problema. Fato que, segundo sua interpretação, implicava negativamente nas condições de organização e desenvolvimento econômico do Império e, mais particularmente, da agricultura: "a falta de escritos com referência a produção do país tem feito com que muitos homens ilustrados façam uma falsa ideia do nosso progresso, e que tomem os efeitos pelas causas", escrevia Soares (1860, p. 12).

Outro ponto interessante do livro é a crítica que o Soares faz às teorias raciais, aplicadas de maneira generalizada para explicar os problemas vivenciados pelo Brasil ou mesmo para justificar a manutenção de determinadas relações, sobretudo, a escravidão. Soares considerava a "questão das raças" uma "verdadeira quimera", cuja função era embalar

> os que fecham os olhos à evidência dos fatos, e tampam os ouvidos para a voz da razão, que constantemente lhe brada: o homem é sempre homem em toda parte do mundo e não há raça privilegiada (Soares, 1860, p. 8)".

A fim de comprovar a veracidade dessa afirmação, o autor estabelecia comparações entre a produção obtida nas experiências de colonização onde predominavam as populações brasileiras, como a Colônia Mucuri, localizada em Minas Gerais, e a Colônia São Leopoldo, situada na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde predominavam imigrantes de origem europeia. Segundo Soares, em termos de volume e da qualidade da produção, essas diferentes experiências se equivaliam. Consequentemente, a luz da estatística e da observação, concluía que os imigrantes não eram mais produtivos do que as populações que tradicionalmente habitavam as regiões interioranas do país, pois, "observando-se os trabalhos de uns e de outros, as roças dos brasileiros não eram em nada inferiores às dos europeus" (Soares, 1860, p. 354).

Já em relação à tese principal que orienta toda a discussão que produziu ao longo de seu *Notas Estatísticas*: comprovar com base nos números da produção agrícola que a fim do tráfico de escravizados não tinha produzido ou intensificado a crise da agricultura brasileira. Sebastião Soares, após apresentar e analisar os números sobre os principais gêneros agrícolas produzidos no Brasil, conclui:

> Tendo demonstrado com dados extraídos da estatística oficial que os principais gêneros de produção nacional tem consideravelmente aumentado nas quantidades exportadas, cumpre-me agora, resumindo essas demonstrações, tirar as conclusões da tese sobre que me propuz escrever; porquanto é evidente que a exportação não teria aumentado se não houvesse maior produção; e conseguintemente tendo aumentado a produção, segue que não existe até o presente falta de braços no país para se ocuparem da agricultura, como se tem querido incutir no espírito público, com o fim de fazer persuadir aos incautos que a cessação do tráfico de Africanos foi um mal para o país (Soares, 1860, p. 121).

Se, cientificamente, Sebastião Soares sustentava suas análises sobre a Estatística, suas metodologias e potencialidades, André Rebouças tomou como referência para as suas reflexões "os princípios gerais da Ciência Econômica." Em seu *Agricultura Nacional*, além de produzir um diagnóstico geral da sociedade brasileira e da sua agricultura, Rebouças, baseado nos principais teóricos da economia da época, produziu uma série de análises sobre a situação então vigente e prognósticos a respeito do futuro da agricultura nacional.

Assim como Sebastião Soares, Rebouças era formado na Escola Militar do Rio de Janeiro. Nasceu em 13 de janeiro de 1838 na província da Bahia, era amigo íntimo do Imperador, monarquista (Soares igualmente), homem negro, filho de uma grande personalidade política do Império, conhecedor profundo do liberalismo econômico e de seus principais teóricos, crítico das teorias raciais,

inventor, empresário e empreendedor. Estas são algumas das características que são destacadas nas descrições feitas sobre Rebouças, geralmente apresentado como um reformador social (Silva, 2020). Homem que propunha uma série de transformações ao Brasil, sendo que a principal delas era a extinção da escravidão, a qual, para Rebouças, só teria sucesso se viesse acompanhada pela redistribuição das terras.

Ele era um crítico da grande propriedade, do poder e do controle exercido pelos grandes proprietários sobre o governo. Considerava que o latifúndio era responsável por ter "causado as principais misérias financeiras do Império" (Rebouças, 1981, p. 30). Tais posições e características o aproximavam de Sebastião Soares, que, além das críticas à escravidão, não deixava de apresentar um olhar questionador direcionado à grande propriedade. Soares entendia que a forma como a terra estava distribuída no Brasil se constituía em um "grande vício" que afetava de "forma muito prejudicial o trabalho livre e industrial" (Soares, 1860, p. 344-345).

A questão da escassez de braços constituía outro ponto de convergência entre os dois engenheiros militares. Assim como Soares, Rebouças defendia que o problema residia não na insuficiência de mão de obra, mas sim na forma como os trabalhadores existentes eram aproveitados ou integrados à economia nacional. Nessa linha, argumentava:

> No vastíssimo planalto central do Brasil há para mais de um milhão de índios; há também no vale do grandioso São Francisco, um milhão de mestiços que, segregados do mundo por falta de vias de comunicação, quase nada concorrem no movimento comercial deste país; há finalmente, perto de um milhão de seres que a rotina e a ignorância conservam na escravidão, e que não produzem metade do que poderiam produzir se fossem livres; são pois, três milhões de homens desaproveitados ou mal aproveitados neste país, em que se clama todo dia por falta de braços (Rebouças, 1988, p. 50).

O conjunto dessas questões, juntamente com outras, constitui o objeto das reflexões que Rebouças desenvolve ao longo do seu *Agricultura Nacional*. De acordo com sua análise, a resolução de diversos problemas brasileiros passaria pela implementação de uma série de reformas que, uma vez executadas, poderiam contribuir para o aperfeiçoamento e melhoramento da agricultura nacional. A essas reformas, Rebouças atribuiu o nome de "Princípios de Centralização Agrícola", cujo objetivo final era tornar a agricultura brasileira mais eficiente e autossuficiente.

Rebouças postulava que o funcionamento perfeito dos seus princípios garantiria o estabelecimento no Brasil de uma "Democracia Rural", a qual envolvia a subdivisão das grandes propriedades e sua distribuição entre libertos, trabalhadores nacionais e imigrantes que teriam acesso aos lotes por meio da compra. Assim, considerava que as grandes propriedades deveriam ser subdivididas e, a partir desse momento, passariam a ser chamadas de "fazendas centrais", quando produtoras de café, ou "engenhos centrais", quando seu principal produto fosse a cana de açúcar.

Nesse processo, caberia aos proprietários originários, depois de feita a subdivisão e a venda dos lotes, a tarefa de administrar a fazenda ou o engenho, bem como adquirir maquinário e equipamentos necessários para o beneficiamento do gênero produzido. Aqueles que obtivessem um lote da fazenda subdivida deveriam comercializar sua produção diretamente com o estabelecimento a que estivessem ligados. Além disso, os engenhos ou fazendas centrais poderiam, mediante sua evolução, se constituírem em "fábricas centrais", sendo que fazendas, engenhos e fábricas também estariam aptos a desempenhar a função de bancos rurais, cuja tarefa seria financiar os trabalhadores e pequenos proprietários a elas vinculados e garantir o desenvolvimento completo do próprio empreendimento.

Outro registro relevante acerca da proposta de Rebouças, que a aproxima de um dos sentidos que inicialmente destaquei e Raimond Williams identificou nos significados históricos da palavra "melhoramento", é o da instrução como meio de aprimoramento pessoal. Nesse caso, Rebouças defendia que cada engenho, fazenda ou fábrica central deveria possuir sua própria escola, na qual se inscreveria a seguinte legenda na parede principal: "Trabalha, menino; o Brasil deposita suas esperanças em ti". Segundo Rebouças, as escolas deveriam se dedicar à educação técnica dos filhos dos

agricultores. Por sua vez, para o seu pleno funcionamento e sucesso, considerava que

> todas as horas que não forem empregadas nos estudos escolares, serão aproveitadas em exercícios no campo e nas oficinas. Desde os primeiros anos o menino se familiarizará com a tecnologia e com o emprego de todos os utensílios e de todas das máquinas rurais. Crescerá, por assim dizer, em um meio agrícola, como crescem as aves no ar e os peixes no mar.
>
> Deste modo conseguiremos que os filhos dos lavradores sejam lavradores; que a população rural cresça e progrida; que a agricultura prospere pelo concurso de todos os seus filhos, e que, portanto, tenha o máximo incremento a riqueza nacional (Rebouças, 1988, p. 368-369).

Para Rebouças, com a execução das reformas que propunha o Brasil deixaria de ser um exportador de artigos *in natura* e passaria a ser um vendedor de produtos beneficiados pela indústria. Entre outros fatores, essa mudança garantiria o aumento na lucratividade do país no comércio internacional, beneficiaria os proprietários dos engenhos, fazendas ou fábricas centrais, bem como o conjunto de pessoas a elas vinculadas. Algo muito próximo a perspectiva de "felicitar os cultores e enriquecer o país" expressa por Joaquim Moreira.

Todavia, para que estes objetivos fossem alcançados, Rebouças considerava que caberia a cada setor envolvido na produção se especializar nos serviços que desenvolvia. Assim, os pequenos proprietários seriam especialistas nos cultivos que realizavam, empregariam, para isso, os conhecimentos mais avançados da química agrícola e teriam a orientação de técnicos e engenheiros, especialistas em agricultura. Os trabalhadores desses empreendimentos seriam treinados de modo a executar seus trabalhos da forma o mais eficiente possível, seus proprietários e administradores também gerenciariam o estabelecimento seguindo as técnicas e conhecimentos mais avançados sobre o trabalho que realizavam. Em síntese, os "Princípios de Centralização Agrícola" se propunham à realização de uma lógica de gerenciamento racional do empreendimento agrícola, o qual exigia um nível de sofisticação, de divisão do trabalho e de conhecimento gerencial bastante complexo e articulado entre si. Para Rebouças (1988, p. 375),

> as fábricas centrais, as fazendas centrais, os engenhos centrais, com certeza ensinarão, pelo menos, aos seus aprendizes a ler e escrever; a lavrar e estrumar a terra; a efetuar todas as boas práticas rurais; a dirigir máquinas agrícolas, a empregar e consertar, e mesmo a fabricar os utensílios e as máquinas destinados a preparar, para exportação e para o consumo, o café, o açúcar, o algodão e o fumo, e todos os outros produtos da agricultura brasileira. Poderão rivalizar, sem desvantagem, com as melhores escolas técnicas e industriais, não só do Brasil, como de qualquer outro país!

Porém, segundo Rebouças, enorme era o caminho a ser percorrido para o Brasil dar conta de realizar o conjunto de mudanças que apontava. Além de romper com a escravidão, a grande propriedade e as práticas agrícolas rotineiras, os agricultores deveriam aprender a conhecer as novidades que a ciência vinha desenvolvendo para a agricultura, especialmente àquelas elaboradas pela química agrícola. Considerava que a formação de quadros especializados em lidar com essas questões deveria desempenhar um papel importantíssimo. Assim, propunha aos lavradores brasileiros que enviassem seus filhos para Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha para estudarem "química agrícola e agronomia em geral" e, dessa forma, "aumentar o seu patrimônio e enriquecer sua terra natal" (Rebouças, 1988, p. 260).

Enfim, esta é uma síntese das proposições presentes no *Agricultura Nacional*, livro que foi lançado na década de 1880, mas, assim como no caso do *Notas Estatísticas*, tem por origem um conjunto de artigos publicados no Jornal do Comércio ao longo da década de 1870. Em seus livros, Rebouças e Soares, na contramão da visão preponderante, destacavam que a escravidão, a grande propriedade, a desvalorização do trabalhador brasileiro, a falta de políticas para incorporar as populações nacionais ao comércio e ao mercado de trabalho, bem como a ausência ou limitado alcance das instituições voltadas à instrução rural, eram alguns dos principais problemas do país, a dificultar o melhoramento de sua produção agrícola. Da mesma forma, consideravam que, além da realização de mudanças de caráter estrutural (subdivisão da grande propriedade e fim da escravidão), medidas deveriam ser adotadas buscando capacitar as pessoas a

conhecerem e a internalizarem novos e mais avançados conhecimentos na área de agricultura.

Outra característica em comum entre Rebouças e Soares é a de que estabeleciam limites políticos bem delimitados as suas propostas. André Rebouças, por exemplo, defendia que os princípios de centralização agrícola só alcançariam os resultados esperados sob o regime monárquico e que toda mudança, por mais grandiosa que fosse, não deveria ou poderia fazer uso do "bárbaro direito de revolução" (Rebouças, 1988, p. 307).

Este é outro traço recorrente na produção intelectual sobre a agricultura brasileira realizada no século XIX: no geral, a maior parte dos pensadores que se pôs a escrever e refletir sobre a agricultura e sobre as possibilidades de seu melhoramento demonstrava grande dificuldade em lidar com determinados assuntos. Especialmente com aqueles que tinham relação com as estruturas políticas e econômicas então vigentes.

De modo geral, eram moderados em suas ações e proposições, mas isso não significa que não existiam divergências e pontos de vista diferenciados entre eles, em especial com seus antagonistas, e sobre os mais variados assuntos dos quais trataram. Como anteriormente ficou demonstrado, Joaquim Moreira entendia que o ingresso de imigrantes europeus seria responsável por estabelecer o "belo dia em que o sol do Brasil iluminará a mais profunda reforma do nosso antigo sistema agrícola". Por sua vez, ao tratar do mesmo tema, Soares e Rebouças partiam de outra perspectiva, pois entendiam que os lavradores brasileiros eram desvalorizados e tinham tanta capacidade quanto os imigrantes para realizar as reformas necessárias para o aperfeiçoamento da agricultura nacional.

Todavia, em seus livros e análises, ainda que divergindo em algumas questões, Moreira, Rebouças e Soares não mediram esforços e usaram todo o conhecimento científico que dominavam para se contraporem às vozes escravocratas – como a de Carlos Augusto Taunay, por exemplo – que em seus discursos, escritos e ações defendiam a indissociabilidade entre a escravidão, o desenvolvimento, a grande propriedade e a agricultura no Brasil.

Considerações finais

Estas são algumas das características dos encontros entre ciência e agricultura no Brasil da segunda metade do século XIX. As reflexões desenvolvidas buscaram avançar na direção de demonstrar o quanto era complexo o país e sua produção científica, principalmente aquela voltada a tratar das questões relacionadas à agricultura e ao seu melhoramento. Nesse âmbito, ganha destaque a circulação e a diversidade de ideias e de projetos, bem como do papel desempenhado pela ciência, por algumas instituições e pelos cientistas em impulsionar ou mesmo conter alguns processos. Assim, embora o Brasil não fosse a nação cientificamente mais avançada da época, aqui se realizava uma produção importante e o país não estava isolado. A análise das fontes demonstrou que houve um intenso processo de circulação de propostas e ideias científicas provenientes de cientistas, entidades privadas, periódicos e do próprio Estado, muitas vezes inspiradas em experiências da Europa e dos Estados Unidos. Portanto, longe de ser um movimento linear e evolucionista, a história do encontro entre a ciência e a agricultura no Brasil foi atravessada por dinâmicas complexas, marcadas por idas e vindas, por desencontros, perspectivas partilhadas, conflitos e dissonâncias.

Um aspecto que demonstra a ausência de um processo uníssono é a questão da escravidão. O conhecimento científico foi utilizado tanto para questionar sua existência, como evidenciado nas reflexões de Joaquim Moreira, Sebastião Soares e André Rebouças, quanto para sustentar a argumentação de que a agricultura brasileira não sobreviveria sem ela, conforme demonstrado no *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Taunay.

O debate central da época girava em torno do "melhoramento" da agricultura, termo que possuía dois significados: um econômico, voltado ao aumento da lucratividade e da produtividade; e outro civilizatório, que indicava a necessidade de instruir o agricultor e afastá-lo de práticas consideradas rotineiras ou ultrapassadas. O objetivo de tornar a atividade agrícola mais dinâmica e científica, por sua vez, era acompanhado pela tendência, bastante presente nas ações desenvolvidas

MACOP, de não confrontar diretamente a estrutura da grande propriedade, da monocultura e, em alguns casos, da escravidão. Alguns ministros, em seus relatórios, manifestavam-se contra a escravidão, mas demonstravam maior cautela ao abordar os temas da grande propriedade e da monocultura.

Outro aspecto relevante relacionado a este movimento diz respeito ao processo de institucionalização da ciência no Brasil, especificamente no que concerne aos ramos científicos voltados à agricultura, com destaque para a agronomia e a medicina veterinária. A criação do MACOP, na década de 1860, representou um marco na estruturação administrativa para a implementação e promoção de políticas de modernização e instrução rural. Nesse mesmo contexto, o Estado e entidades como a SAIN, o IIFA, a ESBL – entre outras de igual importância, mas que, por questões de espaço, não serão mencionadas neste momento – bem como periódicos dedicados a temas agrícolas, como *O Auxiliador* e a *Revista Agrícola*, foram os principais agentes na disseminação do conhecimento científico, na formação de profissionais e na criação de espaços destinados ao tratamento técnico e científico da agricultura.

A instrução rural foi considerada um elemento imprescindível para o êxito do projeto de melhoramento, abrangendo desde a educação primária de adultos até a formação de engenheiros agrônomos de alto nível. Dentre as iniciativas, destacam-se a ESBL, na Bahia, reconhecida como a primeira escola de agronomia do país, e a *Escola Noturna de Adultos* da SAIN, que formou aproximadamente 5.000 indivíduos entre 1873 e 1889. Embora estas sejam as instituições mais conhecidas, existem outras com impacto mais local, como as colônias orfanológicas estabelecidas em algumas províncias brasileiras no contexto da Lei do Ventre Livre.

Conforme mencionado no texto, o MACOP se envolveu, direta e indiretamente, com mais de 20 iniciativas dedicadas diretamente à instrução rural. Há também outras instituições científicas importantes naquele contexto, as quais, a princípio, tinham pouca ou nenhuma ligação com a agricultura, mas que não deixavam de tratar do tema em suas atividades. Este é o caso do *Museu Nacional,* pois, assim como a SAIN, também chegou a oferecer cursos destinados ao treinamento de pessoas para atuarem na lavoura.

No Brasil do século XIX, a ciência apresentava um caráter pragmático, sendo considerada, conforme Heloisa Maria Bertol Domingues (1995), um "manancial de conhecimentos" capaz de gerar retorno econômico imediato e solucionar desafios nacionais, dentre eles a própria necessidade de construção da nação e de sua identidade. Ademais, o discurso científico foi utilizado não apenas para o progresso técnico, mas também como instrumento de dominação e disciplinamento da mão de obra (escravizada, imigrante ou livre), naturalizando ou buscando naturalizar desigualdades sociais sob a égide da "razão".

Esta característica contribui para a compreensão do sentido pragmático das discussões, das providências adotadas e da própria produção científica realizada na época. Tal traço, em última análise, exerceu influência direta nos resultados obtidos. Consequentemente, diversas iniciativas com o objetivo de impulsionar o aprimoramento da agricultura tiveram impacto limitado ou sequer foram implementadas. Todavia, isso não implica que o período não tenha sido fundamental para estabelecer as bases da pesquisa e do ensino agrícola no país.

Na verdade, os objetivos perseguidos e as medidas adotadas não visavam questionar a estrutura e a organização política da sociedade. O objetivo principal dos homens de ciência que se envolveram no debate, do MACOP e do conjunto de instituições, escolas e entidades citadas ao longo deste artigo, era melhorar a agricultura e os agricultores, enriquecer a nação e civilizar suas populações, nunca promover uma revolução social. As proposições elaboradas e as medidas implementadas, em sua maioria, reforçaram o *status quo*, monárquico garantindo sua reprodução pelo menos até 1889. Em alguns casos, essas discussões forneceram novos argumentos para justificar velhas práticas e situações. No entanto, também ampliaram o campo de debates, da produção científica e do entendimento sobre seus sentidos. Neste universo, vale destacar, trouxeram consigo novidades e melhoramentos, tais como a

profissionalização da ciência como um todo e das ciências agrícolas em particular.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Araucária (FA-Paraná) e ao INCT-Proprietas, pelo apoio e financiamento concedidos à pesquisa.

Referências

ALVES DE ARAÚJO, Manoel. **Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. **A Escola Agrícola de São Bento de Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930).** 206 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

AZEVEDO, Joaquim Antônio. Criação de uma Escola Industrial. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 299–303, 1866.

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes. Um estudo histórico-biográfico sobre a vida e obra de Sebastião Ferreira Soares. Comunicação **XII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, 09 a 11 de setembro de 2009.

BEDIAGA, Begonha. **Marcado pela própria natureza. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.

CAMPOS TOURINHO, Maria Antonieta de. **Imperial Instituto Baiano de Agricultura:** A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

CARDOSO, José Luís Miranda. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808).** Tese (Doutorado em Economia). Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.

CHALHOUB, Sidney, Marques, Vera Regina Beltrão, Sampaio, Gabriela dos Reis, Sobrinho, Carlos Roberto Galvão (Orgs.). **Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de História Social.** Campinas: Unicamp, 2003.

CRIBELLI, Teresa. **Industrial forests and mechanical marvels.** Modernization in nineteenth-century Brazil. New York: Cambridge University Press, 2016.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. **Ciência, um caso de política. As relações entre Ciências Naturais e a agricultura no Brasil Império.** Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FIGUEIRÔA, Sílvia. Mundialização da Ciência e respostas locais. **Asclepio**, v. 50, n. 2, p. 107-123, 1998. DOI: 10.3989/asclepio.1998.v50.i2.338.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital. 1848-1875.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KLOPPENBURG JR, Jack. **First the Seed. The political economy of plant biotechnology.** Madison: The University of Wisconsin Prees, 2004.

KURY, Lorelai. **Comissão Científica do Império (1859-1861).** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009.

LAMBERG, Maurício. **O Brasil ilustrado com gravuras**. Rio de Janeiro: Tipografia Nunes, 1896.

LANDES, David. **Prometeu Desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos. **História da agricultura brasileira. Combates e Controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MELLO, Manuel Felizardo de Souza. **Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Ensino profissional. O agricultor e as ciências. **Revista A Lavoura**, v. 10, n. 4, p. 135-140, 1879.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Escola São Bento de Lages na Província da Bahia. Relatório apresentado pelo Conselheiro Dr. Nicolau Joaquim Moreira ao Ilm. E Exmo. SR. Conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna. Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro, julho de 1883.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Notícia sobre a agricultura do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Ofício dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, v. 57, n. 1, p. 197-199, 1889.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

OLIVEIRA E SÁ, Jesuíno Marcondes de. **Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição. Pensamento política e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

POMBO, Nívia. **O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados.** Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

REBOUÇAS, André Pinto. **Agricultura Nacional. Estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

SARAIVA, José Antônio. **Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

SHAPIN, Steven. **Nunca Pura. Estudos históricos de ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade.** Campina Grande: Edupeb, 2013.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Caboclos e colonos. Ocupação e conflitos no Rio Grande do Sul (1850-1889).** Curitiba: Prismas, 2016.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Princípios de Centralização Agrícola e Democracia Rural Brasileira. In: MOTTA, Márcia e PARGA, Pedro (Orgs.). **Intelectuais e a questão agrária no Brasil.** Lisboa: Proprietas, 2020, p. 117-142.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra & Transição.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da Ciência Estatística no Brasil do século XIX. **Revista do IHGB,** v. 176, n. 467, p. 149-182, 2015.

SOARES, Luiz Carlos. **A filosofia natural e experimental na Inglaterra do século XVIII.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1860.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum. Estudos sobre cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.10

Para não mais fazer 'estragos' nas ditas terras: ações possessórias e legitimação (Pará, Brasil, século XIX)*

To no longer cause 'prejudice' to said lands: possessory actions and legitimation (Pará, Brazil, 19th century)

Francivaldo Alves Nunes**
Mickael Ruan Bastos de Menezes***

Palavras-chave:
Direito
Posse de Terra
Século XIX

Resumo: Este artigo analisa os processos judiciais do século XIX na Província do Pará, Norte do Império do Brasil, com a intenção de discutir a categoria "posse" associada às demandas sociais e constituída por relações jurídicas. Serão analisados os autos de manutenção de posse para se perceber as ideias e concepções jurídicas que intermediavam as relações entre as pessoas e as coisas e como desenvolviam interpretações específicas e próprias do que era demandado. Nesse sentido, se identificou quais opções normativas eram disputadas e mobilizadas pelos sujeitos históricos, assim como estas interagem e tensionam com interpretações que são feitas das categorias jurídicas para legitimar ou deslegitimar uma ação possessória.

Keywords:
Law
Land ownership
19th Century

Abstract: This article analyzes the legal processes of the 19th century in the Province of Pará, North of the Empire of Brazil, with the intention of discussing the category "possession" associated with social demands and constituted by legal relationships. The records of maintenance of possession will be analyzed to understand the ideas and legal concepts that intermediated the relationships between people and things and how they developed specific and specific interpretations of what was demanded. In this sense, it was identified which normative options were disputed and mobilized by historical subjects, as well as how these interact and tension with interpretations made of legal categories to legitimize or delegitimize a possessory action.

Recebido em 24 de fevereiro de 2026. Aprovado em 14 de abril de 2026.

Introdução

A expressão que dá título a este texto demonstra a convicção do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da cidade de Belém, na Província do Pará, Norte do Brasil, João Florentino Maria de Vasconcelos, de que a emissão de um mandado de embargo de declaração, datado de 21 de agosto de 1877, não apenas esclarecesse decisão anteriormente tomada em defesa de um dos querelantes, como também buscava evitar que novos conflitos em torno da posse de terra localizada nas margens do igarapé Carauateua, Comarca da Capital, ocorresse. No caso, tratava-se do processo de ação possessória que envolvia Felippe Antonio da Silva, Francisca Maria Mendes, Felicidade Maria Mendes e Maria da Conceição Mendes, herdeiros de Agnes Francisca Mendes, moradores de São Domingos da Boa-Vista. No caso, se identificavam como "senhores e possuidores por título de herança de uma parte de terras denominada Guarda-Timbó, com os fundos competentes até as terras do igarapé Mucury". Os

* Texto resultante de pesquisas vinculadas ao projeto "Perturbam a posse e atentam ao Direito: Criadores, roceiros e extratores e as terras em litígio nos sertões amazônicos do século XIX", financiado pelo CNPq.
** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011). Pesquisador Produtividade do CNPq (PQ-C). É atualmente professor Associado na Universidade Federal do Pará. E-mail: fan@ufpa.br.
*** Graduado em História pela Universidade Federal do Pará (2025). E-mail: mickaelbastos33@gmail.com.

autores diziam que Bonifácio José de Souza e outros tinham feito queimadas, destruindo plantações, tomado e ocupado o terreno sem licença ou autorização. Nesse sentido, os suplicantes procuraram o Juízo de Direito da primeira vara cível de Belém, para que não houvesse mais perturbação na propriedade, solicitando à justiça que determinasse soluções para tal adversidade. Em resposta a petição inicial, o juiz deliberou que Bonifácio José de Souza e outros fossem intimados a não mais continuar a fazer roçados e queimadas nas terras dos proprietários citados, sob pena de pagarem quinhentos mil réis, além dos prejuízos e danos causados.[1]

Outro caso ocorreu em 24 de novembro de 1888 no Juízo Substituto da 2ª Vara Cível na jurisdição plena, em Belém. Quando deu entrada o requerimento dos autores Martinho José Soares de Farias e sua mulher, tendo como réus Félix do Espírito Santo e outros, que se identificavam como lavradores residentes em terrenos que formavam o sítio "Lanary" à margem do rio Caraparú, Comarca da Capital. No caso, representaram uma petição inicial, contra Félix do Espírito Santo e seu genro Raimundo d'Oliveira, que figuram no processo como réus e que atentam contra a posse "de boa fé" constituída pelos autores. Na denúncia, além dos réus invadirem as terras, fizeram derrubadas em uma capoeira nas imediações da casa de residência e que não apenas colocava em risco a moradia, mas também as plantações de diversas árvores frutíferas dos suplicantes, de tal forma que a queimação, em consequência do grande verão, reforça o suplicante, colocaram em perigo as propriedades referidas. Nesse caso, o representante dos autores, advogado Domingos Oliveira Cavalcante, alegou ao Juiz Acatauassú Nunes, de que este fato constitui espólio cometido durante lide e, por conseguinte atentado, requereu que "se digne emitir carta de manutenção de posse e intime réus para que cessem a turbação".[2]

Neste texto, à luz desses dois casos, pretendemos contar essas histórias presentes nos processos judiciais do século XIX, percebendo que ideias e concepções presentes no direito comum e que atuavam como mediadoras das relações conflitantes entre as pessoas e as coisas podiam assumir interpretações específicas e próprias do que era demandado. Nossa interpretação inicial é de que, embora se observe uma linguagem jurídica compartilhada, esta adquire nuances de acordo com o contexto local e as dinâmicas sociais incorporadas ao processo. Nesse sentido, estamos nos somando a uma perspectiva da historiografia brasileira, na qual defende que o processo de construção do direito de propriedade foi lento e indeterminado, o que exige reflexões pautadas nas diferentes experiências de uso e acesso à terra no Brasil, tendo as ações possessórias, que marcaram o século XIX, como decisiva para pensar a constituição do Direito à propriedade no país. Como bem adverte Mariana Armond Dias Paes (2018), ao analisar a construção social das relações entre pessoas e coisas no Brasil oitocentista, as "concepções sobre o direito de propriedade conviveram com categorias do direito comum e foram, paulatinamente, dotando-as de novos significados". Nesse sentido, destaca a autora, os processos guardam um precioso campo de interpretação e construção conceitual, em que diversas opções estavam em aberto e foram disputadas pelos mais diversos sujeitos históricos.

A reflexão anterior se soma à construção metodológica adotada neste texto, que percebe os processos de manutenção de posse como uma organização jurídica, por sua natureza constitutiva, mas também guarda uma organização social, uma vez que as estratégias de defesas e acusação são sustentadas nas experiências sociais dos sujeitos envolvidos. Nesse aspecto, direito e sociedade são mutuamente constitutivos, sendo os eventos jurídicos analisados a partir desta relação.

Outra preocupação é não compreender a categoria "posse" apenas como ação de apropriação e uso que independe de legislação ou ordenamentos próprios do campo do Direito. Nesse aspecto, estamos atentos a não dimensionarmos os atos possessórios como resultados simplesmente das relações sociais ou resultante apenas de uma "prática costumeira". A perspectiva, quando entendermos a separação entre direito e sociedade na relação entre as pessoas e as coisas, é analisar a posse como constituída também por relações jurídicas. Nesse sentido, compartilhamos com as reflexões de Robert Gordon para quem o direito atua constituindo os termos em que se darão as relações sociais, não se restringe apenas a normas escritas.[3]

Estamos reforçando a ideia do direito como um campo de conhecimento que possui categorias, normativas, jurisprudências, instituições e procedimentos no qual, por vezes, são resultantes de conflitos sociais. Ou seja, os significados atribuídos às categorias e normas jurídicas, ou ainda as interpretações jurisprudenciais e as formas como atuam as instituições e seus procedimentos são constantemente disputados nesse processo, por embates que envolvem diferentes sujeitos históricos vinculados às classes dominantes ou grupos subalternos. É nesse sentido que se pode afirmar, considerando as reflexões de Edward Thompson (1998, p. 89), que o direito se constitui em "arena de conflitos". Como adverte o autor, o caráter conflitivo do direito é o "que permite a disputa entre significados alternativos a serem dados a suas normas e categorias. "[4]

Importante ressaltar que, apesar de serem produtos de conflitos, o direito e as categorias jurídicas que o estruturam não cedem ou se adequam a qualquer mudança, de forma automática, se considerarmos as alterações que são provocadas pelas forças sociais, o que poderia implicar em um realinhamento automático. No caso, tendem a atuar em muitos aspectos de forma autônoma, inclusive, moldando os termos e os interesses dos grupos sociais, com bem adverte os estudos de Boaventura de Souza Santos.[5] Nesse sentido, não é possível analisar as relações jurídicas considerando apenas os referenciais externos, como por exemplo o caso da política. A análise deve levar em conta, além desse referencial externo ao direito, a lógica interna da arquitetura de ordens normativas e o modo como essa lógica foi forjada a partir de relações sociais.

É a partir dessas perspectivas que analisamos as relações jurídicas nestes dois processos. Nesse caso, ao analisar os conflitos judiciais procuramos identificar quais opções normativas eram disputadas e mobilizadas pelos sujeitos históricos, assim como, observar o processo de produção de normatividades e de categorias jurídicas. Além disso, serão observados e analisados os entendimentos das normatividades que estão disponíveis e como estes interagem e tensionam com interpretações que são feitas à luz das categorias jurídicas. [6]

Utilidade da posse e a legitimidade da ocupação

Na argumentação dos advogados dos autores, em ambos os processos, duas questões saltam aos olhos: a "boa-fé" e "posse pacífica". Trata-se de indicativos motivadores da ocupação, ou seja, esta questão pressupõe o desconhecimento dos ocupantes quanto à irregularidade da ação possessória, assim como qualquer histórico de conflitos durante o tempo de permanência na área. Nesse aspecto, se buscava legitimar a posse e para isso se aproximava as ações de ocupar uma parte de terra, como o sítio Lanary, de Martinho José Soares de Farias e sua mulher, e as terras denominadas Guarda-Timbó, dos herdeiros de Agnes Francisca Mendes de um amparo no ordenamento jurídico da época.

De fato, no Brasil oitocentista as definições de posse estavam quase sempre associadas à detenção, controle e gozo de alguma coisa como sua. Como bem destaca a literatura da época, como o projeto de codificação civil defendido por Nabuco de Araújo, em 1878; a "Consolidação das leis civis" de Augusto Teixeira de Freitas, de 1876; "Da posse e das acções possessorias", de Antonio Joaquim Ribas, de 1883 e; "Direito das cousas" de Lafayette Rodrigues Pereira, de 1877. Nesse sentido, conforme o que aponta os textos, quando se tratava de proteção judicial e aquisição de domínio sobre a coisa, era necessário que se estabelecesse o uso efetivo do bem, desde que respeitados os requisitos do direito comum. No caso, estamos diante de alguns pressupostos que devem ser observados no processo de aquisição da posse como ação pública, pacífica, de boa-fé, com justo título e que se estabelecesse por determinado lapso temporal sem contestação.

Ao que se observa, a análise de processos judiciais, como o que envolve o sítio Lanary e terras Guarda-Timbó, nos ajuda a construir um mosaico dos tipos de atos que eram considerados como juridicamente aptos a caracterizar uma situação de posse, aos moldes do que se defendia na literatura e ordenamento jurídico da época. Pelo menos é essa a perspectiva que construímos quando de sua leitura. Assim, é possível vislumbrar como a categoria da posse, diante desses instrumentos orientadores do Direito, adquiria materialidade e significados

próprios no cotidiano dos conflitos judiciais e nas manifestações entre as partes nos processos judiciais. Aliás, ao acionar nas petições iniciais dos processos de manutenção de posse os requisitos do direito comum que legitimavam as ações possessórias, os advogados fazem esse exercício de defesa do apossamento como categoria jurídica que se exercia na prática social da "boa fé" e passividade da ocupação.

No que diz respeito à posse de terras, o processo de Martinho José Soares de Farias e sua mulher, contra Félix do Espírito Santo Silva Prado evidencia, além da "boa fé" e ato pacífico como característica da ocupação, outros indicativos para se legitimar a posse. No caso, apontava-se a construção de edificações como importante confirmação do ato possessório. No entanto, conforme evidenciamos nas documentações, não eram quaisquer construções que podiam ser reconhecidas como posse efetiva. Tratava-se de obras construídas na posse que pudessem ser consideradas objetivamente "boas", construídas com materiais duráveis e de qualidade, pelos supostos posseiros, proprietários, senhores e demais pessoas da comunidade que pudessem servir de testemunha. Essas construções deviam ter a finalidade e uso que legitimasse a ocupação. Na petição os requerentes Martinho José Soares de Farias e sua mulher, por exemplo, não deixam de assinalar que uma das construções era uma casa "de residência", o que representava o apossamento pela construção, mas também demonstrava o seu uso como moradia, expressando um tempo de vivência na área. [7]

Assim como a edificação de "boas" obras, com o uso como residência, a presença de plantação de árvores frutíferas foi alegada como ato capaz de indicar o exercício de posse. Quase sempre presente nos arredores da casa de moradia, esses pomares, através de seus frutos, não apenas serviam como complemento alimentar dos moradores e vizinhos, como também eram demarcadores de tempo de ocupação, uma vez que, a frutificação dessas plantas, seus tamanhos e frondosidades expressam seus tempos de vida, que é associado ao tempo de permanência no lugar. Isso explica ao fato do advogado registrar na petição essas plantações frutíferas; como também quando convocado para falar sobre o caso, Martinho José Soares de Farias reforça que as suas plantações de milho, feijão e mandioca são complementadas por vários pés de mangas e castanhas que podem ser avistadas no quintal da casa e proximidades. [8]

Como destaca Mariana Dias Paes (2018, p.9), no direito comum, que normatizava as relações entre as pessoas e as coisas no século XIX, a noção jurídica de "coisa" era bastante ampla, englobando, além do que hoje identificamos como tal, também envolviam ações, direitos, pessoas e, até mesmo, alguns fatos.[9] Ações e obrigações de determinadas pessoas, como, por exemplo, as obrigações de trabalhar como promover o cultivo e a construção, de não promover queimadas que prejudicasse a posse, dentre outras, poderiam ser consideradas como coisas integradas a bens materiais ou que faziam parte de um determinado patrimônio. Nesse aspecto, não apenas a coisa em si, mas a forma como esta era cuidada, assegurando sua preservação e melhor trato estavam sujeitas ao tratamento jurídico dispensado aos bens materiais. Nesse sentido, não se observa maiores distinções entre pessoas, entendidas como sujeitos de direito, e coisas que também são compreendidas como objetos de direitos.[10] O estado das coisas, considerados como coisas imateriais também podiam ser protegidos por normas que incidiam sobre as relações jurídicas entre pessoas e os bens.

É com essa possibilidade de deslegitimar as ações de ocupação da terra pelos réus, que Martinho José Soares de Farias faz questão de ressaltar em seu depoimento práticas que contrariam a concepção de uso adequado da posse. Nesse caso, se observa a negação da posse pela forma ilegítima de apossamento, que se justificaria pelo uso inadequado da terra como as "derrubadas inadequadas de matas e florestas", a "queimada que ameaçava as residências" e o "espólio de madeiras e da própria terra".[11]

O que estava subjacente a essas construções jurídicas, e que estava sendo adotada por Martinho José Soares de Farias em sua defesa como legítimo posseiro, era a compreensão de que existia uma pluralidade de estatutos naturais que orientava a relação dos homens e as coisas. Tratava-se de um ordenamento do mundo que determinava os direitos e obrigações de cada indivíduo (humano ou não), ou seja, "as coisas" tinham a sua utilidade e deviam ser adequadamente apropriadas sob o risco de um rompimento a essa ordenação naturalmente

constituída. Nessa ordem "natural", portanto, que se estruturava e se buscava estabelecer as relações entre as pessoas e as coisas como preocupações do Direito. Como se observa, havia a defesa de uma finalidade dessa ordem "natural" e, portanto, uma utilidade como registramos, por isso a justificativa de um adequado uso.

Diante de uma perspectiva de utilidade dos bens, correspondia, portanto, uma ordem da necessidade. Nesse aspecto, os usuários deveriam se atentar para o desfrute das coisas, mas de forma legítima e de acordo com previsão legal assegurada pelo direito. Novamente se observa, no depoimento de Martinho José Soares de Farias a preocupação de demonstrar que as práticas de Félix do Espírito Santo, ia ao encontro às reais necessidades para a ocupação da área. Isto pode ser observado, quando destaca que as queimadas não eram necessárias e que punha em risco a própria residência do que seriam os legítimos ocupantes.

Outra questão evidente no processo envolvendo as terras do sítio Lanary era a forma implícita como a concepção de "domínio" era tratada. Nesse caso, estamos trabalhando com a ideia de exercício de domínio, como "o poder ou a faculdade reconhecida a alguém de se apoderar das coisas, pondo-as à sua disposição e uso lícito".[12]

Como destaca Paolo Grossi (1992), o domínio associado a faculdade de uso, pode ser compreendido enquanto categoria jurídica bastante ampla. Sendo assim, pode abarcar diversos direitos de gozo sobre a posse, como usufruto, hipoteca, servidão, etc.[13] Estamos, portanto, diante de uma percepção de que o domínio não tinha como objeto a coisa ou o bem em si, mas estava associado às formas de uso e às suas utilidades. Daí se explica a necessidade de se defender a legitimidade da posse pelo bom uso que se fazia da coisa. Nesse aspecto, se observa que as utilidades das coisas poderiam ser muitas, permitindo diversas formas de uso, o que significava em uma relação direta com a perspectiva de que o domínio também poderia ser múltiplo, abrangendo as diferentes faculdades de emprego ou utilização. Importante destacar que, como adverte o autor, não havia uma hierarquia entre os diferentes tipos de domínio. Quando se defende a manutenção de posse de Martinho José Soares de Farias contra Félix do Espírito Santo, visto como turbador, por exemplo, se aciona o domínio sobre a posse a partir da permanência na área, como local de moradia, mas também sob o ponto de vista dos usos destas terras. Nessa segunda situação, o domínio da área se estabelece pela produção, através do cultivo e plantação, necessário para a subsistência dos que lá residem.

Seguindo as observações de Paolo Grossi, não havia hierarquia entre os diferentes direitos que poderiam coexistir sobre a mesma coisa. A própria coexistência podia ser usada como pressuposto maior de legitimidade. Nesse sentido, o domínio não se estabelecia como um direito "hierarquicamente superior" ou "que valia mais" do que os demais que incidiam sobre as coisas.[14] Para o autor, o dono, ou o detentor do domínio, poderia usar das coisas de acordo com suas necessidades. No entanto, era necessário que não existissem outros domínios ou outros direitos incidindo sobre elas. Isto significa que o domínio para Grossi não era um direito exclusivo e ilimitado. Esta parece ser uma observação importante, uma vez que o exercício de domínio da posse guardava certos cuidados, como a sua não destruição e a utilidade da coisa, o que pode explicar a necessidade dos envolvidos nas querelas processuais, demonstrar o bom uso das terras apossadas.

Como estamos observando, outra característica do domínio e dos outros direitos como o apossamento, que incidiam sobre os bens, era que estes não estavam separados do uso efetivo da coisa. Isso explica a necessidade dos autores do processo, como Martinho José Soares de Farias, demonstrarem a plena ocupação da terra como residência e plantações, em detrimento de Félix do Espírito Santo, qualificado na petição como alguém que estava usurpando o legítimo direito de posse do denunciante. Assim, a normatividade do direito comum procurava privilegiar, em situações de conflitos como as observadas anteriormente, as partes que estivessem efetivamente usando a coisa, exercendo a posse sobre ela de forma legítima. Estamos, portanto, diante de um dos objetivos dessa ordem jurídica que era a manutenção do status quo. Como se observa, nada mais coerente em situação como esta, do que a proteção de quem, no momento do conflito, era o detentor estável e contínuo da

coisa, critérios da legitimidade da posse, fosse ela material ou imaterial.[15]

Do ponto de vista do interesse dos que aparecem com réus, se observa que o reconhecimento da posse estava sendo contestado. Diante do posicionamento hegemônico entre os juristas brasileiros do século XIX e os do direito comum, como destacamos anteriormente, haviam alguns requisitos essenciais para que houvesse proteção possessória e aquisição do domínio por posse. No caso, estamos nos referindo à posse de boa-fé, estabelecida com justo título, de forma contínua, ininterrupta, sem contestação, mansa e pacífica, construída de forma inequívoca, de amplo conhecimento e de forma pública e notória. Nesse sentido, ao contestar a posse de alguém esta querela podia ter efeitos jurídicos, assim como acionar a justiça em casos em que a posse estivesse sobre turbação, como observamos nos dois casos. Ao fazer uma contestação podia-se bloquear o reconhecimento ou a proteção judicial conferida à posse, sendo esta a intenção dos réus quando são observados nos processos analisados. Por isso, diante de uma arquitetura jurídica vigente na época, era fundamental que alguém que se sentisse esbulhado em sua posse, protestasse contra o esbulho. Podia também se tratar de uma ação estratégica de proteger a posse, mas aproveitando a contestação, assegurar diante de uma manifestação da justiça, a legitimidade da posse, que podia ser expressa materialmente na carta de manutenção de posse emitida pelo juiz da causa. A noção de que a contestação do esbulho era necessária foi observada no conflito travado por Felippe Antonio da Silva, Francisca Maria Mendes, Felicidade Maria Mendes e Maria da Conceição Mendes, herdeiros de Agnes Francisca Mendes, contra Bonifácio José de Souza que havia feito queimadas, destruindo plantações, tomado e ocupado parte de terras denominadas Guarda-Timbó sem autorização dos que se intitulavam como legítimos posseiros.

Em 4 de agosto de 1877, os herdeiros de Agnes Francisca Mendes se queixam em depoimento, contra os danos a seu suposto terreno provocado por Bonifácio José de Souza e agregados. Afirmaram que procuraram o juízo "na esperança de ver punido semelhante atentado ofensivo às leis e à boa ordem de convivência", de forma que "se passe o mandado de embargo para que não mais trabalharem no terreno".[16]

Diante do fato anterior, os autores, em sua defesa, através do advogado José de Araújo Roso Danin, se dirigem ao juiz de Direito da 1ª Vara da Capital do Pará solicitando que assegurassem o trabalho nas terras do Guarda-Timbó, de forma a evitar maiores prejuízos, por se tratar de queimadas, não se tratando de uma ação necessária de limpeza do terreno para cultivo, mas de destruição de áreas já plantadas e cultivadas pelos suplicantes. Assim solicitam o desforço possessório "para fazer respeitar a boa ordem".

Com o pedido, os herdeiros de Agnes Francisca Mendes buscavam praticar "desforço", ou seja, "emendar a força feita a alguém". De acordo com Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, no "Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes" de 1825, desforçar-se quer dizer "meter-se em posse daquilo de que fora esbulhado". Em outras palavras, trata-se de uma reação imediata de quem se sente esbulhado ou turbado, de forma a evitar seus efeitos.

Para justificar seu pedido, José de Araújo Roso Danin, remete às Ordenações Filipinas, livro 4º, título 58, que determinava: "[...] se um for forçado da posse de alguma coisa, e a quiser logo por força recobrar, podê-lo-á fazer".[17] Ou seja, a própria legislação autorizava ações, através dos usos da força para a contestação e recuperação da posse. A norma anterior foi reforçada na obra Consolidação das leis civis, de Teixeiras de Freitas, de 1876: "Concede-se mesmo, que o possuidor esbulhado possa desforçar-se, e recuperar por autoridade própria sua posse, contanto que o faça logo".[18] A expressão "logo", vinculada a ideia de espaço e tempo, em que o desforço poderia ser executado dependeria de como o juiz avaliasse as circunstâncias do esbulho. Para isso o magistrado considera também, a distância da residência das autoridades e o tempo da chamada da demanda ao juízo.

Outro dispositivo normativo, presente nos processos de manutenção de posse, e que autorizava atos de contestação da posse podia ser observado no §4º, título 78, livro 3º, das Ordenações Filipinas:

> [...] quando algum edifica novamente alguma obra, que ao outro é prejudicial, tolhendo-lhe a vista de suas casas, ou outra servidão, que lhe seja devida, pode aquele, a que assim se tolhe a vista, ou servidão, por si denunciar ao edificante, lançando certas pedras na obra, segundo Direito e o uso da terra, que mais não faça naquela obra, pois a ele é prejudicial.[19]

A possibilidade de denunciar um suposto esbulho, como o que era denunciado pelos herdeiros de Agnes Francisca Mendes, era chamado pelos juristas como lançamento de pedras de jactum lapidis. No caso, tratava-se de a parte, lançando pedras à obra, poder denunciar o edificante, ou seja, ao reivindicar o desforço possessório "para fazer respeitar a boa ordem" e recuperar por autoridade própria sua posse, se buscava o direito de se proceder a embargo "simbólico" por meio do lançamento de pedras.[20] Com isso se evitaria que novas ações de esbulho pudessem ser efetivas por Bonifácio José de Souza e agregados.

O ato de atirar pedras foi praticado pelos herdeiros de Agnes Francisca Mendes contra Bonifácio José de Souza e agregados. Considerando que Bonifácio e agregados estavam esbulhando as plantações com derrubada e queimadas, os herdeiros de Agnes Francisca Mendes protegeram a posse lançando pedras contra as áreas esbulhadas, o que significava impedir que nos terrenos fossem ocupados, mas também buscando expulsar Bonifácio e agregados das terras que margeavam o igarapé Carauateua.

Ao que se observa, desforçar-se e jogar pedras visando a proteger uma posse estava associado a hábitos culturais e atos sociais convencionais. No entanto, a interpretação desses atos não se encerra aí, tratavam-se de medidas que o direito reconhecia como legítimas. Eram recurso aptos a constituir e preservar a posse e o domínio sobre um bem. Importante ressaltar que, com o avanço do século XIX, o nível de violência admitido nesses atos foi sendo controlado. Isto pode ser observado na exigência de que estivessem presentes autoridades estatais quando de seu exercício. Essa situação poderia explicar a necessidade do advogado Roso Danin solicitar autorização do juízo para exercício de um desforço possessório, acompanhado de oficiais de justiça para evitar acirramento do conflito quando da desocupação de áreas por parte de Bonifácio e agregados.

As justificativas da posse

Em 21 de agosto de 1877, o juiz do processo encaminha o mandado de embargo que assegura a legitimidade da posse dos que ocupavam as terras do Guarda-Timbó. Primeiramente, é possível perceber que a justificativa que garantia a posse dos suplicantes remete, em um primeiro momento, a qualidade jurídica de herdamento de Agnes Francisca Mendes. Consoante ao que aponta o Art. 1º da Lei 601 de 1850, popularmente conhecida como Lei de Terras, em que ficam "proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra".[21] Ao proibir as atividades de doação de terras por parte do Estado, fica entendido que a partir da letra da lei, a terra só poderia ser comercializada mediante a compra ou venda do imóvel. Dessa forma, o título da propriedade passa a valer como mediador acerca das comprovações de possessão do espaço. A lei determinou que agentes rurais como posseiros, herdeiros e outros, agissem sobre os registros de suas propriedades.

A questão anterior, de se acionar ou negligenciar a Lei de Terras nos processos foi objeto de debate da historiografia, como os estudos de Márcia Motta (2008),[22] Cristiano Christillino (2019)[23] e Paulo Pinheiro Machado (2004).[24] Nestas reflexões se aponta para a necessidade de se observar as estratégias de posseiros e proprietários na rejeição ou aceitação ao cumprimento da legislação com vistas a ampliar seu domínio pela via do uso da nova lei ou das antigas ordenações, conforme os seus interesses. Em outras palavras, a omissão ou citação nos processos de litígios mostrava os interesses das partes em usar ou não a lei para justificar o apossamento de terras.

O caso das terras do Guarda-Timbó demonstra que a posse garantida com base na herança de Agnes Francisca Mendes, pressupõe que, na prática, a transmissão por sucessão ainda era amplamente reconhecida como uma forma legítima de aquisição. A interpretação da posse herdada como um direito legítimo reflete uma das contradições centrais da estrutura fundiária do período. Embora a

Lei de Terras exigisse a compra como único meio formal de acesso às terras devolutas, a posse baseada em herança ou uso prolongado continuava sendo amplamente aceita nos tribunais e entre as comunidades rurais. Como se observa, esse reconhecimento se sustentava na noção de posse pacífica e produtiva, na qual, a permanência e o aproveitamento econômico do espaço eram fatores determinantes para a legitimação da ocupação.

Além disso, o próprio sistema judiciário do período oitocentista contribuía para essa flexibilização da lei. Juízes e tabeliães, frequentemente ligados às elites locais e aos interesses dos grandes proprietários, interpretavam as normas de maneira a garantir certa estabilidade às relações fundiárias. Isso permitia que, mesmo sem títulos formais, muitos posseiros e herdeiros recorressem à via judicial para assegurar seus direitos sobre as terras que ocupavam. No caso do Sítio Lanary, a concessão da carta de manutenção de posse, em favor dos ocupantes Martinho José Soares de Farias e sua mulher, sugere que a justiça considerou não o aspecto formal da propriedade, como o uso da titulação, mas a tradição e a continuidade da posse familiar como elementos válidos para a sua manutenção.

Podemos observar, nesse contexto, que práticas sociais e interpretações jurídicas também poderiam envolver-se com o espírito da lei. A herança ou tempo de permanência na área, associada a um processo de ocupação "mansa e pacífica", reconhecida na prática, reforçava a existência da dinâmica fundiária que conciliava normas legais e costumes locais. Podemos entender ainda, a partir de Thompson, que "práticas e normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes".[25] A herança e a ideia de ocupação de "boa fé" ilustram como as normas legais convivem com costumes, ou mesmo com as práticas informais, que moldam as relações de posse e uso da terra. Essa realidade evidencia o quanto a propriedade da terra era resultado de disputas, negociações e acomodações entre diferentes agentes sociais.

Um último caso a ressaltar, quanto a uma justificativa de posse, é de Maria Francisca do Carmo, que diz ser "viúva, lavradora, domiciliada no Bujarú", município paraense, tendo posse legítima das terras que "ella ha muito tempo lavra". Descrição apontada no processo de 24 de março de 1896, na Comarca da capital, Belém.[26] A dita proprietária solicita à justiça o fim da perturbação, por meio de um mandado de manutenção de posse, a fim de ser embargado o trabalho realizado em suas terras por Manuel Mamede da Conceição (seu filho) e outros turbadores.

Ao solicitar à justiça a interrupção da perturbação, Maria Francisca está na prática reafirmando sua autoridade sobre a terra, não apenas como possuidora legítima, mas também como continuadora de um ciclo de posse que já existia em sua família. A posse da terra, no contexto de ser viúva lavradora, é fruto de uma longa história de trabalho e de uso da terra, o que reforça a noção de que o trabalho e a permanência no solo constituíam elementos cruciais para garantir a legitimidade da posse, independentemente de um título formal de propriedade.

O fato de Maria Francisca se referir à sua posse como "legítima" revela a persistência da ideia de que a permanência no campo, o uso contínuo e produtivo da terra, e as práticas de herança e transmissão familiar ainda eram aceitas como um título de propriedade (pelo menos na prática). Esse ponto coloca em xeque a rigidez da Lei de Terras de 1850, que teoricamente limitava a aquisição de terras devolutas ao meio da compra formal, mas que na realidade não conseguiu erradicar o domínio das antigas práticas de posse herdada, baseadas no tempo de ocupação e no trabalho realizado no solo.

A solicitação de Maria Francisca à justiça também demonstra como o sistema judicial, mesmo sendo influenciado pelas elites, ainda se via em um dilema ao lidar com essas disputas.[27] Mesmo com a imposição de um sistema legal mais rígido e formalizado, a convivência entre as normas legais e os costumes locais, que viabilizavam as práticas de herança e a posse baseada no uso prolongado, ainda se manifestava em decisões judiciais. A concessão do mandado de embargo à Maria Francisca, permitindo que ela mantivesse sua posse sobre a terra, reflete uma interpretação flexível das leis, em que o uso contínuo e o vínculo familiar com a terra se tornam elementos suficientes para sustentar a posse legítima.

Esse fenômeno também aponta para uma das contradições centrais no processo de formação da

estrutura fundiária brasileira no século XIX. No caso, a coexistência de uma legislação centralizada, como a Lei de Terras de 1850, com as realidades locais e as práticas culturais. A terra, nesse contexto, mais do que um bem jurídico, se revela como um espaço de negociações constantes, envolvendo interesses diversos, como os de posseiros, herdeiros, fazendeiros e o próprio Estado.

Os casos citados reforçam a ideia de que as disputas de terra no Brasil do século XIX não eram apenas questões de direito formal, mas sim uma luta contínua entre a tradição da posse herdada e as tentativas de regulamentação mais rígida que surgiram com as leis de terras. Além disso, as práticas sociais, como a herança e o trabalho contínuo na terra, se mostravam como elementos na disputa pela legitimidade da posse, muitas vezes sobrepondo-se às exigências legais mais recentes.

Outra questão a ser observada, como nos apontam os estudos de Márcia Motta, é que esses posseiros, não devem ser interpretados como sujeitos imóveis. Mesmo em inúmeros processos em que saem como derrotados, o que não ocorreu nos casos descritos, em sua grande maioria, como réus, "ajudaram a construir, na contracorrente da amnésia que se produziu sobre as suas lutas, uma cultura de resistência que assegurava a primazia da posse como fundamento de um direito".[28]

Considerações finais

A posse é apontada em partes deste texto como categoria jurídica reguladora das relações entre pessoas e coisas. No entanto, procuramos demonstrar que esta foi sendo ressignificada a partir de conflitos e peculiaridades locais, ganhando interpretações e concepções, a partir das dinâmicas sociais que se impunham aos processos judiciais analisados. Um ambiente da justiça marcado por debates a respeito de quais seriam os títulos ou ações aptas a constituir e comprovar domínio e a legitimidade sobre os bens. Nestes embates se apontava e defendia quem eram os sujeitos legitimados a produzir esses títulos e como deveriam ser feitos.

Os dois casos judiciais analisados evidenciam como o Poder Judiciário atuava na mediação de conflitos fundiários em que se observa, em um primeiro momento, a centralidade do argumento da herança como título legítimo de posse, mobilizado pelos herdeiros para afirmar direitos sobre a terra e conter práticas consideradas invasivas, como roçados e queimadas realizadas por terceiros. Em outro caso, se fundamenta a demanda na "posse de boa-fé" e no risco concreto à moradia e às plantações, recorrendo ao instrumento da manutenção de posse para cessar a turbação. Em ambos os episódios, percebe-se que a terra não era apenas um bem econômico, mas espaço de moradia, produção e reprodução social, sendo o recurso à justiça uma estratégia para garantir estabilidade e reconhecimento formal de direitos em um contexto marcado por disputas, ocupações e pela fragilidade dos limites fundiários.

Trata-se, portanto, de um contexto de indeterminação, em que os sujeitos tinham uma margem de atuação. Nesse caso, se aproveitavam dessas margens, produzindo discursos e reflexões, muitas vezes pautados, por entendimentos compartilhados ou divergentes a respeito do que seria apto a comprovar o domínio e a legitimidade da posse. Nos casos aqui tratados, era a própria posse que garantiam a força desses discursos que buscavam assegurá-la ou defendê-la como legítima.

A posse aparece nestes processos como, majoritariamente, uma relação muito concreta, sendo estruturadas a partir da arquitetura jurídica do direito comum. Nesses casos, observou-se o nível material dessas relações entre a posse e o posseiro, necessário para construção de legitimidade. O que explica a efetividade da posse pela produção e moradia habitual, ou ocupação de "boa fé" e "pacífica".

Ao percebermos os conflitos envolvendo posseiros ao longo do Império, nos ajuda a compreender a configuração da legislação de terras proposta pelo estado imperial, assim como, diante das diversas experiências de apossamento, as dificuldades em implementá-la. No entanto, se observa um transcurso de disputas em que a proteção jurídica consagrou determinados direitos em detrimento de outros. Por via diferente, a resistência e a defesa de outras formas de apropriação da terra tem demonstrado historicamente o caráter plural e móvel do que se entendia como propriedade

no século XIX, a partir do que se entendia como legítimo apossamento.

Por fim, cabe assinalar que, embora estejamos preocupados em atentar para os aspectos normativos da propriedade presentes nos decretos e leis, o que entendemos como importante na compreensão das interpretações sobre a posse, se procurou estabelecer uma abordagem que não consistiu em delegar às leis o poder de "dizer" a realidade.[29] Como se observou, a preocupação foi em discutir episódios de litígios de terras, com ênfase aos aspectos empíricos que revelam as ações dos sujeitos envolvidos, dada a inegociável necessidade de se compreender enquanto "relações sociais concretas" as práticas efetivas de propriedade, pensadas a partir de atos possessórios.

Notas

1 APEP (Arquivo Público do Estado do Pará), Juízo de Direito da 1ª Vara da Capital, Autos de Ação Possessória 1877, Caixa 1, Pasta 19. Este processo foi inicialmente tratado no artigo "Conflito de terras no Pará: Um estudo sobre propriedade, lei e costumes", publicado no Cadernos de Pesquisa do CDHIS, em 2025, em que se procurou discutir os conflitos gerados a partir dos usos e ocupações das propriedades de terra no Pará do século XIX.

2 CMA (Centro de Memória da Amazônia. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: Manutenção de Posse. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Leão. Localização: Estante: D3; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1888.

3 Robert Gordon, "Critical Legal Histories", Stanford Law Review, vol. 36, 1984: 59.

4 Edward Thompson, Costumes em comum: Costumes, lei e direito comum (São Paulo: Companhia das letras, 1998), 89.

5 Boaventura de Sousa Santos, "Introdução à Sociologia da Administração da Justiça", Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 21, 1986: 11-37.

6 Natalie Zemon Davis, O retorno de Martin Guerre (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

7 CMA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: Manutenção de Posse. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Leão. Localização: Estante: D3; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1888, 12.

8 CMA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: Manutenção de Posse. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Leão. Localização: Estante: D3; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1888, 13.

9 Mariana Armond Dias Paes, Escravos e terras entre posses e títulos: a construção social do direito de propriedade no Brasil (1835-1889) (Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2018), 6.

10 António Manuel Hespanha, Como os juristas viam o mundo, 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes (Lisboa: António Manuel Hespanha, 2015), 307.

11 CMA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: Manutenção de Posse. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Leão. Localização: Estante: D3; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1888, 13.

12 António Manuel Hespanha, Como os juristas viam o mundo, 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes (Lisboa: António Manuel Hespanha, 2015), 312.

13 Paolo Grossi, Il dominio e le cose: percezioni medievali e moderne dei diritti reali (Milano: Giuffrè Editore, 1992), 26.

14 Paolo Grossi, Il dominio e le cose: percezioni medievali e moderne dei diritti reali (Milano: Giuffrè Editore, 1992), 123.

15 António Manuel Hespanha, Como os juristas viam o mundo, 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes (Lisboa: António Manuel Hespanha, 2015), 352.

16 APEP, Juízo de Direito da 1ª Vara da Capital, Autos de Ação Possessória 1877, Caixa 1, Pasta 19, 2.

17 Cândido Mendes de Almeida, Codigo philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I (4 livros. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870), 852.

18 Augusto Teixeira de Freitas, Consolidação das leis civis (Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876), 489-490.

19 Cândido Mendes de Almeida, Codigo philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I (4 livros. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870), 688.

20 Augusto Teixeira de Freitas, Consolidação das leis civis (Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876), 489.

21 BRASIL. Lei de Terras, 1850. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 19 de fev. de 2025.

22 Márcia Motta, Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX (Niterói: EdUFF, 2008a); Márcia Motta "Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)", Márcia Motta e Paulo Zarth (Orgs), Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, concepções de justiça e resistência nos Brasis. (São Paulo, UNESP; Brasília, NEAD, 2008b): 85-101.

23 Cristiano Luís Christillino, "Manutenção de posse", Márcia Motta e Elione Guimarães, Propriedades e disputas: fontes para a história dos oitocentos (Niterói: EdUFF, 2019): 137-140; Cristiano Luís Christillino, Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880) (Tese (Doutorado em História. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense/UFF, 2010).

24 Paulo Pinheiro Machado, Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) (Campinas: Editora da Unicamp, 2004).

25 Edward P. Thompson, Costumes em comum: Costumes, lei e direito comum (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), 18.

26 CMA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: Manutenção de Posse. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Leão. Localização: Estante: D2; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1896.

27 Daniel Barile da Silveira, "Direito e Política no Brasil Imperial: Uma Releitura do papel da Magistratura na Construção do Estado Brasileiro", Ciências Sociais Aplicadas em Revista (Online), v. 9, 2009: 1-22.

28 Márcia Motta "Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)", Márcia Motta e Paulo Zarth (Orgs), Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, concepções de justiça e resistência nos Brasis. (São Paulo, UNESP; Brasília, NEAD, 2008b), 99.

29 Rosa Congost, Tierras, leyes, historia: estudios sobre "La gran obra de la propiedad" (Barcelona: Crítica, 2007).

Referências

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Codigo philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I**. 4 livros. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

ARAÚJO, José Thomáz Nabuco de. **Codificação civil: projecto**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Manutenção de posse. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (org.). **Propriedades e disputas: fontes para a história dos oitocentos**. Niterói: EdUFF, p. 137-140, 2019.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CONGOST, Rosa. **Tierras, leyes, historia: estudios sobre "La gran obra de la propiedad"**. Barcelona: Crítica, 2007.

CONGOST, Rosa. Historia, el derecho, a la realidad de las constituciones sociales en la gran obra de la propiedad. **História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 2, p. 374–384, 2017.
DOI: 10.5335/hdtv.17n.2.7500

DIAS PAES, Mariana Armond. **Escravos e terras entre posses e títulos: a construção social do**

direito de propriedade no Brasil (1835-1889). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876.

GORDON, Robert. Critical Legal Histories. **Stanford Law Review**, v. 36, p. 57-125, 1984.

GROSSI, Paolo. **Il dominio e le cose: percezioni medievali e moderne dei diritti reali**. Milano: Giuffrè Editore, 1992.

HESPANHA, António Manuel. **Como os juristas viam o mundo, 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes**. Lisboa: António Manuel Hespanha, 2015.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Niterói: EdUFF, 2008a.

MOTTA, Márcia. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história (concepções de justiça e resistência nos Brasis)**. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, p. 85–101, 2008b.

NUNES, Francivaldo Alves. A Lei de Terras no Pará e a política de colonização (estrangeira). In: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda (org.). **Os oitocentos na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, p. 81-108, 2012.

NUNES, Francivaldo Alves; MENEZES, Mickael Ruan Bastos de. Conflito de terras no Pará: Um estudo sobre propriedade, lei e costumes. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 37, n. 2, p. 380–398. 2024.
DOI: 10.14393/cdhis.v37n2.2024.75733

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direito das cousas**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.

RIBAS, Antonio Joaquim. **Da posse e das acções possessórias:** segundo o direito pátrio comparado com o direito romano e canônico. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C. Livreiros-Editores, 1883.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à Sociologia da Administração da Justiça. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 21, p. 11–37, 1986.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Direito e Política no Brasil Imperial: Uma Releitura do papel da Magistratura na Construção do Estado Brasileiro. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 9, p. 1-22, 2009.

SILVESTRI, Robson Luiz de Bastos. A Posse e Herança, reflexões acerca de Declarações de terras nos Campos de Guarapuava - PR no século XIX. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. p. 1–12, 2015.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes**. 2 tomos. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: costumes, lei e direito comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZEMON DAVIS, Natalie. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.11

Propostas para as terras do jovem Império do Brasil: os projetos liberais e a reação conservadora

Proposals for lands of the young Brazilian Empire: liberals projects and the conservative reaction

Cristiano Luís Christillino*

Palavras-chave:
Legislação agrária
Colonização
Imigração

Resumo: Esse artigo analisa três projetos elaborados para as terras do Império do Brasil na década de 1820. Nosso objetivo é discutir as proposições liberais do charqueador Antonio Gonçalves Chaves para a legislação fundiária e aquelas de José Bonifácio Andrada e Silva, no sentido de mostrar o caráter inovador desses programas para o novo Estado, mas também revelando, a partir de uma análise minuciosa dos seus artigos, o caráter excludente dessas propostas que vinham sendo consideradas como avançadas para a época. A análise do projeto do senador Silva Ferrão nos permite discutir o ideário conservador nesse período e as suas proposições para a política de terras. Por fim, concluímos mostrando que tanto os projetos de cunho liberal, quanto aquele de tendência conservadora, não tocavam no principal entrave ao sucesso da política de colonização no Brasil oitocentista: a ausência de uma ampla distribuição de terrenos para as famílias pobres e os imigrantes.

Keywords:
Land legislation
Colonization
Immigration

Abstract: This paper analyzes three projects developed in the lands of the Empire of Brazil during the 1820s. Our goal is to discuss both jerked beef manufacturer Antonio Gonçalves Chaves' liberal propositions to land legislation and José Bonifácio Andrada e Silva's, intending to demonstrate the innovative character of such programs to the new Brazilian State, but also revealing – through a detailed analysis of their articles – their excluding character, taken as "democratic" at the time. The survey of Senator Silva Ferrão's project – unpublished in the historiography of agricultural history – allows our discussion of the conservative principles and its prepositions to land policies. Finally, we conclude by arguing that both liberal and conservative projects did not address the main obstacle to the success of immigration policy in nineteenth-century Brazil: the absence of a wide distribution of land for poor families and immigrants.

Recebido em 05 de janeiro de 2026. Aprovado em 14 de abril de 2026.

Introdução

A Coroa portuguesa contou, no período colonial, com o estatuto das sesmarias para organizar a distribuição de terras no Brasil. Tratava-se de um dispositivo legal criado em Portugal, ainda no século XIV, para garantir a ocupação efetiva das terras concedidas, que na sua colônia americana tinha a função de garantir a produção nas terras outorgadas, e, assim, assegurar a colonização (Alveal; Motta, 2005, p. 427). Ainda assim, o sistema das sesmarias não coibiu abusos e irregularidades, especialmente o acúmulo de concessões, ao arrepio da lei, e, consequentemente, a formação de vastos latifúndios improdutivos. Vários foram os casos de abusos e irregularidades, especialmente as concessões de áreas já ocupadas por posseiros, que perdiam as suas lavouras para especuladores que obtinham um título de concessão sobre áreas já ocupadas por gerações de lavradores. Um dos casos mais notórios foi o do posseiro Manoel José dos Reis, que, em meados de 1822, entrou com um requerimento na Mesa de Desembargo do Paço para garantir a sua permanência na posse em que vivia com a sua extensa família há mais de 20 anos. O então príncipe regente Dom Pedro baixou uma resolução em favor

** Doutorado em História - UFF. Professor associado na Universidade Estadual da Paraíba e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail christillino@hotmail.com.

de Reis, mantendo-o na posse, e revogando as concessões de sesmarias em 17 de julho de 1822, até a convocação da futura Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa (Motta, 1998, p. 125). As outorgas de sesmarias permaneceram suspensas no Primeiro Reinado, por meio da Provisão da Mesa do Desembargo do Paço de 22 de outubro de 1823, solicitando que todas as juntas dos governos provisórios das províncias do Império se abstivessem da concessão de sesmarias até que a mesma Assembleia Geral legislasse sobre a matéria (Junqueira, 1976, p. 71).

A criação de uma legislação que regulamentasse o acesso à terra no Brasil era fundamental para a consolidação do jovem governo sobre as terras devolutas do Império do Brasil, algo central para que se garantisse a ocupação econômica do território. Isso era crucial em termos geopolíticos, pois era preciso garantir um povoamento efetivo do território para afirmação das fronteiras junto aos países vizinhos do Brasil, divisas essas ainda não devidamente definidas. Essa legislação, que o imperador D. Pedro I esperava que fosse aprovada pela Assembleia Geral, era fundamental para ditar os rumos da imigração e da colonização no jovem Império, o cerne do projeto de Nação de José Bonifácio. A historiografia a respeito da Lei de Terras de 1850 possui um considerável número de trabalhos. No entanto, a discussão sobre a política de terras no Primeiro Reinado ainda conta com poucas pesquisas, a maioria delas direcionadas aos debates de José Bonifácio, o que fez com que as proposições de Gonçalves Chaves fossem ofuscadas e o projeto do senador José Carlos Mairink permanecesse desconhecido na historiografia. Por essa razão analisaremos esses três projetos e não discutiremos os projetos do senador Nicolau Vergueiro e do padre Diogo Feijó, já contemplados pela historiografia [1].

O objetivo deste artigo é analisar três projetos de política fundiária apresentados na década de 1820. Investigamos as ilações de Antônio José Gonçalves Chaves sobre a distribuição de terras e a sua relação com o desenvolvimento econômico do Brasil, pela base liberal do seu projeto; as discussões propostas por José Bonifácio Andrada e Silva em torno do tema, por sua marca indelével no processo de emancipação; e o projeto criado pelo senador José Carlos Mairink para a apreciação da Assembleia em 1826, pelo seu caráter conservador e também aquele projeto que ainda foi pouco estudado. Procuramos mostrar que os debates em torno das leis fundiárias adotavam um discurso "modernizador" e de eficiência sobre a colonização do interior do Império, no entanto não tocavam no principal entrave para a imigração no Brasil: a venda de terras a preços muito altos. Apesar das diferenças ideológicas entre projetos considerados liberais e conservadores, todos eles mantiveram limites estruturais do acesso à terra ao criarem barreiras a uma ampla distribuição de terras para famílias pobres e imigrantes. Mesmo o tão prestigiado projeto de José Bonifácio que, por um lado previa a doação de terras a europeus e aos pobres do Brasil, incluindo os pretos forros e pardos, estava condicionado à venda de terrenos "realengos", cujos fundos deveriam ser destinados para as obras públicas, estradas, imigração europeia e, os recursos que eventualmente sobrassem dessas rubricas, seriam aplicados na colonização por meio de "índios, mulatos e pretos forros".

A partir do projeto criado pelo senador José Carlos Mairink, aquele que foi encaminhado ao debate na Assembleia, analisamos o mote central da sua proposta de legislação agrária: a implementação de uma lei que permitisse a barganha para a Governo Imperial junto aos fazendeiros, uma instrumentalização política assim como a Coroa portuguesa se utilizou das concessões de sesmarias até o início do século XIX, e que mais adiante se transformou na base da Lei de Terras de 1850.

O esgotamento do sistema de sesmarias

O sistema de sesmarias, implantado em Portugal em 1375, para resolver os problemas de abastecimento de alimentos, provocado pelo abandono das terras ou pela falta de aproveitamento dos terrenos, foi transplantado para o Brasil enquanto um sistema jurídico que deveria garantir a efetiva ocupação dos lotes distribuídos pela Coroa (Alveal; Motta, 2005, p. 430). Cedo o sistema sesmarial seria burlado pelos governadores das capitanias, que não raro distribuíam concessões para especuladores, que já haviam recebido outras mercês de terras ou então que se utilizavam das suas redes de

relações para obterem um determinado lote, mesmo sem o interesse de ocupá-lo.

Na região da Fronteira da capitania do Rio Grande do Sul, as irregularidades das concessões de terras consistiram principalmente na extrapolação das dimensões de uma sesmaria. Os concessionários se valeram de vários artifícios para se apropriarem de áreas superiores a três léguas quadradas (13.068 hectares). Antônio Gonçalves Chaves, político e charqueador em Pelotas, registrou em suas *Memórias ecônomo-políticas*, em 1822, as irregularidades presentes na distribuição de terras no Rio Grande do Sul (Chaves, 2004). Segundo Chaves, até mesmo o marquês do Alegrete, que foi governador dessa capitania entre 1814 e 1818, constituiu um rico patrimônio através da incorporação de terras públicas aos seus bens pessoais. As áreas apossadas pelo marquês somavam várias sesmarias (Chaves, 2004, p. 120). Muitos burocratas se valeram de seus cargos e influência para a apropriação de terras públicas, que eram vendidas logo após a obtenção das concessões, prática proscrita pela Coroa portuguesa. Um dos requisitos para a doação de sesmaria era de que o concessionário não tivesse "recebido sorte alguma de terra". Os outorgados não poderiam acumular concessões, no entanto forjaram documentos, nos quais eles apareciam, após receberem várias concessões, como pessoas que ainda não haviam sido contempladas com a doação de terras. Contudo, essas apropriações ilegais produziram documentos que conferiram legitimidade pública sobre as terras acumuladas, ao arrepio da Lei.

Essas irregularidades, no processo de apropriação da terra no século XVIII, também foram intensas em Minas Gerais. Francisco Eduardo Pinto (2007) mostrou a concentração de terras por meio do acúmulo de concessões de sesmarias pelos fazendeiros. Na Comarca do Rio das Mortes, o pesquisador mostrou que, entre 70 nomes que foram beneficiados com uma doação, 53 já haviam obtido concessão de sesmaria em outras comarcas. Na Capitania do Mato Grosso, Vanda Silva revelou que a prática do acúmulo de sesmarias nas mãos de um mesmo terratenente era recorrente, como foi o caso do capitão Antonio da Silva Albuquerque que em 1800 havia acumulado seis sesmarias (em torno de 78 mil hectares), valendo-se do nome de terceiros para requerer as mesmas concessões (Silva, 2008, p. 78).

Em 1796, o governador do Pará, Francisco Maurício de Souza Coutinho, ciente da ineficiência das grandes concessões e do acúmulo de terras de forma irregular por alguns fazendeiros, chamou atenção ao fato de que a Coroa portuguesa tinha condições técnicas para a medição das terras concedidas no Brasil. Souza Coutinho intentava cumprir o Alvará de 1795, que previa a obrigatoriedade do cultivo e da medição de terras para a confirmação dos títulos das sesmarias (Motta, 2009, p. 103-126), mas, ainda em 1796, o alvará foi suspenso. O governo português estava consciente de que a sua aplicação provocaria o descontentamento dos terratenentes locais. Os ventos da Inconfidência Mineira ainda sopravam sobre Lisboa. Márcia Motta mostrou que a Coroa Portuguesa sabia das irregularidades cometidas por seus súditos na reclamação de títulos de sesmarias, mas a conveniência política norteou as medidas legais em torno das concessões na sua maior colônia (Motta, 2009, p. 122).

As críticas contra as concessões de terras muito extensas, que inviabilizavam a ocupação efetiva dos terrenos, e a consequente concentração da propriedade da terra, foram frequentes. Os resultados econômicos desse sistema eram pouco satisfatórios, além de sérios prejuízos à geopolítica da Coroa Portuguesa na América. Eis que no crepúsculo do domínio lusitano sobre as terras brasílicas surge uma proposta do liberal Antonio Gonçalves Chaves para uma distribuição mais racional das terras.

As propostas de Gonçalves Chaves: um liberal esquecido nos rincões do Império

Antônio José Gonçalves Chaves foi um português nascido na Vila de Chaves, na antiga província de Trás-os-Montes e Alto Douro, radicado na então vila de Pelotas, provavelmente em 1806, onde estabeleceu a próspera Charqueada São João, em 1810 (Leme, 2018, p. 61). Nesse período, Pelotas estava em franca expansão econômica devido à produção e exportação do charque, uma atividade iniciada na década de 1780 na localidade e que logo

elevaria essa vila a capital econômica da capitania de São Pedro do Rio Grande (Berute, 2011). Em 1820 Gonçalves Chaves hospedou o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, que o descreveu como um homem culto e possuidor de uma significativa biblioteca (Franco, 2004, p. 17). Saint-Hilaire descreveu Chaves como um homem muito rico para os padrões locais, possuidor de uma fortuna avaliada em 600 mil francos, algo em torno de 101:000$000rs (101 contos de réis) [2].

Antônio José Gonçalves Chaves em suas cinco *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, publicadas entre 1822 e 1823, teceu propostas influenciadas pelo liberalismo cujo foco estava na reforma das administrações das vilas e capitanias do Império Português na América, na abolição gradual da escravidão e na reformulação da política de distribuição de terras (Chaves, 2004). Chaves criticou o poder e as administrações dos capitães-generais, as quais considerava despóticas e ineficazes, que precisariam ser substituídas por câmaras municipais e assembleias legislativas com maior poder. Mas o que mais impressiona nas propostas de Gonçalves Chaves é o que diz respeito à escravidão. Em sua *Terceira memória*, Chaves afirmou que a utilização do trabalho cativo era "escandalosa à religião de Cristo"; impedia o aperfeiçoamento e crescimento da população; não criava estímulos a um maior rendimento dos trabalhos e ainda exigia um grande número de trabalhadores empregados no tráfico e na guarda das senzalas, que poderiam dedicar as suas forças à agricultura. Desse modo, Gonçalves Chaves defendeu que o fim do tráfico e da escravidão atrairiam um maior número de europeus ao Brasil; a expansão da mão de obra livre, quando o escravo pudesse alugar a sua própria mão de obra; a expansão da "indústria", com a entrada de máquinas que substituíssem os escravizados (Chaves, 2004, p. 120). Além de afastar as chances de conflitos como aqueles ocorridos no Haiti (1791-1804) e da Bahia (1798-1799). Para isso Chaves propunha, em 1822, o fim do tráfico em 18 meses; a liberdade dos escravizados a partir dos 25 anos e a restrição do uso da sua mão de obra nas embarcações marítimas. Isso no ano da Independência! A *Terceira memória* começou a ser escrita em 1817, e editada em 1822, portanto ela era contemporânea e, sobretudo, mais avançada que a proposta de abolição do tráfico feita por Maciel da Costa em 1821, que não apresentava uma defesa tão enfática da abolição gradual da escravidão (Costa, 1988).

Em sua *Quarta memória*, publicada em meio ao cancelamento das concessões de sesmarias e o Processo de Independência, Chaves expôs suas proposições em torno da distribuição de terras. Segundo ele "... os povos destroem-se reciprocamente por suas demandas nascidas na maior parte pelo mau sistema da repartição das terras" (Chaves, 2004, p. 120). Esse regime trazia então danos para a agricultura, pela concessão de terras muito além da capacidade de cultivo dos concessionários, muitos dos quais recebiam concessões que chegavam ao quádruplo do limite máximo de três léguas (13.068 hectares). Seria o acúmulo de extensas áreas que provocaria o abandono das terras pelos concessionários. Muitos solicitavam as sesmarias para a especulação. Segundo Gonçalves Chaves, até mesmo o Marquês do Alegrete, que foi governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande entre 1814 e 1818, constituiu um rico patrimônio através da incorporação de terras públicas aos seus bens pessoais (Chaves, 2004, p. 231).

> "(...) nunca acontece - por mais cautelas que a lei prescreva - recaírem tais dons em favor dos que mais necessitam e que mais úteis podem ser à agricultura, em forma que, ainda que por nosso direito civil tais terras se devem distribuir a quem tem posses para as aproveitar (posses que só se podem bem explicar pelo gênio laborioso do colono), de fato elas são distribuídas somente a parasitas, sedentários e poderosos (...)."(Chaves, 2004, p. 130)

Também foi muito comum o caso do concessionário de sesmarias que tomava as áreas devolutas adjacentes as suas fazendas, aumentando consideravelmente as extensões das suas propriedades. Em outros casos, alguns terratenentes formavam posses cuja extensão correspondia a várias sesmarias. Esse foi o caso do Barão do Ibicuí, em Cruz Alta, ele apossou cerca de 51 mil hectares de terras de campos e florestas (Christillino, 2019, p. 125) e ainda do ten.-cel. Joaquim Thomaz da Silva

Prado, que se assenhorou de 78 mil hectares de campo e mais 12 mil hectares de matas, em nome dos seus 10 filhos (Christillino, 2019, p. 246-247).

As apropriações abusivas das terras sul-rio-grandenses, no início do século XIX, levaram Antonio Gonçalves Chaves a propor a venda dos terrenos pela Coroa. O político-charqueador defendeu que, através da venda de terras públicas, somente ingressariam nas áreas maiores os indivíduos que realmente estivessem interessados na sua exploração efetiva. Segundo ele, no Brasil, os cultivos mais eficientes e produtivos eram realizados em propriedades de até 121 hectares (500 braças em quadro), esse então deveria ser o tamanho dos lotes vendidos pela Coroa. Gonçalves Chaves também se apoiava no caso da Inglaterra (um modelo que para ele seria próximo da perfeição), onde as pequenas fazendas trabalhadas por implementos aratórios e ceifadores puxados por cavalos, somado às observações de agrônomos, teriam levado a agricultura intensiva ao êxito (Chaves, 2004, p. 126). Os lotes, na proposta de Gonçalves Chaves, deveriam se basear na exploração racional do solo e, dessa forma, as concessões deveriam ser feitas por meio de lotes pequenos, de 484 hectares nas áreas de campo e de 121 hectares nos terrenos de matas, para pessoas que pudessem comprovar a capacidade de exploração sobre a área requerida. As primeiras áreas seriam destinadas à pecuária e as segundas, à agricultura. Essa seria uma alternativa ao modelo das concessões de sesmarias (13.089 hectares) e de datas (1.089 hectares), cujas doações foram suspensas em 1822, ano de publicação da obra de Chaves. De fato, as áreas concedidas no Período Colonial foram muito maiores do que aquelas extensões que poderiam ser efetivamente ocupadas.

Na proposição de Chaves, as câmaras municipais deveriam ser responsáveis pela distribuição das "datas de terras" para pessoas "aptas" à agricultura, que seriam acrescidas de uma junta de bois, uma vaca e um cavalo, cujo valor poderia ser pago em até 10 anos. Onde não houvesse terras devolutas, reservaria-se um quinto (2.613 hectares) das sesmarias com três léguas (13.068 hectares) para a distribuição às famílias pobres, o equivalente a 21 dessas datas de terras propostas para a agricultura. As assembleias provinciais deveriam indicar os "oficiais" para a demarcação e divisão dos terrenos públicos, bem como a produção de mapas das mesmas áreas. Mas somente o governo imperial teria o poder de dividir as terras indígenas, "depois de as haver por alguma transação que o direito autorize" (Chaves, 2004, p. 129). Gonçalves Chaves defendia a cobrança de preços "módicos" pelas áreas distribuídas, em dez prestações anuais, o que equivaleria aos impostos pagos pelas terras já adquiridas em algumas nações europeias. A distribuição proposta elevaria as rendas públicas, ao aumentar o volume da produção. Chaves já mostrava a necessidade da preservação das matas ricas em árvores de lei e outros produtos extrativos, como era o caso do mate. Em 1822, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul exportou 797:183$520rs em charque, 107:273$600rs em couros, enquanto as vendas de erva-mate chegaram a 444:368$960rs. Ou seja, as exportações de erva-mate atingiram 49% da receita obtida através do comércio dos dois principais produtos da pecuária bovina (Christillino, 2019, p. 239). Esses números mostram a importância econômica dessa atividade para o Rio Grande do Sul e Gonçalves Chaves registrou a importância da preservação dos ervais.

Esse era um projeto *avant la lettre*, para a década de 1820, especialmente diante dos problemas gerados pela concentração de terras, decorrentes do sistema sesmarial. Distribuir lotes menores seria uma forma muito mais racional de ocupação do território. Mas foi justamente a exclusão do acesso à terra que produziu famílias livres e pobres que teriam dificuldades em "iniciar" a exploração de uma gleba. Pois mesmo que os novos concessionários, na proposta de Gonçalves Chaves, viessem a receber uma junta de bois, uma vaca e um cavalo para o princípio da ocupação de um lote, eles ainda teriam que dispor de recursos para as ferramentas de trabalho, alimentação até a primeira safra e a construção de casas e galpões, além de redes de relações sociais que permitissem comercializar as suas colheitas a um bom preço no mercado local e, ainda, contar com um fiador para a aquisição dos seus terrenos- isso excluiria grande parte das famílias brasileiras da época. Além disso, teriam que pagar pelos seus terrenos - ainda que em 10 prestações anuais- e isso exigiria safras "cheias" em uma década. Se o colono enfrentasse uma seca ou epifitia, inevitavelmente tornaria-se inadimplente. Ainda

assim o projeto de Antonio Gonçalves Chaves foi avançado para a época, uma vez que as proposições futuras, quando apresentaram o parcelamento dos pagamentos, previam um número de quotas bem menores. No entanto, as proposições de Gonçalves Chaves não ganharam a mesma visibilidade do projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva.

As proposições de José Bonifácio: entre o projeto e o mito

José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos maiores expoentes da história política do Brasil, no século XIX. Monarquista constitucional, teve a sua posição reiterada a partir da sua estadia na França (1790-1791), Andrada e Silva foi um dos mais importantes reformistas de sua época, ou o maior deles, mas evitava a defesa da república (Silva, 1999, p. 158). A sua experiência na França também influenciou a visão dele sobre a escravidão. Em 1791 iniciou a Revolução Haitiana, que deixaria as elites americanas em alerta por décadas. O exemplo da colônia francesa de São Domingos, e o seu impacto em Paris, onde se encontrava José Bonifácio de Andrada e Silva, mostrou a ele o "perigo escravo", levando-o a considerar a escravidão um mal, que deveria ser abolida de forma gradual, de modo a permitir a inclusão do negro na sociedade (Silva, 1999, p. 158), ciente dos problemas de "... um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos" (Silva, 2002, p. 201). O seu projeto de abolição gradual, apresentado em 1823, mencionava, em termos imediatos, a proposta de concessão de mercês e condecorações públicas àqueles senhores que alforriassem mais de 8 famílias escravas, algo que provavelmente seria, uma vez aprovada a Lei, pouquíssimo frequente ao longo do território do Império do Brasil; estabelecia o fim do comércio de escravizados em 4 ou 5 anos; previa a liberdade sob cláusula de trabalho de cinco anos; e o seu décimo artigo propunha a doação uma pequena sesmaria de terras aos "homens de côr forros" (Silva, 2002, p. 209). Um projeto *avant la lettre*.

Nos últimos raios do crepúsculo da Colônia Portuguesa na América, José Bonifácio Andrada e Silva lançou *Lembranças e apontamentos do governo provizorio da provincia de S. Paulo* (Silva, 1821). No artigo 11 do capítulo segundo, dedicado aos negócios do Reino do Brasil, José Bonifácio afirmava que o sistema de sesmarias havia provocado problemas ao desenvolvimento da agricultura e na povoação dos sertões, uma vez que alguns homens "de cabedais e sem escravos" concentravam várias léguas quadradas de terras, sem vendê-las ou permitir a exploração de terceiros. Isso provocaria a formação de povoações espalhadas e isoladas, com uma população que criaria problemas para a Justiça. Dizia que a Coroa deveria seguir o Livro IV das Ordenações Filipinas, que em seu Título 43 determinava que as sesmarias não cultivadas retornassem à massa dos bens nacionais, deixando uma extensão não superior a meia légua quadrada (1.089 hectares) aos seus concessionários, com a condição de iniciarem o seu cultivo. Já os posseiros deveriam receber as terras devidamente ocupadas acrescidas de um lote de 400 jeiras (80 hectares) para o prosseguimento das suas lavouras. A partir daquele momento as terras deveriam ser vendidas, em lotes que nunca excedessem meia légua quadrada (1.089 hectares), e o produto dessas transferências deveria ser utilizado na colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros livres. Bonifácio também defendia a preservação de uma parcela de mata nesses terrenos, para evitar a falta de madeiras e lenhas; a preservação de terras para as futuras povoações e também propôs a divisão dos lotes de um modo em que a maior parte possível dos colonos tivessem acesso aos cursos de água. Ele também chamava a atenção para a necessidade de melhoramentos na mineração, pois sem ela o povoamento e agricultura nas províncias de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais não teriam sido possíveis. José Bonifácio era um dos principais nomes da mineralogia no Brasil e sabia do enorme potencial da mineração no país. A queda abrupta dessa atividade no final do século XVIII e início do XIX trouxe não só a redução da arrecadação como diminuição do afluxo de pessoas para as áreas de exploração de metais. Por outro, a Revolução Industrial exigiu um volume cada vez maior de ferro e aço, então novas oportunidades em torno desse ramo seriam criadas em breve. Assim, a expansão dessa atividade seria importante para o crescimento das povoações e do mercado aos produtos agrícolas nos sertões. Essas propostas de 1821 foram um avanço para as discussões em torno

da colonização na época. E em 1823, por ocasião da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, encarregada de produzir a primeira constituição do jovem Império, José Bonifácio aprofundou as suas propostas para as terras e a colonização no Brasil [3].

Em *Apontamentos sobre as sesmarias do Brasil*[4], José Bonifácio especificou as suas proposições de 1821, de modo a transformá-las em um projeto de lei. As propostas de 1823 foram ainda mais duras com os donos de sesmarias *caídas em comisso* - ou seja, aquelas que não foram efetivamente ocupadas - do que na *Lembranças e apontamentos*. O projeto contava com sete artigos, que tratavam da regulamentação das concessões de terras no período colonial e também da fiscalização, e confisco, das áreas outorgadas que não estavam sendo exploradas economicamente pela agricultura e pecuária. O seu primeiro artigo propunha a retirada das terras dos posseiros que não possuíssem título legal, mas com a cessão de 650 jeiras[5] - 163 hectares - para aqueles que possuíssem instalações e atividades no local de suas ocupações primárias.

No segundo artigo do *Apontamentos* José Bonifácio propôs a devolução das terras recebidas em concessão que não estivessem efetivamente ocupadas. Neste caso, o sesmeiro receberia 1.300 jeiras (326 hectares) com a obrigação de iniciar a sua exploração através de lavouras no prazo de seis anos. Já na *Lembranças e apontamentos* de 1821, Bonifácio havia proposto a preservação de meia légua quadrada (1.089 hectares) nas mãos dos concessionários. O Processo de Emancipação Política e o contexto das guerras de Independência, além das dicotomias políticas da época fizeram com que José Bonifácio mudasse a sua percepção em torno da distribuição das terras públicas, no sentido de ampliar o número de proprietários e com eles a cifra dos cidadãos aptos para defender o novo Estado em armas.

No terceiro artigo, propunha a venda em hasta pública "aos que mais derem das terras", tendo os lotes uma extensão mínima de 650 jeiras (126 hectares) de terrenos públicos. O valor cobrado não poderia ser inferior a 3$200rs por hectare (duas patacas[6] por jeira). Um valor muito alto para um projeto que propunha "facilitar" o acesso à terra no Brasil. Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o valor médio do hectare estava muito abaixo deste valor, em Santana do Livramento, na Fronteira, este patamar foi atingido somente na década de 1860, e em Cruz Alta, no Planalto, no decênio seguinte (Christillino, 2019, p. 265). Ou seja, o Projeto de Bonifácio baseava-se nos valores praticados pelos fazendeiros da Mata Atlântica nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, áreas de ocupação "mais antiga", na faixa mais próxima ao litoral, e com terras "realengas" escassas, mas não levava em consideração a situação das províncias de fronteira, e daquelas que ainda contavam com vastas extensões de terras "públicas". Ainda que o pagamento das terras fosse realizado em cinco prestações anuais, o comprador precisaria de uma entrada de 80$640rs, um valor alto às famílias livres pobres do jovem Estado do Brasil.

José Bonifácio foi um burocrata experiente e preocupado com a administração do Império português, além da influência recebida na sua estadia na França, Saxônia, Áustria, Suécia e Noruega (Priori, 2019). Nesse sentido, ele propôs no sexto artigo do seu projeto, que a cada 36 sesmarias fosse formado um *termo*, que era uma divisão judiciária que geralmente englobava uma vila com um juizado, isto levaria administração de forma mais efetiva aos rincões do Brasil. Previa também que em cada termo ficassem quatro sesmarias, de 130 hectares cada, reservadas para os estabelecimentos públicos. Bonifácio estava ciente dos problemas causados pela devastação das florestas para a abertura de lavouras, e da necessidade de se preservar os recursos naturais, vitais para o estabelecimento das futuras povoações. Os principais deles eram as madeiras, as "drogas do sertão" e as reservas de água, nesse sentido seu artigo quinto propunha a obrigatoriedade de preservação de 1/6 dos terrenos vendidos para proteção das florestas.

O quarto artigo é o mais emblemático do Projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva:

> 4º) Haverá uma caixa em que se recolherá o produto destas vendas, que será empregado nas despesas de estradas, canais e estabelecimentos de colonização de europeus, índios, e mulatos e negros forros.[7]

É corrente na historiografia o projeto de "distribuição de terras aos ex-escravos" proposto por José Bonifácio, de fato a sua proposta foi uma das mais avançadas da época, em termos de um projeto

de nação que englobasse a população de afrodescendentes. Mas temos de considerar que, uma vez aprovada essa lei, quais seriam seus impactos sobre o Império do Brasil. O produto das vendas seria destinado primeiro à abertura de estradas, que constituía a grande reclamação da maioria das câmaras de vereadores e, em 1823, pelas juntas governativas provisórias, e à abertura de canais. Essa era outra demanda frequente nos pedidos de verbas das províncias, especialmente com a finalidade de melhorias no acesso aos portos marítimos e também naqueles localizados nos principais rios do Brasil, como era o caso dos rios: Amazonas, Tocantis, Parnaíba, Paraíba, Capibaribe, dentre outros tantos mais. Além de atender a estas duas demandas centrais das elites locais, o mesmo "caixa" seria destinado para o estabelecimento de colônias com europeus ("especialmente as gentes pobres do Reino"- Portugal, como defendeu nos *Apontamentos sobre as sesmarias do Brasil*), e além deles também os mulatos e os pretos forros. A primeira questão que se coloca é que se a venda de terras, caso o projeto fosse aprovado, seria realmente realizada, dado a prática do clientelismo na distribuição de sesmarias e mesmo da corrupção praticados pelos governadores até então, como mostra Adriana Romeiro (2017). Algo que exigiria um governo imperial forte e com "braços" que alcançassem as paróquias mais distantes, o que não era o caso do comando de Pedro I. Mas ainda que o projeto lograsse êxito, o produto da venda das terras deveria atender duas das principais rubricas dos gastos na colônia e no jovem Império: abertura e conservação de estradas e a construção de canais junto aos portos. As correspondências dos governadores de capitanias e dos presidentes das juntas e, a partir de 1824, dos presidentes de província, tinham várias petições de verbas para obras dessa natureza. Dessa forma, caso viessem a ser vendidos lotes de terras públicas, sobrariam recursos para a imigração? Acaso restassem verbas para o estabelecimento de colonos, os chefes dos executivos provinciais utilizariam esses recursos para a imigração europeia ou para a distribuição de lotes de terras para "mulatos" e "pretos forros"? Para os padrões eurocêntricos e racistas da época[8], essa última opção seria muito pouco provável. Portanto, trata-se de um projeto avançado para aquele período, mas que teria pouco impacto prático naquele momento para a população de afrodescendentes. O projeto não previa a distribuição direta de terras para os ex-escravizados e seus descendentes, ela vinculava o seu acesso à terra aos fundos obtidos com as vendas dos terrenos públicos, e junto de outras demandas que na época eram tidas como "mais importantes". Nesse sentido, o projeto de colonização com ex-escravos não passou de um mito.

Nas *Lembranças avulsas* José Bonifácio aponta para a criação de uma lei que assegurasse aos ilhéus (habitantes do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira), portugueses e galegos contratos de trabalho no Brasil pelo período de cinco a seis anos, com a viagem paga, e ao final desse ciclo poderiam escolher entre receber a passagem de volta ou a concessão de um lote em terras realengas (Silva, 1821, p. 10). Ao mesmo tempo em que propunha que os degredados fossem enviados ao Pará, Mato Grosso e Goiás. José Bonifácio via, inclusive nos desterrados, uma oportunidade para o povoamento das capitanias mais distantes da Corte, assim como a Inglaterra teria feito na Austrália, mas não mencionava a criação de colônias para os ex-escravos.

Preocupado com a modernização da agricultura, José Bonifácio propôs no sétimo artigo do seu projeto, "não dar sesmarias sem que os donos sigam novo método de cultura à Europa" (Silva, 1821, p. 08). Para José Bonifácio, modernizar agricultura era seguir as novas técnicas praticadas pelos europeus, referindo-se principalmente à utilização de máquinas "modernas" para a aração da terra, de semeadeiras de cereais e de ceifadeiras para as colheitas, puxadas por cavalos e bois. Entre os seus apontamentos (*Lembranças avulsas* anexadas ao projeto), estava a proposição do estabelecimento de depósito de máquinas, e demais equipamentos agrícolas, no Brasil, à exemplo daqueles existentes em Estocolmo e em Paris, isto para facilitar o seu envio para as diversas províncias. Uma proposta que precisa ser discutida a partir da produção agrícola do Brasil, nesse período.

No final do século XVIII, já na época contemporânea, as viagens de estudos de José Bonifácio pela Europa, e no início do século XIX, quando o mineralogista encontrava-se na América Portuguesa, a agricultura passava por transformações significativas na Europa e nos Estados Unidos. Nesse

período ocorreu a mecanização de boa parte dos trabalhos agrícolas através da introdução das máquinas aratórias (charruas e arados brabants) de tração animal, para o cultivo do solo em campos permanentes: as semeadoras de trigo, cevada e centeio; as colheitadeiras para esses cereais; as máquinas colhedoras-enfardadeiras, para a produção do feno, e as trilhadeiras que eram empregadas para separar os grãos das palhas e cascas do cereal. Todas essas máquinas eram puxadas e movidas por bois e cavalos (Mazoyer; Rodart, 2010, p. 399). Somente no final do XIX é que as máquinas a vapor começaram a substituir a tração animal. Vale salientar que essa verdadeira revolução na agricultura não atingiu ou pouco mudou os cultivos das videiras e olivais além da pecuária nas áreas montanhosas portuguesas, além de outras partes da Europa. Importante acrescentar que essas transformações também foram incentivadas pelas transformações nos transportes, como o uso das estradas de ferro.

No Brasil, havia uma preocupação com a modernização da agricultura ainda no Primeiro Reinado. Em 1827 foi criada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com intuito de se melhorar a *indústria*, que era entendida enquanto "um conjunto de operações utilizadas para a produção de riquezas" (Guimaraes, 2002, p. 679). A instituição recebia subvenções do Governo Imperial. Inicialmente a entidade atuou através da aquisição de máquinas para exposição ao público, no intuito de divulgar e estimular os agricultores a adquiri-las. Os aparelhos mostrados eram principalmente aqueles usados para descascar o café, separar o ouro de outros metais, descaroçar o algodão, cortar o capim, beneficiar os metais e tecer cordas (Guimaraes, 2002, p. 680). Entre os equipamentos exibidos, não apareciam aqueles de lavrar a terra, as plantadeiras, as ceifadeiras nem os adubos químicos. Provavelmente os coordenadores da instituição estavam cientes da baixa procura por essas máquinas e insumos, ou então da limitação do seu uso entre os nossos agricultores, que tinham na coivara um método considerado por eles mais prático e rentável.

O aperfeiçoamento da "indústria agrícola" foi uma preocupação constante ao longo do Brasil Império, expressa nos relatórios dos presidentes de província e dos ministros da Agricultura, nas publicações referentes a análises sobre a produção rural e também nos *catecismos de agricultura*[9]. A baixa produtividade e o emprego de extensa mão de obra nas lavouras brasileiras eram atribuídos ao atraso dos mecanismos empregados na produção. Cinco décadas após o projeto de José Bonifácio, os livros do visconde de Beaurepaire (1878) e de Frederico Burlamaqui (1870) defendiam que a agricultura brasileira teria condições de multiplicar a sua produção, caso os fazendeiros empregassem "máquinas mecânicas" e introduzissem as técnicas das nações "mais civilizadas". Contudo, as "inovações técnicas" da Europa encontrariam barreiras em meio às práticas adotadas pelos agricultores no Brasil. Nos oitocentos, era mais atrativa economicamente a prática da coivara, que exigia o arroteamento anual de novas áreas de cultivo, do que a recuperação de terrenos exauridos pelo plantio permanente com adubos químicos. Em boa parte dos casos, o custo da fertilização não era compatível com os rendimentos das lavouras brasileiras (Christillino, 2019, p. 191). As máquinas aratórias, que segundo os *catecismos de agricultura* um único instrumento puxado por uma junta de cavalos poderia economizar a mão de obra de 20 ou 30 pessoas (Burlamaqui, 1870, p. 13), de fato poderiam produzir resultados positivos nas regiões onde se praticava o cultivo em campos permanentes, como foi o caso das áreas do cultivo da cana-de-açúcar ao longo da Costa Atlântica, entre São Paulo e o Rio Grande do Norte, nas lavouras de alimentos nas cercanias das cidades ou ainda em cultivos de algodão nos sertões do Velho Norte. Mas esses mesmos instrumentos encontrariam obstáculos entre os troncos seculares presentes na maioria das roças do Brasil, no período. As ceifadeiras de cereais da Europa não estavam adaptadas para a colheita nas lavouras de café, cana-de-açúcar, feijão, algodão, mandioca, milho e tabaco, os principais cultivos do Brasil na época. Os implementos europeus, no século XIX, num geral não se adaptavam às lavouras tropicais no Brasil, onde imperava a prática da coivara.

Ester Boserup discutiu a intensificação agrícola na Europa, analisando o abandono da prática da coivara pelos agricultores no *Velho Continente*. Para ela a questão central da mudança foi a pressão demográfica e não a modernização das técnicas (Boserup, 1987). Dessa forma, seria um

cálculo racional a prática da coivara entre os agricultores brasileiros, e não adoção de cultivos em campos permanentes, uma vez que havia a farta disponibilidade de terras florestais na maioria das províncias.

A modernização da agricultura era reconhecida já na década de 1820, enquanto um dos pilares para impulsionar a produção agrícola no Brasil, contudo o principal problema da "indústria rural" do Brasil era a concentração de terras.

Em novembro de 1823 a Assembleia Constituinte foi fechada. José Bonifácio foi preso e dias depois exilado na Europa. O primeiro projeto para as terras do jovem Império foi engavetado. Mas lançaria algumas bases para a futura Lei de Terras de 1850, especialmente no que dizia respeito à venda das terras a preços altos e sem levar em consideração as especificidades regionais e a enorme variação do preço da terra nas diversas localidades, o uso dos recursos obtidos na comercialização de terrenos para a contratação de imigrantes europeus e a preservação de faixas de terras para os logradouros públicos.

O projeto do senador José Carlos Mayrink: a saída conservadora

José Carlos Mairink da Silva Ferrão nasceu na então cidade de Vila Rica, na capitania de Minas Gerais, em 1771. Foi para Pernambuco trabalhar como secretário do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, onde casou com Joanna Maria de Deus Pires Ferreira Gomes, filha de um abastado dono de engenhos e comerciante (Jardim, 2020, p. 174-175). Um casamento que lhe proporcionou a fortuna que não levou de Minas Gerais. Silva Ferrão envolveu-se na Revolução de 1817 em Pernambuco, mas conseguiu retornar ao seu posto de secretário sem maiores prejuízos à sua carreira política (Silva, 2021, p. 154). Quando ocorreu a Emancipação Política do Brasil, ele participou do Governo Provisório de Pernambuco, e depois foi o seu primeiro e terceiro presidente de província e também senador, a partir de 1826 (Mello, 2004).

José Carlos Mairink da Silva Ferrão era considerado um homem rico, para os padrões de Pernambuco. O seu inventário aberto em 1846 apontou um patrimônio de 230 contos de réis[10], uma quantia alta para um mineiro que "veio fazer carreira" em terras pernambucanas. Ele possuía os engenhos Do Meio e Pindorama, no Cabo de Santo Agostinho, uma fazenda em Bonito (área de pecuária e produção de alimentos), alguns sítios e sobrados alugados no Recife, e uma "parte de terras" em Portugal. Silva Ferrão teve três filhas, sendo que duas delas faleceram antes do pai. No inventário consta que o senador fez importantes adiantamentos de heranças aos seus três genros, especialmente por meio de propriedades: repassou 22 contos ao genro e sobrinho Bernardo Tolentino da Costa Reis, as rendas do Engenho do Meio - 20 contos - para José Pires Ferreira e 22 contos a José Thomaz do Aguiar [11].

José Carlos Mairink da Silva Ferrão, ao assumir a sua cadeira no Senado do Império em 1826, não deixou de expressar a visão de mundo dos seus pares em Pernambuco: os senhores de engenho e os comerciantes. Algo expresso no período em que esteve à frente da presidência da província de Pernambuco. Assim que assumiu a sua vaga no Senado, o mineiro radicado em Pernambuco formulou um projeto para as terras públicas, provavelmente em 1827[12]. A sua proposta, assim como a de José Bonifácio e de Gonçalves Chaves, não saiu do papel, mas mostra as concepções em torno da política de terras e da colonização do grupo mais conservador no Primeiro Reinado. A preocupação central de Silva Ferrão era a demarcação e a venda das terras públicas, como forma de alavancar a colonização. Além da mensuração das terras particulares, um tema muito caro aos produtores de açúcar em Pernambuco.

A colonização nessa província teve início no século XVI através de concessões de terras na Zona da Mata. Nessas unidades produtivas consolidou-se o domínio dos herdeiros e compradores das parcelas nas primeiras doações, cujas terras eram as mais importantes para as lavouras canavieiras. As regiões do Agreste e do Sertão foram colonizadas mais tardiamente em relação às terras da Zona da Mata e foram ocupadas principalmente pela pecuária (Ferraz, 2014). Ainda na primeira metade do século XVIII, a Capitania de Pernambuco contava com um rebanho vacum de pelo menos 60 mil cabeças (Linhares, 1996, p. 133). No Sertão, a

"indivisibilidade" das propriedades foi prática amplamente utilizada, principalmente enquanto uma forma de garantir o acesso dos vários núcleos familiares de herdeiros aos diferentes recursos ambientais e benfeitorias das "antigas fazendas". O uso das fazendas "em condomínios" também foi uma forma de preservá-las de uma geração a outra assegurando aos herdeiros a concentração de terras (Burlamaqui, 2017).

A análise dos registros paroquiais de terras da década de 1850 permite mostrar que a exploração "em condomínio" de áreas *pro indivisas* foi a grande marca da Zona da Mata pernambucana. Em Nazaré da Mata as declarações mostram uma ocupação antiga, com longas cadeias sucessórias que, entre outros motivos, levou ao fracionamento das propriedades dos engenhos. A maior parte dessas unidades produtivas não estava dividida, seus donos não apontavam extensão exata das suas heranças nem sua localização no interior das áreas de um engenho, se baseavam apenas no seu "valor judicial". A sucessão de propriedade ocorreu sem a divisão da área por meio de medição. Grande parte dos engenhos eram constituídos de várias propriedades formando uma única unidade produtiva, em uma tentativa de viabilizar a produção do açúcar aos membros de uma mesma família. Isso fazia com que as comarcas judiciais recebessem grande número de ações oriundas das disputas por terras (Christillino, 2013). Nessas condições, seria muito difícil a utilização dessas parcelas *pro indivisas* de engenhos em hipotecas ou mesmo a sua comercialização fora do núcleo familiar. Dessa forma, José Carlos Mairink da Silva Ferrão focou o seu projeto na medição das terras públicas e privadas.

Silva Ferrão elaborou a sua proposta em resposta ao debate iniciado na Câmara pelo então deputado por São Paulo, Nicolau Campos Vergueiro, em 1826. Vergueiro foi juiz de sesmarias naquela província e apresentou um *Projeto sobre terras nacionais*. Vergueiro era um crítico das concessões de áreas extensas no período colonial, que provocaram a concentração e desestimularam a produção, assim a questão central do seu projeto era a regularização das sesmarias devidamente demarcadas e ocupadas (Moreira, 2024, p. 89). No entanto, tratava-se de um projeto conciliador, na medida em que não previa a perda da área não cultivada, e sim a obrigatoriedade de sua venda pelo preço estipulado no projeto para as terras públicas e ainda estabelecia um prazo para a realização das demarcações (Moreira, 2024, p. 35). Esse projeto logo causaria um forte impacto político na Câmara Geral do Império, o que limitou a sua tramitação. Mas foi a proposição do padre Feijó que causou a maior repercussão nesse período.

Em 1828, o plano do deputado paulista previa que todo o cidadão emancipado (homem livre solteiro acima de 25 anos[13] ou casado a partir de 21 anos) teria direito a um lote de 100 braças quadradas (4,84 hectares), mais outra gleba dessas caso fosse casado, e 50 braças quadradas (2,22 hectares) para cada filho e mais 100 braças quadradas para cada grupo de 5 escravizados que possuísse. Essas áreas seriam dobradas caso os terrenos fossem de campos. Previa a legitimação apenas das concessões que seguiram as determinações da legislação das sesmarias e que estivessem plenamente ocupadas. Também ratificava a proposição de Vergueiro de que os sesmeiros que não estavam ocupando as suas concessões, deveriam iniciar a sua exploração ou então vendê-las. Feijó defendia que os terrenos vendidos pelo Governo Imperial não deveriam ultrapassar meia légua em quadro (1.089 hectares), isso para evitar a concentração, o "grande mal" da agricultura na época. A comercialização das terras deveria contar com a medição e demarcação dos terrenos, sob a supervisão do juiz de paz (Motta, 1998, p. 127-128).

As propostas de Vergueiro e Feijó não encontraram apoio entre seus pares. Nessa direção, o senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão formulou o seu projeto. Ele propôs que a medição e a demarcação das terras públicas ficariam ao encargo do Governo Imperial e elas deveriam principiar pelas áreas devolutas mais próximas das cidades e povoações que fossem sede de paróquias[14]. A administração central nomearia um *juiz tombador* em cada comarca para o mapeamento das terras públicas, cargo esse que poderia ser preenchido pelo juiz de Direito da respectiva comarca que, quando considerado suspeito por algum proprietário interessado nas medições, deveria ser substituído por outro juiz de Direito indicado pelo presidente de província. Também seriam os chefes dos executivos provinciais que nomeariam os engenheiros

responsáveis pelas medições. O artigo 03 previa que, na ausência de agrimensores (engenheiros) nacionais, o presidente de província poderia contratar estrangeiros habilitados.

A agrimensura das terras públicas seria um verdadeiro ultimato para os proprietários. Antes da demarcação, seria dado um prazo de três meses para aqueles que alegavam serem proprietários dos terrenos vizinhos a essas áreas "públicas" apresentarem os documentos comprobatórios de suas propriedades. Nesse sentido, seriam considerados títulos legais as cartas de sesmarias; as escrituras de compra, doação e morgadios; e as posses pacíficas e ininterruptas por mais de 40 anos. Todas as demais "terras não comprehendidas" nessas três situações seriam consideradas devolutas! O impacto político desse sétimo artigo poderia ser devastador, caso fosse aprovada a proposta de lei. Ainda mais na fase final do combalido governo de Dom Pedro I.

Na proposição de José Carlos Mairink da Silva Ferrão, as terras públicas loteadas, inicialmente aquelas mais próximas das vilas e povoações, seriam as primeiras vendidas em leilões. A proposta tinha o objetivo de fazer um caixa que seria "empregado para amortizar a moeda papel"[15]. Essa proposta distanciava-se das duas anteriores. Enquanto Gonçalves Chaves tinha como foco promover a colonização, através das vendas em lotes menores, com prazos de 10 anos para o seu pagamento e, inclusive, previa a distribuição de terras para as famílias pobres, José Bonifácio defendia o emprego de receitas obtidas com a comercialização de terrenos públicos com obras viárias e na contratação de imigrantes na Europa, Silva Ferrão focava no equilíbrio das contas públicas. Isso porque o senador por Pernambuco tinha outros planos para a "substituição" da mão de obra escravizada.

José Carlos Mairink da Silva Ferrão, quando ocupou a presidência da província de Pernambuco em 1827, relatou em ofício ao ministro da Justiça, o visconde de São Leopoldo, que os indígenas em Pernambuco iriam desaparecer, em função da sua "mistura" com os pardos e negros, e que via com bons olhos o uso da sua força de trabalho, na substituição da mão de obra escrava (Dantas, 2018, p. 56). Ferrão defendia que os indígenas fossem emancipados da tutela imposta pelo Diretório dos Índios de 1757, deveriam ser "igualados" aos demais cidadãos, o que facilitaria a sua inserção na sociedade enquanto trabalhadores, e suas terras deveriam ser divididas em seguida (Dantas, 2018, p. 245). Muitos historiadores atribuem a Varnhagen o pioneirismo em pensar nos indígenas, tanto os aldeados quanto aqueles "dispersos", enquanto uma alternativa de mão de obra diante do fim do tráfico internacional de escravizados, mas as correspondências de Silva Ferrão mostram que essa foi uma ideia já difundida entre os políticos do Primeiro Reinado. Nesse sentido, o senador propôs no artigo 13 do seu projeto que:

> Art. 13- As terras pertencentes aos Índios serão tão bem demarcados da mesma forma e divididas em tantas porçoens, quantos forem os chefes índios de famílias dos mesmos Índios, que ali existirem, cada um dos quaes ficará sendo proprietario da sua porção, conforme as leis, ficando assim extinta a Diretoria dos Indios. [16]

Sabia o senador Silva Ferrão que a distribuição de lotes de terras para os indígenas faria com que grande parte deles, ao perderem as garantias da ocupação e produção coletiva dos aldeamentos, acabassem abandonando os seus lotes, ou vendendo-os a baixos preços para os fazendeiros, e assim obrigando-os ao trabalho nas grandes fazendas. Esse era um processo que já ocorria no Aldeamento de Escada.

Na Freguesia de Escada estava localizada uma das mais importantes aldeias indígenas de Pernambuco, mas apenas três declarantes citaram as terras do aldeamento nas suas confrontações. Os registros paroquiais mostram uma estrutura fundiária recente no interior de uma região de ocupação antiga. Fica nítido que ocorreu uma expansão sobre as áreas públicas - as terras indígenas – e elas não foram citadas para que os proprietários escondessem as suas apropriações irregulares e consolidassem as suas fraudes juntamente com a de seus vizinhos. Essa estratégia inviabilizou o mapeamento das terras pertencentes ao Governo Imperial em Escada. Ao mesmo tempo em que expulsou centenas de indígenas daquelas terras (Christillino, 2013).

A viabilização das vendas das terras pelo Estado era o objetivo central do projeto de José Carlos Mairink da Silva Ferrão. Para isso ele

propunha um mapeamento minucioso das terras públicas e particulares do Império do Brasil. Para tal, ele recomendava que quando fosse realizada uma demarcação tanto de propriedade particular ou de terreno devoluto, o engenheiro deveria produzir três mapas: um seria entregue ao proprietário - ou arrematante do terreno público - outro seria arquivado na câmara municipal onde a área estivesse localizada, e o último permaneceria sob a guarda da secretaria da presidência de província. Em seu artigo 17 previa que o pagamento das medições das terras particulares deveria ser custeado pelo proprietário e seus confrontantes, de acordo com o tamanho da linha divisória, enquanto o mapa deveria ser pago pelo requerente. Já as despesas com a demarcação das terras dos aldeamentos indígenas deveriam ser quitadas pelo Tesouro Imperial, mas nos casos em que fossem limítrofes às propriedades privadas, seus proprietários deveriam pagar a parte correspondente a sua "linha e marcos".

Após concluídos os trabalhos de demarcações de uma comarca, Silva Ferrão propunha a confecção de três mapas da mesma comarca com todas as propriedades particulares nela existentes e as terras públicas, um exemplar seria arquivado na câmara municipal que a sediava, outro na secretaria da presidência de província e um último na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Após as medições de toda uma província, seriam feitos três mapas dessa unidade administrativa, sendo o primeiro deles destinado a câmara municipal da sua respectiva capital, outro na secretaria da presidência de província e um último na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. O artigo 20 determinava que o engenheiro responsável pelo mapa de uma comarca deveria apontar os melhoramentos que poderiam ser feitos naquela localidade, especialmente em termos de transportes. Previa também, em seu artigo 21, que o Governo deveria providenciar a confecção de um mapa de todo o Império que, assim como os mapas das províncias, deveriam servir para a reprodução de cópias, tanto por particulares como pelas repartições públicas, onde pudessem ser úteis. Esse era o ponto mais avançado do projeto de lei do senador Silva Ferrão: o mapeamento das terras públicas. Algo fundamental que o estado brasileiro ainda não realizou, em pleno século XXI!

A preocupação com a confecção de representações gráficas, para o mapeamento das terras públicas e particulares, também visava evitar os litígios com os rumos e as confrontações, que geravam muitas ações judiciais no período (Motta; Guimarães, 2011). No entanto, a obrigatoriedade da medição das terras dos particulares não aparece na proposta.

O projeto de José Carlos Mairink da Silva Ferrão representou os interesses de uma elite proprietária de uma região de ocupação mais antiga em relação a outras localidades do país. Em Pernambuco, em 1827, praticamente não haviam mais terras devolutas, apenas aqueles terrenos dos aldeamentos indígenas ainda poderiam ser considerados públicos. Para esse grupo que representava as regiões cuja colonização iniciou ainda no século XVI, onde praticamente não restavam mais "terras devolutas" para a apropriação, medir e demarcar as suas terras seria importante. Ao contrário das demais regiões, a maioria dos grandes potentados do "velho norte"[17] não estavam preocupados em fazer avançar suas divisas sobre "os chãos realengos". O mais importante para esse grupo seria medir e demarcar as suas propriedades, de forma a evitar contendas judiciais, viabilizar o comércio de terras – lotes demarcados poderiam ser vendidos "fora da família" - e, principalmente, evitar o pagamento do imposto territorial. Uma questão importante para as finanças do jovem Estado, que Silva Ferrão não tocou em seu projeto. Um tema que norteou os debates sobre a Lei de Terras no Senado do Império em 1850 (Christillino, 2023, p. 265). Em 1856, Francisco Adolfo Varnhagen defendeu que a tributação seria o meio mais fácil de separar as terras particulares das áreas públicas, e incentivar os proprietários de vastas áreas desocupadas a repassá-las ao governo geral (Christillino, 2021, p. 09). Mas isso estava fora de cogitação na Câmara e no Senado, ao longo do período imperial.

O projeto para as terras do senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão foi, sem dúvidas, o mais conservador de sua época, na medida em que não propunha questionar a validade das concessões de sesmarias, apenas demarcá-las. Ainda assim não foi adiante, em função da falta de apoio ao governo de Pedro I. No entanto, ele lançou as bases para a futura Lei de Terras de 1850, ao defender a compra

como o único meio de acesso à terra. Essa foi a proposição mais excludente entre as três propostas analisadas, pois a proposição de vendas realizadas por leilões praticamente inviabilizaria o acesso à terra pelos mais pobres, fossem eles imigrantes ou aqueles nascidos em território brasileiro. A arrematação exigiria o pagamento à vista, excluindo o parcelamento dos lotes, que foi a prática que impulsionou a imigração no Império do Brasil.

Considerações finais

No momento da Independência do Brasil, a aprovação de uma legislação sobre as terras seria fundamental para o novo Estado, pelas questões legais e principalmente para a implementação de uma política de colonização, que alavancasse a economia e que desse respaldo à geopolítica do jovem império. Em um primeiro momento surgiram dois projetos importantes, de Antônio José Gonçalves Chaves e de José Bonifácio de Andrada e Silva, de fundamentação liberal e voltados contra os abusos do sistema sesmarial. Eram projetos avançados para a época, mas ao mesmo tempo não tocavam no principal problema da baixa produtividade da agricultura brasileira do período: a falta de uma distribuição gratuita e racional da terra. Ambos previam o pagamento parcelado das áreas que fossem vendidas pelo Governo Imperial, o que excluiria a esmagadora maioria dos lavradores do acesso à terra. Quando o deputado padre Feijó apresentou um projeto que previa a distribuição de pequenas glebas sem a necessidade de pagamento aos cidadãos do Estado brasileiro, o senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão trabalhou na formulação de um projeto "conservador". Mais reacionário em relação à venda da terra, que deveria ser realizada por meio de leilões, sem o parcelamento do pagamento e sem a previsão de lotes "mínimos", criaria empecilhos até mesmo para que as famílias das "camadas médias rurais" da época compassem lotes de terrenos públicos. O projeto de Silva Ferrão praticamente fecharia as portas do Império para a imigração europeia da época, que era vista como a "solução de todos os males" do Brasil à época.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba pelo incentivo à pesquisa por meio da concessão de verbas ao nosso projeto de iniciação científica, a partir do qual reunimos dados para este artigo. Fico grato ao Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães pela ajuda na conversão do marco em mil réis. Igualmente ao colega Prof. Dr. Paulo Fontes Cadena pela disponibilização do inventário do senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão, em formato digital. Também agradeço ao economista João Lira Braga Neto pelo auxílio no entendimento da estrutura fiscal do Império do Brasil. Por fim, expresso a minha gratidão aos comentários dos avaliadores anônimos da Revista Cadernos do CEOM, que ajudaram a melhorar a versão final do manuscrito.

Notas

1 Sobre os projetos de regularização fundiária do senador Nicolau Vergueiro e do deputado Diogo Feijó ver: (Motta, 1998; Moreira, 2024).

2 De acordo com Thomas Piketty (2014, p. 123), "...no século XIX e no início do século XX, cada um sabia que uma libra esterlina valia em torno de 5 dólares, 20 marcos e 25 francos". Assim, os 600 mil francos corresponderiam a 24 mil libras, que multiplicadas por 4$190rs cada uma, atingiria o monte-mor de 101:694$920rs. Na então Capitania de São Pedro em 1820 era uma quantia elevada e colocava Gonçalves Chaves no grupo mais rico da província (Osório, 2007, p. 268). Sobre essa questão ver também Moura Filho (2011).

3 Nosso objetivo aqui é analisar a relação do projeto com a política de colonização do Império. Sobre o debate sobre o Direito e a propriedade ver (Pombo; Machado, 2019; Motta, 2009).

4 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos sobre as Sesmarias do Brasil. Notas sobre as sesmarias e milícias no Brasil. 1823. Lata 192 - pasta 19 - doc1/2. IHGB.

5 Uma jeira correspondia a uma extensão de 2.520 metros quadrados. Ver (Lacerda; Guimaraes, 2005, p. 290).

6 A pataca equivalia a 320 réis no momento da Independência. Conforme (Costa; Marcondes, S/D, p. 02).

7 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos sobre as Sesmarias do Brasil. Notas sobre as sesmarias e milícias no Brasil. 1823. Lata 192 - pasta 19 - doc1/2. IHGB.

8 Sobre o racismo e as teorias raciais no período ver Bezerra (2024).
9 Ver Beaurepaire (1878); Burlamaqui (1870); Pinto (1869).
10 Para uma análise detalhada da fortuna de José Carlos Mairink da Silva Ferrão ver (Lima, 2016).
11 Inventário em 1846 Juízo de Órphãos da Comarca do Recife. IAHGP.
12 Documentos avulsos, Senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão, IHGB.
13 Conforme previa a Constituição de 1824, ao determinar essa a idade mínima para os votantes, para o imperador ascender a Coroa, para o herdeiro imperial assumir uma vaga no Senado e para os políticos assumirem um cargo.
14 Documentos avulsos, Senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão, Art. 01 - IHGB.
15 Documentos avulsos, Senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão, IHGB.
16 Documentos avulsos, Senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão, IHGB.
17 Expressão defendida por (Nascimento, 2023, p. 67).

Referências

ALVEAL, Carmen Oliveira & Motta, Márcia Maria Menendes. Brecha Camponesa. In: Márcia Motta. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 427-431, 2005.

BEAUREPAIRE, Visconde de. **O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1878.

BERUTE, Gabriel S. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro:** negócios, mercadorias e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BEZERRA, Rafael Santana. As Teorias Raciais no Brasil: a repercussão das "teorias raciais" nos periódicos pernambucanos (1880-1889). In: CHRISTILLINO, C. L.; SCHETTINI, V. F.; AMANTINO, M. (Org.). **O que disse a imprensa sobre a escravidão no Brasil**. São Gonçalo: Editora Igualdade, p. 220-227, 2024.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BURLAMAQUI, Maria Ferreira. **Condominium**: práticas de sociabilidade e propriedade de terra - Vale do São Francisco - Império do Brasil. São Paulo: Paco, 2017.

BURLAMAQUI, Frederico. **Catecismo de Agricultura**. Rio de Janeiro: Typographia 16 de Julho, 1870.

CHAVES, Antonio Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. 4 ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS/COPESUL, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Recife: Ed. UFPE, 2019.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A Lei de Terras de 1850: aplicação, política e geopolítica do Império do Brasil. In: MOTA, Maria Sarita; SECRETO, María Verónica; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. (Org.). **A terra e seus historiadores**: lições de história agrária na América Latina. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023, p. 268–270.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Vinho velho em pipa nova: as propostas de Varnhagen para a reformulação da Lei de Terras de 1850. **Anos 90**, n. 27, p. 1–17, 2021. DOI: 10.22456/1983-201X.100034

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A Zona da Mata Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX. **Clio**, v. 01, p. 70–103, 2013.

COSTA, Iraci del Nero da; MARCONDES, Renato Leite. **A moeda no Brasil**. FEA-USP, S/D.

COSTA, João Severiano Maciel da. **Memórias sobre a Escravidão**. Rio de Janeiro / Brasília: Arquivo Nacional / Fundação Petrônio Portella / Ministério da Justiça, 1988.

DANTAS, Mariana A. **Dimensões da participação política indígena**: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

FERRAZ, Maria do Socorro. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. In: FRAGOSO, João Ribeiro & GOUVÊA, Fátima. **O Brasil colonial**. Vol. 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 171-226, 2014.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. In: Ronaldo Vainfas. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial** (1822-1889). 1ed.Rio de Janeiro: Editora Objetiva, p. 679–680, 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. Notícia bio-bibliográfica. In: CHAVES, Antônio José G. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. 4.ed. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, p. 15–19, 2004.

JARDIM, Ana Cristina Magalhães. **Processos de nobilitação e o modo de viver à Lei da Nobreza de uma família mineira**: Vila Rica, 1736-1853. 387 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ouro Preto, Mariana, 2020.

JUNQUEIRA, Messias. **O instituto brasileiro das terras devolutas**. São Paulo: Lael, 1976.

LACERDA, Antonio Henrique Duarte; GUIMARÃES, Elione Silva. Medidas Agrárias. In: Márcia Maria Menendes Motta. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 289-291.

LEME, Marisa Saenz. Entre o Congresso de Lisboa e a Constituinte brasileira: concepções de estado do empresário luso-gaúcho Antônio José Gonçalves Chaves. **Revista Brasileira de História (online)**, n. 38, p. 57-80, 2018.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo**, Niterói, vol. 01, nº 02, p. 132-150, 1996.

LIMA, Tatiana Silva. Escravidão e liberdade: o trabalho doméstico no Recife, 1830-1870. **Revista Embornal**, n. 07, p. 89-109, 2016.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**: o federalismo pernambucano, 1817-1824. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOREIRA, Vinicius Diniz. **A política de terras no Império do Brasil**: uma reengenharia institucional *(1822-1850)*. Dissertação (Mestrado

em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; APERJ, 1998.

MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil**. A gestação do conflito. 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Marcia; GUIMARÃES, Elione Silva (Orgs.) **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava; Niterói: EdUFF, 2011.

MOURA FILHO, Heitor Pinto. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). Belo Horizonte: **Cadernos de História**, n. 11, p. 9–34, 2011. DOI: 10.5752/P.2237-8871.2010v11n15p9

NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. **Nas terras do 'norte distante'**: a legislação fundiária, a propriedade rural e a política imperial na Província do Amazonas (c. 1850 – c. 1880). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Francisco Eduardo. Inácio Correia Pamplona e as sesmarias dos confins da Comarca do Rio das Mortes. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Campos em disputa**: história agrária e companhia. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, p. 155–188, 2007.

PINTO, Jerônimo Pereira. **Esboço do manual de agricultura campista**. Rio de Janeiro: Laemert, 1869.

POMBO, Nívea; MACHADO, Marina. Na antecâmara do Império: o direito à terra e o debate sobre a propriedade no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1819-1822). **Tempo**, n. 25, p. 26–45, 2019. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2018v250102

PRIORE, Mary Del. **As vidas de José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder**. Uma história, séculos XVI a. XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. José Bonifácio: pensamento e ação de um estadista no processo de construção da nação. In: PRADO, Maria Emília. **O Estado como vocação**: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, p. 133–164, 1999.

SILVA, Jeffrey Aislan de Souza. **O Tribunal da Relação de Pernambuco**: conflitos, governança e atuação política dos magistrados (1795-1822). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2021.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In Caldeira,

Jorge (org.). **José Bonifácio**. São Paulo: Ed. 34, p. 200–217, 2002 [1823].

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Lembranças e apontamentos do governo provizorio da provincia de S. Paulo para os seus deputados**, mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real, Principe Regente do Brasil; a instancias dos mesmos senhores deputados. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1821.

SILVA, Vanda. **Administração das terras**: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.12

Quando os subúrbios cariocas eram rurais: uma análise sob o olhar das redes proprietárias a partir do Engenho Novo, Engenho de Dentro e Engenho da Serra (XVIII-XIX)

When Rio de Janeiro's suburbs were rural: an analysis from landowner networks perspective from Engenho Novo, Engenho de Dentro, and Engenho da Serra (18th-19th Centuries)

Rachel Gomes de Lima*

Palavras-chave:
Subúrbio carioca
Redes proprietárias
Direitos de propriedades

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a categoria de subúrbio como uma conceituação histórica, considerando particularidades temporais e espaciais. Como exemplo, trazemos o conceito de "subúrbio carioca" a partir de fontes do Rio de Janeiro Colonial e Imperial. Nesta conjuntura, analisa-se também as redes proprietárias que vivenciavam estes espaços por meio de seus direitos de propriedades, estratégias de transmissão e negociação de terras. Três propriedades fronteiriças são o recorte espacial escolhido para a análise: o Engenho Novo, o Engenho de Dentro e o Engenho da Serra.

Keywords:
Carioca suburb
Landowner networks
Ownership rights

Abstract: This article aims to analyze the category of suburb as a historical concept, based on temporal and spatial particularities. As an example, we present the concept of "Carioca suburb" from sources in colonial and imperial Rio de Janeiro. In this context, we also analyze the landowner networks that experienced these spaces as a result of their land ownership rights and strategies for land transfer and negotiation. Three border properties are the spatial focus chosen for our analysis – Engenho Novo, Engenho de Dentro and Engenho da Serra.

Recebido em 29 de fevereiro de 2026. Aprovado em 20 de maio de 2026.

Introdução

> Senhora *(...)*
>
> Dizem o Sargento Mor Manoel Joaquim da Silva e Castro e o Capitão Manoel de Araújo Gomes que sendo senhores e possuidores de uma Fazenda com seu engenho de fazer açúcar chamada o Engenho Novo, **sita nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro**, cuja fazenda rematou no Juízo da Fazenda Real da mesma cidade e por ter sido dos Padres denominados Jesuítas, a Câmara da Cidade violenta e despoticamente fez abrir aos suplicantes um caminho pela dita fazenda para servidão com o título de pública, a tempo que foi me sempre outro caminho por onde servirão de via dantes e que indo os suplicantes (...) como querem mostrar pelos meios ordinários que não tem obrigação de dar passagem e como que violentamente lhe fez fazer necessitão que V. Magestade lhe faça a graça de mandar passar provisão para poder ser citado o Procurador da Camara da Cidade (...)[1].

O requerimento acima foi realizado por dois sócios, comerciantes da praça da cidade do Rio de janeiro, no ano de 1785, após o Provedor da Câmara

* Doutora e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade Candido Mendes nos cursos de Direito e História. Pesquisadora do INCT Proprietas. Membro dos coletivos civis Engenhos de Histórias e Diálogos Suburbanos. E-mail: rachellimaprof@gmail.com.

da cidade impor a construção de uma passagem pública por suas terras, mais especificamente a Fazenda do Engenho Novo nos ditos "subúrbios do Rio de Janeiro". O sargento Mor Manoel Joaquim da Silva e Castro e Manoel de Araújo Gomes haviam arrematado em hasta pública a propriedade que pertencera aos jesuítas por concessão de sesmaria. Após a expulsão dos inacianos das colônias portuguesas na conjuntura das reformas de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, algumas propriedades dos padres foram levadas à arrematação pública e outras permaneceram sob administração real. Os comerciantes citados participaram de ambos os casos tendo arrematado algumas propriedades dos inacianos, mas também inserindo-se na administração da Fazenda Real de Santa Cruz, como veremos mais à frente. Contudo, antes de aprofundarmos sobre a historicidade destes personagens, a dinâmica fundiária e suas redes de sociabilidade no rural carioca, optamos por debater e dar destaque nesta parte inicial de nosso artigo à afirmação em negrito do documento citado, que localiza a propriedade do Engenho Novo como estando "**sita nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro**".

Os subúrbios como categorização histórica

A categorização "subúrbio" é pouco discutida pelos historiadores que pesquisam o período colonial ou imperial da História do Brasil, sendo historicizada pelos geógrafos como meio de compreensão da atuação da sociedade em seu meio físico (Abreu, 1997; Fridman, 1999; Fernandes & Oliveira, 2010; Fernandes, 2011). Nos últimos anos, o debate tem ganhado espaço com pesquisadores de diversas áreas que se dedicam à história da cidade do Rio de Janeiro (Santos, Mattoso & Guilhon, 2019; Carneiro & Mattoso, 2023) com maior enfoque aos séculos XX e XXI.

No início de nossas pesquisas na década de 2000, ainda em curso de graduação, esta região espacial da cidade era pouco trabalhada pela historiografia que sempre deu maior destaque às freguesias urbanas, tanto sobre seu processo histórico de formação, como as transformações sobre aquela que seria a capital do Vice-reino, do Império e da República. O máximo que debatiam era sobre as reformas ocorridas na Cidade Nova, com seus aterros necessários para modernizar a capital imperial e integrar o centro urbano ao seu entorno. Poucos eram os estudos e teses existentes sobre as chamadas freguesias rurais da cidade[2], o que nos fez ignorar serem elas os *subúrbios*, utilizando apenas a descrição de *rural carioca* durante o mestrado e o doutorado (Lima, 2012; Lima, 2018) sem saber que as duas categorizações teriam muitos pontos em comum.

Os subúrbios são genericamente vistos como locais de ausência de cultura, estrutura, como espaço da cidade distante e dependente da área urbana, degradado, ou ainda identificados com operariado e com as linhas férreas. Esta visão, construída ao longo do século XX, ignorou a grande pluralidade dos bairros que surgiam naquele século, assim como a historicidade múltipla destes locais desde a era colonial, época que a área era de intensa atividade econômica agrícola mobilizada por famílias nobiliárquicas e de membros da elite carioca. A experiência vivida em encontros de coletivos civis suburbanos a partir do ano de 2019, formados por pesquisadores da Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Geografia, Antropologia, História, Turismo etc., nos permitiu a ampliação da visão do conceito, não o concebendo como exclusivamente geográfico ou econômico (quando igualado ao de periferia no século XX), mas também histórico, com marcas temporais e espaciais, que muitas vezes são distintas e que vão sofrer influências de medidas governamentais ou da própria sociedade que o vivencia. Acreditamos que tal conhecimento mostra-se primordial para a compreensão da formação do espaço urbano e social atual, além da formação de identidades e da apreensão dos moradores de seu Direito à Cidade.

Pensar nos subúrbios ou problematizá-los só a partir do século XX elimina uma história muito mais ampla e complexa que remete a época da lógica colonizadora mercantilista, com necessidade de estruturar o povoamento da cidade sob uma determinada ótica política e econômica estamental. É necessário, portanto, que os estudos dos subúrbios rurais cariocas sejam considerados desde sua formação no século XVI quando a cidade teve sua

primeira freguesia rural criada (Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, em 1644) e suas sesmarias concedidas. Compreender a formação da estrutura fundiária do rural carioca em paralelo com a dinâmica da hinterlândia da cidade e mesmo da História do Brasil é fundamental para compreender problemas que o Rio de Janeiro passou em seus variados períodos.

Salientamos que os subúrbios cariocas podem ser analisados por diferentes campos da História ou das ciências, mas optamos aqui por fazer uma análise de sua história rural inserida no subcampo da História Econômica, especificamente da História Agrária (Cardoso, 1979) sendo, portanto, uma História Regional (Linhares & Silva, 1995), com interface na História Social da Propriedade (Congost, 2017; Pedroza 2011) e na História do Direito (Motta, 1998). Este recorte de análise mostra-se de grande importância, pois como observado na fonte primária apresentada na parte inicial deste artigo, as áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro já eram identificadas como áreas suburbanas em documentos jurídicos enviados para a Rainha em Portugal, no século XVIII. Observar como estes subúrbios foram ressignificados ao longo dos séculos, através do estudo das estruturas fundiárias de suas propriedades, as dinâmicas econômicas e jurídicas de seus proprietários, a forma como influenciaram a ocupação deste espaço e seus futuros delineamentos urbanos e suas heterogeneidades, contribuem e muito na construção de uma história rural suburbana desconhecida pela maioria da população carioca que habita essas regiões.

Na segunda metade do século XX, a História Agrária foi vista como parte fundamental da Economia ou mesmo do campo da História Econômica (Cardoso, 1979). Influenciados pelas teorias cepalinas a partir de estudos de Celso Furtado e Caio Prado, pesquisadores analisaram o mundo agrário pela teoria dos ciclos econômicos e pela categorização centro x periferia (Linhares & Silva, 1995). A política desenvolvimentista brasileira a partir da década de 1950 contribuiu muito para o olhar dos pesquisadores. Ciro Cardoso (1979), Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos da Silva (1995), criticam a visão puramente economicista dos estudos agrários. Cardoso (1979, p. 15-17), por exemplo, dividiu em 4 subáreas esses estudos, sendo eles a História da Agricultura (parte ambiental e suas tecnologias de produção), História Agrária (formas de apropriação e uso do solo, sistemas jurídicos e tipologias agrárias, fazendo ponte com a Geografia Humana), História Econômica do Mundo Rural (teorias econômicas, visões macro e microeconômicas da produção) e História da Civilização Rural (influenciada por estudos de E. Le Roy Laudurie, sobre campo/cidade, camponeses, citadinos, etc). Dentre as classificações feitas pelo historiador, inserimos a análise de nosso objeto - os subúrbios rurais cariocas nos séculos XVIII e XIX - no subcampo da História Agrária em interface com a História Social da Propriedade da Terra e com a História dos Direitos de propriedade.

Ciro Cardoso (1979) e Maria Yedda Linhares (1997) afirmam que a História Agrária nasceu de um encontro feliz entre o campo da Geografia Humana e a História, nas primeiras décadas do século XX, tendo, de um lado, o historiador—preocupado em explicar as mudanças operadas pela ação do homem (os grupos sociais) através dos tempos— e, de outro, o geógrafo— dedicado ao estudo da relação do homem como seu meio físico (Linhares, 1995, p. 243). Cardoso destaca a grande influência da geografia na abertura de novos caminhos e visões no campo da História para a primeira e segunda geração dos Annales (1979, p. 36), contudo:

> É preciso notar que, apesar das afinidades evidentes, existem diferenças mais ou menos notórias entre a atitude do geógrafo e a do historiador (...). Os pontos de referência principais do geógrafo são o presente e a terra. Quando mergulha no passado, não o faz à maneira do historiador, e sim para estabelecer diversos cortes sucessivos que manifestam o estado da questão estudada em diversos momentos do tempo para encontrar o ponto de partida de um dado fenômeno atual (...). Ao historiador (...) interessa a continuidade, a cronologia seguida passo a passo para perceber o mecanismo das transições e as respostas dadas, em cada instante, aos problemas que enfrenta ao grupo humano (1979, p. 37).

É justamente do diálogo com a geografia que partimos para a compreensão da categorização de subúrbios cariocas, porém pretendemos aqui observá-la também como um conceito histórico que possui uma compreensão específica para a cidade do Rio de Janeiro, e que sofreu mudanças ao longo do tempo/espaço, com rupturas e continuidades, influenciadas por atitudes políticas ou mesmo pelas dinâmicas dos grupos sociais pertencentes a estes espaços suburbanos.

Em 2010, os geógrafos Nelson da Nóbrega Fernandes e Marcio Piñon Oliveira organizaram o livro "150 anos de subúrbio carioca". Fruto de um colóquio de mesmo nome realizado em 2008 pelo Núcleo de Pesquisas Urbanas (Neurb) e do PPGG da UFF, a obra reuniu pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, com o propósito de descontruir e problematizar as noções estigmatizadas de subúrbio carente e segregado socio espacialmente da cidade do Rio de Janeiro. Nesta obra, o historiador Almir Chaiban El-Kareh defendeu um subúrbio carioca existente antes de sua identificação com a ferrovia ou com as fábricas operárias, sendo conhecido como "arrabaldes" no período de chegada da Corte, em 1808, período que eram considerados locais de distinção social (Fernandes & Oliveira, 2010, p. 10)

De acordo com El-Kareh (2010, p. 19), o termo "*suburbiu*" tem origem na língua latina e era usado tanto no Império Romano do ano de 27 a.c. como nas sociedades na Grécia helênica, no Egito e na Babilônia, possuindo o sentido de cercanias da cidade e de entorno das urbs romanas. A palavra arrabalde vem do árabe "ar-rabad" que também significa cercanias da cidade. Considerando que os mouros ocuparam a Península Ibérica que já havia pertencido ao império romano, a influência das palavras *ar-rabad* e *sub-urb* são pertinentes à língua portuguesa. No Vocabulário do Português Medieval encontram-se as variações *arravalldes* e ainda *arraualdes*:

> "(...) e esto porque muitas das mais ricas gentes moravom todos fora, em hũu grande e espaçoso arravalde que avia arredor da cidade"[3].

Nota-se, que arrabaldes eram cercanias da área considerada urbana onde muitas das pessoas mais ricas moravam. Este significado permanecia no Brasil do século XIX, onde arrabalde tem significado de povoação contígua à cidade (Pinto, 1832, p. 80). Os estudos dos historiadores Marcos Sanches e Rachel Lima (2020) confirmaram este fato, ao analisarem as antigas sesmarias do Engenho Velho e Engenho Novo concedidas aos inacianos no período colonial. Nos séculos XVII e XVIII já se afirmava que não existiam terras devolutas nas áreas rurais da cidade, sendo um dos principais meios de acesso à terra o arrendamento. Este direito de uso é encontrado na grande parte das terras dos inacianos que estavam arrendadas a comerciantes importantes da sociedade carioca colonial, como o caso de Manoel Luís Vieira, que dentre seus empreendimentos, produzia arroz nas terras dos padres, com fábrica na localidade do Andaray Pequeno no ano de 1752, provavelmente para o mercado de abastecimento colonial e até mesmo internacional. Manoel Luís Vieira conseguiu acesso à propriedade naquele local não apenas com os inacianos, mas também de outros lavradores que existiam na região (Sanches & Lima, 2020, p. 5-11). Aparece ainda como arrendatário dos padres o Provedor Francisco Cordovil de Siqueira e Mello. Muitos destes arrendatários arrematariam parte da propriedade do Engenho Velho em hasta pública. Já o Engenho Novo, foi arrematado integralmente pelos sócios e comerciantes Manoel Joaquim da Silva e Castro e Manoel Araújo Gomes, como visto no início deste artigo.

A presença de uma elite colonial nos arrabaldes ou subúrbios do Rio de Janeiro, ativa na dinâmica econômica da hinterlândia carioca[4], nos ajuda a compreender a categorização de subúrbio nos séculos XVIII e XIX como a área rural que circundava as freguesias urbanas (consideradas como cidade), povoada por famílias nobiliárquicas com redes extensas de parentela e de sociabilidades (escravizados e pequenos lavradores/sitiantes), arrendatários e foreiros, muitos destes com propriedades e atividades políticas nas freguesias urbanas da cidade. Essa conclusão nos permite ir além da ideia de abrigos de produções agrícolas e vilegiatura que serviriam de "refúgio daqueles que podiam se ausentar periodicamente das tensões urbanas", como afirmado por Nelson da Nóbrega Fernandes (2011, p. 22). É preciso lembrar que plantações agrícolas em menor extensão existiam

também nas freguesias urbanas da cidade (Ribeiro, 2019), diminuindo no século XIX após as reformas implementadas com a chegada da Corte e que estes atores sociais estavam transitando entre a cidade (freguesias urbanas) e os subúrbios (arrabaldes ou freguesias rurais). Logo, o que caracterizaria a área suburbana nos séculos XVIII e XIX seria a concepção geográfica herdada da cultura portuguesa, pois as atividades econômicas e sociais estavam interligadas entre estes espaços e não segregadas. Concordamos, porém, com a teoria de Fernandes sobre a existência de um *conceito carioca de subúrbio,* que ao nosso olhar deve ser estudado com suas peculiaridades e variações ao longo do processo histórico da formação espacial da cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, acreditamos que os estudos sobre as propriedades fundiárias, as redes de parentela e as dinâmicas sócio econômicas construídas pelos proprietários nos subúrbios são deveras importantes para a compreensão das heterogeneidades geográficas e culturais destas localidades até a contemporaneidade. Além disso, tais estudos ajudam a construir uma identidade histórica fortalecida para estes cidadãos suburbanos que não conhecem seu passado[5], ficando restritos a um estereótipo de proletários industriais, sem cultura, degradados, empobrecidos e por que não, esquecidos pelos governos.

O Engenho Novo, Engenho de Dentro e Engenho da Serra: do acúmulo de terras à formação espacial dos subúrbios cariocas

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1565 sob o processo de expulsão dos franceses. Seguiu a lógica econômica mercantilista operacionando ocupação/conquista de terras e trabalho (homens) como elementos centrais na instituição de suas hierarquias e dinâmicas sociais pelo sistema de mercês, favorecido pela apropriação da terra a baixo custo e aplicação do regime jurídico das sesmarias como meio jurídico (Sanches & Lima, 2020).

As primeiras sesmarias efetuadas na cidade foram concedidas em benefício da Câmara e do Colégio da Companhia de Jesus, representação mais destacada da Igreja na nova Capitania. Em paralelo, conquistadores foram aquinhoados com terras, desde os "chãos" no núcleo que se esboçava (freguesias urbanas) e seu entorno até concessões maiores no seu recôncavo (freguesias rurais) (Sanches & Lima, 2020, p. 7). Muitas dessas concessões refletiam o jogo de poder entre os potentados da região, contribuindo para o aumento de posses de algumas famílias que em alguns casos se envolviam em conflitos judiciais como meio para manterem não somente a posse, mas o aumento de sua extensão, tentando garantir patrimônio através de título legítimo (Motta, 2009).

Trabalhar com propriedades de terra que, na conjuntura da colonização tem seu direito iniciado na concessão de sesmarias, e suas localizações em jurisdições das freguesias paroquiais, não é algo simples. O instituto de sesmarias foi criado em 1375 em Portugal para solucionar questões de abastecimento alimentar do reino. Trazida para o Brasil após o descobrimento, teve como principal função a sistematização da ocupação do vasto território por meio de concessões reais aos súditos como mercês. A propriedade não era viabilizada pelas regras de um mercado livre, nem requeria poupança ou investimentos prévios. A terra era tratada como uma mercê, podendo também o acesso ser possível na colônia por estratégias de proximidade pessoal, casamentos, influência política ou trocas de favores com o monarca. Portanto este mercado é dito como "imperfeito" (Fragoso, 1998; Pedroza, 2011, p. 45) se compararmos com o domínio direto, ou propriedade privada, considerada racional, perfeita e absoluta pelo direito liberal (Congost, 2017). Além disso,

> Não é simples a definição de propriedade tomando a sua concepção de direito civil contemporâneo. A aquisição do domínio da terra escapava da lógica econômica de mercado, absorvido pela dinâmica da sociedade estamental. A propriedade era um instituto relativo – um "artifício verbal", para dar conta de formas múltiplas e antiéticas de que se expressam como propriedades. (Sanches & Lima, 2020: 93 - IHGB).

Além das múltiplas concepções de direitos em uma sociedade colonial estamental embasada no pluralismo jurídico e no direito comum (Hespanha, 2006), havia também a indefinição de fronteiras ou mesmo sobreposições de jurisdições administrativas paroquiais, como as freguesias. As propriedades que serão aqui analisadas estavam em, ou entre, freguesias paroquiais distintas. Sabendo, porém, das limitações sobre as concepções do recorte espacial pautado nas regiões das freguesias paroquiais, como nos demonstram Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos da Silva (1995), optamos por analisar as propriedades a partir de seus nomes localizando-as nas freguesias pertinentes sem, contudo, nos pautarmos em definições "perfeitas" cartográficas ou administrativas. Linhares e Silva utilizam as ideias de Marc Bloch e afirmam que

> O pesquisador não deveria, entretanto, prender-se a limites fisiogeográficos ou administrativos, procedendo, sempre que necessário, a reduções e/ou ampliações do raio de ação (...). Assim, se a identificação da freguesia-base é um procedimento prévio necessário, não é, por sua vez, a resolução da questão da região. (1995)

A propriedade do Engenho Novo tem sua origem em uma concessão de sesmarias dada aos jesuítas no século XVIII. Ela ficava exatamente ao lado das terras do Engenho Velho adquiridas em sesmarias anteriores pela ordem. O auto de demarcação do Engenho Novo, iniciado após a expulsão dos padres para dar processo à venda em hasta pública, demonstrou a imprecisão das fronteiras da propriedade, já naquele ano de 1772 (Sanches e Lima, 2020 e 2022). Ao contrário do Engenho Velho, que foi fragmentado e vendido à vários compradores, com prioridade para aqueles que já eram rendeiros dos padres, o Engenho Novo foi vendido em sua integridade a dois sócios comerciantes do Rio de Janeiro, em 1779: Manoel Joaquim da Silva e Castro e Manoel Aráujo Gomes.

Manoel Araújo Gomes era um português, nascido e batizado na Freguesia de Braga (Tupper, 1966, p. 53), casado com D. Ana Felícia de Figueiredo Azambuja, sendo moradores da freguesia de Santa Rita. Manoel Joaquim da Silva e Castro era casado com D. Thereza Firminiana de Figueiredo Azambuja, naquele momento moradores do Largo da Casa da Aula no Campo de São Domingos (Lima, 2022, p. 202) e tiveram três filhas, que serão analisadas neste capítulo. Os dois eram comerciantes e sócios segundo a documentação de arrematação da propriedade do Engenho Novo[6]. Acreditamos que suas esposas pertencessem a mesma família, pelo sobrenome em comum e pela declaração da genealogista Maria Clara Tupper que os filhos dos sócios possuíam grau de parentesco (1966, p. 54).

Além da provável ligação familiar, os sócios possuíam rede de sociabilidade em Santa Cruz, outra sesmaria jesuíta que retornou à administração da Coroa após a expulsão dos inacianos no ano de 1759[7]. Silva e Castro, que já havia arrematado a fazenda jesuíta denominada Uvucatú, na província de São Paulo, porém com um outro sócio, o Coronel Paulino Ayres Aguirre, em 1778[8], foi escolhido como administrador da Real Fazenda de Santa Cruz, entre os anos de 1783 e 1791 (Lima, 2022). No mesmo período que este era administrador da Fazenda Real de Santa Cruz, Manoel Araújo Gomes era sesmeiro em São João Marcos. Os sócios tiveram envolvidos em um embate contra o aldeamento de Itaguaí comandado pelo capitão mor José Pires Tavares, em 1785. Tavares citou na justiça os arrematantes do Engenho Novo, Manoel Joaquim Silva e Castro e Manoel Araújo Gomes, além de José Teixeira – um bastardo intruso, como responsáveis pelo seu despejo da localidade (Pedroza, 2018, p. 360). Unidos nos negócios no Engenho Novo, a rede societária também tecia benefícios nos negócios da região de Santa Cruz e Itaguaí.

Mas a sociedade terminaria. Na época da arrematação da fazenda, o valor total da propriedade, suas benfeitorias e a safra existente somaram 67:436.315 réis, que foram pagos em letras da Real Fazenda, livre de todos os encargos excetuado o Dízimo a Deus. Araújo Gomes tinha 33:718.057 réis e como Silva e Castro tinha apenas 225.280 réis, o primeiro agenciou várias letras que completaram a outra metade. Segundo Manoel Araújo Gomes, ao ceder as letras ao sócio, ficou estabelecido que o pagamento seria apenas pelos juros que lhe rendesse. Em 1792, ao realizarem o distrato da sociedade, Manoel Joaquim da Silva e Castro que estava na

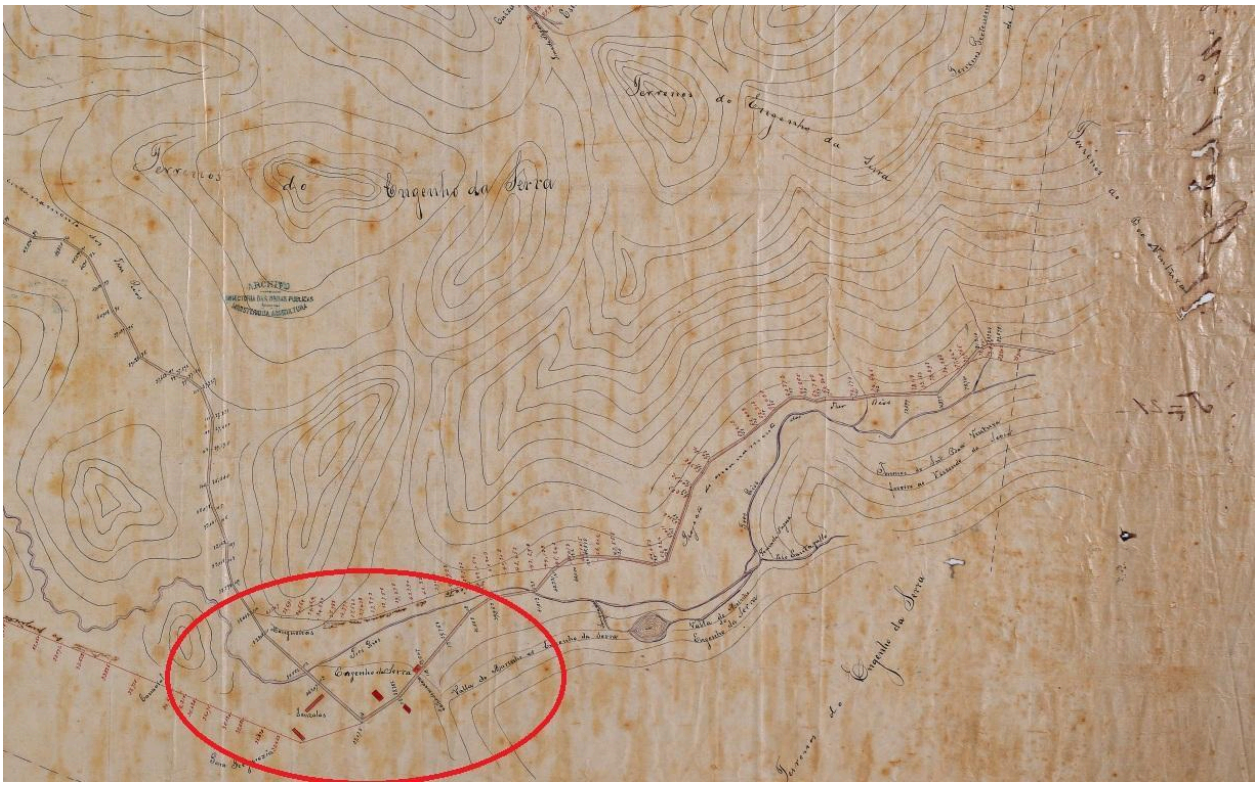
posse e na administração do Engenho, ainda devia 10:058.341 réis ao sócio, que não foram pagos ou mesmo negociados. Assim, Manoel Araújo Gomes pediu na justiça ação de dez dias para o pagamento da dívida, demonstrando sua insatisfação ao ver seu ex-sócio (e, após sua morte, a família) ainda estar "disfrutando do engenho e nada pagar"[9].

No ano que deixou a função de administrador, Manoel Joaquim da Silva e Castro arrematou a Fazenda da Serra localizada na freguesia de Jacarepaguá fruto dos bens sequestrados de José Reis Aragão que fazia fronteira com as terras do Engenho Novo e Engenho de Dentro também adquirida por Silva e Castro, ambas na freguesia de Inhaúma[10]. Sua delimitação se iniciava da dita Serra (Pretos Forros), porém pelo lado da freguesia de N. S. do Loreto de Jacarepaguá, e abrangia grande parte da localidade que hoje é conhecida como Freguesia, cortada pela Estrada dos Três Rios. A sede era edificada justamente na esquina da atual Estrada dos Três Rios com a Rua Guanumbi, de acordo com a arqueóloga Silvia Alves Peixoto (2019, Vol. 1, p. 149) e fazia fronteira direta com o morgadio que o Visconde de Asseca possuía em Jacarepaguá. Vitor Luiz Oliveira afirma que, em 1797, o Engenho da Serra ainda estava com a viúva de Silva e Castro rendendo naquele ano 4 contos de réis (2016: 256). O Engenho da Serra era cortado por rios e possuía via de acesso terrestre pela Serra do Matheus, conhecida atualmente como Pretos Forros, às propriedades da freguesia de Inhaúma.

Onze anos depois, após o falecimento da viúva, o Engenho da Serra passou para uma das filhas do casal, Joaquina Flora de Castro e Azambuja que se tornou senhora da propriedade por formal de partilha no Juízo de Órfãos, quando tinha apenas 12 anos. Em 1808, D. Joaquina casou-se com o português Tenente Coronel João de Siqueira Tedim e tiveram um único filho de mesmo nome que foi Camarista do Paço (Lima, 2022)[11].

A compra de propriedades próximas, mesmo em freguesias distintas é mais uma estratégia de alianças e expansão de poder da elite, conforme afirmou João Fragoso (2003). Possivelmente, na mesma época que adquiriu o Engenho da Serra, Manoel tenha adquirido também a Fazenda do Engenho de Dentro, pertencente, décadas antes, ao Mestre de Campo João Ayres Aguirre (Lima, 2018: 293-297), deixando-a para sua filha Thereza Alexandrina de Carneiro Azambuja que se casaria com o português Braz Carneiro Leão Sobrinho no início do século XIX[12]. Manoel Joaquim e sua esposa teriam então, se tornado também senhores desta propriedade que fazia fronteira com o Engenho Novo e o Engenho da Serra. Os três engenhos tinham como limitação a Serra Inácio Dias e do Matheus (Pretos Forros), como é possível ver no mapa a seguir. Atualmente, a mobilidade entre estas áreas é realizada pela Linha Amarela, através dos túneis no morro da Covanca.

No mapa I (a seguir) é possível observar, circulada em vermelho, a sede da fazenda com suas senzalas próximas as valas do Rios Covanca e Três Rios. Já no mapa II, em amarelo, as fazendas do Engenho de Dentro, Engenho da Serra e Engenho Novo, que foram de propriedade de Manoel Joaquim da Silva e Castro. Cabe destacar também neste segundo mapa em vermelho a propriedade do Capão do Bispo de Jacinto Mascarenhas Furtado de Mendonça, casado com a neta de Manoel Araújo Gomes, D. Maria Carolina Nascentes Azambuja (Tupper, 1965: 109), demonstrando a permanência na localidade das redes familiares nobiliárquicas dos comerciantes compradores do Engenho Novo, em meados do século XIX[13].



Mapa I - Planta Cadastral das Terras do Engenho da Serra e seus rios.
Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Ministério da Viação e Obras Públicas[14], 1900. Em vermelho, casa grande. Grifo nosso.


N.S. da Penha
Engenho da Rainha
Engenho de Dentro
Engenho da Serra
Jacarepaguá
Serra de Matheus
Serra do Engenho Velho
Serra da Carioca
Pedregulho
Gaskadura
Guilhe
Engenho d'Agua
Faz. de Matheus
Faz. da Palmital das Pias
Faz. de Engenho de Dentro
Faz. do Engenho da Serra
Faz. de Cantagallo
Faz. do Engenho d'Agua
Faz. da Taquara
Faz. de Valqueiro
Faz. de Caxaby
Faz. da Lafunda
Faz. da Esperança
Sapopemba
Sape
Estrada
Campo de Dende
Serra do Dende
Serra da Misericordia
Campo de Cardoso
Rio Piedades
Rio da Bica
Rio Faria
Rio Assucar
Ilha Secca
Ilha de Sapucaia
Ilha dos Ferreiros
Ponta do Caju
Ponta do Galeão
Ilha de Bom Jesus
Ilha de Cotunduba
Ilha da Urca
Morro Corcovado
Morro da Urca
Morro da Tijuca
Morro da Taquara
Morro Pilão Arcado
Morro Vermelho
Morro Catumbi
Morro Cabeça
Morro Mangue
Morro Fabrica
Morro Cabritos

Acreditamos que a atividade agrícola na virada do século XVIII para o XIX fosse intensa, impulsionada pelo fomento agrário da política iluminista de D. Rodrigo de Souza Coutinho e da chegada da Corte em 1808, incentivando um aumento populacional e uma mudança nos tamanhos das propriedades e dos gêneros de cultivo, dividindo a produção de cana-de-açúcar com os gêneros alimentares (frutas) e combustíveis (carvão e capim). Um processo encontrado no Arquivo Nacional nos demonstra essa mudança: Em 1827, o Visconde de Asseca que possuía terras em Jacarepaguá, na fronteira com o Engenho de Dentro e Engenho da Serra, pedia ao Desembargo do Paço a dispensa da cláusula de vínculo que proibia as vendas ou fragmentações de suas terras que estavam em direito de morgadio, pois, segundo o Visconde, estava tendo problemas com arrendatários que não lhe pagavam os arrendamentos e problemas judiciais com seus "confinantes", o Coronel João de Siqueira Tedim e Braz Carneiro Leão (Sobrinho), maridos das respetivas filhas de Manoel Joaquim da Silva e Castro, senhoras do Engenho da Serra e do Engenho de Dentro o que lhe fazia requerer, também, a demarcação de seu morgadio em Jacarepaguá. O Visconde pedia permissão para fragmentar sua propriedade em regime de aforamento perpétuo, pois assim não feriria seu domínio direto sobre o morgado, "revertendo o produto em benefício do mesmo vínculo"[16]. A permissão para os aforamentos de suas terras foi permitida, o que responde a existência do foreiro "Boa Ventura" (Mapa I da página anterior).

Mas voltemos ao distrato da sociedade dos Manoéis: com o falecimento de Silva e Castro, a viúva Thereza Firminiana de Figueiredo Azambuja solicitou na justiça a tutoria legítima de suas três filhas, ainda menores, na partilha e administração dos bens do casal[17], muito provavelmente pensando na dívida que ainda tramitava com o ex-sócio de seu marido. E assim fez Manoel de Araújo Gomes, em 1796, voltando à justiça, para tentar reaver a dívida que Manoel Joaquim da Silva e Castro ainda tinha pela arrematação da fazenda do Engenho Novo[18]. Da solução dada ao distrato da sociedade e seus processos judiciais não se encontrou mais informação.

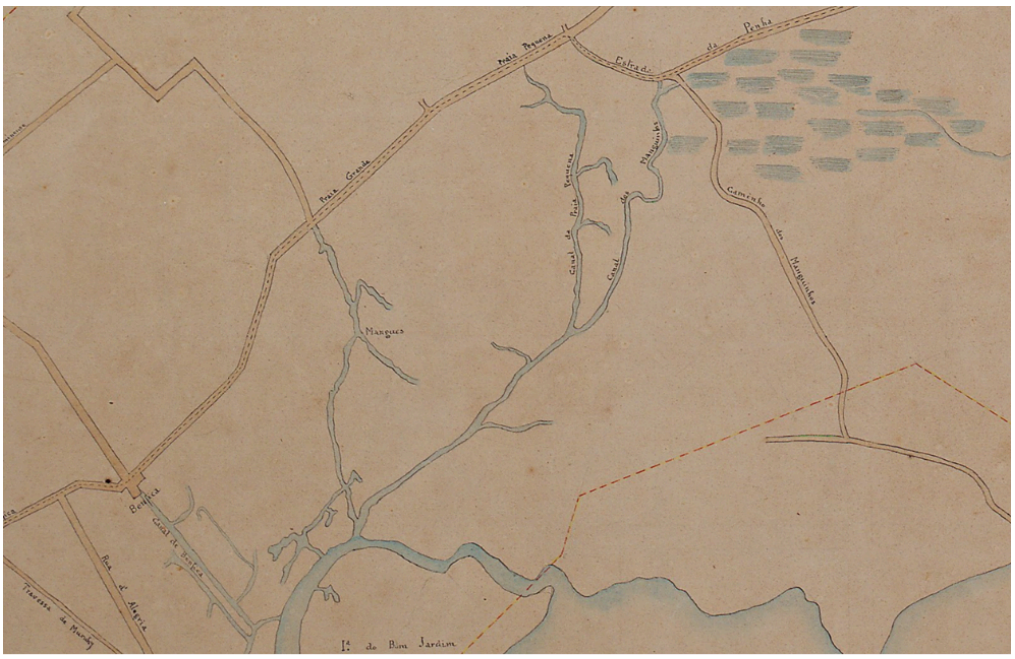
Dona Maria Dulce de Castro Azambuja, filha mais velha do Casal Manoel Joaquim da Silva e Castro e D. Thereza Firminiana Azambuja se tornou, por herança, senhora do Engenho Novo assim como Manoel Theodoro de Araújo e Azambuja, filho do sócio Manoel de Araújo Gomes (seu primo?), fato que nos aponta uma fragmentação da antiga sesmaria dos Jesuítas dentre os herdeiros dos sócios arrematantes[19]. É possível que a área do engenho (maquinário), por ser mais valiosa, tenha ficado com Manoel Theodoro, que manteve a administração daquelas terras, porém solidificando um novo modelo de grande propriedade, que mantinha o integral direito de proprietário (domínio direto), mas fragmentava geograficamente ao realizar seu total aforamento ou arrendamento, como pudemos observar no inventário dos bens de seu casal, aberto após o falecimento de sua esposa Rita, no ano de 1831[20]. Manoel Theodoro foi eternizado como proprietário do Engenho Novo pelas memórias do Monsenhor Pizarro que afirmou que o filho de Manoel Araújo Gomes havia herdado as terras, fragmentou e demoliu o engenho (Pizarro e Araújo, vol. 5. 1946, p. 104-109).

Porém, nos anos finais da década de 1810, os dois herdeiros dos sócios eram plenamente reconhecidos por pequenos proprietários, arrendatários e foreiros locais como senhores da antiga sesmaria do Engenho Novo, tendo como linha divisória uma vala localizada ao lado direito da Estrada que vinha da Corte, na Praia Pequena de Benfica que desaguava na Baía de Guanabara (próxima a atual estação de trem do Jacarezinho):

> "a que deita a pedra da extremidade da ponte até a dita valla (que do lado direito vinha da Corte) que forma uma extrema divisória entre a propriedade de Manoel Theodoro e a de D. Maria Dulce"[21].

A parte do Engenho Novo que ficava no litoral era bastante disputada e foi palco de conflitos judiciais entre os variados possuidores de direitos de terras na região que contava com mangues e rios navegáveis, além de ter como um dos limites a própria Baía de Guanabara, sendo uma área importante para escoamento de produtos agrícolas ao porto da cidade do Rio de Janeiro e de intensa

procura na concessão de sesmarias no início do século XIX. Em alguns casos, D. Maria Dulce, já casada, aparecia como autora em processos judiciais protestando construções de cais de pedra nas áreas litorâneas do Engenho Novo[22]. Tais fatos nos demonstram uma intensificação na ocupação local, que já era existente desde os tempos da administração jesuíta (Sanches & Lima, 2020) e que, portanto, não foi inaugurada com a "decadência" do ciclo da cana de açúcar em prol do advento do café (Lima, 2018).



Mapa III - Localização das Praias Pequena e Grande de Benfica, e litoral da Baía de Guanabara nas terras do Engenho Novo.

Fonte: Arquivo Nacional. Mapa do Litoral de Inhaúma[23].



Mapa IV - Localização das praias Pequena e Grande e da Ponta do Caju, pertencentes ao Engenho Novo.

Fonte: ARQUIVO Nacional. Planta da Estrada de Ferro Rio D'Ouro e seus ramaes, 1897[24].

A parte do Engenho Novo que ficou com D. Dulce de Castro e Azambuja assumiria novas feições geográficas ainda em finais do século XVIII, sendo conhecida por Fazenda dos Duques ou "Quinta dos Duques". Isto porque D. Dulce casou-se com José Paulo Duque Estrada, ficando aquela parte da antiga sesmaria conhecida pelo sobrenome da família do marido. Em uma sociedade patriarcal, onde as mulheres eram tutoradas legalmente por seus pais ou cônjuges, a história feminina da transmissão do Engenho Novo, assim como o da Serra e o de Dentro, seria esquecida pela historiografia que também se constrói pelas fontes patriarcais oficiais. Na memória marcada pela cultura de uma época, a escrita daria importância aos Duque Estrada que administraram o Engenho Novo pelo viés da tutoria de suas esposas e dos órfãos da família.

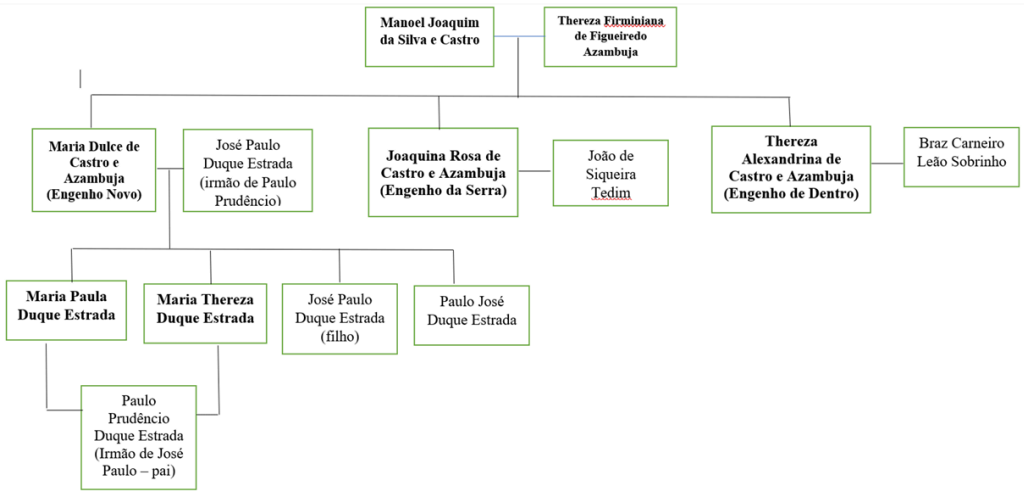
Como estratégia da manutenção da propriedade em redes de sociabilidade da nobiliarquia fluminense, o casal D. Dulce e José Paulo, deram a filha mais velha Maria Thereza em casamento ao tio Paulo Prudêncio Duque Estrada. Não há notícias de frutos do relacionamento e quando Maria Thereza faleceu, sua irmã Maria Paula casou-se com o mesmo tio Paulo Prudêncio. É possível observar aqui a estratégia da engenharia parental (Fragoso, 2003, p. 21) onde o conjunto das famílias coloniais privilegiava as filhas para as alianças matrimoniais com objetivo da manutenção ou ampliação de um poder e domínio local: Paulo Prudêncio já era tio (das esposas e de dois irmãos menores) o que por si só já poderia ser tutor dos mesmos, mas casara-se com as sobrinhas e além disso, doou as terras no Engenho Novo, anos depois para sua irmã D. Jerônima Duque Estrada Meyer (portanto, tia dos filhos D. Maria Dulce e José Paulo Duque Estrada). Em meados do século XIX, os filhos de Jerônima Duque Estrada Meyer com o português e camarista do paço Miguel João Meyer iniciariam o processo de loteamento ou fragmentação do Engenho Novo em uma conjuntura de valorização dos terrenos pela estrada de Ferro D. Pedro II e aumento populacional da cidade (Lima, 2018).

A propriedade do Engenho de Dentro foi deixada por herança a Thereza Alexandrina de Castro e Azambuja, filha de Silva e Castro e Thereza Firminiana. A então senhora do Engenho de Dentro se casou com o comerciante português Braz Carneiro Leão Sobrinho, provável sobrinho do importante comerciante de grosso trato, e homônimo, Braz Carneiro Leão (Lima, 2018, p. 296).

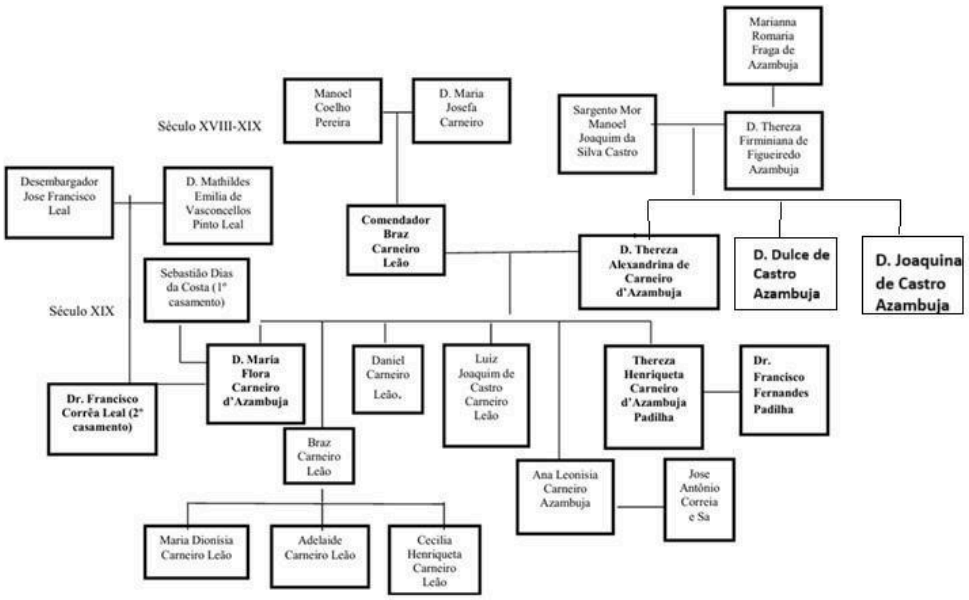
Do casal nasceram 6 filhos. Alguns herdaram propriedades no Vale do Paraíba, em Barra Mansa com produção de café (Lima, 2018, p. 295). A propriedade do Engenho de Dentro, no entanto, foi deixada em herança por Thereza Alexandrina a duas filhas: Maria Flora e Thereza Henriqueta. As senhoras do Engenho de Dentro apareciam em litígios de terras como autoras, defendendo sua propriedade até o momento em que se casaram e passaram a serem representadas pelos seus maridos, os médicos Francisco Correa Leal, casado com Maria Flora, e Francisco Fernandes Padilha, casado com Thereza Henriqueta (vide esquemas I e II à seguir).

Em 1856, os maridos e tutores das senhoras do Engenho de Dentro, os doutores Leal e Padilha, realizaram o registro paroquial de terras da propriedade que estava localizada parte na freguesia de Jacarepaguá (onde a geografia era em serras, provavelmente em divisa com a propriedade do Engenho da Serra de seus familiares – vide mapa II) e parte na freguesia de Inhaúma (maioria da propriedade), confrontando com as propriedades denominadas Capão do Bispo do senhor Jacinto Mascarenhas Furtado de Mendonça (genro de Manoel Theodoro de Araújo Gomes do Engenho Novo), com a parte da fazenda do Engenho Novo pertencente aos herdeiros de D. Jerônima Duque Estrada Meyer e com a Fazenda do Macedo e a Gambá, ambas de José Moutinho dos Reis (Lima, 2018, p. 621).

A propriedade possuía plantação de café, engenho de farinha e fábrica de carvão denominada "Dr. Leal e Padilha". Com a morte de Maria Flora e resolução do inventário, o Dr. Francisco Padilha passou a gerenciar a propriedade da esposa D. Thereza e na década de 1870, iniciou o processo de loteamento e arruamento da mesma, vendendo os lotes em pelo menos 3 leilões até a década de 1880 (vide *Imagem I* à frente). A casa grande da fazenda ficava localizada onde hoje se encontra o Instituto Municipal Nise da Silveira, no bairro do Engenho de Dentro.



Esquema I - Árvore Genealógica da Família de Manoel Joaquim da Silva e Castro
Fonte: Lima, 2022.



Esquema II - Árvore genealógica da família de D. Thereza Alexandrina de Carneiro Azambuja
Fonte: Adaptado de Lima, 2018, p. 295.

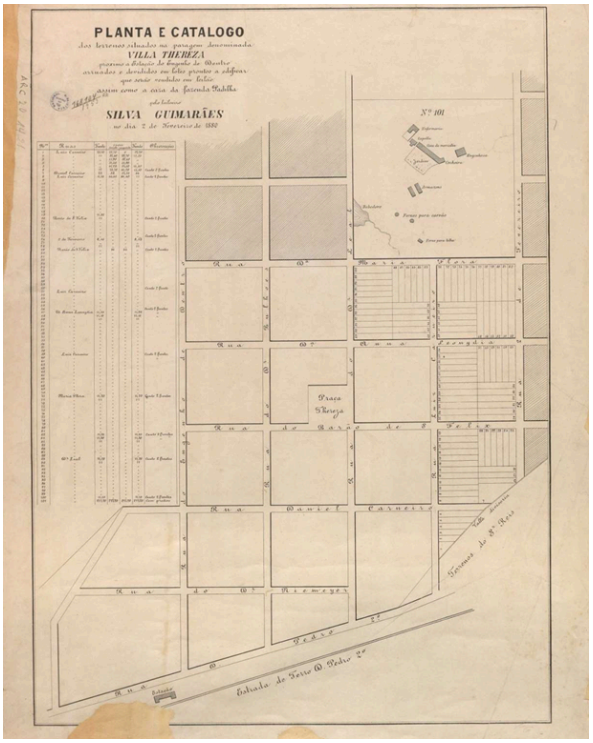


Imagem I – Planta e Catálogo do Leilão de lotes do Engenho de Dentro – Villa Thereza
Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira. Apud: Lima, 2018.

Considerações finais

Nossa pretensão com este artigo sobre a estrutura fundiária de parte dos subúrbios rurais do Rio de Janeiro teve como objetivos compreender e demonstrar a dinâmica interna da cidade, através das negociações dos comerciantes proprietários e a rede de suas famílias nobiliárquicas na passagem do século XVIII para o XIX. Destaca-se que as suas estratégias de acumulação de terras próprias da dinâmica do mercado "imperfeito" colonial iniciaram o desenho espacial e geográfico do que hoje conhecemos por subúrbios do Rio de Janeiro, principalmente a partir de meados do século XIX, período de ascensão de um capitalismo imobiliário com abertura de ruas e lotes.

O Engenho Novo, antiga sesmaria jesuíta, ao ser comprado por dois sócios, seria o ponto de partida para a acumulação de propriedades fronteiriças por parte de Manoel Joaquim da Silva e Castro em Inhaúma e Jacarepaguá, deixando para três filhas, três propriedades. sendo vizinhas umas das outras, casando-se com homens portugueses de linhagem familiar elitista e formando uma rede de sociabilidade forte na região. Salientamos mais uma vez, a importância das mulheres nesta história social da propriedade, usadas na dinâmica da transmissão de propriedade por vias matrimoniais e expansões da compra de propriedades chamadas de "engenharia parental" (Fragoso, 2003).

Notas

1 Grifo nosso. Biblioteca nacional. Projeto Resgate. Arquivo Ultramarino. Requerimento sargento mor Joaquim Silva e Castro e Manoel Araújo Gomes. AHU_ACL_CU_017, CX.126, D.10097

2 Vide Santos, 1987 e 1997; Myasaka, 2008 e 2016; Mattoso, 2009.

3 Trecho da Crônica de Dom Fernando de autoria de Fernão Lopes, séc. XV. 88.11. Citada em Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval. http://medieval.rb.gov.br/verbete.php?verbete=arrabalde&id=9010. Último acesso: 23/06/2025

4 O porto do Rio de Janeiro era um porto de funções múltiplas. Corcino dos Santos afirma a hinterlândia, deve ser delimitada pelas regiões econômicas determinantes da movimentação da produção e da riqueza. Não podendo ter uma delimitação geográfica definida, mas considerada por sua região tributária, do ponto de vista econômico e pode aumentar ou diminuir geograficamente de grandeza em face de fatores econômicos." (Santos, 1980, p. 53). Para o cientista social e compositor, Nei Lopes (2012, p. 176), o conceito de hinterlândia engloba as regiões mais afastadas do centro metropolitano, tido como culturalmente mais importante. Para a geógrafa Fania Fridman, "No Rio, a expressão, antes mesmo do séc. XVI já definia o conjunto das localidades às margens dos 33 rios que desaguam na baía de Guanabara e "aquelas pertencentes às demais zonas rurais" (Fridman, 1999).

5 Com base nas pesquisas de Nelson da Nóbrega Fernandes, acreditamos que o rapto ideológico do conceito de subúrbio (de arrabaldes da cidade com passado próspero, em área degradada dos arredores

da linha férrea com proletários empobrecidos) tenha ocorrido no século XX, com o advento da República e suas concepções de modernidade. Essas segregações espaciais foram iniciadas nas primeiras décadas deste século, com deslocamento populacional e industrial do centro da cidade e da zona sul, para as ditas áreas suburbanas da zona norte carioca e se fortaleceriam com a política desenvolvimentista da década de 1950 (Fernandes, 2011).

6 ARQUIVO DO MUSEU DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. Medição das Terras do Engenho Novo e Velho. Fundo: Próprios Nacionais. 1775. Cód. 81.20.24

7 Vide Pedroza, 2018.

8 ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume XXV. Patentes, Provisões e Ordens Régias. 1786-1796. São Paulo: Typ. Aurora, 1898. Pág. 384. Paulino Ayres Aguirre ou De Aguirre pode ser parente de Custódio Ayres de Aguirre, proprietário do Engenho de Dentro, RJ, séc. XVII, propriedade também comprada por Manoel da Silva e Castro.

9 Biblioteca Nacional - Projeto Resgate – AHU_ACL_CU_017, Cx. 158, D. 11938.

10 É provável que o Engenho Novo ficasse entre as freguesias de Inhaúma e do Engenho Velho, como apontado por Sanches e Lima, 2020, e após a divisão entre os filhos dos sócios, Maria Dulce (Silva e Castro) tenha ficado com a parte das terras localizadas na freguesia de Inhaúma e Manoel Theodoro (Araújo Gomes) com as terras localizadas no Engenho Velho. Em 1873, sob decreto n. 5494 de 10 de dezembro, foi fundada a freguesia do Engenho Novo, com desmembramento das freguesias de São Cristóvão, Inhaúma e Engenho Velho. Colleção de Leis do Brasil. Dec. N. 5494, de 10/12/1873. Págs. 1034-1035.

11 A propriedade passou indivisa a este herdeiro, mas foi partilhada pelas filhas deste, no ano de 1862 (Rudge, 1983, p. 75-76). A retificação da partilha entre as legatárias e seus maridos foi realizada em 1877. Arquivo Nacional. Certidão de Partilha. Inventário. Joaquim José de Siqueira, João Saldanha da Gama, João de Siqueira Tedim. Tribunal Civil e Criminal do Rio de Janeiro. Cód. C4. Número 6. Cx. 3606. Ano 1877.

12 Em inventário da neta de Manoel Joaquim, afirma-se que a propriedade do Engenho de Dentro havia sido de D. Thereza Alexandrina Azambuja Carneiro por herança dos pais e após sua morte foi partilhada entre seu marido Braz Carneiro Leão Sobrinho e filhas. Arquivo Nacional. Inventário. Maria Flora Carneiro Azambuja Leal. Inventariante: Francisco Correa Leal Ano 1863. Procedência: Juízo de órfãos. Cód. 3J. Notação 5808; maço 0315. Fl. 2v.

13 Sobre as propriedades do Capão do Bispo e da Fazenda de Sant´Anna pertencentes a Jacinto Mascarenhas Furtado de Mendonça, vide Lima, 2018.

14 Arquivo Nacional. Fundo: Ministério da Viação e Obras Públicas -BR RJANRIO 4Y.0.MAP.610 - planta dos terrenos do Engenho da Serra, por onde se acha projetado o encanamento das águas dos Três rios e da Covanca, em Jacarepaguá. Ano: 1900.

15 Arquivo Nacional. Mapa da Estrada de Ferro Metropolitana da Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil. 1891 Traçado Geral da Linha. 29/10/1891. SIAN:
br_rjanrio_4q_0_map_0807_d0001de0007.

16 ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Sesmarias. BR RJANRIO BI.0.D16.198 - Requerente(s): Asseca, Visconde de. Litigante(s): Rangel, Domingos Alves; Rosário, Vicente Ferreira do; Leão, Brás Carneiro; Tedim, João Siqueira. Objeto: Questão judicial sobre terras. Localização: F - Dossiê. Fl. 81.

17 Biblioteca Nacional – Projeto Resgate – AHU_ACL_CU_017, Cx. 158, D.11912.

18 Biblioteca Nacional – Projeto Resgate – AHU_ACL_CU_017. Cx.158, D. 11938.

19 ARQUIVO NACIONAL – Casa de Suplicação do Brasil - Apelação Cível. Paulo Prudêncio Duque Estrada e João Pedroso. 1818-1827. N. 7280. Maço 9. Neste processo de Demarcação e Reintegração de Posse iniciado por D. Dulce Duque Estrada Meyer, seguido por seu cunhado e genro, Paulo Prudêncio após a sua morte, há testemunhas que confirmam que os terrenos de D. Dulce faziam fronteira com terras de Manuel Theodoro, filho do sócio de seu pai.

20 No Inventário de sua esposa, portanto do casal, é citada a propriedade na Estrada do Engenho Novo, como propriedade de terrenos que estavam aforados e arrendados a outros. Arquivo Nacional.

Inventário. Rita Nascentes Azambuja e Manuel Theodoro de Araújo Azambuja. Juízo de órfãos e ausentes. Cód. ZN. Ano 1831. Maço 460. N. 8788. Pág. 5.
21 ARQUIVO NACIONAL – Casa de Suplicação do Brasil - Apelação Cível. Paulo Prudêncio Duque Estrada e João Pedroso. 1818-1827. N. 7280. Maço 9. Fl. 5.
22 ARQUIVO NACIONAL. Idem.
AGCRJ. Porto de Inhaúma, Requerimentos solicitando licença para construção de cais de Pedra. Cód. 3-2-79 ANO 1833-1844 – Documento sem paginação definida).
23 Arquivo Nacional. Mapa do Litoral de Inhaúma. Planta da Estrada da Penha com a zona privilegiada da estrada da linha de carris de ferro. 11/11/1874. br_rjanrio_4y_0_map_0084_d0001de0001.praiadeinhauma.pdf
24 ARQUIVO Nacional. Planta da Estrada de Ferro Rio D'Ouro e seus ramaes, 1897. Litoral de Inhaúma. Ano 1897.
br_rjanrio_4q_0_map_0357_d0001de0001.1897.pdf

Referências

ABREU, Maurício de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo – IPLANRIO. 1997.

ALBERNAZ, Paula; MATTOSO, Rafael**.** Suburbanização carioca Reflexos de uma identidade construída na configuração do Engenho Novo. Urbana: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade.** Campinas, v.11, n.1, p.93–120, 2019.

BERNARDES, Lygia. SOARES, Maria Therezinha. **Rio de Janeiro Cidade e Região**". Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, Biblioteca Carioca, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979.
CORREA, Alberto Magalhães. **O sertão Carioca.** Rio de Janeiro: IHGB, 1936.

EL- KAREH, Almir Chaiban. Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio no Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon. FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Orgs.). **150 anos de Subúrbio Carioca.** Niterói: EDUFF, 2010.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria de subúrbio.** Rio de Janeiro: Apicuri, FAPERJ. 2011.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de Grossa Ventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João L. R. A nobreza vive em bandos: A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séculos XVII: Algumas notas de pesquisa. **Revista Tempo**, v. 8, n. 15, 2003.

FRAGOSO, João L. R. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI – XVII). **Topoi**, n. 1, p. 45–122, 2000.

FRIDMAN, Fânia. **Donos do Rio em Nome do Rei.** Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

HESPANHA, António Manuel. Direito comum e direito colonial. **Panóptica**, v. 3, p. 95–116, 2006.

LIMA, Rachel Gomes de. **Senhores e Possuidores:** propriedades, famílias e negócios da terra no rural carioca oitocentista. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

LIMA, Rachel Gomes de. **Ciranda da Terra:** A dinâmica agrária e seus conflitos na freguesia rural de São Tiago de Inhaúma (1850-1915). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2012.

LINHARES, Maria Yedda L. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. .8, n.15, p. 17–26, 1995.

LOPES, Fernão. Dom Fernando. Séc. XV. 88.11. In: **Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval**. Disponível em : http://medieval.rb.gov.br/verbete.php?verbete=arrabalde&id=9010. Último acesso: 23/06/2025.

LOPES, Nei. **Dicionário da Hinterlândia Carioca.** RJ: Ed. Pallas, 2012.

MATTOSO, Rafael. **Echos de resistência suburbana:** Uma análise comparativa das condições socioespaciais cariocas a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (1900-1903). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio (Vida cotidiana e Subúrbio na História de São Paulo).** São Paulo: HUCITEC, 1992.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil. A gestação do Conflito: 1795- 1824**. São Paulo: Alameda. 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Niterói: EDUFF, 1998.

MYASAKA, Cristiane Regina. **Os trabalhadores e a cidade:** a experiência dos suburbanos cariocas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MYASAKA, Cristiane Regina. **Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910).** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Orgs.). **150 anos de Subúrbio Carioca.** Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa:** O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro 1600-1780). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Engenhocas da Moral:** Redes de Parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, v. 6, 1946.

PEIXOTO, Silvia Alves. **Jacarepaguá, a "planície de muitos Engenhos":** uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, Séculos XVII ao XIX. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PINTO, Luiz Maria da Silva, 1775-1869. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832.Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414

RIBEIRO, Renata Colangelo Cunha. **Artesãos da Lei em Chãos Cariocas.** Uma dialética entre governança e Direitos de Propriedade sobre o centro urbano do Rio de Janeiro no século XVII. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANCHES, Marcos Guimarães; LIMA, Rachel Gomes de. O triste e aprazível Engenho Novo: um estudo de constituição da propriedade na cidade do Rio de Janeiro. Uruguay: **Revista Estudos Históricos**, v. 24, 2020.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. **De freguesias rurais a subúrbio:** Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. **Contribuição ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro:** a freguesia de Inhaúma - 1743 a 1920. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Embelecer e Enobrecer a sede da Corte. In: MOTTA, Márcia; MARTINS, Ismênia. **1808 A corte no Brasil**. Niterói: EdUFF, p. 245–268, 2010.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.13

Território, propriedade e ruralidade no século XIX: um estudo comparativo a partir dos registros paroquiais de terras

Territory, property, and rurality in the nineteenth century: a comparative study based on parish land registers

Rafael Augusto Silva Ferreira*
Ana Beatris Fernandes Menegaldo**
Marília Miguel***
Renata Baesso Pereira****

Palavras-chave:
Registros paroquiais de terras
Província de São Paulo
Formação territorial

Resumo: Os registros paroquiais de terras foram elaborados entre 1854 e 1857, em decorrência da Lei de Terras de 1850 e do decreto nº 1318 de 1854, obrigando o registro de todas as propriedades rurais do Império. Este artigo destaca o poder interpretativo dessa fonte primária, aliada a outras, incluindo-se listas nominativas, registros eclesiásticos e documentos notariais, com o objetivo de analisar as formas de organização territorial, as relações de propriedade da terra e as dinâmicas sociais do mundo rural no interior da província de São Paulo. Os estudos de caso lançam luz sobre três territórios que possuíam distintos estágios de urbanização em meados dos Oitocentos: a cidade Campinas, a freguesia de Caconde, no Sertão do Rio Pardo, e a freguesia de Itatiba, no termo da vila de Jundiaí. Busca-se contribuir para o entendimento da relação entre o rural e o urbano no período a partir do papel das propriedades e dos bairros rurais na estruturação do território.

Keywords:
Parish land records
Province of São Paulo
Territorial formation

Abstract: Parish land records were compiled between 1854 and 1857, because of the Land Law of 1850 and Decree No. 1318 of 1854, which mandated the registration of all rural properties in the Empire. This article highlights the interpretative power of this primary source, combined with others, including nominal lists, ecclesiastical records, and notarial documents, with the aim of analyzing the forms of territorial organization, land ownership relations, and social dynamics of the rural world in the interior of the province of São Paulo. The case studies shed light on three territories that had distinct stages of urbanization in the mid-19th century: the city of Campinas, the parish of Caconde in the Sertão do Rio Pardo region, and the parish of Itatiba in the district of the town of Jundiaí. The aim is to contribute to the understanding of the relationship between the rural and the urban during this period, focusing on the role of rural properties and neighborhoods in the structuring of the territory.

Recebido em 28 de fevereiro de 2026. Aprovado em 20 de maio de 2026.

* Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2022) e Mestre em Urbanismo (2017) pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Graduado em Arquitetura e Urbanismo (2015) pela PUC Minas. É docente titular do curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé-MG. E-mail: rafaelaugustosferreira@gmail.com.

** Pós-doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (FAU USP); Doutora em Arquitetura e Urbanismo (2024) e Mestre em Urbanismo (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Campinas (2013). Docente titular do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio- CEUNSP dos campus Salto e Itu-SP. E-mail: amenegaldo@ceunsp.edu.br.

*** Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas (2026). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2019) pela Universidade São Francisco (Itatiba). E-mail: miguel.marilia95@gmail.com.

**** Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAU USP, Coordenadora do Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo e docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Líder do grupo de pesquisa registrado no CNPq: "História das cidades, ocupação territorial e ideários urbanos". E-mail: renata.baesso@puc-campinas.edu.br.

Introdução

Durante grande parte de sua história, o Brasil constituiu-se como uma sociedade predominantemente agrária. Ainda assim, ao longo do século XX, consolidou-se no pensamento social e econômico uma leitura do desenvolvimento orientada por paradigmas, nos quais a urbanização e a industrialização foram associadas às ideias de progresso, modernização e racionalização do espaço. Neste enquadramento, o mundo rural passou a ser compreendido como espaço de permanências, atraso e insuficiência histórica, frequentemente interpretado como uma etapa transitória a ser superada pelo avanço do urbano. Essa associação entre urbanização e progresso aparece de forma explícita em autores centrais do pensamento brasileiro. No meio econômico, por exemplo, Celso Furtado afirma que a superação do passado agrário se vinculou à necessidade de transformação das estruturas econômicas herdadas da colonização, vistas como entraves ao desenvolvimento nacional (Furtado, 1959, pp. 45–47). Ainda que suas análises reconheçam a complexidade da economia agrária, o universo rural figurou como parte de um legado estrutural a ser reorganizado a partir da industrialização e da expansão urbana. No campo das ciências sociais, essa leitura encontrou ressonância em interpretações mais amplas sobre a produção do espaço urbano. Henri Lefebvre (1999), ao analisar a ascensão da sociedade urbana, aponta que a urbanização passa a se impor como forma dominante de organização social, subordinando o campo a uma lógica espacial, econômica e simbólica centrada na cidade (Lefebvre, 1999, p. 15–18). Ainda que o autor reconheça a persistência do rural, este tende a ser compreendido como espaço progressivamente integrado e reconfigurado pelas dinâmicas urbanas. Em ambos os casos, o rural aparece menos como objeto autônomo de análise e, mais como dimensão funcional de processos urbanos mais amplos.

No contexto brasileiro, essa hierarquização entre urbano e rural teve efeitos importantes sobre a produção historiográfica. Embora autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), Nestor Goulart Reis Filho (1968; 1970) e Murillo Marx (1989; 1991) tenham demonstrado que o mundo rural possui formas próprias de organização social, econômica e cultural, esses estudos nem sempre foram incorporados de forma sistemática às interpretações sobre a formação territorial (Queiroz, 1978, p. 47–48). Ao enfatizar os modos de vida, as relações de vizinhança, as hierarquias locais e a permanência de estruturas sociais no campo, a autora já anunciou que o rural não apenas persistiu, mas se reorganizou historicamente numa relação dialética com o urbano.

Antônio Candido, na obra "Parceiros do Rio Bonito" (2010), utiliza o termo "bairro" para designar os "grupos rurais de vizinhança, que na área paulista se chamaram sempre 'bairro'" (Candido, 2010, p. 76), optando por empregar o vocábulo sem o adjetivo rural, tal como aparece na documentação primária analisada neste artigo. O autor define o bairro como a "estrutura fundamental da sociabilidade caipira" (Candido, 2010, p. 76), isto é, o arranjo territorial de famílias vinculadas por sentimento de localidade, convivência e auxílio mútuo. Trata-se, em seus termos, do "agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira" (Candido, 2010, p. 89), funcionando como um "mínimo social" indispensável à organização da vida rústica. Mais do que uma circunscrição administrativa, embora o termo possua raízes na divisão paroquial portuguesa (Candido, 2010, p. 77), o bairro configurava-se como unidade vivida, percebida pelos próprios moradores como "uma espécie de naçãozinha" (Candido, 2010, p. 79). Seus limites não eram rígidos nem estritamente geográficos, mas definidos pela participação em práticas de cooperação, como os mutirões e pela integração em sistemas de sociabilidade lúdico-religiosa, frequentemente organizados em torno da capela local (Candido, 2010, p. 81-86). A coesão do grupo apoiava-se, em muitos casos, em laços de parentesco e em uma origem familiar comum, reforçando o pertencimento e a estabilidade da unidade (Candido, 2010, p. 95–97).

Posteriormente, parte da historiografia, como os trabalhos de Queiroz (1967), Fukui (1979), Borsoi (2020), Halley (2014) Nunes (2021), passou a empregar a expressão "bairro rural", acrescentando ao termo original um qualificativo espacial. A inclusão do adjetivo "rural" buscou explicitar a localização dessas unidades e distingui-las das

acepções urbanas contemporâneas de "bairro". Trata-se, portanto, de uma interpretação posterior, construída no âmbito da análise acadêmica. A documentação primária relativa a Campinas, Caconde e Itatiba, nos séculos XVIII e XIX, contudo, registrou simplesmente "bairro", sem o adjetivo "rural". O termo aparece nas fontes primárias como recurso recorrente de organização do território e não como conceito derivado de uma distinção formal entre urbano e rural. Tal aspecto se evidencia pelo fato de que o núcleo urbanizado da própria vila era designado como "bairro da vila", revelando a amplitude semântica do vocábulo e sua aplicação a diferentes localidades.

Nesse sentido, a qualificação "rural" deve ser compreendida como uma leitura historiográfica que projeta sobre o passado uma distinção territorial consolidada em momento posterior. Embora funcional como categoria analítica, essa denominação depende de conhecimento e domínio efetivo do território examinado, não podendo ser empregado de forma automática ou redundante. É nesse ponto que os estudos de caso se mostram decisivos: ao unir o conhecimento do território geográfico, obtido *in loco*, e as informações colhidas nas fontes primárias, sobre as dinâmicas locais de ocupação, permite-se aferir quais bairros localizavam-se em contextos rurais ou urbanos, evitando generalizações imprecisas. Por essa razão, privilegia-se aqui o uso do termo "bairro" tal como comparece nas fontes primárias, preservando sua historicidade e reconhecendo-o enquanto unidade rural que decorre de interpretação fundamentada na análise territorial concreta, e não de uma qualidade inerente ao próprio vocábulo[1].

No campo da história da urbanização brasileira, Nestor Goulart Reis Filho (1968; 1970) questiona as interpretações que concebem a urbanização como um processo linear e progressivo, ao demonstrar que a formação das cidades brasileiras resulta de longas continuidades territoriais, estabelecidas desde o período colonial. Em seus estudos sobre a evolução urbana, o autor evidencia que a rede urbana não emerge por substituição do rural, mas se estrutura a partir de formas espaciais herdadas (ao caso de sesmarias, freguesias, termos administrativos, caminhos e áreas de produção) nas quais o mundo rural desempenha papel constitutivo. Ao reconstruir e discutir os mecanismos de implantação e articulação dos núcleos urbanos entre os séculos XVI e XVIII, revela-se que essas estruturas foram decisivas para a organização do território e para a consolidação das hierarquias urbanas no Brasil (Reis Filho, 1968; 1970).

A contribuição de Murillo Marx (1989; 1991) é fundamental para a compreensão do léxico e das categorias que estruturam a formação das redes urbanas e das primeiras "urbanidades" no Brasil. Ao analisar os processos de constituição das vilas e cidades, Marx (1989; 1991) elucidou que tais espaços não se definiam por uma separação nítida entre urbano e rural, mas por formas territoriais integradas, nas quais a terra, os patrimônios de capelas, as freguesias e os caminhos desempenharam papel central[2]. Suas análises demonstram que, nos contextos coloniais e imperiais, o rural não constituiu um "exterior" à cidade, mas parte constitutiva de sua organização espacial, social e jurídica, desafiando leituras que projetam sobre o passado uma distinção moderna entre campo e cidade (Marx, 1989; 1991). Ainda assim, a história urbana e os estudos sobre urbanização ocuparam posição central, enquanto o mundo rural foi frequentemente tratado como "pano de fundo" ou dimensão preparatória, o que contribuiu para a secundarização das dinâmicas agrárias, das relações fundiárias e das territorialidades rurais, apesar de sua centralidade na produção do espaço e das desigualdades sociais no Brasil Oitocentista.

Assim, para o presente artigo, ao invés de compreender o mundo rural como um resíduo do passado ou como uma etapa transitória rumo à urbanização, parte-se do pressuposto de que as dinâmicas agrárias do século XIX constituem objetos históricos dotados de lógica própria. O rural é entendido como um espaço socialmente produzido, no qual se articulam práticas de ocupação, regimes de apropriação da terra, referências espaciais, hierarquias sociais e dinâmicas fundiárias, fundamentais para a compreensão da formação territorial paulista. Longe de uma oposição rígida entre rural e urbano, o trabalho adota uma perspectiva relacional, segundo a qual essas dimensões se constituem de forma interdependente e histórica[3].

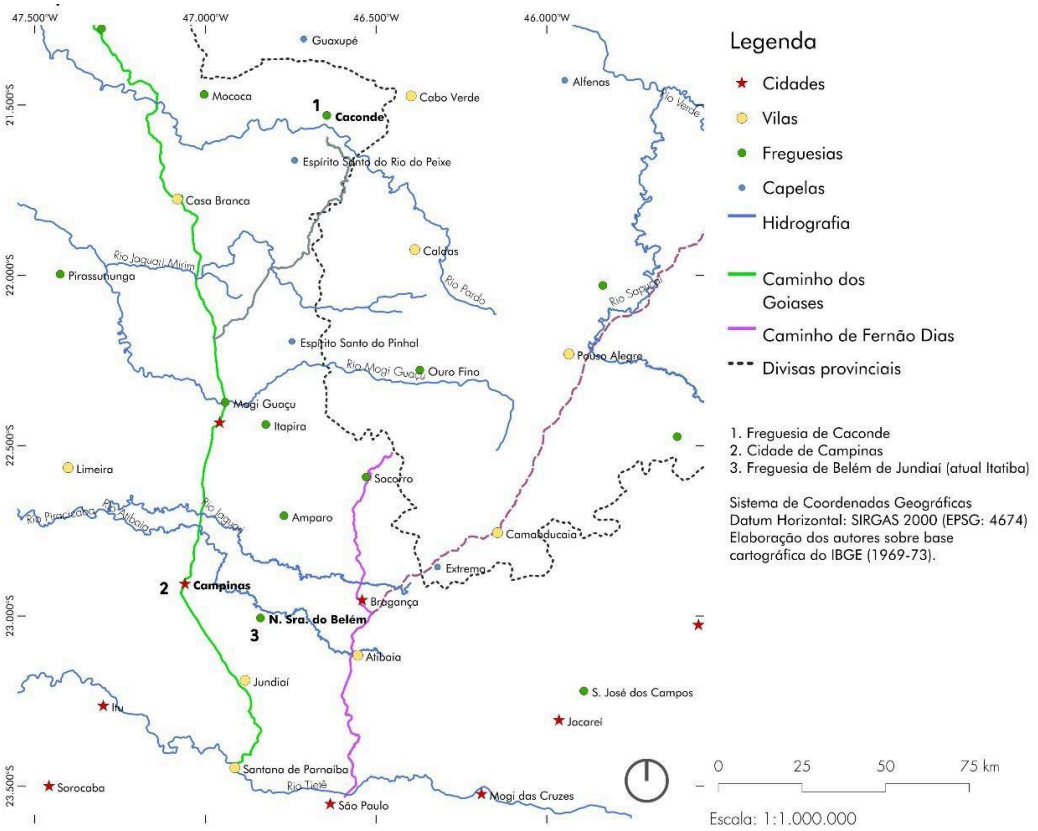


Figura 1 - Mapa da rede urbana em 1856

Fonte: elaborado pelos autores em Qgis a partir de diversas fontes textuais e cartográficas.

O objetivo geral do presente artigo é analisar as formas de organização territorial, as relações proprietárias e as dinâmicas sociais do mundo rural no interior da província de São Paulo em meados do século XIX, a partir do estudo comparativo dos Registros Paroquiais de Terras (doravante RPT)[4]. Contemplam-se três localidades do interior paulista: Campinas (antiga vila de São Carlos), Itatiba (antiga freguesia de Belém de Jundiaí) e Caconde (freguesia da vila de Casa Branca) analisadas sob um denominador comum: a submissão a uma política fundiária comum e o registro das propriedades no mesmo intervalo temporal, entre 1854 e 1857. A escolha dessas localidades – destacadas no mapa da Figura 1 – não visa reconstituir uma rede urbana hierarquizada, mas evidenciar configurações rurais distintas, condicionadas por trajetórias históricas específicas, inserções regionais diferenciadas e práticas locais de ocupação do território.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí foi elevada a essa categoria em 1774, originando-se de pousos de descanso estabelecidos desde o início do século XVIII no Caminho dos Goiases. A vila de São Carlos, como era denominada desde sua emancipação administrativa da vila de Jundiaí em 1797, foi elevada à categoria de cidade de Campinas em 1842. Diferentemente de outros núcleos formados a partir da mineração, a localidade consolidou-se, inicialmente, como ponto de abastecimento de tropeiros. Posteriormente, estruturou uma economia baseada na cana de açúcar e, a partir da década de 1840, no café, tornando-se um dos principais centros escravistas da província (Ribeiro; Cunha, 2018, p. 7).

Em razão do acúmulo de capital agrário e da fixação de uma elite senhorial no território, a estrutura fundiária de Campinas passou a caracterizar-se por grandes latifúndios, embora coexistissem pequenas propriedades voltadas à subsistência. Associado a uma rede de caminhos que conectavam áreas produtivas ao núcleo urbanizado, estruturaram-se eixos de ocupação no termo da vila. A expansão partiu do núcleo urbanizado,

denominado "bairro da vila", impulsionada, desde o início do século XIX, pela concessão de datas de terra pela Câmara, configurando um processo progressivo de expansão e consolidação do território (Menegaldo, 2024, p. 74-95). Por volta de 1850, o município já possuía uma ocupação em pleno desenvolvimento, refletida nos RPT entre 1854 e 1857, totalizando 377 declarações que abrangiam desde imensos engenhos até terrenos e quintais.

No território da freguesia de Belém de Jundiaí (atual Itatiba-SP), de acordo com as datas de concessão das primeiras sesmarias e dos primeiros bairros rurais citados, a ocupação ocorreu no final do século XVIII, se intensificando no início do século XIX. Este território localizava-se entre duas importantes rotas: o caminho dos Goiases e o caminho Velho (Campos, 2016). De início, a estrutura fundiária deste local foi marcada por extensas propriedades que possuíam lavouras de subsistência, cenário que perdurou até meados do século XIX. Em 1830, o então denominado bairro rural do Atibaia foi elevado à condição de freguesia de Nossa Senhora do Belém, no termo da vila de Jundiaí, anexando parte da população de bairros rurais de vilas vizinhas. Apesar de inserida no chamado "quadrilátero do açúcar"[5] paulista, essa região não chegou a cultivar cana de açúcar de forma expressiva, passando do cultivo de subsistência para o cultivo do café, a partir de 1850 (Navarra, 1973). Esse quadro fundiário é afirmado pelos RPTs em registros que mencionam cafezais. De modo geral, a análise da freguesia de Belém de Jundiaí, permite observar o rural como fundamento da organização territorial e dos processos de redefinição administrativa, associados a desmembramentos e à emergência de novos núcleos urbanos.

A freguesia N. Sra. da Conceição do Rio Pardo foi fundada em 1775, em torno de um descoberto[6] feito em 1765 (Ferreira; Pereira, 2021). Após um curto período de mineração, a freguesia de Caconde – como passou a ser conhecida desde o início do século XIX – deteve uma economia agrária de abastecimento interno conectada a um dos principais eixos de circulação do interior paulista: o caminho dos Goiases. Devido ao predomínio dessa economia e à formação em uma zona de fronteira entre as capitanias de Minas e São Paulo, em constante movimento, evidencia-se uma ruralidade na predominância de pequenas propriedades nas quais prevalece o sistema de "sociedade" na partilha das terras. Tendo fortemente os bairros rurais e fazendas como referenciais na paisagem, a fundação de novos núcleos de povoamento aconteceu mediante a doação de terras a patrimônios de capelas, o que ocorreu a partir de 1834, com o patrimônio da capela do Divino Espírito Santo (atual Divinolândia-SP), seguido do patrimônio de S. Sebastião da Boa Vista (atual Mococa-SP), em 1843.

A freguesia de Caconde foi incorporada à vila de Casa Branca, quando esta foi criada em 1841. Em 1850, o termo da vila de Casa Branca possuía a freguesia de Caconde e as capelas do Espírito Santo do Rio do Peixe e S. Sebastião da Boa Vista (já curada).

Diante dessas diferenças fundamentais, coloca-se o questionamento: o léxico fundiário e as características dos RPT dessas localidades revelam seus diferentes graus de organização territorial e de urbanização? Parte-se da hipótese de que os RPT não se limitam a apenas formalizar declarações de posse, mas funcionam como indicadores indiretos do grau de consolidação territorial e da complexidade socioespacial das localidades analisadas. Sustenta-se que variações no léxico fundiário, no nível de detalhamento das confrontações e nas referências espaciais, através dos topônimos, correspondem a diferentes ritmos e modalidades de ocupação e estruturação do espaço, permitindo identificar estágios distintos de organização territorial e articulação em meio ao universo rural.

Questões metodológicas: potencialidades e desafios dos registros paroquiais de terras

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa empreende uma análise qualitativa e quantitativa das informações presentes dos RPT e em outras fontes do mesmo período. Privilegia-se o estudo do léxico fundiário dos registros, bem como a tipificação das propriedades declaradas, além da a identificação da rede de fazendas e bairros rurais, fundamentais no entendimento das relações proprietárias tecidas entre

pequenos lavradores e uma elite agrária regional. Nesse contexto, sobressaem-se práticas de registro pautadas na definição (ou omissão) de fronteiras e extensões de terras, na existência da posse em condomínio, muitas vezes em terras pró-indivisas, e da diversidade do léxico fundiário que não exclui, inclusive, propriedades urbanas e periurbanas, a exemplos de terrenos, sítios e chácaras.

O recorte empírico abrange as atuais cidades de Campinas, Itatiba e Caconde, examinadas no período de produção dos RPT (1854–1857), o que permite observar distintas configurações rurais sob uma mesma política fundiária. Os RPT constituem a base empírica da pesquisa e são examinados de forma sistemática e comparada. Para operacionalizar a hipótese proposta, a análise empírica foi estruturada a partir de critérios comparativos relacionados à tipologia das propriedades declaradas, ao grau de detalhamento das confrontações, às formas de referência espacial empregadas e à incidência de vocábulos associados à estruturação urbana ou à delimitação rural. Esses elementos foram sistematizados de modo a permitir não apenas uma abordagem descritiva, mas a identificação de padrões proporcionais e diferenças estruturais entre as localidades examinadas, conferindo maior controle analítico à comparação.

Embora se destaquem por sua ampla cobertura territorial e social, os RPT apresentam limites analíticos decorrentes de seu caráter declaratório, da imprecisão recorrente de medidas e confrontações e da existência de omissões ou conflitos entre declarações, aspectos amplamente discutidos pela historiografia (Godoy; Loureiro, 2010; Laguardia, 2011; 2019). Por essa razão, essa documentação é articulada a outras fontes primárias, como inventários *post mortem*, Tombamento de Bens Rústicos, documentos notariais, eclesiásticos e listas nominativas de habitantes, de modo a problematizar a leitura das dinâmicas fundiárias e territoriais. Essa investigação articula a micro história e a variação de escalas para relacionar trajetórias individuais e arranjos locais a processos de longa duração, conforme a dialética do tempo histórico (Braudel, 1984; Revel, 1998). Nesse sentido, a reflexão proposta por Bernard Lepetit (2016) oferece um importante esteio ao compreender o território como resultado de usos sucessivos, nos quais as formas ganham novos sentidos no presente. Tal perspectiva permite interpretar o mundo rural como um espaço de uso, no qual antigas formas de ocupação, regimes fundiários e referências territoriais (topônimos) persistem, não como simples sobrevivências, mas como elementos ativos na organização social e espacial. Como sintetiza Lepetit, "o espaço social está repleto de formas passadas (normas, instituições, objetos, agentes), cujo sentido é renovado pelo uso no presente" (Lepetit, 2016, p. 214), o que recoloca o território rural como uma construção histórica, produzida no entrelaçamento de temporalidades distintas. Ao articular análise toponímica e o cruzamento das fontes primárias textuais, o artigo busca elucidar a pluralidade das experiências rurais e suas articulações com processos mais amplos de produção do espaço. Esse procedimento permite analisar o território rural como dimensão estruturante da organização espacial, evidenciando formas de ocupação, limites e áreas de referência que antecedem e sustentam a formação das redes urbanas[7].

Território, propriedade e ruralidade: apontamentos e balanço historiográfico

A historiografia recente tem contribuído de modo decisivo para compreender a propriedade e o território rural no Brasil oitocentista como construções sociais, produzidas por disputas, negociações e arranjos locais. Nesse deslocamento analítico, Márcia Motta (1998; 2009) demonstrou que a normatização fundiária instaurada pela Lei de Terras de 1850 não suprimiu práticas costumeiras, mas passou a coexistir com elas, revelando um espaço rural politicamente estruturado, no qual a imprecisão dos limites e a negociação da posse constituíam estratégias recorrentes de legitimação (Motta, 1998, p. 45-52).

Em diálogo com essa perspectiva, Fania Fridman (2017) propõe o território como categoria histórica e relacional, resultante de usos, representações e experiências acumuladas no tempo. Ao enfatizar práticas espaciais produzidas no cotidiano, a autora permite reconhecer bairros rurais, paragens e referências não oficiais como formas legítimas de ordenamento territorial, dotadas

de racionalidade própria e não subordinadas exclusivamente às divisões administrativas formais (Fridman, 2017, pp. 13–18).

José de Souza Martins (1979) aprofunda esse deslocamento ao afirmar que o mundo rural não constitui um resíduo histórico, mas uma instância central de produção de conflitos, hierarquias e sociabilidades específicas. Suas análises sobre regimes fundiários e relações de trabalho evidenciam o campo como espaço ativo da formação social brasileira no século XIX, e não como dimensão secundária ou preparatória (Martins, 1979, p. 13–18). De modo complementar, as reflexões de José Murilo de Carvalho permitem compreender o papel das elites locais e das estruturas fundiárias na articulação entre poder político, sociedade e espaço no Império (Carvalho, 1988, p. 312).

A tese de Paulo de Oliveira Nascimento demonstra que, na província do Amazonas, a Lei de Terras de 1850 foi aplicada de modo seletivo e adaptado às condições de fronteira, articulando interesses imperiais, elites locais e práticas específicas de uso da terra. O autor evidencia que a legislação fundiária operou menos como norma homogênea e mais como instrumento político de incorporação territorial e legitimação de posses, especialmente no contexto da economia extrativista e da expansão da fronteira interna no século XIX (Nascimento, 2023, p. 101–109, 187–209).

Nesse quadro interpretativo, os RPT, produzidos entre 1854 e 1857, têm sido compreendidos como instrumentos centrais da política fundiária imperial. Mais do que um procedimento administrativo, atuaram como mecanismos de legitimação das posses ao formalizar dimensões, limites e formas de ocupação, possibilitando acessar estratégias familiares, dinâmicas patrimoniais e arranjos sociais em escala local (Bacellar, 1997, p. 145–168). Ao reconhecer posses antigas, sesmarias e terras classificadas como devolutas, os registros contribuíram para consolidar a propriedade privada como eixo de distinção social e econômica, frequentemente reforçando processos de concentração fundiária já em curso (Motta, 1998; Fridman, 2017; Santana, 2017).

Nessa esteira, Hebe Maria M. de Castro (1987) debruça-se sobre a economia do abastecimento interno em N. Sra. da Lapa de Capivary (atual Silva Jardim-RJ) e uma população formada, majoritariamente, por pequenos produtores rurais, trazidos à luz através dos registros paroquiais de terras. De modo similar, Aldeci Silva dos Santos (2012) ilumina os pequenos proprietários de terras em Vassouras-RJ e discute o papel desempenhado por eles na dinâmica agrícola exportadora. O conjunto documental do autor é composto por inventários, testamentos e processos criminais.

Para a Província de São Paulo, a historiografia tem destacado que a aplicação da Lei de Terras não apenas promoveu rupturas substantivas, mas operou como instrumento de estabilização de patrimônios fundiários constituídos desde o período colonial (Bacellar, 1997; Menegaldo, 2024; Semeghini, 1991).

O artigo de Dora Isabel Paiva da Costa (2021) constitui relevante contribuição para a historiografia ao legitimar os RPT como fonte manuscrita fundamental para a análise da ocupação territorial e da estrutura fundiária no século XIX. A autora questiona a tese de que o mercado de terras teria se consolidado apenas após a Lei de 1850 e demonstra, com base em dados comparativos de Araraquara, Campinas e Ubatuba, a existência de um mercado ativo e informal anterior à legislação imperial (Costa, 2021, p. 4, 31, 46). O estudo também aprofunda o debate sobre reprodução social ao evidenciar que, embora as compras fossem recorrentes, as terras herdadas apresentavam, em média, maiores extensões, contribuindo para a manutenção das hierarquias sociais ao longo das gerações (Costa, 2021, p. 04, 39, 48). Ao articular os RPT com inventários *post mortem* e listas nominativas, a autora propõe uma metodologia que amplia a compreensão das estratégias de especulação e do papel dos segmentos intermediários, situados entre grandes proprietários e população escravizada. Por fim, o artigo contribui para a análise do léxico fundiário oitocentista ao demonstrar que expressões como "partes de terras" e "em comum" indicavam situações jurídicas complexas de posse indivisa e familiar (Costa, 2021, pp. 43,-45).

Esse conjunto de interpretações converge ao demonstrar que o espaço rural não pode ser compreendido como ausência de urbanidade, mas como lugar de produção social, no qual se estruturam relações de poder, territorialidades

duráveis e formas específicas de organização do espaço. A leitura articulada dos RPT permite, assim, apreender continuidades, tensões e rearranjos fundiários fundamentais para a compreensão da produção territorial no Brasil do século XIX.

O espaço rural em perspectiva comparada: práticas fundiárias e organização territorial

As três localidades, embora submetidas à mesma política fundiária imperial, apresentavam trajetórias distintas de ocupação e organização territorial: Campinas, com grandes estruturas agrárias consolidadas e forte inserção mercantil; Caconde, marcada pela predominância de grandes fazendas partilhadas em regime de sociedade e polarizadas pelos patrimônios de capelas; e Itatiba, apresentando uma paisagem predominantemente rural, em processo de reorganização interna do território e formação de novos núcleos. Essa diversidade permite observar como práticas fundiárias, formas de sociabilidade e usos da terra variam segundo densidade de ocupação, estágio de consolidação territorial e inserção econômica. Da mesma forma, os RPT possuem especificidades que já indicam de alguma forma a vocação da localidade (Quadro 1).

Nas análises (Quadro 1), vemos que os RPT não ficaram restritos somente aos espaços rurais. Em Campinas, além da maior diversidade e especificidade das tipologias fundiárias, há declarações contendo o registro de terrenos, moradas de casas, quintais, chácaras e sítios, o que desafia a interpretação de que os RPT incidam somente sobre bens rústicos. Nos registros para a freguesia de Caconde, no entanto, predominam declarações de pequenas posses, genericamente denominadas como partes, sortes, porções ou alqueires de terras. Em Itatiba, a maior parte das declarações menciona o nome do bairro em que as propriedades estão localizadas ou outra forma de identificação, como o nome do sítio ou da fazenda.

Quadro 1- Especificidades dos RPT de Campinas, Belém de Jundiaí e Caconde

Declarações	Propriedades declaradas	Especificidades das declarações dos RPT	Tipologias fundiárias e quantidade de declarações
Cidade de Campinas (1854-1857)			
377	382	cultura, benfeitorias, bairros, elementos da toponímia, confrontantes, tipologia fundiária, forma de aquisição da propriedade, nome dos proprietários	bairro (1); campo (1); porção de terras/parte de terras/sorte de terras (12); terras (17), pasto e terras (1); pasto (6); casa e quintal (2); quintal (5); morada de casas (1); casa e terreno (1); terreno (44); sítio (232); chácara (17); fazenda (35); engenho (5).
Freguesia de Belém de Jundiaí (1855-1857)			
175	222	bairros, elementos da toponímia, confrontantes, referências geográficas, caminhos, nome dos proprietários, forma de aquisição da propriedade	bairro (138); Sítio (84); Terras (52); Fazenda (9); Sítio/terras (26).
Freguesia de Caconde (1855-1856)			
434	69	tipologia fundiária, forma de aquisição, extensão das propriedades, confrontantes nominais, confrontantes geográficos, ocupação das terras (cultivo)	terras/porção de terras/sorte de terras/partes de terras (271); meiação de terras (2); alqueires de terras (138); sítio (2); fazenda (18).

Fonte: Registros paroquiais de terras de Campinas (1854-57), Caconde (1855-56) e Belém de Jundiaí (1855-57). Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pelos autores (2026).

Bairros como forma de organização e reconhecimento do espaço agrário

Mais do que simples denominações toponímicas, os bairros operam como unidades territoriais difusas, socialmente reconhecidas, estruturadas por relações de vizinhança, parentesco, práticas produtivas compartilhadas e referências comuns de orientação no território (Nunes, 2021), portanto, sem limites físicos definidos e fixos. Encontrada nas listas nominativas enquanto uma subdivisão das companhias de ordenanças das vilas, a menção à toponímia dos bairros adentrou os séculos XIX e XX praticamente sem alterações. A persistência dos nomes é um indicativo da relevância social desses locais no reconhecimento e na orientação no território.

Uma das razões para a formação de novos bairros era o distanciamento das propriedades em

relação ao núcleo da vila, associado à necessidade de subsistência, abastecimento e sociabilidade entre vizinhos, configurando unidades produtivas autônomas e socialmente interdependentes (Pupo, 1969, p. 77). Essa forma de organização aparece de modo sistemático na documentação censitária e administrativa, especialmente nas listas nominativas de habitantes, ainda que nem sempre seja explicitamente registrada nos RPT, como o caso da freguesia de Caconde, mas apareça em documentos eclesiásticos, como registros de óbito do mesmo período.

No caso de Campinas, os bairros rurais na organização do termo foram documentados antes mesmo da realização dos RPT. As listas nominativas de habitantes, produzidas entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, realizavam o recenseamento a partir dos bairros existentes, revelando uma lógica territorial baseada no agrupamento espacial e na proximidade entre fogos. Em 1797, a vila de São Carlos já contava com seis bairros rurais – o chamado bairro da vila, Anhumas, Capivari, Ponte Alta, Atibaia e Dois Córregos – número esse que se ampliou, progressivamente, ao longo das décadas seguintes, alcançando dez bairros em 1808, com a criação do bairro do Mato Dentro. Esse crescimento acompanhou tanto o aumento populacional quanto a expansão da ocupação fundiária no termo da vila.

Na primeira metade do século XIX, os bairros levantados na vila de São Carlos, configuraram-se, em sua maioria, como rurais, com exceção do bairro da vila. Nos demais bairros, predominam ocupações ligadas à lavoura, à criação e à produção açucareira, evidenciando uma ruralidade estruturada em núcleos relativamente autônomos, porém articulados por caminhos, rios e redes de sociabilidade. A associação entre bairros e companhias de ordenanças reforçava essa lógica, indicando que o reconhecimento espacial dos bairros orientava tanto o recenseamento quanto a administração local e a organização da defesa e da ordem.

A organização dos bairros estruturava a orientação cotidiana no território. A identificação das propriedades e mesmo das trajetórias de deslocamento apoiava-se em referências como nomes de bairros, cursos d'água, capelas e caminhos consolidados, compondo um sistema compartilhado de localização e pertencimento. A análise cruzada das listas nominativas com o Tombamento de Bens Rústicos de 1818 demonstra, ainda, a sobreposição entre bairros rurais e áreas de concentração fundiária, nas quais famílias de destaque, como, por exemplo, os Souza Aranha, consolidaram grandes propriedades vinculadas à economia agrária.

Os RPT reforçam essa organização territorial ao evidenciarem, entre 1854 e 1857, a existência de 28 bairros no território do município, dos quais 26 foram mencionados nominalmente nas declarações fundiárias (Quadro 2). Embora 253 das 382 declarações não indiquem explicitamente o bairro de localização, 129 registros o fazem, associando bairros específicos a tipologias fundiárias variadas (sítios, fazendas, partes de terras, chácaras e terrenos), revelando a persistência do bairro como referência espacial válida e compartilhada. A presença sistemática desses bairros nos RPT, inclusive em áreas limítrofes ao núcleo urbanizado, (como Santa Cruz e Campinas Velhas), indica que eles operavam como uma unidade de organização territorial híbrida, articulando ruralidade, sociabilidade e orientação espacial, e não apenas como uma categoria administrativa formal (Registro... Campinas 1854-1857; Nunes; Salgado, 2021).

Quadro 2 - Bairros na cidade de Campinas (1774-1857)

Ano	Nomes dos bairros	Fonte
1774	Bairro das Campinas do Mato Grosso	Listas Nominativas de Habitantes para vila de Jundiaí
1797-1836	Boa Vista, Boa Esperança, Campinas Velhas, Anhumas, Santa Cruz, Atibaia, Campo Grande, Capivari, Mato Dentro, Dois Córregos, Ponte Alta	Listas Nominativas de Habitantes para vila de São Carlos
1854-1857	Água Podre, Cachoeira, Estiva, Fazenda Velha, Invernada, Jacuba, Pirapora, Rocinha, Terra Preta, Caveiras, Campo Redondo, Descampado, Jaguari, Ribeirão Quilombo, Salto Grande, Vira Copos	RPT

Fonte: Registro [...] Campinas (1854-1857); Listas nominativas [...] (1774-1836). Elaborado pelos autores (2026).

Em Itatiba, da mesma forma que Campinas, os bairros rurais foram mencionados nas listas nominativas de habitantes no fim do século XVIII e início do XIX, antes mesmo da produção do RPT. Nesse período, classificado como início do processo de ocupação fundiária nessa região, são mencionados três bairros rurais: Atibaia, Couto e Pinhal. O território, nesse momento, ainda era parte do termo da vila de Jundiaí. Após a elevação do bairro do Atibaia à condição de freguesia denominada Belém de Jundiaí (1830), outros bairros foram mencionados neste território (**Quadro 3**). O mapa de população, presente nas listas nominativas, da freguesia de Belém de Jundiaí (atual Itatiba) do ano de 1835, mencionou seis bairros: Couto, Pinhalzinho, Rio Abaixo, Capivary, Pinhal e Morro Azul (ACMSP, 1835). Nota-se uma forte referência a elementos da toponímia que compunham o sítio natural deste território, como serras e rios.

Quadro 3 - Bairros na freguesia de Belém de Jundiaí (1786-1857)

Ano	Nomes dos bairros	Fonte
1786	Atibaia	Listas Nominativas de Habitantes para vila de Jundiaí
1786-1830	Pinhal	Listas Nominativas de Habitantes para vila de Jundiaí
1835	Couto, Pinhalzinho, Rio Abaixo, Capivari, Morro Azul	Mapa da divisão dos bairros da Paróquia de Belém de Jundiaí do ACMSP (1835)
1855-1857	Morro Grande, Rio Acima, Lavapés, Jaguari, Feital, Mato Dentro, Lopes, Jundiaí Mirim, Pereiras, Camargos, Pedrosos, Antunes, Posse, Paracatú, Ponte Nova, Alagado, Bom Retiro, Tapera Grande, Correinha, Córregos, da Ponte, Ponte de Atibaia.	RPT

Fonte: Listas nominativas [...] (1766–1842); Registro [...] Belém de Jundiaí (1855–1857); ACMSP (1835). Elaborado pelos autores (2026).

Em Belém de Jundiaí, os bairros rurais igualmente se afirmavam como unidades estruturantes do espaço agrário, sendo amplamente mencionados nos RPT como referência espacial para a localização das propriedades. Diferentemente de Campinas, contudo, observa-se maior fragmentação fundiária e uma organização mais estável dos bairros ao longo do tempo, associada a um território densamente ocupado e voltado tanto à subsistência quanto ao mercado regional.

Já em Caconde, a presença de bairro rural não se evidenciava de forma direta nos RPT. A documentação identificava "fazendas" como a localização das terras descritas. No entanto, a partir da análise conjunta com os registros coevos de óbito e batismo desta freguesia (**Quadro 4**), percebe-se que os nomes das fazendas encontradas nos RPT equivalem aos mesmos dos bairros descritos naqueles registros.

Quadro 4 - Bairros na freguesia de Caconde (1821-1858)

Ano	Nomes dos bairros	Fonte
1816	Bairro de Caconde	Carta de doação do patrimônio para ordenação do vigário da freguesia de Caconde, Carlos Luís de Mello, em 2816. Fonte: Campanhole (1979, p. 180)
1821-1825	Conceição, Bom Sucesso, Rio Pardo,, Bom Jesus, Barra, São Miguel, Guaxupé, São João, São Matheus, Quebra Machado, Soledade, Serra, Três Barras, Campestre, Fartura, Capela, Freguesia, Canoas, São Gonçalo.	Registros de batismo da freguesia de Caconde
1841-1858	Boa Vista, Bocaina, Cachoeira do Rio Pardo, Engano do Rio Pardo, Jaboticabal, Lacatrapo, Parador, Rio do Peixe, Bairro dos Nunes, Bairro dos Passos da Capela do Espírito Santo.	Registros de óbito da freguesia de Caconde

Fonte: Registro Paroquial de Terras da freguesia de Caconde....; Óbitos...; Batizados...;

Nessa localidade, os bairros também eram referências basilares no cotidiano dos habitantes – e isso está explícito em registros eclesiásticos que revelam os bairros dos registrantes –, mas que não foram citados nos registros de terras. O caso é ilustrativo da importância da pesquisa em fontes

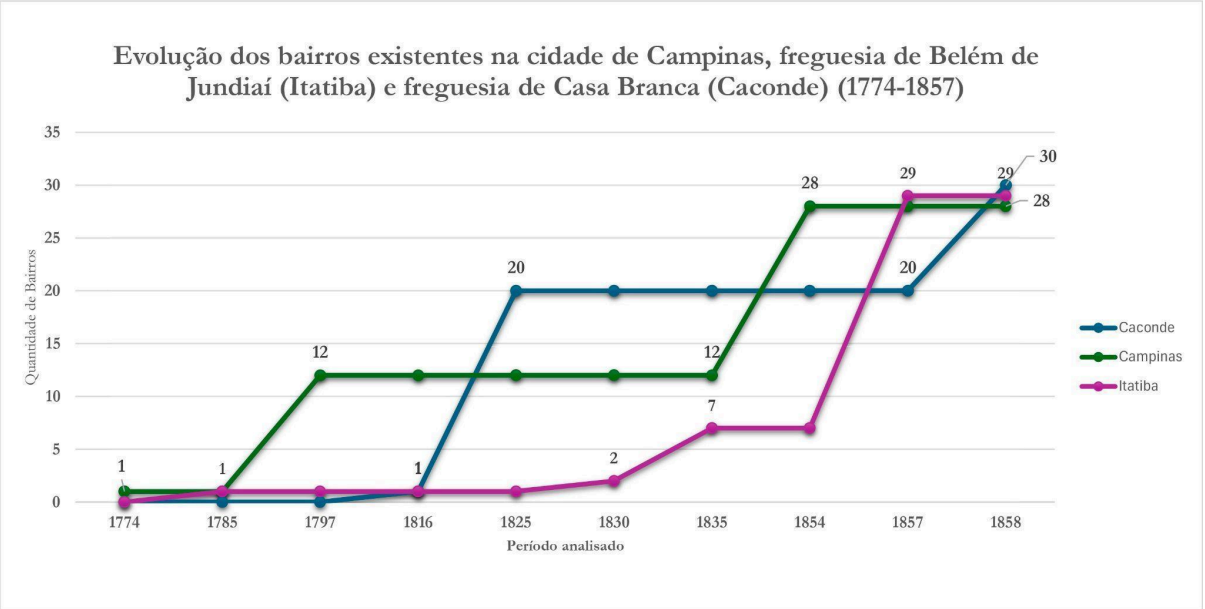
documentais que possam esclarecer aparentes silenciamentos encontrados nos documentos.

A partir da construção do Gráfico 1, observa-se que Campinas apresenta crescimento mais precoce e relativamente contínuo no número de bairros desde o final do século XVIII, enquanto Itatiba e Caconde revelam expansões mais tardias, porém intensas, sobretudo na década de 1850, quando superam Campinas em números absolutos. Essa dinâmica corrobora a interpretação de Candido (2010, p. 91) acerca do bairro como uma "estrutura lábil", capaz de ser ampliada conforme as demandas do povoamento e da ocupação territorial. Ao mesmo tempo, a comparação evidencia que, embora Caconde e Itatiba tenham experimentado aceleração numérica a partir de 1835, Campinas consolidou-se anteriormente como mercado de terras mais estruturado. Em síntese, o gráfico evidencia que a formação dos bairros não seguiu uma curva linear, mas respondeu a conjunturas específicas de cada território.

Ao observar o quantitativo de Itatiba, o fato de a região ter sido ocupada tardiamente em relação a rede urbana ao seu entorno evidencia um crescimento mais lento no número de bairros. Como o bairro do Atibaia foi elevado à freguesia em 1830, ao serem delimitadas as divisas da nova paróquia, partes de bairros já existentes na vila de Jundiaí foram incorporados a esse território, além dos bairros recém-formados. Em meados do século XIX a ocupação se intensificou resultando em um número significativo de bairros distribuídos por toda a paróquia, revelando um território devidamente ocupado. Esse aumento pode estar associado à mudança no quadro fundiário impulsionada pela inserção da cultura do café no território, a partir de 1850 (Navarra, 1972). Além disso, reforça-se que as extensas propriedades do início do processo de ocupação desse território estavam sendo desmembradas por meio de herança e compra.

Quadro semelhante por ser observado em Caconde: o crescimento no número de bairros corresponde à intensificação da economia do abastecimento interno e, a partir de 1850, às transformações na estrutura fundiária, com a progressiva divisão de propriedades e formação de novas fazendas e bairros.

Gráfico 1- Evolução quantitativa dos bairros em Campinas, Itatiba e Caconde (1774-1858).



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Modos de ocupação e práticas de uso da terra

Os RPT evidenciam que, em Campinas, a estrutura fundiária de meados do século XIX contava com propriedades desde grandes extensões a unidades menores, revelando a coexistência de diferentes escalas e estratégias de apropriação do espaço rural. Embora uma parcela expressiva das declarações não informe a dimensão das terras, os dados disponíveis indicam a presença de propriedades com mais de 100 alqueires[8], totalizando 44 propriedades nessa faixa, entre engenhos, fazendas, sítios e sortes de terras (Registro...Campinas, 1854-1857). A relação entre dimensões, tipologias e formas de aquisição (sobretudo compra e herança) evidencia um mercado de terras ativo e mecanismos consistentes de concentração fundiária, demonstrando o universo rural como palco de relações econômicas (Bacellar, 1997, p. 120–123; Costa, 2022, p. 8–10).

Em Caconde, a distribuição das terras declaradas apresentava um padrão distinto, se comparado a Campinas. Havia um predomínio de propriedades de pequena extensão, entre dez e 19 alqueires, enquanto os grandes latifúndios constituem exceção. Apenas 11 propriedades declararam ultrapassar 1.000 alqueires (Registro...Caconde, 1854-56), sendo a maioria organizada em regime de sociedade entre múltiplos proprietários e associadas a antigas concessões de sesmarias, como as fazendas Pião do Rio Pardo e Fartura, que pertenceram à família do Cap. Alexandre Luiz de Mello, um dos primeiros ocupantes e sesmeiros da região (Ferreira, 2022).

Em Caconde, entre o tombamento de bens rústicos (1818) e os registros paroquiais de terras (1855-56) houve um aumento no número de propriedades. No primeiro, vemos o total de 27 fazendas[9], partilhadas entre 39 proprietários, enquanto no segundo, há 69 fazendas, de propriedade de 405 declarantes (331 homens e 74 mulheres).

A forma de aquisição das terras declaradas no RPT de Caconde é um ponto a ser destacado: herança (150), compra (109), posse (2), compra e herança (7), barganha (4), "meiação"[10] (6) e doação (4). Outras 150 declarações não fazem qualquer menção à forma de aquisição. O silenciamento sobre a forma de obtenção das propriedades parece ir ao encontro de uma realidade marcada por pequenos proprietários em um território em constante redefinição, no qual a posse pode ter sido o meio mais comum de acesso à terra.

Outra questão relevante é a baixa diversidade de modalidades de obtenção de terras em Caconde, se comparado a Campinas, cujo RPT arrola diversas formas de aquisição que incluem até diferenciações sobre as formas de herança e compra.

Já em Belém de Jundiaí, antiga freguesia formada a partir do bairro do Atibaia e em processo de elevação à condição de vila em 1857, os RPT revelam um espaço rural mais densamente ocupado e marcado por maior fragmentação fundiária. As formas de aquisição predominantes eram a compra e a herança, seguidas pela compra e herança em conjunto, enquanto posse, doação e troca apresentavam incidência residual. No entanto, mesmo quando a compra das terras consta na declaração, verifica-se, na maioria dos casos, parentesco entre o adquirente e o antigo proprietário, reforçando as relações familiares entre as propriedades confrontantes (Registro [...] Belém de Jundiaí, 1854–1857). As propriedades eram designadas majoritariamente como sítios e, em menor número, como fazendas, sem que tais categorias correspondessem diretamente à dimensão das terras, uma vez que os registros priorizam a descrição de divisas e confrontantes (Ferreira; Menegaldo; Pereira, 2022, p. 56–59). Entretanto, mesmo não sendo declaradas as dimensões dessas propriedades, observa-se, por meio dos nomes dos antigos proprietários, a relação dessas áreas a uma ocupação fundiária anterior, como a de uma sesmaria (APESP, 1802). Verifica-se, ainda, a existência de diversas propriedades no mesmo bairro e que pertencem a antigos proprietários, o que reforça a hipótese de desmembramento fundiário em parcelas menores. Além disso, a identificação recorrente de topônimos espacializáveis e a presença de unidades produtoras de café indicam um espaço rural articulado a redes regionais, porém estruturado a partir de propriedades relativamente menores e mais próximas entre si.

A leitura comparada dos três casos demonstra que, embora submetidos ao mesmo marco legal, os

processos de organização fundiária assumiram feições distintas: Campinas combinava concentração e diversificação tipológica; Caconde apresentava grandes propriedades rurais partilhadas no sistema de "condomínio", pró-indivisas; e Belém de Jundiaí expressava maior pulverização das propriedades. Assim, os RPT permitem compreender não apenas as dimensões e tipologias das propriedades rurais, mas também os diferentes ritmos de consolidação do mercado de terras e de ordenamento do espaço agrário no interior paulista oitocentista (Bacellar, 1997, p. 121–124).

A leitura dos RPT revela que os modos de ocupação da terra, em meados do século XIX, resultavam da combinação entre posse, compra e herança, frequentemente sobrepostas nas declarações e nem sempre claramente distinguidas pelos próprios declarantes. Essa ambiguidade terminológica indica que, apesar da promulgação da Lei de Terras de 1850, persistiam práticas fundiárias herdadas do período anterior, nas quais a ocupação efetiva, o reconhecimento social da posse e os vínculos familiares continuavam a legitimar o domínio sobre a terra (Motta, 1998, p. 41–45; Christillino, 2012, p. 87–90).

As práticas de uso do solo também se mostram heterogêneas, abrangendo áreas de cultura, pastagens, matas e terras incultas, muitas vezes descritas de forma genérica, mas suficientes para evidenciar economias rurais diversificadas e ajustadas às condições locais. O uso produtivo da terra não se restringia às grandes unidades agrícolas, estando presente também em sítios e pequenas propriedades, onde coexistiam produção para subsistência, abastecimento regional e, em alguns casos, cultivos comerciais. Assim, os RPT demonstram que a implantação do novo ordenamento legal não produziu uma ruptura imediata nas práticas fundiárias, mas conviveu com formas tradicionais de ocupação e uso da terra, reforçando a centralidade do mundo agrário na organização territorial e social do interior paulista oitocentista.

Confrontações, vizinhança e sociabilidade no espaço rural

As referências a confrontações e vizinhos presentes nos RPT constituem um dos principais indicadores das formas de sociabilidade e de reconhecimento social da terra no espaço rural Oitocentista. A delimitação das propriedades dificilmente se apoiava em medições precisas, sendo construída a partir da identificação de confrontantes, marcos naturais e caminhos, o que evidencia a centralidade das relações de vizinhança na definição e legitimação dos limites fundiários. Nesse sentido, os RPT não apenas registravam a terra como bem material, mas também como espaço socialmente reconhecido e negociado.

Em Campinas, a maior densidade de ocupação do território rural resultou em redes de vizinhança mais articuladas, nas quais a recorrência de determinados nomes e famílias aponta para a consolidação de vínculos locais duradouros. As confrontações registradas revelam um espaço agrário intensamente compartimentado, no qual a proximidade física entre as propriedades favorecia relações contínuas de reconhecimento mútuo e contribuía para a reprodução social das elites locais, em consonância com estratégias de acúmulo e manutenção fundiária.

Na freguesia de Caconde, o processo de formação territorial é semelhante, porém, com diferenças fundamentais. Os RPT desta freguesia totalizam 390 registros nominais, que contém 434 descrições de propriedades[11]. Dessas, apenas 19% (83 descrições) contém referências geográficas para descrever a extensão das posses. Prática usual nos registros de terras, descrever os limites das propriedades por meio dos nomes de seus confrontantes resguardava os possuidores de futuros litígios e lhes dava uma margem razoavelmente grande para expandir seus domínios.

Em Itatiba, então Freguesia de Belém de Jundiaí, os RPT evidenciam a importância das confrontações como mecanismo de fixação de vínculos locais em um espaço rural marcado pela fragmentação fundiária e pela circulação de propriedades por compra e herança. A repetição de sobrenomes e a sobreposição de confrontantes em diferentes registros indicam a formação de redes

familiares e de vizinhança que estruturam a sociabilidade rural e asseguram a continuidade da ocupação da terra ao longo do tempo.

Dessa forma, a análise das confrontações e das referências de vizinhança nos RPT permite compreender como os limites fundiários eram produzidos socialmente, articulando práticas de ocupação, relações de proximidade e reconhecimento coletivo. Mais do que simples descrições espaciais, esses registros revelam a terra como elemento constitutivo das relações sociais no mundo rural, evidenciando a diversidade de experiências territoriais no interior paulista em meados do século XIX.

Relações no rural: agentes e práticas

O mercado de terras em Campinas, à época dos RPT, revela uma estrutura fundiária consolidada, na qual a terra já operava como uma mercadoria primordial e estratégico ativo financeiro para a elite senhorial (Costa, 2021, p. 25). Ao passo que Costa destaca que a localidade possuía um mercado mais sólido do que regiões de fronteira, com o acesso ocorrendo, majoritariamente, por compra (37,1%) e um índice de acesso por posse quase inexistente (1,9%), Menegaldo (2024) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar que tais registros foram fundamentais para legitimar a propriedade privada e o protagonismo de famílias como os Souza Aranha, que atuaram como "agentes modeladores" do território. A convergência reside na percepção de que a valorização fundiária de Campinas, devido à proximidade com o porto de Santos e à fertilidade das terras para o café, permitiu que a elite aplicasse o excedente do capital agrário na diversificação de negócios urbanos e infraestruturas ferroviárias (Costa, 2021, p. 25; Menegaldo, 2024, p. 194). Esse mercado de terras não apenas consolidou uma base agrária voltada à produção, mas engendrou uma configuração espacial, compreendida através de um léxico fundiário (presente nos RPT), que abrangia grandes fazendas e engenhos, partes de terras, sítios, chácaras e quintais, revelando a continuidade material e funcional entre áreas produtivas e núcleo urbano. Nessa dinâmica, as atividades agrárias constituíam o esteio econômico da vida urbana, ao mesmo tempo em que eram por ela articuladas e tensionadas.

Nesse quadro, as relações sociais estreitadas no século XIX, organizavam-se por práticas voltadas à preservação do poder senhorial e da integridade patrimonial, inscritas em dinâmicas fundiárias que articulavam ocupação, hierarquia e circulação de terras (Bacellar, 1997). A família Souza Aranha exemplifica a atuação da elite como agente modelador do território, na qual mobilizou casamentos endogâmicos e redes de compadrio para consolidar alianças políticas, reforçar posições de mando e evitar a fragmentação das propriedades (Menegaldo, 2024). Tais estratégias de parentela tinham reflexo direto no mercado de terras e na conformação da produção do espaço, já que a transmissão fundiária via herança beneficiava a manutenção de extensas propriedades, se comparadas àquelas obtidas mediante compra. Desse modo, as práticas familiares não apenas garantiriam a continuidade do patrimônio, mas conformaram modalidades específicas de apropriação, controle e organização do espaço, incidindo diretamente na configuração territorial. A partir dessa interpretação, torna-se possível estabelecer parâmetros comparativos com contextos como Itatiba e Caconde, nos quais distintas estruturas fundiárias e diferentes níveis de concentração da propriedade engendraram arranjos socioespaciais singulares.

Enquanto em Campinas predominavam aquisições por compra e herança, associadas a um mercado de terras ativo e à consolidação patrimonial das elites locais, em Caconde o silenciamento sobre a forma de obtenção e a frequente imprecisão dos limites podem indicar uma região em ocupação, com contornos indefinidos. Já em Belém de Jundiaí observa-se maior diversidade nas formas de acesso à terra, com a coexistência de compra, herança, posse e arranjos mistos, o que sugere um espaço mais densamente ocupado e socialmente negociado.

Nesse conjunto de práticas, destaca-se ainda o recurso ao regime *pró-indiviso*, ou terras em comum, pelo qual o patrimônio permanecia juridicamente compartilhado entre membros da família. Tal expediente, além de responder a condicionantes legais, funcionava como estratégia de preservação simbólica e econômica do grupo, resguardando o domínio fundiário frente à interferência de terceiros

(Motta; Guimarães, 2011, p. 111).

Um exemplo do regime pró-indiviso, e sua transformação em terras divididas judicialmente, pode ser observado no registro da fazenda Bom Sucesso, na freguesia de Caconde, nos próprios registros de terras e em documentos notariais coetâneos. A propriedade remonta às primeiras ocupações do território, na região de um dos afluentes do Rio Pardo, de mesmo nome da propriedade.

No tombamento de bens rústicos, elaborado em 1818, a fazenda Bom Sucesso contava com três proprietários, que descreveram suas terras em léguas[12] em quadra: Melior de Mendonça Silva – meio quarto de légua de testada e um quarto de légua de fundo (aprox. 56 alqueires); Catharina das Neves – um quarto de légua de testada e três quartos de légua de fundo (aprox. 337 alqueires); e o Alferes Manoel Alvares Moreira Barbosa[13]– légua e quarto de testada e fundo (aprox. 2812 alqueires) (Distrito do Bom Sucesso...1818, mapas 1 e 2). Convertendo as medidas, temos, aproximadamente, o total de 3.205 alqueires de terras.

Entre 1818 e 1855, essa propriedade foi sendo provavelmente dividida e houve uma diversificação de proprietários.

Em maio de 1855, foram abertos os "Autos de divisão amigável" da propriedade. Através destes, pode-se ter uma compreensão das estratégias adotadas por seus proprietários no registro de suas posses no RPT daquela Freguesia. Elione Guimarães esclarece que a ação de demarcação ou divisão de terras tem origem na petição inicial de um dos coproprietários, também conhecidos como condôminos (Guimarães, 2011, p. 109). Segundo a autora:

> São terras que, ao longo dos anos, partindo de transações de compra, venda, heranças, permutas e partilhas, passaram a ter vários proprietários, perdendo-se as divisas originais e configurando novas fronteiras, demandando a realização de divisas legais (Guimarães, 2011, p. 109).

Através das descrições contidas no RPT de Caconde, sabemos que essa fazenda passou por várias divisões judiciais. Possuía 12 sócios, em 1856. Muitos haviam declarado que suas terras haviam sido "divididas, julgadas por sentença" (Registro paroquial de terras de Caconde, 1856, nº 37). Entre os sócios, estavam vários membros da família Cândido de Araújo, pequenos proprietários na freguesia.

Em 1855, Antônio Paulino de Araújo faz uma petição ao Juízo Municipal da vila de Casa Branca solicitando:

> Dizem os abaixo assinados sócios da Fazenda do Bom Sucesso, nesta Freguesia de Caconde, q. concordão entre si procederem a partilha amigável, e convencional, a qual consta do documento junto, como p.ª q. possa ter forma de couza julgada he indispensável que seja julgada pº senteça, pª isso pretendem q. V.S. assim mande autuar desta partilha convencional, eq. se lhe faça conclusa pª deliberar pª tanto (Autos de divisão amigável...1855, fl. 2).

Segundo os Autos registrados em quatro de abril de 1855, a fazenda possuía 544 alqueires - contra 748 declarados em 1856. A avaliação total da propriedade foi de 5:175$000 (cinco contos, cento e setenta e cinco mil réis). Em um breve intervalo de tempo, novas terras foram sendo incorporadas ao patrimônio dos sócios da fazenda Bom Sucesso, sendo que apenas 6 declarantes mencionaram terem-nas obtido por compra.

Nos mesmos Autos, Antônio Paulino de Araújo descreve suas terras (avaliadas em 2:16$512) da seguinte forma:

> Principia na divisa do córrego da Olaria abaixo da casa do mesmo no vallo q. esta no lado direito, e q. sinca[?] o vallo, digo, o pasto do mesmo, e subindo pelo dito vallo the a volta do mesmo vallo, dividindo the ahi com terras dadas a sócia D. Marianna Ubaldina; e deste ponto segue em rumo a huma cova q. se acha na beira da estrada q. vai pª Cabo Verde, e subindo pelo espigão da estrada q. vai pª Cabo Verde the o alto da Serra, dividindo the ahi com terras da fazenda de Evaristo Cândido de Araújo; e deste ponto dobrando a serra vai procurar, q. te, digo, o espigão q. tem huma cova na bera da estrada, e descendo p. este espigão the a dita cova, e desta em rumo direito a barra de huma grotinha q. esta do outro lado, e subindo pelo veio da dita grota the o espigão, e pr. este acima the o alto da serra, dividindo the ahi com terras dadas a sócia

> D. Marianna ubaldina; e por este adiante the o espigão q. contraverte pª o Ribeirão Bom Sucesso, e o córrego da Olaria, e p. este espigão adiante the huma cova q. se acha ao pé de um pau de Jequitibá, e desta quebrando a esquerda segue rumo direito a cabeceira da grota do caminho do arrozal, e p. esta abaixo the o córrego da Olaria, e p. este abaixo the o fundo do vallo do pasto do referido sócio, onde teve princípio esta confrontação, dividindo the ai com terras da sócia d. Mariana Ubaldina (Autos de divisão amigável...1855, fls. 11v e 12).

A descrição da propriedade de Antônio Paulino revela a complexidade envolvida no processo de divisão de terras: a maioria dos referenciais da paisagem são de difícil, senão impossível, identificação na atualidade – valos, covas, cercas, grotas e árvores – entremeados por referências a espigões, serras, ribeirões, córregos e estradas que certamente eram de fácil identificação para os coevos.

Em 1856, o mesmo Antônio Paulino, ao realizar sua declaração do RPT da freguesia de Caconde, escolheu não incluir uma descrição dos limites de suas posses, assim como a maioria dos sócios dela, excetuando-se apenas dois que incluíram descrições mais detalhadas. Havia, no entanto, uma limitação do próprio registro paroquial de terras, que ao impor um valor cobrado pela quantidade de palavras, impunha aos registrantes uma descrição sucinta. Apenas aqueles que tivessem maior poder aquisitivo e talvez o desejo de se afirmarem perante seus vizinhos, poderiam realizar descrições detalhadas de suas terras.

Ao analisar os registros de terras e documentos como os autos de divisões judiciais, pode-se ter uma ideia da complexidade da teia de relações proprietárias existente nos espaços rurais. Além disso, ao comparar diferentes situações e momentos de uma mesma fazenda pode-se construir uma visão mais precisa e completa acerca dos conteúdos dos RPT, escapando à julgamentos de imprecisão, inveracidade e ineficácia da fonte documental para o estudo das relações proprietárias e do território, no decurso do Oitocentos. A fazenda Bom Sucesso é um exemplo de toponímia que persiste até a atualidade na paisagem como uma referência do espaço rural de Caconde. Havia outras formas de regulamentação das relações proprietárias, coetâneas aos RPT, e analisá-las contribui para uma interpretação mais completa da estrutura fundiária das localidades.

Em Itatiba, parte dos registros declarados como tipo de aquisição por herança revela a ocorrência de diversos desmembramentos de partes de propriedades maiores entre os herdeiros declarantes, em meados do século XIX. Há casos em que foi possível associar a ocupação fundiária à concessão de sesmaria – como o exemplo do sítio Mumbuca, de Francisco Correa Pupo – em que uma extensa propriedade foi dividida em diversos sítios por meio de herança, gerando a concentração de propriedades em uma região da freguesia e originando, mais tarde, o bairro de mesmo nome: Mumbuca (APESP, 1802). Situação semelhante ocorre no local do atual núcleo urbano de Morungaba. No período de elaboração dos RPT esse local era compreendido pelo bairro do Couto, citado pela primeira vez na freguesia do Jaguari (atual Bragança Paulista), no ano de 1796 (Nunes, 2021). No momento da criação da paróquia de Belém de Jundiaí em 1830, parte da população desse bairro foi incorporada à recém-criada freguesia. Observando as declarações dos RPT no bairro do Couto, nota-se que parte significativa das propriedades neste bairro tinham como antigos proprietários um sobrenome em comum, da família Leme. Além deste sobrenome ser citado nos RPT, no final do século XIX, essa família é mencionada nos documentos eclesiásticos como doadores das terras destinadas ao patrimônio religioso da capela de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa (ACMSP, 1889). Essa informação reforça a permanência das mesmas famílias no quadro fundiário enfatizando também o papel que desempenharam como agentes modeladores do território e do urbano em formação através de gerações.

Considerações finais

Originárias de rotas de deslocamento e de processos de ocupação semelhantes, os territórios de Campinas, da freguesia de Caconde e da freguesia de Belém de Jundiaí (atual Itatiba) apresentavam

estruturas agrárias distintas em meados do século XIX, quando foram submetidas ao registro paroquial de terras. O estudo comparado das três séries documentais indica, no entanto, semelhanças no que diz respeito à toponímia das propriedades, à presença e relevância dos bairros rurais e ao sistema de propriedade. A pesquisa demonstra semelhanças na evolução estrutura fundiária das freguesias de Caconde e Belém de Jundiaí (atual Itatiba-SP): a partir de grandes propriedades e sesmarias, no início do século XIX, as duas regiões passaram por um processo de desmembramento de propriedades, seja por heranças ou por divisão e compra das antigas fazendas, o que resultou no predomínio de propriedades de pequenas e médias dimensões.

As semelhanças dos três registros encontram-se também na escolha dos topônimos, reflexos das possíveis relações localizadas entre os habitantes e o território. Os bairros rurais são estruturas basilares no entendimento da formação das redes urbanas nos três territórios. Ademais, eles aparecem de formas diferentes na documentação textual, mas sempre como referências fundamentais para o reconhecimento das dinâmicas agrárias. A permanência deles, em longa duração, é um indicativo da relevância social desses locais, fato que persiste até os dias atuais.

Ao quantificar declarações contidas nos registros paroquiais de terras e relacioná-las com o número de fazendas, a pesquisa revela a medida de urbanidade presente nos territórios. Em Campinas, a maior diversificação e especialização do léxico fundiário reflete o grau de urbanização mais avançado daquele território, em comparação com as freguesias de Belém de Jundiaí e Caconde.

No que diz respeito à metodologia da pesquisa, pode-se concluir que o cruzamento de fontes primárias é um desafio necessário a fim de que se possa extrair todo o potencial dos registros paroquiais de terras. O artigo demonstra que a interpretação dos registros paroquiais de terras é potencializada a partir de uma análise que considera outros documentos textuais coevos e de um conhecimento do território, da sua geografia física e social, ou seja, de um conhecimento obtido *in loco* que se mostra imprescindível para construir interpretações mais precisas sobre as informações obtidas nos registros paroquiais de terras.

Agradecimentos

Os autores agradecem Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – pelo financiamento parcial das pesquisas, códigos de financiamento: 88887.284969/2018-00 e 88887.496167/2020-00.

Notas

1 Segundo Raphael Bluteau, "bairro" designava "certa parte da cidade com suas casas e ruas" (Bluteau, 1728, p. 16). António de Moraes Silva, por sua vez, definiu o termo como "quartel da cidade que conta de certas ruas" (Moraes Silva, 1789, p. 252). Definições consultadas no acervo digital da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (USP).

2 A noção de termo da vila é exemplar dessa integração, uma vez que designava um território contínuo sob jurisdição administrativa comum, abrangendo simultaneamente o núcleo urbano, os bairros rurais, as áreas produtivas e os caminhos, sem estabelecer uma distinção formal entre urbano e rural, tal como concebida posteriormente (Marx, 1991, pp.105-106).

3 Os estudos e a metodologia que fundamentam esta discussão se desenvolvem no grupo de pesquisa História das Cidades: Ocupação Territorial e Ideários Urbanos, cadastrado no CNPq e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas.

4 Produzidos entre 1854 e 1857, em decorrência da Lei de Terras de 1850 e de sua regulamentação, os RPT reuniram declarações obrigatórias de posse, constituindo uma fonte central para o estudo das dinâmicas fundiárias no Brasil oitocentista.

5 Petrone, (1968).

6 "Descoberto" é a expressão utilizada para designar locais de mineração recém-descobertos. Tais locais eram incorporados ao território colonial mediante os chamados autos de posse dos descobertos, diligências que, em geral, envolviam autoridades civis, religiosas e militares.

7 A análise adota uma base cartográfica comum, composta por mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CCGSP), produzidos no início do século XX, complementados por cartas do IBGE elaboradas entre 1969 e 1972.

8 No século XIX, o alqueire paulista correspondia a 24.200 m^2, equivalentes a 2,42 hectares. Trata-se de medida agrária regional, distinta de outras variações em uso no Império, como o alqueire mineiro e o baiano, cujas extensões eram significativamente superiores.

9 São elas: Boa Vista, Bom Jesus, Bom Sucesso, Bucaina, Canoas, Conceição, Corgo [sic] das Pedras, Espírito Santo, Faisqueira, Fartura, Guaxupé, Gumba, Jacotinga, Paciência, Parador, Pinhal, Pozo Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio, São Domingos, São Gonsallo, São João , São Matheus, São Miguel, São Pedro, São Thomaz e Sulidade (Tombamento...Caconde, 1818).

10 O termo denota, provavelmente, a divisão de terras.

11 A diferença decorre das seguintes razões: o declarante possui mais de uma propriedade, possui partes de terras distintas na mesma propriedade ou, ainda, pela declaração ter sido feita em nome de mais pessoas (geralmente menores de idade).

12 Para efeitos de cálculo, considera-se a légua terrestre equivalente a 6.600m, e o alqueire paulista, 24.200m.

13 Manoel Alvares Moreira Barbosa exerceu o cargo de "alferes comandante do distrito" da freguesia de Caconde, em 1822, sendo responsável pelo recenseamento da população, naquele ano (Mapa geral dos habitantes...1822)

Referências

ACMSP, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Descrição dos limites da doação ao patrimônio religioso da capela de Conceição de Barra Mansa, p. 97–123, 1889.

ACMSP, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Mapa da divisão dos bairros da freguesia de Belém de Jundiaí. Cota 03-02-21, 1835.

APESP, Acervo do Projeto Resgate da Biblioteca Luso-Brasileira. Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823) - São Paulo. Carta de sesmaria concedida a Francisco Correa Pupo, 1802. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&Pesq=%22Francisco%20Correia%20Pupo%22&pagfis=24556. Acesso em: 27 fev. 2026.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra:** família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória -UNICAMP - CMU, 1997.

BATIZADOS de Caconde e do Sertão do Rio Pardo. Manuscrito digitalizado. Family Search, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II.** 2 vols. São. Paulo: Martins Fontes, 1984.

CAMPOS, Cristina. Caminhos de terra e de ferro no arraial dos Souzas e Joaquim Egydio. In: RIBEIRO, Suzana B. (Org.). **Sesmarias, engenhos e fazendas**. Campinas, p. 56–111, 2016.

CARRARA, Angelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em história agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. **Sæculum: Revista de História**, n. 29, p. 209–229, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850–1880)**. Recife: Editora da UFPE, 2019.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Sob as penas presidenciais: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política. **Tempo**, v. 18, n. 32, p. 1–22, 2012.
DOI: 10.1590/S1413-77042012000100010

COSTA, Dora Isabel Paiva Da. Parentela, mercado de terras e os registros paroquiais de terras de

Araraquara, São Paulo, 1855-1866. **História**, v. 41, p. 1–17, 2022. DOI: 10.1590/1980-4369e2022040.

DIAS, Marcelo Henrique; ARAÚJO, Girleane Santos. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. **Territórios & Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 215–235, 2016. DOI: 10.22228/rt-f.v9i1.409.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva. **À sombra da capela:** os patrimônios religiosos na constituição dos espaços urbanos e na formação do território polarizado pelas vilas de Casa Branca e Caconde no século XIX. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Levar a justiça e a cruz aos sertões: os movimentos de ocupação dos sertões do Rio Grande e a formação da freguesia de N. Sra. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo na segunda metade do século XVIII. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 29, p. 1–52, 2021.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. O uso do SIG Histórico na análise da gênese e da forma de cidades do nordeste de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, n. 1, p. 1–27, 2023. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202312.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso; MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes. Fazendas, partes de terras, chácaras e terrenos: estudo comparativo do léxico fundiário nos registros paroquiais de terras da freguesia de Caconde e do município de Campinas, na província de São Paulo (1854–1857). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 30, p. 1–71, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ycMRhRzdhCsNvH5tsBnNvqd/?lang=pt. Acesso em: jan. 2026.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do Rei:** uma história fundiária do Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. **Registros paroquiais de terras, legitimações de posses e mercantilização da terra em Cachoeira do Sul (segunda metade do século XIX)**. In: ANPUH – XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terras na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária. **História Econômica & História de Empresas**, v. 13, n. 1, p. 95-132, 2010. DOI: 10.29182/hehe.v13i1.4.

HALLEY, Bruno Maia. Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 18, n. 3, p. 577–593, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.82793

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. O modelo metodológico de espacialização dos Registros Paroquiais de Terras: o caso de São Sebastião de Ponte Nova. **Caminhos da História**, v. 24, n. 2, p. 67–78, 2019. DOI: 10.38049/issn.2317-0875v24n2p.67-78.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. **Sorte de terra, fazenda, sesmaria:** Georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terra. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LISTAS nominativas de habitantes da vila de Jundiaí (1766-1842). São Paulo: APESP, 1766–1842.

LOUREIRO, Pedro Mendes. **Os Registros Paroquiais de Terras na história e na historiografia:** uma análise do potencial da fonte para estudos sobre a sociabilidade agrária oitocentista nas Minas Gerais. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAPA geral dos habitantes da 1ª Companhia de Ordenanças da freguesia de Casa Branca. Maço de População de Mogi Mirim (1821–1824). Arquivo Público do Estado de São Paulo, microfilme, número de ordem 07.03.141., 1822.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp, 1991.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano.** São Paulo: Edusp, 1987.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes. **Agentes modeladores do território:** a família Souza Aranha em Campinas-SP (1806–1902). 2024. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.

MIGUEL, Marília. **História, caminhos e urbanização:** a formação territorial de Morungaba-SP. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2026.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil:** a gestação do conflito (1795–1824). São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder:** conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; APERJ, 1998.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). **Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos**. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, 2011.

NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. N**as terras do "norte distante":** a legislação fundiária, a propriedade rural e a política imperial na Província do Amazonas (c. 1850–c. 1880). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

NAVARRA, Wanda Silveira. **Uso da terra em Itatiba e Morungaba**: permanência e mudança na organização do espaço agrário, 1956-1966. Tese (Doutorado em Geografia Humana)Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

NUNES, Carolina Gonçalves. **Formação do território bragantino paulista:** o papel dos bairros rurais, fazendas mistas e capelas filiais. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

ÓBITOS da freguesia de Caconde. Livro 2 (1840-1874). San Diego, Califórnia: Records Preservation, s/d. Manuscrito digitalizado.

OLIVEIRA, Natalia Altieri Santos de. **Consolidação da posse na Belém dos oitocentos: análise dos registros paroquiais e legitimações de posse (1854-1891)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude.** Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

QUEIROZ, **Maria Isaura Pereira de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana:** ensaios. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

REGISTRO Paroquial de Terras de Belém de Jundiaí. 1854–1856. Livro 118. Microfilme. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria do Governo da Província de São Paulo.

REGISTRO Paroquial de Terras de Caconde. 1854–1856. Livros 31 e 32. Microfilme. APESP. Fundo Secretaria do Governo da Província de São Paulo.

REGISTRO Paroquial de Terras de Campinas. 1854–1857. Livro 114. Microfilme. APESP. Fundo Secretaria do Governo da Província de São Paulo.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **O caminho do Anhanguera.** São Paulo: Via das Artes, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CUNHA, Maísa Faleiros da. **A "segunda escravidão" na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888.** [S. l.: s. n.], 2018.

SANTANA, Antônio Hertes Gomes de. **Limites não declarados, terras em comum: Registros de Terras em Alagoinhas (1857-1858)**. XXIX Simpósio Nacional de História (SNH): Contra os preconceitos: História e Democracia, 2017.

SEMEGHINI, Ulysses. **Do café à indústria.** Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SOUZA, Nicaria Costa de. **A Lei de Terras de 1850 na Paraíba:** notas sobre a dinâmica fundiária da vila de Independência (1856–1865). In: IV Seminário Internacional Brasil no Século XIX. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.14

Território, trabalho e sociedade: os Campos Gerais nos relatos de Saint-Hilaire (1820)

Territory, labor, and society: the Campos Gerais in Saint-Hilaire's travel accounts (1820)

Leonildo José Figueira*

Palavras-chave:
Campos Gerais
Saint-Hilaire
Território

Resumo: O artigo analisa os relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire referentes à sua passagem pelos Campos Gerais em 1820, tomando-os como fonte privilegiada para a compreensão das representações de território, trabalho e organização social no Brasil oitocentista. A partir de uma leitura crítica do texto do viajante, o estudo problematiza a construção discursiva da paisagem, os juízos morais associados às práticas laborais e as hierarquias sociais observadas no mundo rural, situando essas descrições no contexto das assimetrias próprias dos encontros entre observador europeu e sociedades locais. Dialogando com aportes teóricos da história cultural e da análise dos relatos de viagem, o artigo sustenta que as narrativas do viajante não apenas registram a realidade dos Campos Gerais, mas produzem sentidos históricos que articulam natureza, trabalho e sociedade segundo categorias científicas e valores próprios do início do século XIX.

Keywords:
Campos Gerais
Saint-Hilaire
Territory

Abstract: This article examines the travel narratives of Auguste de Saint-Hilaire concerning his passage through the Campos Gerais region in 1820, considering them as a key source for understanding representations of territory, labor, and social organization in nineteenth-century Brazil. Through a critical reading of the traveler's account, the study analyzes the discursive construction of landscape, the moral judgments associated with rural labor practices, and the social hierarchies observed in the countryside, situating these descriptions within the asymmetrical encounters between a European observer and local societies. Engaging with theoretical perspectives from cultural history and travel writing studies, the article argues that Saint-Hilaire's narratives do not merely record the reality of the Campos Gerais, but actively produce historical meanings that articulate nature, labor, and society according to scientific categories and values characteristic of the early nineteenth century.

Recebido em 31 de dezembro de 2025. Aprovado em 1º de junho de 2026.

Introdução

Ao longo do século XIX, os relatos de viagem ocuparam posição central na produção de conhecimentos sobre os territórios americanos. Elaborados por naturalistas, diplomatas, militares e homens de ciência, esses textos articularam observação empírica, classificação científica e juízos morais, contribuindo para a construção de imagens duradouras sobre a natureza, o trabalho e as sociedades locais. No caso brasileiro, tais narrativas desempenharam papel decisivo na formulação de interpretações sobre o mundo rural, frequentemente concebido a partir de categorias europeias de civilização, progresso e utilidade econômica.

É nesse horizonte que se inscrevem os escritos de Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que percorreu extensas regiões do Brasil entre 1816 e 1822. Seus relatos, produzidos no cruzamento entre ciência, viagem e escrita autobiográfica, oferecem um testemunho privilegiado não apenas sobre os espaços visitados, mas sobre as formas pelas quais esses espaços foram interpretados, classificados e hierarquizados. Longe de constituírem simples registros descritivos, seus textos revelam um esforço sistemático de ordenação do território e da

* Doutor em Educação (UFPR), Mestre em História (UEPG). Professor do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: leonildo.figueira@utp.br.

sociedade, orientado por critérios científicos e valores culturais próprios do início do século XIX.

Saint-Hilaire (1779–1853) foi um naturalista francês vinculado aos circuitos científicos europeus do início do século XIX, especialmente à tradição botânica e às práticas de observação sistemática da natureza. Entre 1816 e 1822, percorreu extensas regiões do Brasil, incluindo Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a região correspondente ao atual Paraná. Suas viagens ocorreram no contexto posterior à abertura dos portos e à instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, momento em que o território brasileiro passou a atrair maior atenção de naturalistas, diplomatas e homens de ciência europeus. Ao longo de suas expedições, coletou milhares de espécimes botânicos, registrou características geográficas e produziu observações sobre práticas econômicas, formas de ocupação, relações sociais e modos de vida locais. Seus relatos, publicados na França ao longo das décadas seguintes às viagens, tornaram-se referências importantes para o estudo da natureza, da sociedade e da formação territorial do Brasil oitocentista.

Entre as diversas obras produzidas pelo viajante, destaca-se *Viagem pela Comarca de Curitiba*, relato resultante de sua passagem pela região sul do Brasil em 1820. O texto integra o amplo conjunto de narrativas elaboradas a partir de suas expedições científicas e foi posteriormente publicado, tornando-se uma das principais fontes para o estudo histórico da formação territorial, econômica e social do Paraná no início do século XIX. Além de registrar aspectos da paisagem, da circulação, das atividades produtivas e das populações locais, a obra passou a ocupar posição relevante na historiografia regional, sendo frequentemente utilizada por historiadores, geógrafos e pesquisadores interessados na compreensão das transformações do espaço sul-brasileiro. Mais do que um simples registro de viagem, o relato constitui uma interpretação do território observável a partir das categorias científicas, culturais e políticas mobilizadas pelo autor.

No início do século XIX, os chamados Campos Gerais designavam uma extensa região de campos naturais localizada no planalto meridional do Brasil, correspondente, em grande medida, ao atual território do Paraná. Caracterizada pela predominância da pecuária extensiva, pela circulação de gado e pela baixa densidade populacional, essa região integrava importantes rotas de circulação regional e desempenhava papel relevante na economia de abastecimento. Mais do que uma unidade administrativa, os Campos Gerais constituíam um espaço historicamente definido por suas características naturais, produtivas e funcionais, o que explica por que viajantes como Saint-Hilaire os identificaram e descreveram como um território reconhecível a partir da paisagem, do uso do solo e das práticas econômicas ali observadas.

A passagem pelos Campos Gerais, realizada em 1820, oferece um recorte privilegiado para compreender a maneira como o viajante interpretou o território e as populações do sul do Brasil. Ao dedicar parte significativa de sua narrativa à região, o naturalista construiu uma representação marcada pela observação da paisagem, das atividades econômicas e das formas de organização social. Seus registros permitem identificar não apenas aspectos do espaço observado, mas também os critérios utilizados para descrevê-lo, classificá-lo e atribuir-lhe significados. Nesse sentido, os Campos Gerais aparecem no relato como um território dotado de características próprias, reconhecido pela predominância dos campos naturais, pela importância da pecuária extensiva e pela inserção em circuitos regionais de circulação.

A descrição da paisagem ocupa, nesse contexto, papel central. O viajante dedica longas passagens à caracterização visual e sensorial dos campos, ressaltando sua regularidade, salubridade e beleza, frequentemente associadas a comparações com paisagens europeias. A presença recorrente da araucária, os contrastes cromáticos entre os campos e os capões de mata, bem como as observações sobre o clima e o céu da região, não constituem apenas um inventário naturalista, mas organizam uma leitura do território como espaço dotado de potencialidades específicas. A paisagem, assim, funciona como fundamento interpretativo para as análises subsequentes sobre trabalho e sociedade.

Essas descrições territoriais estão estreitamente ligadas à forma como o viajante avalia

as práticas de trabalho rural. Ao observar a centralidade da pecuária extensiva e os ritmos intermitentes do labor, constrói juízos que oscilam entre a constatação empírica e a crítica moral. Termos como "suavidade da vida", "pouco esforço" e "ociosidade" aparecem como chaves interpretativas, revelando expectativas normativas em relação ao trabalho produtivo. Tais avaliações não se limitam ao plano econômico, mas se projetam sobre a organização social, influenciando a maneira como o viajante classifica proprietários, trabalhadores pobres, escravizados e agentes da circulação, como os tropeiros.

Nesse sentido, o relato oferece um terreno privilegiado para a análise das formas de representação do mundo rural no Brasil oitocentista. A sociedade descrita emerge como espaço hierarquizado, no qual diferenças materiais são frequentemente traduzidas em diferenças morais e culturais. A hospitalidade dos habitantes, a simplicidade dos costumes, a ausência de instrução formal e a limitada valorização das artes são elementos reiteradamente mencionados pelo viajante, compondo uma imagem social que combina reconhecimento de virtudes locais e crítica àquilo que ele percebe como insuficiências civilizacionais.

Além disso, a atenção dedicada aos caminhos, às distâncias e à circulação de animais e mercadorias insere os Campos Gerais em redes mais amplas de integração regional. Ao registrar o comércio de muares e o trânsito constante de tropeiros, o viajante revela um espaço rural atravessado por fluxos, ainda que marcado por precariedades estruturais. Essa dimensão da mobilidade relativiza leituras que associam o campo exclusivamente ao isolamento, permitindo compreender a região como parte de circuitos econômicos interprovinciais.

Diante disso, este artigo propõe uma leitura analítica dos relatos de Saint-Hilaire sobre os Campos Gerais, tomando-os como fonte central para a compreensão das representações de território, trabalho e sociedade no início do século XIX. Ao privilegiar a análise textual minuciosa da narrativa, com atenção às citações literais, às escolhas vocabulares, às recorrências e aos silêncios, busca-se compreender não apenas o que o viajante descreve, mas como e a partir de quais critérios ele produz sentidos históricos sobre o mundo rural brasileiro.

Mais do que avaliar a exatidão empírica das observações, interessa compreender o relato como prática discursiva situada, na qual descrição, comparação e julgamento se articulam. Ao fazê-lo, o artigo pretende contribuir para o debate historiográfico sobre a história rural, evidenciando o potencial analítico dos relatos de viagem como documentos fundamentais para pensar as formas de conhecimento, representação e ordenação do território e da sociedade no Brasil oitocentista.

Notas metodológicas e historiográficas

O presente artigo adota como procedimento central a análise textual de um relato de viagem, tomando a obra *Viagem pela comarca de Curitiba* como fonte primária para a investigação das representações de território, trabalho e sociedade nos Campos Gerais no início do século XIX. A opção por privilegiar o texto de Saint-Hilaire parte do entendimento de que os relatos de viagem constituem documentos históricos complexos e heterogêneos, nos quais observação empírica, descrição científica e valorações morais se articulam de maneira indissociável.

Do ponto de vista metodológico, o relato não é tratado como simples registro factual da realidade observada. Ao contrário, compreende-se a narrativa do viajante como produção discursiva situada, atravessada por escolhas narrativas, critérios de classificação e expectativas normativas próprias de seu autor e de seu tempo. Essa perspectiva implica deslocar o foco da verificação empírica das informações para a análise dos modos pelos quais o território e a sociedade são descritos, nomeados e hierarquizados no texto, considerando a escrita como mediação ativa entre experiência e representação.

Essa abordagem inscreve-se em uma renovação historiográfica que, ao longo das últimas décadas, afastou-se do tratamento dos relatos de viagem como meros repositórios neutros de informação. Progressivamente, tais narrativas passaram a ser compreendidas como objetos de análise em si, passíveis de investigação quanto às suas

estratégias discursivas, aos lugares de enunciação que pressupõem e às formas de ordenação do mundo que produzem. Nesse sentido, o viajante deixa de figurar apenas como informante privilegiado para tornar-se agente de construção de sentidos, cujos textos expressam tanto observações quanto interpretações e julgamentos.

A análise desenvolvida neste artigo parte do pressuposto de que os relatos de viagem constituem formas específicas de produção de conhecimento sobre o mundo social. Por essa razão, mobilizam-se referenciais que permitem compreender simultaneamente os processos de representação, as relações de poder envolvidas na observação do outro e os regimes temporais presentes na narrativa. Mary Louise Pratt (1999) contribui para a compreensão das assimetrias que caracterizam os encontros entre viajantes europeus e populações locais; Michel de Certeau (1982) oferece instrumentos para pensar a escrita como operação produtora de sentidos; e François Hartog (2013) possibilita analisar as expectativas temporais que atravessam as descrições do território e da sociedade. Esses aportes não são utilizados como modelos rígidos de interpretação, mas como ferramentas analíticas para a leitura crítica da narrativa do viajante.

A leitura do relato dialoga, assim, com os estudos sobre narrativas de viagem, especialmente no que se refere às relações assimétricas que estruturam a experiência narrada. Mobiliza-se o conceito de zona de contato, formulado por Pratt (1999), para compreender o lugar de enunciação ocupado pelo viajante europeu e a autoridade que lhe permite comparar práticas, avaliar costumes e atribuir significados aos espaços e às populações observadas. Tal chave interpretativa orienta a análise sobretudo nos momentos em que o viajante formula juízos sobre o trabalho rural, os ritmos de vida e as formas de organização social nos Campos Gerais.

A dimensão temporal do relato é igualmente considerada. As observações de Saint-Hilaire são lidas à luz da noção de "regimes de historicidade", conforme formulada por Hartog (2013), entendida aqui como instrumento heurístico para apreender as articulações entre passado, presente e futuro na narrativa. O presente descrito pelo viajante é frequentemente avaliado em relação a expectativas de transformação e a modelos externos de referência, projetando sobre o território um horizonte de potencialidade e progresso. Tal procedimento reforça a necessidade de situar o relato em seu tempo de produção, evitando leituras anacrônicas.

No que se refere à análise da paisagem, parte-se do pressuposto de que o espaço descrito não constitui um dado neutro. As passagens dedicadas à paisagem são compreendidas como construções narrativas, nas quais natureza, valor e expectativa se articulam. A paisagem aparece, assim, não apenas como cenário, mas como elemento estruturante da interpretação do território, desempenhando papel ativo na organização do discurso e na formulação de juízos sobre o espaço rural.

A atenção à escrita enquanto prática constitui outro eixo metodológico relevante. Inspirado nas reflexões de Certeau (1982), o artigo compreende o relato de viagem como resultado de uma operação de escrita que transforma a experiência em discurso por meio de seleções, recorrências e silenciamentos. Ao destacar determinados elementos da paisagem e das práticas sociais e relegar outros ao segundo plano, o viajante produz um território e uma sociedade legíveis para seu público leitor. A análise privilegia, assim, o exame das escolhas vocabulares, das comparações e das classificações mobilizadas pelo autor.

Em termos operacionais, a leitura do texto baseou-se na edição publicada pela Fundação Cultural de Curitiba (1995), adotada como referência para todas as citações. Optou-se pelo uso sistemático de citações literais, tanto curtas quanto em blocos mais extensos, sempre com indicação de paginação. Essa escolha metodológica busca preservar a materialidade do texto do viajante e permitir que o leitor acompanhe diretamente os trechos analisados, evitando paráfrases excessivas que possam diluir o vocabulário e os juízos originais do autor.

Do ponto de vista historiográfico, o artigo dialoga com uma tradição de estudos que reconhece os relatos de viagem como fontes privilegiadas para a história rural, a história cultural e a história intelectual. Ao invés de tratar o mundo rural como espaço homogêneo ou marginal, a análise busca evidenciar sua complexidade, destacando a articulação entre paisagem, trabalho, hierarquias sociais e circulação regional. Ao fazê-lo, o estudo

pretende contribuir para o dossiê História Rural em Debate, demonstrando como os relatos de viagem podem iluminar não apenas práticas e espaços, mas também as formas de representação e ordenação do mundo rural no século XIX.

Território e descrição: os Campos Gerais como construção narrativa

O viajante estabelece um gesto conceitual decisivo ao recusar definições administrativas para caracterizar a região. Ao afirmar que os Campos Gerais "não constituem uma comarca nem um distrito", mas um território reconhecível "independentemente das divisões políticas" (Saint-Hilaire, 1995, p. 17), o viajante delimita o espaço a partir de critérios naturais e produtivos, e não institucionais. Essa escolha não é neutra: ela indica uma concepção de território fundada na paisagem, no uso do solo e nas possibilidades econômicas, típica da literatura científica de viagem do início do século XIX.

Essa forma de definição territorial não era incomum entre os viajantes-naturalistas do período. Ao privilegiar elementos da paisagem, da vegetação, do relevo e das atividades econômicas, tais autores frequentemente produziam regionalizações próprias, fundamentadas menos em delimitações político-administrativas e mais na observação direta do espaço. Nos relatos, essa perspectiva permite identificar os Campos Gerais como uma unidade territorial reconhecida por características ambientais e produtivas específicas, conferindo coerência ao conjunto de descrições apresentadas ao longo da narrativa.

A partir dessa definição inicial, a paisagem assume função estruturante no relato. O viajante dedica longos parágrafos à descrição visual e sensorial dos campos, enfatizando sua amplitude, regularidade e continuidade. Ao registrar que "esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América" (Saint-Hilaire, 1995, p. 18), articula imediatamente o juízo estético à observação científica. A beleza do espaço não aparece como mero deleite subjetivo, mas como indício de ordem natural, legibilidade e potencialidade.

Esse procedimento torna-se ainda mais evidente quando recorre à comparação com as planícies da Beauce, na França. A analogia opera como instrumento interpretativo: ao aproximar o território observado de uma paisagem europeia conhecida, o viajante estabelece um parâmetro de inteligibilidade que hierarquiza os espaços sem anular a diferença. A comparação não elimina o encantamento, mas o organiza, inscrevendo os Campos Gerais em um sistema de referências que permite avaliá-los segundo critérios já consolidados. A comparação constitui um recurso recorrente na literatura de viagem oitocentista, funcionando como mecanismo de tradução cultural por meio do qual o desconhecido é interpretado a partir de referências familiares ao observador.

No interior dessa paisagem, a araucária emerge como elemento recorrente e altamente significativo. Ele descreve "pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária, surgindo aqui e ali nas baixadas", destacando o contraste entre "o tom carregado de suas folhagens" e "o verde claro e viçoso do capinzal" (Saint-Hilaire, 1995, p. 18). A repetição dessa imagem ao longo do texto transforma a árvore em verdadeiro signo da região. Mais do que um elemento botânico, a araucária passa a funcionar como síntese visual e científica dos Campos Gerais, condensando singularidade natural e valor econômico potencial.

A paisagem, portanto, não se limita à condição de pano de fundo descritivo, assumindo função estruturante na organização da narrativa. Ela organiza a descrição, orienta as comparações e fundamenta interpretações mais amplas sobre o território. Esse modo de operar confirma que, descrever a natureza é já interpretá-la, selecionando elementos que tornem o espaço inteligível e classificável.

A atenção dedicada ao clima reforça essa lógica. Ao observar que o céu da região, "embora menos luminoso que o da zona dos trópicos", seria "mais conveniente à fragilidade da nossa vista" (Saint-Hilaire, 1995, p. 19), o viajante mobiliza critérios fisiológicos e culturais próprios de sua experiência europeia. O julgamento climático não se limita à constatação meteorológica; ele avalia o território segundo sua adequação ao corpo, à sensibilidade e aos hábitos do observador. O espaço

natural é, assim, medido a partir de um padrão externo, revelando a persistência de uma lógica comparativa implícita.

Esse conjunto de descrições confere ao território um caráter marcadamente prospectivo. Ao longo do relato afirma que os Campos Gerais são "perfeitamente apropriados à colonização europeia" (Saint-Hilaire, 1995, p. 21). Tal afirmação não decorre apenas da análise do solo ou do clima isoladamente, mas de uma leitura integrada da paisagem, da produção possível e das práticas sociais observadas. O território descrito não se limita ao presente da viagem; ele é projetado em direção a um futuro imaginado, orientado por expectativas de ocupação, racionalização e transformação.

Do ponto de vista analítico, essa construção narrativa da paisagem aproxima-se do entendimento de Simon Schama (1996), para quem a paisagem deve ser compreendida como uma produção cultural, resultante da interação entre natureza, memória e imaginação. Em Saint-Hilaire, os Campos Gerais são simultaneamente observados e interpretados, organizados segundo categorias científicas e valores culturais europeus. A descrição detalhada do relevo, da vegetação e do clima não neutraliza o discurso; ao contrário, reforça seu caráter normativo.

Essa normatividade também se evidencia no próprio gesto da escrita. Conforme sugere Michel de Certeau (1982), narrar implica selecionar, hierarquizar e silenciar. Ao destacar elementos como a regularidade dos campos, a presença da araucária e a salubridade do clima, Saint-Hilaire produz um território legível e comparável, ao mesmo tempo em que obscurece outras dimensões possíveis da experiência local. Descrever, nesse contexto, é ordenar o espaço e torná-lo passível de apropriação intelectual.

A leitura territorial proposta pelo viajante inscreve-se em um regime temporal específico. Como observa François Hartog (2013), o presente é frequentemente interpretado à luz de expectativas futuras. Nos Campos Gerais de Saint-Hilaire, a paisagem observada é constantemente avaliada em função do que ela pode vir a ser. O território narrado não é apenas aquilo que se vê, mas aquilo que se projeta, revelando uma concepção de espaço rural marcada pela antecipação e pela promessa de transformação.

Trabalho rural, ritmos de vida e juízos morais nos Campos Gerais

A descrição do trabalho rural nos Campos Gerais ocupa lugar central no relato do viajante francês, não apenas como registro de práticas produtivas, mas como espaço privilegiado de formulação de juízos morais. Ao observar a ocupação do solo e o cotidiano dos moradores, constrói uma narrativa em que o trabalho é avaliado segundo critérios de intensidade, regularidade e diligência, categorias que revelam tanto sua experiência empírica quanto o repertório cultural a partir do qual interpreta o mundo observado.

Logo ao iniciar a descrição das atividades humanas na região, Saint-Hilaire explicita sua percepção sobre o ritmo de vida local:

> [...] a vida aqui parece excessivamente suave; não se trabalha com aquele fervor que presenciei em outras províncias. Os habitantes conduzem seus gados com tranquilidade, e muitos passam o maior tempo em conversas longas, ao passo que o campo, embora fértil, não exige deles esforços constantes (Saint-Hilaire, 1995, p. 23).

A passagem revela uma operação narrativa recorrente no texto: a observação do cotidiano é imediatamente acompanhada por um juízo avaliativo. Termos como "vida excessivamente suave" e "não se trabalha com fervor" não descrevem apenas práticas, mas introduzem um parâmetro normativo de comparação. O trabalho é lido à luz de um ideal implícito de intensidade e aplicação contínua, que funciona como medida para avaliar a conduta dos habitantes.

Esse procedimento evidencia uma característica recorrente dos relatos de viagem produzidos no contexto da expansão científica europeia do século XIX. A observação não aparece dissociada da avaliação; ao contrário, descrever implica classificar, comparar e atribuir valor. As práticas de trabalho observadas por Saint-Hilaire são constantemente interpretadas à luz de referências externas que orientam sua percepção acerca da

produtividade, da disciplina e da utilidade econômica das atividades humanas.

Essa lógica comparativa torna-se ainda mais explícita quando contrapõe os Campos Gerais a outras regiões que havia percorrido anteriormente. Ao recordar sua experiência em Minas Gerais, afirma:

> Em Minas, vi lavradores que, desde as primeiras horas da manhã, se entregavam com diligência às suas tarefas. Aqui, ao contrário, há momentos extensos em que o gado pasta livremente e o homem permanece à sombra, como se o labor fosse exceção e não regra (Saint-Hilaire, 1995, p. 24).

A oposição entre "diligência" e descanso prolongado estrutura o argumento do viajante. Não se trata apenas de uma diferença regional, mas da construção de uma hierarquia moral entre formas de trabalho. O labor intenso e regular aparece como padrão desejável, enquanto a adaptação a ritmos menos exigentes é interpretada como sinal de insuficiência produtiva. A comparação opera, assim, como mecanismo de julgamento, organizando o espaço rural segundo critérios de valor.

Mais do que uma diferença regional, a comparação revela a presença de um ideal normativo de trabalho associado a valores amplamente difundidos na cultura europeia moderna. O labor contínuo, a disciplina cotidiana e o aproveitamento sistemático do tempo aparecem como parâmetros implícitos de avaliação. Dessa forma, a crítica à suposta ociosidade dos habitantes dos Campos Gerais diz menos sobre a realidade objetiva do trabalho rural e mais sobre os referenciais culturais mobilizados pelo observador.

Saint-Hilaire não se limita a formular críticas. Em diversos momentos, ele busca explicar o que considera uma menor intensidade do trabalho, recorrendo a fatores naturais. Ao atribuir à paisagem e ao clima parte da responsabilidade por esse ritmo de vida, observa que: "O terreno vasto e aberto, unido ao clima ameno, parece dispensar esforço contínuo. A natureza, aqui tão gentil, quase que impede o homem de sentir urgência em labutar incansavelmente" (Saint-Hilaire, 1995, p. 25).

A explicação desloca a análise do plano exclusivamente moral para uma causalidade naturalizada. A "natureza gentil" passa a funcionar como elemento explicativo das práticas sociais, estabelecendo uma relação direta entre meio ambiente e comportamento humano. Esse movimento discursivo revela uma transição significativa: o viajante transforma a descrição do espaço em fundamento interpretativo do trabalho, conferindo à paisagem um papel ativo na organização da vida social.

A associação entre ambiente natural e comportamento humano aproxima-se de interpretações bastante difundidas entre naturalistas e viajantes do período, para os quais clima, relevo e condições ambientais exerciam influência direta sobre costumes, hábitos e formas de organização social. Embora tais perspectivas fossem frequentemente apresentadas como observações científicas, elas também incorporavam pressupostos culturais e concepções hierarquizantes acerca das diferentes sociedades observadas.

Ainda assim, a linguagem empregada preserva uma forte carga valorativa. Expressões que sugerem disposição ao descanso, economia de esforço ou ausência de urgência mantêm vivo o juízo normativo que atravessa o relato. O trabalho é constantemente medido a partir de um ideal de regularidade e intensidade, associado a expectativas de progresso e racionalização. Mesmo quando recorre à natureza como explicação, o viajante não abandona o horizonte moral que orienta sua leitura.

Essa articulação entre observação do presente e projeção de expectativas pode ser compreendida à luz da noção de regime de historicidade. Para Hartog (2013), os "regimes de historicidade" dizem respeito às maneiras pelas quais passado, presente e futuro são articulados, funcionando como grades de inteligibilidade da experiência histórica (Hartog, 2013). No caso de Saint-Hilaire, o presente observado nos Campos Gerais é constantemente avaliado em função de um futuro possível, orientado por valores de progresso, disciplina e aproveitamento racional do tempo.

Desse modo, as práticas de trabalho rural descritas pelo viajante não são apenas constatadas; elas são colocadas em relação a um horizonte antecipado, que serve como critério de avaliação. O presente aparece como insuficiente ou incompleto, enquanto o futuro, implícito, funciona como

promessa de transformação. O trabalho rural inscreve-se, portanto, em uma gramática temporal que projeta expectativas e hierarquiza práticas a partir delas.

Ao analisar esses juízos, não se trata de verificar sua adequação empírica, mas de compreender o modo como o trabalho é representado e avaliado no interior do relato de viagem. A descrição dos ritmos de vida nos Campos Gerais revela menos uma realidade objetiva do trabalho rural e mais uma operação discursiva que combina observação, comparação e julgamento, oferecendo ao historiador um campo fértil para compreender as formas pelas quais o mundo rural brasileiro foi interpretado no início do século XIX.

Sociedade, hierarquias e classificações no mundo rural dos Campos Gerais

Ao avançar da descrição da paisagem e das práticas de trabalho para a observação da vida social, Saint-Hilaire constrói um retrato minucioso das hierarquias que organizariam o mundo rural dos Campos Gerais. Diferentemente das passagens dedicadas ao território e ao trabalho, nas quais a paisagem e o ritmo produtivo funcionam como eixos interpretativos centrais, aqui o viajante mobiliza categorias sociais explícitas, nomeando grupos, atribuindo características morais e estabelecendo distinções que revelam sua forma particular de ordenar a sociedade observada.

A observação da sociedade ocupa posição estratégica na narrativa do viajante, pois permite transformar indivíduos e grupos sociais em categorias inteligíveis para o leitor europeu. Nesse processo, a descrição das diferenças econômicas, culturais e comportamentais é frequentemente acompanhada por avaliações que atribuem significados mais amplos às características observadas. A escrita de viagem não apenas registra distinções sociais, mas contribui para produzi-las discursivamente por meio de classificações, comparações e julgamentos.

Em diversos momentos do relato, enfatiza a reduzida presença de escravizados na região, observando que "os escravos são em pequeno número" e que, em muitos casos, "os próprios proprietários se ocupam dos trabalhos mais comuns" (Saint-Hilaire, 1995, p. 28). A observação, aparentemente neutra, cumpre uma função interpretativa relevante: ao destacar a menor dependência do trabalho escravo, o viajante sugere uma organização social distinta daquela que conhecera em outras províncias brasileiras, especialmente nas áreas de agricultura intensiva.

No entanto, essa constatação não conduz a uma leitura igualitária da sociedade local. O viajante rapidamente estabelece distinções claras entre proprietários, homens pobres e populações que ele classifica genericamente como "gente ignorante". Ao referir-se aos moradores mais modestos, afirma que muitos vivem "em extrema simplicidade", contentando-se "com uma alimentação grosseira e hábitos pouco refinados" (Saint-Hilaire, 1995, p. 30). O uso reiterado de termos como "simplicidade", "ignorância" e "grosseiro" revela um vocabulário carregado de julgamento, no qual a diferença social é traduzida em diferença moral e cultural.

Nesse aspecto, torna-se particularmente útil a reflexão proposta por Pratt (1999) acerca das assimetrias presentes nas chamadas zonas de contato. A autoridade narrativa do viajante permite que ele observe, interprete e classifique populações que raramente possuem espaço equivalente de enunciação dentro do próprio relato. As categorias utilizadas para descrever os habitantes dos Campos Gerais não são apenas descritivas; elas expressam relações de poder que legitimam determinadas formas de conhecimento sobre o outro e contribuem para a construção de imagens sociais duradouras.

A aparente neutralidade de algumas observações é rapidamente substituída por uma lógica classificatória que estabelece distinções entre grupos considerados mais ou menos próximos dos padrões de civilidade valorizados pelo autor. A descrição social passa, assim, a operar simultaneamente como instrumento de conhecimento e mecanismo de diferenciação simbólica, revelando a presença de critérios culturais que orientam a leitura da realidade observada.

Essas classificações ganham maior nitidez quando o viajante comenta as formas de sociabilidade. Ele observa que os habitantes dos Campos Gerais demonstram grande hospitalidade,

recebendo viajantes "com uma bondade que não se encontra facilmente em regiões mais populosas" (Saint-Hilaire, 1995, p. 31). Ainda assim, essa virtude é apresentada como traço ambíguo: a hospitalidade convive, segundo o autor, com a ausência de "polidez" e de hábitos que ele associa a sociedades mais refinadas. A virtude moral é reconhecida, mas imediatamente relativizada por critérios culturais externos.

O mesmo procedimento aparece quando trata das elites locais. Os grandes proprietários são descritos como homens que "vivem com certo conforto", mas que, ao mesmo tempo, "não cultivam o gosto pelas artes nem pela instrução" (Saint-Hilaire, 1995, p. 32). A crítica à falta de interesse pela instrução revela novamente o horizonte normativo do viajante, para quem a hierarquia social deveria ser acompanhada de capital cultural e refinamento intelectual. A ausência desses elementos é lida como sinal de incompletude social, mesmo quando a posição econômica é reconhecida.

Essa forma de classificar os grupos sociais evidencia uma operação discursiva fundamental: não descreve apenas diferenças materiais, mas constrói uma hierarquia simbólica baseada em valores europeus de instrução, civilidade e cultura. A sociedade dos Campos Gerais é, assim, organizada no texto segundo critérios que extrapolam a observação empírica e se ancoram em expectativas normativas. O viajante observa, compara e, sobretudo, julga.

Do ponto de vista analítico, essas classificações podem ser compreendidas como parte daquilo que Michel de Certeau (1982) identifica como a prática de escrita que transforma o outro em objeto legível. Ao nomear, adjetivar e ordenar os habitantes, produz uma sociedade inteligível para seu público leitor europeu, ainda que isso implique simplificações e silenciamentos. Certos conflitos, tensões internas e formas de organização social aparecem apenas de modo fragmentário ou são completamente absorvidos pelas categorias gerais do autor.

Além disso, o modo como o viajante associa posição social e atributos morais insere-se em um regime de observação típico do início do século XIX, no qual a sociedade é pensada como passível de classificação racional. Nesse sentido, as hierarquias descritas não devem ser lidas apenas como retrato fiel da realidade local, mas como resultado de um olhar que busca ordenar o mundo segundo princípios de inteligibilidade próprios de sua época.

Ao trazer à tona essas classificações sociais, o relato revela menos uma sociedade "tal como ela é" e mais uma sociedade tal como pode ser compreendida e avaliada por um observador europeu em trânsito. Para o historiador, é precisamente nessa tensão entre descrição e julgamento que reside a riqueza analítica do texto: as hierarquias sociais emergem não apenas como dado empírico, mas como construção discursiva, marcada por escolhas vocabulares, comparações implícitas e expectativas normativas.

Circulação, caminhos e integração regional: os Campos Gerais para além do isolamento

Se a paisagem e o trabalho poderiam sugerir, à primeira vista, um mundo rural rarefeito e pouco dinâmico, os relatos sobre a circulação de pessoas, animais e mercadorias, tensionam essa imagem. Ao longo de sua narrativa, o viajante insiste em registrar os deslocamentos constantes que atravessam a região, revelando um espaço integrado a circuitos econômicos mais amplos, ainda que marcado por precariedades materiais e técnicas.

A atenção aos deslocamentos é particularmente relevante para a história rural, pois permite compreender o campo não apenas como espaço de produção, mas também como território de circulação e conexão. Nas últimas décadas, diferentes estudos têm demonstrado que as áreas rurais oitocentistas estavam frequentemente integradas a redes comerciais, políticas e culturais mais amplas, o que relativiza interpretações que associam o rural ao isolamento ou à estagnação.

Saint-Hilaire observa que os Campos Gerais são atravessados por caminhos utilizados regularmente por tropeiros, sobretudo aqueles envolvidos no comércio de muares. Segundo o viajante, "os muares criados nesta região são conduzidos em grande número para a feira de Sorocaba", constituindo uma das principais fontes de renda local (Saint-Hilaire, 1995, p. 34). Essa referência, breve, mas significativa, insere os Campos

Gerais em uma rede comercial de alcance interprovincial, afastando a ideia de um rural fechado em si mesmo.

A circulação aparece também associada à própria experiência da viagem. Saint-Hilaire descreve estradas mal conservadas, travessias difíceis e longas jornadas a cavalo, ressaltando que "os caminhos são frequentemente apenas trilhas abertas pelo uso contínuo" (Saint-Hilaire, 1995, p. 35). A precariedade da infraestrutura não impede, contudo, o fluxo constante de pessoas e mercadorias; ao contrário, parece constituir uma condição estrutural desse tipo de circulação, adaptada às características do território e às práticas locais.

O viajante chama atenção para o papel dos tropeiros como mediadores dessa integração regional. Embora não lhes dedique longas descrições individualizadas, reconhece que são eles que mantêm viva a comunicação entre regiões distantes, transportando animais, notícias e produtos. Ao mencionar que "essas caravanas percorrem grandes distâncias, enfrentando intempéries e dificuldades constantes", o autor confere a esses agentes uma centralidade prática que contrasta com o lugar marginal que ocupam em sua hierarquia social implícita (Saint-Hilaire, 1995, p. 36).

Esse contraste é revelador. Enquanto os tropeiros são fundamentais para o funcionamento econômico da região, sua presença no texto é frequentemente reduzida a uma função utilitária. O viajante descreve sua atividade, mas pouco se detém em suas experiências subjetivas, trajetórias pessoais ou formas de organização social. A circulação aparece no relato mais como dado funcional do que como prática social complexa, o que evidencia um limite do olhar do viajante.

A reduzida atenção dedicada aos tropeiros enquanto sujeitos históricos revela um aspecto importante da própria lógica narrativa do relato. O interesse do viajante concentra-se prioritariamente nas funções econômicas desempenhadas por esses agentes, e não em suas experiências sociais, trajetórias individuais ou formas de sociabilidade. Tal característica evidencia os limites da fonte, ao mesmo tempo em que reforça seu valor para a compreensão das prioridades e dos enquadramentos adotados pelo observador.

Ainda assim, a insistência em registrar caminhos, deslocamentos e conexões regionais revela uma preocupação constante com a inteligibilidade do espaço. Ao indicar distâncias, tempos de viagem e obstáculos naturais, Saint-Hilaire constrói uma geografia praticada, na qual o território é definido menos por fronteiras administrativas e mais pelos fluxos que o atravessam. Nesse sentido, os Campos Gerais surgem como espaço de passagem e articulação, conectando Curitiba, o interior paulista e outras regiões do sul do Brasil.

Essa atenção aos deslocamentos reforça a ideia de que a ruralidade observada, não pode ser reduzida à imagem de isolamento. Mesmo em um contexto de baixa densidade populacional e infraestrutura precária, a região participa de circuitos econômicos e sociais mais amplos, sustentados por práticas de mobilidade adaptadas às condições locais. O viajante reconhece essa integração, ainda que a interprete a partir de categorias que privilegiam a eficiência, a regularidade e o controle, valores associados ao seu horizonte cultural.

Do ponto de vista analítico, essas passagens permitem compreender a circulação como elemento estruturante da vida rural nos Campos Gerais. Os caminhos descritos não são apenas vias físicas, mas também dispositivos de integração social e econômica. Ao registrá-los, o viajante contribui para a construção de uma imagem do território que articula paisagem, trabalho e sociedade em movimento, ainda que essa mobilidade seja filtrada por um olhar que tende a hierarquizar práticas e agentes.

Ao enfatizar os fluxos que atravessam a região, o relato contribui para deslocar o olhar historiográfico de uma compreensão exclusivamente local do espaço rural para uma perspectiva relacional, na qual caminhos, deslocamentos e intercâmbios assumem papel fundamental na constituição das dinâmicas territoriais. Os Campos Gerais aparecem, assim, como parte de uma rede mais ampla de conexões econômicas e sociais que articulava diferentes regiões do sul do Brasil.

Ao final, a atenção aos fluxos e deslocamentos reforça a leitura do relato como documento que produz sentidos históricos sobre o mundo rural brasileiro. Os Campos Gerais aparecem, assim, não como espaço marginal ou estagnado, mas como

território atravessado por circulações que desafiam leituras simplificadoras do rural oitocentista. Para o historiador, essas observações são fundamentais, pois permitem pensar o campo como espaço de conexão, negociação e trânsito, e não apenas como cenário fixo da vida agrária.

Considerações Finais

A leitura crítica dos relatos de Auguste de Saint-Hilaire sobre os Campos Gerais evidencia que a narrativa de viagem constitui muito mais do que um registro descritivo do território percorrido. Ao articular paisagem, trabalho, hierarquias sociais e circulação, o viajante produz uma interpretação integrada do mundo rural oitocentista, marcada por escolhas vocabulares, comparações implícitas e expectativas normativas próprias de seu horizonte intelectual. O relato, nesse sentido, revela-se um documento histórico situado, cuja riqueza analítica reside justamente na tensão entre observação empírica e julgamento.

Ao longo do artigo, buscou-se demonstrar que a descrição da paisagem não opera como simples pano de fundo natural. Os Campos Gerais são construídos discursivamente como território dotado de potencialidades, avaliado a partir de critérios científicos e culturais europeus. A ênfase em elementos como a regularidade dos campos, a salubridade do clima e a presença emblemática da araucária contribui para a produção de um espaço inteligível, ordenado e passível de comparação. A paisagem, assim, organiza a narrativa e fundamenta interpretações posteriores sobre o trabalho e a sociedade, demonstrando como natureza e cultura aparecem articuladas na construção discursiva do território.

No que se refere às práticas laborais, o viajante associa o trabalho rural a ritmos específicos, frequentemente avaliados sob o signo da insuficiência ou da indolência. Ao comparar com outras regiões e com modelos implícitos de produtividade, o viajante projeta expectativas normativas que tencionam a leitura do cotidiano observado. A análise dessas passagens permitiu evidenciar como juízos morais são incorporados ao relato, convertendo práticas adaptadas a um sistema produtivo extensivo em sinais de atraso ou falta de diligência.

As classificações sociais elaboradas aprofundam esse movimento interpretativo. Ao distinguir proprietários, homens pobres, escravizados e tropeiros, o viajante constrói uma hierarquia simbólica que associa posição social a atributos morais e culturais. Termos como "ignorância", "simplicidade" e "falta de instrução" funcionam como marcadores de diferença, revelando a centralidade de valores europeus de civilidade e refinamento na ordenação do mundo social observado. A sociedade rural emerge, assim, menos como reflexo direto da realidade empírica e mais como produto de uma operação classificatória.

A atenção dedicada à circulação e aos caminhos permitiu relativizar imagens de isolamento frequentemente associadas ao mundo rural. Ao registrar o trânsito de tropeiros, o comércio de muares e as conexões interprovinciais, insere os Campos Gerais em redes mais amplas de mobilidade e integração econômica. Ainda que o viajante não explore plenamente as dimensões sociais dessas práticas, sua narrativa oferece elementos fundamentais para pensar o campo como espaço de circulação e articulação regional.

Ao privilegiar a análise textual da fonte, com atenção às citações literais, às recorrências vocabulares e aos silêncios do relato, este artigo buscou contribuir para o debate historiográfico sobre a história rural brasileira, reafirmando o potencial dos relatos de viagem como documentos centrais para a compreensão das formas de representação do território e da sociedade no século XIX. Mais do que confirmar ou negar a veracidade das observações, interessou compreender como e a partir de quais critérios o viajante produziu sentidos históricos sobre os Campos Gerais.

A principal contribuição deste estudo consiste em evidenciar que os relatos de viagem podem ser analisados não apenas como repositórios de informações sobre o passado, mas como práticas discursivas que participam ativamente da produção de representações sobre territórios, populações e formas de organização social. Nesse sentido, o texto de Saint-Hilaire revela-se particularmente significativo por permitir observar simultaneamente os processos de descrição, classificação e atribuição

de sentido que estruturaram parte do conhecimento produzido sobre o sul do Brasil no século XIX.

Nesse movimento, o estudo dialoga com abordagens que concebem o rural não como espaço homogêneo ou marginal, mas como território atravessado por práticas, classificações e circulações diversas. Ao tomar os relatos de Saint-Hilaire como objeto central da análise, o artigo evidencia que o relato de viagem, longe de ser mero testemunho, constitui uma forma ativa de conhecimento e ordenação do mundo, cujos efeitos ultrapassam o tempo da viagem e continuam a informar leituras historiográficas sobre o Brasil oitocentista.

Ao mesmo tempo, a pesquisa reforça a importância de considerar os relatos de viagem como fontes capazes de iluminar não apenas aspectos materiais da vida rural, mas também os mecanismos simbólicos por meio dos quais determinadas imagens do campo, do trabalho e da sociedade foram construídas e difundidas. A análise dessas representações permite compreender de forma mais ampla os processos históricos de produção de conhecimento sobre o território brasileiro e os sujeitos que nele viviam.

Referências

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORRÊA, Sílvio Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. **Aedos**, v. 1, p. 11–21, 2008.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. Humanitas, v. 2, p. 62–68, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa Souza. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem** (1830–1900). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bomfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba.** Tradução de Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CADERNOS História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DO CEOM DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.15

Vulnerabilidade Social e Escravidão Contemporânea no *EntreRios* piauiense

Social Vulnerability and Contemporary Slavery in the EntreRios region of Piauí

Lia Monnielli Feitosa Costa*
Marcelo Aleff de Oliveira Vieira**
Cristiana Costa da Rocha***

Palavras-chave:
Vulnerabilidade
Rural
Agronegócio

Resumo: O presente artigo visa à reflexão sobre vulnerabilidade social e ampla resistência com base na agricultura familiar, diante do avanço do agronegócio que impõe à população campesina a constante luta pela sua sobrevivência e manutenção dos meios de vida no *EntreRios* piauiense. Arrolando relatos de mulheres quebradeiras de coco de Zundão dos Camilos, comunidade localizada no município de União-PI e trabalhadores de agroindústrias piauienses, e realizando o cruzamento destas fontes orais com outras tipologias de fontes, destacamos os fios condutores que os tecem no tocante à precarização das condições de vida, analisando como um dos elementos, a fome, se agudiza à medida que se amplia a pauperização do trabalho no campo. Conclui-se que a resistência assim se configura na luta cotidiana pela permanência na terra em que se vive, luta e planta, buscando a preservação dos babaçuais cada vez mais ameaçados pela expansão das plantações de cana, propriedades da empresa sucroalcooleira COMVAP.

Keywords:
Vulnerability
Rural
Agribusiness

Abstract: This article reflects on social vulnerability and widespread resistance grounded in family farming, in the face of agribusiness expansion that forces the peasant population into a constant struggle for survival and the maintenance of their livelihoods in the EntreRios region of Piauí. Drawing on accounts from women babassu coconut breakers of Zundão dos Camilos — a community located in the municipality of União, PI — and workers from agro-industries in Piauí, we cross-referenced these oral sources with other types of sources and identified the common threads linking them, particularly regarding the deterioration of living conditions. We analyze how one of these elements, hunger, grows more acute as rural labor becomes increasingly impoverished. We conclude that resistance takes shape in the daily struggle to remain on the land where people live, struggle, and plant, seeking to preserve the babassu groves increasingly threatened by the expansion of sugarcane plantations owned by the sugar-ethanol company COMVAP.

Recebido em 1º de março de 2026. Aprovado em 19 de maio de 2026.

Introdução

O presente artigo é parte das reflexões que atravessam a problemática da sobrevivência do campesinato piauiense, vaqueiros, agregados, pequenos posseiros/lavradores, e como forjam resistência à vulnerabilidade e à exploração laboral com práticas de trabalho escravo contemporâneo.

A violência produzida contra populações empobrecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, durante a Ditadura Civil-Militar, articulou-se a projetos voltados para desenvolvimento regional, tais como: o combate à seca que produziu o

* Doutoranda em História(UFC).SEDUC-PI. Bolsista FAPEPI. E-mail: monnielli23@gmail.com.

** Doutorando em História(UFC). Secretaria Municipal de Educação, Escola Municipal Padre Manoel Lima e Silva, Itapajé-CE. E-mail: marvieira21@hotmail.com.

***Doutora em História Social. Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: cristianarocha@cchl.uespi.br.

genocídio do Nordeste, denunciado pela Igreja Católica, migração dirigida/migração forçada com vistas a deslocar a pobreza de áreas rurais consideradas mais densamente povoadas para ocupar supostos espaços vazios, fazendo assim avançar a fronteira (Martins, 1996).

Para melhor nos aproximarmos da realidade da pobreza rural, cujas batalhas são comuns a tantas outras populações que estão espalhadas pelos brasis ameaçadas pela penetração cada vez maior do capitalismo no campo, iniciaremos este estudo falando brevemente sobre a historiografia da fome no Brasil, algo que destacamos como um dos elementos que norteiam essa situação de vulnerabilidade social, evidenciando nesta trajetória como o problema da fome —— pensado como uma questão de saúde pública com soluções técnicas às quais creditavam-se resultados precisos de combate —— passa a ter novos matizes no debate com as contribuições valiosas de Josué de Castro, tais como a reforma agrária e a desigualdade social, elementos importantíssimos que entram de forma definitiva. A análise profunda das questões socioeconômicas, propostas pelo geógrafo pernambucano, historiciza a fome, deslocando-a da seara nutricional (na qual permanecia unicamente por anos) e transversalizando-a pelo ponto de vista geográfico, sociológico, econômico e social, elucidando que o principal caminho para um estudo aprofundado da fome, é um estudo da história da alimentação no Brasil (Andrade; Freitas, 2024).

Tal passeio introdutório, além de endossar nossa proposta, delineia pontos que observamos nas entrevistas realizadas com as mulheres quebradeiras de coco da comunidade Zundão dos Camilos, situada a cerca de 58 km da capital Teresina, na zona rural do município de União-PI. Ali, em meio a relatos das lutas pela terra frente ao avanço da empresa sucroaalcoleira COMVAP, validado pelo Estado, percebemos que, muito embora boa parte das políticas públicas de combate à fome ao longo da trajetória brasileira tenham sido pensadas no contexto urbano, é no campo que o caráter violento deste problema se agudiza cada vez mais, somando-se a fatores específicos, tais como o isolamento de comunidades, o abandono pelo Estado, e a ameaça constante contra plantações e criações de animais.

Em seguida, discutindo um pouco mais sobre as disputas pela terra naquela região, discorreremos brevemente sobre os conflitos agrários no *EntreRios* piauiense. Tal regionalização, proposta pelo PLANAP[1] (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba), promove um agrupamento de municípios em territórios de desenvolvimento, uma espacialização forjada pelo Estado e alvo de projetos estratégicos de empreendimentos, conforme evidencia o mapa abaixo:

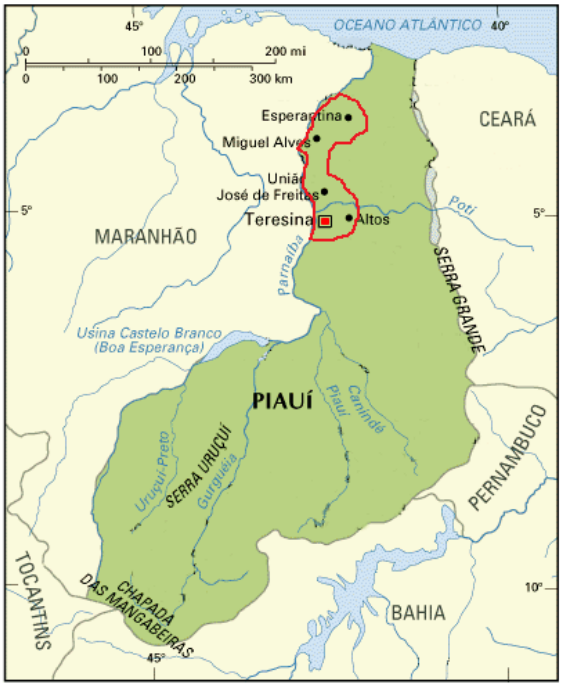


Figura 1 - Território EntreRios Piauiense
Disponível em:
https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Distribuicao-dos-casos-diagnosticados-de-coccidioidomicose-por-municipio-de_fig1_44593622 (adaptado) apud COSTA, 2018. p.54.

Para além das intenções político-governamentais para as quais a nomenclatura é utilizada, aqui faremos o uso, com licença poética, por evidenciar a presença dos rios, Poti e Parnaíba, na região e a forte relação das populações que ali vivem com a água.

São inúmeras as experiências de desterro, abusos, traumas, lutos, escassez alimentar e subnutrição vividas pelos pobres do campo no Brasil contemporâneo, desde o advento de mega

empreendimentos custeados pelo poder público. Mais do que comovedora, a brutalidade dos casos averiguados permite salientar como a edificação do agronegócio é fruto do estabelecimento de acordos entre diferentes setores da sociedade, tendo o emprego da violência como elemento central no processo. Destacamos também, o impacto ecológico na vida daquelas famílias com o desmatamento dos babaçuais para plantação de cana, elucidando que, "por mais que a experiência da fome e suas consequências sejam individuais, ela também afeta o meio ambiente, o crescimento populacional, e por fim, a organização social" (Idem, 2024, p. 05).

Acreditamos que a oralidade —— além de trazer à tona realidades esquecidas e que precisam se fazer conhecidas neste "extenso goiabal" de políticas públicas pensadas para combater a fome no Brasil —— revela também o impacto real de tais políticas na vida de homens e mulheres, uma vez que "as fontes orais nos ajudam a questionar as fronteiras que dividem o que diz respeito à história e o que não diz" (Portelli, 2016, p. 15).

Dito isso, estas experiências nos revelam que, mesmo frente a algumas melhorias conquistadas (ainda que tenhamos passado pelo desmonte de estruturas fundamentais, o que levou o Brasil ao retorno ao mapa da Fome em 2014) o avanço tecnológico está longe de significar de fato uma condição de vida digna para todos.

Alguns apontamentos sobre combate à fome no contexto rural

À guisa de elucidação, pinçamos alguns aspectos da história da fome para entender nosso objeto de estudo. A historiografia especializada aponta que a preocupação estatal com o problema da fome se projetou na passagem do século XIX para o século XX. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial corroborou para o surgimento de uma filosofia pública da saúde internacional que acreditava na tecnologia como meio primordial para enfrentar os grandes problemas enfrentados pela humanidade, como a fome e a miséria. Nesse contexto, a Nutrição consolida-se como área da ciência no pós-30, em um processo simultâneo da descoberta científica da fome, e por conseguinte denunciando as precárias condições em que se encontrava a classe trabalhadora (Vasconcelos, 2005).

No Brasil, os primeiros dispositivos específicos de combate à fome surgiram durante o Governo Vargas, marcados pela passagem do Estado liberal oligárquico para o Estado intervencionista burguês. Nesse sentido, as políticas públicas foram pensadas como parte de um conjunto de interesses econômicos sociais e políticos, e idealizavam a fome como resultado de carência nutricional. O processo de industrialização e urbanização pelos quais o país passava escancarou a pauperização de trabalhadores no campo e na cidade, e estudos, como os do médico e geógrafo pernambucano Josué de Castro, contribuíram para acrescentar outros matizes a esta problemática global.

A introdução de temas clássicos, como raça e modernidade, bem como o acréscimo de questões políticas e econômicas, como reforma agrária e desigualdade social (Andrade, Freitas, 2024) ao debate internacional, revelou que o problema da fome não seria resolvido apenas com medidas emergenciais, tampouco pensando a fome restritamente como doença nutricional. Era preciso investigar a fundo as condições de sobrevivência das populações e em que circunstâncias conseguiam garantir o mínimo para uma alimentação digna, ou se poderiam garantir. A elaboração do mapa da fome exposto pela primeira vez em Geografia da fome (1946) e as noções de fome endêmica e epidêmica contribuíram para pensar a condição da fome no contexto cultural, evidenciando a influência de tabus alimentares, presença ou ausência de determinados grupos alimentares em cada região, e suas condições de produção e consumo.

No entanto, se pudéssemos abreviar um rápido passeio nas políticas públicas pensadas para solucionar o problema da fome no Brasil, perceberíamos que a maioria delas foram elaboradas para classes trabalhadoras urbanas. Dessa forma, políticas como o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social, criada em 1946) e a LBA (Legião Brasileira de Assistência, fundada em 1942) foram idealizadas para racionalizar a alimentação do trabalhador urbano, onde os conhecimentos técnicos e científicos, aliados a uma ótica higienista

modularam a alimentação de indivíduos que futuramente se tornariam mão de obra saudável e forte para o trabalho, sem possibilidade de adoecimento causado por deficiência crônica de nutrientes. A alimentação das populações campesinas durante muito tempo foi relacionada à escassez resultante das secas, à "indolência" do lavrador, à insistência no cultivo de certas culturas para consumo e a críticas diretas aos hábitos alimentares que eram considerados arcaicos ou pobres de nutrientes.

Hoje, deparamo-nos com outras agências e discursos que buscam interpretações positivas acerca da alimentação no campo, fortalecendo o debate sobre soberania alimentar. Não apenas restringindo as preocupações com o acesso e o consumo dos alimentos, mas também os níveis inter-relacionados da produção alimentar, distribuição, consumo e modelo tecnológico, a soberania alimentar se traduz no direito dos povos a uma alimentação digna, ao resgate das formas tradicionais de reciprocidade e solidariedade do mundo camponês, à ênfase no protagonismo da mulher camponesa. Situações narradas, por exemplo, por Gonçalves e Funes (2020), ao destacarem as lutas travadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em prol do cultivo da comida saudável nos assentamentos de reforma agrária popular, uma pauta política que sofre amplo embate por parte dos defensores do agronegócio, cujas ações expulsam povos e comunidades dos lugares onde sempre viveram.

Lutar pelo chão no qual se vive mescla-se, dessa forma, à luta por uma alimentação digna, pelo direito de plantar, colher, criar, coletar o coco na mata, quebrar e vender livremente, sem ameaças por parte de proprietários ou atravessadores. Assim podemos descrever a realidade das mulheres que vivem em Zundão dos Camilos, localidade rural pertencente ao município de União-PI, cujas famílias tentam manter seus meios de vida à sombra incólume do agronegócio, conforme veremos a seguir.

Vulnerabilidade e Insegurança alimentar no *EntreRios* piauiense

> Estudava pela manhã e ia para a roça, se estudasse de tarde, ia pra roça pela manhã e assim nós tava, e quebrava o coco, ainda tinha tempo para quebrar o coco. Aí quando me casei e vim para cá, aqui estou esses 32 anos. Trabalho na agricultura, que é a roça, né? Agricultura familiar, também trabalho com horta e também com o coco babaçu. Que é esse mesmo, nosso foco também é o coco babaçu. Nós fazemos o, do babaçu nós tira o carvão. Nós fazemos a caeira[2], que é para tirar o carvão, para fazer, pra acender o fogo e fazer a comida. E o coco, nós tira o azeite... pra temperar...E vender também, nós também vende. E também... do coco nós tira o mesocarpo, que é a massa do coco babaçu que nós chama, mas o nome é batizado como mesocarpo[3]. E do mesocarpo nós faz o bolo, nós faz as broas, do leite do coco nós faz a geleia, que é um docinho, e o nome é geleia, e nós faz a cocada. Tudo nós faz e vende. Quando é no período das feiras. Tudo isso nós faz, produtos tudinho nós faz e vende (Cleudinar, 2024).

Na fala da quebradeira de coco Maria Cleudinar Moreira Sousa, 53 anos, moradora da localidade Zundão dos Camilos, em União-PI, alinhavam-se tessituras de passado e presente , no qual o antigo e o novo se encontram e se comungam dando matizes próprios a esse modo de vida. O trabalho no cultivo de roçados desde pequena, combinado com a prática de quebra do coco e os estudos, feitos na medida do possível, durante a juventude, modulam a vida da mulher que, hoje esposa e mãe, ressignifica a importância do seu trabalho e do seu papel na família. Os vários subprodutos citados por Cleudinar, oriundos do aproveitamento do babaçu, já são resultados de cursos, pesquisas e a própria curiosidade dela como quebradeira e estudante de Educação de Jovens e Adultos - EJA, que lhe impulsiona a querer aprender cada vez mais sobre os diversos artesanatos do babaçu.

A fala de Cleudinar guarda semelhança com muitos relatos de mulheres quebradeiras escutadas, finalmente, em seus clamores, anseios, angústias e alegrias, e cada vez mais são reveladas no cenário dos brasis perdidos, configurando-se como ponta de lança de projetos de lutas em prol da terra livre e da

preservação dos babaçuais. Assim como em Zundão, centenas de famílias que vivem em comunidades rurais, onde o babaçu alastra-se por outros estados, compartilham desafios, não apenas nos tensionamentos com o agronegócio, mas também, para legitimar suas existências e sair da condição de invisibilidade que perdurou durante muitos anos acerca das pessoas que sobreviviam/sobrevivem da coleta e da quebra do coco. No passado, o babaçu foi um produto importante da pauta de exportação no Piauí até o final da primeira metade do século XX[4], quando entra em declínio e seu consumo direciona-se para o mercado interno brasileiro.

Ao longo dessas décadas, mesmo diante desse cenário, famílias continuaram sobrevivendo do babaçu em consórcio com a agricultura de subsistência, a despeito da visão desenvolvimentista predominante de que a indústria extrativa estava em extinção, não havendo menção à organização política das quebradeiras de coco. (Shiraishi Neto, 1999). A visão estereotipada, não apenas em relação ao sertanejo pobre, mas também com as quebradeiras reforçavam que seus trabalhos geravam apenas mais miséria, por não serem explorados de forma "racional" e que a riqueza dos babaçuais deveria ser "salva dos pobres" (Sousa, 2023).

Hoje, essas mulheres assumem a centralidade das lutas, seja no ambiente doméstico, ressignificando seus papéis femininos como componentes do provimento da casa, seja no fortalecimento político de suas comunidades, fazendo parte de sindicatos, organizações, associações e cooperativas, sendo o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) seu maior expoente, na luta contra o agronegócio e pela preservação do ecossistema babaçueiro.

Nesse contexto, a comunidade de Zundão[5] tem sofrido ininterruptos ataques desde a instalação da Companhia Agroindustrial Vale do Parnaíba (COMVAP), em 1975. A agroindústria sucroalcooleira atualmente é vinculada ao grupo empresarial Olho D'Água, cujas bases produtivas se espalham pelo território que perpassa os municípios piauienses de: União, Teresina, José de Freitas e Miguel Alves. Sua chegada na região foi facilitada pelo Programa Nacional do Álcool (PNA), uma das políticas de desenvolvimento econômico voltadas para o campo adotadas no país durante a Ditadura Civil-Militar. Além do diálogo com o Governo Federal, o então proprietário da empresa, José Arimatéia Martins Magalhães[6], igualmente articulou-se com o governo estadual para angariar vultosos incentivos fiscais viabilizadores do empreendimento (Gramosa, 2024).

A experiência de luta das mulheres de Zundão configura não apenas a luta pelo direito de moradia, mas também ilustra a disputa palmo a palmo pelas suas dignidades e pelo direito à subsistência naquelas terras que persiste na região. A instalação da COMVAP aniquilou diversas comunidades rurais, condenando à fome milhares de pessoas. Estima-se que mais de 3 mil trabalhadores foram expulsos por meio de ações violentas da polícia militar ladeada por milícias armadas, contratadas pela empresa (Passos, 2022). A aliança entre agentes da iniciativa privada, da segurança pública e grupos armados particulares em vista da grilagem de terras, tem figurado como prática comum nas disputas territoriais do Brasil contemporâneo[7].

De igual maneira, isso pode ser identificado na fixação de outros empreendimentos do agronegócio em municípios situados no *Entre Rios*. Por exemplo, em Miguel Alves, PI, onde nos anos finais da década de 1980, a agroindústria SULAMÉRICA S.A., voltada para a rizicultura, foi ajudada pela complacência de autoridades policiais locais e ação sanguinária de pistoleiros na expulsão de moradores de terras situadas nas margens do rio Parnaíba. Ações que resultaram, inclusive, na morte de Pedro Feliciano dos Santos, lavrador assassinado a tiros no natal de 1992, quando tentava pescar em lagoa cujo acesso havia sido cerceado pela empresa. (CPT, 28 de jan. 1993, p. 71)

Essa marcha sanguinária de privatização de terras, perpetrada pelo agronegócio, seguida pelo desmatamento irrefreado ameaça a extinção das florestas de babaçu e, por sua vez, as próprias quebradeiras de coco. Dados mais amplos do MIQCB ilustram que cerca de 7 milhões de hectares de Babaçuais da Amazônia, Cerrado e Caatinga, no Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, desapareceram nos últimos anos. Problema que afeta 300 mil quebradeiras de coco espalhadas em 270 municípios dos estados mencionados (Pilar, 2022).

Tal devastação ambiental articula-se ao caráter intensamente predatório assumido pelo capitalismo após a segunda metade do século XX. Desde então, uma corrida frenética entre poderosos conglomerados empresariais foi desencadeada em vista da privatização de todos os recursos possíveis, especialmente de terras em países periféricos e vitimados pelo jugo da colonização. Para Mbembe (2025, p.77) está em curso um processo de financeirização das superfícies do planeta liderados por "nova plantocracia" que "vem gradativamente comandando um novo tipo de transição da agricultura de gênero alimentícios para o cultivo de agrocombustíveis". A não interrupção dessa corrida trucidadora de ecossistemas e corpos levará ao fim não apenas das quebradeiras de coco babaçu, e outras comunidades tradicionais, mas inviabilizará quaisquer possibilidades de vida humana em uma Terra que caminha para o colapso.

A COMVAP segue essa esteira de predação limitadora de expectativas, possibilidades e futuros. Embora as fontes oficiais realizem tentativas de glorificação e legitimação do setor agroindustrial no Piauí, é possível, a partir delas, observar a dimensão do custo humano e ambiental cobrado. A publicação *"Comvap inicia moagem de cana de açúcar 2024/2025 nesta segunda (29) e prevê 1,5 milhão de toneladas na safra"*, divulgada no site do Governo do Estado do Piauí, informa sobre uma visita do atual governador Rafael Fonteles à usina da empresa e elogia as exportações de açúcar cristal para países africanos e os lucros que atingiram cifras milionárias. Na postagem dois aspectos são notórios. Primeiro, como são robustos e duradores os vínculos e conexões entre autoridades políticas e iniciativa privada mediadores da manutenção e expansão das atividades agroindustriais na região. Segundo, a extensão territorial ocupada que se aproxima de uma área de 55.552 hectares, "dos quais 21 mil hectares são de cana cultivada e mais de 34 mil hectares correspondem à área preservada" (Governo do Piauí, 2024).

Ou seja, no mínimo 21 mil hectares anteriormente compostos por rica biodiversidade, especialmente de espécies vegetais, como os babaçuais, foram convertidos em campos de cultivo de cana-de-açúcar. Ademais, seria ilusório acreditar na preservação dos outros 34 mil hectares sob domínio empresarial perante a necessidade de expansão e engendramento de lucros. Em 2013, por exemplo, a deputada Flora Isabel, do Partido dos Trabalhadores (PT), denunciou na Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) desmatamento ilegal realizado pela COMVAP no município de União (Cidade Verde.com, 2013). Em 2017, a promotora de justiça Gianny Vieira de Carvalho, titular na Comarca de União – PI, e representante do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), acionou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e o Ministério Público Federal (MPF) "ao visitar os terrenos, que abrangem as localidades Inxu, Joá, e Novo Mundo" e constatar que a COMVAP desmatou "463 hectares de pura e preservada área verde, com cocais, carnaubais, buritizeiros e outra espécies nativas protegidas por lei" (180 graus, 2017).

De fato, o desmatamento e demais problemas ambientais causados pelas agroindústrias seguem fluxo contínuo no EntreRios. Ao lado disso, algumas medidas tomadas por Rafael Fonteles, do PT, apontam caminhos preocupantes. Embora situado no espectro político da esquerda, em 2023, o governador do Piauí encaminhou para a ALEPI o projeto de lei 76/2023 propondo um verdadeiro solapamento da Política Estadual de Meio Ambiente, prevista pela Lei N° 4.854 de 1996. A proposta então permitiria: as empresas realizarem o "autolicenciamento ambiental" alegando "boa fé e dispensando vistorias"; a exclusão da "exigência do prazo de 30 dias para análise dos pedidos de licenciamento ambiental"; ao secretário de meio ambiente emitir "licenciamento cautelar" em favor de empresários; e a anulação e "descontos de até 95% de multas relativas às infrações ambientais" (CPT, 2024). O projeto suscitou amplos debates e passou por revisões que excluíram os tópicos viabilizadores da estagnação de ações fiscais e impunidade para crimes ambientais (Agência Brasil, 2024). Porém, evidenciou tanto o alinhamento do governo estadual com a agenda do agronegócio, quanto o descaso em relação às políticas de proteção ao meio ambiente e salvaguarda dos povos tradicionais das florestas.

Nesse cenário, circunscrevem-se às atividades em torno do extrativismo do babaçu despendidas

por mulheres da localidade Zundão dos Camilos, aqui entendidas como cruciais para a autonomia e a soberania alimentar da comunidade. Entretanto, a obstrução de acesso aos meios necessários para garantia da subsistência, tem forçado as famílias afetadas a recorrer ao enredamento[8] de diferentes formas de trabalho. Diante disso, a procura por relações laborais assalariadas, inclusive nas agroindústrias, saltou como possível estratégia de sobrevivência familiar.

É nesse contexto que se encontra a família da quebradeira de coco Laiane de Sousa Silva, 31 anos, casada e mãe de 04 filhos. Segurando o filho mais novo, ela nos conta sobre a rotina exaustiva do esposo, que trabalha como cortador de cana-de-açúcar na empresa COMVAP desde 2012:

> Corte da cana. Cana queimada. Às vezes eles cortam cana crua. E sem falar o perigo que eles enfrentam daquelas cobras, só cobra cascavel .(...) Ainda bem que eles dão fé primeiro do que ela dá fé deles. Quando é queimado, eles dizem que ficam mais assim, é sem medo, né? Porque queimada elas morrem no fogo. E aí aonde eles cortam é longe de acesso assim, a estrada, Deus o livre uma morder, daqui que chega numa estrada, pra pegar um carro dá tempo de ter morrido (Laiane, 2024).

A fala de Laiane nos remete a um medo fruto de outros acidentes[9], que certamente ocorreram nos canaviais, cujas vítimas agonizantes podem ter perecido sem condições de serem prestados socorros, e mesmo sem a intencionalidade de fazê-los. Quando ela nos diz sua angústia, escutamos os murmúrios das outras mulheres concordando: "é puxado". Naquele pequeno grupo[10], a maioria dos maridos trabalha nos roçados, mas percebemos que a realidade de Laiane é a de muitas outras mulheres que por ali vivem, cujos maridos trabalham na agroindústria, impossibilitadas de quebrar coco temporariamente enquanto amamentam. A periculosidade e a insalubridade do serviço golpeiam todos os dias aquelas famílias campesinas, criando possíveis cenários de penúria; Cândido, em seus estudos sobre o caipira paulista no município de Bofete, observa que o fantasma da fome condena preferencialmente o mau trabalhador, a viúva, o doente, o inepto, "mas muito lavrador disposto, acuado por circunstâncias desfavoráveis, sente não raro o seu acicate, que é visível mesmo quando atenuado pelo amparo eventual de parentes, vizinhos ou protetores" (Cândido, 1977, p. 157).

Condicionado por esta fala exaustiva, nos chama atenção quando relata a comida que faz para o marido levar para o trabalho:

> Só pode comer coisa frita, coisa cozida, não, não come, porque pro horário que eles vão comer de 11 horas, 12 horas, aí para coisa cozinhada já tá passando sabe.(...). Sem falar que come no sol porque não tem sombra (Laiane, 2024).

A alcunha de "boia-fria", pela qual ficaram conhecidos os trabalhadores de corte de cana em diversos cantos do país, aqui mostra sua face mais nefasta, pois escancara o caráter espoliativo dessa mão de obra, as condições degradantes de trabalho dessas pessoas, o que, a longo prazo, ocasiona uma série de adoecimentos sejam proporcionados pela má- alimentação, ou pelas horas excessivas de exposição ao sol. O sistema de superexploração capitaneado pelo agronegócio não afeta somente os corpos dos trabalhadores campesinos nos canaviais, mas modifica profundamente costumes rurais, prejudicando a obtenção dos meios de vida, e por conseguinte, potencializando cenários de risco rumo à fome e à miséria. Vejamos os relatos de Cleudinar e Eliza Alves de Sousa Silva, 59 anos, casada, a respeito do plantio de roçados e criação de animais:

> Eu crio galinhas [...] eu crio 02 porquinhos pra mim comer quando tiver no ponto pra eu comer [...] porque a gente não pode mais criar solto por causa da COMVAP e das roças, porque se entrar nas roças aí acaba com os legumes dos outros.(Cleudinar ,2024)
> Eliza: Não cerca mais, por causa dessa COMVAP bem aí, aí passou pras pessoas não cercar mais roça, tudo é aberto, porque a COMVAP é aberto. Eles proíbem o bicho entrar, né? O que entra lá eles mata. Aí por isso aí as roças também agora tudo é liberta, liberta, aí não pode soltar os animais, tem que ser tudo preso, né? Aí quem cria um porco, uma ovelha, uma vaca tem que ser tudo preso (Eliza, 2024).

O feitio das roças e a criação de animais têm um equilíbrio pleno na economia camponesa.

Primeiramente, ambos podem simbolizar fartura: ao plantar a roça, a família guarda a esperança de boa colheita e a garantia de poder assegurar uma pequena reserva de grãos e subprodutos. A criação de animais representa um incremento da subsistência, uma métrica da melhoria de condição de vida, na mesma medida que, em tempos de escassez, os animais são os primeiros a serem perdidos seja para os malogros inexoráveis da seca, ou como moeda de troca por outros mantimentos para aplacar a fome.

Os relatos de Cleudinar e Eliza evidenciam que há um projeto muito bem pensado e organizado nesses dois meios de subsistência. No costume rural que perdurava na região, os animais eram criados livremente, pastando e ciscando, ao passo que os roçados deviam ser cercados para evitar que estes mesmos animais destruíssem as plantações, evitando possíveis conflitos na comunidade. Entretanto, quando o agronegócio penetrou no campo, o comunal tornou-se propriedade, invertendo a lógica camponesa que norteia a economia de subsistência; assim, os animais passam a ser presos, limitando um elemento importante para alimentação do sertanejo, sob ameaça de serem mortos caso invadam os canaviais, e as roças são feitas livremente, exigindo do trabalhador rural maior dedicação para controle de pragas, cultivo e colheita, além da ameaça constante do avanço da cana.

Podemos constatar, dessa forma, na dimensão social de vulnerabilidade, o quanto se faz urgente e necessário discutir a respeito da fome, bem como o caminhar para uma soberania alimentar, no sentido de, por meio do trabalho das mulheres seja na preservação de babaçuais, seja na subsistência cotidiana, acionar chaves feministas que assegurem o direito dos povos de decidir o próprio sistema alimentar e produtivo (Gonçalves; Funes, 2020).

Veremos a seguir como a COMVAP estende seus braços pelo campo criando realidades outras nas quais os trabalhadores são sujeitos a situações degradantes que levam a cenários críticos de fome.

A precarização da vida: COMVAP, trabalho escravo e migrações

Dito isso, um contingente formado majoritariamente por homens[11] assumiu funções remuneradas nos complexos agroindustriais da região. Na COMVAP, por exemplo, atuaram principalmente em atividades como: derrubadas de matas, preparo de solo para plantio e corte de cana-de-açúcar. Porém, quaisquer expectativas de superação da condição de pobreza, compra de bens de consumo e de auxílio no sustento das unidades familiares, foram abruptamente frustradas pela exploração sistemática de trabalho escravo contemporâneo[12] mantida naquele universo laboral (Passos, 2022).

Embora justificados por discursos de "superação do atraso" atribuídos ao mundo rural brasileiro, os projetos de desenvolvimento inaugurados pela Ditadura Civil-Militar, além da pressão e destruição de comunidades tradicionais, estão associados ao uso indiscriminado de variadas formas de trabalho escravo. Imbricado a isso, a COMVAP, desde sua implementação, tem sido alvo de múltiplas denúncias, operações fiscais e ações judiciais que apontam a reiterada escravização de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A essa empresa, inclusive, são atribuídos os primeiros casos de trabalho escravo constatados no Piauí, no ano de 1991, momento de incursão das primeiras ações repressivas ao crime (Rocha, 2023).

Sobre essa questão, Ferreras (2022) explica que a expansão de unidades produtivas capitalistas exige a utilização de práticas tradicionais de coerção mescladas com atualizadas formas de trabalho forçado. O diálogo com o autor permite entender que iniciativas empresariais, como as da COMVAP, instauraram regimes de trabalho esmagadores para suprir a considerável demanda por mão de obra e alcançar o objetivo de maximização de lucros.

Destarte, a análise sobre as vidas precárias de sujeitos desterrados e escravizados no *EntreRios* possibilita observar aspectos sórdidos nos quais a insegurança alimentar, causada pelo agronegócio, foi explorada como artifício de endividamento e de aliciamento para o trabalho escravo.

Em linhas gerais, quando oferecida pela COMVAP, a alimentação restringia-se a refeições

integradas por arroz, feijão, farinha e rapadura, ou seja, de baixo teor nutritivo, que além de tudo era ilegalmente descontada dos pagamentos dos funcionários (Gramosa, 2024). Ao lado disso, a empresa mantinha sujeitos "fornecedores" de bebidas e gêneros alimentícios, dentre outros produtos, com preços inflacionados, voltados para endividamento dos trabalhadores (Rocha, 2023).

Esses mecanismos se faziam recorrentes não apenas nas agroindústrias do Entre Rios, mas naquelas instaladas no Leste Maranhense, região vizinha. A esse respeito, operações fiscais executadas na empresa sucroalcooleira ITAJUBARA S. A.[13], no ano de 1998, flagraram o funcionamento de espaços como o "Bar Sintriaçú e o Frigotins, [...] cuja venda de carne" era "descontada sem autorização dos empregados". (Brasil, 1998, p. 04). Cumpre ressaltar, que tais aspectos configuram-se na modalidade de trabalho escravo denominada de *truck system*, ou servidão por dívidas (Ferreras, 2022).

No tocante à instrumentalização da fome para recrutamento e escravização, na fazenda Santa Júlia[14], localizada em Miguel Alves, PI, propriedade rural voltada para o cultivo de bambu, as refeições fornecidas consistiam em "arroz, feijão e sal" (Relatório de Fiscalização Rural, 1993, p. 05). Diante disso, os "gatos", ou aliciadores, também identificados como empreiteiros, somente ofereciam refeições compostas com carne de gado nos finais de semana no intuito de mobilizar trabalhadores para as frentes de serviço em dias de baixa produtividade. O que pode ser evidenciado na narrativa de José de Deus da Silva, 52 anos. Ao contar sobre sua experiência laboral na respectiva empresa, nas décadas de 1980 e 1990, recordou que:

> Na época da empreitada tinha vez que era só feijão, eles davam carne em dia de domingo, a empresa dava carne em dia de domingo, se ela precisasse de trabalhar domingo aí o empreiteiro convocava aquelas pessoas que queria ir, aí não era obrigado, aí no caso ele chegava pra mim: 'José de Deus você quer trabalhar domingo? A empresa tá precisando'. Aí eu dizia, eu vou. Aí naquele dia ela mandava em quantidade de arroz, feijão, sal, óleo e a carne. [...] era só domingo, durante a semana era só feijão. (Silva, 2020)

Inseridos em tais quadros de pauperização, inúmeros trabalhadores rurais do *EntreRios* recorreram a outras estratégias de sobrevivência, como a tessitura de novas redes migratórias para a região de fronteira agrícola situada na Amazônia Oriental. A respeito disso, a trajetória[15] de Pedro de Sousa Santos, 61 anos, é exemplar. Ao abandonar o corte de bambu na Fazenda Santa Júlia, em 1982, e por intermédio de um "gato" do município de Barras, PI, conseguiu se deslocar para o estado do Pará, onde trabalhou na derrubada de matas e abertura de pastos para uma empresa agropecuária. Apesar das condições degradantes de trabalho, não deixa de ser notável o lugar ocupado pela alimentação, oferecida no local de destino, na memória do entrevistado:

> Não era bom porque a gente ganhava bem pouquinho. Comia bem, passava bem, né? [...] aquelas carnes mais ruins ninguém nem comprava, ia pegar lá no matador lá na fazenda. [...] aqueles "ossões", tirava só metade das carnes e jogava o outro no mato, aí eles pegavam os fatos [vísceras], essas coisas assim e davam, mas a gente tirou carne também. Mas quando a gente chegava brabo a gente comprava né? Mas quando já tava manso podia pegar no matador (Santos, 2020)

A razão do destaque do narrador na fartura, representada pela facilidade de acesso à carne durante vivências em fazenda no estado Pará, mesmo diante de condições de trabalho escravo, pode ser desvendada por meio dos argumentos de Rocha (2010). A autora demonstra como as migrações de trabalhadores rurais piauienses para a Amazônia Oriental, durante as últimas décadas do século XX, também significavam formas de escapar da fome que assolava os locais de origem.

Considerações finais

Diante do exposto, as trajetórias de sujeitos continuamente perseguidos pelo agronegócio sublinham o custo humano e ambiental que leva a um cenário de vulnerabilidade, sendo a fome um dos elementos mais agudos, pois integra um conjunto de forças imperialistas de violência política contra massas de homens, mulheres e crianças

(Davis, 2002). Apontamos aqui o lugar de relevo ocupado pela luta das quebradeiras de coco da comunidade Zundão dos Camilos. Sua resistência, em vista da proteção de florestas nativas e manutenção de tradicionais modos de viver, sobressalta-se como alternativa frutífera de combate à pobreza e à escravização através da conquista da autonomia e soberania alimentar.

A região considerada como área de potencial desenvolvimento pelas suas riquezas naturais, que inclui a presença de dois dos rios mais importantes do Estado, tornou-se alvo de sucessivos projetos de desenvolvimento, a exemplo do ProÁlcool, e intervenções de empresas privadas, agroindústria Comvap, Gecosa, Grupo João Santos, que ampliou redes entre o Maranhão e o Piauí, ao tempo que embalaram sonhos do assalariamento rural e progresso da região, invisibilizaram o campesinato local e potencializaram crimes ambientais e contra os direitos humanos.

Notas

1 O Planap está sintetizado em 16 volumes com todas as informações referentes ao estudo realizado durante o ano de 2005. Os territórios em análise são o da Planície Litorânea, dos Cocais, dos Carnaubais, EntreRios; do vale do Sambito, do rio Guaribas, do rio Canindé, dos rios Piauí e Itaueiras; da Serra da Capivara; Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras. O Território EntreRios subdivide-se em outros 4 aglomerados, onde o Aglomerado nº 7 engloba os municípios de Miguel Alves, União, José de Freitas, Teresina, Altos, Coivaras e Alto Longá.

2 Método para obtenção do carvão vegetal oriundo da queima da casca do coco babaçu.

3 Camada do fruto localizada entre o epicarpo (camada externa) e o endocarpo (camada interna, onde estão as sementes). No babaçu, utilizado para fabricação de farinha.

4 A esse respeito ver: (COSTA, 2024).

5 Até o momento em que ocorreram as entrevistas, a comunidade de Zundão dos Camilos não havia estabelecido contato com o MIQCB.

6 Popularmente conhecido como Ari Magalhães, durante a instalação da referida agroindústria ocupava o cargo de Secretário de Fazenda do Piauí. Ademais, ocupou cargos políticos nas décadas de 1980 e 1990.

7 A esse respeito ver: (Guimarães Neto, 2014).

8 Referimo-nos ao conceito de trabalho de subsistência enredado, segundo o qual famílias de trabalhadores em situação de pobreza realizam contínua combinação entre trabalho de subsistência (em grande parte feito por mulheres e voltado para o consumo próprio) e trabalho mercantilizado, como maneira de garantir a autossuficiência da unidade familiar (Linden, 2013).

9 De acordo com o Ministério da Saúde, ocorrem algo em torno de 31 mil acidentes com serpentes e cerca de 150 mortes por ano, entretanto pesquisas recentes revelam que estes números podem estar subestimados devido aos formulários exigidos neste caso estarem em grande parte com informações incompletas ou incoerentes.

10 A entrevista em Zundão dos Camilos foi realizada em caráter de roda de conversa, com sete mulheres ao todo, que contribuíram com suas falas para compor um rico corolário das lutas cotidianas travadas naquela comunidade.

11 Autores como Rocha (2023), Gramosa (2024) e Passos (2022) indicam que desde a instalação da COMVAP até o final dos anos de 1990 mulheres, crianças e adolescentes também atuavam nas frentes de serviço da empresa.

12 Cada país encara de modo diversificado o problema. O Brasil tem se apresentado como exemplo no tocante à conceituação jurídica que respalda ações concretas de combate. De acordo com o ordenamento jurídico nacional, o trabalho escravo contemporâneo é considerado crime. Conforme o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB), reduzir alguém a condições "análogas à escravidão" se configura em grave violação que deve ser punida com pena de até 8 anos de reclusão e pagamento de multa (Brasil, 1940). Para Tiago Muniz Cavalcanti, a questão central do problema gira em torno da violação do princípio da dignidade da pessoa humana. Conforme Cavalcanti (2020, p. 71) trata-se de "algo que suprime os direitos mais caros da vítima, intrinsecamente ligados à individualidade, à racionalidade; viola valores, bens e princípios essenciais à sobrevivência e à preservação da condição humana". Em termos gerais, são quatro modalidades de práticas que, combinadas ou individualmente, caracterizam esta ação criminosa. O trabalho forçado, quando a violência física, ou simbólica, é usada para cerceamento da liberdade e imobilização de trabalhadores. A servidão por dívida, situação marcada pelo aprisionamento nas unidades de serviço mediante endividamento ilegal com os empregadores. As jornadas exaustivas, ou seja, o excesso de horas desempenhadas em atividades laborais, que colocam em risco a saúde física e mental. As condições degradantes, quando não são garantidos: alimentação apropriada, alojamentos adequados, fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), transporte, cuidados médicos, dentre outras circunstâncias comprometedoras da saúde e segurança do trabalhador. A esses fatores, ainda podem se

somar: infrações trabalhistas, o não repasse de verbas previdenciárias e danos ambientais. (Figueira, 2004).

13 Situada no município de Coelho Neto, Maranhão, da mesorregião Leste Maranhense, fazia parte do conglomerado empresarial pernambucano João Santos, que atua na região desde 1976.

14 A referida fazenda era gerenciada pela empresa AGRIMEX S. A., também integrava o grupo empresarial João Santos.

15 Importante considerar a migração como experiência histórica imprescindível na formação social do campesinato do EntreRios Piauiense. Desde as décadas finais do século XIX e decorrer do século XX levas de migrantes nordestinos, especialmente cearenses, fugindo de estiagens e almejando condições dignas de vida e trabalho povoaram densamente a região. Muitos desses sujeitos foram incorporados às fazendas locais como agregados, ou moradores (Costa, 2018). Outros também integraram iniciativas de "modernização da agricultura", disciplinamento e contenção de conflitos agrários, capitaneadas pelo Estado, por exemplo a colônia agrícola de David Caldas, criada em 1912 no município de União, PI. (Pereira, 2022).

Referências

180GRAUS. MP-PI quer punição da Convap após destruição de áreas de preservação. **180graus**, Teresina, 04 de dez. de 2017. Disponível em https://180graus.com/geral/mp-pi-quer-punicao-da-comvap-apos-destruicao-de-areas-de-preservacao/. Acessado em 10 de maio de 2026.

AGÊNCIA BRASIL. Em meio à expansão do desmatamento, Piauí debate nova lei ambiental. **Agência Brasil**, Brasília 10 de jun. de 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/em-meio-expansao-do-desmatamento-piaui-debate-nova-lei-ambiental. Acessado em 11 de maio de 2026.

ANDRADE, Rômulo de Paula; FREITAS, Gabriele Carvalho de. Fome, um passado inacabado: historiografia, tempo presente e desigualdade no Brasil. **Tempo e Argumento**, v. 16, 2024. DOI: 10.5965/2175180316412024e0201

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de fiscalização no estado do Maranhão**. MTE, Brasília, DF, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**- Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, p. 157, 1982.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. Como o Brasil enfrenta o trabalho escravo contemporâneo. **In**: SAKAMOTO, Leonardo (Org.) **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

CIDADE VERDE.COM. União: Comvap se manifesta após denúncias de desmatamento ilegal. **Cidade Verde.com**, Teresina 24 de out. de 2013. Disponível em: https://cidadeverde.com/noticias/146776/uniao-comvap-se-manifesta-apos-denuncias-de-desmatamento-ilegal. Acessado em 09 de maio de 2026.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. Considerações iniciais sobre a indústria extrativa do babaçu no Piauí. ROCHA, Cristiana Costa da; LIMA, Solimar Oliveira; COSTA, Lia Monnielli Feitosa Costa (org.). **O mundo rural em movimento: perspectivas contemporâneas.** Teresina: EDUESPI, Coleção Sertões dos Brasis, v. 6, 2024.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e cartografias de memórias**: trabalho e migração de cearenses para o EntreRios (PI) – 1940 -1970.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CPT. Nota Pública – CPT Piauí divulga nota contra o PL 76/2026 que quer acabar com a legislação ambiental do estado. **CPT**, Teresina, 27 de mai. de 2024. Disponível em: https://www.cptpiaui.org.br/2024/05/27/nota-publica-cpt-piaui-divulga-nota-contra-o-pl-76-2023-que-quer-acabar-coma-legislacao-ambiental-estado/. Acessado em 09 de maio de 2026.

CPT. **Notícias da terra**. Goiânia, n° 18, 28 de jan. 1993. p. 71.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**: A criação do terceiro mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FERRERAS, Norberto O. **Escravidão e trabalho forçado***:* das abolições do século XIX às abolições contemporâneas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2022.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GONÇALVES, Adelaide; FUNES, Eurípedes. "A Ordem é não passar fome, progresso é ver o povo feliz". In: ALGRANTI**,** Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (org.). **História & Alimentação: Brasil, séculos XVI-XXI.** Belém: Editora Paka-Tatu, **2020.**

GOVERNO DO PIAUÍ. Comvap inicia moagem de cana de açúcar 2024/2025 nesta segunda (29) e prevê 1,5 milhão de toneladas na safra. **Governo do Piauí**, Teresina 27 de jul. de 2024. Disponível em: https://www.pi.gov.br/comvap-inicia-moagem-da-cana-de-acucar-2024-2025-nesta-segunda-29-e-preve-1-5-milhao-de-tonelada-na-safra/. Acessado em 09 de maio de 2026.

GRAMOSA, Gabriel Piauilino. **Sangue no canavial:** a memória de uma tragédia na COMVAP em 1991 e a resistência dos trabalhadores convapeiros**.** Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Piauí, Universidade Estuadal do Piauí, Teresina, 2024.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Violência e trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 27-46, 2014. DOI: 10.22228/rt-f.v7i0.283

LINDEN, Marcel Van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: editora da Unicamp, 2013.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25–70, 1996.

MBEMBE, Achille. **A comunidade terrestre**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2025.

PASSOS, Rebeca Barros. **Lá era tipo escravo**: experiências dos trabalhadores na agroindústria COMVAP. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2022.

PEREIRA, Raimundo Wermeson Bernardino de Sousa. **O cio da terra:** a colônia agrícola David Caldas entre o trabalho e a seca (1912-1934). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

PILAR, Vitória. A última quebradeira de coco. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, 20 de jul. de 2022. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/ultima-quebradeira-de-coco/. Acessado em 08 de set. de 2025.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL. **Delegacia Regional do trabalho do Piauí**. DRT, Teresina, PI, 1993.

ROCHA, Cristiana Costa da. **Memória migrante:** a experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras – Piauí). 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ROCHA, Cristiana Costa da. Trabalho escravo contemporâneo nas agroindústrias do meio norte piauiense: o que dizem as fontes da justiça do trabalho, 22ª região. In: Ferreras, Norberto O; ROCHA,Cristiana Costa da (org.). **As várias formas de trabalho no Brasil**: entre a coerção e a liberdade. Belo Horizonte, MG: Fino Traço: p. 161-179, 2023

SANTOS, Pedro de Sousa. Idade: 61 anos. Setembro de 2020. Entrevistador: Marcelo Aleff de Oliveira Vieira. Miguel Alves, PI. 05/09/2020.

SILVA, Eliza Alves de Sousa. Idade: 59 anos. Entrevistadoras: Lia Monnielli Feitosa Costa e Amara Priscila Brandão. União-PI. 14.07.2024.

SILVA, José de Deus.52 anos. Julho de 2020. Entrevistador: Marcelo Aleff de Oliveira Vieira. Miguel Alves, PI. 11/07/2020.

SILVA, Laiane de Sousa. Idade: 31 anos. Entrevistadoras: : Lia Monnielli Feitosa Costa e Amara Priscila Brandão. União-PI. 14.07.2024.

SOUSA, Igor Thiago de Silva. Raça e quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: **O rural no Meio Norte**. Márcia Milena Galdez Ferreira e Cristiana Costa da Rocha(orgs). São Luís: Editora UEMA, 2023.

SOUSA, Maria Cleudinar Moreira. Idade:53 anos. Julho de 2024. Entrevistadoras: Lia Monnielli Feitosa Costa e Amara Priscila Brandão. União-PI. 14.07.2024.

VASCONCELOS. Francisco de Assis Guedes de**. Combate à fome no Brasil**: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, v. 18, n. 4, p. 439–457, 2005.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.16

Obra e memória de Eládio Dieste: inspirações para uma educação patrimonial voltada ao patrimônio mundial?

The work and memory of engineer Eladio Dieste: inspirations for heritage education oriented toward world heritage?

Dalânea Cristina Flôr*
Fernando Cesar Sossai**

Palavras-chave:
Educação patrimonial
Patrimônio mundial
Eladio Dieste

Resumo: Sob o título: *A Obra do engenheiro Eladio Dieste: Igreja de Atlântida*, a técnica construtiva de Dieste, conectada à sua forma de pensar e agir no mundo, foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, no ano de 2021. Entrevistas orais com pessoas vinculadas à obra e ao seu autor indicam contribuições desse patrimônio para a reflexão sobre princípios para uma educação patrimonial preocupada com a formação voltada para a humanização dos sujeitos, com a proteção e manutenção da vida humana e não humana no planeta, de forma sustentável, e com a equidade social. Este material integra uma pesquisa de doutorado que investigou as proposições educativas da Unesco para o patrimônio mundial e busca, por meio das abordagens metodológicas bibliográfica, documental e de História Oral, refletir sobre a construção de princípios para uma educação patrimonial dirigida ao patrimônio mundial.

Keywords:
Heritage education
World heritage
Eladio Dieste

Abstract: Under the title *The Work of Engineer Eladio Dieste: Church of Atlântida, Dieste's construction technique*, connected to his way of thinking and acting in the world, was inscribed on UNESCO's World Heritage List in 2021. Oral interviews with persons associated with his work provide indications of this heritage's contributions toward reflection on principles for heritage education concerned with human formation, as well as with the protection and maintenance of both human and non-human life on the planet, in a sustainable way and with social equity. This material is part of an doctoral research project that investigates UNESCO's educational proposals for world heritage and seeks through bibliographic, documentary, and oral-history methodological approaches, to reflect on principles for heritage education aimed at world heritage preservation.

Recebido em 14 de outubro de 2025. Aprovado em 06 de abril de 2026.

Introdução

A educação costuma ser um elemento presente e destacado nos documentos relativos à preservação, proteção e valorização do patrimônio cultural. No contexto do patrimônio mundial, a educação aparece no documento de criação dessa categoria, na *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, publicada no ano de 1972, bem como no documento subsequente, relativo à temática: as *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (1977).

No entanto, a presença da palavra *educação* nos documentos referentes ao patrimônio cultural não implica, necessariamente, em orientação ou incentivo efetivo para a sua aplicação. A partir desta assertiva, a pesquisa de doutorado intitulada

* Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: dcflor1973@gmail.com.
** Doutorado em Educação. Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: fernandosossai@gmail.com.

Proposições educativas da Unesco para o patrimônio mundial: o que mostram os documentos, o que dizem as pessoas envolvidas?[1] tem como objetivo compreender, a partir de documentos, publicações e relatos orais, se a Unesco apresenta proposições educativas específicas e explícitas para a educação patrimonial voltada ao patrimônio mundial.

No contexto específico dos relatos orais, foram entrevistados especialistas do patrimônio cultural, bem como pessoas diretamente vinculadas ao caso de referência – *A Obra do engenheiro Eladio Dieste: Igreja de Atlântida* –, inscrita na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, no ano de 2021[2].

Como desdobramento desta pesquisa, o objetivo deste artigo é apresentar o que pensam e disseram os entrevistados acerca da vida e obra de Eladio Dieste, articulando as narrativas às reflexões sobre princípios para uma educação para o patrimônio mundial.

As entrevistas aqui exploradas ocorreram durante a visita à Igreja de Atlântida e ao antigo escritório de Dieste, localizados, respectivamente, na Estação Atlântida (Departamento de Canelones) e em Montevideo, no Uruguai. A visita foi realizada entre os dias 11 e 15 de dezembro de 2023.

Essa experiência permitiu apreciar de perto a beleza das formas e da criatividade que caracterizam as obras de Dieste, com destaque para a visita guiada por crianças do Colégio Nuestra Señora del Rosario – coproprietário da Igreja –, que realiza diferentes atividades de educação patrimonial com a comunidade escolar. Além disso, possibilitou conhecer objetos pessoais e referências político-sociais do engenheiro, a interação com pessoas que conviveram intimamente com ele e o acesso a vivências e lembranças que revelam seu lado humano e cotidiano.

Nesse contexto, também foram realizadas visitas a exposições em museus e a outros patrimônios culturais localizados em Montevideo – alguns dos quais citados por entrevistados –, que contribuíram para uma compreensão mais ampla e contextualizada sobre a vida e obra de Dieste.

Em geral, os entrevistados destacaram, além da criatividade, beleza e eficiência da obra de Dieste, sua forma de pensar e agir no mundo, que, em nossa compreensão, oferecem fundamentos relevantes para a reflexão sobre educação patrimonial, com vistas a uma formação voltada à humanização dos sujeitos, à proteção e manutenção da vida humana e não humana no planeta, de forma sustentável, e à equidade social.

O trabalho está organizado em três seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos a obra de Dieste a partir da narrativa de sua consagração oficial como patrimônio mundial. Na segunda, destacamos os modos de pensar e viver do engenheiro, a partir de narrativas orais. Finalizamos com a terceira seção, na qual salientamos a relação entre o pensamento e a obra de Eladio Dieste e os fundamentos para uma educação voltada para o patrimônio mundial, com foco na formação humana das pessoas e na valorização e proteção da vida em todas as suas formas na Terra.

A Obra de Eladio Dieste: Igreja de Atlântida

Para que um bem cultural receba o título de patrimônio mundial e seja inscrito na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, o país responsável por ele precisa convencer a Unesco de que o bem possui um Valor Universal Excepcional (VUE), ou seja, que ele tem "(...) uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste de uma importância comum para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade" (Unesco, 2024).

Essa valoração, demonstrada por meio de um dossiê técnico robusto remetido à Unesco e seus órgãos consultivos (Icomos[3], Iccrom[4] e IUCN[5]), é caracterizada pela identificação de, pelo menos, um dentre os dez critérios avaliativos[6] exigidos pela Unesco, junto ao patrimônio cultural candidato, somando-se a isso as adequadas condições de integridade e autenticidade do bem (Unesco, 2025).

Ainda que o processo possa contar com certa participação da comunidade, conforme orienta a Unesco, de modo geral, essa valoração é construída e conduzida por especialistas (Smith, 2006), em um processo de *fabricação do valor* exigido pela Organização (Heinich, 2018; Sossai, 2022).

Seguindo os ritos exigidos, a *Obra do engenheiro Eladio Dieste: Igreja de Atlântida* foi incluída da Lista de Tentativas da Unesco para

Patrimônio Mundial (PM) no ano de 2010, submetida à avaliação no ano de 2019 e obteve o título no ano de 2021[7].

Considerando a importância atribuída à obra para fins de reconhecimento como Patrimônio Mundial, torna-se pertinente apresentar aspectos da trajetória de seu autor, cuja atuação profissional e intelectual contribuiu significativamente para o campo da arquitetura. Filho de Elisa Saint Martin e Eládio Dieste (pai), Eladio Dieste (Figura 1) nasceu em 1917, em Artigas, Uruguai, a cerca de 650 quilômetros de Montevidéu.

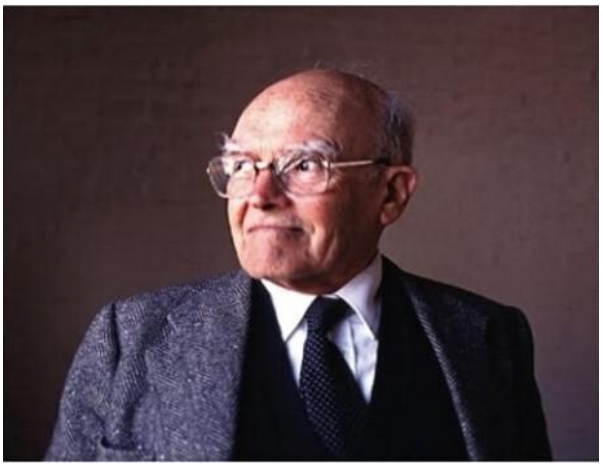


Figura 1 - Eladio Dieste: um humanista
Fonte: Proyeto Educativo Dieste. [Fotografia de Eladio Dieste até a altura do tórax, perfil levemente lateralizado]. *Facebook*, 7 set. 2022.

Ainda jovem mudou-se para a capital, a fim de estudar engenharia. Durante o curso (1936 – 1943), viveu na casa de Antônio Grompone, amigo de sua mãe. Foi professor de engenharia e de mecânica, recebeu o título de Doutor Honoris Causa em engenharia pela Universidade da República do Uruguai, além do respeito e reconhecimento de arquitetos do Uruguai e de outros países (Grompone, 1996-2011).

Conforme a narrativa oficial – presente no site do Patrimônio Mundial da Unesco –, a *Obra de Eladio Dieste: Igreja de Atlantida* foi classificada como patrimônio mundial com base no critério de seleção IV, o que significa que ela foi considerada "um exemplo notável de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (a) estágio (s) significativo (s) da história humana" (Unesco, 2024).

O texto diz ainda que a gestão desse patrimônio é realizada por um Comitê Executivo e um Comitê Deliberativo, compostos por um conjunto de agentes institucionais e sociais que garantem a participação dos cidadãos na gestão do bem patrimonial.

Para aprofundar a compreensão sobre a *Obra,* é relevante considerar a forma como ela foi descrita pela agência especializada da ONU:

> A Igreja de Atlântida, com o seu campanário e batistério subterrâneo, está situada na Estação Atlântida, a 45 km de Montevideu. Inspirado na arquitetura religiosa paleocristã e medieval italiana, o complexo modernista da Igreja, inaugurado em 1960, representa uma nova utilização do tijolo à vista e do tijolo armado. Construída em planta retangular de um único salão, a igreja apresenta paredes onduladas distintas que suportam um telhado igualmente ondulado, composto por uma sequência de abóbadas gaussianas de tijolo armado desenvolvidas por Eladio Dieste (1917-2000) (Unesco, 2021, tradução nossa).

Em visita ao local, mesmo sob o olhar leigo, foi possível observar, na prática, o uso pouco comum e criativo dos tijolos, citado em publicações e vídeo sobre a *Obra*, assim como as formas onduladas e belas das paredes e telhados, além das soluções estéticas e eficientes adotadas para a iluminação natural do edifício, conforme pode ser visto nas Figuras 2, 3, 4 e 5.



Figura 2 - Fachada da Igreja de Atlântica
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 12 dez. 2023. Arquivo pessoal.

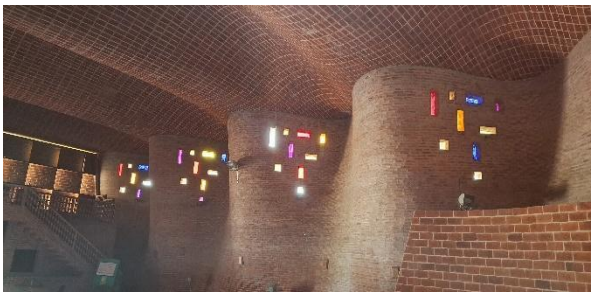


Figura 3 - Paredes internas, teto e iluminação natural
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 12 dez. 2023. Arquivo pessoal.



Figura 4 - À esquerda, paredes internas e teto; à direita, parede externa
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 12 dez. 2023. Arquivo pessoal.

Tais características também são evidenciadas na documentação institucional, especialmente na descrição da Unesco (2021), que ressalta elementos formais e construtivos presentes na edificação. Ao se referir à imponente torre da igreja, a descrição da Unesco destaca: "A torre sineira cilíndrica, construída em alvenaria de tijolo à vista, ergue-se do solo à direita da fachada principal da igreja" (tradução nossa).



Figura 5 - À esquerda, vista externa da torre; à direita, vista interna da torre
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 12 dez. 2023. Arquivo pessoal.

Complementando a descrição do bem, o texto explicita a existência de um edifício batistério[8], cuja entrada se dá por uma passagem subterrânea próxima à porta principal da igreja, representando a ideia do ritual de passagem por meio do qual o sujeito que atravessasse a galeria subterrânea sairia de uma condição "terrena", de pecado, para um "renascimento espiritual". Conforme o registro, "[...] o batistério subterrâneo se situa no lado esquerdo do pátio, acessível a partir de uma entrada prismática triangular e iluminada por um óculo central" (Unesco, 2021, tradução nossa). As Figuras 6, 7 e 8 a seguir, ilustram o batistério.



Figura 6 - Batistério, vista externa
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 12 dez. 2023. Arquivo pessoal.

A descrição do bem patrimonial, no site da Unesco, é finalizada com a afirmação de que:

> A Igreja constitui um exemplo eminente das notáveis realizações formais e espaciais da arquitetura moderna na América Latina durante a segunda parte do século XX, **encarnando a procura da igualdade social com uma utilização parcimoniosa dos recursos**, satisfazendo imperativos estruturais com grande efeito estético" (Unesco, 2021, tradução nossa, grifos nossos).



Figura 7 - Acesso externo e sistema de iluminação natural do batistério
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 12 dez. 2023. Arquivo pessoal.



Figura 8 - Sistema de iluminação natural do batistério
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 12 dez. 2023. Arquivo pessoal.

Quanto ao Valor Universal Excepcional (VUE), além das questões técnicas relativas à engenharia e à arquitetura, o texto destaca aspectos sociais e ambientais ao afirmar que "a Igreja com o seu campanário e batistério, todos construídos em tijolo aparente, apresenta formas ditadas pelo esforço de conseguir uma maior robustez com secções resistentes e utilização de materiais limitados" (Unesco).

A ênfase nessa questão também é sinalizada quando se cita o aproveitamento de materiais locais e a participação de pessoas da comunidade, promovendo um misto entre local e o moderno: "A Igreja de Atlântida reflete os esforços para otimizar a utilização dos recursos e garantir a sustentabilidade. O imóvel está imbuído dos princípios humanistas que orientam constantemente os conceitos espaciais e materiais do engenheiro Dieste". E, por fim, salienta, ainda, que "O imóvel encarna a procura de uma linguagem arquitetônica renovada no pós-guerra, exprimindo uma modernidade enraizada na tradição e no vernáculo da América Latina e do mundo. Reflete também o local e as pessoas que o construíram" (Unesco).

Observamos, portanto, na página da Unesco, o resultado formal da fabricação de um Valor Universal Excepcional (VUE) que, para além do valor arquitetônico e tecnológico, destaca valores humanistas expressos na obra.

É importante destacar que esse processo de fabricação é composto por muitas vozes. A narrativa de cada pessoa que se relaciona, de alguma forma, com o patrimônio contribui para a sua construção social e cultural como bem simbólico e de valor estimável.

A valoração expressa no resultado final dessa fabricação pode coincidir, ou não, com aquilo que pensam, sentem e desejam os outros sujeitos sociais, que se vinculam com o patrimônio seja pelo uso, pela relação de afeto ou pela responsabilidade pública para a sua proteção.

Cada uma das narrativas expostas pode contribuir para diferentes formas de valorações e para a fabricação de um bem como patrimônio. É fundamental que todas essas vozes e valores sejam reconhecidos, incentivados e considerados nos processos de patrimonialização.

É nesse sentido que, a seguir, destacaremos a perspectiva dos entrevistados sobre a fabricação do VUE, compreendendo que o patrimônio é também produzido pelo discurso – e são alguns desses discursos que abordaremos na próxima seção.

A fabricação da Obra de Eladio Dieste na perspectiva dos(as) entrevistados(as)

Segundo um de nossos entrevistados, o engenheiro uruguaio Juan Grompone – professor universitário aposentado, escritor e amigo próximo

de Eladio Dieste –, a convivência com Dieste foi tão marcante que influenciou diretamente sua escolha profissional. Dieste morou em sua casa durante o período da graduação, e Grompone o considera uma das pessoas mais importantes de sua vida.

Para o engenheiro uruguaio, a Igreja de Atlântida é muito original porque, diferente da maioria das igrejas contemporâneas, que eliminou o plano original do século X, ela mantém as características típicas das igrejas daquele século, que eram compostas por três partes: uma nave, um batistério e uma torre. É o caso de Pisa, na Itália, que tem uma nave enorme, um batistério gigante e a famosa torre inclinada, que é o campanário (Grompone, 2023).

A entrevista com o senhor Grompone (2023) foi realizada no escritório de sua casa, conforme apresentada na Figura 9.



Figura 9 - Dia da entrevista com Juan Grompone, em sua casa, em Montevidéu.
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 15 dez. 2023. Arquivo pessoal

Contextualizando as contribuições socioeducativas de Dieste, Grompone afirma que,

> Eladio Dieste estava, pelos menos pelas datas de sua formação, no começo da *geração de 45.* Essa geração, (que foi chamada assim pelos homens letrados do Uruguay) caracterizou-se por um grande espírito crítico e uma sólida formação em literatura e artes. A maioria das figuras ilustres da *geração de 45* era escritor e crítico... A *geração de 45* formou um grupo importante de futuros professores que transformaram a Faculdade de Engenharia em um centro acadêmico de excelência (Grompone, 1996-2011, p. 4, tradução nossa).

Segundo o autor, na década de 1930, no pós-Primeira Guerra Mundial, chegaram ao Uruguai muitos emigrantes vindos da Europa – judeus e espanhóis, principalmente – que, para além da formação acadêmica e social proporcionada pelo curso de Engenharia, influenciaram fortemente a formação humana de Dieste (Grompone, 1996-2011).

Em seu texto, ele compartilha falas de Dieste, salientando a influência da família e de artistas que conheceu pessoalmente ou cujas obras passou a admirar por indicação de amigos. Algumas das referências, influências e inspirações de Dieste, citadas por Grompone, podem ser vistas, ainda hoje, no escritório da empresa Dieste e Montañes S.A. (D&M).

A empresa D&M, administrada por Esteban Dieste[9], filho de Eladio Dieste e por seu sócio, Gonzalo Larrambebere, onde o engenheiro trabalhou, ainda mantém móveis, materiais e um quadro de referências que inspiravam Dieste (Figura 10).



Figura 10 - Antigo escritório de Eládio Dieste
Legenda: Da esquerda para a direita: 1) Inspirações para a vida e o trabalho; 2) A proporção de tudo para Dieste; 3) Estante com livros objetos de Dieste; 4) Homenagem a sua contribuição à engenharia no país (1992).
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 11 dez. 2023. Arquivo pessoal.

No painel de referências e inspirações que Dieste mantinha em seu escritório estão, conforme relataram os senhores Esteban Dieste e Larrambebere (Figura 11): o filósofo, cristão, francês Pierre Teilhard de Chardin, que era sacerdote; o famoso arquiteto Antoni Gaudí; o escritor britânico Gilbert Keith Chesterton, que se converteu ao catolicismo depois de adulto, assim como Dieste; o líder revolucionário Aparício Saraiva, que lutou com armas para que o Uruguai se tornasse um país

autenticamente democrático, para que as fraudes em eleições fossem eliminadas e para que todos os partidos tivessem as mesmas oportunidades; um desenho de como deveria ser a porta da Igreja de Atlântida, desenhado por Olímpia Yepes, filha de Torres Garcia; uma imagem do primeiro macaco hidráulico desenhado por Dieste; a primeira máquina para fabricar estacas de fundação, também projetada por Dieste, na década de 1950 ou 1960; e uma imagem da escultura da cabeça de Cristo, produzida por Díaz Yepes para a igreja de Atlântida, entre outras referências.



Figura 11 - **Proprietários da Dieste & Montañes**
Legenda: À esquerda, Esteban Dieste; à direita, Gonzalo Larrambebere.
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 11 dez. 2023. Arquivo pessoal.

Segundo Grompone (1996-2011), desde o início da carreira como engenheiro, Dieste esteve envolvido no desafio de construir abóbodas, sendo a partir de sua sociedade com Eugenio Montañez que a técnica, atualmente reconhecida pela Unesco como patrimônio mundial, foi efetivamente desenvolvida:

> No período entre 1958 e 1971, foi realizado um desenvolvimento completo de abóbadas de cerâmica armada. Primeiro em uma base experimental e depois aprofundando o estudo teórico, Dieste e Montanez refinaram essa tecnologia até que ela se tornasse uma nova maneira de construção (Grompone, 1996-2011, p. 9, tradução nossa)[10].

A partir de 1971, depois de várias construções realizadas com sucesso no Uruguai, a técnica se difundiu em outros países.

Segundo Grompone (1996-2011, p. 21), "o trabalho de Dieste tem a dupla característica de ser espetacular em sua forma e, ao mesmo tempo, ser um programa arquitetônico muito simples", e, por isso, de baixo custo, como acrescentaram também outros entrevistados.

Referindo-se à sensação de quem observa algumas das grandes abóbodas construídas por Dieste, mesmo tratando-se de pessoa familiarizada com o assunto, o autor afirma: "Simplesmente não dá para acreditar no que os olhos veem" (Grompone, 1996-2011, p. 21, tradução nossa).

Por fim, para além de sua obra profissional, um aspecto que chama a atenção quando se ouve falar de Eladio Dieste é a sua visão de mundo, sua forma de lidar com as pessoas, com os recursos naturais e com as questões sociais. "A base do pensamento de Dieste se encontra no que ele chamou de *economia cósmica*, uma visão teológica da ordem do universo" (Grompone, 1996-2011, p. 24, tradução nossa), e é da *economia cósmica* que, segundo o autor, nasce a concepção de estética de Dieste.

Na entrevista concedida para esta investigação, Esteban Dieste (2023), explica que:

> [...] não é que essas obras se limitassem ao estudo de engenharia [...] mas que, nesse processo de trabalho, ele o entendia mais como uma ética de uma economia que era chamada de *economia cósmica*, no entendimento de que para ele não era possível separar economia de ética. Ele entendia que se um trabalho fosse bem pensado, colocando todo o esforço para torná-lo racionalmente correto, ele seria econômico. Se houvesse uma atitude ética em relação ao trabalho, isso resultaria em um trabalho economicamente viável. Ele também sustentava que isso deveria fazer parte do respeito aos recursos, não desperdiçando recursos. Ele dizia que por trás do tijolo ou de qualquer material de construção há trabalho humano e que esse trabalho humano merece respeito e que, se for possível realizar o trabalho utilizando apenas uma camada de tijolos, assim deveria ser feito, para não desperdiçar material (tradução nossa).

Essa forma de pensar e agir de Dieste remete à noção de *patrimônio integral,* que não compartimentaliza o patrimônio em categorias isoladas e desconectadas, mas o reconhece em sua totalidade, articulando as dimensões materiais,

imateriais, ambientais, territoriais e humanas como partes interdependentes de um mesmo sistema cultural e social (Pinheiro, 2015; Fabrino; Duarte, 2022; Severino, 2025).

Durante a entrevista, Grompone corrobora essa ideia, explicando que, ao usar a expressão *economia cósmica* Dieste ressalta que o uso excessivo de recursos é antiético e viola a ordem da natureza:

> [...] queria dizer que não se pode empregar mais material, mais recursos do que os que são necessários, quer dizer que, se se pode fazer com um tijolo, então não tem que se usar dois, porque isso é um atentado contra o universo, contra a ordem da natureza. (Grompone, 2023).

Ele explica que, por isso, as abóbodas construídas por ele são incrivelmente finas.

Na mesma direção, Nelson Inda[11] (Figura 12), arquiteto uruguaio que assumiu cargos/funções governamentais vinculadas ao patrimônio cultural do Uruguai, e foi o presidente das comissões de candidatura de Colônia de Sacramento e da Obra de Dieste a patrimônio mundial, ao comentar sobre o significado do título de Patrimônio Universal Excepcional da *Obra* de Dieste para a população uruguaia e para o mundo, ressalta que Dieste defendia o uso

> [...] mínimo de recursos, o que está dizendo a nós, humanos, que nos apropriamos deste planeta...há 100.000 anos... é que temos que utilizar a mínima quantidade de recurso e, com a mínima quantidade de recursos alcançar a máxima qualidade dos equipamentos no conforto dos humanos, o que ainda não alcançamos. Acredito que esse seja o ponto fundamental da Obra de Dieste, além da qualidade arquitetônica a sua *visão cósmica*, como ele mesmo chamava (Inda, 2023).

Essa preocupação ética com a otimização dos recursos também se manifesta na abordagem técnica adotada por Dieste. Segundo Esteban Dieste, outra característica marcante do trabalho do engenheiro é o esforço de imaginar como as formas estruturais se deformam, pois ao entender essas deformações, é possível definir e calcular melhor as estruturas. Nesse sentido, uma frase recorrente na fala de seu pai era de que é preciso resistir pela forma e não pelo do acúmulo de material.



Figura 12 - Dia da entrevista com Nelson Inda, na sala de sua casa, em Montevidéu
Fonte: FLÔR, Dalânea Cristina. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 15 dez. 2023. Arquivo pessoal.

A *visão cósmica* incluía o uso respeitoso dos recursos da natureza, assim como o trato respeitoso com as outras pessoas, como relata Esteban Dieste (2023):

> Ele tinha uma lógica estrutural de respeito ao uso do material de forma econômica e lógica. Isso fazia parte da maneira de ser dele, dessa filosofia de trabalho combinada com um grande respeito pelas pessoas que trabalhavam. 'Aqui nós trabalhávamos em equipe [dizia ele], todos participávamos, até mesmo com o pessoal da obra, com os encarregados.' Meu pai nunca levantava a voz para um trabalhador e, sim, quando entrava na obra, cumprimentava o trabalhador mais humilde e, se alguém falava com ele, ele ouvia com respeito natural pelas pessoas.

Nessa linha de respeito e consideração pelas pessoas, bem como de preocupação e envolvimento social, destacam-se algumas atitudes de Dieste, entre elas a doação ou a cobrança mínima dos serviços de projeção e construção de algumas obras – mantendo a máxima qualidade em todo o processo – para determinados destinatários. Este foi o caso da Igreja de Atlântida, que foi minuciosamente pensada para aproveitar o calor do sol no inverno, a sombra no verão, a iluminação natural, o acolhimento aos usuários etc[12].

Referindo-se à Igreja, Dieste afirma: "Me comprometi a construí-la pelo preço de um galpão. [...] Foram quase dois anos de loucura. Eu tinha que passar mais da metade do dia na obra e ganhar a vida

depois das cinco horas da tarde" (Grompone, 1996-2011, p. 18, tradução nossa).

Outro projeto de Dieste que orgulha a todos os entrevistados foi o *Programa de Erradicación de las Escuelas Rancho* (1958), pelo qual Dieste não cobrou pelos seus serviços. Trata-se de um projeto do governo para a construção de escolas rurais, com o objetivo de resolver um problema causado por uma praga que afetava a saúde da comunidade escolar, devido ao uso de uma espécie de palha em parte da construção. Conforme relata Esteban Dieste (2023):

> O arquiteto que tinha feito o projeto daquele protótipo de escola foi procurar o meu pai para fazer o cálculo da estrutura, cujo telhado seria de metal, então ocorreu ao meu pai que poderia ser feito com abóbadas, porque ele tinha feito a nossa casa recentemente... e o motivo disso, porque em todo interior, no meio do campo tinha tijolo, tinha gente que sabia usar tijolo, então não era necessário trazer os materiais, pelo contrário, podia ser feito ali... Então, um engenheiro que trabalhava com meu pai pediu que ele elaborasse os planos para uma abóbada que tivesse um determinado módulo, um determinado tamanho... apenas um desenho do molde e os planos de como colocar os tijolos, que reforço deveria ter [...].

Com essa solução e contando com a participação das comunidades foram construídas escolas em todos os departamentos do país, como conta, orgulho, o filho:

> O Uruguai tem 19 departamentos, então foram feitas 19 cópias desses planos e foi realizada uma reunião em cada Departamento com a comissão de educação primária, e essas escolas foram construídas em todo o país. No primeiro ano, foram construídas 103 escolas rurais, escolas que ficavam no meio do campo... Essa foi uma experiência muito interessante do ponto de vista social, porque meu pai deu o projeto de presente, ele não quis cobrar nada para fazer o projeto (Esteban Dieste, 2023).

Para Virginia Vidal (Figura 13), arquiteta uruguaia e diretora de patrimônio em Canelones, Uruguai, deve ser em razão desse projeto de escolas que ainda hoje é possível observar, por todo o interior do país, casas particulares de diferentes tamanhos, construídas com abóbodas. Isso ocorre porque se tratava de um projeto que previa o uso de materiais acessíveis, baratos e de fácil execução, além de aplicar uma técnica que torna as construções duradouras.



Figura 13 - Dia de entrevista com Virginia Vidal, na empresa Dieste & Montañes
Fonte: VARELA, Luzia Pesci. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 14 dez. 2023. Arquivo pessoal.

As entrevistas realizadas com as pessoas envolvidas com a candidatura, uso, gestão da Igreja de Atlântida e com o projeto educativo Dieste demonstraram que o reconhecimento da *Obra* de Dieste como patrimônio mundial, segundo suas percepções, vai além do reconhecimento da arquitetura, da técnica construtiva e do uso do bem. Esse reconhecimento traz à tona e valoriza uma forma humana de ver o mundo e de pensar na sua sustentabilidade, ou, nas palavras de Dieste, uma *visão cósmica do mundo*.

O compartilhamento dessa valorização da *Obra* e dessa forma humana de ver o mundo, pela Unesco, vem repercutindo de modo mais amplo na sociedade, suscitando o interesse de pessoas tanto do Uruguai quanto de outros lugares, que, segundo os entrevistados, cada vez mais visitam a Igreja de Atlântida.

Nessa perspectiva, com muito orgulho e em consonância com a forma de ser, viver e trabalhar de seu pai, o senhor Esteban Dieste relatou que a diretora de uma escola construída

com a técnica de Dieste – que ampliou significativamente o número de alunos nos últimos dois anos – o procurou com o desejo de aumentar a escola, mantendo o estilo construtivo original. Ele afirmou:

> Agora eu vou te mostrar, porque é uma alegria para nós ... é uma escola que passou de 40 alunos para 140, em dois anos, porque é um lugar para onde tem ido morar muita gente. Fica perto de Montevideo. A diretora pediu para ampliar a escola e quer que se faça com o mesmo sistema. Nós fomos ver a escola e então lhe oferecemos fazer o projeto e dirigir a obra sem custo...Eu, particularmente, que estou cuidando disso (Esteban Dieste, 2023).

Em seguida, nos encaminhamos para outra sala onde, sobre a mesa, estava o projeto de ampliação da escola – conforme pode ser visto na Figura 14 - , mostrado com muito orgulho pelo senhor Esteban Dieste, que, ao longo da entrevista demonstrou ser tão sensível às pessoas e à natureza quanto seu pai.



Figura 14 - Esteban Dieste, mostrando o projeto de ampliação da escola solicitada pela sua diretora
Fonte: VARELA, Luzia Pesci. Fotografia. Atlântida, Uruguai, 11 dez. 2023. Arquivo pessoal

A cena evidencia a continuidade dos valores que orientavam a obra e vida de Dieste, não apenas no campo técnico, mas também na dimensão ética e sensível que atravessaram suas práticas e relações interpessoais, ou seja, a cena evidencia a perpetuação da economia cósmica de Eladio Dieste.

Após apresentar a *Obra* de Eládio Dieste por meio da narrativa formalizada pela Unesco, bem como por outras narrativas sobre a vida e a atuação profissional do engenheiro – que também contribuíram para a fabricação e continuarão contribuindo para manutenção do VUE da *Obra de Eladio Dieste: A Igreja de Atlantida* –, é o momento de relacionar o pensamento e a Obra de Dieste com a educação patrimonial.

A seguir, nas considerações finais, destacamos as contribuições do pensamento e da obra de Dieste para uma educação voltada ao patrimônio mundial, com vistas à formação humana das pessoas, à

valorização e à proteção da vida – humana e não humana – na Terra.

Considerações finais

De modo geral, pensar uma educação voltada à humanização das pessoas implica compreender a necessidade de uma formação integral. Essa formação deve contemplar conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, ao mesmo tempo em que enfatiza valores como empatia, dignidade, relações humanas, senso ético, respeito à singularidade, valorização dos conhecimentos tradicionais, saberes e fazeres das comunidades, além de realizar a articulação entre teoria e prática.

Além disso, embora não sem pretenda atribuir à educação o papel de solução para todos os males contemporâneos, é fundamental que ela tenha como horizonte a formação de um pensamento crítico sobre a realidade sociocultural. Cabe à educação contribuir para a instrumentalização das pessoas, de modo que possam atuar de forma consciente e transformadora no mundo, promovendo a valorização e proteção da vida – humana e não humana –, bem como lutando pela distribuição equitativa dos bens produzidos pela humanidade ao longo do tempo, sejam eles materiais ou imateriais.

A educação patrimonial, em nossa perspectiva, também tem como foco contribuir para a formação integral dos sujeitos, utilizando, nesse caso, os bens culturais – reconhecidos ou não oficialmente – como recursos fundamentais para as ações educativas. Isso leva a afirmar que as ações de educação patrimonial devem promover o envolvimento ativo das pessoas com o patrimônio, proporcionando o desenvolvimento de sensibilidades, pensamento crítico, identificações, senso de pertencimento, questionamentos, resistências e responsabilidade social – a depender de cada contexto – em relação ao patrimônio cultural e a tudo o que o envolve.

É a partir dessa compreensão de educação e de educação patrimonial que entendemos que a *Obra* de Dieste e a sua forma de pensar e agir no mundo oferecem fundamentos relevantes para proposições de educação patrimonial que visem à formação voltada à humanização dos sujeitos, à proteção e manutenção da vida humana e não humana no planeta, de forma sustentável e a equidade social.

De forma sintética, apresentamos, a seguir, princípios que emergiram das análises deste caso, os quais contribuíram para a sistematização de um conjunto mais amplo de princípios e diretrizes apresentados na tese de doutorado que deu origem a este artigo (Flor, 2026). São eles:

1) Patrimônio cultural como construção social e discursiva;
2) Valorização da pluralidade de narrativas;
3) Participação social e protagonismo comunitário;
4) Integração entre as diferentes dimensões do patrimônio;
5) Relação entre patrimônio, ética e sustentabilidade;
6) Valorização dos saberes locais e do fazer coletivo;
7) Patrimônio como ferramenta de formação humana;
8) Relação entre patrimônio cultural e cotidiano;
9) Patrimônio como expressão de valores humanistas;
10) Interdisciplinaridade;
11) Patrimônio e identidade.

Esses princípios subsidiam a construção de uma educação patrimonial que compreende o patrimônio cultural como resultado de processos sociais, culturais e políticos, e não algo dado ou neutro. Tal perspectiva deve promover o reconhecimento de múltiplas narrativas e memórias, valorizando tanto os saberes técnicos quanto as experiências e afetos dos sujeitos.

Os princípios advindos desse caso também incentivam o protagonismo das comunidades na identificação, valorização e gestão do patrimônio. Ademais, na medida em que a obra de Dieste articula aspectos técnicos, estéticos, sociais, ambientais e éticos, evidenciamos a importância de uma abordagem integrada, que supere a fragmentação das dimensões material, imaterial, natural e cultural do patrimônio.

Outra indicação refere-se à necessidade de uma educação patrimonial comprometida com a conscientização ética e sustentável, que valorize os

saberes locais, tradicionais e comunitários como constitutivos do patrimônio. Trata-se, portanto, de compreender a educação patrimonial como parte de um processo mais amplo de formação integral dos sujeitos, no qual o patrimônio é entendido como expressão dos valores humanos e elemento constitutivo das identidades e dos sentimentos de pertencimento.

Nesse sentido, a educação patrimonial demanda abordagens interdisciplinares capazes de articular diferentes campos de conhecimento.

Entendemos, por fim, que a análisa da obra de Eladio Dieste proporcionou contribuições importantes para reflexões sobre práticas educativas comprometidas com a formação humana, a sustentabilidade e a justiça social.

Notas

1 A realização do projeto foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univille, em 26 de julho de 2023. CAAE: 67109523.7.0000.5366.

2 Vinculadas a este caso: "Obra de Eladio Dieste", foram entrevistas oito pessoas. Algumas mais envolvidas com o projeto de educação patrimonial, outras mais afeitas à gestão do bem. Neste artigo, nos ateremos às entrevistas de pessoas vinculadas à gestão do patrimônio.

3 O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) é uma organização não governamental dedicada à conservação e à proteção do patrimônio cultural em todo o mundo. Atua como órgão consultivo da UNESCO para o Patrimônio Mundial, elaborando pareceres técnicos, contribuindo para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial e promovendo boas práticas de preservação baseadas em princípios científicos, éticos e culturais. Para informações aprofundadas, acesse: https://www.icomos.org.

4 União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é uma Organização global que reúne a sociedade civil e instituições governamentais com o objetivo de promover a valorização da natureza e o desenvolvimento sustentável. Configura-se como a maior referência no assunto, atuando como órgão consultivo da Unesco. Contribui para o desenvolvimento de políticas, o fornecimento de dados científicos e a promoção de boas práticas voltadas à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. Para informações aprofundadas, acesse: https://iucn.org.

5 Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração de Bens Culturais (ICCROM) é uma organização intergovernamental dedicada à preservação de todas as formas de patrimônio cultural existentes em diferentes regiões do mundo. Conta com uma ampla rede de especialistas e atua por meio de programas de formação, pesquisa, disseminação de informações, cooperação e advocacy em conservação, envolvendo diversos grupos interessados. Além disso, exerce o papel de órgão consultivo junto à UNESCO. Para informações aprofundadas, acesse: https://www.iccrom.org.

6 Esses critérios poder ser consultados no documento Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, presente no link: https://whc.unesco.org/en/guidelines/

7 Durante o processo de construção da candidatura, foram realizadas, entre outras atividades junto às comunidades, o *Projeto: Criatividade, Sustentabilidade e Apropriação Social do Patrimônio. A obra de Eladio Dieste*, cujo objetivo foi: Gerar processos de valorização e conservação do patrimônio a partir do empoderamento social dos valores sociais e identitários contidos nos bens inscritos na Lista Indicativa da Convenção do Patrimônio Mundial do Uruguai, especialmente as capacidades criativas e científicas neles representadas. Mostrar exemplos práticos, infraestruturas e tecnologias sustentáveis às crianças e jovens do Uruguai, por meio de uma abordagem multidisciplinar, ao mesmo tempo em que se gera a apropriação dos valores do patrimônio cultural e sua conservação (Comisión Nacional Del Patrimonio Cultural, s.d., p. 2, tradução nossa). Esse projeto educativo foi abordado em capítulo específico da tese *Proposições educativas da Unesco para o patrimônio mundial: o que mostram os documentos, o que dizem as pessoas envolvidas*?.

8 Atualmente, o termo "batistério" refere-se ao espaço dentro de uma igreja católica onde está localizada a pia batismal. No início do cristianismo, no entanto, o batistério designava um pequeno edifício ou capela construída nas proximidades da igreja principal. Nesse local, havia uma espécie de piscina usada para o batismo por imersão. Essa prática permaneceu comum até a Idade Média, quando o batismo por imersão foi substituído pela forma atual, tornando desnecessária a construção de batistérios separados. Entre os poucos exemplos que ainda existem está o Batistério de Pisa, na Itália, um dos mais conhecidos e preservados.

9 Para distinguir entre pai e filho, ao longo do texto utilizaremos o nome completo do filho — Esteban Dieste —, enquanto, para nos referirmos ao pai, empregaremos apenas o sobrenome Dieste.

10 "En 1963, la tecnología ya estaba madura y se publicó el primer artículo teórico sobre el tema. Encontramos allí todos los elementos de la Obra posterior de Dieste: bóvedas de doble curvatura, bóvedas autoportantes,

tanques del agua, diafragmas" (Grompone, 1996-2011, p. 10).

11 Nelson Inda faleceu em 2024, cerca de um ano após conceder a entrevista que integra esta pesquisa. Somos profundamente agradecidos por sua participação, cuja contribuição foi fundamental para o desenvolvimento do estudo. Entendemos que seu depoimento permanecerá como um importante registro de memória para a comunidade.

12 No vídeo "Patrimônio silencioso – Iglesias de Atlántida" (Canal 5 Uruguay, 2021), Esteban Dieste explica como seu pai pensou cada detalhe da igreja. Segundo a descrição do vídeo: "Esta iglesia se destaca no solo por el sistema estructural, sino también por la propuesta estética y la poética en el manejo de la luz y los espacios".

Referências

CANAL 5 URUGUAY. **Patrimônio silencioso – Iglesias de Atlántida.** [recurso eletrônico]. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bfq5WjTmxmc. Acesso em: set. 2023.

COMISIÓN NACIONAL DEL PATRIMONIO CULTURAL (Uruguay). **Creatividad, sostenibilidad y apropiación social del patrimonio:** la obra de Eladio Dieste. Montevideo: MEC/Comisión de Patrimonio Cultural, 2014-2015. Disponível em: https://www.gub.uy/ministerio-educacion-cultura/comunicacion/noticias/proyecto-educativo-dieste. Acesso em: jun. 2023.

DIESTE Esteban. Esteban Dieste: entrevista oral [11. dez. 2023, Montevideo]. Entrevistadora: Dalânea Cristina. Montevideo: 11/12/2023

FABRINO, Raphael; DUARTE Alice. A ampliação do conceito de Patrimônio Cultural e a Unesco. **Museologia & Interdisciplinariedade**, v. 2, n. 22, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i22.38565

FLOR, Dalânea Cristina Flôr. **Proposições educativas da UNESCO para o patrimônio mundial:** o que evidenciam os documentos? O que dizem as pessoas envolvidas? Tese (Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville. 2026.

GROMPONE, Juan. **Eladio Dieste, maestro de la ingeniería.** Montevideo, 1993. Versão eletrônica revisada em 2011. Disponível em: https://www.Grompone.org/ineditos/ciencia_y_tecnologia/Dieste.pdf. Acesso em: set. 2023.

GROMPONE Juan. Juan Grompone: entrevista oral [15. dez. 2023, Montevideo]. Entrevistadora: Dalânea Cristina Flôr. Montevideo: 15/12/2023.

HEINICH, Nathalie. A fabricação do patrimônio cultural. **Fronteiras**: revista catarinense de História. n. 32, p. 175–186, 2018. DOI: 10.36661/2238-9717.2018n32.10603

ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property). **Home – ICCROM**. s.l.: s.d. Disponível em: https://www.iccrom.org. Acesso em: 16 out. 2025.

INDA Nelson. Nelson Inda: entrevista oral [15. dez. 2023, Montevideo]. Entrevistadora: Dalânea Cristina Flôr. 15/12/2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. **Home – ICOMOS**. s.l.: s.d. Disponível em: https://www.icomos.org. Acesso em: 16 out. 2025.

PROYECTO EDUCATIVO DIESTE. [Fotografia de Eladio Dieste até a altura do tórax, perfil levemente lateralizado]. **Facebook** [recurso eletrônico], 7 set. 2022. Disponível em:

https://www.facebook.com/ProyectoEducativoDieste. Acesso em: 16 out. 2025.

PINHEIRO, Áurea da Paz. Patrimônio cultural e museus: por uma educação dos sentidos. **Educar em Revista**, n. 58, p. 55-67, 2015. DOI: 10.1590/0104-4060.44084

SEVERINO, José Roberto. Patrimônio cultural: perspectiva integral e de(s)colonial. In: XX Encontro de combate à discriminação étnico-racial; X Seminário do programa de pós-graduação em relações étnicas e contemporaneidade – PPGREC, 2025, Jequié. **Anais**. Jequié: UESB, 2025. v. 1., 2025. Disponível em: https://anais2.uesb.br/index.php/encomde/issue/view/44 . Acesso em: 9 out. 2025.

SOSSAI, Fernando C. A fabricação do patrimônio cultural: experiências, emoções e affordances patrimoniais. In: LAMAS, Nadja de Carvalho; JAHN, Alena Rizi Marmo (Orgs.). **Arte e patrimônio:** perspectivas e diálogos com Nathalie Heinich. Joinville, SC: Editora Univille, 2022.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage.** Tradução de Diego Finder Machado. London, New York: Routledge, 2006.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. 1972.

UNESCO. **Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial.** 2021.

UNESCO. **World Heritage-List**. 2021. Disponível em: https://whc.Unesco.org/en/list/1612/. Acesso em: 1 ago. 2023.

VIDAL Virginia. Virginia Vidal: entrevista oral [14. dez. 2023, Montevideo]. Entrevistadora: Dalânea Cristina Flôr. 14/12/2023.

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.17

Entre guerras e embriaguez: as práticas de beber no Brasil Holandês (1624-1654)

Between wars and drunkenness: drinking practices in Dutch Brazil (1624-1654)

Ana Paula Barco da Silva*
Gabrielle Legnaghi de Almeida**
Christian Fausto Moraes dos Santos***

Palavras-chave:
Bebidas
Brasil Holandês
Embriaguez

Resumo: O presente artigo investiga a dinâmica dos licores alcoólicos durante a dominação neerlandesa na América Portuguesa (1624–1654), que aborda as práticas de consumo, sociabilidades e mecanismos de controle durante a experiência de ocupação. A partir de uma ampla documentação composta por relatos de soldados, cronistas, relatórios administrativos, panfletos e correspondência, o estudo demonstra que o álcool ocupou um lugar significativo no cotidiano militar e urbano do Brasil Holandês. As percepções em torno da embriaguez afetaram as relações sociais entre as populações daquele período. A presença de vinhos, aguardentes e destilados aparece como recurso logístico para ocupações, como fator de desordem, motins e indisciplina. Ademais, são contextualizadas a expansão ultramarina holandesa realizada pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e a economia açucareira com às práticas do beber. Assim, a análise realizada, integrada às fontes históricas permite compreender tanto a dinâmica da ocupação quanto os mecanismos de construção de narrativas sobre o Brasil Holandês.

Keywords:
Drinks
Dutch Brazil
Drunkeness

Abstract: This article investigates the dynamics of alcoholic beverages during the Dutch domination of Portuguese America (1624–1654), addressing consumption practices, sociability, and control mechanisms during the occupation experience. Based on extensive documentation including accounts from soldiers, chroniclers, administrative reports, pamphlets, and correspondence, the study demonstrates that alcohol occupied a significant place in the daily military and urban life of Dutch Brazil. Perceptions surrounding drunkenness affected social relations among the populations of that period. The presence of wines, brandies, and distilled spirits appears both as a logistical resource for occupations and as a factor in disorder, riots, and indiscipline. Furthermore, the study contextualizes the Dutch overseas expansion carried out by the West India Company (WIC) and the sugar economy within the context of drinking practices. Thus, the analysis, integrated with historical sources, allows for an understanding of both the dynamics of the occupation and the mechanisms of memory construction about Dutch Brazil.

Recebido em 02 de dezembro de 2025. Aprovado em 19 de maio de 2026.

Expansão holandesa

Durante o início da Idade Moderna, textos moralizantes e literatura de costumes atribuíam aos germânicos e a outros povos do norte da Europa a fama de grandes bebedores, em contraste com os sulistas, tidos por mais sóbrios e contidos (Van Dekken, 2009; Tlusty, 1998). Cumpre frisar que tais juízos exprimem percepções culturais e estereótipos

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). E-mail: apaulabarcosilva@gmail.com.
** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). E-mail: glegnaghi@gmail.com.
*** Pós-doutor e professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). E-mail: chrfausto@gmail.com.

de época, não retratos fidedignos de padrões efetivos de consumo, os quais variavam segundo a região, o estrato social e os contextos urbano e rural (Tlusty, 1998; Montanari, 2003, p. 138-143). No século XVII, os mercados de bebidas alcoólicas expandiram-se de modo expressivo, impulsionados por fatores econômicos, sociais e fiscais, entre eles a consolidação de redes burguesas e a busca estatal por novas fontes tributárias (Kümin; Tlusty, 2002; Alencastro, 2000, p. 308). Embora a historiografia registre crises de abastecimento, a literatura não sustenta relação causal direta entre escassez de alimentos e aumento do consumo de destilados; antes, prevaleceram motivações fiscais, a intensificação do comércio e mudanças nas práticas de sociabilidade (Van Bruaene; Van Bouchaute, 2017; Montanari, 2003, p. 138-143).

O período também assistiu ao crescimento do consumo de aguardentes produzidas a partir de cereais, uvas e outros fermentados de frutas, movimento associado à difusão do alambique e ao envelhecimento em barris, processos que consolidaram o *brandy*[1] (do holandês *brandewijn*, "vinho queimado") (Kümin, 2010; Inglis, 1975; Van Bruaene; Van Bouchaute, 2017; Fleming, 1975, p. 12-14). Outras tradições destilatórias se fortaleceram regionalmente: na Irlanda, o *uisce beatha* ("água da vida") deu origem ao *usquebaugh*; na Escócia, estabilizou-se o *whisky* (Jarvis, 2023; Fleming, 1975, p. 12-14). Nos Países Baixos, o destilado de zimbro (*jenever/genever*) circulou amplamente pelas rotas do norte europeu e foi rebatizado como *genièvre* na França e *gin* na Inglaterra (Kümin, 2010; Inglis, 1975). Em paralelo, no espaço islâmico-safávida, a relação entre álcool, norma religiosa e política revela ambivalências estruturais úteis à comparação atlântica (Matthee, 1995, p. 28-45).



Figura 1- ***Schoenmaker en zijn vrouw, bier drinkend in een vertrek***[2]

Fonte: HOGENBERG, Frans. Schoenmaker en zijn vrouw, bier drinkend in een vertrek [Gravura]. [entre 1540 e 1590]. In: RIJKSMUSEUM. Collectie. Disponível em: https://www.rijksmuseum.nl/nl/collectie/object/Schoenmaker-en-zijn-vrouw-bier-drinkend-in-een-vertrek--24189a8062cc822f65edbe69bbb9bb8f. Acesso em: 6 out. 2025.

Marcados por uma cultura de amplo consumo de bebidas alcoólicas, os neerlandeses consolidaram-se como potência no comércio ultramarino dos séculos XVI e XVII (Mello, 1998). Nos Países Baixos, a produção cervejeira já se encontrava estabelecida, desde o período quinhentista, em cidades como Delft e Gouda (Van Dekken, 2009). O elevado consumo de bebidas (Figura 2), nesses séculos, decorria em parte da insalubridade da água, mas também de formas de práticas sociais urbanas e de incentivos fiscais (Smit, 2016, p. 13; Montanari, 2003, p. 138-143; Van Bruaene; Van Bouchaute, 2017). Este artigo examina o Nordeste da América Portuguesa entre 1624 e 1654, período de dominação neerlandesa, e analisa como repertórios culturais de bebida foram transpostos e normatizados na legislação e nas posturas locais (Mello, 1998). Para compreender esse processo de interação cultural, considera-se, ainda, de que modo esses agentes históricos acumularam riquezas e se afirmaram entre as principais potências mercantis da Europa seiscentista.

Ao final da Idade Média, o desenvolvimento das regiões setentrionais e meridionais dos Países Baixos não se dava de forma simétrica. A produção têxtil das cidades do sul dominava os mercados de exportação, com Bruges e Antuérpia como praças centrais. Ao longo dos séculos, a construção de diques e a criação de pôlderes recuperaram áreas pantanosas, o que possibilitou o avanço das províncias setentrionais. Dessa forma, muitos passaram a se sustentar nas atividades de transporte e no comércio urbano, sobretudo na comercialização de grãos (Klooster, 1997, p. 3).

As Províncias Unidas do Norte eram constituídas por sete regiões pequenas sendo Frísia, Gelderland, Groningen, Holanda, Overijssel, Utrecht e Zelândia, existia um grande contingente de população no início de 1600, contando com 1,5 milhão de indivíduos. A maioria desses habitantes viviam nas cidades, o que representava para o período o índice mais alto de urbanização da Europa. Em meados do século, ampliou-se para 2 milhões de pessoas. Esse aumento esteve relacionado à produção de alimentos, como a fabricação de queijos, importação de cereais e atividades agropastoris intensivas e especializadas. Porém, o comércio báltico ultrapassava todos esses bens, sendo a principal fonte de riqueza dos neerlandeses (Lopez, 2002, p. 38-40; Vries, 1997). Esse ambiente urbano também favorecia a circulação dos indivíduos em tavernas, onde as práticas de convivência se articulavam com o consumo cotidiano de bebidas (Schama, 1987, p. 172).



Figura 2 – Pedra angular *Dit is Inde Toelast*[3] na Jansstraat 64, Haarlem.
Fonte: STICHTING GEVELTEKENS VERENIGING HAERLEM. Kerninventarisatie: Jansstraat 64 - Inde Toelast nw. Haarlem: Stichting Geveltekens Vereniging Haerlem, 2009. Disponível em: https://www.gevelstenen.net/kerninventarisatie/images/Haarlem/Jansstraat%2064%20-%20Inde%20Toelast%20nw%20130809.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

Paralelamente ao crescimento demográfico neerlandês, intensificaram-se os conflitos dos Habsburgo em torno de seus domínios na Europa ocidental. O território dos Países Baixos, então submetido à monarquia habsburga, suportou elevação de tributos e perseguições religiosas associadas à propagação do protestantismo (Kennedy, 2017, p. 115-118). Desse quadro emergiu a Guerra dos Oitenta Anos (1568–1648), que resultou na cisão política: ao norte, as Províncias Unidas, designadas pelos ingleses como República Holandesa ou Netherlands, e, ao sul, as províncias que permaneceram sob domínio dos Habsburgos espanhóis. As províncias setentrionais afirmaram-se, entre o final do século XVI e o início do XVII, como uma das principais potências mercantis europeias, expandindo um império ultramarino no Oriente e no Ocidente (Enthoven, 2003, p. 19).

Esse confronto com a monarquia ibérica foi apenas um dos fatores que impulsionaram as Províncias Unidas do Norte ao patamar de grande potência na "Era de Ouro". O dinamismo econômico também se vinculou à chegada de refugiados, comerciantes, artesãos e financistas, cujos capitais e saberes mercantis favoreceram a formação e a consolidação da República Holandesa, ampliando a escala e a inserção global de seus circuitos de troca. A República passou a atrair intenso tráfego marítimo, e Amsterdã firmou-se como grande entreposto internacional, abastecido por gêneros coloniais oriundos da América e do Oriente (Bown, 2009, p. 16; Cook, 2007, p. 57). Nesse circuito marítimo, vinhos e cervejas já se encontravam inseridos no consumo da população europeia, dificultando a difusão de produtos como o café e o chá, que começavam a penetrar nos entrepostos (Clydesdale, 2012, p. 146)

Ao mesmo tempo em que se expandiam os circuitos mercantis e os hábitos de consumo, as Províncias Unidas consolidavam sua autonomia política em meio aos conflitos. Durante a Guerra dos Oitenta Anos, estabeleceu-se em 1609 a Trégua dos Doze Anos (1609–1621). A pausa decorreu, em parte, do fracasso da Monarquia Hispânica em subjugar os neerlandeses e, de outra, do esgotamento de ambos os lados; dividiu, inclusive, os próprios holandeses entre prosseguir o conflito ou aceitar a paz (Kennedy, 2017, p. 142). Contribuíram também a acomodação diplomática da Espanha com ingleses e franceses e a ascensão da Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602–1799), que rompeu o predomínio espanhol no Oriente e abriu caminho para iniciativas análogas no Atlântico (Boxer, 1961, p. 1-3; Klooster, 1997, p. 17). O objetivo estratégico central consistia em atingir as economias das colônias da União Ibérica (1580–1640), sob a monarquia dos Habsburgo, com quem a Holanda se mantinha em guerra (Miranda; Xavier, 2022, p. 15).

A presença comercial neerlandesa na importação de especiarias no Oriente e sua inserção em redes mercantis articuladas com a Índia, China, Japão, ilhas da Indonésia e a África Oriental impulsionaram investimentos no comércio de longa distância. Para mitigar riscos, mercadores e investidores passaram a fracionar a participação nos fretes e nas cargas, distribuindo lucros e perdas entre vários subscritores de uma mesma viagem, prática que reduzia a exposição ao insucesso de um único navio (Margócsy, 2014, p. 11-12). A diversificação dos carregamentos também incluía produtos de consumo cotidiano e de abastecimento marítimo. Entre eles, figuravam barris de vinhos que integravam a composição das mercadorias das embarcações europeias (Hancock, 2009, p. 108).

A criação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), em 1602, à qual os Estados Gerais concederam o monopólio do comércio holandês com a Ásia, teve entre seus objetivos iniciais a intensificação de operações contra os domínios ibéricos. Pela carta de concessão, a Companhia pôde armar navios, erguer fortificações em territórios conquistados e firmar tratados com populações locais. Nas primeiras incursões, acentuou-se a rivalidade com os portugueses, então força hegemônica regional; sem bases sólidas, os neerlandeses recorriam a desvios de rota e a golpes de oportunidade. Apesar disso, avançaram gradualmente sobre áreas sob domínio luso; exemplifica-o a tomada de posições nas ilhas Molucas, em 1605 (Cook, 2007, p. 61-63; Klooster, 1997, p. 6).

A iniciativa de criar uma companhia de comércio no Ocidente, em contraposição à VOC, ganhou força à medida que a Trégua dos Doze Anos se aproximava do fim. Embora as especiarias

gerassem lucros elevados no orçamento da Companhia Holandesa das Índias Orientais, parte do faturamento precisava ser complementada por outros gêneros, como salitre e porcelana, o que estimulou a diversificação das apostas mercantis. Com a abertura do comércio de açúcar pelo Atlântico, o mercado europeu foi inundado pelo produto, favorecido pela relativa facilidade de navegação entre a América e a Europa. Nesse quadro, amadureceram projetos sobre quais territórios deveriam ser visados na América. Em chave colonizadora, o comerciante flamengo Willem Usselincx (1567–1647), calvinista de Antuérpia e fundador da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, advogava o povoamento do Novo Mundo e a convivência com populações nativas, que, em sua perspectiva, seriam receptivas à conversão ao calvinismo e à transferência de técnicas agrícolas europeias; sustentava, ainda, que as riquezas americanas não se limitavam aos metais preciosos, mas incluíam açúcar, algodão, pau-brasil e outros gêneros (Boxer, 1961, p. 3-6; Cook, 2007, p. 189-210).

Artigos como tabaco, peles e madeiras tintoriais provenientes da América do Norte e, sobretudo, o açúcar, processado em refinarias instaladas em assentamentos neerlandeses, geraram lucros expressivos (Cook, 2007, p. 58-211; Bown, 2009, p. 72-73). Esses negócios se realizavam por rotas que conectavam cidades neerlandesas a portos portugueses, mediadas por redes sefarditas lusas (Cook, 2007, p. 58-211; Bown, 2009, p. 72-73; Miranda; Xavier, 2022, p. 15). A distribuição dos agentes seguia uma lógica funcional: intermediários portugueses atuavam no Porto, em Lisboa e em Viana; Porto e Lisboa concentravam a chegada das remessas destinadas à Holanda, embora Lisboa fosse menos utilizada porque a alíquota do açúcar era cerca de 10% mais elevada. No Brasil, o circuito contava com feitores portugueses e holandeses residentes, responsáveis pela administração local dos negócios (Klooster, 2003, p. 367).

O comércio açucareiro na América Portuguesa motivou a criação, em 3 de junho de 1621, da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC), à qual os Estados Gerais das Províncias Unidas concederam o monopólio de negociações ao longo da costa atlântica africana, do Trópico de Câncer ao Cabo da Boa Esperança, e nas Américas, da Terra Nova ao Estreito de Magalhães. A organização da WIC estruturava-se em câmaras, cada qual com direção própria, responsáveis pela administração de um capital comum e pela condução do comércio nas colônias. A coordenação superior cabia a uma assembleia de diretores, o Conselho dos Dezenove. No contexto da conquista de áreas da América Portuguesa, a composição desse conselho não permaneceu estável, registrando substituições e reformas (Klooster, 1997, p. 18-19; Mello, 1999, p. 42-43).

A soberania permanecia nas mãos dos cidadãos mais influentes de cada província neerlandesa, em sua maioria grandes mercadores, que ocupavam cargos de "regentes". As companhias de comércio geravam empregos, sobretudo no processamento de produtos coloniais. Embora a WIC tenha nascido de iniciativas privadas, à semelhança de muitos empreendimentos ditos "patronatos", o apoio dos Estados Gerais revelou-se indispensável para mobilizar capitais significativos; não raramente, representantes da Holanda e da Zelândia pressionavam por respaldo político e financeiro (Heijer, 2014, p. 162-164; Cook, 2007, p. 58).

Para o final do século XVII, estimativas apontam cerca de 50 mil indivíduos navegando a partir de portos neerlandeses; laços familiares, financeiros e pessoais conectavam os embarcados a parentes de diferentes estratos sociais, e investidores frequentemente subscreviam ações em nome de familiares. Essas conexões sustentaram a expansão ultramarina holandesa: tanto a Companhia das Índias Orientais quanto a das Ocidentais dependiam de ampla circulação de capitais, mercadorias e pessoas, que compunham a força de trabalho das expedições (Romney, 2014, p. 26-30).

Os soldados recrutados pela WIC provinham de diversas regiões do norte da Europa. Um exemplo é o dinamarquês Peter Hansen Hajstrup, soldado de baixa patente que deixou um relato de dez anos no Brasil Holandês (Teensma; Miranda; Xavier, 2016, p. 9-23). Em sua obra Viagem ao Brasil (1644–1654), descreve a noite que antecedeu a partida para a América: em 1644, ainda em Amsterdã, acompanhado de um colega, visitou um prostíbulo; ali, segundo narra, o companheiro pediu

"um grande copo de vinho" e ambos receberam a atenção de meretrizes. Hajstrup afirma ter aceitado o convite, mas, tomado de susto e agressividade, agrediu a mulher com "um murro na cabeça". Antes de sair, pagou "o vinho" e partiu; provavelmente embriagado, registrou que "não sabia mais achar o caminho para" o seu "alojamento" (HAJSTRUP, 2016, p. 47-48). Episódios como esse, em que o consumo de bebidas se imbrica a práticas de lazer masculino urbano, eram correntes nos meios nórdicos do século.

Beber no Brasil Holandês

> Que o diabo leve os engenhos, que por mais que de lá se tire, tudo é pouco para se dar de presente a esses beberrões (...) governados por um Carpinteiro, referindo-se a Bullestraten, e de outra parte por bebedinhos (...) os Portuguezes, Hespanhoes e Italianos consideram o bebedo mais abjecto que o rufião ou o assassino (O Machadão do Brasil, 1908, p. 156-162).

A reputação dos holandeses na administração do Brasil holandês e seus hábitos de consumo de bebidas aparecem registrados em um panfleto anônimo de 1647, intitulado "O Machadão do Brasil". O texto compila comentários atribuídos a João Fernandes Vieira (1610–1681), um dos líderes da resistência luso-brasileira, e expõe abertamente avaliações e juízos críticos sobre a embriaguez de administradores neerlandeses. Esse testemunho oferece um vislumbre dos costumes e da moralidade percebida à época, dimensão fundamental para compreender as dinâmicas sociais que marcaram o período (Boxer, 2002, p. 87-90).

As percepções sobre os hábitos dos neerlandeses articulavam-se, portanto, a um contexto mais amplo de expansão econômica e de consolidação do domínio colonial. A ocupação flamenga esteve relacionada à importância estratégica da produção açucareira, principal eixo de interesse da Companhia das Índias Ocidentais na América Portuguesa. O investimento no território luso-brasileiro, ao longo do período quinhentista, alavancou a economia colonial. A cana era processada até resultar em açúcar semirrefinado. Em 1570 havia 60 engenhos de açúcar; em pouco mais de uma década, esse número quase dobrou, atingindo 115 instalações em 1583. Em 1629, a colônia contava com cerca de 346 engenhos (Ebert, 2003, p. 54). Outro servidor da WIC, o alto conselheiro Adriaen van der Dussen (1585–1642), esteve na colônia entre 1637 e 1639, durante a dominação holandesa. Na obra "Relatório sôbre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais", registrou que a região possuía "166 engenhos, dos quais 120 moem" (Dussen, 1947, p. 80). Em 1639, a política da Companhia priorizava a restauração de mais engenhos para elevar os rendimentos. Essa expansão econômica criou as condições materiais que sustentariam não apenas a empresa colonial, mas também os hábitos de consumo que se intensificariam nos anos seguintes.

A primeira invasão neerlandesa bem-sucedida na América Portuguesa mobilizou 26 embarcações e 3.300 marinheiros, tendo por alvo a Baía de Todos os Santos, na capital, São Salvador. Em 8 de maio de 1624, a chegada dos invasores desorganizou a defesa luso-brasileira e abalou a população local; durante a noite, iniciou-se a evacuação dos moradores. Os holandeses ocuparam o Convento de São Bento, nos arredores da cidade, e, segundo os relatos, parte da tropa foi encontrada deitada e embriagada. Esse episódio inaugural já sinalizava padrões de indisciplina e tensão que reapareceriam ao longo da ocupação (Lopez, 2002, p. 11-17; Mello, 1999, p. 22).

Durante a invasão, os neerlandeses saquearam a cidade e, nos estabelecimentos, apreenderam especiarias, metais preciosos, vinhos e aguardentes de diversas procedências. O coronel Jan van Dorth (1586–1624), que chegara alguns dias depois, foi morto em emboscada organizada por luso-brasileiros. Na tentativa de recuperar o território, estes recorreram a táticas guerreiras tupis, modalidades de cerco móvel, emboscadas e ataques de oportunidade, isto é, um tipo de sítio irregular. Seu sucessor, Albert Schouten (?-1624), faleceu em seguida (Gurian, 2019, p. 130-131; Lopez, 2002, p. 22-28). Apesar das poucas informações biográficas disponíveis, o soldado Jan van der Heijden (?-?), em depoimento de 1625, descreveu Schouten como:

> "raramente aparecia nos trabalhos e era muito relaxado (...) Ele gastava seu tempo principalmente bebendo, jogando e [na] putaria, a tal ponto que ele [Jan van der Heijden], frequentemente precisou buscar ordens [do coronel] no puteiro. [E mais] ele não levava nada a sério, e se portava de maneira arrogante e insuportável com os soldados" (Heidjen, 2025 [1625], p. 119).[4]

A morte de Schouten não é consenso entre os cronistas; alguns sugerem que teria resultado do uso excessivo de bebidas (Gurian, 2019, p. 131). No depoimento de Jan van der Heijden, datado de 1625, há referência a um motim de soldados embriagados contra o coronel: "uma tropa com cerca de 150 homens que se dividiram em dois grupos, um sob a orientação do sargento de Bassevelt (...). Todos estavam completamente armados, com mechas acesas, balas na boca e bêbados", seguida de "golpes e empurrões que foram infligidos a Schouten". Mesmo gravemente ferido e resgatado sob a proteção de outros militares, Schouten declarou o desejo de "junto com os soldados, colocar sua vida e seus bens pela Pátria"; em seguida, "pediram uma garrafa de vinho, que então recebeu" (Heidjen, 2025, p. 120–122). Ainda que o relato não se conclua com a morte do coronel, evidencia-se o lugar do consumo de bebidas alcoólicas no cotidiano militar e sua relação com episódios de indisciplina (Parker, 1996, p. 154–158). Mais do que um simples episódio de desordem, esse relato demonstrava como o consumo dos licores poderiam interferir diretamente nas relações de autoridade. As situações envolvendo vinho, prostíbulo e confrontos físicos evidenciavam formas de sociabilidade nas quais a embriaguez tensionava os limites da disciplina militar e da ordem colonial.

Após um ano de ocupação inimiga, os luso-brasileiros receberam o auxílio de frotas enviadas pelo rei da Espanha; cerca de 12.500 homens foram mobilizados para a reconquista de São Salvador (Klooster, 1997, p. 20; Salvador, 1918, p. 586). No ano seguinte, chegaram reforços neerlandeses sob o comando do corsário Boudewijn Hendricksz (?-1626) (Klooster, 1997, p. 20). Fontes coevas registram que espaços religiosos foram apropriados como "adegas" pelos holandeses, e seu uso variava conforme a disponibilidade de mantimentos: o consumo de vinhos, e até o emprego de cálices sagrados, cedeu lugar, conforme as provisões se esgotavam, à conversão dessas igrejas em enfermarias improvisadas para os soldados (Gurian, 2019, p. 123; Salvador, 1918, p. 586).

Barléu atribuiu a perda de capital aos soldados, que "engolfaram-se em insólitos prazeres", pois "se cuidava mais das delícias do que da utilidade", encontrando-se "na ociosidade e na intemperança" (Barléu, 1974, p. 16). Após o fracasso da ocupação de São Salvador, o português Frei Manoel Calado do Salvador (1584–1654) registrou que, por ordem do governador Diogo Luís de Oliveira, "depois que entrou no governo, todo seu cuidado poz em fazer preparaçoens de guerra, fortificaçoens, hüas sobre outras, e duas bisarras fortalezas" (Calado, 1668, p. 10). Nos anos seguintes, a Companhia das Índias Ocidentais intensificou ações de corso no Caribe. Em 1628, os neerlandeses capturaram a frota espanhola na baía de Matanzas, carregada majoritariamente de prata, além de ouro, pérolas, sedas, couros, madeiras tintoriais, índigo e cochonilha; o butim rendeu cerca de 11,5 milhões de florins à Companhia, permitindo amortizar dívidas e financiar novas expedições, entre elas a investida contra Pernambuco. A escolha de Pernambuco, capitania donatária, também supunha que a Coroa espanhola não empregaria esforços máximos em sua recuperação, revelando não apenas cálculo político, mas conhecimento das fragilidades administrativas do sistema colonial ibérico (Klooster, 1997, p. 22–23; Mello, 1999, p. 23).

A região visada pelos holandeses, a capitania de Pernambuco, estendia-se pelo atual território de Alagoas até o rio São Francisco. Durante a gestão do capitão donatário Duarte Coelho (1485–1554), chegaram mestres da ilha da Madeira especializados no fabrico do açúcar; instalaram-se engenhos, ergueu-se o Colégio de Olinda e criou-se um horto botânico para a aclimatação de plantas então consideradas exóticas (Silva, 2011, p. 52-54). Olinda era "famosa sob o domínio português, pois era por aí que o Brasil exportava para a Europa toda a sua produção", como registrou o viajante alemão Johannes Nieuhof (1618–1672) em sua obra Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil, publicada pela primeira vez em 1682 e resultante de

oito anos de estada entre 1640 e 1649, período em que atuou no Brasil Holandês como agente comercial da Companhia das Índias Ocidentais (Nieuhof, 1942, p. 25). Nieuhof também percorreu territórios sob a Companhia Holandesa das Índias Orientais, China, Ceilão, Malabar e Batávia —; desapareceu em Madagascar, e seu livro foi publicado postumamente por seu irmão Hendrik Nieuhof (Branco, 2004, p. 4).

A sede da capitania de Pernambuco, sob domínio português, era Olinda, que conheceu forte crescimento até o final do século XVI. O núcleo inicial situou-se no alto da colina onde se ergueu a matriz; entre 1537 e 1630, traçaram-se ruas e ergueram-se habitações (Menezes, 2005, p. 148-154). No final da década de 1620, decidiu-se atacar Pernambuco e, em fevereiro de 1630, Olinda e Recife foram conquistadas. Entre as seis capitanias mencionadas no relatório de Adriaen van der Dussen, para o período até 1640, as mais povoadas eram Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande; Sergipe e Ceará apresentavam contingentes menores (Mello, 2010, p. 53; Dussen, 1947, p. 26).

O ataque flamengo à capitania de Pernambuco foi comandado pelo almirante Hendrick Corneliszoon Lonck (1568–1634). A armada reuniu 65 navios e 7.820 soldados. O desembarque inicial ocorreu na praia do Pau Amarelo, com cerca de 3.000 homens. A defesa luso-brasileira, sob a liderança do governador Matias de Albuquerque (1580–1647), conteve o avanço e apoiou a defesa de Recife; ainda assim, não conseguiu sustar a progressão das tropas da Companhia. Para evitar a captura das cargas, Albuquerque ordenou o incêndio de 24 navios carregados de açúcar, algodão, pau-brasil e tabaco. Em seguida, as forças luso-brasileiras retiraram-se para o interior. Em 4 de março de 1630, fundaram o Arraial do Bom Jesus, que perdurou por cinco anos como bastião defensivo, até capitular diante dos holandeses (Mello, 2010, p. 53–70; Silva, 2011, p. 76–80).

A incursão neerlandesa em Pernambuco despertou grande interesse entre cristãos-novos. Desde 1579, vigoravam nas Províncias Unidas disposições de tolerância religiosa, o que favoreceu o afluxo de judeus sefarditas oriundos da Península Ibérica para aquele espaço (Lopez, 2002, p. 50). Frei Manoel Calado registrou que, "ao aparecer a armada de Olanda", "se alegrarão muito os cristãos novos, porque vinhão nella interessa muitos deles", em razão do "efeito de serem livres do Tribunal da Sancta Inquisição" (Calado, 1668, p. 10). Essa dimensão confessional da ocupação neerlandesa impactou diretamente as redes sociais e os circuitos comerciais que se estruturaram no Brasil Holandês (Wiznitzer, 1966, p. 45-52).

Ambrosio Richshoffer (1612–1678), soldado estrasburgo da WIC, no Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629–1632), ao narrar a invasão de Olinda em 1630, registrou que os portugueses, temendo o saque de suas provisões, incendiaram seus armazéns: neles havia "quinze mil caixas de açúcar", "afóra [...] considerada quantidade de tabaco e de vinho da Espanha, para enorme mal da Companhia". Após a conquista, os soldados foram aquartelados no convento dos jesuítas; "muitos, porem, se encheram de vinho da Espanha, ficaram deitados nas ruas e casas como bruto irracionaes". Os que permaneceram no mosteiro, "muito fatigados do constante pelejar e do intoleravel calor", restauraram-se "com delicioso vinho de Hespanha" e "com limões, laranjas e assucar" (Richshoffer, 1897, p. 59). O relato registra fragilidades disciplinares presentes nos contextos de guerra e ocupação colonial. O consumo de vinho surgia associado aos momentos de saque e de circulação pelas áreas conquistadas, demonstrando como a bebida podia integrar práticas coletivas de sociabilidade e de celebração militar. Ao mesmo tempo, tais episódios revelam tensões para as autoridades neerlandesas, uma vez que a embriaguez poderia favorecer desordens e dificuldades no controle das tropas.

Outro relato da invasão de Olinda foi deixado pelo general polonês Krzysztof Arciszewski (1592–1656), que partiu, pela primeira vez, para a América Portuguesa em 1629. Suas motivações podem ter estado ligadas à iminência de prisão na Europa; nesse contexto, foi convidado para o posto de capitão, por três anos, no exército da WIC (Miranda; Xavier, 2022, p. 18-23). Em Memórias do coronel Krzysztof Arciszewski, apresentado ao Alto Conselho em 1637, registrou: "Apesar de todos os esforços" dos oficiais, os soldados "abandonaram suas bandeiras para saquear a cidade e beber vinho,

que tinha lá em abundância" e "apenas depois de passados três dias" se apresentaram aos regimentos, testemunho que vincula a indisciplina ao consumo de bebidas (Arciszewski, 2022, p. 45).

O soldado inglês Cuthbert Pudsey (?-?), que serviu à WIC entre 1630 e 1640, registrou em seu Diário de uma permanência no Brasil que o saque de Olinda se prolongou: "nossos homens [...] estavam achando diariamente tesouros ocultos". Os víveres encontrados supriram amplamente a tropa, "e não havia disposições que um soldado não tivesse tido" —, entre eles "vinho, azeite, farinha, uvas, azeitonas e similares"; ainda assim, "esses víveres vieram a calhar, tendo nós todo o nosso sustento vindo da Holanda" (Pudsey, 2000, p. 47). O relato aponta para uma abundância conjuntural de bebidas e gêneros alimentares nas primeiras semanas de ocupação, resultantes dos estoques lusos.

Em 1631, Frei Manoel Calado descreveu os soldados como saqueadores de casas: entravam e "sahia carregada do melhor que nellas perderam". Nos estabelecimentos de mercadores, "achandoas cheias de pipas de vinho, bebendo tanto que as ruas estavão alastradas de bebedos". Ademais, "como andavão bebeu cahião a cada passo, e tornavãose a levantar, dizendo non força", passagens que evidenciam a percepção de mau comportamento e a centralidade do beber no cotidiano da tropa, nas quais eram refletidas nas impressões descritas pelos ibéricos (Calado, 1668, p. 10-11).

Apesar das admoestações do religioso portugues contra o uso excessivo de bebidas por parte de soldados neerlandeses, os estoques por eles encontrados indicam que a população luso-brasileira também consumia vinho. Ademais, a necessidade de vinho e pão para a celebração da Eucaristia tornava a falta desses elementos um sério obstáculo às práticas rituais (Gurian, 2019, p. 31-33). Essa ambivalência discursiva em torno do consumo de bebidas alcoólicas evidencia tensões mais profundas entre práticas cotidianas e prescrições morais, tanto no universo católico quanto no protestante (Carneiro, 2010, p. 109-115).

Ao ocuparem a cidade do Recife e a ilha de Antônio Vaz, então abandonadas pelos luso-brasileiros, Ambrosio Richshoffer registrou que o controle de acesso a bebidas entre as tropas era rígido. Em março de 1630, "postaram-se sentinelas e pintaram-se forcas nas casas e adegas, em que ainda havia vinho da Espanha"; apesar da vigilância, "trez soldados ouzaram penetrar em uma adega, d'onde retiraram alguns potes de vinho", e a sentinela "calou-se e bebeu com eles". A transgressão veio a público: "Foram submetidos a Conselho de Guerra, e, no dia seguinte, todos os quatro [...] sobre um tambôr, afim de ver-se qual seria forçado". O resultado recaiu sobre o vigilante, que "foi então condenado à morte, e, para escarmento de outros demasiadamente amantes do vinho da Espanha, forçado" (Richshoffer, 1897, p. 69-70). O episódio evidencia a tentativa de imposição disciplinar em um contexto de abundância de bebidas e de difícil controle das tropas. A punição pública ultrapassava a simples repressão individual, funcionando como demonstração exemplar da autoridade militar sobre os corpos e comportamentos dos soldados. Nesse sentido, a execução buscava reafirmar hierarquias e produzir temor diante das transgressões relacionadas ao vinho, a situação se encaixava menos à reparação da falta do que à reativação visível da soberania sobre o condenado (Foucault, 1987, p. 42).

Convém distinguir as categorias históricas de embriaguez das noções modernas de alcoolismo. "Alcoolismo" é termo e conceito médico que emerge na transição dos séculos XVIII para XIX, vindo a designar o uso repetido e patológico de bebidas alcoólicas; seu significado variou ao longo do tempo, razão pela qual aplicá-lo ao século XVII constitui anacronismo (Sournia, 1990, p. 23-28). No seiscentos, as fontes falam em "embriaguez" para indicar o excesso e a perda de autocontrole, fenômeno alvo de reprovação moral em diferentes tradições religiosas e letradas, não apenas nas matrizes cristãs, e frequentemente associado a discursos normativos sobre ordem social e disciplina (Carneiro, 2010, p. 194-241; Fernandes, 2011, p. 22-31). Essa distinção conceitual evita projeções indevidas e permite compreender as categorias morais e médico-jurídicas do período em seus próprios termos (Sournia, 1990, p. 23-28).

Do ponto de vista religioso, a moral cristã da época distinguia entre o excesso não deliberado, tratado como falta menor, e a embriaguez procurada conscientemente, tomada como pecado mortal, pois implicava escolha de perder a razão (Carneiro, 2010, p. 109-113). Embora as fontes frequentemente

associem o consumo aos neerlandeses, círculos protestantes também formularam juízos severos sobre os vícios. Em carta de 1636, o predicante Vicente Soler, ao descrever a sociedade do Brasil Holandês, lamentava a "desordem e a confusão" "inimagináveis". "Cada um só pensa em si, e pouco ou nada no bem da Companhia. Não há nenhum vestígio de temor a Deus, sem justiça, e os vícios pululam". E acrescentava que os pastores "quase todos são gozadores veneráveis que procuram as boas mesas" (Soler, 1999, p. 111). Tais críticas também evidenciam tensões entre os ideais e o consenso religioso dos reformadores.

As circunstâncias não eram apenas desfavoráveis entre os religiosos, mas nas escolhas de territórios que davam estabilidade. A permanência de Olinda como capital foi breve após a chegada dos neerlandeses. Em novembro de 1631, por motivos estratégicos de segurança, decidiu-se transferir o centro da ocupação para o Recife. Para negar recursos ao inimigo, tropas incendiaram edifícios em Olinda, entre eles a Matriz do Salvador e o Colégio dos Jesuítas, e novas construções tornaram-se inviáveis (Silva, 2011, p. 78). Entre as justificativas para o abandono, o governador Diederick van Waerdenburch (1630–1632) declarou, na carta "Van D. van Waerdenburch aos Estados Gerais", que Olinda "não serviria senão para fazer consumir os nossos víveres [...]; [...] resta pão para oito semanas no máximo e vinho ainda menos, o que poderá causar grandes perigos e dificuldades, misérias e tristezas" (Waerdenburch, 1945, p. 61). A preocupação com o vinho evidencia sua função não apenas como gênero de abastecimento, mas também como elemento central para a manutenção da moral e da disciplina das tropas.

As expedições a outras áreas do norte, como Itamaracá, reforçaram a decisão de concentrar a defesa no Recife. Sob o comando do tenente-coronel Hartmann Gottfried von Steyn Callenfels (1602–1667), os holandeses iniciaram a construção do forte Orange, na ilha de Itamaracá. As incursões às capitanias da Paraíba e do Rio Grande fracassaram sob a chefia de Callenfels, e, ao sul de Pernambuco, o coronel Waerdenburch tampouco obteve êxito. Em 1632, ganhou destaque o luso-brasileiro Domingos Fernandes Calabar (1600–1635), que passou a fornecer informações minuciosas do território natal, favorecendo operações em pontos como Igarassu (Silva, 2011, p. 88). Em carta aos Estados Gerais sobre o êxito de uma dessas ações, Waerdenburch relatou que "em todos estes perigos, dependíamos da fidelidade ou infidelidade de um negro que me servia de guia. Não se pode, entretanto, confiar muito nessa gente estúpida" (Wätjen, 1938, p. 119; Waerdenburch, 1945, p. 101-104). Quanto às motivações de Calabar, aventa-se a busca de postos militares, teria alcançado o posto de capitão, com soldo de sargento-mor (Silva, 2011, p. 88), mas há também a versão recolhida por Pudsey, segundo a qual "por haver estuprado uma mulher na região de Camaragibe [...], cortou-lhe a língua [...]. Vivera como renegado por cerca de 2 anos entre os portugueses. Então, tendo vindo servir os holandeses, foi feito Capitão" (Pudsey, 2000, p. 65). No domínio de Igarassu, Waerdenburch registrou a descoberta de "mais de 200 pipas de vinho" e, "temendo que [...] as tropas se embriagassem", ordenou "tirar o fundo de todos os tonéis" (Waerdenburch, 1945, p. 101-104). A decisão de destruir as pipas demonstra que, em determinadas circunstâncias, o temor da indisciplina coletiva superava o próprio valor econômico das bebidas. O acesso descontrolado ao vinho era percebido pelas autoridades como potencial ameaça à capacidade operacional das tropas, sobretudo em campanhas marcadas por instabilidade, saque e adversidades no comando.

Em janeiro de 1632, durante expedição ao rio Formoso, tropas neerlandesas ocuparam moradias luso-brasileiras e aprisionaram alguns habitantes para servirem de guias até um engenho; os moradores fugiram às pressas. Nas imediações, "perto d'alli, havia também um armazém, com muitas pipas e barris cheios de vinho da Espanha, com que muito nos alegramos e fortalecemos, apezar do inimigo, reforçado no outeiro, atirar tão cerradamente com flexas e balas que a muitos amargou o vinho e o assucar" (richshoffer, 1897, p. 132). Diante de ser "impossível transportar ainda que parte d'esta grande presa", Waerdenburch autorizou "que cada um enchesse de assucar o seu bornal e de vinho de Espanha as cabaças, e levasse comsigo o que podesse carregar junto com o mesquita" (Ibidem, p. 133). O episódio evidencia a oscilação da autoridade, era modulada por

contingências logísticas e pela recomposição moral dos combatentes após os conflitos.

No curso dessas conquistas, os neerlandeses dominaram também a região de Afogados, que lhes franqueava, ao sul, o acesso à várzea do rio Capibaribe. A partir desse eixo, podiam projetar-se sobre distritos vizinhos, como Muribeca. Ao final de 1633, o exército neerlandês conquistou a fortaleza dos Três Reis Magos, na capitania do Rio Grande (Mello, 2010, p. 117-125).

As conquistas de 1633 ampliaram o acesso dos holandeses a víveres de produção local, atenuando, em parte, a carestia de alimentos de que padeciam e a dependência de provisões remetidas das Províncias Unidas, como se verá adiante. Em relatório apresentado aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais e lido pelos Estados Gerais em 11 de julho de 1633, o cartógrafo Johannes van Walbeeck (1602–1649) observou que "a condição de perfeição do Brasil nada deixa a desejar, exceto trigo, vinho e azeite" (Walbeeck, 1945, p. 122).

Em contraponto ao diagnóstico de Walbeeck, segundo o qual "a condição de perfeição do Brasil nada deixa a desejar, exceto trigo, vinho e azeite", a produção de vinho na América Portuguesa recebeu atenção durante a colonização do Nordeste (Walbeeck, 1945, p. 122). Entre 1624 e 1627, o frei baiano Vicente do Salvador (1564-1635), nos anos de 1624 à 1627, descreveu as capitanias meridionais de Santana e São Vicente como "frias e temperadas, como os de Espanha", com "terra mui sadia, fresca e de boas águas", registrando "a lavoura do trigo, que se dá ali muito, e cevada e grandes vinhas, onde se colhem muitas pipas de vinho, ao qual para durar dão uma fervura no fogo" (Salvador, 1918, p. 90). No espaço de conquista neerlandês, Johannes Nieuhof observou que "quem quiser obter uvas maduras durante o ano todo" precisaria "podar a vinha em épocas diversas", alcançando "uvas excelentes e vinho tão doce como o de Malvasia"; advertiu, porém, que as formigas "atacam furiosamente as vinhas, sugando todo o néctar e deixando ao viticultor apenas a casca", praga comum no continente e nociva à qualidade do vinho então produzido (Nieuhof, 1942, p. 296-297). Em perspectiva de longa duração, as áreas mais propícias ao cultivo de uvas seriam plenamente aproveitadas apenas nos séculos XIX e XX, no Rio Grande do Sul e no Vale do São Francisco (Fernandes, 2011, p. 158). Em síntese, a viticultura colonial ilustra o esforço de transplantar técnicas europeias a ambientes tropicais e subtropicais, ao mesmo tempo em que evidencia limites impostos por condições ecológicas locais (Crosby, 1993, p. 145-152).

Em março de 1633, Waerdenburch e Arciszewski retornaram à Europa, e o comando do Brasil Holandês passou às mãos de Mathias van Ceulen e Johan Ghijselin. O próprio Arciszewski registrou que, "durante sua permanência, a Companhia prosperou". Em 1634, consumou-se a conquista da Paraíba; renovado o contrato, Arciszewski colaborou diretamente nessa frente (Arciszewski, 2022, p. 69). Na sequência, as forças neerlandesas avançaram pelo interior da capitania de Itamaracá, operação que preparou o terreno para a tomada do Arraial do Bom Jesus e do Cabo de Santo Agostinho (Heijer, 2014, p. 167; Mello, 2010, p. 125-128; Miranda, Xavier, 2022, p. 28-29).

Após a perda desses territórios pelo exército luso-brasileiro, Matias de Albuquerque avançou em direção a Alagoas. Em 1635, após cercar Porto Calvo, capturou Calabar (Mello, 2010, p. 132-138). Em abril de 1636, Arciszewski registrou "a primeira invasão e incursão inimiga em nosso território (...): penetraram pela mata, desviando-se das nossas tropas que estavam em Sirinhaém e Cocaú e chegando, finalmente, à Muribeca". Diante das ameaças de novas investidas luso-brasileiras em áreas conquistadas pelos neerlandeses, o polonês narrou a marcha de sua tropa até Goiana. Antes de sua chegada, em 16 de agosto, a um reduto chamado Capibaribe, "o inimigo levantou acampamento duas horas antes, deixando o aquartelamento, a trincheira, os trabalhos, os equipamentos, as pranchas blindadas que ainda estavam nos carros, retirando-se com tal confusão que esqueceu inclusive o estandarte". Entre os víveres abandonados, "carne salgada holandesa, farinha, óleo" e, como líquido necessário, "vinho" (Arciszewski, 2022, p. 87-101). A situação evidencia que o consumo de bebidas alcoólicas também integrava o cotidiano militar ibérico, que não implicavam rejeição ao vinho. As bebidas atravessavam diferentes grupos em conflito relativizando representações que associavam apenas o consumo neerlandês.

Enquanto se desenrolava a guerra luso-holandesa, a consternação com o uso de bebidas destiladas na Bahia levou, em outubro de 1636, à promulgação de uma provisão que proibia o fabrico de aguardente de cana. O texto justificava a medida por ser "muito prejudicial ao povo, se seguirem do uso de muitas mortes nos escravos, e furtos que comettiam a seus Senhores, e todos os mais inconvenientes, e maiores dos que moveram a se proibir a Cachaça[5]", e determinava aos moradores que não permitissem "Alambiques e Officinas de aguardante", pois nelas "se consumiam muitas mil arrobas de assucar" desviadas da produção (Silva, 1930, p. 397). A suspensão revela uma combinação de razões econômicas (proteção do açúcar) e de controle social (disciplina da mão de obra escravizada) no contexto luso-brasileiro, em contraste com a ausência de regulamentação semelhante nas áreas sob domínio neerlandês (Acioli, 2005, p. 78-82).

A chegada do conde João Maurício de Nassau (1604–1679), chamado de "príncipe" pelos habitantes do Brasil Holandês, marcou nova fase da administração colonial. Nascido em Dillenburg, primogênito do conde João VII e de Margarida von Holstein-Sonderburg, recebeu, na adolescência, educação sob a tutela do tio stadhouder Guilherme Luís, da Frísia e de Groninga. Em 1621, ingressou no exército da União como alferes; em 1625, ascendeu a tenente-coronel; e, em 1629, a coronel. Entre as razões que o levaram a aceitar o comando no Brasil figuram os dispêndios com a futura Mauritshuis, avaliada em cerca de 600 mil florins, que o teriam deixado endividado; para saneá-los, aceitou o convite do Conselho dos Dezenove (Silva, 2011, p. 106-109). Seu governo, de 1637 a 1644, trouxe relativa pacificação e reordenação administrativa: Nassau reorganizou a máquina de governo, convertendo o Conselho Político em Conselho Secreto, composto por Adriaen van der Dussen, Mathias van Ceulen e Jan Gijsselin .Ao mesmo tempo, persistiam práticas que alimentavam a desordem pública no âmbito da Companhia, homicídios, alvoroços e bebedeiras cotidianas, problemas que seu governo buscou mitigar sem, contudo, eliminá-los (Mello, 2010, p. 161-163; Lopez, 2002, p. 127; Silva, 2011, p. 115).

O historiador Hermann Wätjen (1849–1944) transcreveu, a partir das atas do governo de 1644, pouco após a partida de Nassau, uma passagem sobre a situação do Recife: "Pelas ruas andava muita pouca gente ajudada". Militares em dias de folga, marinheiros recém-chegados de longas viagens e, igualmente, comerciantes e lavradores buscavam entretenimento. Multiplicavam-se queixas quanto ao volume de bebida consumida pelos mais humildes e aos excessos dos abastados, capazes de provocar "escândalos públicos" em razão dos estados de embriaguez em que se encontravam (Wätjen, 1939, p. 395-396).



Figura 3 – *Slavenmarkt*.
Fonte: WAGENER, 1997. p. 197.

Cumpre ressaltar que, no Recife holandês, havia uma via chamada "bockestreat" ("rua do bode") que, com a presença judaica, passou a ser conhecida como "Rua dos Judeus[6]" (Mello, 2001, p. 79-117). Esse logradouro, marcado pelo comércio de escravos e pela intensa circulação de pessoas, ficava paralelo à então "Wijnstraet" ("Rua do Vinho"), onde se concentravam tabernas e prostíbulos (Ibidem; Silva, 1999, p. 179).

Os hábitos lusos, porém, surgem como distintivos quando descritos por observadores neerlandeses. Em relatório publicado em janeiro de 1638, sobre as capitanias então conquistadas, lê-se que os portugueses "pouco têm de bonito", pois "são secos de rosto e corpo, e a pele ainda é escura (...); as mulheres moças, perdem os dentes e, pelo costume de estarem de contínuo sentados, não são tão ágeis, como as holandesas". Quanto à bebida, "a bebida dos portugueses é principalmente água da fonte, que é muito boa e agradável; nela ensopam um pedaço de pão de açúcar e vão chupando, o que é muito são e refrescante". No tocante ao vinho, "encontram-se muitos portugueses que não bebem vinho; há outros, que pelo contrário, bebem muito, e se diz [que] costuma vir regularmente ao Recife 5.000 pipas, que na terra consomem". Por fim, "poucas são as mulheres que bebem vinho, e há muitas que em sua vida nunca provaram dele" (Nassau; Ceullen; Dussen, 2004, p. 109-110). Essas observações, marcadas por estereótipos, hierarquias de gênero e contrastes étnico-culturais, sugerem diferenças nos padrões de consumo de bebidas alcoólicas entre luso-brasileiros e neerlandeses, moduladas por clivagens de gênero, condição social e repertórios culturais (Mott, 2005, p. 58-62).

Em 1637 e 1638, multiplicaram-se as vendas financiadas de engenhos, uma vez que cerca de metade deles havia sido abandonada durante a conquista holandesa do Nordeste. No primeiro ano do governo de João Maurício de Nassau, 99 engenhos estavam em condições de moenda. Em abril de 1638, frotas nassovianas partiram do Recife para sitiar São Salvador, sob o argumento de que a segurança do Brasil Holandês dependia da submissão da capitania da Bahia. O cerco fracassou, alimentando dissensões entre o governador e a Companhia das Índias Ocidentais (Mello, 2010, p. 170-189).

Após o ataque a São Salvador, no final de 1639, uma armada luso-espanhola, comandada pelo Conde da Torre preparava-se para investir contra as posições neerlandesas. João Maurício de Nassau encontrava-se com forças exíguas, e o clima de hostilidade cresceu em Pernambuco, sobretudo em relação "aos religiosos de qualquer ordem, hábito e condição", suspeitos de favorecer o desembarque do exército ibérico. Determinou-se, então, o envio desses frades para a ilha de Itamaracá, onde, segundo o relato, "soldados flamengos causam muitos ferimentos e agravos e lhe roubam toda a roupa e miudezas que consigo aviaão levado e o davão a comer por onças"; informado dos abusos, Nassau "mandou uma pipa de vinho, e algum mantimento de sua fazenda com que se sustentasse alguns dias". Passado um mês, em 1640, muitos religiosos foram remetidos "às praias desertas das Índias de Castella e em outros portos diferentes, com tanta desmedida, que quase todos morreraõ", o que acirrou a insatisfação da população luso-brasileira (Calado, 1668, p. 51)

No final de 1640, Portugal restaurou sua independência em relação à Espanha, pondo termo à União Ibérica. A recomposição da soberania nas conquistas processou-se de modo desigual: nos Açores, por exemplo, registraram-se resistências e apoios à monarquia hispânica. Coube ao duque de Bragança, D. João IV (1604–1656), orientar três frentes na nova monarquia: obter o reconhecimento internacional do reino, fortalecer as fronteiras e restituir as possessões ultramarinas. Em 1641, firmou-se uma trégua entre neerlandeses e portugueses que não previu a devolução dos domínios já conquistados. Diante da recente restauração e de conflitos ainda abertos com a Espanha, a Coroa evitou abrir outra frente de guerra na América contra os neerlandeses (Lenk, 2013, p. 260-261; Mello, 1998, p. 21-36).

Em abril de 1641, realizaram-se festividades em celebração à ascensão de D. João IV, organizadas por ordem de João Maurício de Nassau, também com o propósito de mitigar sua impopularidade decorrente da postura intolerante frente aos religiosos católicos. Segundo Frei Manoel Calado, "humas cerimonias" foram feitas "a modo de jogo, e

quem as errou a fazião beber três vezes em castigo do seu erro"; quando o banquete se prolongava pelo jantar, "durava a beberronia até a noite". O cronista acrescenta que "nestes convites se perderamm as mais lindas damas e as mais graves mulheres olandesas, francesas e inglesas, que em Pernambuco avia, e bebiaõ alegremente melhor do que os homens, e arrimavãose ao bordão de que aquela era o traje de suas terras" (Calado, 1668, p. 111). As celebrações, assim, funcionaram simultaneamente como estratégia política de apaziguamento e como ocasião de intensa sociabilidade, nas quais o consumo de bebidas operou como marcador de distinção cultural e de gênero (Elias, 2001, p. 89-95).

Em 1642, a expansão do Brasil Holandês atingiu seu auge, com o domínio de sete capitanias, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e com a ocupação de posições na costa africana para sustentar o comércio de escravos (Angola, Benguela, São Tomé e um forte no Golfo da Guiné) (López, 2002, p. 145; Wätjen, 1938, p. 193). Em 1643, o excesso de gastos e os desentendimentos de João Maurício de Nassau com a Companhia precipitaram sua demissão; ele retirou-se do Brasil Holandês em 1644 (Klooster, 1997, p. 33).

Peter Hansen Hajstrup registrou episódios de bebedeira em companhias de comércio neerlandesas. Em viagem a bordo do navio Princesa, cruzou uma embarcação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) vinda de Londres. No contato entre as tripulações, quatro homens foram enviados ao outro navio e, segundo o relato, "quando foram a bordo, viram que todos estavam bêbados". O mestre, um holandês, teria dito à nossa gente: "Amigos, é convosco, porque somos amigos de Deus e inimigos de todos". Hajstrup acrescenta que os oficiais da nau inglesa haviam sido deixados numa ilha após desavenças e que os que restaram estavam "procurando qualquer boa presa". Por estarem em embarcação menor, "não havia possibilidade de conflito": "só desejávamos que nosso capitão os atacasse, por se tratarem de piratas e, além disso, bêbados e desunidos; mas, como aguardávamos a madrugada, a situação podia tornar-se crítica para nós" (Hajstrup, 2016, p. 49).

Nos navios, a presença de bebidas alcoólicas, em especial destilados[7], justificava-se pela maior durabilidade. Na Idade Média, a água deteriorava-se rapidamente; a cerveja, embora mais acessível, também se corrompia em pouco tempo; o vinho, por sua vez, era caro para a maioria e nem sempre disponível em quantidade. Com o advento da Idade Moderna e a intensificação das navegações, tripulações e armadores passaram a privilegiar bebidas alcoólicas pela conservação prolongada e pela facilidade de armazenamento e transporte (Jarvis, 2023, p. 394-395). Essa dimensão prática do consumo a bordo evidencia que o álcool operava não apenas como fonte de prazer, mas como recurso logístico essencial à sobrevivência em longas travessias (Ibidem; Unger, 2004, p. 201-208).

Em 1645, iniciou-se o movimento insurrecional luso-brasileiro para restaurar a soberania portuguesa, sob a liderança do senhor de engenho João Fernandes Vieira, antigo colega de João Maurício de Nassau e então um dos mais poderosos e influentes proprietários do Brasil Holandês. O descontentamento com a administração neerlandesa, o crescimento das dívidas e a queda dos preços do açúcar mobilizaram a população e deflagraram perdas significativas para os holandeses em seus domínios americanos (Silva, 2011, p. 273-274).

Em 1646, Johannes Nieuhof presenciou a apreensão de uma barcaça carregada de vinho. Os marinheiros "se embriagaram a tal ponto" que, ao procederem ao descarregamento no Recife, "mal podendo fazer o seu trabalho, deixaram cair um barril de vinho", causando a morte de um homem e ferimentos em vários outros. Diante do quadro, dirigiu-se ao local para "restabelecer a ordem e impedir que bebessem durante o trabalho e para prevenir outras doenças", atribuindo explicitamente o caos à ingestão de álcool (Nieuhof, 1942, p. 257).

Em 1649, na América Portuguesa, criou-se a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649–1720), com o objetivo de restabelecer o comércio luso após a separação da União Ibérica; nesse arranjo, produtos como o vinho europeu passaram a contar com maior circulação na colônia (Bragança, 2008, p. 19). Na sequência, D. João IV expediu nova disposição proibindo o fabrico e o uso da aguardente de cana, argumentando que as penas anteriormente previstas haviam sido aplicadas com "grande omissão e descuido". O texto admitia

exceção estrita: "apenas negros dos engenhos pudessem fazer e usar o vinho de cachaça sómente, não o vendendo porem de nenhum modo a pessoa alguma, nem a mesma cachaça"; e acrescentava "que esta probibição se não pretenderá por agora em Pernambuco" (D. João IV, 1856, p. 49–50). A medida evidencia preocupações econômicas e de controle social no âmbito luso-brasileiro; em contraste, nas áreas sob domínio neerlandês não se registra iniciativa de alcance comparável que interditasse, de forma geral, o comércio de licores, o que aponta normativas coloniais distintas quanto ao consumo de bebidas.

Apesar de o Brasil Holandês não ter imposto leis gerais sobre o comércio de bebidas, o álcool frequentemente catalisava rixas e desordens entre praças de baixa patente. Peter Hansen Hajstrup, em seu diário, descreve para 1650, na capitania do Rio Grande, episódios em que a distribuição e o acesso ocasional a vinho ou aguardente precipitaram insultos, brigas e quebra de disciplina, exigindo intervenções de oficiais e resultando em prisões e processos sumários. Esses registros sugerem que, em guarnições periféricas, a combinação de calor, ociosidade e disponibilidade episódica de bebida agravava tensões latentes e tornava instável a cadeia de comando (Miranda; Xavier, 2022).

> Tínhamos a bordo algumas pipas de vinho e, como estávamos bebendo na canoa. chegando a estar um pouco bêbados, o alferes Reiner von Heyst começou a brigar com um soldado, batendo-lhe com uma pistola de jeito na nuca [de forma] que [ele] caiu na água (...) Eu, também meio bêbado, disse: "Senhor alferes, não faz bem assim. Se o homem não soubesse nadar, teria se afogado"(...) "Se estava bêbado, bêbado estava, e não se perderia nada com um cachorro". Eu respondi: "Se ele é cachorro, então todos somos cachorros e você também; e assim quero brincar um pouco com você para ver quem é de nós dois também deve nadar". E como se levantara para bater-me com a espada na cabeça, caiu sobre a pipa de vinho. Quando o vi, não demorei muito, tomei-o de uma perna e deslizei-o pela borda na água" (Hajstrup, 2016, p. 74).

A situação em que Peter Hajstrup se envolveu levou-o à prisão e à tentativa de articular um expediente para obter liberdade, em meio à revolta de soldados contra a personalidade de um alferes. Para apaziguar o conflito, ambos foram colocados na mesma cela; segundo o dinamarquês, porém, "quando estávamos juntos, nossas opiniões não se harmonizaram". O alferes iniciou nova briga, à qual Hajstrup reagiu, "pegando numa caneca de cerâmica na qual havia garapa para beber, batendo-lhe com ela na cabeça". O desentendimento persistiu; o soldado chegou a declarar: "Queira Deus me permita isso, [pois] preferiria beber vinho com vocês". Em seguida, travaram um duelo, do qual saíram feridos, obrigados depois a conviver com alguma harmonia. Em junho do mesmo ano, Hajstrup visitou "a casa de Maria Rothaus para beber vinho da Madeira", mas "teve uma briga com um sargento do capitão do campo" e acabou novamente preso (Hajstrup, 2016, p. 75-84). Esses episódios ilustram como o consumo de álcool podia catalisar tensões e reconfigurar conflitos interpessoais e hierárquicos em guarnições coloniais, afetando disciplina, cadeias de comando e rotinas de quartel (Lynn, 2008, p. 234-240).

Em 1653, a soldadesca neerlandesa encontrava-se desanimada e mal abastecida para a defesa do Recife, o que, no ano seguinte, culminou na capitulação da cidade (Silva, 2011, p. 342-345). Mesmo na fase final do domínio, persistiam episódios de embriaguez, como relata Peter Hansen Hajstrup ao narrar a tentativa de recolher seus botins antes de regressar à Europa: ao entrar na fortaleza do Rio Grande, deparou-se com militares que "toda a noite tinham bebido vinho da Madeira e [...] estavam dormindo tão ébrios e bêbados que não se davam conta de nada". Impedido de recuperar seus pertences e tomado de ira, dirigiu-se ao local onde "os soldados estavam enchendo de novo os chapéus de vinho e recomeçavam a beber" e, então, "pegou uma pedra grande" com a qual arrombou "três pipas espanholas de vinho, cada uma contando 600 canecas, de maneira que na porta era possível andar com vinho até os tornozelos" (Hajstrup, 2016, p. 101-102). Para além do caos logístico registrado, o autor lamenta a perda de um par de calçados — bem de uso cotidiano, de alto valor relativo no contexto colonial (Ferreira, 2010, p. 89-90). A embriaguez dos soldados, incapazes de vigiar a fortaleza ou proteger os próprios suprimentos, refletia não apenas excessos individuais, mas o desgaste das estruturas de

comando e abastecimento em meio à crise da ocupação.

A dominação neerlandesa no Brasil holandês esteve profundamente imbricada no consumo de bebidas alcoólicas. Esses licores atravessaram a moral vigente e as práticas de sociabilidade, articulando-se à vida militar e civil. No topo da hierarquia, decisões sobre permitir ou interditar o vinho oscilaram conforme a disponibilidade logística de suprimentos; na base, entre as praças, multiplicaram-se episódios de indisciplina e violência associados ao beber, muitas vezes com agentes movidos mais pelo acesso imediato à bebida do que pela ponderação de consequências. Em suma, o álcool operou simultaneamente como cimento de coesão, recompensa de campanha e motor de desordem, um fio condutor da experiência colonial neerlandesa no Atlântico luso-brasileiro (Schwartz, 1988, p. 201-205).

É relevante salientar que, nas áreas sob domínio neerlandês, não se institucionalizou, por via legal, a proibição do consumo de bebidas alcoólicas. Esse quadro contrasta com o da América Portuguesa, onde se publicaram editais regionais impondo restrições. A disparidade explica-se, sobretudo, por variações de costumes locais, informadas pelas matrizes religiosas protestantes e católicas. Ademais, a incidência de relatos sobre o consumo de vinho tende a intensificar-se em momentos de operações militares, alternância de governos e conflitos do cotidiano. Distinguir esses arranjos normativos e culturais é essencial para apreender as especificidades da colonização neerlandesa e suas diferenças em relação ao modelo ibérico, evidenciando como as práticas de beber moldavam e refletiam relações de poder, hierarquias sociais e valores morais no Brasil holandês seiscentista.

Considerações finais

As dinâmicas do Brasil Holandês articularam, em convívio tenso e assimétrico, neerlandeses, portugueses, e luso-brasileiros, sob constante circulação de bebidas alcoólicas registrada pelas fontes seiscentistas. Reconhecidos na época por padrões elevados de consumo, os neerlandeses transportaram para o Atlântico suas práticas de beber e de sociabilidade urbana; contudo, mais do que mera transposição cultural, a ocupação resultou da combinação entre experiência mercantil de longa distância e ambição imperial. Nesse quadro, o açúcar converteu-se no principal motor econômico e no foco estratégico da conquista, organizando rotas, capitais e trabalho cativo em escala atlântica. Em suma, práticas de bebida, comércio ultramarino e agroindústria açucareira entrelaçaram-se de modo decisivo, moldando os ritmos da vida colonial e os contornos da dominação neerlandesa.

Por fim, o rastro das bebidas no Brasil Holandês permitiu iluminar muito mais do que hábitos de mesa: revelou circuitos de poder, pertencimento e conflito. Vinhos e aguardentes circularam entre quartéis e igrejas; ora incitaram violências e indisciplinas, sempre organizando tempos e espaços de sociabilidade. Ao cotejar práticas neerlandesas e lusas, viu-se que "embriaguez" não esgota o fenômeno: tratou-se de gramáticas rituais, de economias morais e de tecnologias do corpo pelas quais grupos negociaram posições, redefiniram fronteiras culturais e disputaram a própria experiência colonial. Assim, longe de mero pano de fundo, o beber aparece como operador histórico mediando trabalho e devoção, legislação e festa, disciplina e autonomia. É nesse encontro tenso entre copos, caldeiras e catecismos que se desenha a trama do período: uma história de dominação e resistência em que os líquidos também escreveram, à sua maneira, a política do Atlântico sul-seiscentista.

Notas

1 Traduzido como conhaque no século XVIII (Fleming, 1975, p. 12).

2 Traduzida como "Sapateiro e sua esposa bebendo cerveja em uma sala". O casal está sentado, bebendo cerveja em canecas grandes. Detalhes como sapatos e um furador no chão e uma cozinha visível pela porta à esquerda ambientam a cena.O foco está no centro da sala, outra mulher é vista levando seus pertences para a loja de penhores, e à direita, um homem observa pela janela, criticando a bebida ao comparar os bebedores a animais

irracionais. O consumo de bebidas alcoólicas levou o casal a uma situação financeira difícil, forçando-os a penhorar suas posses.

3 A pedra da fachada se tratava de um pub. Nela se lê "ESTE É O INDE TOELAST", ANNO 1609. Um toelast era um grande barril no qual se podiam armazenar líquidos, aproximadamente 614,4 litros. era assim que se armazenavam cerveja e vinho. Aparentemente, em meados do século XVII, havia pessoas que conseguiam manusear um barril desses, como evidenciado pelo ditado da época: "Minha cabeça mal aguenta uma curva, meu estômago um toelast inteiro" (Stichting Geveltekens Vereniging Haerlem, 2009).

4 A tradução do relato de Jan van der Heijden foi realizada por: XAVIER, Lucia Furquim Werneck. Ecos do passado ou a história de um motim (Salvador, 1624). Guarulhos: Revista de fontes, v. 12, n. 22, 2025.

5 O termo cachaça possuí variações dentro do contexto português daquele período, sendo chamado também como vinho de mel e aguardente (Gurian, 2019, p. 75).

6 José Antônio Gonsalves de Mello ressaltou em sua obra que "uma das razões para a mudança foi que, fora de portas, no Recife,o mercado servia melhor aos judeus — que moravam próximo a ele, na rua do Bode (depois dos Judeus) — do que aos cristãos" (Mello, 2001, p. 117-118). Aliás, a presença de judeus portugueses foi estimulada com a conquista do Brasil Holandês, nos quais financiavam a Companhia das Índias Ocidentais e possuíam funções de cobradores de impostos, exportadores de açúcar, uma vantagem crucial foi a comunicação nas línguas holandesa e portuguesa (Lopez, 2002, p. 182-183; Teensma, 2005, p. 64).

7 Durante a Idade Média a embriaguez era motivada pela utilização da cerveja e do vinho. O álcool produzido pela destilação era empregado em pequenas quantidades nos mosteiros, possivelmente originado de técnicas árabes. (Carneiro, 2010, p. 129).

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ARCISZEWSKI, Krzysztof. **As memórias de Krzysztof Arciszewski:** um polonês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Org: MIRANDA, Bruno Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck. Recife: Cepe, 2022.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. V. 15. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

BEHRENS, Ricardo Henrique B. **A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625**. UFBA. Salvador, 2004.

BRAGANÇA, Ana Carolina Haliuc. As companhias de comércio no Brasil colonial: monopólio e concentração de renda. **Cadernos Direito e Pobreza**. São Paulo: IDCID, 2008. p. 8-33.

BRANCO, Patrícia Martins Castelo. **O universo imaginário dos holandeses no Brasil seiscentista** – um estudo da narrativa do viajante Joan Nieuhof. Assis: Faculdade de Letras e Ciências de Assis, 2004.

CALADO, Manoel. **O valeroso lucideno e o triumpho da liberdade**. Lisboa: Officina de Domingos Carneiro, 1668.

CARNEIRO, Henrique. **Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

CLYDESDALE, Greg. **Cargas: como os negócios mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

COOK, Harold J. **Matters of exchange:** commerce, medicine and science in the Dutch Golden Age. New Haven: Yale University Press, 2007.

DUSSEN, Adriaen van der. **Relatório sôbre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639):** suas condições econômicas e

sociais. Rio de Janeiro: Instituto do açúcar e do álcool, 1947.

EBERT, Christopher. Dutch trade with Brazil before Dutch West India Company, 1587-1621. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor. **Riches from Atlantic Commerce:** Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Leiden: Brill, p. 49–75, 2003.

ENTHOVEN, Victor. Early dutch expansion in the atlantic region, 1585–1621. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor. **Riches from Atlantic Commerce:** Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Leiden: Brill, p.17–47, 2003.

FERNANDES, João Azevedo. **Selvagens bebedeiras:** Álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Alameda, 2011.

FERREIRA, Natalie Rodrigues Alves. **O calçado como artefato de proteção à diferenciação social:** A história do calçado da Antiguidade ao século XVI. Ciência et Praxis, v. 3, n. 6, p. 83–90, 2010.

FOUCAULT, Micgel, **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GURIAN, Gabriel Ferreira. **Bebidas e bebedores no Brasil Holandês, 1624-1654**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

HAJSTRUP, Peter Hansen. Memorial e Jornal de tudo que passou na minha viagem, registrado com dias e datas a partir de 1643. In: TEENSMA, Benjamin Nicolas; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck (org). **Viagem ao Brasil (1644-1654)**. Recife: Cepe, 2016.

HANCOCK, David. **Oceans of Wine:** Madeira and the Emergence of American Trade and Taste. Yale University Press: New Haven, 2009.

HEIJER, Henk den. A public and private Dutch West India Interest. In: OOSTINDIE, Gert, ROITMAN, Jessica V. (Org). **Dutch Atlantic Connections, 1680-1800:** Linking Empires, Bridging Borders. Leiden: p. 159–182, Brill, 2014.

HEIJDEN, Jan van der. Depoimento de Jan van der Heijden perante o advogado fiscal de Generalidade Laurens de Silla em 17 de outubro de 1625. Trad: XAVIER, Lucia Furquim Werneck. **Ecos do passado ou a história de um motim (Salvador, 1624)**. Guarulhos: Revista de fontes, v. 12, n. 22, 2025.

JARVIS, Charlotte. High seas and hard drinks: Alcohol rations on Dutch vessels. **International Journal of Maritime History,** v. 35, p. 393–409, 2023. DOI: 10.1177/08438714231169817.

KENNEDY, James C. **A Concise History of The Netherlands**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

KLOOSTER, Wim. An overview of dutch trade with the Americas, 1600-1800. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor. **Riches from Atlantic Commerce:** Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Leiden: Brill, p. 365–383, 2003.

KLOOSTER, Wim. **The Dutch in the Americas, 1600-1800:** A Narrative History with the Catalogue of an Exhibition of Rare Prints, Maps, and Illustrated Books from the John Carter Brown Library. Providence, RI: John Carter Brown Library, 1997.

KÜMIN, Beat; TLUSTY, B. Ann (orgs.). **The World of the Tavern: Public Houses in Early Modern Europe**. Aldershot: Ashgate, 2002.

"Provisão que prohibe em Todo o Estado do Brazil. Com Excepção de Pernambuco, a Bebida de Vinho de Mel, Aguardente e Cachaça (1649)". In: **Collecção Chronologica da Legislação Portugueza (1648-1656)**. Segunda série. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, p. 49–50, 1856.

LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial:** a Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654). São Paulo: Editora Alameda, 2013.

LOPEZ, Adriana. **Guerra, açúcar e religião no Brasil dos holandeses**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

LYNN, John A. **Women, Armies, and Warfare in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MARGÓCSY, Dániel. **Commercial visions:** science, trade, and visual culture in the dutch golden age. Chicago: The University Of Chicago Press, 2014.

MATTHEE, Rudi. Exotic substances: the introduction and global spread of tobacco, coffe, cocoa, tea, and distilled liquor, sixteenth to eighteenth centuries. In: PORTER, Roy; TEICH, **Mikuláš. Drugs and narcotics in history.** Cambridge University Press: Cambridge, 1995. p. 24-51.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Frei manuel calado do Salvador: religioso da ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da restauração**. Recife: Universidade de Recife, 1954.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 4° ed. Recife: Topbooks, 2001.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Companhia das Índias Ocidentais. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os holandeses: 1630-1654**. Rio de Janeiro: GMT editores Ltda, p. 42–63, 1999.

MENEZES, José Luiz Mota. Olinda e Recife antes de 1630. In: GALINDO, Marcos. **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: Massangna, p. 143–174, 2005.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck. **As memórias de Krzysztof Arciszewski:** um polonês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Recife: Cepe, 2022.

MONTANARI, Massimo. **A fome e a abundância:** história da alimentação na Europa. Bauru: EDUSC, 2003.

MOTT, Luiz. In vino veritas: vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-brasileiros à época da inquisição. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. **Álcool e drogas na história do Brasil**. Alameda Casa Editorial: São Paulo, p. 47–70, 2005.

NASSAU, J. Maurice Conte de; CEULLEN, M. van; DUSSEN, Adriaen Vander. Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org**). Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. v.1, 2ª ed. Recife: CEPE, 2004.

NIEUHOF, Joahanes. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

(O) MACHADÃO DO BRASIL, ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recém-chegado daquele pais, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também ali esteve com aquele. Ano do Senhor de 1647. Trad. de Pedro Souto Maior. Rev. do IAHGP. Recife, v. XIII, n.72, p. 125–170, 1908.

PARKER, Geoffrey. **The Military Revolution:** Military Innovation and the Rise of the West, 1500–1800. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PUDSEY, Cuthbert. Diário de uma permanência no Brasil. In: **Historia naturalis**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, p. 1–262, 2000.

RICHSHOFFER, Ambrosio. **Diário de um soldado da Companhia das Indias Occidentaes (1629-1632)**. Tradução: CARVALHO, Alfredo de. Recife: Typographia a Vapor de Laemmert, 1897.

ROMNEY, Susanah Shaw. **New Netherland Connnections:** Intimate Networks and Atlantic Ties in Seventeenth-Century America. Williamsburg: University of North Carolina Press, 2014.

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. São Paulo; Rio de Janeiro : Weiszflog Irmãos. 1918.

SCHAMA, Simon. **The Embarrassment of Riches: An Interpretation of Dutch Culture in the Golden Age**. Vintage Books: New York, 1987.

SILVA, Leonardo Dantas. **Holandeses em Pernambuco 1630-1654**. 2° ed. Recife: Caleidoscópio, 2011.

SILVA, Leonardo Dantas. Zur Israel: Uma comunidade judaica no Brasil Holandês. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os holandeses: 1630-1654**. Rio de Janeiro: GMT editores Ltda, p. 177–191, 1999.

SILVA, Pedro da. "Registro de uma provisão do Governador Pedro da Silva sobre não se fazer aguardente (1636)". In: **Documentos Históricos (1631-1637):** Patentes, Provisões e Alvarás. Vol.16 da série e 14 documentos da Biblioteca Nacional. Typograhia Monroe, Rio de Janeiro, p. 396–399, 1930.

SMIT, Barbara. **A história da Heineken:** a cerveja que conquistou o mundo. Trad: ROMEIRO, Juliana. 1 .ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SOLER, Vicente Joaquim. **Dezessete cartas de Joaquim Vicente Soler 1636-1643**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1999.

SOURNIA, Jean-Charles. A History of Alcoholism. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TEENSMA, Benjamin Nicolaas. Os filhos do Doutor Zacuto. Identificação de Isaac Russon. In:

GALINDO, Marcos. **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: Massangna, p. 47–100, 2005.

TEENSMA, Benjamin Nicolas; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck (org). **Viagem ao Brasil (1644-1654)**. Recife: Cepe, 2016.

TLUSTY, B. Ann. Water of Life, Water of Death: The Controversy over Brandy and Gin in Early Modern Augsburg. **Central European History**, v. 31, p. 1–30, 1998. Disponível em: research-portal.uu.nl. Acesso em: 1 de dezembro de 2025.

UNGER, Richard W. **Beer in the Middle Ages and the Renaissance**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

VAN BRUAENE, Ann-Laure; VAN BOUCHAUTE, Sofie. Rederijkers, Kannenkijkers: Drink and Drunkenness in the Sixteenth- and Seventeenth-Century Low Countries. **Early Modern Low Countries**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 2017. DOI: 10.18352/emlc.4

VAN DEKKEN, Marjolein. **Brouwen, branden en bedienen:** werkende vrouwen in de Nederlandse dranknijverheid, 1500–1800. Hilversum: Verloren, 2009.

VASCONCELLOS, Simam de. **Notícias curiosas e necessarias das cousas do Brasil**. Lisboa: Ioam da Costa, 1668.

VRIES, Jan de; VAN DER WOUDE, Ad. **The First Modern Economy**: Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500–1815. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VRIES, Jan de. The limits of globalization in the early modern world. Oxford. **Economic History Review**, v. 63, n. 3. 2010. p. 710-733.

WAERDENBURCH, Diederick. **Van. D. van Waerdenburch aos Estados Gerais**. Tradução: RENAULT, Abgar. Rio de Janeiro: Documentos holandeses, 1945.

WAGENER, Zacharias. **Zoobiblion** (Livro dos animais). São Paulo, 1964, gravura 106. O "Thierbuch" e a "Autobiografia" de Zacharias Wagener. V. 2. Rio de Janeiro: Ed. Index, p. 197, 1997.

WALBEECK, Johannes van. "Relatório do Conselho Político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de Julho de 1633, lido pelos Estados Gerais a 11 de Julho de 1633". In: **Documentos holandeses**. 1º volume. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil:** um capítulo da história colonial do século XVII. Companhia da Editora Nacional. 1938. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/205>. Acesso em: 27 de maio de 2025.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil colonial**. São Paulo: Pioneira, 1966.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck. Ecos do passado ou a história de um motim (Salvador, 1624). **Revista de fontes**, v. 12, n. 22, 2025. DOI: 10.34024/fontes.2025.v12.18839

CADERNOS DO CEOM História Rural em debate – ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2026.64.18

História, desenvolvimento e imigração na Mesorregião Oeste de Santa Catarina: um ensaio crítico

History, development and immigration in the Western Mesoregion of Santa Catarina:a critical essay

Eduarda Caroline Ceriolli Martinello*
Regina Yoshie Matsue**
Junir Antônio Lutinski***

Palavras-chave:
Colonialismo
Migração
Saúde

Resumo: O presente ensaio teórico construído a partir da literatura científica, apresenta um resgate da constituição histórica, social e cultural da mesorregião Oeste de Santa Catarina, que se estende desde a ocupação do território pelos povos indígenas e caboclos, até o momento atual, em que esses povos originários persistem sendo marginalizados e excluídos da sociedade, juntamente aos imigrantes internacionais advindos do sul global, para suprir a carência por mão de obra na agroindústria frigorífica. Essa constituição da região marcada pela exclusão dos indígenas e caboclos em detrimento dos europeus brancos, fundamentou as bases que determinam a forma como a sociedade oestina acolhe os imigrantes do sul global na atualidade.

Keywords:
Colonialism
Migration
Health

Abstract: This theoretical essay, based on scientific literature, presents a review of the historical, social, and cultural constitution of the western mesoregion of Santa Catarina, which extends from the occupation of the territory by indigenous peoples and caboclos to the present day, when these indigenous peoples continue to be marginalized and excluded from society, along with international immigrants from the global south, who are brought in to fill the labor shortage in the meatpacking industry. This constitution of the region, marked by the exclusion of indigenous peoples and caboclos to the detriment of white Europeans, laid the foundations that determine how Western society welcomes immigrants from the global south today.

Recebido em 02 de dezembro de 2025. Aprovado em 21 de maio de 2026.

Introdução

A história do Brasil é marcada pela exploração, violência e dizimação física e cultural de determinadas populações estigmatizadas, como os indígenas e imigrantes. Essa realidade se iniciou com a chegada dos portugueses no século XVI, que encontraram no Brasil a oportunidade de expandir seu comércio e poder por meio da colonização e exploração do país. Inicialmente, os colonizadores portugueses procederam à exploração da mão de obra indígena e, posteriormente, por volta de 1550, importaram mão de obra escrava africana para o trabalho precário e violento nas grandes fazendas,

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde e bolsista integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Unochapecó. E-mail: duda_eduardaceriolli@outlook.com.
** Doutora em antropologia pela University of Tsukuba, Japão. Docente adjunta no Departamento de Medicina preventiva da UNIFESP. E-mail: rymatsue08@yahoo.com
*** Doutor em biodiversidade animal pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Unochapecó. E-mail: junir@unochapeco.edu.br.

especialmente na fabricação de açúcar de cana (Cilento, 2021).

A queda do sistema escravagista, no final do século XIX, demandou mão de obra para substituir o trabalho dos escravos africanos "libertos", mão de obra essa que deveria ser tão barata e passível de exploração quanto os escravos. O perfil exigido para os novos trabalhadores imigrantes, porém, era o de pessoas brancas, livres e católicas, visando atender a um projeto de Estado etnocentrista de "embranquecimento" da população do país. Assim, em 1850, os imigrantes europeus, especialmente os italianos, alemães, espanhóis, poloneses, ucranianos, russos, japoneses e portugueses, imigraram para o Brasil, visando ao trabalho nas lavouras de café, um projeto financiado e regulado pelo Estado brasileiro (Cilento, 2021; Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023; Figueiredo e Zanelatto, 2017).

Estes imigrantes enfrentavam problemas econômicos e sociais em seus países de origem e foram atraídos para o Brasil com a promessa de melhores condições de vida. O trabalho nas fazendas, concentradas especialmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, embora liberto e assalariado, continuava a apresentar precariedade e sujeição, incorrendo em um regime de semiescravidão. Já na metade do século XX, momento em que se iniciou a industrialização do país, os imigrantes europeus tornaram-se inadequados para o trabalho fabril, acusados de incentivar os trabalhadores nativos à realização de greves trabalhistas, o que resultou em redução significativa das imigrações internacionais no país (Cilento, 2021; Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023; Figueiredo e Zanelatto, 2017). Nos anos de 1980, a economia brasileira entrou em crise, o que também reduziu a imigração e aumentou a emigração no país (Figueiredo e Zanelatto, 2017).

Já no século XXI, o Brasil apresentou forte crescimento econômico, resultando no retorno das imigrações internacionais, recebendo um novo perfil de imigrantes, composto especialmente pelos fluxos advindos de países do sul global, os quais se constituem como os novos trabalhadores, responsáveis por movimentar a economia brasileira (Cilento, 2021; Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023; Figueiredo e Zanelatto, 2017). Dentre essas nacionalidades, destacam-se os bolivianos, paraguaios, senegaleses, haitianos e venezuelanos (Figueiredo e Zanelatto, 2017; Obmigra, 2023; Risson, Dal Magro e Lajús, 2017). Os haitianos e venezuelanos tornaram-se os principais fluxos direcionados para a região Sul do Brasil, onde foram inseridos no mercado de trabalho, especialmente em setores subalternos e de baixa qualificação, como a construção civil e o setor industrial (Obmigra, 2024; Risson, Dal Magro e Lajús, 2017).

Na mesma direção do restante do país, a partir do século XX, a região Oeste de Santa Catarina aderiu a um projeto de desenvolvimento econômico, a partir do povoamento de seu território por imigrantes europeus brancos de segunda geração, embora o território já fosse ocupado pelos povos indígenas e caboclos. Esses indígenas e caboclos, porém, não apresentavam as características exigidas pelo Estado como fundamentais para gerar o desenvolvimento econômico regional, ao passo que a história de ocupação dessa área por estes povos é negligenciada tanto pela sociedade quanto pela própria literatura. Por intermédio deste projeto de colonização, o Estado viabilizou a instalação dos imigrantes europeus na região, fornecendo-lhes incentivos financeiros para a compra de terras, enquanto, por outro lado, promoveu a expulsão, a exclusão e o apagamento das populações indígenas e caboclas, nativas daquela região (Radin e Corazza, 2018).

Este processo de colonização do Oeste catarinense, embora ocorrido tardiamente em comparação aos demais estados do Sul do Brasil e às demais regiões do próprio estado de Santa Catarina, implementou as bases para o desenvolvimento do capitalismo na região, a partir da relação estabelecida entre a agricultura familiar, introduzida pelos colonos europeus, e as indústrias frigoríficas, compradoras dos animais produzidos pelos colonos (Radin e Corazza, 2018). Em razão disso, a atual economia regional é movimentada pelo setor agropecuário, com predominância da produção leiteira, suinocultura e avicultura advindas da agricultura familiar, e utilizadas como matéria-prima pela agroindústria instalada na região. Por sua vez, as agroindústrias de aves e suínos do Oeste de Santa Catarina são as maiores do Brasil e têm atraído um contingente significativo de trabalhadores imigrantes internacionais, advindos especialmente do sul global, movidos pela escassez de mão de obra local no setor

(Ortolan, Ribeiro e Guido, 2022; Signori e Stube, 2024).

Apesar das semelhanças com o projeto de desenvolvimento social e econômico brasileiro, percebe-se que a região Oeste de Santa Catarina abarca particularidades de formação que carecem de compreensão para uma interpretação mais apurada acerca de seu momento atual em termos culturais, econômicos e sociais, e da relação que estabelece com os fluxos migratórios ali acolhidos. Neste sentido, o presente ensaio busca caracterizar o "desenvolvimento" da região Oeste de Santa Catarina, com foco na constituição de seu complexo agroindustrial, importante espaço de incorporação de mão de obra imigrante na atualidade.

Para tanto, este ensaio está dividido em quatro partes: na primeira sessão estão apresentadas as características geográficas da região. Posteriormente, é tecido um breve resgate acerca de seu processo de povoamento iniciado pelos indígenas, seguido pelos tropeiros e caboclos, culminando com a colonização pelos imigrantes europeus de segunda geração. Neste resgate abordam-se as contribuições para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região proporcionadas por cada um desses povos, problematizando acerca da violência infligida aos indígenas e caboclos a partir da colonização. A terceira sessão foca no desenvolvimento da agricultura familiar pelos colonos e em sua relação com o desenvolvimento da agroindústria, colaborando para o surgimento do modelo econômico capitalista na região. Nesta sessão, são apontadas problematizações e críticas acerca da relação de integração na produção estabelecida entre agricultores familiares e as agroindústrias. Por fim, a última sessão debate sobre os fluxos migratórios contemporâneos acolhidos na região e a sua direta relação com o trabalho na agroindústria, o que os caracteriza como uma nova forma de migração gerida pelo Estado. Além disso, são debatidas as condições de trabalho nessas agroindústrias e as suas implicações na saúde e no acolhimento dos imigrantes pela sociedade local.

Situando a Região Oeste de Santa Catarina

A região Oeste de Santa Catarina é uma das seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina, composta por 118 municípios e uma extensão territorial de 27.255,5 km², que a torna uma das maiores regiões do Estado tanto em termos de extensão territorial quanto em número de municípios (Figura 1) (Welter, 2006). A mesorregião Oeste é composta por cinco microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê, fazendo fronteira a oeste com a Argentina, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul e ao norte com o Estado do Paraná (Radin e Corazza, 2018; Welter, 2006).

A maioria dos municípios que compõem a mesorregião é considerada de pequeno a médio porte, em que predomina uma cultura e organização social e econômica interiorana, baseada na produção agropecuária, especialmente a partir das pequenas propriedades familiares e no setor da agroindústria, um dos maiores e mais importantes do Brasil e da América Latina (Welter, 2006). O município de Chapecó é considerado a capital da mesorregião, com uma estimativa populacional que no ano de 2025 girava em torno de 275.959 habitantes, além de ser um dos mais importantes polos industriais do Oeste catarinense (IBGE, 2025).



Figura 1 - Mapa de Santa Catarina e suas respectivas mesorregiões
Fonte: Carnette (2019) adaptado de IBGE (2017).

A ocupação da região Oeste de Santa Catarina pode ser dividida em três marcos históricos: a ocupação indígena, a cabocla e a colonização europeia (Cruz, Branco e Dickmann, 2018). A formação da economia da região, por sua vez, pode ser dividida em quatro ciclos: o ciclo da pecuária, impulsionado pelas grandes fazendas de criação de

gado; o ciclo da erva-mate, impulsionado pela extração da planta operada pelos caboclos; o ciclo da madeira, conduzido especialmente pelas empresas colonizadoras; e, por fim, o ciclo da agricultura familiar, instalado a partir da colonização da região pelos imigrantes europeus de segunda geração, o qual foi responsável pelo processo de acumulação do capital, dando origem ao atual complexo agroindustrial (Radin e Corazza, 2018).

A colonização da região, a exclusão e o apagamento dos povos originários

Os primeiros povos a habitar a mesorregião Oeste de Santa Catarina foram os indígenas, sendo que há 12.000 anos predominaram no local os indígenas representados pelos povos caçadores e coletores nômades. Mais tarde, por volta de 2.500 anos a.C. aportaram no território os povos de língua Jê, advindos das regiões centrais do Brasil, grupo este ao qual pertencem as tribos Xokleng e Kaingang que habitam a região até os dias atuais. Por fim, há 2.000 anos povoaram a região os indígenas Tupis-guaranis advindos da bacia amazônica, pertencentes à língua do grupo Tupi (Radin e Corazza, 2018). Tanto os indígenas do grupo Jê como do grupo Tupis-guaranis eram agricultores que tinham a caça, a pesca e a coleta enquanto atividades complementares (Cruz, Branco e Dickmann, 2018). Tais grupos de indígenas predominaram no local até meados do século XIX, quando os tropeiros e "caboclos"[1] mudaram-se para a região, dividindo o espaço regional com os primeiros (Radin e Corazza, 2018).

Os tropeiros passavam pela região Oeste para conduzir o gado e as mulas oriundos do Rio Grande do Sul para os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, onde eram comercializados, criando o chamado "caminho das tropas". Inicialmente os tropeiros paulistas utilizavam a região Oeste apenas como área de passagem e ponto de descanso (Renk e Winckler, 2018). Neste processo, devido a farta disponibilidade de terras, o território do Oeste foi sendo ocupado na implantação de fazendas para criar gado de corte, inaugurando o primeiro ciclo econômico da região, baseado na pecuária. A vinda dos tropeiros foi considerada como a primeira ocupação do território regional feita pelo homem branco (Radin e Corazza, 2018). A chegada desta população branca, porém, incorreu na existência de conflitos sociais na região, uma vez que os tropeiros iniciaram um processo de "expulsão e catequização" dos indígenas que residiam naquele espaço (Renk e Winckler, 2018). Salienta-se ainda que apesar de promover a ocupação dos campos e uma maior e mais profunda penetração populacional, a pecuária não desenvolveu suficientemente a economia da região e em 1870 esse ciclo produtivo entrou em declínio, com as fazendas se dispersando juntamente com a sua população (Radin e Corazza, 2018).

Foi por intermédio dos caboclos que se desenvolveu o segundo ciclo econômico na região: a extração da erva-mate. Essa população fazia a coleta da erva-mate de maneira sazonal a cada três anos, no interior das matas, e a comercializava especialmente no estado do Rio Grande do Sul e na Argentina. Além da erva-mate os caboclos também cultivavam pequenas roças de alimentos, tais como feijão, milho e mandioca, para a sua sobrevivência, plantados em clareiras abertas na mata e em terras preparadas a partir da queimada (Radin e Corazza, 2018). Essas pessoas não tinham uma compreensão das terras enquanto posse privada, apenas as ocupavam por um determinado período de tempo, procedendo o plantio de suas roças, criação de animais soltos e extração da erva-mate e, posteriormente, mudavam de espaço a fim de que a terra se regenerasse (Campos, 2013).

Já no século XX inicia-se na região o seu processo de colonização pelos imigrantes europeus de segunda geração, especialmente italianos, alemães e poloneses, filhos dos colonizadores das terras do Rio Grande do Sul (Radin e Corazza, 2018), considerados como o homem branco (Cruz, Branco e Dickmann, 2018). A maioria dos colonos veio para a região atraídos pelo baixo preço das terras, um projeto financiado pelo Estado que pretendia vender essas terras aos imigrantes a um preço abaixo do valor de mercado, a fim de que o território fosse povoado pelos brancos e europeus, em detrimento dos indígenas e caboclos que ali residiam (Renk e Winckler, 2018). O Estado brasileiro cedeu as terras da região para as companhias colonizadoras, as quais extraíram delas a madeira e, posteriormente, as demarcaram e venderam aos imigrantes. Mesmo as

terras que eram de posse dos caboclos foram incorporadas pelas companhias colonizadoras (Campos, 2013). Dentre essas colonizadoras, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company,* pertencente ao grupo norte-americano de Percival Farquhar, destacou-se. O grupo também foi responsável por finalizar a construção do trecho da estrada de ferro que ligaria o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul (EFSPRS) na região Oeste. Essa empresa explorou a madeira e colonizou as faixas de terras localizadas a 15 quilômetros de cada lado dos trilhos da ferrovia. Faixas essas, as quais recebeu do Estado como parte do pagamento pela construção do referido trecho da estrada de ferro (Radin e Corazza, 2018).

A apropriação das terras pelas empresas colonizadoras e a passagem da estrada de ferro pela região, expropriaram os sertanejos das terras sobre as quais habitavam de maneira itinerante, garantindo a sua sobrevivência. Somado a isso, o desamparo sentido em relação ao governo republicano, o coronelismo e as desigualdades sociais desencadearam um conflito armado entre os sertanejos e o governo federal e estadual do Paraná e de Santa Catarina entre 1912 e 1916, resultando na Guerra do Contestado. O início do conflito se deu em 1912 quando um grupo de sertanejos reunidos em torno do Monge José Maria, perseguidos pela polícia de Santa Catarina, refugiaram-se em Irani, um território alvo de disputa entre Santa Catarina e o Paraná. O grupo foi atacado pela polícia do Paraná, resultando na morte de 11 sertanejos, incluindo o próprio Monge. A morte de José Maria, símbolo da luta pela posse das terras dentre os sertanejos, motivou o grupo na persistência pelo seu objetivo, imbuídos da crença espiritual de que o monge os guiaria até a vitória final. A partir de então, até agosto de 1916, quando foi assinado um acordo de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná, os sertanejos organizaram-se coletivamente em uma espécie de movimento social relacionado a questões fundiárias e religiosas, confrontando-se com a polícia e os coronéis em prol dessa luta (Radin e Corazza, 2018).

Entre 1930 e 1950, a região adentra o seu terceiro ciclo econômico: a extração e comercialização da madeira. Além de sua extração, operada especialmente por grandes empresários como a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company,* a madeira foi comercializada através do Rio Uruguai e seus afluentes. Os balseiros, como eram chamados os trabalhadores, caboclos e agricultores, procediam o transporte da madeira pelo rio através das chamadas balsas, uma composição de madeira, troncos ou tábuas serradas e armadas e que pertenciam geralmente aos empresários madeireiros. Os balseiros conduziam a madeira por um percurso de aproximadamente 500 quilômetros, até o porto de São Borja no Rio Grande do Sul, de onde eram rebocadas ao Rio da Prata, para depois serem transportadas. A atividade centralizou recursos financeiros nas mãos de comerciantes e madeireiros e se encerrou a partir da abertura de estradas e novos meios de transporte, que abriram perspectiva para o mercado interno da madeira (Bellani, 2006; Radin e Corazza, 2018).

Retomando os propósitos e consequências da colonização europeia, destaca-se que esse movimento foi entendido como uma forma de "civilizar" a região que era ocupada pelos indígenas, posseiros e caboclos (Bavaresco, Franzen e Franzen, 2013). Neste sentido, enquanto os colonizadores europeus receberam adjetivações positivas que os intitulavam como "ordeiros", "progressistas", "civilizados" e "trabalhadores", os "caboclos" e a população indígena, foram socialmente representados como ociosos, violentos e ausentes de perspectiva de "progresso". Isso porque os últimos compreendiam a terra enquanto uma posse coletiva, apostando em uma agricultura de subsistência e itinerante. Por outro lado, os colonos instituíram a noção da terra enquanto uma propriedade privada, comercializando o excedente da produção, e fomentando, portanto, as bases para uma sociedade organizada de maneira mais capitalista (Campos, 2013; Cruz, Branco e Dickmann, 2018; Radin e Corazza, 2018). A colonização também gerou uma divisão étnica entre os considerados brasileiros caboclos e ex-posseiros e os brasileiros de origem italiana ou alemã, tornando os últimos um grupo social em vantagem e superioridade sobre os primeiros. A chegada das colonizadoras proporcionou um apagamento dos *habitus* e da cultura dos caboclos, os quais foram tidos como inconsistentes com o "progresso" e o modelo social

econômico que estava sendo suplantando na região (Radin e Corazza, 2018).

De maneira similar, os indígenas também foram expulsos dos espaços territoriais tradicionais em que ocupavam, submetidos à exploração de sua força de trabalho, ao extermínio e à invisibilidade decorrentes da implantação do projeto de "desenvolvimento" e "progresso" na região. Exemplo disso são os povos Kaingang em Chapecó e Mbyá guarani nos atuais municípios de Saudades e de Cunha Porã, os quais foram transferidos de seus espaços tradicionais localizados no que mais tarde se tornaria o centro da cidade, para aldeias em terras não tradicionais. Desde o início da colonização, os indígenas foram perseguidos, forçados a aderir à cultura colonizadora, além de serem acometidos por doenças que não eram tradicionais de seus povos. Esse processo, portanto, foi responsável pelo genocídio da população indígena na região (Rodrigues e Lino, 2021; Santos, Dill e Piovezana, 2020).

Outra consequência desse processo foi o "apagamento" dos indígenas da história regional, a qual é contada somente a partir da chegada dos europeus de segunda geração. Prova disso, é o monumento o "Desbravador" construído e localizado em um ponto estratégico e central da cidade de Chapecó. A sua construção ocorreu na década de 70 motivada pelas disputas políticas entre as elites locais emergentes e o Bispo Don José Gomes, adepto da teologia da libertação, o qual estimulou e organizou o surgimento de diversos movimentos populares como dos agricultores sem-terra, dos povos indígenas pela retomada dos seus territórios, das mulheres camponesas e dos afetados pelas barragens. Em resposta, as entidades e as famílias das elites locais construíram a estátua do Desbravador como símbolo da figura do colonizador, homenageando as famílias dos colonizadores associados à elite emergente, excluindo-se os indígenas, agricultores, pobres e mulheres camponesas. "O Desbravador 'desbrava', civiliza, moderniza, traz progresso, europeíza uma região anteriormente habitada por povos com diferentes formas de ocupar o território e reproduzir a vida nele" (Santos, Dill e Piovezana, 2020).

Após serem expropriados de suas terras, os indígenas empreenderam lutas para recuperá-las, reavendo apenas uma parcela delas, as quais se configuram hoje como reservas indígenas em que predominam as etnias Xokleng e Kaingang. Dentre elas, estão o Toldo Chimbangue e a Aldeia Condá localizadas em Chapecó, o Toldo Pinhal em Seara, o qual ainda não foi regulamentado como terra indígena, o Toldo Imbu em Abelardo Luz e o Xapecó em Ipuaçu e Entre Rios. Com exceção da Aldeia Condá, as demais áreas são espaços de ocupação tradicional, sendo a primeira criada para reassentar a população indígena expropriada de seu território originalmente localizado no espaço em que foi construída a cidade de Chapecó. Esse reassentamento da Aldeia Condá, porém, se deu em um espaço rural, distante da cidade e dos olhares da sociedade chapecoense (Rodrigues e Lino, 2021).

Embora garantida a posse das terras nas aldeias, percebe-se que estes espaços não oferecem condições de sobrevivência adequadas à população indígena, razão pela qual recorrem a venda de artesanatos na cidade. A presença dos indígenas na zona urbana, circunscrita ao *habitat* dos não-indígenas, "brancos e civilizados" é vista com reprovação por parte da sociedade, solicitando a intervenção do Estado e dos órgãos responsáveis pela proteção indígena, a garantia de que esta população permaneça em suas reservas apartadas da vida na cidade (Rodrigues e Lino, 2021). Este movimento, portanto, torna os indígenas "estrangeiros em suas próprias terras" (Santos, Dill e Piovezana, 2020). Assim, em razão de todos esses acontecimentos históricos e sociais advindos da colonização e do projeto de desenvolvimento econômico por trás dela, os caboclos e indígenas vivem atualmente à margem da sociedade na região Oeste catarinense (Bavaresco, Franzen e Franzen, 2013).

Sobre este processo ocorrido na região, é possível interpretá-lo a partir da lente teórica de Martins (1996). Para o autor, o momento da história da região no qual as relações políticas e sociais ali estabelecidas se voltaram para a ocupação das terras, sejam elas "não ocupadas" ou "insuficientemente" ocupadas, pode ser chamado de fronteira. A fronteira tanto a nível de Brasil, como da própria região Oeste, se caracteriza enquanto espaço de conflito social, em que diferentes povos se deparam com a "alteridade", a descoberta do outro, ocorrendo o desencontro entre diferentes

concepções de vida, de mundo e de tempos históricos pertencentes a cada um desses grupos. O tempo histórico dos indígenas e caboclos era diferente ao tempo histórico dos colonizadores, colonos e tropeiros, portanto, quando se encontraram durante o período colonizador, com seus distintos modos de pensar sobre o mesmo objeto e fenômeno, surgiram os conflitos, as lutas étnicas e sociais. A fronteira, portanto, remete a cisão entre os povos, cada qual de um lado desta fronteira, lutando para a conquista e a transformação daquele espaço (Martins, 1996).

A partir da teoria de Martins (1996) compreende-se que a ocupação do território do Oeste catarinense pode ser considerada enquanto uma fronteira ou frente de expansão, contrapondo-se a teorias que a consideram enquanto frente pioneira. A frente pioneira apresenta uma compreensão reduzida sobre a fronteira, pois, considera que a ocupação e a colonização da região estariam relacionadas exclusivamente ao progresso econômico, a modernização e a civilização em termos capitalistas, desconsiderando os indígenas, caboclos, camponeses e as suas relações sociais e econômicas diversas e não capitalistas. A frente de expansão considera que, ao longo de todo o seu período histórico de desenvolvimento, a região se deparou com a chegada de diversos grupos humanos, que nem sempre representavam o capital e o empreendedor, característica dos fazendeiros, madeireiros e das empresas colonizadoras. Havia também na região os tropeiros, colonos, indígenas e caboclos, cada qual desenvolvendo um tipo de relação social, cultural e econômica que transformou o território da região, mesmo não estando integrados ao mercado capitalista. A colonização, por sua vez, a partir desta expansão da economia de mercado, da cultura e dos modos de existir dos ditos civilizados e modernos, expressos essencialmente por meio das empresas colonizadoras e do projeto de Estado, sobre a economia sustentável e a cultura dos povos originários, gerou diversos conflitos sociais e étnicos, prevalecendo a economia de mercado e o apagamento dos povos originários (Martins, 1996).

Em razão deste contexto, a cultura predominante atualmente na região Oeste advém da herança cabocla e indígena, mas especialmente da colonial, marcada pela progressiva imposição dos valores culturais associados à modernização capitalista (Radin e Corazza, 2018). A colonização europeia promoveu o apagamento social e cultural dos povos originários, elevando as bases para uma cultura racista e eurocentrada, pautada no tradicionalismo e nos papéis conservadores. Exemplo disso são os níveis de violência contra a mulher, especialmente de feminicídio superiores na região Oeste quando comparados às demais regiões do Estado (Carnette, 2019). Renk e Winckler (2018) relembram que no processo de colonização, as mulheres foram relegadas a posições periféricas na economia das propriedades familiares, restando-lhes apenas a venda dos produtos mais baratos como ovos, leite e verduras, e a renda advinda desta comercialização era revertida na compra de itens domésticos como os de costura. Essas mulheres eram reconhecidas apenas pelo nome do marido em detrimento ao seu, sem direito ao voto e ausentes de reconhecimento legal como agricultoras, o que lhes impedia o acesso à aposentadoria (Renk e Winckler, 2018). A condição de subordinação da mulher no seio familiar, no sindicato de pequenos agricultores e na sociedade, motivou que elas se somassem a mulheres de outros Estados do Brasil constituindo o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), objetivando lutar pelos direitos sociais e trabalhistas das mulheres, pelo fim da violência e pela equidade social e de gênero (Radin e Corazza, 2018).

A agricultura familiar e a formação do atual complexo agroindustrial

Ao longo da história da região, houve períodos marcados por fortes desigualdades sociais entre o restante da população e os fazendeiros e empresários, os quais se tornaram a elite social. No período pós-colonização, assentou-se na região um modelo de sociedade baseado em pequenas propriedades, com a mão de obra essencialmente familiar. As terras ocupadas pelos colonos eram em sua maioria de relevo acidentado e de pequeno porte, pois as áreas mais planas haviam sido ocupadas pelos fazendeiros para a criação de gado em período anterior a colonização (Campos, 2013; Radin e Corazza, 2018). As pequenas propriedades rurais passaram a investir na produção agropecuária,

especialmente de suínos, frango, leite e fumo, inaugurando outro importante ciclo econômico da região que perdura até os dias atuais (Hansen, 2013).

A partir da agricultura familiar instaurada pelos colonos, deu-se início a um processo de acumulação do capital, a partir da comercialização do excedente da produção agrícola advinda dessas propriedades rurais. Esta dinâmica inicial, por sua vez, tornou-se o motor do desenvolvimento do complexo agroindustrial do Oeste catarinense, o qual se fortaleceu a partir de 1980, momento em que a organização familiar da propriedade e da produção de subsistência foi interrompido (Radin e Corazza, 2018). Isso porque, a partir de 1970 ocorreu a incorporação da modernização da agricultura e da pecuária, tornando as atividades agrícolas exclusivamente como uma forma de comércio. Essas transformações contribuíram para o surgimento do setor agroindustrial da região e para a urbanização do território, gerando um movimento migratório do campo em direção à cidade (Mondardo, 2011).

Inicialmente, a produção e o processamento de carnes na região eram voltados essencialmente para os suínos, tradicionalmente criados para fins de subsistência das famílias, as quais comercializavam apenas o excedente de sua produção. Dessa forma, até 1950, a capacidade de produção dos frigoríficos da região, em sua maioria pequenos abatedouros, estava diretamente relacionada à capacidade de produção familiar dos suínos, e devido à ausência de energia elétrica, focava na produção de banha, salame e linguiça. Portanto, os agricultores vendiam aos frigoríficos os animais de raças tipo banha, criados de maneira rústica, alimentados com abóbora, mandioca, milho, aveia e cana-de-açúcar. Nesse período, as maiores empresas frigoríficas instaladas na região eram a Sadia e a Perdigão, coexistindo uma série de outros pequenos estabelecimentos e abatedouros (Radin e Corazza, 2018).

A partir de 1960, visando aumentar a produção, a qualidade e a homogeneidade dos produtos, os frigoríficos passaram a oferecer matrizes e rações às propriedades familiares, interferindo na produtividade dos agricultores criadores de suínos. Iniciava-se um novo modelo de relações econômicas entre os frigoríficos e os agricultores familiares, caracterizado pela integração agroindustrial, firmando acordos de produção e comércio entre as empresas e os produtores rurais. Inicialmente, essa integração se deu a partir de acordos verbais e informais, os quais, aos poucos, foram substituídos por contratos formais, que garantiam a compra e a venda dos suínos, e estabeleciam os valores e as condições de pagamento, sem, no entanto, interferir nas formas de produção. Posteriormente, os contratos e acordos de integração incorporaram a assistência técnica, o transporte da produção e as rações fornecidas pela empresa, estabelecendo a necessidade de que os produtores de suínos seguissem normas técnicas rígidas estabelecidas pelas empresas na produção dos animais, comprometendo-se a entregá-los prontos para o abate no prazo fixado (Radin e Corazza, 2018). Enquanto parte desses acordos, introduziu-se nas propriedades rurais os suínos tipo carne, a partir de raças importadas dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa. Além disso, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), atual Epagri, passou a oferecer assistência técnica aos suinocultores permitindo a substituição dos antigos chiqueiros por estruturas novas e modernas (Renk e Winckler, 2018).

Até meados de 1970, a expansão das agroindústrias se deu pela necessidade de abastecer o mercado interno, e, a partir da metade de 1970 e início de 1980 iniciaram-se os investimentos direcionados às exportações para o mercado internacional. Para atender as demandas do mercado externo, nos anos 2000 o modelo produtivo de integração sofreu maiores transformações. Além de instituídas as responsabilidades de cada uma das partes, definindo-se que aos agricultores caberia o fornecimento das instalações, equipamentos e da mão de obra, e a agroindústria o fornecimento de animais, insumos, medicamentos e assistência técnica, estabeleceu-se que a remuneração destinada aos suinocultores seria paga com base em cálculos de produtividade, a partir de critérios definidos exclusivamente pelas empresas, à revelia do conhecimento dos próprios produtores (Radin e Corazza, 2018).

Esse modelo de produção integrada firmado entre os agricultores e as empresas resultou em uma série de mudanças nas dinâmicas de trabalho e de vida nas propriedades rurais, em sua maioria de

pequeno porte e que se utilizam de mão de obra familiar na produção animal. Para se ajustar ao mercado de produção de animais, os agricultores abandonaram a criação de suínos enquanto fonte de subsistência, e focaram na produção comercial em grande escala, a partir de raças selecionadas e criadas de maneira confinada nas pocilgas. Os produtores rurais também perderam o controle sobre a forma de desenvolver o seu trabalho, uma vez que a forma de criação dos animais passou a ser ditada por normas rígidas estabelecidas pela empresa integrada (Radin e Corazza, 2018).

Essa nova forma de economia resultou em prejuízos a estes agricultores, alguns inclusive tiveram seus estabelecimentos descartados do processo produtivo por não atenderem as exigências do mercado (Mattei e Alves, 2007). Além disso, embora o modelo de integração possa parecer vantajoso aos produtores rurais, devido à garantia da venda de sua produção e o recebimento de investimentos tecnológicos para o desenvolvimento de seu trabalho, na realidade estes produtores tornam-se trabalhadores subordinados a empresa integrada, sem garantias a direitos trabalhistas ou a salário fixo, já que o valor é pago por produção (Radin e Corazza, 2018). O trabalho destinado a criação de suínos no modelo integrado exige esforço físico intenso, não possui limite na jornada diária ou semanal de trabalho, e tampouco folgas e finais de semana para descanso e lazer, comprometendo a saúde física e mental desses trabalhadores (Renk e Winckler, 2018).

A década de 70 trouxe consigo uma crise na suinocultura, promovendo transformações no mercado, como a incorporação da avicultura dentre as atividades das agroindústrias. A avicultura já nasce dentro do sistema de integração entre produtor e empresa, exigindo um padrão moderno na produção e estabelecendo o desconto do produtor sobre todas as despesas decorrentes do processo de criação das aves, feito no momento da remuneração mediante a entrega dos animais. Apesar de exigir investimentos iniciais mais amplos em relação à suinocultura, o retorno financeiro advindo da avicultura é maior e mais rápido, devido ao menor tempo de criação e crescimento das aves em relação aos suínos (Radin e Corazza, 2018).

A crise na suinocultura também foi responsável pela incorporação das agroindústrias menores pelas maiores, como foi o caso da Perdigão que adquiriu a Unifrico, o Saulle Pagnoncelli, a Reunidas e a Ouro S.A., enquanto a Ceval-Hering adquiriu a Seara e a Safrita. Desta forma, já na década de 1990 predominavam na região cinco empresas frigoríficas: a Sadia S.A, a Perdigão S.A, o Frigorífico Chapecó, a Ceval Alimentos e a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Frigorífico Aurora) (Hansen, 2013). Contemporaneamente, predominam na região três grandes empresas: a BRF Brasil Foods resultado da fusão entre as empresas Sadia e Perdigão, a JBS que adquiriu a Seara, o Marfrig e outros frigoríficos de porte médio e a Cooperativa Central do Oeste Catarinense (Aurora) (Radin e Corazza, 2018).

Neste panorama, destaca-se que a produção e o processamento de carnes nesta região se relacionam principalmente ao setor de aves e suínos, contribuindo para colocar o Brasil no ranking enquanto um dos principais agroexportadores da proteína da carne (FGV, 2023). Desta maneira, verifica-se que se instalou na região um complexo industrial, marcado pela verticalização das atividades e a grande concentração de capital com a incorporação de empresas que formam grandes oligopólios que dominam a indústria frigorífica. Portanto, os frigoríficos instalados na região que inicialmente eram pequenos abatedouros, se transformaram em "um complexo agroindustrial frigorífico", um dos maiores da América Latina, modificando as relações de produção e de trabalho de maneira significativa (Radin e Corazza, 2018).

O complexo agroindustrial e a mão de obra imigrante

O crescimento exponencial da agroindústria frigorífica demandou mão de obra para o trabalho em suas plantas de abate e processamento da carne. Inicialmente as agroindústrias primaram pela mão de obra advinda dos filhos dos agricultores, os quais devido ao "ethos trabalho" introduzido pela colonização e a reprodução do padrão familiar de subordinação, tinham um sentimento de pertencimento para com a empresa. No entanto,

devido às condições laborais desses espaços, os quais apresentam potencial de comprometimento à saúde dos trabalhadores, a população urbana passou a recusar o trabalho na agroindústria. A fim de suprir a carência de mão de obra, as agroindústrias da região recorreram à contratação de indígenas advindos tanto de Santa Catarina quanto do Rio Grande do Sul e de imigrantes internacionais. Neste cenário, destaca-se que os indígenas percorrem longos trechos de condução coletiva diariamente para trabalhar nos frigoríficos (Renk e Winckler, 2018).

Com relação aos fluxos migratórios acolhidos na região e utilizados como mão de obra na agroindústria de carne, destacam-se os fluxos haitiano e o venezuelano. Os diversos problemas estruturais enfrentados pelo Haiti e acentuados com o terremoto de 2010, além das políticas migratórias restritivas para adentrar os países do norte global, fizeram com que os haitianos imigrassem para o Brasil a partir de 2010, com intensificação do fluxo entre 2011 e 2012, através das fronteiras do Norte do país, nas cidades de Tabatinga – AM, Brasiléia e Assis Brasil – AC. No Brasil, os haitianos receberam vistos de residência permanente devido à condição humanitária. Os primeiros haitianos chegaram em Santa Catarina em 2011, quando empresas situadas no litoral do estado, viram nesses imigrantes uma oportunidade de aquisição de mão de obra, e os recrutaram ainda no Acre. A vinda de haitianos para o Oeste Catarinense se deu principalmente a partir da iniciativa das empresas frigoríficas de aves e suínos, que os recrutaram para trabalhar, quando estes se encontravam no Vale do Itajaí – SC. Somente após esses movimentos iniciais das empresas frigoríficas, os haitianos formaram fluxos imigratórios próprios com destino a região Oeste (Oliveira, 2019). Inicialmente, os fluxos haitianos eram majoritariamente masculinos e em idade produtiva, porém, com o tempo, as mulheres e outros familiares também imigraram, especialmente por intermédio da integração familiar (Momade, 2018).

Apesar do movimento por parte das empresas para atrair os imigrantes haitianos, as condições de integração desta população na região foram pouco favoráveis ao seu acolhimento. Mesmo possuindo ensino superior, a maioria dos imigrantes haitianos ocupava cargos na linha de produção nos frigoríficos ou em outras indústrias. Os rendimentos financeiros recebidos nesses locais de trabalho, embora não se distinguissem dos salários pagos aos nativos, eram insuficientes para a sua subsistência, de maneira que muitos precisavam dividir o aluguel com um grupo de outros imigrantes (Tonezer, Boeno e Aldana; 2021). Devido ao trabalho nos frigoríficos esta população costumava residir nos bairros em torno das agroindústrias, devido ao menor valor dos aluguéis (Risson, Matsue e Lima, 2017). As condições das residências de muitos, porém, eram insalubres, precárias e superlotadas (Magalhães, 2017). Além disso, a presença dos haitianos nessas regiões foi marcada por atos de preconceito, estigmatização, racismo e xenofobia por parte da população local e a barreira linguística e cultural dificultava o seu acesso a direitos sociais, como o atendimento pelos serviços de saúde e demais políticas públicas (Risson, Matsue e Lima, 2017; Momade, 2018).

A partir de 2018, as precárias condições de vida e trabalho em que os haitianos estavam submetidos na região Oeste de Santa Catarina, aliadas ao cenário econômico brasileiro desfavorável, impulsionaram a imigração desta população para outros locais e países, como os EUA. Dessa forma, acompanhando os dados nacionais, é possível perceber que houve uma relativa redução do número de imigrantes haitianos na região nos últimos anos e, dentre os que continuam residindo na região, muitos ainda trabalham nas agroindústrias (Obmigra, 2023; Obmigra, 2024).

A década de 2010 também foi marcada pela imigração de pessoas advindas dos continentes africano e asiático, os quais tendem a se inserir no manuseio de "carne halal" nos frigoríficos de aves e gado da região (Pereira, 2010). A "carne halal" adota formas e estratégias de abate e processamento de acordo com as exigências culturais e legislativas da comunidade muçulmana, tornando-a permitida para o consumo pelas pessoas de tal cultura, o que possibilita a sua exportação certificada para os países que seguem tais princípios (Spadotto, 2023). Dentre as nacionalidades de imigrantes contratados para tal função destacam-se aqueles provenientes de Bangladesh, Gana, Senegal e Somália, os quais seguem os princípios e as legislações do Islã no abate

dos animais no frigorífico, garantindo a certificação do produto de acordo com os padrões de exportação muçulmanos (Bosi e Pereira, 2023).

A partir de 2018, com a crise política, social e econômica deflagrada na Venezuela, a mesorregião passou a receber também os fluxos migratórios venezuelanos. Assim, embora atualmente coexistam no Oeste catarinense imigrantes de diversas nacionalidades, advindas especialmente do sul global, dentre os quais cubanos, angolanos, argentinos, bolivianos, uruguaios, paraguaios, senegaleses, bangladeshanos e haitianos, o contingente de venezuelanos constitui maioria (Ribeiro, Vaz e Reginatto, 2022). A migração dos venezuelanos para as cidades do Oeste catarinense está relacionada a um dos pilares da Operação Acolhida[2]: a interiorização. A interiorização, se caracteriza pela redistribuição dos imigrantes venezuelanos que se encontram no Estado de Roraima, para outras cidades do Brasil que apresentam condições de acolhê-los, devido a presença de vagas no mercado de trabalho e de serviços públicos de saúde, educação e assistência social (Brasil, 2023). Em razão da economia da região se apoiar fortemente na agroindústria frigorífica, setor que tende a ser rejeitado pelos trabalhadores nativos, a interiorização dos venezuelanos ocorreu especialmente, devido a existência de grande quantidade de vagas de trabalho neste setor (Ribeiro, Vaz e Reginatto, 2022).

A Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI Brasil) possui um projeto intitulado "acolhidos por meio do trabalho"[3], idealizado para apoiar a integração dos venezuelanos provenientes da Operação Acolhida, promovendo a interlocução de vagas de trabalho com empresas, a garantia de moradia e o acompanhamento social por um período de três meses. Iniciado em 2019, o projeto contribuiu com a interiorização de venezuelanos para as cidades brasileiras que dispunham de oportunidades de trabalho em empresas privadas. Os dados divulgados pela associação, apontam que em 2020, Santa Catarina foi o estado em que o projeto mais apoiou a interiorização de imigrantes, especialmente para as cidades da região Oeste, o que se deu em razão da contratação desses imigrantes por três empresas, que se acredita serem do ramo frigorífico. As entrevistas de seleção que permitiram essa contratação foram realizadas remotamente quando os imigrantes se encontravam em Boa Vista-RR. Somente após a contratação eles viajaram com seus familiares para as respectivas cidades, com o apoio da AVSI (AVSI Brasil, 2020).

Em suas páginas na internet, as principais empresas do ramo da agroindústria frigorífica na região destacam a sua atuação pautada na diversidade de seus colaboradores, ressaltando a contratação de imigrantes internacionais para o trabalho em suas plantas, a partir de parcerias firmadas com a ONU migração, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Operação Acolhida. Duas dessas empresas inclusive divulgaram dados sobre o número de colaboradores imigrantes em suas plantas distribuídas pelo país. Em 2019, uma delas revelou possuir mais de 5.000 imigrantes contratados e a outra apresentou dados de que em 2023 4,8% dos seus funcionários distribuídos nas 130 plantas da empresa à nível de Brasil, eram imigrantes. Além disso, as empresas divulgam nestas páginas a realização de ações internas para promover a integração desses colaboradores nos espaços de trabalho e na sociedade brasileira. Dentre essas, se destacam o investimento em ações para a superação da barreira linguística, a partir da contratação de tradutores, o acesso ao ensino do idioma português para os imigrantes trabalhadores e o fornecimento de instruções sobre segurança no trabalho nos idiomas de origem desses trabalhadores. Destaca-se ainda, o fornecimento de cursos em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento social e pessoal dos imigrantes trabalhadores dessas empresas. Por fim, essas empresas reportam também contribuir para com a viabilização de moradia aos seus colaboradores imigrantes.

Apesar de as agroindústrias divulgarem informações acerca de investimentos e projetos direcionados a contratação e a integração de imigrantes nestes espaços de trabalho, é possível perceber a persistência de atos xenofóbicos pela sociedade local. Silva (2021) verificou a presença desta violência em uma pesquisa realizada com os colaboradores locais da agroindústria. Nesta pesquisa constatou-se a baixa aceitação por parte

destes colaboradores nativos em participar da pesquisa, alguns inclusive verbalizaram discursos xenofóbicos direcionados aos colegas imigrantes (Silva, 2021). Portanto, as características socioeconômicas, históricas e culturais da mesorregião, apresentadas ao longo deste ensaio apontam para um cenário complexo e desafiador em termos de acolhimento dos imigrantes internacionais na sociedade oestina, verificando-se a presença de xenofobia até mesmo nos discursos dos governantes e representantes políticos da região (O tempo, 2025).

Sobre a relação entre imigração e economia instalada na região ao longo da sua história, Signori e Stube (2024) evidenciaram que tanto no século XX, quanto no século XXI, os imigrantes acolhidos na região, assumiram o papel de mão de obra do Estado, e a condição de abertura da sociedade para o seu acolhimento se relacionou diretamente com a utilidade laboral desse imigrante. Durante o período colonial, essa utilidade laboral estava aliada a necessidade de povoamento e desenvolvimento da agricultura e atualmente, a necessidade de suprir a carência de mão de obra nativa nas indústrias. Nas palavras dos autores: atualmente "[...] apesar das condições diferentes, o Estado continua gerenciando a vida e a conduta dos sujeitos imigrantes, com a finalidade de atender as demandas do mercado de trabalho". Por outro lado, percebe-se que as imigrações do século XX eram desejadas, por terem feito parte de uma política de governo que visava tanto o "branqueamento" quanto o "povoamento" da região, enquanto as atuais imigrações são indesejadas, e mais passíveis a discriminação e estigmatização (Signori e Stube, 2024).

As pesquisas realizadas sobre a temática da imigração e o trabalho na agroindústria de carnes da região tem mostrado resultados que se opõem a existência de uma integração acolhedora, e que garante qualidade de vida aos imigrantes trabalhadores (Magalhães, 2017; Granada *et al*., 2020). Durante a pandemia de Covid-19, Granada *et al.* (2021) evidenciaram as condições precárias de segurança laboral nos frigoríficos, facilitando a transmissão do vírus dentre os trabalhadores, muitos deles imigrantes internacionais. A ausência de protocolos de proteção, prevenção e fiscalização por parte do Estado, permitiu às empresas conduzirem a gestão da pandemia nos espaços de trabalho, como melhor lhes conviesse em termos econômicos e produtivos. A existência de riscos e precariedades, tais como os citados, são justamente os fatores que impõe aos imigrantes internacionais do sul global o trabalho nos frigoríficos enquanto algo determinado e unívoco. Além disso, esses imigrantes trabalhadores são pessoas em situação de vulnerabilidade, que precisam se sujeitar a estas condições laborais para sobreviver no país, já que o retorno para as suas nações é pouco provável devido as precárias condições sociais e políticas enfrentadas (Granada *et al*., 2021).

Ao analisar a interiorização do fluxo migratório venezuelano acolhido no Brasil para as cidades da região Sul, como é o caso do Oeste Catarinense, Baeninger Demétrio e Domeniconi (2023) definem este fenômeno como uma nova forma de migração dirigida. A imigração dirigida foi inicialmente observada no século XX, momento em que o Estado brasileiro incentivou a migração dos europeus brancos de segunda geração, para povoar a região e desenvolver a agricultura. Atualmente, o fenômeno se repete, por intermédio da interiorização, a qual é gerida pelo Estado brasileiro em conjunto com os organismos internacionais, a sociedade civil e grupos de empresários, direcionando os venezuelanos para regiões do país, como o Oeste de Santa Catarina, que possui carência de mão de obra em setores essenciais como a agroindústria. Ocorre, porém, que as migrações dirigidas para a região atualmente, não se amparam na seletividade étnica e profissional como outrora, uma vez que, os imigrantes dirigidos para trabalhar nas agroindústrias frigoríficas, são uma população não branca e advinda do sul global (Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023).

Considerando essas novas configurações assumidas pelas migrações dirigidas, em que o Oeste catarinense se torna importante polo de atração dos imigrantes devido a necessidade de mão de obra na agroindústria frigorífica, bem como a existência de precárias condições de trabalho e de vida nesses ambientes, verifica-se que os imigrantes internacionais pertencentes aos fluxos contemporâneos são reduzidos ao papel de trabalhadores. Parafraseando Sayad (1998), o acolhimento e a aceitação dos imigrantes por parte

da sociedade local estão condicionados a sua capacidade laboral, de tal maneira que "as palavras imigrante e trabalho tornam-se um pleonasmo".

Considerações finais

Neste ensaio elaboramos um breve resgate da constituição social, econômica e cultural da região Oeste de Santa Catarina ao longo do tempo. Desde o período de povoamento indígena, até os dias atuais, em que a região tem recebido importantes fluxos migratórios internacionais advindos do sul global, observa-se que a ocupação de seu território se deu por três grupos principais: os indígenas, os caboclos e os imigrantes europeus de segunda geração. Atualmente, destaca-se a vinda dos imigrantes internacionais do sul global, especialmente os venezuelanos e haitianos, motivados pelas oportunidades de trabalho, convivendo e dividindo o espaço regional com a população local.

Embora a região tenha se desenvolvido por intermédio da diversidade étnica a partir destes três grupos que habitaram e contribuíram para a constituição e o desenvolvimento regional, ao revisitar a história torna-se evidente o apagamento e a violência empreendidas pela colonização europeia sobre as populações cabocla e indígena, tornando-as marginalizadas e minoritárias, prevalecendo assim a valorização da cultura europeia e branca. Assim, na mesma direção do que vem ocorrendo a nível global, esse cenário de apagamento dos indígenas e caboclos persiste atualmente e se estende para outras minorias, sobretudo para os imigrantes internacionais do sul global que tem se deslocado para a região mais recentemente.

Esses migrantes, embora representem importância ímpar para a economia local, ocupando vagas de trabalho especialmente no setor frigorífico, o qual carece de mão de obra nativa, continuam a ser discriminados e alvo de preconceitos e xenofobia por parte da sociedade local. Muitos deles têm seus direitos sociais negados, sendo relegados a mera posição de trabalhadores, destituídos de cidadania. Portanto, a valorização e a inclusão destes imigrantes estão diretamente condicionadas à sua posição enquanto trabalhador na economia local, algo comprovado mediante o conceito de migrações dirigidas exposto pela literatura e por pesquisas que demonstram as precárias condições de vida e trabalho que os acometem na sociedade local.

A agroindústria de carnes, enquanto um dos principais setores da economia local, formado através da relação econômica estabelecida entre a agricultura familiar dos colonos imigrantes e as grandes empresas frigoríficas, tem sido atualmente um importante setor de incorporação dessa mão de obra imigrante advinda do sul global. Essa incorporação da mão de obra imigrante, porém, deve ser analisada com críticas, uma vez que em um primeiro momento, a julgar pelos discursos das empresas frigoríficas pode parecer que a contratação dos imigrantes internacionais se trate de um projeto social que de fato se preocupa com o imigrante, quando na realidade se trata de incorporação de sua mão de obra para fins capitalistas, em acordo com o estabelecido pelas relações do mercado neoliberal.

Espera-se que este ensaio possa contribuir na ampliação da compreensão sobre o tema da imigração no Oeste catarinense, servindo de base para o desenvolvimento de outras pesquisas articuladas com a temática, já que a imigração na região tende a apresentar novas dinâmicas em momentos históricos e sociais distintos. No entanto, a integração do imigrante na sociedade da região tende a ser reflexo desta história social e cultural.

Notas

1 Esta nomenclatura foi atribuída pelos colonizadores às pessoas de pele negra que residiam e tinham a posse das terras do Oeste Catarinense, no momento da chegada das empresas colonizadoras e dos imigrantes europeus de segunda geração. Essas pessoas, por outro lado, se autodenominavam como brasileiros (Radin e Corazza, 2018).

2 Esta operação foi implantada no Brasil em 2018, devido ao aumento do fluxo migratório dos venezuelanos na fronteira com os Estados de Roraima e do Amazonas. Trata-se de um projeto do governo federal, em parceria com os governos estadual e municipal de Roraima e Boa Vista, bem como com o exército brasileiro e as Agências da ONU e a sociedade civil, objetivando gerir o fluxo migratório venezuelano na fronteira do Estado de Roraima. A Operação Acolhida se apoia em três pilares: a gestão da fronteira, o abrigamento e a interiorização (Brasil, 2023).

3 Projeto firmado a partir da parceria entre o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Fundação AVSI e AVSI-USA e financiado pelo Departamento de População, Refugiados e Migração (DPRM) do governo dos Estados Unidos, apoio institucional da casa civil da presidência da República, da Agência da ONU para refugiados (ACNUR) e de entidades da sociedade civil engajados na pauta das migrações e refúgio

Referências

Associação voluntários para serviço internacional Brasil. **Santa Catarina recebe mais dois grupos de migrantes e refugiados venezuelanos para trabalhar em frigoríficos na região oeste**. 2020. Disponível em: https://www.avsibrasil.org.br/santa-catarina-recebe-mais-dois-grupos-de-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-para-trabalhar-em-frigorificos-na-regiao-oeste/ . Acesso em: 23 ago. 2025

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Jóice de Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 16, p. 1–29, 2023. DOI: 10.31406/relap2022.v16.e202113.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; FRANZEN, Douglas Orestes; FRANZEN, Tiones Ediel. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 5, p. 86–104, 2013.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). **Cadernos do CEOM**, n. 23, 2006.

BOSI, Antonio de Pádua; PEREIRA, Fagner Gulhielmi. Imigrantes Africanos e Haitianos no Oeste e Sudoeste do Paraná no século XXI. **Revista de história regional,** v. 28, p. 1-22, 2023. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.28.22307.

BRASIL. **Operação Acolhida**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida. Acesso em: 28 maio 2025.

CAMPOS, Índio. História econômica da colonização do Extremo Oeste Catarinese - 1920/1980. **Papers da NAE**, 2013.

CARNETTE, Carla Roberta. A influência da ideologia patriarcal no elevado número de casos de feminicídio registrados na mesorregião Oeste de Santa Catarina. IN: Baggenstoss, Grazielly Alessandra *et al*. **Não há lugar seguro:** estudos e práticas sobre violências contra as mulheres com ênfase no gênero. Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos, 2019. Acesso em: 26 jun. 2025.

CILENTO, Marcela Marques. O trabalhador imigrante no Brasil sob a ótica dos direitos e garantias fundamentais. **Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de direito de Franca**, v.6, n.1, p. 727–749, 2021.

CRUZ, Daniel Scheren; BRANCO, Sacha Arielle; DICKMANN, Ivo. Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias. **Cadernos do CEOM**, v. 31, n. 48, p. 60–70, 2018.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte; BAENINGER, Rosana; DOMENICONI, Jóice de Oliveira Santos. Trabalho nos frigoríficos do Brasil: a constituição do precariado migrante e o papel do recrutamento humanitário. **Revista trabalho e desenvolvimento humano**, v. 6, p. 1–37, 2023. DOI: 10.33239/rjtdh.v6.159.

FIGUEIREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta**

Scientiarum. Humam and Social Sciences, v. 39, n. 2, p. 77-90, 2017.
DOI: 10.4025/actascihumansoc.v39i1.31426.

FGV. **O setor de carnes no Brasil e suas interações com o comércio internacional**, 2023. Disponível em: https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-03/03_Setor_Carnes_Brasil_PT. Acesso em 05 ago. 2025.

GRANADA *et al*. Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. **Horizonte antropológico**, n. 59, p. 207–226, 2021. DOI: 10.1590/s0104-71832021000100011

HANSEN, Jairo Jacó. O desenvolvimento do complexo agroindustrial do oeste catarinense e sua relação como o êxodo populacional: o caso da microrregião de São Miguel do Oeste. **Entre-lugar,** v. 2, n. 8, p. 47–64, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina:** perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. Tese (doutorado em Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, n. 1, p. 25–70, 1996.

MATTEI, Lauro; ALVES, Pedro Assumpção. **Migrações no Oeste catarinense: história e elementos explicativos**, 2007.

MOMADE, Kethin Carraro. **Os cenários dos cuidados em saúde de haitianas residentes em Chapecó (SC).** Dissertação (mestrado em Ciências da Saúde) Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018.

MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista brasileira de estudos de população,** v. 28, n. 2, p. 103–131, 2011.

Obmigra. **Obmigra 10 anos: pesquisas, dados e contribuições para as políticas públicas**. 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a. Acesso em: 15 jul. 2025.

Obmigra. **Dinâmicas migratórias nas macrorregiões do Brasil**. 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Relat%C3%B3rio_Anual/RELATORIO_ANUAL_24. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. Migrações internacionais para Santa Catarina nos séculos XIX e XXI: um estudo comparativo. **Revista de história regional**, v. 24, n. 2, p. 282–302, 2019. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.24i2.0003.

ORTOLAN, Letícia; RIBEIRO, Vicente; GUIDO, Cauã dos Santos. Migrações internacionais e trabalho na agroindústria frigorífica: novas dinâmicas no Oeste de Santa Catarina (2012-2022). **VII História em debate,** 2022.

O TEMPO. **"Não podem vir para cá e votar na esquerda", diz deputada sobre fluxo migratório em Santa Catarina"**. 2025. Disponível em: https://www.otempo.com.br/politica/congresso/2025/7/1/nao-podem-vir-para-ca-e-votar-na-esquerda-diz-deputada-sobre-fluxo-migratorio-em-santa-catarina. Acesso em: 25 ago. 2025.

RADIN, José Carlos. CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico social do Oeste Catarinense.** Chapecó: Editora UFFS, 2018.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional**. Cadernos do CEOM**, v. 31, n. 49, p. 10–22, 2018.

RIBEIRO, Vicente; VAZ, Gabriel; REGINATO, João Vitor. Migraciones Venezolanas a Chapecó: politicas de interiorización y trabajo en la agroindústria. **Aldea Mundo**, v .27, n. 54, p. 1–9, 2022.

RISSON, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luiza Pit; LAJÚS, Maria Luiza de Souza. Imigração e trabalho precário: Reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. **Périplos,** v. 1, n. 1, p. 144–152, 2017.

RISSON, Ana Paula; MATSUE, Regina Yoshie; LIMA, Ana Cristina Costa. Atenção em Saúde aos Imigrantes Haitianos em Chapecó e suas Dimensões Étnico-Raciais. **O social em questão**, n. 41, p. 111-130, 2017.

RODRIGUES, Géssica Pinto; LINO, Jaísson Teixeira. Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense Análise das publicações do jornal Diário do Iguaçu (2001-2017). **Acervo,** v. 34, n.2, p. 1-20, 2021.

SANTOS, Jorge Alejandro; DILL, Fernanda Machado; PIOVEZANA, Leonel. Reescrevendo a história sob uma perspectiva indígena: a desconstrução da figura do "desbravador" no oeste de Santa Catarina. **Interfaces da educação**, v. 11, n. 33, p. 223–244, 2020. DOI: 10.26514/inter.v11i33.4899.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SIGNORI, Andreia Aparecida; STUBE, Angela Derlise. Condições diferentes, discursos semelhantes: as regularidades no discurso oficial sobre e para imigrantes no Oeste de SC. **Revista Porto das Letras**, v. 10, n. 1, 2024. DOI: 10.26514/inter.v11i33.4899

SILVA, Jerry Kallebe da. Capital humano e imigrante: estudo da diversidade cultural e da influência organizacional na agroindústria de Xaxim-SC. **Brazilian Journal Development**, v. 7, n. 5, 2021. DOI: 10.34117/bjdv.v7i5.30256

SPADOTTO, Anselmo José. Análise e fundamentação de interfaces normativas entre Halal e orgânico na produção sustentável de alimentos. **Veredas do direito**, v. 20, p. 1-19, 2023. DOI: 10.18623/rvd.v20.2528

TONEZER, Cristiane; BOENO, Ademir; ALDANA, Myriam. Migração e trabalho: haitianos em Pato Branco – PR. **Revista brasileira de desenvolvimento regional,** v. 7, n. 3, p. 171-192, 2019.
DOI: 10.7867/2317-5443.2019v7n3p171-192